ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 39 Brasília - DF, segunda-feira, 25 de fevereiro de 2019 SEÇÃO 1

Sumário

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Cidadania 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Defesa 7
Ministério do Desenvolvimento Regional 54
Ministério da Economia 55
Ministério da Educação 76
Ministério da Infraestrutura 81
Ministério da Justiça e Segurança Pública 83
Ministério de Minas e Energia 90
Ministério da Saúde 100
Controladoria-Geral da União 114
Tribunal de Contas da União 115
Poder Legislativo 134
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 134

Esta edição completa do DOU é composta de 138 páginas.

Presidência da República

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 2, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a aprovação do Manual de Uso da marca do Governo Federal.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Decreto nº 9.669, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, a ser observado na identificação das ações de comunicação do Governo Federal de que trata o art. 23 da Instrução Normativa-SECOM nº 2, de 20 de abril de 2018.

Parágrafo único. O Manual de que trata o caput deste artigo decorre da criação da logomarca "Pátria Amada Brasil", que identificará as ações de publicidade, patrocínios e as obras do Poder Executivo federal.

Art. 2º A peça e o material publicitário produzidos com a marca anterior poderão continuar a ser divulgados até o término da campanha, ação ou material, em atenção ao princípio da economicidade, a ser ponderado pelo órgão ou entidade responsável.

Art. 3º O Manual de Uso da Marca do Governo Federal estará disponível no endereço http://www.secom.gov.br/acesso-a-informacao/manuais.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 85, de 15 de junho de 2016 e a Portaria nº 14, de 30 de janeiro de 2012.

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

FLORIANO BARBOSA DE AMORIM NETO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 16, de 14 de novembro de 2003, na Instrução Normativa SDA nº 9, de 17 de março de 2005, na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Instrução Normativa nº 28, de 24 de agosto de 2016, na Instrução Normativa nº 33, de 24 de agosto de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.017932/2018-07 e do Processo nº 21000.031184/2018-67, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 36 da Instrução Normativa nº 71, de 13 de novembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 26 de abril de 2019.(NR)"

Art. 2º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 24 , DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21 do Anexo I, do Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, e considerando o constante dos autos do processo nº 21000.009852/2019-51, Resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê Técnico de Programas de Autocontrole, de caráter permanente e de cunho técnico e consultivo, com o objetivo de promover a articulação dos órgãos e entidades, públicas e privadas, para implementar programas de autocontrole a serem aplicados pelos estabelecimentos regulados pela legislação da defesa agropecuária.

Art. 2º Compete ao Comitê Técnico de Programas de Autocontrole:

I - Propor a implementação, monitoramento e avaliação dos Programas de Autocontrole a serem aplicados pelos estabelecimentos regulados pela legislação da defesa agropecuária;

II - identificar e propor aos órgãos competentes os atos normativos necessários para implementação de seus objetivos;

III - promover a disseminação e facilitar a comunicação das iniciativas da Secretaria de Defesa Agropecuária e do setor privado nos temas relacionados aos seus objetivos;

IV - apoiar a articulação necessária à execução de ações conjuntas, à troca de experiência e à capacitação; e

V - propor a instituição de subcomitês para temas específicos.

Art. 3º O Comitê Técnico de Programas de Autocontrole será composto por representantes dos seguintes setores:

I- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

II - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal;

III - Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas;

IV - Departamento de Saúde Animal e Insumos Pecuários;

V - Departamento de Serviços Técnicos;

VI - Departamento de Suporte e Normas.

Art. 4º O Comitê Técnico poderá convidar para participar de suas reuniões especialistas em assuntos relacionados aos temas em pauta, bem como representantes das seguintes entidades:

I - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

II - Confederação Nacional da Indústria

III - Organização das Cooperativas Brasileiras

Art. 5º O Comitê será coordenado pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA INTERNACIONAL

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 19, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no art. 24, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, DEFERE o pedido de alteração de titularidade das cultivares de batata (Solanum tuberosum L.) relacionadas, cuja propriedade foi transferida de PEPSICO DO BRASIL LTDA., do Brasil, para FRITO-LAY NORTH AMERICA INC., dos Estados Unidos da América.

CULTIVAR	Nº PROCESSO	Nº CERTIFICADO DE PROTEÇÃO
FL 2027	21806.000229/2009	20110024
FL 2221	21806.000224/2010	20120021
FL2215	21806.000166/2014	20170092

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 26, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o disposto nos arts. 11 e 12 do o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto no inciso II do art. 57 da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, no Decreto 9.674, de 2 de janeiro de 2019, no art. 4º da Portaria MC nº 34, no art. 5º da Portaria MC nº 36, no art. 4º da Portaria MC nº 37, e no art. 3º da Portaria MC nº 43, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Secretário de Gestão de Fundos e Transferências para nomear os responsáveis pelos encargos listados abaixo das Unidades Gestoras pertencentes ao Anexo I.

a) Gestor financeiro e seu substituto;

b) Responsável pela conformidade de registro de gestão e seu substituto;

c) Responsável pela conformidade contábil e seu substituto; e

d) Responsável pela inscrição de Nota de Empenho em Restos a Pagar não Processados a Liquidar/Em Liquidação e seu substituto.

Art. 2º As demais nomeações para os encargos listados no art. 1º, referentes às Unidades Gestoras pertencentes ao Anexo I desta Portaria continuam válidas até que haja algum dispositivo em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

TATIANA ALVARENGA

ANEXO I

I - 180009 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento;
II - 180016 - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem;
III - 180073 - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;
IV - 180074 - Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor;
V - 180076 - Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte;
VI - 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social;
VII - 340002 - Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento Finanças e Contabilidade/FNC
VIII - 340029 - Secretaria da Diversidade Cultural/DIV/FNC;
IX - 340030 - Secretaria da Economia Criativa/FNC;
X - 340033 - Secretaria do Audiovisual/FNC;
XI - 340034 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura/FNC;
XII - 340042 - Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural/FNC;
XIII - 340051 - Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas/FNC;
XIV - 420006 - Secretaria do Audiovisual/MINC;
XV - 420014 - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura/MINC;
XVI - 420029 - Secretaria da Diversidade Cultural/DIV;
XVII - 420030 - Secretaria da Economia Criativa;
XVIII - 420032 - Secretaria de Diversidade Cultural/SNC;
XIX - 420044 - Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural;
XX - 420046 - Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual
XXI - 420048 - Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas;
XXII - 550009 - Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas;
XXIII - 550010 - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;
XXIV - 550011 - Secretaria Nacional de Assistência Social; e
XXV - 550023 - Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 118, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182615 - ÁGUA NOSSO BEM MAIS PRECISO
Cia de Teatro Parafernália
CNPJ/CPF: 02.399.916/0001-91
Cidade: Mogi Guaçu - SP;
Valor Complementado: R$ 15.864,00
Valor total atual: R$ 640.926,00
184394 - Teatro nas Escolas
WAGNER BARBARA MARTINS FILHO
CNPJ/CPF: 086.599.806-03
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 1.817,81
Valor total atual: R$ 360.865,58
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182261 - NORTE Â-INCLUSÃO Â- TRANSFORMAÇÃO CASA DO SABER Â- 3ª Edição
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CASA DO SABER - CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - CCP
CNPJ/CPF: 09.226.079/0001-48
Cidade: Lagoa Santa - MG;
Valor Complementado: R$ 1.557,06
Valor total atual: R$ 380.128,07
182624 - Orquestra Jazz Sinfônica Cidadã
RIBEIRO ENSINO DE MUSICA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 11.115.571/0001-98
Cidade: São José do Rio Pardo - SP;
Valor Complementado: R$ 348,00
Valor total atual: R$ 893.938,70
184218 - Plano Anual de Atividades do Instituto Árvore da Vida
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO ARVORE DA VIDA
CNPJ/CPF: 28.995.182/0001-05
Cidade: Betim - MG;
Valor Complementado: R$ 19.318,80
Valor total atual: R$ 799.604,64
184352 - CLUBE DO CHORO DE BRASILIA - PROGRAMAÇÃO ANUAL
CLUBE DO CHORO DE BRASILIA
CNPJ/CPF: 00.507.103/0001-42
Cidade: Brasília - DF;
Valor Complementado: R$ 6.880,00
Valor total atual: R$ 2.269.622,38
184415 - Projeto Beija-Flor - Música no Campo VI
ASSOCIACAO CRISTA FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ/CPF: 54.139.860/0001-30
Cidade: Mococa - SP;
Valor Complementado: R$ 240,00
Valor total atual: R$ 445.863,35
184598 - Viva Xerém! 2019 - Villa-Lobos, uma viagem pelo Brasil
Caixa de Música Produção para as Artes Ltda
CNPJ/CPF: 10.363.478/0001-30
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 540,00
Valor total atual: R$ 836.088,80

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
183808 - Museu da Amazônia: Exposição de Geo-História e Paleontologia da Amazônia
MUSEU DA AMAZÔNIA - MUSA
CNPJ/CPF: 10.795.098/0001-74
Cidade: Manaus - AM;
Valor Complementado: R$ 11.320,00
Valor total atual: R$ 1.851.500,00

PORTARIA Nº 119, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184043 - Orquestra Prelúdio e Coro Vox Camerata apresentam Bach in Concert
Karla Cristina Ziemer
CNPJ/CPF: 064.196.459-56
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
184061 - XVI Festival Paraense de Taiko
Fernando Shigueo Horie
CNPJ/CPF: 337.281.789-34
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 30/11/2019

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181127 - Percursos e Caminhos Â- Rio Grande do Sul
CLAUDIO ANTONIO ZAGONEL NETO
CNPJ/CPF: 926.265.300-00
Cidade: Lajeado - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/10/2019

PORTARIA Nº 120, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
184301 - OFICINAS INSTITUTO RUDA
INSTITUTO RUDA
CNPJ/CPF: 24.547.238/0001-08
Cidade: Santos - SP;
Valor Reduzido: R$ 103.770,00
Valor total atual: R$ 1.671.180,00
184516 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES ONG AUTONOMIA - ESCOLA DE ARTES AUTONOMIA
PROJETO AUTONOMIA AQUATICA
CNPJ/CPF: 09.504.261/0001-13
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 102.383,66
Valor total atual: R$ 363.324,76

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177554 - ISHINDAIKO: O SOM DOS SONS Â- II EDIÇÃO
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL ISHINDAIKO
CNPJ/CPF: 08.049.220/0001-11
Cidade: Londrina - PR;
Valor Reduzido: R$ 71,04
Valor total atual: R$ 370.932,84
184518 - Ecó Nativa
AUGUSTA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 00.734.694/0001-90
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 208.865,25
Valor total atual: R$ 1.047.816,00
186266 - Plano Anual Crescer com Arte
Instituto João XXIII
CNPJ/CPF: 03.284.781/0001-81
Cidade: Vitória - ES;
Valor Reduzido: R$ 8.035,20
Valor total atual: R$ 1.134.762,29

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
183253 - Instituto Arte em Movimento Â- Plano Anual 2019
INSTITUTO ARTE EM MOVIMENTO
CNPJ/CPF: 29.359.477/0001-40
Cidade: Cotia - SP;
Valor Reduzido: R$ 26.500,00
Valor total atual: R$ 1.642.972,00
184204 - Exposição Troposfera
ASSOCIACAO DE AMIGOS DO M D A M D RIO DE JANEIRO ASSMAM
CNPJ/CPF: 00.367.651/0001-14
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 19.526,00
Valor total atual: R$ 4.469.070,38
185268 - CHIHARU SHIOTA E SEU PERCURSO
COMPANHIA DAS LICENÇAS LICENCIAMENTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 08.261.665/0001-60
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 107.296,00
Valor total atual: R$ 2.138.505,59

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180211 - LIVRO AVENTURAS DE VERÃO NOS VALES DO RIO DAS ANTAS E DO RIO TAQUARI
JORNAL A HORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 04.280.850/0001-41
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Reduzido: R$ 21.294,65
Valor total atual: R$ 48.942,85
183595 - Conundrum
Editoria Origem Ltda - ME
CNPJ/CPF: 04.762.467/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 14.243,00
Valor total atual: R$ 65.054,00
184299 - ILHA DA IMAGINAÇÃO
RGKR8 PROMOCOES E EVENTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 21.573.129/0001-69
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 638.239,57
Valor total atual: R$ 2.552.662,27
184410 - Festival Cultura e Literatura
Via Gutenberg Consultoria em Entretenimento e Cultura Ltda
CNPJ/CPF: 07.614.268/0001-62
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 25.025,00
Valor total atual: R$ 235.675,44
185396 - LIVRO DO TOMBO
DE ARTE PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 01.742.102/0001-45
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 114.345,00
Valor total atual: R$ 611.003,25
185750 - Instituto de Veterinária à FMVZ-USP Â- 100 de história
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
CNPJ/CPF: 63.025.530/0113-00
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 13.322,40
Valor total atual: R$ 222.301,37

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 96-E, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA-ANCINE, no uso da atribuição que lhe confere os incisos IV e XV do artigo 13 do Anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014 e o disposto no inciso III do artigo 17 do Regimento Interno da ANCINE, resolve:

Art.1º Delegar competências para os servidores abaixo listados efetivarem transferências eletrônicas de recursos através do Autoatendimento Setor Público do Banco do Brasil, por meio do módulo de Repasse de Recursos de Projetos de Governo do Banco do Brasil (RPG):

I - Marcial Renato de Campos, CPF nº 070.606.477-16;

II -Elisa Farias Sauwen de Almeida, CPF nº 104.254.157-40;

III - Silviane de Souza Vieira, CPF nº 084.181.187-33;

IV - Eduardo Stopato da Fonseca, CPF nº 215.525.468-70

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

DESPACHO DECISÓRIO Nº 583-E, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art.1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2019.

12-0070 FILHOS DA PISTA / HIJOS DE LA RUTA
Processo: 01580.005500/2012-69
Proponente: LATINA STUDIO LTDA ME.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.385.866/0001-32
08-0561 - A CIDADE DOS PIRATAS.
Processo: 01580.048501/2008-11
Proponente: OTTO DESENHOS ANIMADOS LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 87.435.368/0001-60

Art.2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS FELIPE TEIXEIRA DELFINO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO DECISÓRIO Nº 579-E, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art.1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

19-0040 UM PAI.
Processo: 01416.000640/2019-19
Proponente: DOIS HEMISFÉRIOS PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA LTDA.
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 18.557.001/0001-05
Valor total aprovado: R$ 5.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 64647-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 750.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 64642-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1003-0 conta corrente: 64648-2
19-0074 BRASIL SOLAR.
Processo: 01416.001008/2019-92
Proponente: 3M EDITORA, ARTES GRÁFICAS E PRODUTORA LTDA ME.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 24.929.247/0001-55
Valor total aprovado: R$ 100.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 95.000,00
Banco: 001 - agência: 3108-9 conta corrente: 42703-9
19-0083 JAMBALAIA.
Processo: 01416.001348/2019-13
Proponente: CAPURI FILMES PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 26.694.889/0001-48
Valor total aprovado: R$ 250.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 220.000,00
Banco: 001 - agência: 1569-5 conta corrente: 32157-5
19-0088 PERDIDOS NO PACIFICO.
Processo: 01416.001220/2019-50
Proponente: ETHOS FILMES PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA LTDA.
Cidade/UF: Paulínia / SP
CNPJ: 07.564.691/0001-03
Valor total aprovado: R$ 1.358.009,90
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.231.438,00
Banco: 001 - agência: 2247-0 conta corrente: 15239-0
19-0090 MAR À VISTA 3.
Processo: 01416.001674/2019-21
Proponente: OCEAN PRODUÇÃO DE FILMES LTDA.
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 04.069.379/0001-47
Valor total aprovado: R$ 1.942.050,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.844.947,50
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 48463-6
19-0091 BRASIL 2050 - 3ª TEMPORADA.
Processo: 01416.001668/2019-73
Proponente: MIRAÇÃO FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.096.915/0001-29
Valor total aprovado: R$ 1.190.809,40
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.131.268,93
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 27654-5
19-0093 MAR À VISTA 4.
Processo: 01416.001676/2019-10
Proponente: OCEAN PRODUÇÃO DE FILMES LTDA.
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 04.069.379/0001-47
Valor total aprovado: R$ 1.942.050,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.844.947,50
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 48464-4

Art.2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2022.

19-0084 GRANDE SERTÃO VEREDAS - SÉRIE.
Processo: 01416.001349/2019-68
Proponente: PARANOID FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.140.814/0001-48
Valor total aprovado: R$ 5.263.158,00 Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 6806-3 conta corrente: 11458-8

Art.3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LÍVIA MARIA DE ALMEIDA PINTO

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº179-E de 16/01/2019, publicada no DOU nº 13 de 18/01/2019, Seção 1, página 14, em relação ao projeto "19-0004 MEDINA - A TRAJETÓRIA DE UM ÍDOLO ", para considerar o seguinte:

Onde se lê:

Proponente: HDANIEL FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Leia-se:

Proponente: HDANIEL STUDIO LTDA.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 12, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015

IV - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

V - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VI - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I - PERMISSÃO

01 - Processo nº 01492.000047/2019-60
Projeto: Prospecção Arqueológica nas Áreas do Projeto Mina do Alemão; Estrada do Pojuca e Linha de Transmissão - LT 69 Kv
Arqueólogo Coordenador: Alexandre Pinto Coelho de Almeida
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia de Marabá (NAM) Hilmar Harry Kluck - Fundação Casa da Cultura de Marabá
Área de Abrangência: Município de Parauapebas, Estado do Pará
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
02- Processo n. º: 01512.000034/2019-13
Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Complexo Eólico Pinheiro Machado Norte
Arqueólogo Coordenador: André Garcia Loureiro
Apoio Institucional: Núcleo de Pré História e Arqueologia - NuPHA, Universidade de Passo Fundo (UPF)

Área de Abrangência: Município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03- Processo n.º 01492.000359/2010-35
Projeto: Diagnóstico e Prospecção Complementar do Projeto Cristalino
Arqueóloga Coordenadora: Maria Teresa Teixeira de Moura
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia de Marabá (NAM) Hilmar Harry Kluck - Fundação Casa da Cultura de Marabá
Área de Abrangência: Municípios Curinópolis e Canaã dos Carajás e Oriximiná, Estado do Pará.
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
04- Processo n. º 01508.000661/2012-39
Projeto: Monitoramento Arqueológico nas áreas de supressão vegetal da Central Geradora Hidrelétrica Enxadrista
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Matheus Pereira da Costa
Apoio Institucional: Museu Paranaense / Governo do Estado do Paraná
Área de Abrangência: município de Guarapuava, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO II

01- Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Linea Soluções em Elétrica Ltda
Empreendimento: CGH Vega
Processo n. º: 01508.000545/2016-43
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Vega
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Arqueólogo de Campo: Cleiton Silva da Silveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História, Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Pato Branco, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sócio Construnível Energias Renováveis LTDA
Empreendimento: CGH Sebastião Paz de Almeida
Processo n.º 01510.000299/2018-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento CGH Sebastião Paz de Almeida
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Arqueólogo de Campo: Cleiton Silva da Silveira
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Laranjal Energia LTDA (SPE)
Empreendimento: PCH Fortaleza
Processo n.º 01510.002222/2015-64
Projeto: Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Área da PCH Fortaleza
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Penha Freitas de Melo
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM)-Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Iraceminha e Descanso, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO III - AUTORIZAÇÃO IN

01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Andisa Empreendimentos e Participações LTDA
Empreendimento: Loteamento Logística Indústria e Comércio Anchieta - LLINC
Processo n.º 01409.000301/2018-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência do Empreendimento Loteamento Logística Indústria e Comércio de Anchieta
Arqueóloga Coordenadora: Dionne Miranda Azevedo Erler
Arqueóloga de Campo: Dionne Miranda Azevedo Erler
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Anchieta, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Angela Barbosa Loriato e Lucia Barbosa Barbosa representadas por Ayres Geraldo Loriato.
Empreendimento: Ayres Geraldo Loriato
Processo n.º 01409.000398/2018-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Ayres
Arqueólogo Coordenador: Diogo de Cerqueira Pinto
Arqueólogo de Campo: Diogo de Cerqueira Pinto
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Municípios de Itapemirim e Marataízes, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Termogas S/A
Empreendimento: Terminal de GNL de Barcarena
Processo n. º 01492.000203/2018-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Terminal de GNL de Barcarena
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá - Fundação Casa da Cultura de Marabá - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de abrangência: Municípios de Barcarena e Abaetetuba, Estado do Pará
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ecovita Construtora e Incorporadora LTDA
Empreendimento: Residencial Frascarelli
Processo n.º 01506.005649/2018-26
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Frascarelli
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins
Arqueólogo de Campo: José Eduardo Abrahão
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Pederneiras, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.
Empreendimento: Sistema de Esgotamento Sanitário Balneários de São Francisco do Sul
Processo n.º 01510.000263/2018-69
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Referente ao Sistema de Esgotamento Sanitário Balneários de São Francisco do Sul
Arqueólogo Coordenador: Roberto Montenegro Perrota
Arqueólogo de Campo: Roberto Montenegro Perrota
Área de Abrangência: Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ipira Energia Ltda.
Empreendimento: PCH Pira
Processo n.º 01510.900393/2017-12
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na PCH Pira
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Penha Freitas de Melo
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Piratuba e Ipira, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Jorge Costa de Medeiros - ME
Empreendimento: Jorge Costa de Medeiros
Processo n.º 01512.000297/2018-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do empreendimento José Costa de Medeiros - Jazida de areia (mineração)
Arqueólogo Coordenador: André Luiz Vargas da Penha
Arqueólogo de Campo: André Ferreira e Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Cultura Material e Arqueologia - LACUMA, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Área de Abrangência: Município de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
08-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Enel Green Power Brasil Participações LTDA
Empreendimento: LT 500KV SE Ventos de Santa Ângela - SE São João do Piauí
Processo n.º 01402.900047/2017-61
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico e Cultural na LT 500KV SE Ventos de Santa Ângela - SE São João do Piauí.
Arqueóloga Coordenadora: Suzana Schisuco Hirooka
Arqueólogo de Campo: Lucas Hirooka Lima
Apoio Institucional: Museu Ozildo Albano - MOA
Área de Abrangência: Municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira e São João do Piauí, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.
Empreendimento: Linha de Transmissão 500 kV Milagres II - Santa Luzia II - Campina Grande III
Processo n.º 01450.001962/2018-88
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Subestação (SE) Santa Luzia II
Arqueóloga Coordenadora: Vanessa Santos Souza
Arqueólogo de Campo: Daivisson Batista Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LABAP - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Área de Abrangência: Município de Santa Luzia, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 03 (três) meses
10- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Comercial Ibiaçu de Empreendimentos Ltda.
Empreendimento: Loteamento Jardim Cristal II
Processo n.º 01506.005094/2018-12
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Loteamento Jardim Cristal II
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins
Arqueólogo de Campo: Fábio Guaraldo Almeida
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai / Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Piraju, Estado de São Paulo.
Prazo de Validade: 03 (três) meses
11- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Empresa de Mineração Fiori do Taboão Ltda
Empreendimento: Extração de Areia e Argila da Empresa de Mineração Fiori do Taboão Ltda
Processo n.º 01506.005104/2016-58
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Extração de Areia e Argila da Empresa de Mineração Fiori do Taboão
Arqueólogo Coordenador: João Claudio Estaiano
Apoio Institucional: Fundação Cultural Benedicto Siqueira e Silva, Prefeitura Municipal de Paraíbuna/SP
Área de Abrangência: Município de Roseira, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Loteamento Libertucci Porto Ferreira Empreendimento Imobiliário Ltda.
Empreendimento: Loteamento Jardim Libertucci
Processo n°: 01506.006001/2017-96
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Jardim Libertucci
Arqueóloga Coordenadora: Milena Acha Brandi
Arqueólogo de Campo: Bruno Labrador Rodrigues da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Valinhos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
13- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: EMCCAMP Residencial S/A
Empreendimento: Condomínio Residencial Vertical
Processo n.º 01506.006081/2016-07
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Condomínio Residencial Vertical Bosque das Águas
Arqueólogo Coordenador: Tiago Attorre Penna
Arqueólogo de Campo: Bruno Labrador Rodrigues da Silva
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia - Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico - DPH / Prefeitura do Município de São Paulo
Área de Abrangência: município de Guarulhos, estado de São Paulo
Prazo de validade: 03 (três) meses
14- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fundação Renova
Empreendimento: Projeto de Reassentamento de Paracatu de Baixo
Processo n.º 01514.007298/2016-27
Projeto: Projeto Complementar de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Reassentamento de Paracatu de Baixo (PAIPA)
Arqueóloga Coordenadora: Flávia Maria da Mata Reis
Arqueóloga de Campo: Patrícia Carolina Letro de Brito
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Mariana, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

RETIFICAÇÃO

Na Retificação publicada no DOU em 03 de dezembro de 2018, Seção 1, Página 27, onde se lê: "Arqueólogos de Campo: Márcio Alonso Lima, Lucas Ferreira dos Santos e Jhonatta Jeremias dos Santos Silva", leia-se: "Arqueólogos de Campo: Márcio Alonso Lima, Lucas Ferreira dos Santos, Jhonatta Jeremias dos Santos Silva e Roseane Figueredo da Silva".

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.257/2019

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 219ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de fevereiro de 2019, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01250.061025/2018-38

Requerente: DuPont do Brasil S. A. - Divisão Pioneer Sementes

CQB: 013/97

Endereço: Núcleo Rural Santos Dumont, Lote 50, Planaltina, Brasília/DF

Assunto: Liberação planejada e importação

Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e para a importação de sementes de milho geneticamente modificado MON-00603-6 x ACS-ZM003-2 x DAS-40278-9 tolerante aos herbicidas glifosato, glufosinato de amônio, 2,4-D e ao haloxifope-R. Objetivos: avaliar a campo, em condições brasileiras, milho geneticamente modificado contendo o evento combinado MON-00603-6 x ACS-ZM003-2 x DAS-40278-9, os eventos individuais MON-00603-6, ACS-ZM003-2 e DAS-40278-9 e o controle milho (isohíbrido). Os ensaios serão conduzidos nas Unidades Operativas da Dow AgroSciences Industrial Ltda. (Indianópolis/MG e Mogi Mirim/SP) e nas Unidades Operativas da SGS do Brasil Ltda (Luis Eduardo Magalhães/BA, Paranavaí/PR, Primavera do Leste/MT, Restinga Seca/RS e Rio Verde/GO). Fica autorizada a importação de sementes geneticamente modificadas provenientes dos EUA, Havaí e/ou Porto Rico, com peso total de aproximadamente 24,18 kg, sendo aproximadamente 20,15 kg de sementes geneticamente modificadas e aproximadamente 4,03 kg de sementes não geneticamente modificadas. A CTNBio considerou que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MCTIC. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 2.444-SEI, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.034736/2018-30, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 34 (trinta e quatro) à União, a partir de 20 de junho de 2018, da SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S/A, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de PIUMHÍ/MG. Ressalta-se que o canal digital 51 (cinquenta e um), consignado por intermédio da Portaria nº 1.323, de 16 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, em 12 de dezembro de 2013, foi alterado para o canal digital 34 (trinta e quatro), por meio do Ato n° 11.504, de 22 de agosto de 2017, publicado no D.O.U. de 28/08/2017. Desse modo, a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, por intermédio do canal digital 34 (trinta e quatro).

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 2.378-SEI, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.067440/2018-03, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de CARMO, estado do Rio de Janeiro, com possibilidade de utilização do canal digital nº 34 (trinta e quatro) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 27311/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.351-SEI, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.067433/2018-01, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MENDES, estado do RIO DE JANEIRO, utilizando o canal digital nº 15 (quinze), nos termos da Nota Técnica nº 26905/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 1.222 - Processo nº 53516.000460/2019-11: Expede à LITHUSTECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 05.810.969/0001-41, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.223 - Processo nº 53516.000145/2019-85: Outorga à OBRAS SOCIAIS E CULTURAIS FELICIANAS, CNPJ nº 76.582.543/0001-26, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 1.057, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 967, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Outorga autorização à CONDOMINIO 17.007 NACOES, CNPJ nº 29.116.363/0001-79 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 1.111, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA, CNPJ nº 53.268.231/0001-47 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 951 - EMPRESA PAULISTA DE TELEVISAO S/A, CNPJ nº 46.242.004/0001-87;

Nº 956 - EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A, CNPJ nº 59.152.629/0001-08

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Outorga autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.069 - CRB INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 06.171.343/0001-03;

Nº 1.071 - ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL SPAZIO VERDE, CNPJ nº 08.747.562/0001-05;

Nº 1.072 - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL MONTE ALEGRE, CNPJ nº 09.165.840/0001-89;

Nº 1.086 - MUNICIPIO DE COLINA, CNPJ nº 45.291.234/0001-73;

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Outorga autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.186 - HENKEL LTDA, CNPJ nº 02.777.131/0029-06;

Nº 1.205 - MUNICÍPIO DE GUARULHOS, CNPJ nº 46.319.000/0001-50

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Outorga autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 1.213 - LUIS FELIPE KLINKERT MALUHY, CPF nº 271.465.798-24;

Nº 1.214 - MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO, CNPJ nº 44.751.725/0001-97

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 91, DE 7 DE JANEIRO DE 2019

Processo nº 53528.002697/2018-16. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à FREQUENCYS SERVICO DE COMUNICACAO E LOCACOES EIRELI, CNPJ 30.898.338/0001-73, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 633, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº 53508.000316/2019-75. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à JEVIN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 31.969.702/0001-01, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 678, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº 53500.004354/2019-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV DIARIO LTDA, CNPJ 23.493.364/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Banabuiú/CE.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 700 Processo nº 53500.004466/2019-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSAO DE RADIO E TV, CNPJ 04.005.003/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Garanhuns/PE.

Nº 707 Processo nº 53500.004503/2019-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ARCO-IRIS LTDA, CNPJ 22.731.210/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Betim/MG.

Nº 711 Processo nº 53500.004533/2019-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE WM DE COMUNICACAO S/C LTDA, CNPJ 00.097.163/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cambé/PR.

Nº 712 Processo nº 53500.004539/2019-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à O DIARIO RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 45.265.220/0001-85, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ribeirão Preto/SP.

Nº 716 Processo nº 53500.004549/2019-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itapetininga/SP.

Nº 719 Processo nº 53500.001551/2019-34. Expede autorização à STARTNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 11.881.504/0001-84, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 742 Processo nº 53500.004632/2019-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CLARET, CNPJ 01.768.679/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Claro/SP.

Nº 748 Processo nº 53500.004660/2019-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cedro do Abaeté/MG.

Nº 749 Processo nº 53500.004661/2019-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Três Pontas/MG.

Nº 750 Processo nº 53500.004662/2019-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mar de Espanha/MG.

Nº 775 Processo nº 53500.013134/2010-04. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia expedida à TELLIG TELECOM EIRELI, CNPJ nº 11.907.637/0001-82, por meio do Ato nº 5490, de 26/08/2010, publicado no DOU de 08/09/2010, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

Nº 776 Processo nº 53500.013134/2010-04. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Telefônico Fixo Comutado expedida à TELLIG TELECOM EIRELI, CNPJ sob nº 11.907.637/0001-82, por meio do Ato nº 5926, de 14/09/2010, publicado no DOU de 24/09/2010, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 787 Processo nº 53500.004846/2019-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 10.305.548/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Timon/MA.

Nº 788 Processo nº 53500.004848/2019-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Leopoldina/MG.

Nº 790 Processo nº 53500.004850/2019-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Carmo do Paranaíba/MG.

Nº 791 Processo nº 53500.004851/2019-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília de Minas/MG.

Nº 792 Processo nº 53500.004852/2019-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Visconde do Rio Branco/MG.

Nº 793 Processo nº 53500.004853/2019-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Salinas/MG.

Nº 794 Processo nº 53500.004854/2019-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mata Verde/MG.

Nº 795 Processo nº 53500.004855/2019-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porteirinha/MG.

Nº 796 Processo nº 53500.004856/2019-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mantena/MG.

Nº 797 Processo nº 53500.004857/2019-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tupaciguara/MG.

Nº 798 Processo nº 53500.004858/2019-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Arinos/MG.

Nº 801 Processo nº 53500.004869/2019-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Balneário Camboriú/SC.

Nº 802 Processo nº 53500.004873/2019-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à KYNO FILMES PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA, CNPJ 02.600.849/0001-21, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Araguatins/TO.

Nº 805 Processo nº 53500.004884/2019-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO BRASIL NOVO LTDA, CNPJ 79.873.204/0001-97, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jaraguá do Sul/SC.

Nº 807 Processo nº 53500.004894/2019-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FLORESTA VERDE AM DE JOINVILLE LTDA, CNPJ 79.419.263/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Joinville/SC.

Nº 815 Processo nº 53500.004922/2019-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA TROPICAL DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 30.423.818/0001-88, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Miguel Pereira/RJ.

Nº 817 Processo nº 53500.004924/2019-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SOCIEDADE NOVA ESPERANCA LTDA, CNPJ 79.352.712/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Nova Esperança/PR.

Nº 818 Processo nº 53500.004925/2019-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CANTICO NOVO LTDA - EPP, CNPJ 06.155.155/0001-83, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Vacaria/RS.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 828 Processo nº 53500.004990/2019-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FACULDADE ATENAS (CENTRO EDUCACIONAL HYARTE-ML LTDA), CNPJ 01.428.030/0001-66, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de João Pinheiro/MG.

Nº 833 Processo nº 53500.005020/2019-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EDUCADORA LTDA, CNPJ 91.904.029/0001-53, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Canoas/RS.

Nº 836 Processo nº 53500.005040/2019-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à OSEA - O SENHOR ESTA AQUI LTDA, CNPJ 08.444.217/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pimenta Bueno/RO.

Nº 838 Processo nº 53500.053070/2018-23. declara extinta, por renúncia, a partir de 22/11/2018, a autorização outorgada à DATABRAS INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 29.771.961/0001-81, por meio do Ato nº 4180, de 28/062010, publicado no DOU de 06/07/2010, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 847 Processo nº 53500.040632/2018-79. Expede autorização à VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ nº 02.883.607/0001-92, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, excluída a área de prestação do Município de Santa Maria/RS.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 875 Processo nº 53504.000134/2019-34. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CONEXAO NETWORKS PROVEDOR DE INTERNET EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 07.848.933/0001-82, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 877 Processo nº 53500.002853/2019-20. Expede autorização à T. P. S. SGUBIN INTERNET TELECOM - EPP, CNPJ/MF nº 24.174.697/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 878 Processo nº 53500.050159/2018-38. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à R.C.F. - TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 06.175.391/0001-61, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 883 Processo nº 53500.057798/2018-24. Expede autorização à VSA TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 28.277.512/0001-19, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 893 Processo nº 53500.003273/2019-50. Expede autorização à VISION TELECOM SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI, CNPJ/MF nº 30.620.581/0001-25, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 904 Processo nº 53500.003804/2019-12. Expede autorização à CILNET COMUNICACAO E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 04.127.856/0001-83, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 918 Processo nº 53500.003672/2019-11. Expede autorização à JGR TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 30.050.202/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 924 Processo nº 53500.003711/2019-80. Expede autorização à LIGUE NET TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 07.617.821/0001-10, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 940 Processo nº 53500.001895/2019-43. Expede autorização à GOL INTERNET LIMITADA, CNPJ/MF nº 31.907.797/0001-39, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 942 Processo nº 53500.005616/2019-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de União da Vitória/PR.

Nº 950 Processo nº 53500.003656/2019-28. Expede autorização à NEOCONNECT LTDA, CNPJ/MF nº 27.549.697/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 953 Processo nº 53500.003929/2019-34. Expede autorização à INFO CAMPOS TELECOMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 30.400.207/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 954 Processo nº 53500.003838/2019-07. Expede autorização à NETFIX SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/MF nº 32.143.629/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 961 Processo nº 53500.005757/2019-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Patos de Minas/MG.

Nº 962 Processo nº 53500.005768/2019-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Sacramento/MG.

Nº 963 Processo nº 53500.005770/2019-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Divinópolis/MG.

Nº 964 Processo nº 53500.005771/2019-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Monte Carmelo/MG.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 997 Processo nº 53500.005113/2019-45. Expede autorização à LINAX SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 31.325.568/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.002 Processo nº 53500.005023/2019-54. Expede autorização à AUGUSTO RODRIGUES - ME, CNPJ/MF nº 22.504.593/0001-66, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.006 Processo nº 53500.003597/2019-98. Expede autorização à C B DA SILVA TELECOMUNICACOES, CNPJ/MF nº 27.671.822/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.018 Processo nº 53500.001545/2019-87. Expede autorização à HP TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 28.973.552/0001-03, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.019 Processo nº 53500.058652/2018-04. Expede autorização à A. E . M. DA SILVA, CNPJ/MF nº 30.791.146/0001-63, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.021 Processo nº 53500.002408/2019-60. Expede autorização à ROBERIO C SILVA SERVICOS DE COMUNICACAO - ME, CNPJ/MF nº 24.988.694/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 1.088 Processo nº 53500.005652/2019-84. Expede autorização à SILVERNET TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 29.327.810/0001-39, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.089 Processo nº 53500.003498/2019-14. Expede autorização à G+B SISTEMAS E AUTOMACAO LTDA., CNPJ/MF nº 17.939.967/0001-36, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.093 Processo nº 53500.004899/2019-83. Expede autorização à ISW TELECOM PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 31.607.632/0001-41, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.094 Processo nº 53500.004918/2019-71. Expede autorização à ISW TELECOM PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 31.607.632/0001-41, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 1.099, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº 53500.000515/2018-72. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ALGAR CELULAR S/A, CNPJ/MF nº 05.835.916/0001-85, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 1.156 Autoriza Radio e Televisão Bandeirantes S.A., CNPJ nº 60.509.239/0001-13, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Salvador/BA, no período de 26/02/2019 a 11/03/2019.

Nº 1.157 Autoriza TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 11/02/2019 a 11/04/2019.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 1.196 Autoriza FOLE FURADO PRODUCOES EIRELI - ME, CNPJ nº 21.834.527/0001-91, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Salvador/BA, no período de 28/02/2019 a 06/03/2019.

Nº 1.197 Autoriza TELE-PONTO COMERCIO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 59.986.406/0001-38, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Recife/PE, no período de 25/02/2019 a 30/03/2019.

Nº 1.198 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 28/02/2019 a 10/03/2019.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 1.233 Autoriza TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Piracicaba/SP, no período de 11/02/2019 a 11/04/2019.

Nº 1.243 Autoriza FOLE FURADO PRODUCOES EIRELI - ME, CNPJ nº 21.834.527/0001-91, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 23/02/2019 a 23/02/2019.

Nº 1.244 Autoriza PLANATEL - PLAN E ASSESSORIA DE TELECOM LTDA, CNPJ nº 00.469.775/0001-00, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Sorocaba/SP, no período de 25/02/2019 a 10/03/2019.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.488, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.051413/2018-15. declara autorizado o Uso de Radiofrequência à TELEVISAO NAIPI LTDA, CNPJ 77.689.032/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Foz do Iguaçu/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA N° 12, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto de 1º de janeiro de 2019, os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e nos termos do art. 11 do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança das unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, na forma dos Anexos I a XII desta Portaria Normativa:

I - Ordinariado Militar do Brasil;
II - Gabinete do Ministro;
III - Assessoria Especial de Planejamento;
IV - Secretaria de Controle Interno;
V - Instituto Pandiá Calógeras;
VI - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
VII - Secretaria-Geral;
VIII - Secretaria de Orçamento e Organização Institucional;
IX - Secretaria de Produtos de Defesa;
X - Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto;
XI - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; e
XII - Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

Art. 2º Aos Assessores Especiais do Ministro de Estado da Defesa incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado da Defesa no desempenho de suas funções institucionais;

II - acompanhar a prática de atos no âmbito do Ministério da Defesa que implique ações ou decisões do Ministro de Estado da Defesa, respeitadas as competências das autoridades constituídas;

III - assessorar o Ministro de Estado da Defesa na realização de trabalhos específicos de interesse do Ministério da Defesa;

IV - representar o Ministro de Estado da Defesa em reuniões interministeriais e em grupos de trabalho de interesse da Pasta, quando determinado; e

V - coordenar, em conjunto com os Assessores Especiais Militares, a elaboração dos discursos e pronunciamentos oficiais do Ministro de Estado da Defesa.

Art. 3º Aos Assessores Especiais Militares do Ministro de Estado da Defesa incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado da Defesa no desempenho de suas funções institucionais;

II - acompanhar a prática de atos no âmbito do Ministério da Defesa que implique ações ou decisões do Ministro de Estado da Defesa, respeitadas as competências das autoridades constituídas;

III - representar o Ministro de Estado da Defesa em reuniões interministeriais e em grupos de trabalho de interesse da Pasta, quando determinado; e

IV - coordenar, em conjunto com os Assessores Especiais, a elaboração dos discursos e pronunciamentos oficiais do Ministro de Estado da Defesa.

Art. 4º O Regimento Interno da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e das respectivas Consultorias Jurídicas Adjuntas é definido por ato regimental do Advogado-Geral da União, de acordo com a previsão contida no art. 4º, inciso I, e art. 45 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e nos termos do art. 8º-G da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 5º Ficam revogadas:

I - a Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014;

II - a Portaria Normativa nº 1/GAP/MD, de 8 de janeiro de 2016; e

III - a Portaria Normativa nº 33/MD, de 8 de junho de 2016.

Art. 6º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO
ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL
CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Ordinariado Militar do Brasil compete o cumprimento das ações decorrentes do acordo sobre a assistência religiosa católica às Forças Armadas, firmado em 23 de outubro de 1989, entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 222, de 22 de novembro de 1989, referido nos arts. 3º e 20 do acordo de 13 de novembro de 2008, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na cidade do Vaticano em 13 de novembro de 2008, entre os mesmos Estados soberanos e aprovado pelo Congresso Nacional, conforme constante do Decreto Legislativo nº 698, de 7 de outubro de 2009, promulgado pelo Presidente da República nos termos do Decreto nº7.107, de 11 de fevereiro de 2010.

§ 1º As funções litúrgicas do Ordinariado Militar do Brasil têm lugar na Catedral Militar Rainha da Paz, localizada em Brasília, Distrito Federal.

§ 2º A atuação do Ordinariado Militar do Brasil, respeitadas as prescrições de ordem eclesiástica, pauta-se em prévio planejamento, submetido à aprovação do Ministro de Estado da Defesa, particularmente quando houver ônus para a União.

Art. 2º O Ordinariado Militar do Brasil e sua Cúria estão sediados em Brasília, no Ministério da Defesa.

Art. 3º Os ofícios e organismos previstos no Código de Direito Canônico atuam sob a autoridade do Ordinário Militar naquilo que diz respeito às ações decorrentes do acordo sobre a assistência religiosa católica às Forças Armadas, a que se refere o art. 1º deste Regimento Interno.

Art. 4º O Ordinário Militar é nomeado pelo Papa, após consulta ao Governo brasileiro, nos termos do acordo sobre a assistência religiosa católica às Forças Armadas, a que se refere o art. 1º deste Regimento Interno, e vincula-se administrativamente ao Ministro de Estado da Defesa.

Art. 5º O bispo coadjutor e os bispos auxiliares, nomeados pelo Papa e sediados nas regiões episcopais, auxiliam o Ordinário Militar em seu múnus.

Art. 6º As funções eclesiásticas de vigário geral e de coordenador da Cúria serão exercidas por bispo auxiliar ou, na falta deste, por um integrante do presbitério militar.

Art. 7º As funções eclesiásticas de vigários episcopais serão exercidas pelos bispos auxiliares e capelães nomeados.

Art. 8º O Conselho Presbiteral reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Ordinário Militar.

Art. 9º O Colégio dos Consultores reunir-se-á quando convocado pelo Ordinário Militar ou, na falta deste, por aquele que o presidirá.

Art. 10. O Conselho de Assuntos Econômicos reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Ordinário Militar.

Art. 11. A Equipe Coordenadora de Formação Permanente dos Capelães Militares reunir-se-á quando convocada e zelará, sob a coordenação do Ordinário Militar, para que os cursos de formação permanente aconteçam conforme programados.

Art. 12. As atividades administrativas do Ordinariado Militar do Brasil serão desempenhadas pelas autoridades eclesiásticas designadas pela Santa Sé; pelos ocupantes dos cargos e das gratificações distribuídos ao Ordinariado Militar na forma da Tabela "a" do Anexo II do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; por servidores e militares das Forças Armadas colocados à sua disposição e por voluntários do serviço religioso, neste caso sem ônus para o Ministério da Defesa.

Parágrafo único. O cargo de Assistente do Ordinariado terá seu ocupante indicado pelo Chefe do Ordinariado Militar e nomeado pelo Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa, tendo exercício na Capelania do Hospital das Forças Armadas.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. Ao Ordinário Militar incumbe:

I - governar o Ordinariado Militar do Brasil, segundo as leis canônicas e as normas emanadas da Santa Sé;

II - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e os Comandantes das Forças Armadas nas questões atinentes aos respectivos Serviços de Assistência Religiosa;

III - convocar os ofícios e organismos a que se refere o art. 3º deste Regimento Interno e presidir as reuniões que forem levadas a efeito, particularmente as do Conselho Presbiteral, do Colégio de Consultores e do Conselho de Assuntos Econômicos;

IV - atender em todo o território nacional e, no caso de forças em missão de paz, no exterior, as solicitações dos grandes comandos, especialmente as de ministrar o sacramento do crisma, proferir palestras e celebrar a páscoa dos militares, observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Regimento Interno;

V - realizar visitas pastorais às capelanias e organizações militares das Forças Armadas, observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Regimento Interno;

VI - confirmar, mediante sindicância com os bispos, as informações a respeito dos candidatos ao ingresso no Quadro de Capelães Militares, constantes de relação previamente fornecida pelas respectivas Forças, contraindicando, em qualquer fase do processo seletivo, os que não se enquadrarem no perfil exigido;

VII - expedir os documentos relativos a sanções disciplinares de caráter canônico, dando a conhece-las aos Comandos das Forças Armadas a que o capelão estiver vinculado, para as providências cabíveis;

VIII - zelar para que os vocacionados a integrar o clero militar sejam formados adequadamente, segundo as exigências da Igreja Militar e peculiaridades do Ordinariado Militar do Brasil, observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Regimento Interno;

IX - cumprir, aplicar e fazer cumprir as normas canônicas emanadas da Santa Sé;

X - elaborar, assessorado pelos bispos auxiliares, pelos vigários episcopais, pelo Conselho Presbiteral e pelo Colégio de Consultores, seguindo as normas canônicas, as Diretrizes da Ação Pastoral e as alterações no Estatuto do Ordinariado Militar do Brasil, quando for o caso;

XI - acompanhar as atividades dos capelães, orientando-os no que diz respeito à missão que lhes compete no âmbito de suas respectivas capelanias;

XII - referendar, para que sejam válidos, os documentos emanados dos capelães chefes que se referirem à vida e à missão do Ordinariado Militar do Brasil;

XIII - convocar os capelães, formalizando expediente aos Comandos das Forças Armadas, para os eventos previstos para o clero militar, como o retiro, o seminário de capacitação profissional, o encontro e formação permanente anuais, observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Regimento Interno;

XIV - propor aos Comandos das Forças Armadas a transferência de capelães militares, quando necessária;

XV - relacionar-se, particularmente por intermédio dos capelães militares, com as arquidioceses, dioceses e prelazias locais, onde houver capelanias, auxiliando-as, sempre que possível, observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Regimento Interno;

XVI - atender às convocações da Santa Sé e da Nunciatura Apostólica no Brasil, reportando-se ao Ministro de Estado da Defesa, observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Regimento Interno;

XVII - participar, como membro do colégio episcopal, das atividades da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Regional Centro-Oeste da CNBB, reportando-se ao Ministro de Estado da Defesa, observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Regimento Interno;

XVIII - presidir as celebrações litúrgicas levadas a efeito na Catedral Militar Rainha da Paz e nas capelanias militares; e

XIX - dar assistência pessoal, ou designar bispo auxiliar ou capelão para isso, aos militares, seus familiares e dependentes, visitando-os regularmente quando hospitalizados ou enfermos em suas residências, observado o disposto no § 2ºdo art. 1º deste Regimento Interno.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO
GABINETE DO MINISTRO
CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, compete:

I - assistir o Ministro em sua representação funcional e pessoal, especialmente no preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério da Defesa em tramitação no Congresso Nacional;

III - assistir o Ministro de Estado da Defesa nas atividades de Comunicação Social;

IV - assistir o Ministro de Estado da Defesa na configuração de cerimônias militares e eventos oficiais;

V - apoiar o Ministro de Estado da Defesa na preparação de pronunciamentos, discursos e documentos de interesse do Ministério;

VI - exercer as atribuições de Secretaria-Executiva da Comissão de Ética do Ministério da Defesa;

VII - exercer as atribuições de unidade de Ouvidoria do Ministério da Defesa;

VIII - articular-se com as Assessorias Parlamentares e de Comunicação Social das Forças Armadas;

IX - coordenar os trabalhos dos ajudantes de ordens e da segurança do Ministro de Estado da Defesa;

X - apoiar administrativamente o Ordinariado Militar; e

XI - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Gabinete do Ministro (GM) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Assessoria de Atos e Procedimentos (ASSAP);

II - Assessoria de Cerimonial (ASCER);

III - Assessoria de Comunicação Social (ASCOM);

IV - Assessoria Parlamentar (ASPAR); e

V - Ouvidoria (OUV).

Parágrafo Único. Além dos órgãos previstos no caput deste artigo, funcionam diretamente subordinados ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa:

I - ajudantes de ordens do Ministro de Estado da Defesa;

II - Comissão de Ética;

III - Setor de Apoio Logístico e Administrativo (SALOA); e

IV - Setor de Segurança Pessoal do Ministro de Estado da Defesa (SEGPES).

Art. 3º O Chefe de Gabinete será substituído, em suas faltas, impedimentos ou vacância, por servidor ou militar designado pelo Ministro de Estado da Defesa.

§ 1º Os Chefes das Assessorias de Atos e Procedimentos, de Comunicação Social, Parlamentar e de Cerimonial serão substituídos, em suas faltas, impedimentos ou vacância, por servidores ou militares, por eles indicados e previamente designados, na forma da legislação específica.

§ 2º O Ouvidor será substituído em suas faltas, impedimentos ou vacância, por servidor ou militar, por ele indicado e previamente designado, na forma da legislação específica.

§ 3º O Setor de Segurança Pessoal do Ministro de Estado da Defesa e o Setor de Apoio Logístico e Administrativo serão integrados e chefiados por servidores ou por militares designados pelo Chefe de Gabinete dentre aqueles em exercício no órgão.

§ 4º O controle e a organização dos ajudantes de ordens caberá, dentre eles, ao oficial mais antigo, respeitada a vinculação ao Chefe de Gabinete do Ministro.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 4º À Assessoria de Atos e Procedimentos compete:

I - no âmbito de sua atuação, distribuir, receber, registrar, encaminhar, expedir e controlar o trâmite de documentos, processos e procedimentos dirigidos ao Ministro de Estado da Defesa ou ao Chefe de Gabinete, dentre os quais:

a) pleitos oriundos do setor privado e de autoridades públicas em geral;

b) matérias que versem sobre assuntos judiciais ou demandas administrativas, solicitando ou propondo a correspondente e oportuna manifestação;

c) consultas, pedidos de esclarecimento e pleitos recursais ou revisionais, providenciando as necessárias instrução e tramitação;

d) avisos, exposição de motivos, ofícios, portarias, memorandos e despachos, conforme Manual de Redação da Presidência da República; e

e) portarias interministeriais, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI - Atos Interministeriais).

II - requerer aos setores competentes análise e manifestação a respeito de assunto de interesse do Ministério da Defesa, cujo procedimento esteja sob a responsabilidade do Gabinete do Ministro;

III - editar, na forma da redação oficial, textos de documentos inerentes à sua área de atuação;

IV - providenciar a publicação dos atos oficiais do Ministério da Defesa no Diário Oficial da União, encaminhando-os à Imprensa Nacional, na forma da legislação em vigor;

V - encaminhar à Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Sistema Integrado de Nomeações e Consulta (SINC), consulta prévia à nomeação em cargo público, e para membros de diretorias e conselhos, de empresas estatais federais ou de empresas que a União detenha, direta ou indiretamente, participação minoritária, em articulação, no que couber, com outros órgãos da estrutura organizacional;

VI - operar o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal (SIDOF);

VII - operar o Sistema de Tramitação de Termos de Classificação da Informação (TCI) à Comissão Mista de Reavaliação da Informação (CMRI); e

VIII - exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 5º À Assessoria de Cerimonial compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa quanto à configuração de eventos e solenidades, articulando-se com as assessorias dos órgãos e autoridades públicas envolvidas;

II - assessorar na preparação de viagens e visitas oficiais do Ministro de Estado da Defesa, estabelecendo contato com os setores envolvidos, visando à adoção das providências necessárias;

III - sugerir e solicitar a aquisição de brindes institucionais representativos para trocas protocolares;

IV - manter catalogados os brindes institucionais ofertados e recebidos pelo Ministro de Estado da Defesa em face de sua atuação institucional, no que diz respeito à reciprocidade e ao relacionamento diplomático;

V - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa nos atos e eventos do cerimonial público militar, legislativo e litúrgico em que participe o Ministro de Estado da Defesa ou seus prepostos, mediante a coordenação de ações entre os órgãos públicos envolvidos e os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em cada caso;

VI - coordenar de acordo com a agenda do Ministro e do Chefe de Gabinete a recepção de pessoas indicadas para audiência com o Ministro de Estado da Defesa, prestando o assessoramento necessário;

VII - coordenar e supervisionar a execução das atividades de preservação e adequação dos recintos destinados à realização de eventos e refeições em que participe o Ministro de Estado da Defesa, internos ou externos à administração central do Ministério da Defesa;

VIII - assessorar o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa nos procedimentos referentes à coordenação e divulgação da solenidade de hasteamento da Bandeira Nacional na Praça dos Três Poderes, mediante intercâmbio operacional entre os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e o Governo do Distrito Federal;

IX - estabelecer intercâmbio entre as áreas responsáveis pelo cerimonial e medalhística dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, visando à consecução do apoio necessário às cerimônias oficiais que requeiram a participação do Ministro de Estado da Defesa ou a colaboração do Ministério da Defesa;

X - assessorar o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa no apoio aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições públicas e privadas, nas reuniões de Cúpula, quando de visitas oficiais ao Brasil de Chefes de Estado ou de Governos estrangeiros, Monarcas e Chanceleres, como também nas cerimônias de apresentação e entrega de cartas credenciais ao Presidente da República;

XI - estabelecer intercâmbio com as áreas responsáveis pelo cerimonial e medalhística dos órgãos federais e com as Forças Armadas com o intuito de manter atualizados os cadastros das autoridades federais e dos Oficiais-Generais das Forças Armadas;

XII - articular-se com os responsáveis pela segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa por ocasião da preparação de eventos e solenidades sob sua responsabilidade, das quais a autoridade participe;

XIII - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa na indicação de condecorações a civis e militares para comendas dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Ministério das Relações Exteriores, da Escola Superior de Guerra e demais órgãos com os quais o Ministério da Defesa mantenha reciprocidade;

XIV - assessorar o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa, no apoio aos órgãos públicos, em solenidades por eles organizadas que requeiram a participação dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

XV - assessorar o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa, na coordenação e execução das honras mistas, ala de recepção a Ministros de Defesa ou autoridades estrangeiras em visita oficial ao Ministro de Estado da Defesa, no que se refere a honras militares, reuniões, almoço e despedidas, nesta capital ou em outro Estado da Federação, cabendo à Assessoria de Cerimonial:

a) solicitar, junto ao Ministério das Relações Exteriores a Bandeira Nacional e a partitura oficial do Hino do país da autoridade que está em visita ao Ministro de Estado da Defesa; e

b) providenciar e solicitar apoio do Comando das Forças Armadas para a realização das Honras Militares e ala de recepção;

XVI - solicitar, junto ao Ministério das Relações Exteriores, a emissão de passaportes oficiais e notas de visto solicitados por militares e servidores civis do Ministério da Defesa designados para realizar missões no exterior;

XVII - preparar respostas aos convites enviados ao Ministro de Estado da Defesa, bem como preparar cartões de cumprimentos e pêsames;

XVIII - preparar e executar as atividades internas, inerentes ao cerimonial, tais como recebimento, elaboração e expedição de documentos, internos e externos, de assuntos afetos ao cerimonial; manter o acervo fotográfico das atividades e solenidades, internas e externas, com a presença do Ministro de Estado da Defesa;

XIX - cadastrar e manter atualizado, com apoio das Forças Armadas e demais órgãos públicos e privados, banco de dados de pessoal militar e civil, de interesse do Ministério da Defesa;

XX - manter atualizada a carga sob a responsabilidade do Cerimonial;

XXI - coordenar, em conjunto com a Presidência da República, as atividades relacionadas ao desfile de 7 de setembro, no que se refere ao gerenciamento do Palanque Independência;

XXII - elaborar, coordenar e executar as atividades referentes ao funcionamento da cozinha e refeitório do Gabinete do Ministro de Estado da Defesa;

XXIII - preparar serviço de comissária para o Ministro de Estado da Defesa e comitiva, para voos em aeronaves militares, quando solicitado;

XXIV - requerer o material e serviço necessário para o cumprimento das atividades do cerimonial, protocolo e medalhística;

XXV - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa nos procedimentos referentes à concessão e à entrega da Ordem do Mérito da Defesa; em especial:

a) providenciar a documentação para convocação do Conselho da Ordem;

b) transcrição de atas, redação, registro, organização e funcionamento das sessões do Conselho, manuseio de documentos, objetos e símbolos;

c) realizar o processo de aquisição, guarda e distribuição de insígnias e diplomas e demais complementos;

d) relacionamento com as secretarias de comendas congêneres;

e) elaborar e divulgar o Almanaque da Ordem do Mérito da Defesa;

f) elaborar e atualizar relatórios;

g) manter arquivamento de atos e documentos;

h) comunicação ao Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul sobre estrangeiros agraciados com a Ordem do Mérito da Defesa;

i) processamento e tramitação de atos administrativos;

j) fazer publicar, anualmente, a data limite para o encaminhamento das propostas;

k) coordenar e executar, com o apoio da Marinha, Exército ou Aeronáutica, em sistema de rodízio, a cerimônia de entrega da Ordem do Mérito da Defesa; e

l) remeter a condecoração aos agraciados que não puderem comparecer à cerimônia de imposição da medalha;

XXVI - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa nos procedimentos referentes à concessão e à entrega da Medalha da Vitória; em especial:

a) organizar e manter atualizados os registros e arquivos da medalha;

b) fazer publicar, anualmente, a data-limite para o encaminhamento de propostas para concessão da medalha;

c) elaborar e promover a divulgação do Almanaque da Medalha da Vitória;

d) realizar o processo de aquisição, guarda e distribuição das medalhas, diplomas e demais complementos;

e) coordenar e executar, com o apoio da Marinha, Exército ou Aeronáutica, em sistema de rodízio, a cerimônia do Dia da Vitória e entrega da Medalha da Vitória; e

f) remeter a condecoração aos agraciados que não puderem comparecer à cerimônia de imposição da medalha;

XXVII - coordenar e assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa nos procedimentos referentes à concessão e à entrega da Medalha do Mérito Desportivo Militar; em especial:

a) organizar e manter atualizados os registros e arquivos da medalha;

b) fazer publicar, anualmente, a data-limite para encaminhamento de propostas para concessão da medalha;

c) elaborar e promover a divulgação do Almanaque da Medalha do Mérito Desportivo Militar;

d) realizar o processo de aquisição, guarda e distribuição das medalhas e diplomas e demais complementos;

e) coordenar e executar, com o apoio da Marinha, Exército ou Aeronáutica, em sistema de rodízio, a cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Desportivo Militar; e

f) remeter a condecoração aos agraciados que não puderem comparecer à cerimônia de imposição da medalha;

XXVIII - coordenar e assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa nos procedimentos referentes à concessão e à outorga do Prêmio de Honra ao Mérito do Ministério da Defesa, devendo:

a) organizar e manter atualizados os registros dos arquivos do prêmio;

b) preparar e fazer publicar no Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério da Defesa o ato de concessão do prêmio;

c) providenciar a aquisição e gravação do prêmio e demais complementos; e

d) remeter aos Comandos das Forças Armadas o prêmio dos indicados; e

XXIX - exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação ou determinadas pelo Ministro de Estado da Defesa ou pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

Art. 6º À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - propor ao Ministro de Estado da Defesa o Planejamento Estratégico de Comunicação Social do Ministério em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - executar ações estratégicas de comunicação social aprovadas pelo Ministro de Estado da Defesa;

III - articular-se com os Centros de Comunicação Social das Forças Armadas conjugando os esforços para ampliar a divulgação das atividades do Ministério;

IV - exercer as atividades de órgão setorial do Ministério da Defesa na estrutura do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM), representando sua administração central, o Hospital das Forças Armadas (HFA), a Escola Superior de Guerra (ESG), os Comandos das Forças Armadas e entidades a estes vinculadas;

V - exercer as atividades de órgão central do Sistema de Comunicação Social de Defesa (SisComDef);

VI - assegurar o atendimento aos preceitos de transparência administrativa e de prestação de contas à sociedade nas ações de comunicação social do Ministério da Defesa;

VII - zelar pela adequação das ações de comunicação social do Ministério e das Forças Armadas aos preceitos da Política e da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa;

VIII - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e demais autoridades do Ministério no seu relacionamento com veículos de comunicação das diversas mídias (digital, impressa, televisiva, radiofônica);

IX - produzir, organizar e divulgar conteúdos informativos e jornalísticos (textos, fotos, infográficos, vídeos, áudios) sobre as atividades do Ministério;

X - implementar novos meios e plataformas digitais, internas e externas, de comunicação social;

XI - acompanhar e atender, com subsídios fornecidos pelas unidades administrativas do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, as demandas de imprensa dos veículos regionais, nacionais e internacionais de comunicação social;

XII - planejar e executar as ações de comunicação social referentes aos temas sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, incluindo as operações militares conjuntas e demais atividades do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

XIII - produzir análises, a partir do monitoramento dos veículos de comunicação e das redes sociais, para subsidiar o Ministro de Estado da Defesa e demais autoridades no processo de tomada de decisão;

XIV - avaliar os resultados das ações de comunicação, apresentar análises e relatórios mensais e propor aperfeiçoamentos no Planejamento Estratégico de Comunicação Social do Ministério da Defesa, por meio de indicadores de desempenho e da verificação do cumprimento de objetivos estratégicos;

XV - promover pesquisas de opinião pública com a finalidade de gerar subsídios para as ações de comunicação social;

XVI - gerenciar a publicação de conteúdos informativos no sítio internet, na intranet e nos perfis do Ministério da Defesa nas redes sociais;

XVII - coordenar as campanhas e demais ações de publicidade do Ministério da Defesa;

XVIII - definir os padrões de identidade visual do Ministério da Defesa e zelar pela sua correta aplicação por todas as unidades administrativas do órgão;

XIX - sugerir, desenvolver e coordenar a publicação de impressos do Ministério da Defesa, tais como livros, revistas, cartilhas, folhetos, entre outros;

XX - propor cobertura jornalística e de imagem de eventos e cerimônias, internas ou externas ao edifício da administração central do Ministério da Defesa, inclusive em viagens nacionais e internacionais; e

XXI - exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 7º À Assessoria Parlamentar compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e demais autoridades do Ministério da Defesa no Congresso Nacional;

II - assistir o Ministro de Estado da Defesa e demais autoridades do Ministério da Defesa em suas visitas ao Congresso Nacional;

III - articular-se com o Congresso Nacional, com os órgãos ligados ao Sistema de Acompanhamento Legislativo (SIAL), instituído pelo Decreto nº 4.596, de 17 de fevereiro de 2003, e com as Assessorias Parlamentares dos demais órgãos públicos, em obediência às diretrizes ministeriais e do Chefe de Gabinete do Ministro;

IV - articular-se com os órgãos da estrutura organizacional do Ministério da Defesa no sentido de obter subsídios às decisões ministeriais;

V - articular-se com as Assessorias Parlamentares dos Comandos das Forças Armadas, no sentido de obter subsídios às decisões ministeriais;

VI - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e registrar a execução das atividades de interesse do Ministério da Defesa atinentes à atuação do Poder Legislativo;

VII - solicitar, receber e consolidar as manifestações dos órgãos da estrutura interna do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas pertinentes às matérias legislativas, submetendo-as à deliberação ministerial;

VIII - acompanhar as sessões plenárias da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, assim como as reuniões das Comissões daquelas Casas, no que tange às matérias pertinentes ao Ministério da Defesa;

IX - acompanhar todas as iniciativas de qualquer natureza, de comissões permanentes ou temporárias do Congresso Nacional, bem como de frentes parlamentares, pertinentes às missões institucionais do Ministério da Defesa;

X - atender com diligência aos requerimentos de informação, às indicações, às consultas, aos convites e às solicitações de caráter geral encaminhadas pelos membros do Congresso Nacional ao Ministério da Defesa e aos Comandos das Forças Singulares;

XI - acompanhar proposituras de interesse do Ministério da Defesa junto à Casa Civil da Presidência da República e ao Congresso Nacional;

XII - acompanhar o fluxo da correspondência oriunda do Poder Legislativo, coordenando o recebimento, a preparação, a guarda e a expedição da documentação;

XIII - organizar os arquivos referentes aos requerimentos de informação, indicações, projetos de lei, pronunciamentos e solicitações do Poder Legislativo;

XIV - relacionar-se com os integrantes do Congresso Nacional, desenvolvendo ações e atividades que contribuam para a manutenção da imagem positiva do Ministério da Defesa;

XV - submeter à apreciação do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa nomes de parlamentares e de outras pessoas que, em virtude de suas atuações, reúnam requisitos para receber condecorações e participar de eventos vinculados ao Ministério da Defesa, nas suas áreas de competência; e

XVI - exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 8º À Ouvidoria compete:

I - promover participação, proteção e defesa dos direitos do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos, no âmbito do Ministério da Defesa;

II - receber e processar reclamações, solicitações de providências, denúncias, sugestões, elogios e solicitações de simplificação sobre as atividades de órgãos, instituições e entidades vinculadas ao Ministério da Defesa;

III - articular-se com órgãos e entidades da estrutura organizacional do Ministério da Defesa no sentido de obter informações e esclarecimentos com vistas à solução de questões suscitadas;

IV - propor ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa que se oficie às autoridades competentes para cientificá-las sobre questões suscitadas;

V - obter solução para cada situação, no limite de suas atribuições, mediante a colaboração dos setores competentes;

VI - orientar o interessado na formulação de sua pretensão, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência;

VII - aferir o grau de satisfação do usuário com relação ao serviço ou à atuação do agente público;

VIII - oferecer informações gerenciais e sugestões para a melhoria da gestão;

IX - corresponder-se com a Ouvidoria-Geral da União e demais ouvidorias públicas; e

X - exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 9º Aos ajudantes de ordens do Ministro de Estado da Defesa incumbe:

I - prestar, em regime de atendimento ininterrupto, enquanto necessária, assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de serviço e de natureza pessoal, no Brasil ou no exterior;

II - planejar e solicitar apoio logístico às viagens do Ministro de Estado da Defesa, mediante nota de serviço;

III - acompanhar o Ministro de Estado da Defesa em viagens, eventos e solenidades;

IV - providenciar meios de transporte necessários à participação do Ministro de Estado da Defesa em eventos, viagens e atividades diárias e planejar o emprego desses meios no Brasil ou no exterior;

V - auxiliar o Chefe de Gabinete, quando por ele determinado, no cumprimento dos compromissos da agenda do Ministro de Estado da Defesa;

VI - informar aos responsáveis pelas práticas de cerimonial a respeito dos brindes institucionais recebidos ou ofertados pelo Ministro de Estado da Defesa;

VII - encaminhar ao Chefe de Gabinete do Ministro correspondências e documentos recebidos em audiências, solenidades ou viagens, de acordo com a determinação do Ministro de Estado da Defesa;

VIII - manter o registro dos deslocamentos em viagem dos Comandantes das Forças Armadas, para viabilizar contatos telefônicos entre o Ministro de Estado da Defesa e essas autoridades; e

IX - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

Parágrafo Único - O controle e a organização dos ajudantes de ordens caberão, dentre eles, ao oficial mais antigo, respeitada a vinculação ao Chefe de Gabinete do Ministro.

Art. 10. À Comissão de Ética do Ministério da Defesa compete:

I - atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, devendo:

a) submeter à Comissão de Ética Pública propostas para seu aperfeiçoamento;

b) dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;

c) apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes; e

d) recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;

III - representar a administração central do Ministério da Defesa na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007; e

IV - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal, alertando ao Ministro de Estado da Defesa, por intermédio do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa, as situações que possam configurar descumprimento de suas normas, realizando comunicação externa se for o caso.

Parágrafo único. A Comissão Setorial de Ética dispõe de uma secretaria-executiva, chefiada por um de seus membros, ocupante de cargo de direção compatível com sua estrutura, nela alocado sem aumento de despesas, a quem compete prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.

Art. 11. Ao Setor de Apoio Logístico e Administrativo compete auxiliar o Gabinete do Ministro e, especificamente:

I - solicitar o apoio de transporte para os integrantes do Gabinete do Ministro e requerer a manutenção das instalações do Gabinete, mediante articulação com os setores competentes do Ministério da Defesa;

II - acompanhar as manutenções, preventivas e corretivas, das instalações e dependências do Gabinete do Ministro, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento;

III - efetuar a abertura e o fechamento, no início e no término das atividades, das dependências do Gabinete do Ministro;

IV - cadastrar o pessoal e executar os procedimentos referentes ao controle de acesso ao Gabinete do Ministro;

V - realizar a execução de cópias, encadernação, escaneamento e digitalização de documentos;

VI - providenciar o material de expediente necessário ao pleno funcionamento do gabinete;

VII - consolidar a previsão orçamentária anual do gabinete, bem como gerenciar os recursos do Programa de Trabalho Resumido específico;

VIII - solicitar a provisão de suprimento de fundos, se for o caso, para as viagens do Ministro de Estado da Defesa, bem como realizar a prestação de contas;

IX - executar o apoio logístico e administrativo ao Ministro de Estado da Defesa durante as suas viagens oficiais, mediante coordenação com os ajudantes de ordens;

X - elaborar as notas de serviço e notas técnicas, gerar os processos de diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), atuar na função de proponente e executar a prestação de contas referentes as viagens do Ministro de Estado da Defesa e comitiva;

XI - receber, conferir e acondicionar a comissaria aérea relativa as viagens oficiais do Ministro de Estado da Defesa, bem como efetuar o transporte desta ao veículo oficial designado para a comitiva da missão;

XII - elaborar a relação nominal de passageiros e de bagagens com os dados de peso e volume para transporte em veículo oficial e embarque nos meios operativos, em voos nacionais e internacionais, referentes à comitiva do Ministro de Estado da Defesa;

XIII - auxiliar na solicitação do pedido de reserva de meios operativos para as viagens oficiais do Ministro de Estado da Defesa e a devida confirmação junto à Força correspondente;

XIV - realizar os contatos necessários para a realização do despacho alfandegário e migratório nas viagens internacionais do Ministro de Estado da Defesa;

XV - realizar a lista de verificação e prontificar a mala administrativa do SALOA para as viagens nacionais e internacionais do Ministro de Estado da Defesa;

XVI - consultar a lista dos países que exigem o Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia - CIVP ou Cartão de Vacinação do Adulto atualizado, a fim de assessorar a comitiva quanto a necessidade dos mesmos;

XVII - solicitar ao setor responsável, por meio de memorando, a habilitação dos celulares funcionais em modo roaming internacional da comitiva do Ministro de Estado da Defesa;

XVIII - providenciar junto ao setor de cerimonial de recepção de autoridades dos aeroportos a reserva de área especial para o embarque e desembarque da comitiva do Ministro de Estado da Defesa e em voos nacionais e internacionais;

XIX - preencher o Formulário General declaration e transmiti-lo à autoridade de saúde pública competente do destino da viagem, declarando a condição apta de saúde dos passageiros para o embarque nos meios operativos em voos internacionais;

XX - realizar o apoio e o auxílio das demandas administrativas referentes aos ajudantes de ordens;

XXI - confeccionar o livreto de viagem para as viagens oficiais do Ministro de Estado da Defesa, contendo informações pertinentes ao cumprimento da missão; e

XXII - outras atividades atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 12. Ao Setor de Segurança Pessoal do Ministro de Estado da Defesa compete:

I - planejar, organizar e executar as atividades de segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa, em coordenação com os ajudantes de ordens;

II - planejar, organizar e executar as atividades de segurança pessoal dos familiares do Ministro de Estado da Defesa nas seguintes hipóteses:

a) na participação de eventos oficiais; e

b) por determinação do Chefe de Gabinete do Ministro nas situações em que há o conhecimento de ameaça confirmada ou sob suspeita, que possa atentar contra a segurança dos familiares do Ministro de Estado da Defesa;

III - cumprir e fazer cumprir diretrizes, normas e procedimentos adotados na execução das atividades relativas à segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa, devidamente aprovados pelo Chefe de Gabinete do Ministro;

IV - prestar, em regime de atendimento ininterrupto, enquanto necessário, a segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de serviço e de natureza pessoal, no Brasil ou no exterior, devidamente autorizada pelo Chefe de Gabinete;

V - fazer levantamentos e estudos de situações que possam vir a comprometer a segurança e a normalidade dos eventos dos quais participe o Ministro de Estado da Defesa, assessorando o planejamento e as ações dos ajudantes de ordens;

VI - atuar com as equipes designadas para realizar a segurança do Ministro de Estado da Defesa em outras localidades, no Brasil ou no exterior, reportando-se aos ajudantes de ordens;

VII - elaborar, em coordenação com os ajudantes de ordens, e submeter ao Chefe de Gabinete do Ministro o programa de trabalho para o desenvolvimento das atividades de segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa, propondo atualizações, sempre que necessário;

VIII - propor as medidas necessárias para o aperfeiçoamento das atividades da segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa;

IX - propor, promover e executar os adestramentos necessários à segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa, assegurando a sua capacitação e o eficiente desempenho das atividades, de acordo com o programa de trabalho estabelecido; e

X - realizar estudos e apresentar propostas que assegurem a atualidade tecnológica e a eficiência dos materiais, equipamentos e armamentos da equipe de segurança.

Parágrafo Único - A organização, o controle e a coordenação dos militares responsáveis pela segurança pessoal do Ministro de Estado da Defesa caberão, dentre eles, ao militar mais antigo.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 13. Ao Chefe de Gabinete do Ministro incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das unidades integrantes da estrutura organizacional do Gabinete e, especificamente:

I - assistir o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos a que se refere o art. 1º;

II - subsidiar o Ministro de Estado da Defesa no encaminhamento de questões político-administrativas;

III - coordenar e orientar a apresentação das matérias a serem submetidas ao Ministro de Estado da Defesa, oriundas da Consultoria Jurídica, da Secretaria de Controle Interno, dos Assessores Especiais do Ministro de Estado da Defesa, do Chefe do Ordinariado Militar do Brasil e da Comissão de Ética do Ministério da Defesa;

IV - exercer a função de Secretário do Conselho da Ordem do Mérito da Defesa, em obediência às regras para a concessão da comenda;

V - organizar a agenda do Ministro de Estado da Defesa, no Brasil e no exterior;

VI - coordenar a programação e a logística das viagens e pronunciamentos do Ministro de Estado da Defesa;

VII - autorizar a participação dos integrantes do Gabinete do Ministro em eventos públicos ou privados realizados no Brasil, com despesas custeadas pela União;

VIII - definir a execução das diretrizes de segurança orgânica do Gabinete do Ministro;

IX - coordenar a preparação de documentos de interesse do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando-os aos setores responsáveis por sua publicação;

X - definir o perfil desejado para a seleção da composição dos servidores civis e militares do Gabinete, ouvidas as áreas pertinentes do Gabinete; e

XI - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado da Defesa.

Art. 14. Aos Chefes das Assessorias, ao Ouvidor e demais dirigentes incumbe:

I - assessorar o Chefe de Gabinete do Ministro na execução das atividades que lhes forem atribuídas;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas unidades;

III - encaminhar ao Chefe de Gabinete os assuntos de suas respectivas unidades que dependam de decisão superior;

IV - responder pelo cumprimento de metas, programas e cronogramas estabelecidos;

V - responsabilizar-se pela gestão dos recursos humanos lotados na respectiva unidade, respeitadas as competências dos demais órgãos e dirigentes do Ministério da Defesa;

VI - zelar pelos recursos materiais e pelo patrimônio público sob a responsabilidade da respectiva unidade; e

VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 15. Aos Assessores da Chefia de Gabinete incumbe:

I - assessorar e colaborar na coleta de subsídios, na instrução, na redação e na prévia análise dos fundamentos e do amparo legal concernentes aos procedimentos que tramitam no âmbito do Gabinete do Ministro;

II - articular-se com os órgãos da estrutura do Ministério da Defesa, visando à coleta de informações e ao entendimento a respeito de matérias sob a responsabilidade do Gabinete do Ministro;

III - analisar e emitir manifestação prévia a respeito de matérias submetidas ao Gabinete do Ministro, acompanhando o trâmite dos procedimentos;

IV - elaborar estudos;

V - representar o Gabinete do Ministro, mediante designação específica, em atividades internas e externas;

VI - assessorar o Chefe de Gabinete do Ministro no tocante à fundamentação, ao amparo legal e à redação dos atos e dos procedimentos oficiais;

VII - elaborar, em articulação com a Consultoria Jurídica, quando for o caso, respostas ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e a outros órgãos, conforme determinação da Chefia de Gabinete; e

VIII - desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. As atribuições das unidades do Gabinete do Ministro devem ser exercidas em estreita coordenação com os órgãos e unidades que integram a estrutura organizacional do Ministério da Defesa, especialmente os que detêm competência primária em temas específicos, de conformidade com o disposto na Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.

Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO

ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Assessoria Especial de Planejamento, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos específicos de sua área de atuação;

II - coordenar:

a) a atualização da metodologia do Sistema Integrado de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED);

b) as fases de elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Setorial de Defesa;

c) a elaboração da Política e Estratégia Setoriais de Defesa;

d) as reuniões de avaliação da Estratégia Setorial de Defesa (RAE-Setorial); e

e) a atualização do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

III - articular-se com as diversas áreas do Ministério da Defesa nos assuntos específicos de sua área de atuação.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Chefia;

II - Serviço de Apoio Técnico e Administrativo;

III - Seção de Política e Estratégia; e

IV - Seção de Acompanhamento, Avaliação e Revisão.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 3º Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo compete:

I - assistir o Chefe da ASPLAN na execução de suas atribuições;

II - providenciar a elaboração, a expedição e os arquivamentos eletrônico e físico dos documentos, correspondências e processos;

III - receber, registrar, conservar, reproduzir e controlar a tramitação dos documentos, correspondências e processos;

IV - interagir com os setores responsáveis no Ministério para a reserva de salas e viaturas, equipamentos audiovisuais necessários ao desempenho das atribuições da ASPLAN;

V - coordenar a execução dos recursos financeiros alocados à ASPLAN, bem como providenciar as notas de serviço, reservas de passagens, requisições de transporte e diárias;

VI - administrar, em coordenação com o setor responsável no Ministério, os assuntos referentes ao pessoal da ASPLAN;

VII - requisitar e gerenciar o emprego do material permanente e/ou de consumo, mantendo seu registro em ordem e em dia; e

VIII - consultando o Diário Oficial da União (DOU), manter atualizada a coletânea relativa ao planejamento estratégico, informando aos interessados.

Art. 4º À Seção de Política e Estratégia compete:

I - assessorar o Chefe da ASPLAN em assuntos relativos ao Planejamento Estratégico Setorial de Defesa e outros específicos de sua área de atuação; e

II - propor a atualização:

a) da metodologia do Sistema Integrado de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED);

b) da Política e Estratégia Setoriais de Defesa (PSD e ESD);

c) do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN); e

d) do Plano de Comunicação da Estratégia.

Art. 5º À Seção de Acompanhamento, Avaliação e Revisão compete:

I - assessorar o Chefe da ASPLAN em assuntos relativos ao acompanhamento, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Setorial de Defesa, e outros específicos de sua área de atuação; e

II - secretariar as reuniões de avaliação da Estratégia Setorial de Defesa (RAE-Setorial).

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 6º Ao Chefe da ASPLAN compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de sua competência;

II - gerenciar as atividades desenvolvidas pela ASPLAN;

III - representar o Ministério da Defesa, mediante designação, em eventos externos relacionados ao Planejamento Estratégico Setorial de Defesa e ao LBDN; e

IV - difundir o Planejamento Estratégico Setorial de Defesa.

Art. 7º Aos demais integrantes da Assessoria Especial de Planejamento compete:

I - assistir o Chefe da Assessoria Especial de Planejamento na execução das atividades que lhe forem atribuídas;

II - representar o Chefe da Assessoria Especial de Planejamento, mediante designação específica, em atividades internas e externas;

III - articular-se com os órgãos do Ministério da Defesa e Forças Armadas, a fim de coletar informações específicas de suas áreas de atuação, observadas as competências dos respectivos órgãos;

IV - realizar estudos específicos de sua área de atuação; e

V - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º A ASPLAN será dirigida pelo Chefe da Assessoria, que será substituído nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidor ou militar previamente designado.

Art. 9º Os casos não previstos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Chefe da Assessoria Especial de Planejamento.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º À Secretaria de Controle Interno (CISET), órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, com atuação nos órgãos do Ministério da Defesa e, por meio das unidades setoriais de controle interno dos Comandos Militares, nos órgãos e nas entidades a eles vinculados compete:

I - auxiliar o Ministro de Estado na supervisão técnica das atividades desempenhadas pelas unidades integrantes do Ministério da Defesa;

II - acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados;

III - realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais sob responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e sobre acordos e contratos firmados com organismos internacionais;

IV - exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares, sem prejuízo de suas subordinações administrativas, observadas as diretrizes do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal;

V - articular-se com o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal para compatibilizar as orientações e a execução de atividades afins;

VI - apurar, no exercício de suas funções, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar as autoridades competentes para as providências cabíveis;

VII - verificar a exatidão e a suficiência dos dados relativos à admissão e ao desligamento de pessoal, a qualquer título, e à concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

VIII - fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União e o nível da execução dos programas de Governo e a qualidade do gerenciamento;

IX - orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

X - avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades da administração pública federal indireta vinculadas ao Ministério da Defesa;

XI - apoiar o órgão central do Sistema de Controle Interno no levantamento oficial de informações do Ministério da Defesa, inclusive para fins de compor a prestação de contas anual do Presidente da República, na forma da legislação vigente;

XII - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; e

XIII - na condição de unidade de auditoria interna governamental (UAIG), exercer outras atividades correlatas, sob orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal.

§ 1º A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

§ 2º A integração e a orientação das ações de controle das unidades setoriais de controle interno serão exercidas no âmbito da Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa, órgão colegiado formado pelos titulares das unidades setoriais e pelo Secretário de Controle Interno, que a presidirá.

§ 3º A orientação normativa e a supervisão técnica a que se referem os incisos IV e XIII são exercidas mediante a edição de normas e orientações técnicas e a avaliação da atuação das unidades de controle interno dos Comandos Militares, com o objetivo de harmonizar a atividade de auditoria interna governamental, promover a qualidade dos trabalhos e integrar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Secretaria de Controle Interno tem a seguinte estrutura organizacional:

I - unidades de assistência direta e imediata ao Secretário:

a) Assessoria Técnica (ASTEC); e

b) Coordenação de Serviço e Apoio (COSEA);

II - unidades específicas:

a) Gerência de Auditoria (GEAUD);

b) Gerência de Orientação Institucional (GEORI);

c) Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional (GEDOP); e

III - órgão colegiado: Comissão de Controle Interno (CCI).

Parágrafo único. A Secretaria de Controle Interno será dirigida por Secretário, as Gerências por Gerentes, a Assessoria pelo Assessor e a Coordenação por Coordenador.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 3º À Assessoria Técnica compete:

I - apoiar os controles interno e externo no exercício de sua missão institucional;

II - apoiar o órgão central do Sistema de Controle Interno por meio da prestação de informações pelo Ministério da Defesa, para compor a prestação de contas anual do Presidente da República;

III - acompanhar o atendimento às diligências advindas de instituições públicas que atuam na defesa do patrimônio público e verificar a compatibilidade de sua implementação com os respectivos conteúdos, em coordenação com as unidades específicas;

IV - acompanhar a tramitação dos processos de interesse das unidades da administração central do Ministério da Defesa no âmbito dos órgãos de controle interno e externo, inclusive quanto a seus desdobramentos;

V - auxiliar a respectiva unidade setorial de controle interno junto a Comando Militar, em sistema de rodízio, na realização de simpósio de controle interno do Ministério da Defesa, a realizar-se em ano par;

VI - auxiliar o Secretário de Controle Interno em sua participação em conselhos, comissões, colegiados e fóruns relacionados à integração de órgãos de controle interno, à padronização de procedimentos técnicos, à racionalização e atualização de normas e procedimentos, ao exame de soluções para matérias controversas e a outras matérias atinentes à auditoria interna governamental; e

VII - desempenhar outras atribuições por determinação do Secretário de Controle Interno.

Art. 4º À Coordenação de Serviço e Apoio compete:

I - executar e controlar as atividades de apoio administrativo e logístico;

II - elaborar e manter atualizado o cadastro dos servidores e militares;

III - receber, expedir e arquivar documentos;

IV - adequar os atos e documentos às normas técnicas e providenciar os encaminhamentos necessários para fins de publicação;

V - atuar junto ao setor competente do Ministério para manter atualizadas as informações relativas à CISET divulgadas na intranet e internet;

VI - observadas as previsões da Lei nº 12.527, de 18 e novembro de 2011, atuar junto ao setor competente do Ministério com vistas a viabilizar o acesso aos documentos arquivados ao público interno e externo; e

VII - desempenhar outras atribuições inerentes à sua área de atuação.

Art. 5º À Gerência de Auditoria compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e realizar auditorias e atuar em conjunto com outras unidades específicas ou integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, na defesa do patrimônio público;

II - acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a implementação de políticas públicas e a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados;

III - realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais sob responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e sobre acordos e contratos firmados com organismos internacionais;

IV - exercer coordenação das ações integradas das unidades de controle interno dos Comandos Militares, sem prejuízo de suas subordinações administrativas;

V - fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e nos orçamentos da União e o nível da execução dos programas de governo e a qualidade do gerenciamento;

VI - realizar atividades de auditoria interna nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, de recursos externos e demais sistemas administrativos e operacionais e propor melhorias e aprimoramentos na gestão de riscos, nos processos de governança e nos controles internos da gestão;

VII - realizar coleta, busca, cruzamento e análise de dados, tratamento de informações ou produção de material preditivo, com o uso de técnicas de mineração de textos e dados ou de recursos de inteligência artificial, com emprego intensivo de tecnologia da informação; e

VIII - desempenhar outras atribuições inerentes à sua área de atuação, sob a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal.

Art. 6º À Gerência de Orientação Institucional compete:

I - orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas, governança, gestão de riscos e controles internos associados;

II - exercer orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares, sem prejuízo de suas subordinações administrativas;

III - realizar, em coordenação com as unidades específicas, o planejamento e o acompanhamento das atividades de capacitação dos servidores e dos militares em exercício na Secretaria de Controle Interno, de acordo com a política de recursos humanos do Ministério da Defesa e de forma coordenada com as unidades setoriais de controle interno dos Comandos Militares, inclusive para fins de certificação internacional em auditoria interna governamental;

IV - promover capacitação em temas relacionados às atividades de auditoria interna governamental, governança, gestão de riscos e controles internos, buscando coordenar-se com o órgão central do Sistema de Controle Interno e as unidades setoriais de controle interno dos Comandos Militares;

V - promover capacitações a servidores e militares do Ministério da Defesa sobre assuntos relevantes em gestão pública, a partir de orientações sobre tese, e não sobre caso concreto passível, oportunamente, de sofrer ação de controle por parte da própria Secretaria;

VI - promover e desenvolver práticas de gestão do conhecimento a partir do mapeamento de informações significativas em gestão pública;

VII - elaborar cartilhas informativas sobre temas relevantes em gestão pública, com ênfase na divulgação da legislação anotada com jurisprudência administrativista pertinente do controle externo ou de outras fontes;

VIII - promover a divulgação multicanal de jurisprudência do controle externo, ou de outras fontes, sobre assuntos pertinentes à gestão pública;

IX - articular-se com órgãos e entidades da administração pública, de todas as esferas administrativas e poderes, a fim de maximizar o alcance de suas atribuições; e

X - desempenhar outras atribuições inerentes à sua área de atuação, sob a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. É vedada manifestação sobre caso concreto e imiscuir-se em ato da competência própria do gestor público ou da unidade organizacional de assessoramento jurídico, sob pena de cogestão, em observância ao princípio da segregação de funções.

Art. 7º À Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional compete:

I - avaliar o desempenho da atividade de auditoria interna governamental, em busca da sistematização, integração colaborativa interna, padronização e otimização dos processos internos de trabalho, envolvendo gestão do conhecimento e a identificação de oportunidades de melhoria de desempenho;

II - instituir política de gestão do conhecimento a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Controle Interno;

III - monitorar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os macroprocessos-chave de trabalho e as práticas institucionalizadas relativamente à atividade de auditoria interna governamental, buscando aderência a modelos evolutivos internacionais de avaliação das capacidades da atividade de auditoria interna, nos elementos serviços e papel da auditoria interna, gerenciamento de pessoas, práticas profissionais, gerenciamento do desempenho e accountability, cultura e relacionamento organizacional e estruturas de governança;

IV - promover a integração entre as unidades organizacionais da Secretaria de Controle Interno, visando o aprimoramento dos processos internos de trabalho e a ampliação da comunicação e transparência interna;

V - avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades da administração pública federal indireta vinculadas ao Ministério da Defesa, buscando coordenar-se com as unidades setoriais de controle interno dos Comandos Militares;

VI - auxiliar a Secretaria na supervisão técnica das unidades de controle interno dos Comandos Militares, sem prejuízo de suas subordinações administrativas, de acordo com diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal e da Comissão de Controle Interno;

VII - articular-se com o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal para compatibilizar as orientações e a execução de atividades afins;

VIII - prospectar soluções tecnológicas, identificar oportunidades de melhoria e propor inovações para os processos de trabalho de auditoria interna governamental;

IX - apurar, em articulação com as unidades de ouvidoria e correição, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar às autoridades competentes para as providências cabíveis, na forma da legislação pertinente;

X - manifestar-se em processo de tomada de contas especial, na forma da legislação pertinente;

XI - acompanhar o planejamento e as realizações da Secretaria para fins de monitoramento, aferição de qualidade técnica e elaboração do relatório anual de atividades da Secretaria, observadas as técnicas de planejamento estratégico;

XII - verificar a exatidão e a suficiência dos dados relativos à admissão e ao desligamento de pessoal, a qualquer título, e à concessão de aposentadorias, reformas e pensões; e

XIII - desempenhar outras atribuições inerentes à sua área de atuação, sob a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal.

Art. 8º À Comissão de Controle Interno compete:

I - promover a integração das ações de controle;

II - propor procedimentos para avaliação e aperfeiçoamento das atividades de controle interno;

III - fomentar o desenvolvimento de padrões, métodos e procedimentos de controle interno;

IV - avaliar e propor critérios de definição de prioridades para o planejamento das ações de controle;

V - fomentar e demandar estudos e pesquisas relativos ao controle interno; e

VI - examinar e decidir sobre matérias controversas.

§ 1º A Comissão reunir-se-á, de forma ordinária, três vezes ao ano, nos meses de marco, agosto e novembro de cada exercício e, extraordinariamente, de forma motivada por ato do Secretário de Controle Interno.

§ 2º Por ato do Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa poderá ser constituído grupo de trabalho em decorrência de deliberação colegiada da Comissão de Controle Interno.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 9º Ao Secretário de Controle Interno, ao Gerente de Auditoria, ao Gerente de Orientação Institucional, ao Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional, ao Assessor e ao Coordenador de Serviço e Apoio cabe planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades, especialmente na forma das orientações técnicas e da legislação emanadas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal e no intuito de agregar valor à gestão do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Cabe ao Secretário de Controle Interno presidir, organizar e coordenar a atuação da Comissão de Controle Interno, com o apoio de secretaria por parte do Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10º Aos servidores e aos militares em exercício na Secretaria de Controle Interno e nas unidades setoriais de controle interno dos Comandos Militares é vedada a participação em comissões de licitação, de sindicância, de processos administrativos disciplinares, de processos administrativos de responsabilização, de perícias, de avaliação de bens ou em outras assemelhadas, salvo aquelas constituídas no âmbito do próprio órgão ou unidade de controle interno e nos casos permitidos na legislação pertinente.

Art. 11. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores e aos militares da Secretaria de Controle Interno e das unidades setoriais de controle interno dos Comandos Militares, quando no exercício das atribuições inerentes às ações de controle.

§ 1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Sistema de Controle Interno, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Quando o assunto objeto de ação de controle estiver classificado como sigiloso, a este deverá ser dispensado tratamento especial, de acordo com o estabelecido na legislação específica.

§ 3º O servidor e o militar deverão guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiverem acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

Art. 12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Secretário de Controle Interno.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO

INSTITUTO PANDIÁ CALÓGERAS

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Instituto Pandiá Calógeras, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa, apresentando a percepção da sociedade civil, particularmente do meio acadêmico, sobre assuntos ligados à segurança internacional e à defesa nacional;

II - interagir com a sociedade civil, particularmente com o meio acadêmico, em assuntos vinculados à sua área de atuação, para contribuir com os Planejamentos Estratégicos Nacional e Setorial de Defesa e com as atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral;

III - promover, incentivar e participar de eventos vinculados à sua área de atuação; e

IV - executar a gestão do conhecimento produzido em sua área de atuação e difundi-lo no âmbito do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Instituto Pandiá Calógeras (IPC) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete;

II - Núcleo de Relações Institucionais e Acadêmicas;

III - Núcleo de Gestão de Conhecimento; e

IV - Núcleo de Projetos Especiais.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - dar assistência direta e imediata ao Diretor do IPC na execução de suas atividades;

II - executar e controlar, no âmbito do Gabinete, as atividades de planejamento, secretaria, documentação e administração;

III - prestar assistência ao Diretor do IPC em sua representação e incumbir-se do preparo do seu expediente;

IV - transmitir às unidades do IPC as orientações do Diretor, sempre que determinado;

V - oferecer suporte administrativo nos temas afetos às missões oficiais do IPC;

VI - coordenar as atividades e a execução do plano de trabalho do IPC;

VII - executar trabalhos especialmente atribuídos pelo Diretor;

VIII - relacionar-se com a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro para lidar com os assuntos relativos à divulgação de informações;

IX - relacionar-se com outros órgãos técnicos do Ministério da Defesa nos assuntos de sua competência;

X - consolidar o programa de trabalho e a proposta orçamentária do IPC e encaminhá-los ao setor competente do Ministério;

XI - planejar e administrar a execução dos recursos financeiros alocados ao IPC, em coordenação com o setor competente no Ministério;

XII - administrar, em coordenação com o setor responsável no Ministério, os assuntos referentes ao pessoal do IPC;

XIII - interagir com os setores responsáveis no Ministério para o provimento adequado dos serviços e infraestrutura necessários ao desempenho das atribuições do IPC;

XIV - prestar apoio administrativo ao IPC, inclusive quanto ao registro, trâmite e arquivamento de documentos produzidos e recebidos e outras atividades de auxílio necessárias ao funcionamento do órgão;

XV - gerenciar as solicitações e o emprego do material permanente e de consumo necessário ao funcionamento do IPC, junto ao setor competente no Ministério;

XVI - gerenciar e controlar o material carga sob a responsabilidade do IPC;

XVII - gerenciar as solicitações de notas de serviço e de reservas de passagens e requisições de transporte e diárias para o IPC; e

XVIII - desempenhar outras atividades de caráter administrativo.

Parágrafo único. O Diretor do IPC será substituído pelo Chefe de Gabinete do Instituto nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 4º Ao Núcleo de Relações Institucionais e Acadêmicas compete:

I - atuar como canal de relacionamento técnico e institucional com as demais unidades do Ministério da Defesa, órgãos da administração pública e da sociedade, em particular do meio acadêmico nacional e estrangeiro, facilitando a cooperação com essas entidades;

II - identificar, junto aos órgãos do Ministério da Defesa, as necessidades de conhecimento a serem supridas pelo IPC, particularmente em âmbito acadêmico, para subsidiar suas atividades e repassá-las ao Núcleo de Gestão de Conhecimento;

III - captar, a partir das relações institucionais estabelecidas, as percepções da sociedade, em particular do meio acadêmico, sobre matérias afetas à área de atuação do IPC, e repassá-las ao Núcleo de Gestão de Conhecimento;

IV - difundir os conhecimentos produzidos pelo Núcleo de Gestão de Conhecimento para as demais unidades do Ministério da Defesa conforme sua área de interesse ou necessidade; e

V - realizar outras atividades relativas à reunião de dados e informações relacionados às competências do IPC.

Art. 5º Ao Núcleo de Gestão de Conhecimento compete:

I - organizar os dados e informações recebidos do Núcleo de Relações Institucionais e Acadêmicas, procedendo à gestão do conhecimento produzido, recebido ou custodiado pelo IPC;

II - produzir relatórios, notas técnicas, estudos e outros documentos de trabalho, de iniciativa própria ou sob demanda, a fim de subsidiar o processo decisório no âmbito do Ministério da Defesa;

III - contribuir com as atividades do Núcleo de Relações Institucionais e Acadêmicas, fornecendo-lhe os conhecimentos sob sua guarda; e

IV - realizar outras atividades referentes à gestão de conhecimentos de competência do IPC.

Art. 6º Ao Núcleo de Projetos Especiais compete:

I - elaborar, executar e controlar projetos específicos nas áreas de atuação do IPC, de acordo com as diretrizes do Diretor do órgão;

II - prospectar novos projetos especiais de interesse do IPC junto ao meio acadêmico;

III - realizar estudos de viabilidade orçamentária, administrativa e de mérito acerca dos projetos da competência do IPC; e

IV - emitir notas técnicas a fim de orientar a decisão do Diretor do IPC sobre a assunção de projetos e compromissos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR DO IPC

Art. 7º Ao Diretor do IPC compete:

I - assistir o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de competência do IPC;

II - dirigir, planejar, supervisionar e controlar as atividades do IPC;

III - atuar como canal de relacionamento técnico e institucional com as demais unidades do Ministério da Defesa, entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, e com a sociedade de uma forma geral, com especial atenção ao meio acadêmico nacional e estrangeiro, facilitando e desenvolvendo a cooperação entre o IPC e tais entidades, para a promoção de iniciativas relacionadas à sua área de atuação;

IV - orientar a reunião de dados e informações sobre a percepção na sociedade acerca de matérias relacionadas à segurança internacional e à defesa nacional;

V - orientar a gestão do conhecimento no âmbito do IPC;

VI - consolidar o programa de trabalho e a proposta orçamentária do IPC, acompanhando e avaliando a sua execução;

VII - praticar os atos relativos à administração patrimonial, financeira e de recursos humanos do IPC; e

VIII - realizar outras atividades previstas nas normas e regulamentos do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º O Diretor do IPC poderá estabelecer instruções específicas com o fim de detalhar a execução das atividades de sua competência.

Art. 9º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Diretor do IPC.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão de assessoramento permanente do Ministro de Estado da Defesa, compete:

I - atuar como órgão de direção-geral no âmbito da sua área de atuação, respeitadas as competências dos demais órgãos;

II - coordenar a atuação das Chefias que lhe são subordinadas e dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas;

III - propor o planejamento estratégico para atender às hipóteses de emprego e para os casos de emprego real do poder militar;

IV - acompanhar o planejamento e as ações realizadas pelos Comandos Operacionais;

V - propor, coordenar e avaliar a realização dos exercícios de emprego conjunto;

VI - propor diretrizes para o planejamento estratégico para emprego das Forças Armadas (FA) em situações de catástrofe, em apoio à atuação da Defesa Civil;

VII - exercer as atribuições de Órgão de Registro Nível 1 (ORN1);

VIII - atuar como Gestor de Segurança e Credenciamento do Ministério da Defesa (GSC/MD); e

IX - assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos:

a) execução da direção superior das Forças Armadas;

b) condução dos exercícios conjuntos;

c) atuação de forças brasileiras em operações de paz;

d) emissão de diretrizes para emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz;

e) ativação dos Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República;

f) designação e ativação dos Comandos Operacionais para planejamento de emprego previsto nas hipóteses de emprego e para exercícios em operações conjuntas;

g) aprovação dos planejamentos estratégicos realizados pelo EMCFA para atender às hipóteses de emprego;

h) adjudicação dos meios aos Comandos Operacionais, conforme as necessidades apresentadas pelos Comandantes Operacionais e as disponibilidades das Forças Armadas;

i) políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência;

j) assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos, no País e no exterior, na área de defesa;

k) logística, mobilização, serviço militar, catalogação e tecnologia militar;

l) articulação e equipamento das Forças Armadas;

m) comando e controle; e

n) projetos e setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial definidos na Estratégia Nacional de Defesa e distribuídos aos Comandos das Forças Armadas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete do EMCFA (Gab EMCFA):

a) Assessoria de Doutrina e Legislação (ADL):

1. Seção de Doutrina Conjunta; e

2. Seção de Legislação;

b) Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG);

c) Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas (APAC);

d) Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades (APBC); e

e) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA);

II - Chefia de Operações Conjuntas (CHOC):

a) Vice-Chefia de Operações Conjuntas (VCHOC):

1. Assessoria de Doutrina;

2. Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO); e

3. Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA);

b) Gabinete (Gab CHOC);

c) Subchefia de Comando e Controle (SC-1):

1. Seção de Planejamento e Gestão de Comando e Controle (SC1.1);

2. Seção de Operações de Comando e Controle (SC1.2);

3. Seção Técnica de Comando e Controle (SC1.3);

4. Seção de Interoperabilidade de Comando e Controle (SC1.4);

5. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA);

6. Gabinete da Subchefia de Comando e Controle; e

7. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

d) Subchefia de Inteligência de Defesa (SC-2):

1. Seção de Inteligência (SC-2.1);

2. Seção de Contrainteligência (SC-2.2);

3. Seção de Inteligência Tecnológica (SC-2.3);

4. Seção de Planejamento, Avaliação e Doutrina (SPAD) (SC-2.4);

5. Posto de Controle do Ministério da Defesa (PC/MD);

6. Gabinete da Subchefia de Inteligência de Defesa;

7. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA); e

8. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

e) Subchefia de Operações (SC-3):

1. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias-APOGA;

2. Seção de Operações Complementares (SC-3.2);

3. Seção de Operações Conjuntas (SC-3.3);

4. Gabinete da Subchefia de Operações; e

5. Serviço de Apoio Administrativo (SAA); e

f) Subchefia de Operações de Paz (SC-4):

1. Seção de Planejamento e Preparo (SC-4.1);

2. Seção de Emprego Operacional (SC-4.2);

3. Seção de Acompanhamento e Estudos (SC-4.3);

4. Gabinete da Subchefia de Operações de Paz;

5. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ação Orçamentária (APOGA); e

6. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

III - Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE):

a) Vice-Chefia de Assuntos Estratégicos (VCAE):

1. Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO); e

2. Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA);

b) Gabinete (Gab CAE);

c) Subchefia de Política e Estratégia (SCPE):

1. Seção de Política e Estratégia de Defesa (SPED);

2. Seção de Avaliação Estratégica (SAE);

3. Seção de Assuntos Setoriais (SAS);

4. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA); e

5. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

d) Subchefia de Organismos Internacionais (SCOI):

1. Seção de Organismos Interamericanos (SOI);

2. Seção do Conselho de Defesa Sul-Americano (SCD);

3. Seção de Organismos Globais (SOG);

4. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA); e

5. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

e) Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI):

1. Seção de Relações Internacionais (SRI);

2. Seção de Adidos de Defesa (SAD);

3. Seção de Cooperação Internacional (SCI);

4. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA); e

5. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

f) Escritórios do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, e do Conselheiro Militar junto à Representação Permanente do Brasil na Conferência do Desarmamento em Genebra;

g) Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID); e

h) Adidâncias de Defesa do Brasil no Exterior;

IV - Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG):

a) Vice-Chefia de Logística e Mobilização (VCHELOG):

1. Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO); e

2. Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA);

b) Gabinete (Gab CHELOG);

c) Subchefia de Integração Logística (SUBILOG):

1. Seção de Interoperabilidade Logística (SEILOG);

2. Seção de Interoperabilidade em Subsistência e Medicina Operativa (SECISM);

3. Seção de Geoinformação, Meteorologia e Aerolevantamento (SEGMA);

4. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA); e

5. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

d) Subchefia de Mobilização (SUBMOB):

1. Seção de Coordenação da Mobilização Nacional (SECMOB);

2. Seção de Coordenação da Mobilização Militar (SECMIL);

3. Seção de Serviço Militar (SESMIL);

4. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA); e

5. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

e) Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização (SUBCLM):

1. Seção de Apoio a Sistemas (SEAS);

2. Seção de Planejamento e Doutrina (SECPLAD);

3. Seção de Logística Operacional (SELOP);

4. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA); e

5. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

f) Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa (CASLODE):

1.Seção de Catalogação (CASLODE - 10);

2. Seção de Conformidade Documental da Base Industrial de Defesa (CASLODE - 20);

3. Seção de Apoio de Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento (CASLODE - 30);

4. Seção de Coordenação Administrativa (CASLODE - 40);

5. Seção de Capacitação e Treinamento (CASLODE - 50);

6. Seção de Gestão de Ciclo de Vida de Sistemas e Produtos de Defesa (CASLODE - 60);

7. Conselho Técnico, Administrativo e Financeiro (CONTAF);

8. Assessoria Administrativa do CASLODE em Brasília/DF (ACASBSB);

9. Assessoria de Controle de Qualidade (ASCONQ); e

10. Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA).

Parágrafo único. Os Escritórios do Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, e do Conselheiro Militar junto à Representação Permanente do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra, a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e as Adidâncias de Defesa do Brasil no Exterior não integram a administração central do Ministério da Defesa; contudo, são subordinados ao EMCFA, vinculados à Chefia de Assuntos Estratégicos, para operacionalização de suas atividades, e tendo suas regulamentações aprovadas em legislação específica

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

Art. 3º Ao Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão de assistência direta e imediata ao Chefe do EMCFA, compete:

I - assessorar o Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas:

a) nos assuntos relativos ao controle, à orientação e à coordenação das atividades de planejamento, orçamento e gestão orçamentária e financeira do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

b) nas atividades conjuntas de interesse do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e das Forças Singulares;

c) no acompanhamento e na integração da doutrina de operações conjuntas, das políticas e das diretrizes propostas pelas Chefias do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

d) na atualização da legislação necessária às atividades do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

e) na coordenação e condução das reuniões do Comitê de Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, no âmbito do EMCFA, junto às Forças Singulares e a outros órgãos deste Ministério ou da administração pública ou privada; e

f) no trato das questões afetas a normas, indicações, concessões, registros e deliberações referentes à Medalha Mérito EMCFA;

II - conduzir, coordenar e supervisionar os trabalhos e as atividades das Assessorias subordinadas;

III - coordenar a elaboração, recepção e expedição dos atos administrativos oficiais;

IV - conduzir a gestão dos recursos humanos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em articulação com o setor responsável do Ministério;

V - supervisionar os trabalhos do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 4º À Assessoria de Doutrina e Legislação do Gabinete do EMCFA compete:

I - assessorar e realizar estudos e análises para subsidiar o Chefe do EMCFA nos assuntos de doutrina e legislação;

II - consolidar a elaboração e a atualização das políticas, diretrizes, doutrinas e manuais formulados pelo EMCFA ou que orientem as suas atividades;

III - propor a atualização da legislação que oriente as atividades do EMCFA;

IV - contribuir para o planejamento das operações conjuntas, nos assuntos relacionados com a doutrina, legislação de emprego das Forças Armadas e publicações;

V - participar da avaliação das operações conjuntas;

VI - participar do planejamento e da execução do Programa de Atividades Doutrinárias de Emprego Conjunto, relacionando-se com as Forças Armadas, e gerenciar o Sistema de Doutrina Militar Conjunta (SIDOMC);

VII - coordenar as solicitações de palestras a serem proferidas pelo EMCFA em atendimento às solicitações das Forças Armadas e dos demais órgãos;

VIII - planejar e coordenar as atividades de estágio de adaptação funcional para os novos componentes do EMCFA; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 5º À Seção de Doutrina Conjunta da Assessoria de Doutrina e Legislação compete:

I - assessorar o Chefe da Assessoria de Doutrina e Legislação em assuntos referentes à doutrina de emprego conjunto;

II - analisar, em coordenação com as demais Subchefias do EMCFA, os assuntos relacionados com a doutrina de emprego conjunto e promover a elaboração e a atualização dos documentos correlatos;

III - participar da elaboração e da atualização das publicações doutrinárias do EMCFA;

IV - analisar e emitir parecer sobre os documentos doutrinários do EMCFA, quando submetidos à apreciação ou aprovação do Chefe da Assessoria de Doutrina e Legislação;

V - acompanhar, junto às Chefias do EMCFA, os assuntos referentes à doutrina de emprego conjunto; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 6º À Seção de Legislação da Assessoria de Doutrina e Legislação compete:

I - assessorar o Chefe da Assessoria de Doutrina e Legislação em assuntos referentes à legislação de interesse do EMCFA;

II - distribuir e controlar as publicações normativas e doutrinárias emitidas e recebidas pelo EMCFA, de acordo com a legislação em vigor;

III - manter atualizado o acervo de publicações normativas, de legislação, do material utilizado na disseminação dos temas de interesse do EMCFA, de forma centralizada, por intermédio de biblioteca técnica;

IV - manter atualizadas as informações ostensivas referentes ao EMCFA na intranet e na página do Ministério da Defesa na internet, em estreita ligação com a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Ministério;

V - coordenar, com as Chefias do EMCFA, os assuntos referentes à legislação;

VI - executar as fases de formatação, numeração e distribuição de publicações doutrinárias oficiais emitidas pelo EMCFA; e

VII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 7º À Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA compete:

I - assessorar o Chefe do EMCFA no gerenciamento e na gestão dos assuntos orçamentários e financeiros;

II - realizar estudos e apresentar pareceres, sob o enfoque econômico-financeiro, acerca de assuntos de interesse do EMCFA;

III - consolidar e revisar as alterações qualitativas e quantitativas de ações orçamentárias vinculadas ao EMCFA por ocasião da elaboração ou revisão de planos plurianuais;

IV - orientar, coordenar e consolidar a elaboração:

a) das pré-propostas orçamentárias anuais das ações orçamentárias a cargo do EMCFA; e

b) da pré-proposta dos programas temáticos sob responsabilidade do EMCFA constantes no Plano Plurianual;

V - acompanhar e avaliar a execução das ações orçamentárias a cargo do EMCFA;

VI - pesquisar e propor linhas de ação para atender às imposições de eventuais contingenciamentos e cortes no orçamento do EMCFA;

VII - orientar e acompanhar o gerenciamento e a gestão das ações orçamentárias a cargo do EMCFA;

VIII - acompanhar a descentralização dos recursos orçamentários gerenciados e geridos pelo EMCFA;

IX - orientar, coordenar e consolidar a elaboração do Relatório de Gestão Anual do EMCFA;

X - coordenar a atualização do rol dos responsáveis das Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) do EMCFA;

XI - realizar o controle interno administrativo nos processos referentes à descentralização de recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA;

XII - manter ligação com os demais órgãos do Ministério da Defesa nos assuntos relativos a recursos orçamentários destinados ao EMCFA; e

XIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 8º À Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas do Gabinete do EMCFA compete:

I - apoiar as reuniões de coordenação do EMCFA, do Comitê de Chefes de Estados-Maiores das Forças Armadas, do Conselho Militar de Defesa e outras reuniões realizadas no âmbito do Gabinete do EMCFA;

II - planejar e coordenar as atividades comuns às Chefias Subordinadas ao EMCFA, de responsabilidade do Gabinete do EMCFA;

III - planejar e coordenar as atividades comuns às Forças Armadas, de responsabilidade do Gabinete do EMCFA;

IV - planejar e coordenar as atividades de cerimonial, no âmbito do Gabinete do EMCFA;

V - planejar e coordenar as atividades de comunicação social, no âmbito do Gabinete do EMCFA;

VI - coordenar as atividades relacionadas à medalhística, no âmbito do Gabinete do EMCFA;

VII - controlar a representação do Gabinete do EMCFA nos comitês, comissões, grupos de trabalho e em outros fóruns;

VIII - apoiar a realização dos estágios preparatórios para Oficiais-Generais das três Forças Singulares, realizados no EMCFA;

IX - confeccionar o calendário anual de atividades do EMCFA;

X - consolidar a resposta aos pedidos de acesso à informação afetos à Lei de Acesso à Informação (LAI) e outros pedidos de informação, demandados ao EMCFA, provenientes do Serviço de Informação ao Cidadão e da Ouvidoria do MD; e

XI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 9º À Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades do Gabinete do EMCFA compete:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, nos assuntos de Planejamento Baseado em Capacidades (PBC);

II - formular políticas e diretrizes para o PBC;

III - realizar a governança do ciclo do PBC;

IV - coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do ciclo do PBC, em articulação com as Forças Singulares;

V - prestar apoio às Forças Singulares na execução do ciclo do PBC;

VI - promover:

a) o contínuo aperfeiçoamento do PBC com foco na efetividade organizacional;

b) o aprimoramento da gestão e governança do PBC; e

c) a divulgação do PBC;

VII - padronizar e disseminar o emprego de metodologias, técnicas e ferramentas de gerenciamento do PBC, inclusive por meio de iniciativas de capacitação e de treinamento;

VIII - implementar, acompanhar e projetar a evolução dos indicadores sobre o PBC;

IX - apreciar e emitir pareceres técnicos sobre o PBC de iniciativa do MD ou submetidos à sua análise;

X - elaborar relatórios e exposições sobre a atuação da Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades; e

XI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 10. Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do Gabinete do EMCFA compete:

I - no âmbito de sua atuação, receber, registrar, analisar, distribuir, encaminhar, expedir e controlar documentos, processos e procedimentos, utilizando prioritariamente o Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

II - requerer aos setores competentes manifestação a respeito de assunto de interesse do EMCFA, cujo procedimento esteja sob a responsabilidade do Gabinete do EMCFA;

III - redigir, revisar e preparar atos e documentos;

IV - editar texto na forma da redação oficial;

V - encaminhar os atos oficiais do EMCFA ao órgão competente do Ministério da Defesa para providenciar a publicação no Diário Oficial da União, na forma da legislação em vigor;

VI - realizar o tramite, o controle e o protocolo da documentação interna e externa recebida no âmbito do Gabinete do EMCFA, em obediência às prescrições legais e às diretrizes do Governo Federal;

VII - receber, protocolar, intitular, registrar e distribuir os documentos dirigidos ao EMCFA;

VIII - autuar os procedimentos de interesse do Gabinete do EMCFA;

IX - providenciar a expedição de Mensagem Administrativa do EMCFA por meio eletrônico;

X - acompanhar e propor as atualizações tecnológicas e legais inerentes ao sistema de protocolo e arquivo;

XI - providenciar a manutenção e a atualização dos arquivos de atos e procedimentos;

XII - elaborar relatório periódico das atividades de protocolo e arquivo, fornecendo subsídios para a realização de controle gerencial;

XIII - propor medidas de racionalização de procedimentos, com ênfase na tecnologia digital;

XIV - elaborar, encaminhar e protocolar os atos e a documentação de competência do Gabinete do EMCFA;

XV - realizar o acompanhamento do efetivo de pessoal do Gabinete do EMCFA, em articulação com a área responsável do Ministério da Defesa;

XVI - prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete do EMCFA; e

XVII - executar os processos de concessão de diárias e passagens do Gabinete do EMCFA e revisar os demais processos das Chefias.

Seção II

Da Chefia de Operações Conjuntas

Art. 11. À Chefia de Operações Conjuntas compete:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos a:

a) exercícios de adestramento conjunto das Forças Armadas; e

b) emprego conjunto das Forças Armadas, em operações reais, em missões de paz, em ações de ajuda humanitária e de defesa civil e em atividades subsidiárias;

II - orientar, coordenar e controlar as ações das Subchefias nos assuntos ligados às operações conjuntas;

III - coordenar, na sua área de competência, os processos de elaboração e execução de programas e projetos voltados para a melhoria e o aperfeiçoamento institucional do Ministério da Defesa;

IV - propor ações e coordenar o desenvolvimento de atividades de articulação e integração, interna e externa, visando à implementação efetiva de programas e projetos de interesse do Ministério da Defesa;

V - orientar, no âmbito do EMCFA, o planejamento e a gestão orçamentária e financeira das ações orçamentárias vinculados à Chefia; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 12. À Vice-Chefia de Operações Conjuntas compete:

I - secundar o Chefe de Operações Conjuntas do EMCFA, substituindo-o em seus impedimentos eventuais;

II - propor a aplicação dos recursos destinados às ações orçamentárias a cargo da Chefia;

III - receber e analisar, em A-1, a proposta de planejamento orçamentário das Subchefias, relativas ao ano subsequente, para posterior encaminhamento ao Chefe de Operações Conjuntas para aprovação;

IV - estudar e propor ao Chefe de Operações Conjuntas os ajustes necessários na descentralização de créditos do ano em curso, nas ações orçamentárias, a cargo da Chefia de Operações Conjuntas; e

V - coordenar a elaboração da programação orçamentária de viagens no âmbito da Chefia de Operações Conjuntas;

VI - orientar, coordenar e controlar a execução das ações das Subchefias, das Assessorias e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo;

VII - supervisionar as atividades do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa, nas áreas de competência da Chefia de Operações Conjuntas;

VIII - acompanhar os assuntos de interesse relacionados ao pessoal da Chefia de Operações Conjuntas;

IX - acompanhar e coordenar as ações das Subchefias no Centro de Operações Conjuntas (COC), quando necessário;

X - coordenar o processo de coleta e elaboração das lições aprendidas no âmbito da Chefia de Operações Conjuntas; e

XI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 13. À Assessoria de Doutrina compete:

I - assessorar a Chefia de Operações Conjuntas em assuntos referentes à doutrina de emprego conjunto;

II - participar do processo de coleta de dados afetos às melhores práticas e elaboração de propostas de Lições Aprendidas no âmbito da CHOC, coordenando a participação das Subchefias;

III - participar da elaboração e da atualização das publicações doutrinárias do EMCFA;

IV - analisar e emitir parecer sobre os documentos doutrinários conjuntos, quando submetidos à apreciação da Chefia de Operações Conjuntas;

V - coordenar com as Subchefias da Chefia de Operações Conjuntas os assuntos referentes à doutrina de emprego conjunto; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 14. À Subchefia de Comando e Controle compete:

I - assessorar o Chefe de Operações Conjuntas na elaboração da proposta da política e das diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle;

II - exercer a coordenação do Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle;

III - supervisionar a execução do Programa de Desenvolvimento e Implementação correspondente à política e às diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle;

IV - prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto, em conjunto com as Forças Armadas, os centros de comando e controle componentes e a infraestrutura do Sistema Militar de Comando e Controle, nos segmentos espacial, móvel naval, terrestre, aeronáutico e fixo terrestre;

V - propor e aplicar, em coordenação com as Forças Armadas, padrões e modelos a serem observados no desenvolvimento e na obtenção de meios computacionais e não computacionais componentes do Sistema Militar de Comando e Controle;

VI - contribuir com o desenvolvimento e atualização da doutrina de comando e controle e aplicá-la nos planejamentos estratégicos e operacionais, relativos a situações de crise ou de conflito armado, e nos exercícios de adestramentos conjuntos;

VII - promover convênios e representar o Ministério da Defesa perante outros ministérios, agências governamentais e instituições públicas ou privadas, para os assuntos relacionados ao Sistema Militar de Comando e Controle;

VIII - acompanhar os assuntos relacionados a sistemas de comando e controle, interoperabilidade, guerra centrada em redes, setor cibernético, infraestruturas críticas, segurança da informação e das comunicações e comunicações por satélites;

IX - alocar, quando solicitado, os meios de comando e controle necessários às ações de defesa civil e às demais situações de emprego e adestramento conjunto das Forças Armadas;

X - realizar, sob a coordenação da Vice-Chefia de Operações Conjuntas, a gestão de ação orçamentária de responsabilidade da Subchefia;

XI - participar do processo de coleta de dados afetos às melhores práticas e elaboração de propostas de Lições Aprendidas no âmbito da CHOC, em ligação com as demais Subchefias; e

XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 15. À Seção de Planejamento e Gestão de Comando e Controle da Subchefia de Comando e Controle compete:

I - realizar estudos prospectivos e análises de tendências, oportunidades e ameaças, de modo a identificar as evoluções tecnológicas que possam contribuir para o atendimento das necessidades do Sistema Militar de Comando e Controle;

II - colaborar com a elaboração e a atualização das rotinas que permitam a avaliação operacional e o aperfeiçoamento das capacidades do Sistema Militar de Comando e Controle;

III - propor projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, visando o atendimento ao Plano Estratégico do Sistema Militar de Comando e Controle;

IV - identificar projetos de pesquisa e desenvolvimento contribuintes para o fortalecimento da capacidade operacional das Forças Armadas, com foco nas áreas de interesse do Sistema Militar de Comando e Controle, visando a sua inclusão no Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento (PEPD) do Ministério da Defesa;

V - coordenar, com as Forças Armadas e com órgãos de pesquisa e afins, o desenvolvimento e a implementação de planos e projetos de interesse para o Sistema Militar de Comando e Controle;

VI - identificar necessidades de capacitação de recursos humanos em processos e tecnologias, visando à ampliação da capacidade técnico-operacional do Sistema Militar de Comando e Controle;

VII - acompanhar os acordos internacionais promovidos pelo Ministério da Defesa relacionados com as áreas de atuação do Sistema Militar de Comando e Controle e propor medidas para sua efetiva implementação;

VIII - propor ações e medidas de incentivo à participação da indústria de defesa brasileira no desenvolvimento de sistemas e produtos de interesse para o Sistema Militar de Comando e Controle;

IX - contribuir para a atualização da Relação de Produtos de Defesa, do cadastro de Empresas no Sistema APOLO e do Catálogo de Itens e Empresas (CAT-BR);

X - elaborar propostas para o aprimoramento da política e da doutrina de comando e controle;

XI - elaborar propostas de atualização do Plano Estratégico do Sistema Militar de Comando e Controle, contemplando, necessariamente, os aspectos relativos à segurança da informação e das comunicações; e

XII - realizar as atividades de secretaria executiva do Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle.

Art. 16. À Seção de Operações de Comando e Controle da Subchefia de Comando e Controle compete:

I - realizar os planejamentos estratégicos de comando e controle voltados às hipóteses de emprego, bem como elaborar os documentos decorrentes;

II - avaliar a aplicação da doutrina de comando e controle nas operações conjuntas;

III - apoiar os Comandos Operacionais ativados no planejamento e na preparação da estrutura de comando e controle, bem como na elaboração dos documentos correspondentes;

IV - estabelecer e aplicar os procedimentos e rotinas necessários à operação sistêmica dos centros de comando e controle permanentes e temporários do Sistema Militar de Comando e Controle;

V - planejar o emprego dos elementos componentes do Sistema Militar de Comando e Controle de responsabilidade da SC1.2, supervisionando seu emprego técnico de C² no COC e sala de reuniões, mantendo-os operacionais todo o tempo;

VI - apoiar os contingentes brasileiros empregados em operações de paz, nos aspectos de comando e controle;

VII - gerenciar os procedimentos e rotinas necessários à operação coordenada dos sistemas componentes do Sistema Militar de Comando e Controle;

VIII - confeccionar a proposta do Plano de Missões Conjuntas (PMC), contendo as necessidades de apoio de transporte aéreo da Subchefia de Comando e Controle, bem como gerenciar sua execução, em coordenação com a Subchefia de Operações e o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização;

IX - contribuir para a formulação e a atualização da Política para o Sistema Militar de Comando e Controle e da Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle;

X - contribuir para o incremento da capacidade operacional dos Sistemas de Apoio à Decisão, vinculados ao Sistema Militar de Comando e Controle;

XI - elaborar e atualizar, com o apoio das demais seções, as rotinas que permitam a avaliação operacional e o aperfeiçoamento das capacidades do Sistema Militar de Comando e Controle; e

XII - contribuir para o incremento da interoperabilidade das Forças Armadas no âmbito do Sistema Militar de Comando e Controle.

Art. 17. À Seção Técnica de Comando e Controle da Subchefia de Comando e Controle compete:

I - elaborar os requisitos técnicos para os elementos componentes do Sistema Militar de Comando e Controle, incluindo os aspectos relativos à segurança da informação e das comunicações, de acordo com a evolução tecnológica e operacional e levando em conta características e requisitos que contribuam para a interoperabilidade;

II - supervisionar a obtenção dos meios necessários ao contínuo aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle, abrangendo seus equipamentos e sistemas de segurança da informação e das comunicações, de acordo com seu plano estratégico;

III - supervisionar a execução dos serviços de manutenção dos meios e da estrutura do Sistema Militar de Comando e Controle;

IV - exercer a coordenação da Comissão de Gerência do Espectro de Radiofrequência de Interesse do Ministério da Defesa (COGEF) e representar o Ministério perante a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

V - representar, perante o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTIN) do Ministério da Defesa, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas na elaboração e atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do Ministério da Defesa;

VI - apoiar tecnicamente o emprego do Sistema Militar de Comando e Controle;

VII - contribuir para a formulação da Política para o Sistema Militar de Comando e Controle e da Doutrina Militar de Comando e Controle;

VIII - contribuir para a elaboração e a atualização das rotinas que permitam a avaliação operacional e o aperfeiçoamento das capacidades do Sistema Militar de Comando e Controle;

IX - contribuir para o incremento da interoperabilidade das Forças Armadas no âmbito do Sistema Militar de Comando e Controle; e

X - realizar a monitoração dos ativos e enlaces da Rede Operacional de Defesa.

Art. 18. À Seção de Interoperabilidade de Comando e Controle da Subchefia de Comando e Controle compete:

I - realizar o monitoramento do ciclo de vida dos principais sistemas de Comando e Controle (C²) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e das Forças Armadas (FA) que impactem na interoperabilidade no SISMC²;

II - emitir orientações em prol da interoperabilidade no SISMC² colaborando na elaboração dos requisitos dos sistemas de C² do EMCFA e das FA;

III - colaborar com o processo de certificação, por meio de testes e avaliações operacionais, para o atendimento dos requisitos de interoperabilidade nos sistemas de C² desenvolvidos ou adquiridos pelo MD e pelas FA e classificá-los quanto ao nível de interoperabilidade;

IV - coordenar a auditoria de interoperabilidade dos sistemas de C² do EMCFA e das FA nas operações conjuntas, sob os aspectos técnicos, de configuração e de emprego;

V - identificar conceitos, fundamentos e soluções de interoperabilidade de sistemas de C² apresentados em simpósios, seminários, artigos científicos, dissertações, teses e bibliografias de referência, visando ao aperfeiçoamento dos sistemas e da governança;

VI - difundir no âmbito do EMCFA e para as FA, o emprego de melhores práticas e lições aprendidas de interoperabilidade de sistemas de C²;

VII - difundir, no MD e nas FA, o emprego de melhores práticas e lições aprendidas de interoperabilidade de sistemas de C²;

VIII - colaborar na promoção da capacitação de recursos humanos do EMCFA e das FA em processos e tecnologias que aperfeiçoem a interoperabilidade;

IX - coordenar a formulação e a atualização de normas e de requisitos técnicos que suportem a interoperabilidade dos sistemas de C² do EMCFA e das FA;

X - coordenar a constituição de grupos de trabalho para análise de assuntos de interoperabilidade ou formulação de normas a serem adotados pelo EMCFA e pelas FA;

XI - gerenciar os programas e projetos de interoperabilidade sob sua responsabilidade;

XII - colaborar com a elaboração das propostas de atualização do Plano Estratégico do Sistema Militar de Comando e Controle, contemplando, necessariamente, os aspectos relativos à interoperabilidade;

XIII - colaborar, durante o planejamento das operações conjuntas, para o emprego interoperável dos recursos do SISMC²; e

XIV - coordenar, junto aos setores do MD, a tramitação e análise de projetos de interesse da interoperabilidade de comando e controle.

Art. 19. Ao Gabinete da Subchefia de Comando e Controle compete:

I - assistir o Subchefe de Comando e Controle na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar a agenda e a pauta de trabalho do Subchefe de Comando e Controle e promover o preparo do expediente para despacho;

III - acompanhar os projetos, as ações e as atividades que devam ser do conhecimento estrito do Subchefe de Comando e Controle;

IV - promover articulações e programar a agenda de contatos de interesse do Subchefe de Comando e Controle;

V - supervisionar e coordenar os trabalhos do respectivo Serviço de Apoio Técnico e Administrativo; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 20. À Subchefia de Inteligência de Defesa compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos referentes à inteligência com enfoque em temas institucionais, estratégicos e operacionais do interesse da defesa;

II - assessorar o Ministro da Defesa, quando cabível, na condução de assuntos internacionais, referentes à inteligência de defesa;

III - atender às demandas das Chefias do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas referentes à produção de conhecimentos de Inteligência de Defesa, nos níveis estratégicos e operacionais, assim como às demandas das demais Secretarias e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia do Ministério da Defesa no que tange aos temas relacionados à inteligência institucional;

IV - elaborar as avaliações de conjunturas e a Avaliação Estratégica de Inteligência de Defesa (AIED), para atualização da Política, da Estratégica e da Doutrina Militar de Defesa;

V - participar do processo de atualização da Política Nacional de Inteligência, bem como elaborar e manter atualizada a Política de Inteligência de Defesa;

VI - manter atualizado o Plano de Inteligência de Defesa, com base no acompanhamento da Política Nacional de Inteligência e da Política de Inteligência de Defesa;

VII - coordenar, como órgão central, o Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) e o Sistema de Inteligência Operacional (SIOP), bem como representar o Ministro da Defesa junto ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN);

VIII - contribuir com o desenvolvimento e a atualização da doutrina e com a proposição de diretrizes para o planejamento de operações conjuntas, no que se refere às atividades de inteligência;

IX - acompanhar as atividades de inteligência durante as operações conjuntas;

X - participar da elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, no que tange às atividades de inteligência, para cada uma das hipóteses de emprego relacionadas na Estratégia Militar de Defesa, assim como acompanhar a condução das operações conjuntas decorrentes, em particular junto aos comandos operacionais ativados;

XI - planejar, organizar, coordenar e controlar a atividade de contrainteligência de modo a salvaguardar dados, informações, conhecimentos e seus suportes, tais como documentos, áreas, instalações, pessoal, materiais e meios de tecnologia da informação de interesse da defesa;

XII - efetuar o credenciamento de segurança da administração central do Ministério da Defesa e dos órgãos vinculados;

XIII - executar a gerência de informações, o fomento de ações, a normatização doutrinária e o acompanhamento da evolução tecnológica nas áreas de sensoriamento remoto e imagens, guerra eletrônica, meteorologia, criptologia e cibernética, exercidas no interesse da atividade de inteligência, no âmbito da defesa;

XIV - acompanhar a atividade da cartografia, de interesse para a inteligência, no âmbito da defesa;

XV - coordenar a implementação e o gerenciamento dos recursos tecnológicos em proveito da inteligência, no âmbito da defesa;

XVI - orientar a atuação dos adidos de Defesa, em coordenação com a Chefia de Assuntos Estratégicos, em assuntos relacionados com a inteligência de defesa;

XVII - realizar, sob a coordenação da Vice-Chefia de Operações Conjuntas, a gestão de ação orçamentária sob a responsabilidade da Subchefia;

XVIII - conduzir os trabalhos relativos às doutrinas de inteligência (inteligência de defesa e inteligência nas operações conjuntas) no âmbito do Sistema de Inteligência de Defesa e do Sistema de Inteligência Operacional;

XIX - planejar e coordenar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas à atividade de inteligência de defesa;

XX - participar do processo de coleta de dados afetos às melhores práticas e elaboração de propostas de lições aprendidas no âmbito da CHOC, em ligação com as demais Subchefias; e

XXI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 21. À Seção de Inteligência da Subchefia de Inteligência de Defesa compete:

I - produzir conhecimentos de inteligência nos níveis estratégico e operacional que possam assessorar os processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa;

II - orientar a produção dos conhecimentos de inteligência sobre áreas geográficas e temáticas de acordo com o Plano de Inteligência de Defesa (PINDE), propondo atualizações deste plano quando pertinente;

III - intercambiar conhecimentos de interesse da inteligência de defesa com os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) e do Sistema de Inteligência Operacional (SIOP) de modo a disponibilizar os subsídios necessários aos processos decisórios no âmbito do MD e do EMCFA;

IV - elaborar conjunturas que possam subsidiar a confecção de cenários prospectivos ou demais estudos a cargo da Subchefia de Política e Estratégia, da Chefia de Assuntos Estratégicos;

V - elaborar quadrienalmente a Avaliação Estratégica de Inteligência de Defesa (AEID), considerando as avaliações conjunturais e estratégicas setoriais das Forças Armadas;

VI - elaborar avaliações conjunturais quadrimestrais do ambiente nacional e internacional, considerando os subsídios dos adidos de defesa e das Forças Armadas;

VII - contribuir para a atualização de diretrizes normativas para os adidos de defesa, orientando seus trabalhos em proveito da atividade da inteligência de defesa;

VIII - participar dos planejamentos e das operações de emprego conjunto das Forças Armadas, visando à realimentação da doutrina e dos planejamentos de responsabilidade do EMCFA;

IX - promover a participação e a integração dos elos do Sistema de Inteligência Operacional (SIOP) no ambiente das operações conjuntas, fomentando o aprimoramento da doutrina e dos processos afetos à inteligência operacional;

X - gerenciar o atendimento às instruções e eventos programados pela Subchefia de Operações no que tange as atividades de planejamento e de adestramento das operações conjuntas, destacando-se:

a) elaborar a análise de inteligência estratégica e o respectivo Plano Estratégico de Inteligência (PEI), com seus apêndices, visando ao emprego conjunto das Forças Armadas nas hipóteses de emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa;

b) assessorar e supervisionar a confecção das análises de inteligência e dos anexos de inteligência dos planos operacionais e táticos voltados para as operações conjuntas das Forças Armadas;

c) manter atualizados os conhecimentos e o banco de dados no Portal de Inteligência Operacional (PIOp) necessários à elaboração das análises de inteligência para os planejamentos sob a responsabilidade do EMCFA;

d) coordenar junto aos elos do SIOP, SINDE e ocasionalmente o SISBIN o atendimento às necessidades de inteligência oriundas dos planejamentos estratégicos e operacionais, a fim de atualizar as análises e anexos de inteligência, bem como o banco de dados da inteligência de defesa; e

e) coordenar todos os trabalhos e adotar as providências necessárias para que não ocorra solução de continuidade nas tarefas a cargo da inteligência nos períodos em que não ocorrer atividades afetas aos planejamentos, assumindo a postura da célula D2;

XI - sempre que possível, compor equipe de visita técnica às aditâncias de defesa;

XII - acompanhar o emprego das Forças Armadas brasileiras em missões de paz, de modo a prover os conhecimentos necessários aos processos decisórios no âmbito da Chefia de Operações Conjuntas e do EMCFA;

XIII - acompanhar os movimentos, as atividades e as ações subsidiárias passíveis de gerar grave perturbação da ordem pública que possam implicar o emprego das Forças Armadas;

XIV - acompanhar os delitos transfronteiriços e ambientais e os movimentos, as atividades e as ações externas que possam implicar o emprego das Forças Armadas;

XV - fornecer subsídios e propostas para o aprimoramento das doutrinas de inteligência de defesa, inteligência operacional e operações conjuntas;

XVI - participar das atualizações e formulações de doutrinas para o emprego conjunto das Forças Armadas;

XVII - participar de conselhos, comissões e trabalhos externos referentes a assuntos de inteligência pertinentes ao Ministério da Defesa, observada a área de atuação da inteligência de defesa; e

XVIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 22. À Seção de Contrainteligência da Subchefia de Inteligência de Defesa compete:

I - propor normas e procedimentos reguladores da atividade de contrainteligência no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

II - estimular a formação de adequado comportamento de contrainteligência no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

III - acompanhar os assuntos relativos à atividade de contrainteligência, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e do Sistema de Inteligência de Defesa, com vistas a aprimorar a doutrina, os procedimentos e os processos;

IV - intercambiar conhecimentos específicos de contrainteligência com os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, de modo a disponibilizar os subsídios necessários ao processo decisório;

V - estabelecer a sistemática e os procedimentos de segurança orgânica e de segurança ativa, visando à proteção do pessoal e do conhecimento nos segmentos de pessoal, de documentação, de áreas e instalações, de material, de comunicações e de meios de tecnologia da informação no âmbito da Chefia do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e nas operações conjuntas das Forças Armadas;

VI - acompanhar a execução de exercícios e operações das Forças Armadas, visando à realimentação da doutrina dos planejamentos de responsabilidade do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

VII - operar e manter equipamentos e infraestrutura de tecnologia da informação e das comunicações (TIC) das redes de inteligência gerenciadas pela SC-2 e operar as redes de inteligência das quais a SC-2 faz parte;

VIII - produzir e difundir conhecimentos de contrainteligência necessários ao planejamento e condução de operações conjuntas das Forças Armadas;

IX - propor o aprimoramento da doutrina de contrainteligência para as operações conjuntas das Forças Armadas;

X - elaborar a documentação de contrainteligência, no nível estratégico, para os exercícios e as operações conjuntas, bem como assessorar e supervisionar os documentos similares nos níveis operacional e tático;

XI - processar conhecimentos de contrainteligência para produzir e difundir avaliações atualizadas das ameaças, efetivas ou potenciais, à salvaguarda dos conhecimentos relacionados às operações conjuntas das Forças Armadas;

XII - estudar e propor o desenvolvimento e a integração dos sistemas de comunicações, criptologia e informática, no âmbito da Subchefia de Inteligência de Defesa, com vistas à sua utilização e padronização no âmbito do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) e da Rede de Adidos de Defesa (ADIDEF);

XIII - viabilizar o trâmite de mensagens eletrônicas entre a Subchefia de Inteligência de Defesa, os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) e da Rede de Adidos de Defesa (ADIDEF);

XIV - administrar e operar a Rede de Inteligência de Defesa (RINDE), a Rede de Adidos de Defesa (ADIDEF), e a rede interna da Subchefia de Inteligência de Defesa (RI/SC-2);

XV - expedir e controlar o material criptográfico custodiado aos integrantes das redes administradas pela Subchefia de Inteligência de Defesa;

XVI - contribuir para as medidas de segurança da informação, das comunicações e dos meios de tecnologia da informação, no âmbito das redes administradas pela Subchefia de Inteligência de Defesa;

XVII - realizar visitas de orientação técnica às aditâncias de defesa, com vistas à manutenção dos hardwares e equipamentos criptográficos custodiados; e

XVIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 23. À Seção de Inteligência Tecnológica da Subchefia de Inteligência de Defesa compete:

I - assessorar o Subchefe de Inteligência de Defesa em assuntos referentes à área de inteligência tecnológica, que abrange o conjunto de atividades de caráter tecnológico, exercidas no interesse da atividade de inteligência operacional, nas áreas de sensoriamento remoto e imagens, guerra eletrônica, cartografia, meteorologia, criptologia, cibernética e tecnologia da informação;

II - acompanhar e participar do planejamento e da execução de operações conjuntas das Forças Armadas visando à realimentação da doutrina e dos planejamentos de responsabilidade do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, na área de inteligência tecnológica;

III - intercambiar conhecimentos tecnológicos com os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, bem como com outros órgãos da esfera da ciência e tecnologia, de modo a apoiar o processo decisório, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

IV - participar da elaboração dos planos estratégicos de inteligência para as operações conjuntas das Forças Armadas, no que se refere à inteligência tecnológica;

V - gerenciar o Sistema de Inteligência Operacional e operar o Centro de Inteligência Operacional (CIOp), por meio do qual serão desenvolvidas as seguintes atividades:

a) concentrar, em um único ambiente, todas as atividades de intercâmbio, integração e compartilhamento de dados, informações e conhecimentos, de interesse da inteligência de operações conjuntas, entre a Chefia de Operações Conjuntas, Comandos de Operações das Forças Armadas e os Comandos Operacionais, quando ativados;

b) participar dos processos de planejamento, de controle das ações correntes e de tomada de decisões;

c) operar sistemas de bancos de dados que envolvam as atividades de inteligência tecnológica, sempre no exclusivo interesse da inteligência de defesa, apoiando toda a estrutura do Sistema de Inteligência de Defesa e do Sistema de Inteligência Operacional, quando solicitado; e

d) subsidiariamente, prestar serviços tecnológicos para as diversas Subchefias da Chefia de Operações Conjuntas e para as demais Chefias do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, particularmente no trato de imagens provenientes da atividade de sensoriamento remoto;

VI - acompanhar a evolução tecnológica e participar da elaboração de políticas e doutrina para emprego na defesa no que se refere à inteligência tecnológica;

VII - gerenciar o processo de aquisição e compartilhamento de imagens, bem como o desenvolvimento de outros insumos, produtos e tecnologias, na área de inteligência tecnológica, com o objetivo de elevar o nível de interoperabilidade entre as Forças Armadas, em especial, durante as operações conjuntas;

VIII - coordenar a integração doutrinária entre os centros de guerra eletrônica das Forças Armadas, visando ao emprego em operações conjuntas;

IX - acompanhar e intercambiar conhecimentos específicos de sistemas de criptografia com a Subchefia de Comando e Controle no que se refere à segurança das comunicações e de meios de tecnologia da informação no âmbito da Chefia de Operações Conjuntas e nas operações conjuntas das Forças Armadas, com vistas a aprimorar a doutrina, os procedimentos e os processos;

X - participar nos processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de inteligência tecnológica; e

XI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 24. À Seção de Planejamento, Avaliação e Doutrina da Subchefia de Inteligência de Defesa compete:

I - consolidar, propor e manter atualizadas as doutrinas de inteligência (estratégica e operacional), no âmbito do Sistema de Inteligência de Defesa;

II - planejar e coordenar, na sua área de atuação, as atividades (projetos, programas, pedidos de cooperação, simpósios, conferências, grupos de trabalho e outros eventos) que envolvam as Seções da Subchefia ou a participação direta do Subchefe de Inteligência de Defesa;

III - coordenar as reuniões bilaterais e multilaterais de inteligência, com países de interesse, no Brasil e no exterior;

IV - propor e administrar o orçamento disponibilizado à Subchefia de Inteligência de Defesa, com vistas à participação do seu pessoal em eventos nacionais e internacionais;

V - assessorar o Subchefe de Inteligência de Defesa nas competências da Subchefia como órgão central do Sistema de Inteligência de Defesa;

VI - propor bases doutrinárias para o aperfeiçoamento das atividades de inteligência de defesa, incluindo a utilização de fontes de imagem e de sinais;

VII - propor a realização de reuniões do Conselho Consultivo do Sistema de Inteligência de Defesa (CONSECON/SINDE) e assessorar o Subchefe de Inteligência de Defesa para a consecução das reuniões;

VIII - estudar e propor a criação, no Ministério da Defesa, de uma estrutura compatível com as necessidades de integração dos órgãos de inteligência militar, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 25. Ao posto de Controle (P Ct) do Ministério da Defesa compete:

I - protocolizar, armazenar e controlar as informações classificadas no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

II - protocolizar armazenar e controlar toda a documentação necessária ao processo de credenciamento de pessoa natural e as solicitações de habilitação de órgãos de registro e postos de controle de entidades públicas e privadas vinculadas ao MD;

III - adotar as providências para o processo de credenciamento de segurança: de pessoas naturais, de habilitação de segurança do Órgão de Registro Nível 2 e de habilitação de segurança do Posto de Controle de Órgão Público ou Entidade Privada;

IV - armazenar e controlar as credenciais de segurança de pessoas naturais, bem como os respectivos certificados de órgãos e entidades públicas e privadas sob sua responsabilidade;

V - submeter ao Gestor de Segurança e Credenciamento do Ministério da Defesa (GSC/MD) a concessão da credencial de segurança de pessoa natural;

VI - informar a autoridade solicitante da credencial de segurança de pessoa natural, o deferimento ou indeferimento do pedido de credenciamento;

VII - submeter ao GSC/MD a concessão para habilitação de segurança do Órgão de Registro Nível 2 e de habilitação de segurança do Posto de Controle de Órgão Público ou Entidade Privada;

VIII - informar ao órgão solicitante da habilitação de segurança do Órgão de Registro Nível 2 e de habilitação de segurança do Posto de Controle de Órgão Público ou Entidade Privada, a concessão ou a existência de pendências de qualificação técnica;

IX - realizar o tratamento da informação classificada sob sua responsabilidade de acordo com a legislação em vigor;

X - manter a segurança lógica e física das informações classificadas e da documentação, sob sua guarda;

XI - encaminhar, semestralmente ao Núcleo de Segurança e Credenciamento do Gabinete de Segurança Institucional (NSC/GSI), relatórios de suas atividades;

XII - notificar ao GSC/MD, imediatamente, quando da quebra de segurança das informações classificadas; e

XIII - propor ao GSC/MD normas e procedimentos para o credenciamento e o descredenciamento de segurança no âmbito do Ministério da Defesa.

Art. 26. Ao Gabinete da Subchefia de Inteligência de Defesa compete:

I - assistir o Subchefe de Inteligência de Defesa na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar a agenda e a pauta de trabalho do Subchefe de Inteligência de Defesa e promover o preparo do expediente para despacho;

III - acompanhar os projetos, as ações e as atividades que devam ser do conhecimento estrito do Subchefe de Inteligência de Defesa;

IV - promover articulações e programar a agenda de contatos de interesse do Subchefe de Inteligência de Defesa;

V - supervisionar e coordenar os trabalhos do respectivo Serviço de Apoio Técnico e Administrativo; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 27. À Subchefia de Operações (SC-3) compete:

I - coordenar o planejamento estratégico de emprego conjunto das Forças Armadas;

II - orientar os planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas;

III - coordenar o apoio e acompanhar a realização das operações militares e dos exercícios conjuntos, incluindo os simulados, exercendo, exceto nas operações de emprego real, a vice-chefia da direção geral do exercício (DIREX);

IV - propor diretrizes para o planejamento e a coordenação do emprego das Forças Armadas:

a) na garantia da lei e da ordem;

b) na garantia da votação e da apuração eleitoral;

c) na cooperação com a defesa civil;

d) no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; e

e) em ações subsidiárias gerais que caracterizem campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social;

V - coordenar o planejamento e a realização de operações e exercícios multinacionais;

VI - propor o aprimoramento da doutrina de emprego conjunto;

VII - controlar os pedidos de missões aéreas de interesse das operações conjuntas, em coordenação com a Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização da Chefia de Logística e Mobilização;

VIII - acompanhar as atividades ligadas ao emprego de meios Biológicos, nucleares, químicos e radiológicos, assessorando o Chefe de Operações Conjuntas nos assuntos relacionados a essas atividades, inclusive no tocante à capacitações diversas em ambiente nacional e internacional;

IX - coordenar o atendimento de demandas oriundas de organismos internacionais, inseridas no contexto de operações, nas áreas biológica, nuclear, química e radiológica;

X - gerenciar o Centro Regional de Assistência e Proteção de Armas Químicas do Brasil (CAPAQ-BR) para a América Latina e Caribe, junto às Forças Singulares, a fim de atender às demandas da Organização de Proibição de Armas Químicas (OPAQ);

XI - encaminhar à CHELOG as demandas de transporte logístico de operações não conjuntas, quando for o caso;

XII - planejar e controlar, em coordenação com a Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias da Chefia de Operações Conjuntas e com a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA, a execução dos recursos das ações orçamentárias sob a responsabilidade da Subchefia;

XIII - realizar, sob a coordenação da Vice-Chefia de Operações Conjuntas, a gestão de ação orçamentária sob a responsabilidade da Subchefia;

XIV- coordenar e supervisionar a utilização do Centro de Operações Conjuntas (COC), determinando os responsáveis por operar o COC, entre as Seções SC-3.2 e SC-3.3; e

XV - participar do processo de coleta de dados afetos às melhores práticas e elaboração de propostas de lições aprendidas no âmbito da CHOC, em ligação com as demais Subchefias.

Art. 28. À Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias, além das ações previstas no art. 78 deste Regimento Interno, compete realizar estudos e apresentar pareceres, sob o enfoque econômico-financeiro, acerca de assuntos de interesse da Subchefia de Operações.

Art. 29. À Seção de Operações Complementares da Subchefia de Operações (SC-3.2) compete:

I - fornecer subsídios para as propostas de diretrizes para o emprego conjunto das Forças Armadas em:

a) atividades relacionadas à garantia da lei e da ordem;

b) garantia da lei eleitoral, votação e apuração;

c) ações subsidiárias gerais, tais como: desenvolvimento nacional, defesa civil, incluindo, quando for o caso, as ações biológicas, nucleares, química e radiológica, e campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social;

d) ações humanitárias, dentro ou fora do território nacional;

e) operações em apoio às ações contra delitos transfronteiriços e ambientais; e

f) exercícios e operações conjuntas e combinadas e operações multinacionais;

II - cooperar com a atualização do conhecimento e da legislação referentes aos assuntos de natureza civil pertinentes ao emprego das Forças Armadas, incluindo as ações subsidiárias, segundo determinação do Ministro de Estado da Defesa;

III - participar, quando determinado, de conselhos, comissões e trabalhos externos referentes aos assuntos de natureza civil pertinentes às Forças Armadas, observada a área de atuação da Subchefia de Operações;

IV - fornecer subsídios para o aprimoramento da doutrina de emprego conjunto das Forças Armadas em ações subsidiárias de caráter geral e particular, no que couber ao Ministério da Defesa;

V - consolidar e acompanhar a execução dos pedidos de missões de apoio aéreo de interesse das operações complementares;

VI - participar de eventos que possam propiciar a atualização da doutrina ou implicar, direta ou indiretamente, no emprego conjunto das Forças Armadas, tais como reuniões, seminários, cursos e intercâmbios, tanto na esfera nacional como na internacional, que tratem de assuntos pertinentes às atribuições acima relacionadas;

VII - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por intermédio da Chefia de Operações Conjuntas, acerca dos assuntos atinentes à defesa biológica, nuclear, química e radiológica;

VIII - estabelecer contínua e estreita ligação com os representantes das Forças Armadas para acompanhamento dos temas de especial interesse para a defesa biológica, nuclear, química e radiológica;

IX - acompanhar, em articulação com as Forças e com outras Subchefias, e em ligação com os organismos internacionais e órgãos governamentais, os temas e as atividades afetas à defesa biológica, nuclear, química e radiológica;

X - apresentar relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre os respectivos setores e assuntos;

XI - criar e manter planos de atuação, banco de dados de pessoal especializado e de material biológico, nuclear, químico e radiológico para atendimento de eventuais demandas de pronta resposta; e

XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 30. À Seção de Operações Conjuntas (SC-3.3) da Subchefia de Operações compete:

I - elaborar e propor diretrizes e, ainda, coordenar o exame de situação estratégico para emprego conjunto das Forças Armadas;

II - elaborar a minuta de cada Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) resultante dos exames de situação e, após a decisão da autoridade competente, preparar e distribuir a versão final;

III - coordenar e atualizar os planejamentos estratégicos para as hipóteses de emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa;

IV - acompanhar e orientar tecnicamente a elaboração dos planejamentos operacionais e táticos, a cargo dos Comandos Operacionais, decorrentes dos planejamentos estratégicos;

V - coordenar as orientações, na sua esfera de competência, para o preparo e emprego das Forças Armadas em exercícios e operações conjuntas;

VI - acompanhar a execução dos pedidos de missões de apoio aéreo de interesse das operações conjuntas;

VII - participar de eventos que possam propiciar a atualização da doutrina ou implicar, direta ou indiretamente, no emprego conjunto das Forças Armadas, tais como reuniões, seminários, cursos e intercâmbios, tanto na esfera nacional como na internacional; e

VIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 31. Ao Gabinete da Subchefia de Operações compete:

I - assistir ao Subchefe de Operações na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar a agenda e a pauta de trabalho do Subchefe de Operações e promover o preparo do expediente para despacho;

III - acompanhar os projetos, as ações e as atividades que devam ser do conhecimento estrito do Subchefe de Operações;

IV - promover articulações e programar a agenda de contatos de interesse do Subchefe de Operações;

V - supervisionar e coordenar os trabalhos do respectivo Serviço de Apoio Técnico e Administrativo; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 32. À Subchefia de Operações de Paz (SC-4) compete:

I - assessorar o Chefe de Operações Conjuntas nos assuntos referentes às operações de paz (tropa e missões individuais), desminagem humanitária e segurança de representações diplomáticas;

II - gerenciar programas e projetos relacionados com assuntos afetos à área de operações de paz e de desminagem humanitária;

III - coordenar a elaboração de propostas de diretrizes, no âmbito do EMCFA, para a atuação das Forças Armadas de forma singular, conjunta ou combinada em operações de paz e em tarefas afetas à desminagem humanitária;

IV - planejar e coordenar as atividades destinadas à participação das Forças Armadas em operações de paz (tropa e missões individuais) e em desminagem humanitária afetas às fases de implantação, preparo, emprego e repatriação de meios;

V - coordenar e acompanhar as atividades dos destacamentos de segurança de representações diplomáticas brasileiras no exterior;

VI - acompanhar o processamento de reembolsos oriundos da Organização das Nações Unidas (ONU), ou de outros organismos internacionais, decorrentes da participação brasileira em operações de paz com contingentes de tropa;

VII - coordenar, avaliar e consolidar, em conjunto com as Forças Armadas, a pré-proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente às atividades de operações de paz;

VIII - realizar, sob a coordenação da Vice-Chefia de Operações Conjuntas, a gestão de ação orçamentária sob a responsabilidade da Subchefia;

IX - contribuir com o desenvolvimento e a atualização da doutrina de operações de paz e de desminagem humanitária;

X - conduzir, coordenar o apoio e participar de cursos, estágios, seminários, exercícios e outras atividades referentes à área de operações de paz, principalmente de reuniões e fóruns de discussões conduzidos pela ONU;

XI - estabelecer, em coordenação com a Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização da Chefia de Logística e Mobilização (SUBCLM/CHELOG), o apoio referente à função logística de transporte necessária à concentração, ao desdobramento, à manutenção e à repatriação dos contingentes brasileiros e à reversão dos meios em operações de paz;

XII - participar do processo de coleta de dados afetos às melhores práticas e elaboração de propostas de lições aprendidas no âmbito da CHOC, em ligação com as demais Subchefias; e

XIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 33. À Seção de Planejamento e Preparo (SC-4.1) da Subchefia de Operações de Paz compete:

I - elaborar propostas de memorando de entendimento e carta de assistência para negociação junto às Nações Unidas, em coordenação com as Forças Armadas, visando à participação de contingentes de tropas em novas operações de paz;

II - planejar a participação da SC-4 na reunião de negociação inicial do Memorando de Entendimento da Força de Paz com os representantes da ONU, em coordenação com a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas;

III - elaborar instruções de coordenação para as atividades de preparo, emprego e repatriação de meios, específicas para cada contingente de tropa a ser desdobrado em operações de paz;

IV - planejar, coordenar e acompanhar, naquilo que lhe for pertinente, as atividades afetas ao preparo de militares brasileiros para participar em operações de paz, missões de desminagem humanitária e segurança de representações diplomáticas;

V - coordenar e acompanhar as atividades de cooperação brasileira para o treinamento e capacitação de nações amigas em assuntos de operações de paz, sob a responsabilidade do EMCFA;

VI - planejar a participação nas reuniões da Associação Latino-Americana de Centros de Operações de Paz (ALCOPAZ) e sua execução quando o Brasil for o país sede do evento;

VII - planejar e executar ações que contribuam para a formação e capacitação de recursos humanos com expertise na área de operações de paz para os efetivos da SC-4 e das Forças Armadas;

VIII - assessorar o Subchefe, mediante coordenação prévia com as demais seções na indicação da participação de representantes da SC-4 em cursos, estágios, simpósios, seminários, exercícios, intercâmbios, workshops e fóruns relacionados a assuntos ligados com as operações de paz e de desminagem humanitária;

IX - planejar e coordenar a participação em cursos, estágios, simpósios, seminários, exercícios, intercâmbios, workshops e fóruns de caráter nacional e internacional, afetos à área de operações de paz, e sua execução quando o evento estiver sob a responsabilidade do EMCFA;

X - coordenar as atividades de preparação da Cerimônia do Dia Internacional dos Peacekeepers das Nações Unidas em Brasília, cabendo a execução do evento às Forças Armadas, em sistema de rodízio;

XI - gerenciar o atendimento aos Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) e aos Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE) relacionados às operações de paz;

XII - planejar, em coordenação com as demais seções da SC-4, as viagens de reconhecimento às áreas de operações onde haja contingentes brasileiros desdobrados; e

XIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 34. À Seção de Emprego Operacional (SC-4.2) da Subchefia de Operações de Paz compete:

I - planejar, coordenar, e acompanhar, naquilo que lhe for pertinente, as atividades afetas ao desdobramento, emprego e repatriação de contingentes de força de paz, destacamentos de segurança de representações diplomáticas e militares em missões individuais e de desminagem humanitária;

II - planejar a concentração, o desdobramento, a manutenção e a repatriação de contingentes em operações de paz, com a assessoria da SUBCLM/CHELOG quanto à função logística transporte;

III - ativar e supervisionar o Centro de Coordenação de Operações de Paz (CCLOP), com a participação da SUBCLM/CHELOG, em seus trabalhos destinados à preparação do embarque e carregamento de material do contingente a ser desdobrado em uma missão de paz ou durante o ressuprimento dessa tropa;

IV - coordenar naquilo que for pertinente, eventuais viagens não programadas das Forças Armadas à área de operações nas quais haja contingentes brasileiros de tropa ou militares em missões de caráter individual desdobrados no terreno;

V - planejar, em coordenação com as demais seções da SC-4, a execução das viagens de avaliação e manutenção às áreas de operações onde haja contingentes brasileiros desdobrados;

VI - realizar as gestões necessárias para manter o nível de disponibilidade operacional do material e maximizar o percentual do reembolso, decorrente da participação de contingentes de tropa em operações de paz;

VII - manter um canal técnico de ligação com a Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em coordenação com a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE), que permita acompanhar os processos normativos e contratuais estabelecidos, referentes à participação brasileira em operações de paz, e aqueles relativos aos reembolsos devidos ao país;

VIII - gerenciar os processos de reembolso junto à ONU, decorrentes de sequelas físicas sofridas ou morte de militar ocorrida durante ou após o retorno ao País, com causas ligadas às operações de paz em que participou, em coordenação com a Força a que pertença o militar;

IX - gerenciar os processos de respostas às demandas da ONU, quanto ao andamento do processo de investigação relacionado à falha de conduta grave em operações de paz, cometido por militares das Forças Armadas;

X - elaborar propostas de atualização de Memorando de Entendimento e Carta de Assistência para negociação junto às Nações Unidas, em coordenação com as Forças Armadas, visando o ajuste de material de pessoal dos contingentes brasileiros desdobrados nas áreas de operações das missões de paz em curso;

XI - planejar a participação na reunião de negociação para atualização do Memorando de Entendimento da Força de Paz com os representantes da ONU, com o intuito de prestar o assessoramento em assuntos de caráter operacional, logístico e contratual da tropa empregada;

XII - planejar a participação na reunião do Comitê Especial sobre Operações de Paz (C-34, sigla em inglês) e do Grupo de Trabalho do Material de Dotação dos Contingentes (COE WG, sigla em inglês), com o intuito de prestar assessoramento em assuntos militares de caráter operacional, logístico e estratégico no escopo das operações de paz;

XIII - gerenciar o Sistema Integrado de Gerenciamento e Acompanhamento das Operações de Paz (SIGAOP) destinado ao controle e à comunicação com os militares empregados em operações de paz e ao processamento e análise das informações recebidas; e

XIV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 35. À Seção de Acompanhamento e Estudos (SC-4.3) da Subchefia de Operações de Paz compete:

I - realizar estudos e emitir pareceres relativos a consultas da ONU de organismos internacionais, e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a fim de contribuir para novas participações brasileiras em operações de paz ou compor banco de dados para planejamentos futuros;

II - elaborar e propor diretrizes destinadas a regular a participação brasileira em operações de paz, missões de desminagem humanitária e segurança de representações diplomáticas;

III - cooperar nas ações da CAE para a criação (ativação) e desativação de destacamentos de segurança de representações diplomática brasileira no exterior;

IV - manter atualizado o Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS, sigla em inglês), acompanhando as demandas e as lacunas apresentadas pela ONU;

V - planejar, em coordenação com as demais seções, a execução de reconhecimentos em regiões onde haja a previsão ou possibilidade de emprego futuro de tropas brasileiras em missões de paz;

VI - planejar, em coordenação com as demais seções da SC-4, a execução das viagens de ativação do contingente brasileiro desdobrado em uma operação de paz;

VII - acompanhar as ações de organismos internacionais relacionados a operações de paz, bem como de outros fóruns de defesa em nível regional e sub-regional em que o Brasil seja partícipe;

VIII - consolidar, para análise e aprimoramento da doutrina militar conjunta e fomento à Base Industrial de Defesa (BID), as principais lições aprendidas e experiências auferidas registradas no SIGAOP e nos relatórios de término de missão;

IX - consolidar a conjuntura das operações de paz, por intermédio dos oficiais da SC-4, responsáveis de cada uma das missões em curso;

X - gerenciar a atualização e a elaboração de publicações referentes às operações de paz, em coordenação com as demais seções da SC-4;

XI - planejar a participação de representantes da SC-4 e das Forças Armadas na Conferência Anual da Associação Internacional de Centros de Manutenção da Paz (IAPTC, sigla em inglês), a fim de acompanhar as discussões referentes às tendências e perspectivas na área de operações de paz;

XII - manter o registro histórico da participação brasileira em operações de paz, missões de desminagem humanitária e segurança de representações diplomáticas; e

XIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 36. São competências comuns a todas as Seções da Subchefia de Operações de Paz:

I - assessorar o Subchefe em assuntos afetos à área de operações de paz;

II - exercer a gerencia da seção em sistema de rodízio bianual entre as Forças Armadas;

III - planejar e coordenar, de maneira integrada, as atividades nacionais e internacionais afetas à área de operações de paz, que estejam dentro da esfera de responsabilidade da seção;

IV - participar, mediante designação, de grupos de trabalho para elaboração ou revisão de manuais do Ministério da Defesa que tratem de assuntos relativos às áreas de competência da seção;

V - acompanhar programas e projetos de interesse da CHOC, nos quais se identifiquem assuntos ligados às operações de paz;

VI - designar oficiais, mediante coordenação prévia entre as seções, como responsáveis de cada uma das operações de paz em curso, para acompanhamento da conjuntura da missão; e

VII - encaminhar à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias (APOGA) da SC-4 subsídios destinados ao levantamento das necessidades de recursos para a formulação da pré-proposta da LOA referentes às atividades da Subchefia.

Art. 37. Ao Gabinete da Subchefia de Operações de Paz compete:

I - assistir ao Subchefe de Operações de Paz na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar a agenda e a pauta de trabalho do Subchefe de Operações de Paz e promover o preparo do expediente para despacho;

III - acompanhar os projetos, as ações e as atividades que devam ser do conhecimento estrito do Subchefe de Operações de Paz;

IV - promover articulações e programar a agenda de contatos de interesse do Subchefe de Operações de Paz;

V - supervisionar e coordenar os trabalhos do respectivo Serviço de Apoio Técnico e Administrativo; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Seção III

Da Chefia de Assuntos Estratégicos

Art. 38. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relativos à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;

II - orientar, supervisionar e controlar as atividades das subchefias subordinadas;

III - propor diretrizes e coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento dos temas destinados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais na área de Defesa;

IV - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à Política Nacional de Defesa e à Estratégia Nacional de Defesa;

V - conduzir a atualização da Sistemática de Planejamento Estratégico Militar;

VI - propor ações e coordenar atividades de articulação e integração, interna e externa, para viabilizar a integração de esforços e a racionalidade administrativa;

VII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, além de atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários em um horizonte temporal estabelecido em instrumento competente, com ênfase nas áreas de interesse estratégico nacional do País, de maneira a subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;

VIII - coordenar a elaboração do planejamento estratégico, no que lhe couber, de acordo com o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, com base nos cenários futuros elaborados, observadas as competências das demais Chefias do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e de outros órgãos de assessoramento e de assistência direta ao Ministro de Estado da Defesa;

IX - orientar, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o planejamento e a gestão orçamentária e financeira dos programas sob sua responsabilidade; e

X - participar e coordenar representações de interesse da Defesa em organismos nacionais e internacionais, no País e no exterior.

Art. 39. À Vice-Chefia de Assuntos Estratégicos compete:

I - assistir o Chefe de Assuntos Estratégicos nos assuntos que constituem as áreas de atuação do órgão;

II - orientar, coordenar e controlar a execução das ações das Subchefias, das Assessorias e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Chefia de Assuntos Estratégicos; e

III - realizar a gestão da ação orçamentária sob a responsabilidade da Chefia.

Art. 40. À Subchefia de Política e Estratégia (SCPE), da Chefia de Assuntos Estratégicos, compete:

I - assessorar o Chefe de Assuntos Estratégicos nos assuntos relativos à Política e à Estratégia de Defesa;

II - coordenar a atualização da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa;

III - coordenar a atualização da Sistemática de Planejamento Estratégico Militar;

IV - propor diretrizes para a atuação dos órgãos do Ministério da Defesa no gerenciamento de crises político-estratégicas;

V - participar de reuniões, seminários e outras atividades relacionadas a assuntos de Defesa do Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

VI - conduzir o planejamento, coordenação e participação da Chefia de Assuntos Estratégicos nos diálogos político-estratégicos e político-militares;

VII - promover estudos e propor alterações para a condução dos assuntos de interesse da Defesa nas áreas de atuação do Ministério da Defesa, no que couber, decorrentes dos Objetivos acionais de Defesa, das Estratégias de Defesa e das Ações Estratégicas de Defesa, constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;

VIII - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários prospectivos, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;

IX - assessorar o Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos na gestão de ação orçamentária sob a responsabilidade da Subchefia;

X - elaborar a avaliação política e estratégica de Defesa, com o propósito de contribuir para o processo de atualização dos documentos do SISPED e do planejamento estratégico militar de Defesa;

XI - acompanhar os assuntos setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, em articulação com as Forças Armadas e com órgãos públicos e privados;

XII - acompanhar programas e projetos em áreas ou setores específicos de interesse da defesa;

XIII - acompanhar a implementação da Política Marítima Nacional;

XIV - participar, nas áreas de política e estratégia, das atividades promovidas por organismos multilaterais de defesa, bem como organizar atividades desta natureza, quando lhe couber; e

XV - orientar os representantes brasileiros em organismos internacionais, por força das atribuições da Autoridade Marítima e da Autoridade Aeronáutica Militar.

Parágrafo único. O Núcleo do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos de Defesa funciona junto à Subchefia de Política e Estratégia, à qual é subordinado, com a função de manter ligação com órgãos relacionados a estudos estratégicos de Defesa do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e de outras entidades públicas e privadas, com vistas à produção, à gestão, à integração e à consolidação de conhecimento de interesse estratégico de defesa.

Art. 41. À Seção de Política e Estratégia de Defesa (SPED), da Subchefia de Política e Estratégia, compete:

I - fornecer subsídios para a atualização da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa, da Política Militar de Defesa, da Estratégia Militar de Defesa e da Doutrina Militar de Defesa;

II - fornecer subsídios para a atualização da Sistemática de Planejamento Estratégico Militar;

III - propor diretrizes para a atuação dos órgãos do Ministério da Defesa no gerenciamento de crises político-estratégicas;

IV - participar, como núcleo nacional do Brasil para assuntos de Defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), de reuniões, seminários e outras atividades relacionadas a assuntos de defesa do Centro de Análise Estratégica da CPLP;

V - conduzir o planejamento, coordenação e participação nos diálogos político-estratégicos e político-militares;

VI - promover estudos e propor alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa nas áreas de atuação do Ministério da Defesa, no que couber, decorrentes dos Objetivos Nacionais de Defesa, das Estratégias de Defesa e das Ações Estratégicas de Defesa, constantes da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;

VII - acompanhar a evolução de políticas e estratégias de defesa estrangeiras e o desenvolvimento, nos organismos internacionais, de temas de interesse da Política e Estratégia Nacional de Defesa;

VIII - participar de reuniões, seminários e foros de discussão relacionados com a Política e Estratégia Nacional de Defesa;

IX - elaborar os cenários militares de adestramento para os planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas; e

X - ministrar instruções e palestras, bem como participar de estudos, trabalhos, simpósios, seminários e foros, no País e no exterior, ligados às áreas e às atividades da Seção.

Art. 42. À Seção de Avaliação Estratégica (SAE), da Subchefia de Política e Estratégia, compete:

I - assessorar o Subchefe de Política e Estratégia no exame corrente da situação estratégica;

II - avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, atualizar periodicamente os diagnósticos e os cenários prospectivos, com ênfase nas áreas de interesse estratégico para o País, e subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;

III - elaborar a Avaliação Política e Estratégica de Defesa (APED), com o propósito de contribuir para o processo de atualização dos documentos do SISPED e do planejamento estratégico militar de defesa;

IV - contribuir para a elaboração das propostas de diretrizes que visam a orientar os trabalhos dos adidos de defesa brasileiros em proveito do exame corrente da situação estratégica;

V - coordenar as atividades do Núcleo do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos de Defesa (NuCEPED), com vistas à produção, à gestão, à integração e à consolidação das informações de interesse estratégico de defesa;

VI - participar, por intermédio do NuCEPED, de estudos, trabalhos, simpósios, seminários e fóruns, no país e no exterior, com o propósito de manter ligação com órgãos relacionados a estudos estratégicos de defesa do Ministério da Defesa, das Forças Singulares e de outras entidades públicas e privadas, tais como centros de estudos, órgãos governamentais e meio acadêmico, ligados às áreas de atuação da Seção; e

VII - ministrar instrução e palestras, bem como participar de estudos, trabalhos, simpósios, seminários e fóruns, no País e no exterior, ligados às áreas e às atividades da Seção.

Art. 43. À Seção de Assuntos Setoriais (SAS), da Subchefia de Política e Estratégia, compete:

I - acompanhar os assuntos setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, com foco na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, em articulação com as Forças Armadas e com órgãos públicos e privados;

II - acompanhar programas e projetos em áreas ou setores específicos de interesse da defesa;

III - acompanhar a implementação da Política Marítima Nacional;

IV - acompanhar, nos âmbitos nacional e internacional, questões de relevância político estratégica para o Ministério da Defesa, posicionando-se acerca de temas como: Amazônia, faixa de fronteira, meio ambiente, mar e Antártica, direitos humanos, políticas indigenista e de gênero, segurança institucional e ordenamento e gestão do território e assuntos conexos;

V - opinar quando demandado pelo Conselho de Defesa Nacional, ministérios ou órgãos públicos, sobre questões atinentes às áreas indispensáveis à segurança do território nacional, notadamente: faixa de fronteira, terras indígenas, unidades da federação, unidades de conservação terrestres e marítimas, áreas quilombolas e outras que impliquem o ordenamento e a gestão do território;

VI - estabelecer, com as Forças Singulares e órgãos governamentais, ligações referentes ao tratamento de assuntos de defesa inerentes à sua área de atuação; e

VII - ministrar palestras, bem como participar de estudos, trabalhos, simpósios, seminários e fóruns, no País e no exterior, ligados às áreas e às atividades da Seção.

Art. 44. À Subchefia de Organismos Internacionais (SCOI), da Chefia de Assuntos Estratégicos, compete:

I - assessorar o Chefe de Assuntos Estratégicos sobre assuntos relacionados a organismos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa;

II - participar das reuniões de especialistas do Conselho de Defesa Sul-Americano e da Conferência de Ministros de Defesa das Américas;

III - coordenar a participação do Ministério da Defesa no Conselho de Defesa Sul-Americano e na Conferência de Ministros de Defesa das Américas, e integrar as delegações representativas nessas instâncias;

IV - coordenar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades relacionadas com a Junta Interamericana de Defesa (JID), incluindo o Colégio Interamericano de Defesa (CID), e com a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), propondo normas e orientações para a sua atuação;

V - coordenar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades relacionadas com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), exceto as relacionadas ao Centro de Análise Estratégica da CPLP;

VI - coordenar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades relacionadas ao tema de Defesa junto à Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), à Organização dos Estados Americanos (OEA) e aos outros organismos internacionais de interesse da defesa;

VII - coordenar, no âmbito do Ministério da Defesa, por intermédio da RBJID, o trato dos assuntos em discussão na OEA relacionados à segurança multidimensional e à Comissão de Segurança Hemisférica;

VIII - coordenar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades no nível estratégico e relacionadas aos fóruns de desminagem humanitária tratadas pela Junta Interamericana de Defesa (JID), pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por organismos multilaterais e por outros países;

IX - propor e coordenar a execução das atividades referentes aos mecanismos de cooperação internacional multilaterais, de interesse para a defesa;

X - planejar e acompanhar, em coordenação com as Forças Armadas e a Subchefia de Assuntos Internacionais, as atividades de cooperação técnico-militar multilaterais de interesse para a defesa;

XI - planejar, coordenar, executar e acompanhar, na sua área de atuação, as atividades administrativas referentes à realização de simpósios e reuniões multilaterais de defesa, no Brasil e no exterior; e

XII - assessorar o Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos na gestão de ação orçamentária sob a responsabilidade da Subchefia.

Art. 45. À Seção de Organismos Interamericanos (SOI), da Subchefia de Organismos Internacionais, compete:

I - participar das diversas reuniões e grupos de trabalho afetos à Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA);

II - coordenar a participação do Ministro da Defesa na Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA), juntamente com outros setores do MD, cada um em sua esfera de atribuições;

III - acompanhar os assuntos de defesa referentes às Medidas de Fomento à Confiança e da Segurança (MFCS), aos tratados da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA e aos temas afetos à segurança multidimensional;

IV - executar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades determinadas pelo Subchefe de Organismos Internacionais relacionadas com a Junta Interamericana de Defesa (JID) (Conselho de Delegados, Secretaria e Colégio Interamericano de Defesa - CID) e com a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID);

V - propor normas e orientações para a atuação da RBJID, junto ao Conselho de Delegados da JID;

VI - propor ao Subchefe de Organismos Internacionais a realização de visitas técnicas à RBJID;

VII - viabilizar as solicitações de eventuais visitas do CID ao Brasil;

VIII - controlar os processos de envio de pessoal militar e civil, conforme legislação em vigor, com vistas ao cumprimento de missões na JID e RBJID;

IX - acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e participar de eventos de interesse da defesa, quando demandado pelo CAE, nos seguintes fóruns: Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Comunidade do Caribe (CARICOM), Cúpula das Américas e Conferência das Forças Armadas Centro-americanas (CFAC); e

X - acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos em temas de interesse da defesa da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), conforme demandas oriundas da CAE.

Art. 46. À Seção do Conselho de Defesa Sul-Americano (SCD), da Subchefia de Organismos Internacionais, compete:

I - assessorar o Subchefe de Organismos Internacionais e o Chefe de Assuntos Estratégicos nos assuntos afetos ao Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS);

II - compor a delegação brasileira perante o CDS;

III - consolidar a proposta de atividades do Brasil para o Plano de Ação do CDS, em coordenação com os demais setores do MD e com a participação das Forças, caso necessário;

IV - planejar, coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades administrativas referentes à participação do MD nas reuniões da Instância Executiva e do Conselho de Ministros do CDS, bem como integrar as delegações representativas nessas instâncias;

V - executar o trâmite de documentos de-para as Secretaria pró tempore do CDS, Secretaria do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), Secretaria da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) e demais delegações perante o CDS;

VI - coordenar e controlar a execução das iniciativas constantes do Plano de Ação anual do CDS;

VII - coordenar e controlar a participação de representantes brasileiros nas diversas atividades do CDS;

VIII - orientar e coordenar a participação dos delegados brasileiros no CEED;

IX - orientar e coordenar a participação dos representantes brasileiros no Conselho Acadêmico da ESUDE;

X - coordenar, no âmbito do MD, a participação nos estudos e trabalhos do CEED e da ESUDE;

XI - planejar e controlar, junto às Forças Armadas, as indicações para o rodízio no cargo de delegado brasileiro no CEED;

XII - controlar e cumprir os prazos dos compromissos relativos às medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, no âmbito do CDS;

XIII - planejar, acompanhar e controlar a execução financeira dos recursos destinados às atividades do CDS;

XIV - participar de estudos, trabalhos, simpósios, seminários e foros, no país e no exterior, ligados às áreas e às atividades da Seção;

XV - divulgar e promover as atividades desenvolvidas pelo CDS; e

XVI - participar de reuniões bilaterais de defesa do Brasil com os países pertencentes à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), possibilitando melhor coordenação das ações referentes ao CDS.

Art. 47. À Seção de Organismos Globais (SOG), da Subchefia de Organismos Internacionais, compete:

I - coordenar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades internacionais relacionadas a desarmamento de interesse para a área de defesa com a Organização das Nações Unidas (ONU) e com outros organismos internacionais, em estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores, compreendendo:

a) participar, quando possível, e acompanhar as atividades de desarmamento da ONU;

b) assessorar o conselheiro militar nas atividades envolvendo a representação brasileira da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, Estados Unidos da América;

c) assessorar o conselheiro militar nas atividades envolvendo a representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, Suíça;

d) coordenar e acompanhar junto ao Ministério das Relações Exteriores, às Forças Singulares e setores do Ministério da Defesa as indicações para a participação de militares nas atividades de desarmamento da ONU e de outros organismos internacionais correlatos, tais como conferências, seminários, reuniões e convenções, dentre outras;

e) acompanhar o cumprimento e a evolução de atos internacionais relativos a armas convencionais e não convencionais que tenham sido ratificados pelo Brasil, dentro dos seguintes fóruns:

1. ONU (Nova Iorque e Genebra);
2. CD - Conference on Disarmament;
3. APLC - Anti-Personnel Landmine;
4. CCCW - Convention on Certain Conventional Weapons;
5. LAWS - Lethal Autonomous Weapons Systems;
6. CCM - Convention on Cluster Munitions;
7. FMCT - Fissile Material Conventions Traty;
8. ENMOD - Environmental Modification Techniques;
9. NPT - Non-Proliferation Traty;
10. CTBT - Comprehensive Test-Ban Traty;
11. NSG - Nuclear Supplies Group;
12. TPAN - Tratado de Proibição de Armas Nucleares;
13. ATT - Arms Trade Traty;
14. BWC - Biological Weapons Convention;
15. CWC - Chemical Weapons Convention;
16. MTCR - Missile Tecnology Control Regime;
17. AW - Wassenaar Arrangement; e
18. GA - Group of Australia;

f) elaborar documentos decorrentes de compromissos internacionais (tratados, convenções, acordos, reuniões de consultas, conferências ou similares) relativos a armas convencionais e não convencionais; e

g) elaborar minutas de portarias de nomeação e dispensa de militares para o Escritório do Conselheiro Militar junto à Representação Permanente do Brasil na Conferência do Desarmamento da ONU em Genebra;

II - acompanhar, processar e controlar documentos relativos ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Organização do Tratado sobre a Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBTO), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Agência Brasil-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), Programa Espacial, Grupo de Supridores Nucleares (NSG), todos vinculados à ONU, emitindo parecer quando necessário;

III - acompanhar, processar e controlar documentos relativos ao Tratado do Espaço, junto ao Comitê para Uso Pacífico do Espaço (CPUOS) e Conferência de Desarmamento (CD);

IV - elaborar minutas de portarias de designação e de exoneração de militares indicados para ocupar cargos nas missões de desminagem humanitária da Junta Interamericana de Defesa;

V - elaborar estudos sobre a participação individual de militares e policiais militares como observadores militares, assessores militares, oficiais de Estado-Maior e oficiais de ligação em operações de paz;

VI - elaborar minutas e propor portarias de nomeação, designação, prorrogação e dispensa de militares para missões individuais nas operações de paz;

VII - acompanhar a evolução do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) e de outros assuntos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), para atualização do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;

VIII - representar o Ministério da Defesa na Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário e, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, manter a referida comissão atualizada sobre as medidas adotadas para a difusão e implementação do DICA nas Forças Armadas;

IX - assessorar o Subchefe de Organismos Internacionais e o Chefe de Assuntos Estratégicos nos assuntos afetos à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);

X - participar nos assuntos de defesa na CPLP, das reuniões e seminários do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) e demais foros de interesse da Chefia de Assuntos Estratégicos e do Ministério da Defesa;

XI - planejar, coordenar, executar e acompanhar, na sua área de atuação, das atividades administrativas referentes à realização de simpósios e reuniões multilaterais de defesa, no Brasil e no exterior;

XII - assessorar o Subchefe de Organismos Internacionais e o Chefe de Assuntos Estratégicos nos assuntos afetos aos organismos internacionais de interesse da defesa, como a ONU, a União Europeia (UE), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a União Africana (UA) e outros;

XIII - participar nos assuntos de defesa na ZOPACAS, das reuniões, seminários e demais foros de interesse da Chefia de Assuntos Estratégicos e do Ministério da Defesa; e

XIV - participar de estudos, trabalhos, simpósios, seminários e foros, no país e no exterior, ligados às áreas e às atividades da Seção.

Art. 48. À Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI), da Chefia de Assuntos Estratégicos compete:

I - assessorar o Chefe de Assuntos Estratégicos nos assuntos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa;

II - propor diretrizes e normas para regular a atuação dos adidos de defesa brasileiros no exterior e acompanhar e orientar os seus trabalhos e relacionamentos de interesse da defesa;

III - propor diretrizes para orientar e regular a atuação dos adidos de defesa estrangeiros acreditados no País;

IV - propor normas e acompanhar as representações militares brasileiras no exterior;

V - propor normas para o estabelecimento de representações militares de defesa brasileiras no exterior, de comissões militares de defesa estrangeiras no País e seus relacionamentos com o Ministério da Defesa;

VI - conduzir as atividades necessárias à adesão a atos internacionais de interesse para a defesa e acompanhar sua evolução e seu cumprimento junto aos organismos internacionais;

VII - coordenar, quando couber ao Ministério da Defesa, as visitas de comitivas, delegações e autoridades estrangeiras ao País, e orientar o planejamento e o acompanhamento das atividades programadas para o território nacional;

VIII - planejar, coordenar e acompanhar, na sua área de atuação, as atividades administrativas referentes à organização de simpósios e encontros bilaterais, no nível político-estratégico, realizados no País;

IX - propor e coordenar a execução das atividades referentes aos mecanismos de cooperação internacional, de interesse para a defesa;

X - planejar e acompanhar, em coordenação com as Forças Armadas, as atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse para a defesa; e

XI - assessorar o Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos na gestão da ação orçamentária sob a responsabilidade da Subchefia.

Art. 49. À Seção de Relações Internacionais (SRI) da Subchefia de Assuntos Internacionais, compete:

I - participar de reuniões no Brasil e no exterior para tratar dos assuntos de responsabilidade da Seção;

II - acompanhar as autorizações de sobrevoo, pouso e decolagem de aeronaves estrangeiras militares ou a serviço de outros governos;

III - acompanhar as autorizações de trânsito e visita de embarcações estrangeiras militares;

IV - analisar e processar, quando solicitado, os pedidos de audiência com o Ministro de Estado da Defesa, providenciando as informações necessárias para cada caso;

V - coordenar, no âmbito da CAE e em coordenação com a Chefia de Operações Conjuntas, as providências para a criação (ativação) e desativação de destacamentos de segurança de representações diplomáticas brasileiras no exterior;

VI - acompanhar as missões aéreas indenizáveis, em coordenação com o setor responsável do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores;

VII - gerenciar as informações recebidas das Forças Armadas a fim de compor o Relatório de Atividades Internacionais (RAI);

VIII - analisar as propostas de atos internacionais de interesse da defesa, em coordenação com os setores responsáveis por sua formulação e processar e acompanhar, no âmbito do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores, os trâmites administrativos para suas celebrações;

IX - prestar assistência às Forças Armadas durante o processo de negociação e celebração de atos internacionais, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;

X - analisar as exposições de motivos à Presidência da República elaboradas pelo Ministério das Relações Exteriores que acompanham propostas de atos internacionais de interesse da defesa, para aprovação congressual ou para promulgação;

XI - manter atualizado o banco de dados de atos internacionais de interesse para a defesa, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;

XII - emitir apreciações, quando couber à Subchefia de Assuntos Internacionais, relativamente às visitas de autoridades estrangeiras ao Ministério da Defesa ou a viagens do Ministro ao exterior;

XIII - acompanhar e manter o registro da participação de servidores e militares das Forças Armadas e dos órgãos da administração central do Ministério da Defesa em atividades acadêmicas realizadas no exterior;

XIV - coordenar, sob a orientação do Subchefe de Assuntos Internacionais, o rodízio de participação de representantes da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas nas atividades acadêmicas (cursos, estágios, etc.), particularmente da área internacional, oferecidas ao Brasil e que possam contemplar mais de um setor; e

XV - elaborar sumário executivo dos países de interesse do Ministro da Defesa ou do CEMCFA.

Art. 50. À Seção de Adidos de Defesa (SAD), da Subchefia de Assuntos Internacionais compete:

I - acompanhar as atividades dos adidos de defesa estrangeiros no Brasil;

II - acompanhar as atividades dos adidos de defesa brasileiros no exterior, realizando visitas técnicas e administrativas;

III - propor a atualização das instruções gerais e normas específicas que regulam as relações entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras e os adidos militares estrangeiros junto às representações diplomáticas estrangeiras no Brasil, bem como das que regulam as atividades dos adidos militares de defesa brasileiros junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior;

IV - coordenar os estágios de orientação para os adidos de defesa brasileiros e para os seus adjuntos e auxiliares, bem como para os adidos de defesa estrangeiros acreditados no Brasil;

V - processar pedidos de beneplácito, oriundos do Ministério das Relações Exteriores, para indicação de adidos militares estrangeiros no Brasil;

VI - realizar estudos para criação, extinção, ampliação ou redução de adidância militar junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior;

VII - planejar e coordenar com outras Seções, Subchefias e Departamentos envolvidos nas visitas de autoridades, delegações e comitivas estrangeiras ao Ministério da Defesa, elaborando a programação e realizando o controle e o acompanhamento dos visitantes no território nacional;

VIII - apoiar, naquilo que lhe couber, em coordenação com o Gabinete do Ministro, as visitas do Ministro de Estado da Defesa ao exterior, realizando os contatos necessários com os adidos de defesa pertinentes; e

IX - providenciar, junto à área responsável do Ministério da Defesa, as reservas de passagens, as solicitações de recursos, as requisições de transporte e diárias, e toda documentação referente ao trabalho junto às comitivas estrangeiras, bem como elaborar e encaminhar as prestações de contas relativas às atividades da Seção.

Art. 51. À Seção de Cooperação Internacional (SCI), da Subchefia de Assuntos Internacionais compete:

I - identificar e atualizar as possíveis áreas de cooperação, no âmbito da defesa, com nações amigas, avaliar propostas e levantar custos para assessoramento ao Chefe de Assuntos Estratégicos quanto à implementação da cooperação;

II - elaborar propostas de acordo de cooperação;

III - planejar e coordenar as ações de cooperação no âmbito militar;

IV - interagir com setores do Ministério das Relações Exteriores para conduzir as ações da cooperação militar;

V - interagir com setores diversos da administração central do Ministério da Defesa e com as Forças Armadas de modo a viabilizar ações de cooperação;

VI - definir o escopo de cooperação internacional, conforme as seguintes possibilidades principais:

a) reunião de alto nível;

b) reunião de cooperação;

c) grupos de trabalho; e

d) ações isoladas de cooperação;

VII - definido o escopo, estabelecer a estrutura de funcionamento da cooperação;

VIII - planejar e coordenar as ações relativas ao mecanismo de cooperação;

IX - atuar, em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, para atividade de cooperação envolvendo alunos estrangeiros cursando em escolas militares brasileiras;

X - acompanhar a realização de cursos, estágios e similares, custeados pelo Ministério da Defesa ou pela ABC e agenciados por aquela agência;

XI - planejar, coordenar, executar e acompanhar, na sua área de atuação, as atividades administrativas referentes à realização de simpósios e reuniões bilaterais de defesa, no Brasil e no exterior;

XII - planejar e acompanhar, em coordenação com as Forças Armadas, as atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse da defesa, bem como o andamento dos entendimentos estabelecidos nas diferentes reuniões de cooperação internacional sob a égide do EMCFA;

XIII - propor e coordenar a execução das atividades referentes aos mecanismos de cooperação internacional, de interesse da defesa, quando for o caso, em parceria com o MRE; e

XIV - elaborar proposta de calendário com a programação de simpósios e reuniões bilaterais de defesa que envolva a participação do EMCFA.

Seção IV

Da Chefia de Logística e Mobilização

Art. 52. À Chefia de Logística e Mobilização compete:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à integração e interoperabilidade logística, mobilização, defesa alimentar nas Forças Armadas, medicina operativa, tecnologia militar, geoinformação, aerolevantamento, catalogação, meteorologia, serviço militar e metodologia e gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa;

II - orientar, supervisionar e controlar as atividades das Subchefias e do CASLODE subordinados;

III - coordenar os assuntos relacionados à interoperabilidade entre os Sistemas de Mobilização e Logística das Forças em proveito do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) e do Sistema de Logística de Defesa (SisLogD);

IV - orientar, coordenar e controlar as iniciativas das Subchefias nos assuntos ligados à mobilização e à logística nas operações conjuntas e combinadas;

V - orientar, supervisionar e controlar as atividades relativas à elaboração do Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED);

VI - coordenar, na sua área de atuação, o planejamento, a execução e o acompanhamento de programas e projetos voltados para logística, mobilização, defesa alimentar nas Forças Armadas, medicina operativa, tecnologia militar, catalogação, gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa, geoinformação, aerolevantamento e serviço militar;

VII - orientar os planejamentos de mobilização e de logística para emprego nas operações conjuntas e combinadas;

VIII - orientar, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o planejamento e a gestão de ações orçamentárias sob sua responsabilidade;

IX - propor a formulação e atualização da política militar de catalogação e acompanhar a sua execução, assim como contribuir com a formulação e a atualização da política nacional de catalogação;

X - supervisionar as atividades do Sistema de Catalogação de Defesa (SISCADE) e contribuir para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Catalogação;

XI - supervisionar, em sua área de atuação, a execução da gestão do ciclo de vida dos sistemas e produtos de defesa; e

XII - contribuir, em sua área de atuação, para a estruturação sistêmica da gestão do conhecimento sobre a Base Industrial de Defesa (BID).

Art. 53. À Vice-Chefia de Logística e Mobilização (VCHELOG) compete:

I - assistir o Chefe de Logística e Mobilização nos assuntos que constituem as áreas de atuação da Chefia;

II - orientar, coordenar e controlar a execução das ações das Subchefias, do CASLODE, das Assessorias e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Chefia de Logística e Mobilização; e

III - propor a aplicação dos recursos destinados às ações orçamentárias a cargo da Chefia.

Art. 54. À Subchefia de Integração Logística (SUBILOG) compete:

I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados à integração e interoperabilidade logística, defesa alimentar nas Forças Armadas, medicina operativa, tecnologia militar, geoinformação de defesa, meteorologia, aerolevantamento e cartografia;

II - formular a Doutrina de Alimentação das Forças Armadas e supervisionar as suas ações decorrentes;

III - supervisionar e organizar os trabalhos da Comissão de Logística Militar (COMLOG);

IV - supervisionar os trabalhos da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas (CODEAFA);

V - acompanhar os trabalhos das comissões de caráter permanente que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de logística de defesa;

VI - propor periodicamente os valores das etapas de alimentação para as Forças Armadas;

VII - administrar a aplicação dos recursos do Fundo de Rações Operacionais (FRO), integrante do Fundo do Ministério da Defesa, em conjunto com os demais órgãos envolvidos do Ministério da Defesa;

VIII - incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas no tocante às funções logísticas;

IX - coordenar e acompanhar as atividades de geoinformação de defesa, meteorologia e cartografia no território nacional;

X - controlar o aerolevantamento no território nacional;

XI - elaborar as atualizações do PAED resultantes dos trabalhos de Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) e consolidação dos Planos de Articulação e de Equipamento das Forças Singulares e da administração central do Ministério da Defesa, em coordenação com a área orçamentária do Ministério da Defesa;

XII - representar o Ministério da Defesa na Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) e na Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH);

XIII - integrar o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) nas fases de planejamento e execução das operações conjuntas e combinadas;

XIV - supervisionar as ações necessárias atinentes à gestão da tecnologia militar, no âmbito da logística;

XV - elaborar e propor requisitos operacionais conjuntos (ROC);

XVI - supervisionar as ações relacionadas à defesa alimentar para apoio às Forças Singulares, às operações conjuntas, de paz e de garantia da lei e da ordem;

XVII - supervisionar as atividades de medicina operativa em operações conjuntas, combinadas ou interagências, operações de paz, de garantia da lei e da ordem e nas ações de ajuda humanitária;

XVIII - consolidar as listas de necessidades considerando o planejamento de cada hipótese de emprego e remetê-las às Forças Singulares, com a finalidade de levantar as carências;

XIX - consolidar as listas de carências produzidas pelas Forças Singulares e enviá-las à Subchefia de Mobilização;

XX - orientar e supervisionar as ações para atualização do Inventário de capacidades militares para uso em cooperação junto ao Conselho de Defesa Sul-Americano nos casos de desastres naturais ou antrópicos;

XXI - orientar e supervisionar as ações para atualização do Formulário Sul-Americano de Inventários Militares (FOSIM) em proveito do Conselho de Defesa Sul-Americano; e

XXII - realizar, em coordenação com o Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a gestão das ações orçamentárias sob sua responsabilidade.

Art. 55. À Seção de Interoperabilidade Logística (SEILOG) compete:

I - organizar os trabalhos da Comissão de Logística Militar (COMLOG);

II - propor a criação e acompanhar o trabalho das subcomissões da COMLOG que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de logística de defesa;

III - organizar as atividades e eventos relativos à interoperabilidade entre as Forças Armadas no tocante às funções logísticas;

IV - avaliar o trabalho das Subcomissões responsáveis pela confecção dos Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC);

V - participar das fases de planejamento e execução das operações conjuntas e combinadas;

VI - assessorar o SUBILOG na supervisão dos assuntos afetos à tecnologia militar e inovação tecnológica, no âmbito da logística;

VII - consolidar as demandas logísticas das listas de necessidades considerando o planejamento de cada hipótese de eemprego, remetendo-as às Forças Armadas, com a finalidade de levantar as carências;

VIII - realizar a gestão das ações orçamentárias sob sua responsabilidade;

IX - avaliar as listas de carências produzidas pelas Forças Armadas, procurando soluções para reduzi-las através da interoperabilidade, e enviar o resultado à Subchefia de Mobilização;

X - participar de feiras nacionais e internacionais relativas a produtos de defesa;

XI - estabelecer, coordenar e programar medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas;

XII - promover a interação e, quando necessário, a integração de sistemas de gerenciamento logístico das Forças Armadas referentes às funções logísticas;

XIII - manter atualizado o Inventário de Capacidades Militares para uso em cooperação junto ao Conselho de Defesa Sul-Americano nos casos de desastres naturais ou antrópicos; e

XIV - realizar a gestão das ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade.

Art. 56. À Seção de Interoperabilidade em Subsistência e Medicina Operativa (SECISM) compete:

I - cumprir as diretrizes determinadas pela Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG), no tocante às ações de saúde em apoio às missões operativas;

II - propor à CHELOG a adoção de medidas para o constante aperfeiçoamento da medicina operativa (Med Op);

III - acompanhar a evolução da medicina operativa, propondo a atualização nos diversos procedimentos;

IV - elaborar manuais e protocolos de medicina operativa;

V - propor a dotação e a padronização de material e equipamentos de saúde em medicina operativa;

VI - contribuir para a preparação do pessoal das FA e agências civis na área de medicina operativa;

VII - acompanhar as ações e realizar a análise posterior dos resultados das atividades de medicina operativa no contexto das operações conjuntas e combinadas;

VIII - propor cursos e intercâmbios relacionados à medicina operativa;

IX - propor convênios com órgãos públicos ou privados com expertise em relação ao preparo de pessoal para responder a situações de desastre e resgate;

X - supervisionar unidades médicas nível um e dois nacionais em operações de paz e hospital de campanha (H Cmp) em atividade, quando determinado;

XI - coordenar as ações relativas à atividade de medicina operativa em operações conjuntas, combinadas ou interagências, operações de paz, de garantia da lei e da ordem e nas ações de ajuda humanitária;

XII - propor, periodicamente, os valores das etapas de alimentação para as Forças Armadas;

XIII - coordenar as ações relativas à atividade de subsistência em apoio às Forças Armadas, às operações conjuntas, de paz e de garantia da lei e da ordem;

XIV - coordenar diretamente os trabalhos da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas (CODEAFA), bem como a aplicação dos recursos do Fundo de Rações Operacionais (FRO), integrante do Fundo do Ministério da Defesa, em conjunto com os demais órgãos envolvidos do Ministério da Defesa;

XV - integrar a célula de saúde do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) nas fases de planejamento e execução das operações conjuntas;

XVI - cumprir as diretrizes determinadas pela Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG), no tocante às ações de defesa alimentar em apoio às missões operativas;

XVII - acompanhar a evolução da defesa alimentar, propondo à CHELOG a adoção de medidas para o constante aperfeiçoamento da doutrina e a atualização nos procedimentos;

XVIII - elaborar manuais e protocolos de defesa alimentar;

XIX - contribuir para a preparação do pessoal das Forças Armadas e agências civis na área de defesa alimentar, propondo treinamentos, cursos e intercâmbios relacionados ao assunto;

XX - acompanhar as ações e realizar a análise posterior dos resultados das atividades de defesa alimentar no contexto das operações conjuntas e combinadas;

XXI - propor convênios com órgãos públicos ou privados com expertise em relação ao preparo de pessoal para responder a situações de contaminação intencional de recursos hídricos e reservas de alimentos e respectivas cadeias de suprimentos;

XXII - coordenar as ações relativas à atividade de defesa alimentar em operações conjuntas, combinadas ou interagências, operações de paz, de garantia da lei e da ordem e nas ações de ajuda humanitária;

XXIII - propor cursos e intercâmbios relacionados à defesa alimentar;

XXIV - integrar a célula de saúde do CCLM nas fases de planejamento e execução das operações conjuntas; e

XXV - realizar a gestão das ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade.

Art. 57. À Seção de Geoinformação, Meteorologia e Aerolevantamento (SEGMA) compete:

I - assessorar o Subchefe de Integração Logística nos assuntos de geoinformação de defesa, cartografia, meteorologia e aerolevantamento em território nacional;

II - propor medidas de coordenação das atividades de geoinformação de defesa, cartografia e meteorologia de interesse militar e acompanhar as atividades de geoinformação, cartografia e meteorologia em território nacional;

III - assessorar o Subchefe de Integração Logística no controle do aerolevantamento no território nacional;

IV - propor a adoção de novas medidas legais ou a reformulação das normas legais vigentes, no que concerne à geoinformação de defesa, cartografia de interesse militar, meteorologia militar e ao aerolevantamento em território nacional;

V - disponibilizar o acesso e manter atualizado o Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (CLATEN);

VI - assessorar e apoiar com dados geoespaciais, informações meteorológicas e de aerolevantamento os demais órgãos do Ministério da Defesa;

VII - apoiar o Subchefe de Integração Logística na representação do Ministério da Defesa na Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) e na Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH);

VIII - assessorar e apoiar o Subchefe de Integração Logística na coordenação das atividades da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL) e da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL);

IX - assessorar e apoiar o Subchefe de Integração Logística na formulação da Doutrina de Geoinformação de Defesa, da Doutrina de Meteorologia de Defesa e na supervisão das ações decorrentes; e

X - realizar a gestão das ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade.

Art. 58. À Subchefia de Mobilização (SUBMOB) compete:

I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados com a doutrina e o planejamento de mobilização, serviço militar e o Projeto Soldado Cidadão;

II - manter atualizada a normatização da mobilização nacional e da mobilização militar;

III - conduzir as atividades técnico-administrativas do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB);

IV - consolidar e compatibilizar os Planos Setoriais de Mobilização em proposta de Plano Nacional de Mobilização;

V - fomentar a capacitação de recursos humanos na área de mobilização, prestando orientação normativa, fornecendo supervisão técnica e exercendo fiscalização específica em instituições credenciadas;

VI - orientar, normatizar e conduzir as atividades do Subsistema Setorial de Mobilização Militar (SISMOMIL);

VII - elaborar o Plano Setorial de Mobilização Militar, consolidando com os planos setoriais do SISMOMIL;

VIII - acompanhar os planejamentos afetos à mobilização de interesse das operações conjuntas, objetivando a interoperabilidade;

IX - planejar e coordenar as atividades do serviço militar e do Projeto Soldado-Cidadão;

X - manter atualizada a normatização do serviço militar;

XI - administrar o Fundo do Serviço Militar;

XII - elaborar, anualmente, o Plano Geral de Convocação e acompanhar sua execução pelas Forças Armadas;

XIII - gerenciar as listas de carências, propondo soluções junto ao SINAMOB e, quando necessário, à Secretária de Produtos de Defesa (SEPROD) e à Base Industrial de Defesa (BID); e

XIV - realizar, em coordenação com o Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a gestão das ações orçamentárias sob sua responsabilidade.

Art. 59. À Seção de Coordenação da Mobilização Nacional (SECMOB) compete:

I - realizar atividades técnico-administrativas, visando a facilitar o funcionamento da Secretaria-Executiva do Comitê do Sistema Nacional de Mobilização;

II - realizar estudos e encaminhar propostas de legislação básica relativa às atividades de mobilização nacional;

III - propor a atualização da Política de Mobilização Nacional e das Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional;

IV - analisar e propor ações governamentais que contribuam para o atendimento dos interesses estratégicos da mobilização nacional;

V - assessorar o Subchefe de Mobilização na consolidação e na compatibilização dos Planos Setoriais de Mobilização previstos no Plano Nacional de Mobilização;

VI - propor a atualização da Doutrina Básica de Mobilização Nacional;

VII - assessorar o Subchefe de Mobilização no fomento da capacitação de recursos humanos para a atividade de mobilização nacional, prestando orientação normativa e fornecendo assessoramento técnico;

VIII - propor a atualização da estrutura organizacional necessária ao adequado funcionamento do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB);

IX - propor ao SUBMOB as reuniões ordinárias e extraordinárias do SINAMOB, assessorando e secretariando-as;

X - conduzir as atividades técnico-administrativas do SINAMOB;

XI - elaborar o Plano Nacional de Mobilização em consonância com os planos setoriais do SINAMOB;

XII - assessorar o SUBMOB nos assuntos relativos à mobilização nacional; e

XIII - assessorar o SUBMOB na gestão dos recursos financeiros necessários e alocados ao preparo da mobilização nacional.

Art. 60. À Seção de Coordenação da Mobilização Militar (SECMIL) compete:

I - orientar, normatizar e coordenar as atividades de mobilização e desmobilização militares, no âmbito do Sistema de Mobilização Militar, e assessorar o Subchefe de Mobilização nos assuntos referentes ao seu preparo e execução;

II - integrar a célula de logística e mobilização nas fases de planejamento e execução dos exercícios e operações conjuntas programadas pelo EMCFA;

III - integrar o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) quando ativado;

IV - manter atualizada a normatização da mobilização militar;

V - consolidar os Planos de Mobilização das Forças Armadas no Plano Setorial de Mobilização Militar (PSMM);

VI - elaborar o Plano Estratégico de Mobilização Militar (PEMM), que compõe o Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA);

VII - gerenciar o módulo de empresas mobilizáveis (MODEMOB), no Sistema APOLO (Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa), para fins de aplicação da Lei de Mobilização Nacional e da Lei do Serviço Militar;

VIII - fomentar a capacitação de recursos humanos (civis e militares) específicos para a área de mobilização militar por intermédio de cursos e estágios e pelo atendimento de pedidos de cooperação de instrução e de ensino provenientes das escolas militares das Forças Armadas, dos demais órgãos do Ministério da Defesa e de órgãos ou instituições civis interessadas;

IX - acompanhar a execução dos exercícios de mobilização das Forças Armadas, com vistas a levantar dados médios de planejamento (DAMEPLAN), que possam subsidiar o planejamento de exercícios conjuntos de mobilização, bem como para servirem de base de experimentação da Doutrina de Mobilização Militar;

X - disseminar e aprimorar a mentalidade, a doutrina e a política de mobilização militar;

XI - assessorar o SUBMOB nos assuntos relativos à mobilização militar; e

XII - assessorar o Subchefe de Mobilização na gestão dos recursos financeiros necessários e alocados ao preparo da mobilização militar.

Art. 61. À Seção do Serviço Militar (SESMIL) compete:

I - planejar e coordenar as atividades do serviço militar (SM) e do Projeto Soldado-Cidadão (PSC);

II - assessorar o Subchefe de Mobilização na elaboração das diretrizes e normas gerais relativas ao SM e ao PSC;

III - manter atualizada a legislação sobre o SM e o PSC, coordenando as atividades realizadas por comissões constituídas por representantes das Forças Armadas;

IV - propor, anualmente, o Plano Geral de Convocação (PGC) e o Plano de Gestão do Projeto Soldado Cidadão e acompanhar a execução pelas Forças Armadas;

V - estabelecer e manter ligação com organizações civis, governamentais ou privadas, relacionadas com o SM e o PSC;

VI - atualizar semestralmente o banco de dados dos coordenadores estaduais e regionais do PSC;

VII - promover a divulgação das atividades do SM e do PSC;

VIII - administrar o Fundo do Serviço Militar (FSM);

IX - propor a celebração de convênios com outras instituições, visando permitir o recolhimento da taxa militar e das multas previstas na legislação do SM, em âmbito nacional;

X - assessorar o SUBMOB nos assuntos relativos ao SM e ao PSC; e

XI - assessorar o Subchefe de Mobilização na descentralização dos recursos financeiros necessários e alocados ao PSC e ao FSM.

Art. 62. À Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização (SUBCLM) compete:

I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados à logística de operações conjuntas e combinadas;

II - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados à interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e logística das Forças Armadas em proveito do Sistema de Logística de Defesa (SisLogD/Sistema APOLO);

III - acompanhar e propor as atualizações da Política Setorial de Defesa (PSD) relativas à logística de defesa;

IV - realizar o planejamento estratégico logístico de emprego conjunto e combinado das Forças Armadas;

V - orientar os planejamentos operacional e tático logísticos de emprego conjunto e combinado das Forças Armadas;

VI - coordenar e acompanhar a logística das operações militares e dos exercícios conjuntos, incluindo os simulados, participando da direção geral do exercício (DIREX);

VII - manter atualizada a Doutrina de Logística Militar e supervisionar as ações decorrentes de sua aplicação nas operações conjuntas;

VIII - coordenar o planejamento logístico de operações e exercícios multinacionais;

IX - propor o aprimoramento da Doutrina de Logística Conjunta;

X - propor a Doutrina de Logística Combinada;

XI - contribuir com o desenvolvimento e a atualização da doutrina logística de operações de paz;

XII - planejar e coordenar ações que contribuam para a formação e a capacitação de recursos humanos em prol do desenvolvimento e manutenção do SisLogD (Sistema APOLO);

XIII - acompanhar a elaboração dos planos de logística para as operações conjuntas, combinadas, interagências e ações subsidiárias;

XIV - coordenar, com a Chefia de Operações Conjuntas, com a Subchefia de Integração Logística e com a Subchefia de Mobilização, a execução dos planos de mobilização;

XV - operar e manter em funcionamento o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM);

XVI - coordenar, em conjunto com as demais Subchefias da CHELOG, as ações e o apoio às atividades logísticas, e de mobilização, na zona de interior, em proveito do teatro de operações e da area de operações;

XVII - coordenar e acompanhar o desenvolvimento e a manutenção evolutiva do software (Sistema APOLO) de apoio à decisão de informações gerenciais de logística e mobilização;

XVIII - coordenar o Programa de Missões Conjuntas do Ministério da Defesa, com a Subchefia de Operações, da Chefia de Operações Conjuntas, no que concerne às operações conjuntas;

XIX - coordenar, em articulação com a Chefia de Operações Conjuntas, as demandas logísticas, por intermédio da SC-3, para as operações de garantia da lei e da ordem, e da SC-4, para as operações de paz;

XX - participar, em coordenação com a SC-4, de cursos, estágios, seminários, exercícios, reuniões e outras atividades referentes à logística de operações de paz, inclusive reuniões e fóruns de discussões conduzidos pela ONU;

XXI - assessorar, quanto à logística, a elaboração de propostas de diretrizes, no âmbito do EMCFA, para a atuação das Forças Armadas de forma singular, conjunta ou combinada em operações de paz;

XXII - estabelecer, em coordenação com a SC-4, o apoio referente à função logística de transporte necessária à concentração, ao desdobramento, à manutenção e à repatriação dos contingentes brasileiros e à reversão dos meios em operações de paz;

XXIII - planejar e executar ações que contribuam para a formação e capacitação de recursos humanos com expertise na área de logística para as operações de paz para os efetivos da CHELOG e das Forças Armadas;

XXIV - participar do Centro de Coordenação de Operações de Paz (CCLOP), quando ativado, em coordenação com a SC-4, para conduzir os trabalhos destinados à preparação do embarque e carregamento de material do contingente a ser desdobrado em uma missão de paz ou durante o ressuprimento dessa tropa; e

XXV - realizar a gestão das ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade

Art. 63. À Seção de Apoio a Sistemas (SEAS) compete:

I - planejar, orientar, coordenar e controlar o desenvolvimento, a operação, a manutenção, a expansão e a atualização do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema APOLO);

II - coordenar a aplicação de padrões e modelos para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação que contribuam para o incremento da interoperabilidade entre os sistemas de logística e mobilização das Forças e o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema APOLO);

III - orientar a coleta de dados referentes às necessidades de atualização, modernização e interoperabilidade dos sistemas de informação, de interesse do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema APOLO);

IV - participar de exercícios operacionais conjuntos, visando orientar a coleta de dados referentes às necessidades de atualização, modernização e interoperabilidade dos sistemas de informação, de interesse do Sistema de Logística e Mobilização de Defesa;

V - promover estudos para propor tecnologias de interesse do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, caso pertinente; e

VI - acompanhar, em âmbito nacional e internacional, em articulação com as demais Subchefias da CHELOG, a evolução doutrinária e tecnológica das atividades inerentes ao Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema APOLO).

Art. 64. À Seção de Planejamento e Doutrina (SECPLAD) compete:

I - assessorar o Subchefe nos assuntos relativos ao emprego da logística nas hipóteses de emprego;

II - coordenar as ações e propor as bases para a formulação, atualização e o acompanhamento da execução da:

a) Doutrina de Logística Militar e Conjunta e Combinada;

b) Doutrina de Logística Militar para Operações de Paz;

c) Política de Logística e Setorial de Defesa, em articulação com as demais Subchefias da CHELOG;

III - participar da elaboração dos Planos Estratégicos de Emprego Conjunto das Forças Armadas, com enfoque na logística conjunta, sendo responsável pela elaboração dos Planos Estratégicos de Logística (PEL) e Planos Estratégicos de Deslocamento e Concentração de Forças (PEDCF);

IV - participar da direção-geral dos exercícios conjuntos, nas atividades afetas à logística conjunta;

V - acompanhar a realização das operações militares e dos exercícios conjuntos, incluindo os simulados, de forma a colher os ensinamentos obtidos visando ao aprimoramento e à reformulação da doutrina de logística conjunta;

VI - elaborar os relatórios dos planejamentos das operações, sob o aspecto da logística conjunta, processando e consolidando as lições aprendidas, gerando subsídios para o aprimoramento da doutrina logística conjunta para as hipóteses de emprego;

VII - fornecer informações para subsidiar o processo de elaboração de proposta orçamentária das Forças Armadas relativa às ações internas governamentais concernentes ao planejamento logístico de operações conjuntas;

VIII - estimular a integração de conceitos, doutrinas, organização e procedimentos logísticos entre as Forças Armadas, respeitadas suas peculiaridades operacionais, a fim de possibilitar a interoperabilidade logística e a racionalidade administrativa;

IX - planejar e executar ações que contribuam para a formação e capacitação de recursos humanos, na sua área de atuação; e

X - realizar a gestão das ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade.

Art. 65. À Seção de Logística Operacional (SELOP) compete:

I - coordenar a função logística de transporte, no tocante aos meios e ao pessoal a serem deslocados entre a zona interior e a área de operações;

II - participar da elaboração dos planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas em operações de paz, com enfoque na logística conjunta;

III - operar e manter em funcionamento o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM), por ocasião das operações conjuntas e de paz;

IV - assessorar a Subchefia de Operações de Paz da Chefia de Operações Conjuntas no apoio referente à função logística transporte necessária à concentração, ao desdobramento, à manutenção e à repatriação de meios dos contingentes brasileiros em operações de paz;

V - integrar, o trabalho do Centro de Coordenação de Logística de Operações de Paz (CCLOP), em conjunto com a Subchefia de Operações de Paz, em apoio aos contingentes brasileiros de força de paz;

VI - coordenar o Programa de Missões Conjuntas do Ministério da Defesa, em ligação com a Subchefia de Operações, da Chefia de Operações Conjuntas, no que concerne às operações conjuntas;

VII - assessorar a Chefia de Operações Conjuntas, quanto a função logística transporte, por intermédio da SC-3, para as operações de garantia da lei e da ordem, combinadas e, e da SC-4, para as operações de paz; e

VIII - realizar a gestão das ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade.

Art. 66. Ao Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa (CASLODE) compete:

I - assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados à catalogação;

II - presidir as reuniões da Comissão de Coordenação do Sistema de Catalogação de Defesa (CC-SISCADE);

III - propor as bases para reformulação e atualização da doutrina militar de catalogação em âmbito nacional, coordenando as ações e contribuindo com a formulação da política nacional de catalogação;

IV - participar, em articulação com as Forças Armadas, das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação;

V - representar, como Centro Nacional de Catalogação Brasileiro (CNC Brasil) ou "NATO Codificaction Bureux" (NCB), o Brasil nos assuntos afetos ao Comitê OTAN para Catalogação (AC-135);

VI - coordenar, planejar e acompanhar as atividades técnicas e gerenciais de catalogação em consonância com o Sistema de Catalogação de Defesa (SISCADE) e com o Sistema OTAN de Catalogação (SOC);

VII - normatizar nacionalmente as atividades de catalogação junto aos elos componentes do Sistema de Catalogação de Defesa (SISCADE), alinhado ao preconizado nas normas do SOC;

VIII - manter atualizados os manuais e as normas operacionais do SISCADE, bem como outros documentos normativos referentes à atividade de catalogação;

IX - divulgar os catálogos, normas, orientações e publicações técnicas do Sistema OTAN de Catalogação para o SISCADE;

X - programar e realizar visitas técnicas às Centrais de Coordenação da Catalogação e unidades de Catalogação Complementar (UniCat) componentes do SISCADE;

XI - estabelecer critérios e indicadores gerenciais que possibilitem avaliar a qualidade do SISCADE;

XII - gerenciar o Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR - solução tecnológica para o SISCADE);

XIII - manter atualizados e em funcionamento os bancos de dados de itens, fabricantes e usuários do SISCADE em consonância com o SOC;

XIV - gerenciar e executar as solicitações de catalogação oriundas dos NCB estrangeiros, dentro das normas e procedimentos do SOC;

XV - solicitar aos NCB estrangeiros a catalogação de itens de interesse da defesa;

XVI - identificar os itens de uso comum às Forças Armadas, suscetíveis de padronização, em proveito das atividades da Subchefia de Integração Logística;

XVII - assessorar o CHELOG na coordenação e gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa;

XVIII - representar o Brasil, como membro, no Comitê da OTAN sobre a gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa (AC-327);

XIX - coordenar a participação de representantes brasileiros nos grupos de trabalho que compõem as atividades do AC-327;

XX - coordenar, em sua área de atuação, a execução da gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa, assessorando o CHELOG;

XXI - coordenar e propor medidas para o desenvolvimento e a manutenção evolutiva de solução tecnológica para a gestão do conhecimento sobre a Base Industrial de Defesa (BID);

XXII - coordenar, em sua área de atuação, a atividade de inteligência logística (INTELOG) na obtenção de conhecimento logístico em apoio ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas;

XXIII - propor ações de estímulo à atividade de catalogação militar, em âmbito nacional com os fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados, em articulação com a SEPROD;

XXIV - prover as condições necessárias, em articulação com outros órgãos do governo e com a SEPROD, para que nas contratações e aquisições governamentais se utilizem da catalogação como instrumento de padronização por meio da identificação de materiais, visando à racionalização das compras e otimização dos recursos públicos;

XXV - promover, em articulação com a SEPROD, no âmbito de suas atribuições, as atividades necessárias ao cumprimento do marco regulatório da Base Industrial de Defesa (BID);

XXVI - promover o desenvolvimento da estrutura de governança do SISCADE, sob os aspectos conceituais, funcionais e tecnológicos do sistema;

XXVII - propor procedimentos de autorização e regulamentação para as entidades públicas e privadas atuarem como unidades de catalogação no SISCADE;

XXVIII - executar ações que contribuam para a formação e capacitação de recursos humanos na área de catalogação;

XXIX - atestar, em articulação com a SEPROD, a conformidade documental, arquivar os processos de empresas candidatas ao credenciamento como empresa de defesa (ED) e empresa estratégica de defesa (EED), como também dos respectivos produtos de defesa (PRODE) e produtos estratégicos de defesa (PED); e

XXX - realizar, em coordenação com o Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a gestão das ações orçamentárias sob sua responsabilidade.

Art. 67. À Seção de Catalogação (CASLODE - 10) compete:

I - supervisionar as competências atinentes às atividades nacionais e internacionais de catalogação do SISCADE;

II - orientar os estudos necessários à proposição de ações de fomento à atividade de catalogação em âmbito nacional;

III - estabelecer os critérios e instrumentos que possibilitem avaliar o desempenho do SISCADE e Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT) quanto à produtividade e qualidade dos dados;

IV - orientar os estudos necessários à proposição de normas, instruções e publicações técnicas atinentes às atividades de catalogação, estabelecidas no SISCADE, SINACAT e no SOC; e

V - avaliar o desempenho técnico-funcional do SISCADE.

Art. 68. À Seção de Conformidade Documental da Base Industrial de Defesa (CASLODE - 20) compete:

I - emitir parecer sobre a conformidade documental atinente ao processo de credenciamento de EED e submetê-lo à Reunião Técnica da Comissão Mista da Indústria de Defesa (RT-CMID);

II - orientar a elaboração dos relatórios acerca da BID;

III - supervisionar a atualização e a consistência da base de dados da BID;

IV - supervisionar a inserção de mensagens e pareceres no SisCaPED;

V - emitir parecer sobre a situação do processo de catalogação dos PRODE/PED e submetê-lo à Reunião Técnica da Comissão Mista de Defesa (RT-CMID);

VI - apresentar ao Diretor os relatórios elaborados, bem como os indicadores de desempenho atinentes ao processo de homologação e credenciamento da BID;

VII - contribuir com as visitas técnicas realizadas junto aos atores envolvidos (centrais de coordenação de catalogação, empresas, etc.) para avaliação das condições de EED e verificação de conformidade de DCN ou de DPP;

VIII - definir as regras de negócios, processos e procedimentos que permitirão captar, armazenar e distribuir o conhecimento relativo à BID, sob a forma de um Sistema de Informação Gerencial (SIG); e

IX - coordenar a produção e manutenção do Catálogo de Empresas do Interesse da Defesa.

Art. 69. À Seção de Apoio de Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento (CASLODE - 30) compete:

I - assessorar o CASLODE nos assuntos de governança e de natureza técnica afetos à tecnologia da informação;

II - orientar e supervisionar a geração de informação e conhecimento a partir dos dados armazenados nos sistemas informatizados sob sua responsabilidade;

III - orientar e supervisionar ações de planejamento de arquitetura, aquisição e aplicação de componentes tecnológicos de suporte a conectividade de rede de dados e telefonia;

IV - executar ações para disponibilização de tecnologias que permitam a coleta de dados, no que tange à atualização de versões, às necessidades de adaptação de software e hardware e ao acompanhamento de desempenho do sistema utilizados; e

V - orientar e supervisionar a implantação de medidas de segurança da informação relativas aos sistemas sob a responsabilidade do CASLODE, no que tange ao desempenho no processamento de dados, ao armazenamento, aos serviços de comunicação de dados e as conexões às rede internas e externa existentes.

Art. 70. À Seção de Coordenação Administrativa (CASLODE - 40) compete:

I - orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades das áreas de finanças, pessoal, patrimônio e material do CASLODE;

II - representar o CASLODE na Comissão Interna de Consumo de Energia (CICE) da BAMRJ;

III - orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades das áreas de manutenção das instalações, transporte, protocolo e arquivo do CASLODE;

IV - gerenciar a expedição, a entrada, o registro e a tramitação de todos os documentos internos e externos;

V - apresentar mensalmente os relatórios de aplicação de recursos financeiros e orçamentários e de movimentação de bens patrimoniais ao CASLODE;

VI - promover o credenciamento de segurança do pessoal;

VII - secretariar o Conselho Técnico, Administrativo e Financeiro (CONTAF);

VIII - coletar os dados e confeccionar o relatório de gestão para apreciação do CONTAF;

IX - cumprir a responsabilidade de agente financeiro do CASLODE, por meio do encarregado da divisão; e

X - executar as conformidades pertinentes às suas responsabilidades no SIAFI.

Art. 71. À Seção de Capacitação e Treinamento (CASLODE - 50) compete:

I - elaborar em coordenação com as demais Seções os eventos de instrução e treinamento;

II - solicitar à Seção de Catalogação, anteriormente à realização de cada evento de instrução e treinamento, a atualização de manuais e guias usados pelos alunos;

III - manter atualizado o conteúdo programático das apostilas e dos cadernos de exercícios usados pelos alunos nos eventos de instrução e treinamento;

IV - propor o calendário dos eventos de instrução e treinamento;

V - ratificar as solicitações de matrícula de acordo com os critérios estabelecidos nas normas dos eventos de instrução e treinamento;

VI - manter o banco de questões de prova e exercícios;

VII - elaborar e coordenar eventos de instrução e treinamento, internos e externos, previstos no Plano Anual de Capacitação Técnica;

VIII - coordenar a inscrição em cursos extra SISCADE no Brasil e no exterior, de interesse do CASLODE;

IX - acompanhar e manter o registro de eventos de instrução e treinamento, internos e externos, que sejam do interesse da Comissão de Coordenação do Sistema de Catalogação de Defesa;

X - elaborar o relatório de execução e avaliação do Plano Anual de Capacitação Técnica;

XI - promover a capacitação dos instrutores para os eventos de instrução e treinamento em catalogação, no âmbito do SISCADE; e

XII - propor eventos de instrução e treinamento de capacitação ao Coordenador do SISCADE.

Art. 72. À Seção de Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas e Produtos de Defesa (CASLODE - 60) compete:

I - assessorar o Diretor nas questões afetas à gestão do ciclo de vida dos sistemas e produtos de defesa;

II - coordenar os trabalhos dos encarregados de subseção;

III - coordenar os trabalhos de inteligência logística;

IV - assessorar o Diretor na representação brasileira junto ao fórum Main Group AC/327 da OTAN; e

V - coordenar os trabalhos da Subcomissão Permanente do Ciclo de Vida de PRODE (CVPRODE)

Art. 73. Ao Conselho Técnico, Administrativo e Financeiro (CONTAF) compete assessorar o Diretor nas questões de gestão administrativa, técnicas relacionadas à atividade de catalogação, de gestão dos recursos financeiros alocados ao CASLODE e de controle interno.

Art. 74. À Assessoria Administrativa do CASLODE em Brasília/DF (ACASBSB) compete assessorar o Diretor nos assuntos administrativos em trâmite na administração central do Ministério da Defesa.

Art. 75. À Assessoria de Controle de Qualidade (ASCONQ) compete:

I - realizar as ações, na base de dados nacional de catalogação, para verificar a consistência das informações, identificar os itens de uso comum às Forças, cancelar os itens duplicados e aferir por meio de indicadores a qualidade dos dados de itens e empresas constantes da base, retificando as anomalias indicadas no Management Information System (MIS);

II - analisar as notificações de erro recebidas;

III - implementar melhorias de controle de qualidade de dados;

IV - propor critérios e indicadores gerenciais que possibilitem avaliar a qualidade dos sistemas nacional e militar de catalogação;

V - planejar as visitas técnicas junto aos elos do SISCADE/SINACAT e à BID;

VI - avaliar e acompanhar o desempenho das UniCat, conforme previsto no marco regulatório da BID;

VII - acompanhar a catalogação de itens de interesse da defesa vinculados aos produtos de defesa ou produtos estratégicos de defesa, projetos, sistemas, meios e equipamentos, propondo ações junto às Forças no sentido de catalogar tais itens, acompanhando os registros e as atualizações no Segmento Type do SisCat-BR;

VIII - manter arquivo físico atualizado da documentação gerada com a realização das visitas técnicas;

IX - registrar em acervo o conhecimento da BID atinente às atualizações provenientes do processo de catalogação do PRODE/PED, bem como do cadastramento das empresas de defesa e das empresas estratégicas de defesa no SISCADE; e

X - elaborar e analisar os indicadores de desempenho afetos às suas atividades.

Seção V

Dos Setores Comuns

Art. 76. Ao Gabinete da Chefia de Operações Conjuntas, ao Gabinete da Chefia de Assuntos Estratégicos e ao Gabinete da Chefia de Logística e Mobilização compete:

I - assistir os seus respectivos Chefes na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar a agenda e a pauta de trabalho dos seus respectivos Chefes e promover o preparo do expediente para despacho;

III - acompanhar os projetos, as ações e as atividades que devam ser do conhecimento estrito do Chefe;

IV - promover articulações e programar a agenda de contatos de interesse do Chefe;

V - supervisionar e coordenar os trabalhos dos respectivos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo e Assessorias; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 77. Às Assessorias de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias das Chefias do EMCFA e do CASLODE compete:

I - assessorar os respectivos Chefes e Vice-Chefes no planejamento e controle da execução dos recursos orçamentários destinados à respectiva Chefia;

II - gerenciar os fatores que possam influenciar no desempenho das ações orçamentárias das suas respectivas Chefias;

III - elaborar o plano de ação anual das respectivas Chefias;

IV - validar o registro do desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias das respectivas Chefias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), nos prazos determinados;

V - manter atualizadas as informações da gestão de restrições das ações orçamentárias vinculadas às suas respectivas Chefias, mediante alimentação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, nos prazos determinados;

VI - acompanhar o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle das ações orçamentárias vinculadas à Chefia, na sua área de atuação e respeitando as competências dos demais órgãos e Subchefias, encaminhando as solicitações de provisão ou destaque de recursos à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA, após aprovação do Chefe;

VII - coordenar a elaboração das propostas e dos limites orçamentários, anual e plurianual, relativos aos recursos necessários à execução das ações orçamentárias das respectivas Chefias;

VIII - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos dos coordenadores das ações orçamentárias vinculadas às Chefias, na sua área de atuação e respeitando as competências dos demais órgãos e Subchefias;

IX - colaborar com a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA na elaboração do limite orçamentário, do plano de ação, do relatório de gestão anual e dos demais relatórios e documentos das áreas de planejamento, orçamento e gestão sob a responsabilidade da respectiva Chefia; e

X - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 78. Às Assessorias de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias das Subchefias das Chefias do EMCFA e do CASLODE compete:

I - assessorar os respectivos Subchefes e Diretor do CASLODE no planejamento e controle da execução dos recursos orçamentários sob a responsabilidade da respectiva Subchefia e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

II - elaborar as propostas e os limites orçamentários anuais das ações orçamentárias sob a responsabilidade da respectiva Subchefia e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

III - colaborar com as respectivas Chefias na elaboração do plano de ação anual e do relatório de gestão anual;

IV - registrar o desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias da respectiva Subchefia, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, nos prazos determinados;

V - manter atualizadas as informações do desempenho físico, da gestão de restrições e dos dados gerais das ações orçamentárias sob a responsabilidade da respectiva Subchefia e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa, mediante lançamento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, nos prazos determinados;

VI - elaborar os documentos administrativos correspondentes às ações orçamentárias sob a responsabilidade da respectiva Subchefia e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

VII - acompanhar os processos licitatórios de interesse das Subchefias;

VIII - supervisionar e acompanhar a execução dos contratos administrativos sob a responsabilidade da respectiva Subchefia e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

IX - realizar o planejamento e a execução dos recursos das ações orçamentárias a cargo da respectiva Subchefia e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa, encaminhando as solicitações de provisão ou destaque à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA, por intermédio da Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias da respectiva Chefia; e

X - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 79. Aos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo das Chefias do EMCFA compete:

I - no âmbito de sua atuação, receber, protocolar, registrar, analisar, distribuir, encaminhar, expedir, controlar, arquivar e desarquivar documentos, processos e procedimentos, da competência da Subchefia, utilizando prioritariamente o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Defesa;

II - realizar o controle do efetivo de pessoal da Chefia em articulação com o Gabinete do EMCFA;

III - requerer aos setores competentes manifestação a respeito de assunto de interesse dos respectivos Chefes e Vice-Chefes, cujos procedimentos estejam sob a responsabilidade do Gabinete da Chefia;

IV - promover, junto às áreas afins do Ministério da Defesa, a manutenção, a guarda e a conservação das instalações, bens móveis e equipamentos, bem como a reserva de salas, equipamentos audiovisuais e viaturas;

V - redigir, revisar, editar texto na forma da redação oficial e preparar atos e documentos;

VI - acompanhar a execução do Plano de Capacitação de Recursos Humanos no âmbito da Chefia;

VII - coordenar os procedimentos de elaboração e registro das matérias de natureza sigilosa, em articulação, no que couber, com outros órgãos da estrutura organizacional do Ministério da Defesa;

VIII - organizar os serviços de protocolo e arquivo, no âmbito da Chefia, em obediência às prescrições legais e às diretrizes do Governo Federal;

IX - acompanhar, junto ao sistema oficial estabelecido, as atividades de previsão orçamentária, requisição de diárias, passagens e transportes, referente ao plano de trabalho, viagens a serviço de servidores e militares e outras atividades institucionais;

X - representar a Chefia na Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo do Ministério da Defesa (SSIGA);

XI - providenciar a numeração e a expedição de atos e documentos do EMCFA;

XII - acompanhar e propor as atualizações tecnológicas e legais inerentes ao sistema de protocolo e arquivo;

XIII - elaborar relatórios periódicos, estatísticas e estudos das atividades de protocolo e arquivo, fornecendo subsídios para a realização de controle gerencial;

XIV - propor medidas de racionalização de procedimentos, com ênfase na tecnologia digital;

XV - apoiar a execução das atividades de competência do oficial-general da ativa mais antigo da respectiva Força, referentes ao pessoal militar dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em exercício no Ministério da Defesa, conforme relacionadas:

a) autorizações para viagem ao exterior;

b) justiça e disciplina;

c) aptidão física;

d) aptidão no tiro; e

e) porte, aquisição e transferência de armas de fogo de uso particular; e

XVI - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 80. Aos Serviços de Apoio Administrativo das Subchefias do EMCFA e do CASLODE compete:

I - no âmbito de sua atuação, receber, protocolar, registrar, analisar, distribuir, encaminhar, expedir, controlar o trâmite, arquivar e desarquivar documentos, processos e procedimentos da competência da Subchefia, utilizando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Defesa;

II - propor a redação, revisar e providenciar a numeração e a expedição de atos e documentos da Subchefia e do CASLODE;

III - editar textos na forma da redação oficial;

IV - coordenar os procedimentos de elaboração e registro das matérias de natureza sigilosa e de consulta para credenciamento de acesso a documentos sigilosos, em articulação, no que couber, com outros órgãos da estrutura organizacional do Ministério da Defesa;

V - elaborar relatório periódico das atividades de protocolo e arquivo, fornecendo subsídios para a realização de controle gerencial;

VI - propor medidas de racionalização de procedimentos, com ênfase na tecnologia digital;

VII - providenciar junto aos órgãos da administração central do Ministério da Defesa a manutenção e a atualização dos equipamentos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades da Subchefia;

VIII - receber, acompanhar, processar e controlar documentos atinentes às demandas e aos subsídios afetos à Lei de Acesso a Informação (LAI), incluindo os requerimentos oriundos do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);

IX - controlar o material carga da Subchefia e do CASLODE;

X - requerer aos setores competentes manifestação a respeito de assunto de interesse da Subchefia e do CASLODE;

XI - realizar o acompanhamento e atualizações do efetivo de pessoal da Subchefia e do CASLODE;

XII - executar os procedimentos relativos à concessão da Medalha Mérito EMCFA, bem como coordenar as indicações da Subchefia e do CASLODE referentes à concessão das demais medalhas do Ministério da Defesa;

XIII - executar os processos de concessão de diárias e passagens da Subchefia e do CASLODE, bem como os destaques e provisões de recursos para as Forças; e

XIV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I

Do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

Art. 81. Ao Chefe do EMCFA incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa no âmbito da sua área de competência;

II - planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades de competência do EMCFA;

III - coordenar o Comitê integrado pelos Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, de que trata o art. 3º-A da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;

IV - exercer, como integrante do Conselho Militar de Defesa e da Estrutura Militar de Defesa, as atribuições previstas nos dispositivos legais, com vistas à organização, ao preparo e ao emprego das Forças Armadas; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

Seção II

Do Chefe do Gabinete do EMCFA

Art. 82. Ao Chefe do Gabinete do EMCFA incumbe:

I - assistir o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas em sua representação funcional;

II - assessorar o Chefe do EMCFA nos assuntos de sua competência;

III - secretariar as reuniões de coordenação do Chefe do EMCFA no âmbito do Estado-Maior ou com outros órgãos deste Ministério;

IV - secretariar as reuniões do Conselho Militar de Defesa, do Conselho Superior de Governança, do Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares e do Conselho da Medalha Mérito EMCFA;

V - colaborar com o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas na preparação de pronunciamentos, palestras e documentos de interesse do EMCFA;

VI - coordenar a gestão administrativa e orçamentária do EMCFA;

VII - coordenar os trabalhos e as demais atividades dos assistentes, dos ajudantes de ordens e dos auxiliares do Chefe do EMCFA;

VIII - coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das unidades integrantes da estrutura organizacional do Gabinete do EMCFA; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do EMCFA.

Seção III

Do Subchefe do Gabinete do EMCFA e dos Chefes das Assessorias do Gabinete do EMCFA

Art. 83. Ao Subchefe do Gabinete do EMCFA incumbe:

I - assistir o Chefe do Gabinete do EMCFA no cumprimento de suas atribuições, respondendo pelo expediente administrativo em seus impedimentos e afastamentos eventuais;

II - orientar e supervisionar o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Apoio Técnico e Administrativo;

III - despachar a documentação de rotina e o expediente com o Chefe do Gabinete do EMCFA;

IV - realizar o controle do efetivo de pessoal do EMCFA; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do Gabinete do EMCFA.

Art. 84. Ao Chefe da Assessoria de Doutrina e Legislação do Gabinete do EMCFA incumbe:

I - realizar estudos e análises para subsidiar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por intermédio do Chefe do Gabinete do EMCFA, nos assuntos de doutrina e legislação;

II - consolidar a elaboração e a atualização das políticas, estratégias, diretrizes, doutrinas e outras publicações formuladas pelo EMCFA;

III - propor atualização da legislação que oriente as atividades do EMCFA;

IV - contribuir para o planejamento das operações conjuntas, nos assuntos relacionados com a doutrina, a legislação de emprego das Forças Armadas e as publicações;

V - participar da avaliação das operações conjuntas; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do Gabinete do EMCFA.

Art. 85. Ao Chefe da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA incumbe:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por intermédio do Chefe do Gabinete do EMCFA, no gerenciamento e na gestão dos assuntos orçamentários e financeiros;

II - realizar estudos e apresentar pareceres, sob o enfoque econômico-financeiro, acerca de assuntos de interesse do EMCFA;

III - orientar, coordenar e consolidar a elaboração das pré-propostas orçamentárias anuais das ações orçamentárias e dos limites orçamentários a cargo do EMCFA;

IV - acompanhar e avaliar a execução das ações orçamentárias a cargo do EMCFA;

V - analisar as provisões ou destaques dos recursos orçamentários destinados ao EMCFA;

VI - orientar, coordenar e consolidar a elaboração do limite orçamentário, do plano de ação anual e do relatório de gestão anual de responsabilidade do EMCFA;

VII - supervisionar o controle interno administrativo dos processos referentes a provisão ou destaque dos recursos orçamentários sob a responsabilidade do EMCFA;

VIII - coordenar e exercer a ligação da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA com os demais órgãos do Ministério da Defesa nos assuntos atinentes a recursos orçamentários destinados ao EMCFA; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do Gabinete do EMCFA.

Art. 86. Ao Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas do Gabinete do EMCFA incumbe:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por intermédio do Chefe do Gabinete do EMCFA, nos assuntos de planejamento e coordenação de atividades conjuntas;

II - assessorar o Chefe do Gabinete do EMCFA no que tange às atividades da Assessoria e nos assuntos de interesse do EMCFA;

III - acompanhar o Chefe do EMCFA e o Chefe do Gabinete do EMCFA nas atividades que se fizerem necessárias;

IV - coordenar o apoio às Reuniões de Coordenação do EMCFA, dos Oficiais-Generais do EMCFA, do Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, do Conselho Militar de Defesa e outras reuniões realizadas no âmbito do Gabinete do EMCFA;

V - gerenciar o planejamento e a coordenação das atividades comuns às Chefias subordinadas ao EMCFA, de responsabilidade do Gabinete do EMCFA;

VI - gerenciar o planejamento e a coordenação das atividades comuns às Forças Armadas, de responsabilidade do Gabinete do EMCFA;

VII - estabelecer contato com os Gabinetes dos Comandantes das Forças Singulares, com os Estados-Maiores das Forças Singulares e com os Gabinetes das Chefias subordinadas ao EMCFA, a fim de viabilizar as diversas atividades planejadas e inopinadas, no que tange aos assuntos de interesse do Gabinete do EMCFA;

VIII - planejar e coordenar as atividades de Cerimonial, no âmbito do Gabinete do EMCFA, em estreita ligação com o Cerimonial do Gabinete do Ministro da Defesa;

IX - planejar e coordenar as atividades de Comunicação Social, no âmbito do Gabinete do EMCFA em estreita ligação com a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM);

X - planejar e coordenar os trabalhos de medalhística atinentes à Medalha Mérito EMCFA e consolidar as indicações, no âmbito do Gabinete do EMCFA, para a Medalha da Vitória, a Medalha da Ordem do Mérito da Defesa e outras condecorações;

XI - atuar, quando indicado, como representante do Gabinete do EMCFA em comitês, comissões, grupos de trabalho e em outros fóruns, mantendo o Chefe do Gabinete do EMCFA atualizado sobre os assuntos tratados;

XII - planejar e coordenar o apoio aos estágios preparatórios para Oficiais-Generais das três Forças Singulares, realizados no EMCFA;

XIII - planejar e coordenar a confecção do calendário anual de atividades do EMCFA;

XIV - coordenar a consolidação das respostas aos pedidos de acesso à informação, afetos à Lei de Acesso à Informação (LAI), e outros pedidos de informação, demandados ao EMCFA, provenientes do Serviço de Informação ao Cidadão e da Ouvidoria do MD; e

XV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do Gabinete do EMCFA.

Art. 87. Ao Chefe da Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades do Gabinete do EMCFA incumbe:

I - realizar estudos e análises para subsidiar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, por intermédio do Chefe do Gabinete do EMCFA, nos assuntos sobre o PBC;

II - coordenar e exercer a ligação da Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades do Gabinete do EMCFA com os demais órgãos do Ministério da Defesa, nos assuntos atinentes ao PBC;

III - orientar, coordenar e supervisionar as atividades da Assessoria;

IV - acompanhar a execução do ciclo do PBC em execução nas Forças Singulares;

V - propor a atualização da documentação referente ao PBC; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do Gabinete do EMCFA.

Seção IV

Dos Chefes das Chefias do EMCFA

Art. 88. O Chefe de Operações Conjuntas, o Chefe de Assuntos Estratégicos e o Chefe de Logística e Mobilização do EMCFA possuem as seguintes incumbências comuns:

I - assessorar o Chefe do EMCFA no acompanhamento das atividades das respectivas Chefias, e, ao de maior precedência hierárquica, substituí-lo nos seus impedimentos e afastamentos eventuais;

II - despachar com o Chefe do EMCFA, assessorá-lo e representá-lo, quando por ele determinado, e expedir, mediante sua delegação, documentos sobre assuntos de suas competências;

III - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos das respectivas Chefias;

IV - incentivar o intercâmbio de experiências para fornecer subsídios aos programas e projetos do EMCFA;

V - propor e orientar a realização de estudos técnicos que subsidiem o processo de elaboração, implantação e execução de seus programas e projetos;

VI - planejar, coordenar e controlar as atividades atribuídas às respectivas Chefias, realizando, periodicamente, a avaliação de desempenho dos órgãos subordinados;

VII - coordenar, no âmbito das respectivas Chefias, as atividades referentes a simpósios e encontros bilaterais e multilaterais realizados no Brasil e no exterior, quando ocorrer a participação das respectivas Chefias;

VIII - promover a participação das respectivas Chefias em operações das Forças Armadas, visando a observar e colher subsídios para o aprimoramento de doutrinas afetas, de planejamentos e de diretrizes de emprego conjunto das Forças Armadas;

IX - promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, visando à implementação efetiva de programas e projetos de interesse das respectivas Chefias;

X - propor a programação anual das respectivas Chefias e coordenar a sua execução;

XI - orientar o planejamento e a gestão orçamentária e financeira dos recursos postos à disposição das respectivas Chefias;

XII - estabelecer requisitos visando ao aperfeiçoamento e à melhoria do desempenho profissional do pessoal na ocupação de cargos e no exercício de funções nas respectivas Chefias;

XIII - promover a realização de estudos visando o aprimoramento das atividades das respectivas Chefias;

XIV - estabelecer contatos com as Forças Armadas e demais instituições da administração pública federal no trato de assuntos de sua competência, respeitadas as áreas de atuação dos demais órgãos e entidades;

XV - assistir o CEMCFA no acompanhamento dos setores estratégicos (nuclear, cibernético e espacial) definidos na Estratégia Nacional de Defesa e distribuídos, respectivamente, aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e

XVI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do EMCFA.

Art. 89. Ao Chefe de Operações Conjuntas do EMCFA incumbe assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:

I - condução dos exercícios conjuntos ou combinados e na atuação de forças brasileiras em operações de paz;

II - atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem e no apoio ao combate a delitos transfronteiriços e ambientais; e

III - participação das Forças Armadas nas atividades relacionadas às ações subsidiárias, à defesa civil e ao desenvolvimento nacional.

Art. 90. Ao Chefe de Assuntos Estratégicos do EMCFA incumbe assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:

I - formulação das bases da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa;

II - formulação da Sistemática de Planejamento Estratégico Militar, da Doutrina, da Política e da Estratégia Militares de Defesa;

III - condução dos assuntos internacionais de interesse da defesa, em estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores;

IV - estabelecimento das diretrizes que orientem a atuação dos adidos de defesa, dos assessores militares brasileiros e da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa no trato dos assuntos de caráter político-estratégico e, em consonância com as Forças Armadas, dos adidos militares, bem como o relacionamento dos adidos militares estrangeiros no Brasil; e

V - avaliação da situação estratégica e dos cenários nacional e internacional, nas áreas de interesse da defesa.

Art. 91. Ao Chefe de Logística e Mobilização do EMCFA incumbe:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à:

a) logística;

b) mobilização;

c) coordenação das atividades de logística e mobilização das operações conjuntas;

d) geoinformação de defesa;

e) aerolevantamento no território nacional;

f) meteorologia e cartografia;

g) catalogação;

h) serviço militar;

i) desenvolvimento do Sistema APOLO;

j) soluções tecnológicas e inovações militares;

k) gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa; e

l) Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED);

II - orientar, supervisionar e controlar as atividades das Subchefias e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa subordinados;

III - orientar o planejamento e a gestão de ações orçamentárias afetas à Chefia de Logística e Mobilização; e

IV - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo CEMCFA, inerentes às suas respectivas áreas de atuação.

Seção V

Dos Vice-Chefes das Chefias do EMCFA

Art. 92. Aos Vice-Chefes das Chefias do EMCFA, em suas respectivas Chefias, incumbe:

I - assistir o Chefe, substituindo-o em seus impedimentos e afastamentos eventuais;

II - assessorar o Chefe nos assuntos que lhe competem;

III - orientar, coordenar e controlar as ações das Subchefias, das Assessorias, do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Chefia;

IV - coordenar a elaboração e manter atualizado o programa de trabalho anual da Chefia, controlando sua execução;

V - convocar reuniões de coordenação no âmbito da Chefia;

VI - atribuir funções a militares e servidores da Chefia, a fim de mobiliar as Assessorias, quando for o caso;

VII - propor a aplicação dos recursos destinados às ações orçamentárias a cargo da Chefia;

VIII - gerenciar os fatores que possam influenciar no desempenho das ações orçamentárias da Chefia;

IX - supervisionar a elaboração do plano de ação anual da Chefia;

X - fiscalizar a validação dos registros de desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias, bem como a atualização das informações da gestão de restrições das ações orçamentárias vinculadas à Chefia, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, dentro dos prazos determinados;

XI - autorizar a provisão ou destaque dos recursos alocados às ações orçamentárias vinculadas à Chefia;

XII - coordenar a elaboração da proposta orçamentária, anual, relativa aos recursos necessários à execução das ações orçamentárias da Chefia, no sentido de:

a) viabilizar a execução e o monitoramento das ações orçamentárias sob sua coordenação;

b) buscar a obtenção dos resultados expressos nas metas físicas das ações orçamentárias sob sua responsabilidade;

c) empregar os recursos orçamentários de forma otimizada, segundo normas e padrões mensuráveis, de acordo com os dispositivos legais;

d) gerenciar fatores que possam influenciar a execução das ações orçamentárias sob sua responsabilidade; e

e) estimar e avaliar o custo das ações orçamentárias sob sua responsabilidade e os benefícios esperados;

XIII - enviar ao Gabinete do EMCFA, quando solicitado e dentro dos prazos determinados, o relatório de gestão anual, o plano de ação anual e o limite orçamentário do ano "A+1" da Chefia; e

XIV - executar outras atividades que lhe forem demandadas pelo Chefe, inerentes à sua área de atuação.

Seção VI

Dos Subchefes das Chefias do EMCFA

Art. 93. Os Subchefes das Chefias do EMCFA possuem as seguintes incumbências comuns:

I - assessorar os seus respectivos Chefes nos assuntos sob a responsabilidade das respectivas Subchefias;

II - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das ações das respectivas Subchefias e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

III - atribuir funções a militares e servidores das respectivas Subchefias e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa, a fim de mobiliar a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias;

IV - propor e orientar a realização de estudos técnicos que subsidiem o processo de elaboração, implantação e execução de suas ações;

V - propor a programação anual das respectivas Subchefias e do CASLODE e coordenar a sua execução;

VI - supervisionar e acompanhar o planejamento e o controle da execução dos recursos das ações orçamentárias vinculadas à sua respectiva Subchefia, determinando o encaminhamento das solicitações de provisão ou destaque, bem como dos demais documentos atinentes à gestão dos recursos orçamentários, à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete do EMCFA, por intermédio da Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias da respectiva Chefia; e

VII - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelos seus respectivos Chefes, inerentes às suas respectivas áreas de atuação.

Art. 94. Os Subchefes da Chefia de Operações Conjuntas possuem as seguintes incumbências específicas:

I - do Subchefe de Comando e Controle:

a) promover, em coordenação com a Subchefia de Inteligência de Defesa, as ações necessárias para garantir a manutenção da segurança das informações do Sistema Militar de Comando e Controle; e

b) exercer a Coordenadoria do Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle;

II - do Subchefe de Inteligência de Defesa:

a) estabelecer, em estreita coordenação com a Chefia de Assuntos Estratégicos, a atualização dos conhecimentos necessários ao processo decisório, no que se refere às competências do EMCFA;

b) integrar o Conselho Consultivo do Sistema de Inteligência de Defesa (CONSECON/SINDE); e

c) cooperar com a Subchefia de Comando e Controle nas ações necessárias para garantir a manutenção da segurança das informações do Sistema Militar de Comando e Controle;

III - do Subchefe de Operações:

a) consolidar os pedidos de missões de apoio aéreo de interesse da administração central do Ministério da Defesa e acompanhar a sua execução; e

b) coordenar o funcionamento do COC, em ligação com as demais Subchefias da Chefia de Operações Conjuntas e em coordenação com a Vice Chefia de Operações Conjuntas;

IV - do Subchefe de Operações de Paz:

a) disponibilizar à Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) informações necessárias à tramitação do processo decisório junto a outros órgãos governamentais para a participação de contingentes de tropa em operações de paz;

b) cooperar com a CAE em assuntos afetos a área de operações de paz que possam subsidiar trabalhos conduzidos no âmbito estratégico, bem como em outros fóruns de defesa em nível regional e sub-regional em que o Brasil seja partícipe;

c) coordenar com a Chefia de Logística e Mobilização as ações necessárias à logística operacional destinada à estruturação e ao apoio às forças de paz; e

d) dispor de informações que permitam realizar gestões superiores aos órgãos encarregados, com o intuito de possibilitar ações destinadas a fomentar a base industrial de defesa, por meio da participação em operações de paz, e permitir a atuação de empresas brasileiras na reconstrução dos países.

Art. 95. Os Subchefes da Chefia de Assuntos Estratégicos possuem as seguintes atribuições específicas:

I - do Subchefe de Política e Estratégia:

a) aprovar estudos, pareceres e documentos produzidos pela Subchefia, submetendo-os à consideração do Chefe de Assuntos Estratégicos;

b) assessorar o Chefe de Assuntos Estratégicos no tocante à Política Nacional de Defesa e à Estratégia Nacional de Defesa;

c) assessorar o Chefe de Assuntos Estratégicos no tocante à formulação e acompanhamento da Sistemática de Planejamento Estratégico Militar, da Doutrina, da Política e da Estratégia Militares de Defesa;

d) coordenar as atividades do Núcleo Nacional do Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; e

e) fomentar a participação em eventos visando à consolidação de conhecimentos de interesse estratégico de defesa;

II - do Subchefe de Organismos Internacionais:

a) aprovar estudos, pareceres e documentos produzidos pela Subchefia, submetendo-os à consideração do Chefe de Assuntos Estratégicos;

b) coordenar a participação do Ministério da Defesa no Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e na Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA) e participar das reuniões dos referidos órgãos, como integrante de delegação do Ministério da Defesa ou seu representante;

c) acompanhar, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, as atividades dos organismos internacionais como Organização dos Estados Americanos, União das Nações Sul-Americanas e Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, dentre outros, de interesse para a área de defesa, assessorando aquele Ministério, quando solicitado; e

d) coordenar as atividades relacionadas com a Junta Interamericana de Defesa (JID), o Colégio Interamericano de Defesa (CID) e a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID);

III - do Subchefe de Assuntos Internacionais:

a) aprovar estudos, pareceres e documentos produzidos pela Subchefia, submetendo-os à consideração do Chefe de Assuntos Estratégicos;

b) analisar, as propostas de atos internacionais de interesse da defesa em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, quando aplicável, e acompanhar, posteriormente, a sua assinatura e entrada em vigor, assim como o seu cumprimento;

c) analisar áreas de interesse estratégico e as atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse da defesa, bem como o andamento dos entendimentos estabelecidos nas diferentes reuniões de cooperação internacional sob a égide do EMCFA, bem como estabelecer prioridades na agenda internacional relativas à área de defesa; e

d) coordenar a atualização das instruções gerais e normas específicas que regulam as relações entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras e os adidos militares estrangeiros junto às representações diplomáticas estrangeiras no Brasil, bem como das que regulam as atividades dos adidos militares de defesa brasileiros junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior.

Art. 96. Os Subchefes e o Diretor do CASLODE da Chefia de Logística e Mobilização possuem as seguintes incumbências específicas:

I - do Subchefe de Integração Logística (SUBILOG), assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados com:

a) integração e interoperabilidade logística;

b) defesa alimentar nas Forças Armadas;

c) medicina operativa;

d) soluções tecnológicas e inovações militares;

e) geoinformação de defesa, meteorologia, aerolevantamento e cartografia;

f) Comissão de Logística Militar (COMLOG);

g) Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas (CODEAFA);

h) Planos de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED);

i) Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR);

j) Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH);

k) requisitos operacionais conjuntos (ROC);

l) listas de necessidades considerando o planejamento de cada hipótese de emprego;

m) listas de carências produzidas pelas Forças Singulares; e

n) gestão das ações orçamentárias sob sua responsabilidade;

II - do Subchefe de Mobilização (SUBMOB), assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados com:

a) mobilização nacional e militar;

b) serviço militar;

c) Projeto Soldado Cidadão;

d) Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB);

e) Sistema Militar de Mobilização (SISMOMIL);

f) gerenciamento das listas de carências;

g) administração do Fundo do Serviço Militar; e

h) gestão das ações orçamentárias sob sua responsabilidade;

III - do Subchefe de Coordenação de Logística e Mobilização (SUBCLM), assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados com:

a) logística de operações conjuntas;

b) interoperabilidade entre os sistemas de mobilização e logística das Forças Armadas em proveito do SisLogD e do Sistema Nacional de Mobilização;

c) Política Setorial de Defesa (PSD) relativas à logística de defesa;

d) Doutrina de Logística Militar;

e) Doutrina de Logística Conjunta;

f) formação e a capacitação de recursos humanos em prol do SisLogD;

g) busca de soluções tecnológicas em prol do SisLogD;

h) planos de logística para as operações conjuntas;

i) planos de mobilização e de logística;

j) Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM);

k) atividades logísticas e de mobilização na zona de interior;

l) desenvolvimento e a manutenção evolutiva do software (Sistema APOLO);

m) programa de missões conjuntas do Ministério da Defesa, no que concerne às operações conjuntas;

n) apoio logístico necessário à concentração, ao desdobramento, ao emprego, à manutenção e à reversão dos contingentes brasileiros em missões de operações de paz; e

o) gestão das ações orçamentárias sob sua responsabilidade;

IV - do Diretor do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa de Defesa (CASLODE), assessorar o Chefe de Logística e Mobilização em assuntos relacionados com:

a) catalogação militar;

b) gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa;

c) política militar de catalogação e política nacional de catalogação;

d) sistema militar de catalogação;

e) acordos nacionais e internacionais na área de catalogação e codificação de material e gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa;

f) representação do Ministério da Defesa perante o Comitê Aliado de Catalogação (AC-135) e o Comitê Aliado de Gestão do Ciclo de Vida (AC-327) da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN;

g) a atuação da Subcomissão de Ciclo de Vida de Produtos de Defesa (CVPRODE);

h) articulação com a SEPROD para assuntos de catalogação e gestão do ciclo de vida de sistemas e produtos de defesa;

i) desenvolvimento da estrutura de governança do SISCADE;

j) Unidades de Catalogação do Sistema de Catalogação de Defesa Militar de Catalogação (UniCat);

k) credenciamento de empresa de defesa (ED) e empresa estratégica de defesa (EED), de produtos de defesa (PRODE) e produtos estratégicos de defesa (PED); e

l) gestão das ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade.

Seção VII

Dos Demais Dirigentes, dos Assessores e dos Assistentes

Art. 97. Aos Chefes de Gabinete do Chefe de Operações Conjuntas, do Chefe de Assuntos Estratégicos e do Chefe de Logística e Mobilização do EMCFA incumbe:

I - assistir o Chefe ao qual estiver vinculado, no que diz respeito às atribuições do Gabinete;

II - coordenar a agenda e a pauta de trabalho do Chefe ao qual estiver vinculado;

III - orientar e controlar as atividades afetas ao Gabinete do Chefe ao qual estiver vinculado;

IV - realizar o controle do efetivo de pessoal das respectivas Chefias; e

V - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelos seus respectivos Chefes.

Art. 98. Aos Gerentes e aos Coordenadores incumbe:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades e o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade; e

II - exercer outras incumbências que lhes forem cometidas.

Art. 99. Aos Chefes dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo do Gabinete do EMCFA e das Chefias do EMCFA incumbe:

I - coordenar o trâmite, o controle e o arquivamento da documentação interna e externa do Gabinete e das respectivas Chefias do EMCFA;

II - coordenar a prestação do apoio administrativo ao Chefe do EMCFA, às respectivas Chefias e ao Gabinete do EMCFA;

III - mandar providenciar a manutenção, a guarda e a conservação das instalações, dos bens móveis e dos equipamentos das respectivas Chefias e do Gabinete do EMCFA, junto às áreas responsáveis do Ministério da Defesa;

IV - verificar a execução do plano de treinamento no âmbito das respectivas Chefias e do Gabinete do EMCFA;

V - executar as atividades de controle de pessoal das Chefias e do Gabinete do EMCFA, em coordenação com a área responsável do Ministério da Defesa;

VI - requisitar e controlar materiais e acompanhar a execução de serviços gerais;

VII - mandar providenciar reserva de passagens, as requisições de transporte, de diárias, junto à área responsável do Ministério da Defesa, bem como mandar elaborar e encaminhar as prestações de contas; e

VIII - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelos seus respectivos Chefes.

Art. 100. Aos Chefes dos Serviços de Apoio Administrativo das Subchefias e do CASLODE do EMCFA incumbe:

I - fiscalizar a elaboração, o encaminhamento, o protocolo e o arquivamento dos atos e da documentação de competência das respectivas Subchefias e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

II - coordenar o trâmite, o controle e o arquivamento da documentação interna e externa das respectivas Subchefias e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

III - realizar o controle do efetivo de pessoal das respectivas Subchefias e do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa; e

IV - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelos seus respectivos Subchefes e Diretor do CASLODE.

Art. 101. Aos Assessores de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias das Chefias do EMCFA, em suas respectivas Chefias, incumbe:

I - conduzir as atividades de competência da ASAO da Chefia, em estreita ligação com a APOG/Gab EMCFA; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe ou Vice-Chefe.

Art. 102. Aos Assessores de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias das Subchefias das Chefias e do CASLODE, incumbe:

I - conduzir as atividades de competência da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações Orçamentárias da Subchefia, em estreita ligação com a Assessoria de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias da Chefia; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Subchefe ou pelo Diretor do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa.

Art. 103. Ao Assessor de Doutrina da Chefia de Operações Conjuntas incumbe:

I - conduzir as atividades da sua área de atuação, em estreita ligação com a Assessoria de Doutrina e Legislação do Gabinete do EMCFA; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Operações Conjuntas ou pelo Vice-Chefe de Operações Conjuntas.

Art. 104. Aos demais Assessores, nos diferentes níveis, incumbe:

I - assessorar os seus respectivos Chefes:

a) no desempenho de suas funções institucionais;

b) na execução das atividades que lhes forem atribuídas; e

c) na realização de trabalhos específicos de interesse do EMCFA;

II - acompanhar a prática de atos no âmbito do EMCFA que impliquem ações ou decisões dos seus respectivos Chefes, respeitadas as competências das autoridades constituídas;

III - representar os seus respectivos Chefes, mediante designação específica, em atividades internas e externas e em grupos de trabalho que tratem de assuntos de interesse do EMCFA; e

IV - exercer outras incumbências que lhes sejam atribuídas pelos seus respectivos Chefes, podendo, para tanto, solicitar informações, documentos e providências aos demais órgãos do EMCFA.

Art. 105. Aos Assistentes do Chefe do EMCFA, dos Chefes e dos Vice-Chefes das Chefias, do Chefe do Gabinete do EMCFA, dos Subchefes das Chefias do EMCFA e do Diretor do CASLODE incumbe:

I - controlar, preparar ou fazer preparar, bem como providenciar a expedição de documentos do Oficial-General ao qual estiver vinculado;

II - acompanhar o Oficial-General ao qual estiver vinculado em solenidades e compromissos oficiais;

III - organizar a agenda do Oficial-General ao qual estiver vinculado;

IV - realizar as atividades de comunicação social inerentes ao Oficial-General ao qual estiver vinculado;

V - coordenar o apoio administrativo ao Oficial-General ao qual estiver vinculado;

VI - preparar e processar a correspondência funcional e pessoal do Oficial-General ao qual estiver vinculado;

VII - prestar assistência direta ao Oficial-General ao qual estiver vinculado, em assuntos pessoais e de serviço; e

VIII - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelos seus respectivos Chefes.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 106. Os Chefes de Operações Conjuntas, de Assuntos Estratégicos e de Logística e Mobilização bem como seus respectivos Vice-Chefes, Subchefes, Diretor do CASLODE e o Chefe do Gabinete do EMCFA poderão estabelecer instruções específicas para detalhar a execução das atividades que lhes são inerentes.

Art. 107. O Subchefe de maior precedência hierárquica, no âmbito da sua respectiva Chefia, será o substituto eventual do seu respectivo Vice-Chefe, nos seus impedimentos e afastamentos. Assim como o oficial superior de maior precedência hierárquica, no âmbito da sua respectiva Subchefia ou do CASLODE, será o substituto eventual do seu respectivo Subchefe ou Diretor.

Art. 108. As atribuições dos Assessores não se sobrepõem às competências dos órgãos ou unidades que integram a estrutura organizacional do EMCFA e não implicam decisão a respeito de diretrizes, direitos e deveres.

Art. 109. Os casos não previstos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO
SECRETARIA-GERAL
CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria-Geral, órgão central de direção do Ministério da Defesa, compete:

I - assistir o Ministro de Estado da Defesa na definição de diretrizes e nos assuntos de competência dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte;

II - assessorar o Ministro de Estado da Defesa na formulação de políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa quanto às competências dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte; e

III - coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são subordinados.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB - SG):

a) Assessoria (ASS - SG);

b) Assessoria de Gestão Estratégica (AGE);

c) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - SG);

II - Departamento do Programa Calha Norte (DPCN):

a) Assessoria Técnica;

b) Serviço de Assistência Técnica Militar;

c) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo;

d) Divisão de Convênios (DICONV):

1. Coordenação de Convênios (CCONV);

e) Divisão de Engenharia (DIENG):

1. Coordenação de Análise Técnica (COTEC);

2. Serviço de Vistoria e Laudo Técnico (SERVIL);

f) Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira (DIAF):

1. Coordenação de Análise Financeira (COAF); e

2. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF).

Art. 3º A Secretaria-Geral será dirigida pelo Secretário-Geral do Ministério da Defesa, o Gabinete pelo Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral e o Departamento do Programa Calha Norte por Diretor, cujos cargos serão providos na forma da legislação em vigor.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores indicados e previamente designados na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria-Geral compete:

I - assistir o Secretário-Geral em sua representação funcional e na execução de suas atribuições, inclusive quanto aos processos, assuntos e expedientes submetidos à Secretaria-Geral;

II - assistir o Secretário-Geral em sua pauta de trabalho e coordenar a agenda de compromissos diários;

III - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete e das unidades a ele subordinadas;

IV - prestar assessoramento e apoio técnico e administrativo, provendo o Secretário-Geral de informações necessárias à tomada de decisões;

V - acompanhar os temas relacionados às áreas de atuação da Secretaria-Geral;

VI - promover a articulação entre os órgãos e as unidades subordinadas à Secretaria-Geral; e

VII - realizar outras atividades determinadas pelo Secretário-Geral.

Art. 6º À Assessoria do Gabinete da Secretaria-Geral compete:

I - assessorar o Chefe de Gabinete e o Secretário-Geral na condução dos assuntos e procedimentos que tramitam no âmbito do Gabinete, mediante a realização de estudos, coleta de subsídios, instrução prévia, redação de atos, análise técnica e emissão de notas técnicas e pareceres;

II - articular-se com os órgãos e unidades do Ministério da Defesa e da administração pública em geral, visando o entendimento e o encaminhamento de assuntos de interesse da Secretaria-Geral;

III - manter permanente contato com representantes dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e com os órgãos subordinados e vinculados, com vistas à solução, coordenação e encaminhamento de matérias que tramitam na Secretaria-Geral ou que sejam de interesse do MD;

IV - analisar e emitir manifestação prévia a respeito de matérias submetidas ao Secretário-Geral, acompanhando o trâmite dos procedimentos;

V - representar o Secretário-Geral, mediante designação específica, em atividades internas e externas; e

VI - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º À Assessoria de Gestão Estratégica compete:

I - assistir o Secretário-Geral na condução da gestão estratégica, inclusive no que se refere ao planejamento estratégico e seu acompanhamento, bem como à gestão do desempenho;

II - assessorar o Secretário-Geral nos assuntos relacionados à governança, gestão de riscos, integridade, desburocratização, melhoria da gestão e controles internos;

III - articular-se com os órgãos de controle, interno e externo, inclusive acompanhando os assuntos de interesse da administração central do Ministério da Defesa;

IV - coordenar e acompanhar o atendimento das demandas dos órgãos de controle, interno e externo, pelos órgãos da administração central do Ministério da Defesa;

V - realizar estudos e conduzir assuntos e projetos de interesse da Secretaria-Geral;

VI - coordenar a elaboração de relatórios e balanços, em especial o relatório de gestão, as prestações de contas, a mensagem presidencial, os relatórios de desempenho, os balanços de governo, entre outros;

VII - participar dos processos de elaboração do PPA e da proposta orçamentária e orientar sobre as prioridades do planejamento estratégico da Secretaria-Geral;

VIII - manter permanente contato com representantes dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e com os órgãos subordinados e vinculados, com vistas à solução, coordenação e encaminhamento de assuntos de interesse da Secretaria-Geral; e

IX - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 8º Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do Gabinete da Secretaria-Geral compete:

I - executar as atividades relativas à gestão documental, em especial receber, registrar, conservar, arquivar e controlar a tramitação e a expedição de correspondências, documentos e procedimentos, físicos e eletrônicos, sob responsabilidade do Gabinete da Secretaria-Geral;

II - providenciar a elaboração de documentos diversos sob responsabilidade do Gabinete da Secretaria-Geral;

III - revisar e padronizar documentos oficiais elaborados pelo Gabinete da Secretaria-Geral;

IV - executar as atividades referentes a gestão de pessoas, capacitação, avaliação de desempenho, material de consumo, requisições de transporte, publicação de atos oficiais, telefonia e concessão de diárias e passagens, no âmbito do Gabinete da Secretaria-Geral;

V - controlar o orçamento para despesas com diárias e passagens, despesas com terceiros e aprimoramento e treinamento de servidores, no âmbito do Gabinete da Secretaria-Geral;

VI - executar as atividades referentes à gestão do patrimônio, em especial promover a manutenção, a guarda e a conservação dos bens, equipamentos e instalações sob responsabilidade do Gabinete;

VII - providenciar a reserva de salas e viaturas e o controle de equipamentos audiovisuais, para atendimento do Gabinete da Secretaria-Geral;

VIII - requisitar e controlar os materiais de expediente e os serviços necessários ao desenvolvimento das atividades da Secretaria-Geral; e

IX - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 9º Ao Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira do Programa Calha Norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização, cabendo ao seu dirigente exercer as atribuições de ordenador de despesas do programa;

II - celebrar convênios com Estados e Municípios para aplicação dos recursos do Programa Calha Norte e acompanhar a sua execução física;

III - articular-se com Estados, Municípios, Forças Armadas e outros órgãos públicos para o trato de assuntos relacionados ao Programa Calha Norte; e

IV - adotar as providências necessárias à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano que tiver origem em sua respectiva área de atuação.

Art. 10. À Assessoria Técnica do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento na elaboração de termos aditivos e na compatibilidade entre as propostas dos objetos a serem conveniados;

II - propor a elaboração de pareceres técnicos, termos aditivos, despachos, memorandos, notas técnicas, comunicações aos convenentes, expedientes de interesse e demais ajustes, de acordo com a sua área de atuação funcional;

III - acompanhar os prazos de vigência de todos os convênios celebrados no âmbito do Programa Calha Norte, adotando, para cada caso, ações cabíveis; e

IV - propor a prorrogação de ofício os convênios não pagos, no caso de atraso na liberação das parcelas previstas no convênio, nos termos da legislação pertinente, informando ao convenente o novo prazo de vigência.

Art. 11. Ao Serviço de Assistência Técnica Militar do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assistir o Diretor do Departamento nos assuntos atinentes às ações referentes à vertente militar do Programa Calha Norte;

II - estabelecer contato com representantes dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e com os órgãos subordinados e vinculados para a obtenção de subsídios necessários ao eficiente gerenciamento dos recursos alocados às Forças e eventuais demandas do Diretor do Departamento;

III - levantar as necessidades de recursos junto às Forças necessários à execução das obras e serviços inerentes às atividades relativas ao desenvolvimento da região; e

IV - acompanhar e propor a emissão de relatórios referentes à aplicação dos recursos financeiros descentralizados para as Forças.

Art. 12. Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - promover o exame preliminar dos assuntos encaminhados ao Departamento, registrando-os no sistema específico;

II - preparar e tramitar os expedientes de interesse do Departamento; e

III - acompanhar, junto aos demais setores do Ministério da Defesa o trâmite da documentação encaminhada.

Art. 13. À Divisão de Convênios do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assessorar o Diretor nas atividades que couber à Divisão;

II - coordenar e articular as ações de implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Calha Norte, no âmbito do Programa;

III - acompanhar e participar das discussões relativas às emendas parlamentares com o objetivo de identificar o potencial estratégico desses recursos para o Programa;

IV - assessorar os parlamentares, no que couber, na indicação das emendas para o Programa;

V - coordenar e administrar os recursos orçamentários das emendas parlamentares;

VI - prestar esclarecimentos e informações a parlamentares e aos representantes dos entes federativos sobre matéria de sua área de competência;

VII - analisar a proposta/plano de trabalho, aprovar, gerar, assinar, celebrar, publicar e acompanhar os convênios até a liberação do recurso financeiro;

VIII - encaminhar para empenho os convênios aprovados, em conformidade com os limites de créditos disponibilizados; e

IX - emitir pareceres afetos a celebração de convênios.

Art. 14. À Coordenação de Convênios compete:

I - analisar e acompanhar os recursos orçamentários de emendas parlamentares;

II - acompanhar o andamento do atendimento aos pleitos formulados por parlamentares no âmbito do Programa;

III - acompanhar os limites orçamentários e financeiros dos recursos alocados no Programa, referentes às emendas parlamentares;

IV - lançar, acompanhar e atualizar os dados referentes a recursos de convênios no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP);

V - coordenar a realização de estudos e propor medidas visando otimizar os fluxos de trabalho na Divisão;

VI - manter informados os parlamentares e os entes federativos sobre as datas de abertura e fechamento dos prazos relativos à apresentação de propostas/plano de trabalho no Sistema de Gestão de convênios e Contratos de Repasse (SICONV);

VII - providenciar a formulação de respostas a pedido de informações que envolvam assuntos afetos a celebração de convênios;

VIII - preparar a documentação pertinente à formalização do termo de convênio;

IX - realizar o controle orçamentário e financeiro dos recursos alocados no Programa;

X - auxiliar na elaboração de respostas em atendimento às diligências;

XI - colaborar na concepção de indicadores de desempenho;

XII - apoiar na elaboração do plano de ação no Programa;

XIII - executar, coordenar e acompanhar todas as fases relativas à celebração de convênios, em conformidade com a legislação vigente;

XIV - elaborar e analisar processos e documentos e emitir manifestações sobre assuntos afetos a sua área de atuação;

XV - analisar e instruir as propostas/plano de trabalho e termos de convênios;

XVI - analisar e registrar todas as informações no SICONV;

XVII - contatar os conveniados para dirimir dúvidas acerca da documentação pendente; e

XVIII - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas por autoridade superior.

Art. 15. À Divisão de Engenharia do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - realizar as análises técnicas e aprovação dos projetos básicos de engenharia (obras/serviços) e/ou termos de referência (equipamentos), encaminhados pelos convenentes;

II - elaborar pareceres técnicos sobre pleitos de termo aditivo, de questionamentos oriundos de órgãos fiscalizadores, de outros setores da administração central do Ministério da Defesa e de discordância no teor do laudo de vistoria;

III - analisar a execução do convênio, através da aba "Acompanhamento e Fiscalização", sob a ótica da engenharia, no SICONV;

IV - realizar vistorias técnicas às obras e/ou aos equipamentos dos objetos dos convênios, para liberação de parcela, em conformidade com a disponibilidade logística adequada, de caráter preventivo, e o ateste final, com a emissão dos respectivos laudos de vistoria;

V - lançar, acompanhar e atualizar os dados referentes aos convênios celebrados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento;

VI - assessorar o Diretor de Departamento e os demais Chefes de Divisão nos assuntos referentes à sua área de atuação; e

VII - prestar orientações necessárias ao público externo.

Art. 16. À Coordenação de Análise Técnica do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assistir o Gerente da Divisão de Engenharia;

II - realizar as análises técnicas e aprovação dos projetos básicos de engenharia (obras/serviços) e/ou termos de referências (equipamentos), encaminhados pelos convenentes;

III - elaborar os pareceres técnicos objetivando a celebração de termo aditivo, ateste de início da obra e de liberação de parcela;

IV - elaborar os pareceres técnicos exigidos pelo ordenador de despesas do Departamento, em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, quando o convenente discorda do teor do laudo de vistoria, dos decorrentes de questionamentos oriundos de órgãos fiscalizadores e de outros de setores da administração central do Ministério da Defesa;

V - analisar a execução do convênio através da aba "Acompanhamento e Fiscalização" no SICONV; e

VI - auxiliar a Assessoria Técnica, quando da análise da proposta de trabalho, na verificação da uniformidade do objeto com as diretrizes vigentes.

Art. 17. Ao Serviço de Vistoria e Laudo Técnico do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assistir o Gerente da Divisão de Engenharia;

II - vistoriar as obras e/ou equipamentos, emitindo os respectivos laudos de vistoria, com a finalidade de atestar a realização e/ou recebimento dos mesmos, em consonância com os termos de convênio, bem como em caráter preventivo;

III - vistoriar as obras, durante a sua execução, emitindo os respectivos laudos de vistoria, com o escopo de possibilitar a liberação das parcelas dispostas nos convênios, em conformidade com a disponibilidade logística adequada; e

IV - elaborar, juntamente com a Assessoria Técnica e demais divisões, a agenda de viagem de vistoria.

Art. 18. À Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assistir o Diretor do Departamento do Programa Calha Norte;

II - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como efetuar os registros de conformidade dos atos e fatos de gestão atinentes ao programa;

III - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de análise das prestações de contas dos convênios celebrados pelo Departamento;

IV - propor a aprovação de prestações de contas de convênios, bem como propor a instauração de tomada de contas especial, quando necessário;

V - encaminhar ao Departamento, os relatórios que comporão a prestação de contas anual; e

VI - executar as demais atividades inerentes a sua área de atuação.

Art. 19. À Coordenação de Análise Financeira do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assistir o Gerente da Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira;

II - realizar as análises das prestações de contas sob a ótica financeira, emitindo o competente relatório e notificação ao gestor convenente;

III - elaborar as notificações aos convenentes para o saneamento de impropriedades e irregularidades identificadas nas análises;

IV - manter atualizados os registros de informações relativas aos convênios nos sistemas informatizados da administração pública federal e no SICONV;

V - orientar o público externo e interno do Ministério da Defesa, quanto à aplicação das normas relativas aos procedimentos para a elaboração das prestações de contas de convênios;

VI - receber, analisar e emitir relatório quanto a documentação apresentada a título de prestação de contas de convênios;

VII - elaborar notificação para os responsáveis, nos casos de omissão do dever de prestar contas sobre convênios;

VIII - assessorar o ordenador de despesa do Departamento quanto a instauração da tomada de contas especial (TCE), em conformidade com a legislação aplicável, quando da identificação de pressupostos que assim indiquem essa medida;

IX - elaborar, no âmbito da Divisão, os relatórios que comporão a prestação de contas anual;

X - executar as visitas técnicas preventivas de análise financeira;

XI - analisar as diligências recebidas de órgãos de fiscalização e controle interno e externo, referentes à prestação de contas de convênios, bem como elaborar e consolidar informações para fins de atendimento às diligências;

XII - acompanhar e controlar os prazos de respostas às diligências procedentes dos órgãos de controle interno e externo, referentes às prestações de conta de convênios;

XIII - instruir e submeter ao Gerente da Divisão os processos referentes aos convênios cujos convenentes estejam omissos no atendimento às diligências ou que não tiverem acatadas as justificativas apresentadas, com vistas ao seu encaminhamento para fins da instauração da respectiva tomada de contas especial;

XIV - acompanhar e manter as informações sobre as decisões do Tribunal de Contas da União referentes aos julgamentos das tomadas de contas especiais relativas aos convênios firmados pelo Ministério da Defesa; e

XV - executar outras atividades inerentes a sua área de atuação.

Art. 20. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira do Departamento do Programa Calha Norte compete:

I - assistir o Gerente da Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira;

II - executar e controlar as atividades relacionadas com recursos orçamentários e financeiros inerentes a convênios vinculados ao Programa Calha Norte;

III - analisar, proceder a conformidade diária no SIAFI e arquivar os documentos da conformidade de suporte documental, emitidos pela unidade gestora sob sua responsabilidade;

IV - realizar o acompanhamento sistemático da legislação e das normas que regulam a execução orçamentária e financeira;

V - proceder a plena execução orçamentária dos recursos destinados ao Departamento, de acordo com a legislação vigente e com as peculiaridades do SICONV;

VI - executar em coordenação com o ordenador de despesas do Departamento a inscrição de restos a pagar não processados a liquidar para o exercício subsequente;

VII - realizar a conformidade de operadores junto ao SIAFI;

VIII - executar, com demonstrativo, a prestação de contas da Presidência da República (PCPR) no encerramento do exercício financeiro; e

IX - executar outras atividades inerentes a sua área de atuação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 21. Ao Secretário-Geral incumbe:

I - despachar com o Ministro de Estado da Defesa, assessorá-lo e representá-lo, quando por ele determinado, e expedir documentos sobre assuntos de sua competência;

II - orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos que lhe são subordinados, inclusive no que se refere à gestão estratégica;

III - promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração interna e externa visando à implementação efetiva de programas e projetos coordenados pela Secretaria-Geral;

IV - estabelecer diretrizes e prioridades para a elaboração de programas e de projetos dos órgãos que lhe são subordinados e supervisionar a sua execução;

V - orientar e coordenar o estabelecimento de instâncias, de mecanismos e práticas de governança, de gestão de riscos, de integridade, de desburocratização, de melhoria da gestão e de controles internos; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado da Defesa.

Parágrafo único. Os Secretários dos órgãos integrantes da Secretaria-Geral e o Diretor-Geral do Censipam substituirão o Secretário-Geral em seus impedimentos e afastamentos eventuais, conforme sua designação.

Art. 22. Ao Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral incumbe:

I - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete e das unidades a ele subordinadas;

II - manter permanente articulação com os órgãos e as unidades subordinadas à Secretaria-Geral;

III - prestar assessoramento e apoio técnico e administrativo, bem como organizar e acompanhar a pauta de trabalho e a agenda diária de compromissos do Secretário-Geral;

IV - supervisionar e praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Gabinete; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Geral.

Art. 23. Ao Diretor do Departamento do Programa Calha Norte incumbe:

I - coordenar e executar a gestão interna do Departamento do Programa Calha Norte quanto aos recursos orçamentários e financeiros destinados às Forças Armadas e aqueles oriundos de emendas parlamentares voltados para a celebração de convênios com Estados e Municípios, incluindo os recursos recebidos por descentralização, exercendo a atribuição de ordenador de despesas do Departamento;

II - propor diretrizes gerais e normas internas de procedimentos para as atividades relacionadas com a área de atuação do Programa;

III - submeter, anualmente, à apreciação da CONJUR-MD minuta padrão de termo de convênio, referente aos convênios a serem celebrados, bem como proposta de prorrogação da cláusula suspensiva dos convênios celebrados;

IV - coordenar ações relacionadas com a aprovação de propostas de convênios, a realização dos empenhos em favor de Estados e Municípios, o acompanhamento da execução do convênio, o recebimento final do convênio e a aprovação ou não da prestação de contas parcial e final do convênio, em conformidade com a legislação vigente afeta a convênios e as orientações referentes ao processo conforme orientação da CONJUR e CISET-MD;

V - suprir e supervisionar no SICONV as ações referentes ao Programa Calha Norte;

VI - autorizar termos de convênio, aditivo, prorrogação de prazo e de rescisão, dentre outros instrumentos congêneres, referentes aos convênios celebrados com Estados e Municípios;

VII - autorizar a prorrogação dos prazos de vigência dos convênios celebrados, mediante a aferição dos requisitos de conveniência e oportunidade;

VIII - interagir com os órgãos afins da administração pública federal que atuam na celebração de convênios, com vistas ao aperfeiçoamento das medidas que regulamentam a matéria;

IX - conduzir ligações e contatos com demais setores do Ministério da Defesa, com parlamentares autores de emendas atinentes ao programa, com órgãos governamentais e judiciais, e, por intermédio de sua Assessoria Técnica, com as Forças Armadas, necessários ao tratamento de assuntos inerentes ao Departamento do Programa Calha Norte, na sua área de atuação; e

X - assinar os termos de convênios e aditivos, observadas as disposições pertinentes.

Parágrafo único. O Diretor do Departamento do Programa Calha Norte poderá delegar:

I - ao gerente da Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira a função de ordenador de despesa do Departamento do Programa Calha Norte; e

II - ao gerente da Divisão de Convênios a assinatura e publicação dos termos de convênio celebrados no SICONV.

Art. 24. Ao Gerente da Divisão de Convênios incumbe:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos afetos a sua competência;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades a cargo das coordenações sob sua direção;

III - emitir pareceres nos assuntos pertinentes à respectiva unidade;

IV - notificar, no prazo estabelecido na legislação, a celebração do instrumento à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal do convenente;

V - encaminhar ao Estado ou à Prefeitura uma via do termo de convênio original e cópias da nota de empenho e do extrato do convênio publicado no Diário Oficial da União;

VI - arquivar uma via original do termo de convênio e aditivos para fins de controle;

VII - analisar, juntamente com a Assessoria Técnica, a proposta de trabalho, quando da verificação da uniformidade do objeto com as diretrizes vigentes;

VIII - assinar, como testemunha, termo de convênio e, sob a ótica documental, os pareceres técnicos, inicial e final;

IX - normatizar a atuação dos diversos setores do Departamento, criando roteiros de verificação e de controle de qualidade nos processos, de forma a assegurar a melhor funcionalidade setorial;

X - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetos dos convênios; e

XI - assinar e publicar, por delegação de competência, no SICONV, os termos de convênio celebrados.

Art. 25. Ao Gerente da Divisão de Engenharia incumbe:

I - coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas coordenações;

II - assessorar o Diretor na fixação das diretrizes gerais e normas de procedimentos, nos assuntos de sua competência;

III - supervisionar a execução das atividades afetas à sua área de competência;

IV - adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento das atividades afetas à Divisão;

V - praticar atos de administração necessários à execução de suas atividades; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas, em sua respectiva área de competência.

Art. 26. Ao Gerente da Divisão de Execução Orçamentária e Análise Financeira incumbe:

I - assistir o Diretor do Departamento do Programa Calha Norte, no desempenho de suas ações;

II - exercer o papel de ordenador de despesas do Departamento, por delegação de competência do Diretor;

III - normatizar e definir os níveis de acesso para consultas ou registros no SIAFI e no SICONV;

IV - determinar os registros, as baixas e a suspensão de inadimplência dos convênios no SIAFI/CAUC;

V - elaborar, em conjunto com a Assessoria e demais setores do Departamento, a programação das visitas de vistoria;

VI - gerir a execução orçamentária e financeira do programa;

VII - solicitar a realização de inspeção in loco a fim de certificar a execução física dos objetos conveniados e subsidiar a análise final da prestação de contas;

VIII - promover os registros e as baixas de responsabilidade dos gestores responsáveis pela aplicação de recursos vinculados a convênios celebrados com o Programa Calha Norte nas contas contábeis do SIAFI, sempre que for necessário;

IX - notificar os agentes responsáveis nos casos de omissão do dever de prestar contas sobre convênios; e

X - executar as demais atividades inerentes a sua área de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Secretário-Geral poderá estabelecer instruções específicas para detalhar a execução das atividades que lhe são inerentes e as competências dos órgãos integrantes da Secretaria-Geral.

Art. 28. Os casos não previstos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Secretário-Geral.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, órgão específico singular do Ministério da Defesa, compete:

I - subsidiar o Secretário-Geral nos assuntos de sua competência;

II - elaborar propostas de diretrizes para a atualização das estruturas organizacionais, a racionalização e a integração de procedimentos administrativos comuns às Forças Armadas;

III - elaborar as propostas de atualização das estruturas organizacionais da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;

IV - coordenar a proposição da legislação de defesa comum às Forças Armadas;

V - elaborar propostas de diretrizes para a gestão do patrimônio imobiliário do Ministério da Defesa e coordenar as ações decorrentes comuns às Forças;

VI - supervisionar as atividades inerentes à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e ao serviço de informações ao cidadão;

VII - coordenar a elaboração conjunta da proposta orçamentária do Ministério da Defesa, inclusive das Forças Armadas, e consolidá-la, em consonância com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VIII - consolidar os planos plurianuais, as propostas orçamentárias e os créditos adicionais da administração central do Ministério da Defesa;

IX - elaborar propostas de diretrizes para o planejamento, a execução e o controle orçamentário e a gestão financeira e contábil na sua área de atuação;

X - elaborar propostas de diretrizes gerais para aplicação de normas relativas à organização e gestão de pessoal, de material e de serviços, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, em consonância com o disposto para a administração pública federal;

XI - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, do Sistema de Administração de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Administração de Contabilidade Federal;

XII - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a execução orçamentária, financeira e contábil da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Departamento do Programa Calha Norte e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, incluindo os recursos recebidos por descentralização;

XIII - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros, à informática, às comunicações e ao transporte;

XIV - subsidiar tecnicamente o processo decisório para a avaliação de projetos estratégicos de interesse do Ministério da Defesa; e

XV - aprovar o Plano Anual de Execução Orçamentária da Administração Central, a partir de proposição do Departamento de Administração Interna, do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais e do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão diretamente vinculado ao Secretário:

a) Gabinete (GAB - SEORI):

1. Assessoria (ASS - SEORI);

2. Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - SEORI);

II - Departamento de Organização e Legislação (DEORG):

a) unidades vinculadas diretamente ao Diretor:

1. Assessoria (ASS - DEORG);

2. Coordenação de Patrimônio Imobiliário e Parcerias (CPIP);

3. Coordenação de Projetos (CPROJ);

b) Divisão de Organização (DIORG):

1. Coordenação de Estruturas Organizacionais (CEORG);

2. Coordenação de Acompanhamento (CACOM);

3. Coordenação de Gestão da Informação (CGINF);

c) Divisão de Legislação (DILEG):

1. Coordenação de Análise Normativa (CANOR);

III - Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF):

a) Divisão de Planejamento (DPLAN);
b) Divisão de Orçamento (DIORÇ);
c) Divisão de Finanças (DIFIN);
d) Divisão de Contabilidade (DICONT);
IV - Departamento de Administração Interna (DEADI):
a) unidades vinculadas diretamente ao Diretor:
1. Assessoria de Administração Interna (Assadi);
2. Núcleo de Correição da Administração Central do Ministério da Defesa (Nucorr);
3. Núcleo de Inovação e Gestão (Nuig);
4. Núcleo de Fiscalização Administrativa de Contratos (Nufac);
b) Gerência de Gestão de Pessoas (Gepes):
1. unidades vinculadas diretamente ao Gerente:
1.1. Núcleo de Publicações (Public);
1.2. Núcleo de Assistência Integrada de Recursos Humanos (NASRH);
1.3. Serviço de Saúde;
2. Coordenação de Administração de Pessoal Militar (COAPM);
3. Coordenação de Administração de Pessoal Civil (COAPC);
4. Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (Codep);
5. Coordenação de Pagamento de Pessoal (Copag);
c) Gerência de Orçamento e Finanças (Geofi):
1. unidades vinculadas diretamente ao Gerente:
1.1. Núcleo de Apoio Operacional (Coap);
1.2. Núcleo de acompanhamento do Fundo do Ministério da Defesa (Fundo MD);
1.3. Núcleo de Conformidade Documental (CD MD);
2. Coordenação de Licitações (Colic):
2.1. Núcleo de Pregão (Nupreg);
2.2. Núcleo de Pesquisa de Preços (NUPP);
3. Coordenação de Contratos e Atos Congêneres (Contrat):
3.1. Núcleo de Sanção Administrativa de Contratos (Nusadm);
4. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (Cofin);
V - Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG):
a) unidades vinculadas diretamente ao Diretor:
1. Assessoria (Ass DESEG);
2. Assessoria de Planejamento de Aquisições (Asplaq);
3. Coordenação de Apoio a Usuários do Sistema Eletrônico de Informações (CapSei);
4. Protocolo Geral e Arquivo (PGA);
5. Biblioteca do Ministério da Defesa (Biblioteca);
b) Gerência de Engenharia e Segurança (GeSeg):
1. Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA):
1.1. Seção de Engenharia (Seng);
1.2. Seção de Manutenção Predial (Semp);
1.3. Seção de Manutenção de Próprios Nacionais Residenciais (SeMntPNR);
2. Coordenação de Segurança (Coseg):
2.1. Seção de Segurança Patrimonial (SeSeg);
2.2. Seção de Prevenção e Combate a Incêndio (SePCin);
c) Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (Gesep):
1. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (Copal):
1.1. Seção de Gestão de Próprios Nacionais Residenciais (SEGPNR);
1.2. Seção de Gestão Patrimonial (Segep);
1.3. Seção de Gestão de Almoxarifado (Almox);
2. Coordenação de Serviços Gerais (Coser):
2.1. Seção de Gestão Alimentar (Segal);
2.2. Seção de Reprografia (Serep);
2.3. Seção de Gerenciamento de Frota (Segef);
2.4. Seção de Áudio e Vídeo (Saudv);
VI - Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC):
a) órgãos diretamente vinculados ao Diretor:
1. Assessoria (ASS - DETIC);
2. Núcleo de Segurança da Informação e Comunicação (NuSIC);
3. Núcleo de Gestão de Suporte à Base de Dados (NuGESBD);
b) Gerência de Governança de Tecnologia da Informação (GEGOVTI):
1. Coordenação de Planejamento Estratégico e Controle (COPEC);
2. Coordenação de Gestão Administrativa (COGEAD);
c) Gerência de Sistemas de Informação (GESIS):
1. Coordenação de Gestão da Qualidade (COGEQ);
2. Coordenação de Gestão de Requisitos e Informação (CORI);
3. Coordenação de Software e Web (COSWEB);
d) Gerência de Infraestrutura e Serviços (GEINF):
1. Coordenação de Suporte (COSUP);
2. Coordenação de Apoio a Usuários em Telefonia e Telecomunicações (COTEL); e
3. Coordenação de Apoio a Usuários em Informática (COINF).

Art. 3º A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional será dirigida por Secretário, os Departamentos, por Diretores e as Divisões, por Gerentes, cujos cargos serão providos na forma da legislação em vigor.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos e funções previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores indicados e previamente designados na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário na execução de suas atribuições, instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete, inclusive da Assessoria e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo;

III - estabelecer contato com representantes dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e com os órgãos subordinados e vinculados para a obtenção de solução célere e integrada às matérias de interesse comum que tramitam no âmbito da Secretaria;

IV - promover o preparo de expediente para despacho;

V - representar o Secretário, mediante designação específica, em atividades internas e externas;

VI - promover articulações e programar a agenda de compromissos diários e de contatos de interesse do Secretário;

VII - manter permanente articulação com as unidades integrantes da Secretaria;

VIII - acompanhar a execução do plano de treinamento de pessoal no âmbito do Gabinete da Secretaria;

IX - coordenar o processo de elaboração do planejamento institucional da Secretaria e subsidiar a elaboração do planejamento estratégico das instâncias superiores; e

X - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 6º À Assessoria do Gabinete da Seori compete:

I - assessorar o Chefe de Gabinete e o Secretário na coleta de subsídios, na instrução, na redação e na prévia análise dos fundamentos e do amparo legal concernentes aos processos que tramitam no âmbito do Gabinete;

II - articular-se com os órgãos da estrutura da Seori e do Ministério da Defesa, visando à coleta de informações e ao entendimento de matérias sob a responsabilidade da Secretaria;

III - prestar apoio técnico e administrativo ao Secretário com os recursos da Assessoria e do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo;

IV - analisar as matérias submetidas ao Secretário, acompanhando o trâmite dos procedimentos;

V - assistir o Secretário na elaboração de atos e procedimentos oficiais; e

VI - desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas.

Art. 7º Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do Gabinete da Seori compete:

I - receber, registrar e controlar a tramitação e a expedição de correspondências, conservar e reproduzir os documentos sob responsabilidade do Gabinete da Secretaria;

II - providenciar a elaboração de documentos diversos de interesse do Gabinete da Secretaria;

III - padronizar documentos oficiais elaborados pela Secretaria a serem encaminhados para assinatura do Ministro de Estado da Defesa, do Secretário-Geral e do Chefe de Gabinete do Ministro, segundo as normas comuns à administração pública federal;

IV - providenciar o arquivamento eletrônico e físico dos documentos e processos de interesse do Gabinete da Secretaria;

V - providenciar, junto à área competente do Ministério da Defesa, reserva de passagens, requisições de transporte e diárias para o Gabinete da Secretaria;

VI - promover a manutenção, a guarda e a conservação dos bens, equipamentos e instalações do Gabinete da Secretaria, inclusive salas de reunião e copa do Gabinete;

VII - providenciar, junto às áreas responsáveis do Ministério da Defesa, a reserva de salas e de veículos e o controle de equipamentos audiovisuais;

VIII - realizar o controle do efetivo de pessoal do Gabinete da Secretaria, incluindo o do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo e da copa, em articulação com a área competente do Ministério da Defesa;

IX - solicitar e controlar materiais e acompanhar a execução dos serviços gerais relativos ao Gabinete da Secretaria;

X - controlar o uso das linhas telefônicas do Gabinete da Secretaria, do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo e da copa; e

XI - realizar outras atividades atribuídas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 8º Ao Departamento de Organização e Legislação compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - promover e orientar as iniciativas de atualização das estruturas organizacionais e a racionalização e integração dos procedimentos administrativos do Ministério da Defesa;

III - analisar as propostas de atualização das estruturas organizacionais da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;

IV - assessorar a Seori no exercício das funções de órgão setorial do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg);

V - instruir os processos de indicação de representantes do Ministério da Defesa para órgãos colegiados e de representantes de outros Ministérios em órgãos colegiados integrantes da estrutura do Ministério da Defesa;

VI - coordenar as atividades inerentes à Lei nº 12.527, de 2011, e ao serviço de informações ao cidadão, em apoio à autoridade designada na forma do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, em ligação com os demais órgãos do Ministério, em suas áreas de atuação;

VII - garantir o atendimento e orientar o público quanto aos pedidos de acesso a informação;

VIII - analisar e propor, em conjunto com os setores afetados, atos normativos de interesse do Ministério da Defesa;

IX - respeitadas as competências da Consultoria Jurídica, avaliar as propostas de atos normativos a serem submetidas ao Ministro de Estado da Defesa quanto aos seus aspectos estrutural e formal e à instrução processual;

X - analisar e propor, com a participação das Forças Armadas e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a legislação de interesse de defesa;

XI - elaborar as propostas de atos normativos da área de competência do Departamento;

XII - atuar na formulação, no encaminhamento e no acompanhamento de projetos de parceria público-privada de interesse do Ministério da Defesa;

XIII - propor diretrizes relacionadas com a gestão do patrimônio imobiliário das Forças Armadas e promover e orientar as iniciativas de ações decorrentes comuns às Forças;

XIV - desenvolver projetos na área de racionalização de procedimentos e rotinas de trabalho, para redução de despesas e melhor aproveitamento dos recursos existentes, nos órgãos e unidades do Ministério da Defesa; e

XV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 9º À Assessoria do Deorg compete:

I - assistir o Diretor, no âmbito de sua atuação;

II - promover articulações e programar a agenda de contatos de interesse do Diretor;

III - auxiliar o Diretor no preparo de documentos e correspondências;

IV - realizar estudos e análises para subsidiar o Diretor do Departamento;

V - coordenar projetos que lhe tenham sido atribuídos pelo Diretor;

VI - elaborar e manter instrumentos gerenciais em proveito das atividades do Departamento;

VII - coordenar, no âmbito do Departamento, a elaboração de manuais de normas, procedimentos e rotinas e de relatórios de suas atividades;

VIII - planejar e executar atividades de apoio ao Departamento; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 10. À Coordenação de Patrimônio Imobiliário e Parcerias compete:

I - propor atos necessários à elaboração das propostas e das atualizações das diretrizes ministeriais para a gestão do patrimônio imobiliário administrado pelas Forças Armadas, promover e orientar as iniciativas de suas ações comuns e conduzir outros projetos sob responsabilidade do Departamento relacionados ao patrimônio imobiliário;

II - elaborar manifestação sobre a avaliação do mérito, coordenar a gestão e conduzir projetos de Parcerias Público-Privadas a cargo do Ministério da Defesa;

III - acompanhar as deliberações do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal (CGP) e do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI) e prestar auxílio aos órgãos da administração central do Ministério da Defesa na preparação e no acompanhamento de projetos de parceria público-privada; e

IV - prestar esclarecimentos sobre os procedimentos e requisitos exigidos na proposição dos projetos de parceria público-privada.

Art. 11. À Coordenação de Projetos compete:

I - desenvolver projetos na área de racionalização de procedimentos e rotinas de trabalho, com vistas à redução de despesas e melhor aproveitamento dos recursos existentes;

II - conduzir projetos classificados como prioritários pelo Diretor e aqueles que circunstancialmente sejam colocados sob responsabilidade do Departamento, e

III - elaborar estudos, promover levantamentos e estatísticas, para compor relatórios de gestão, conforme solicitado pelo Diretor.

Art. 12. À Divisão de Organização compete:

I - conduzir os assuntos referentes a revisão e elaboração de propostas de estruturas regimentais do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

II - manter banco de dados com as informações relativas às representações em órgãos colegiados em que o Ministério da Defesa tenha participação;

III - realizar os registros no Sistema de Informações Organizacionais (Siorg); e

IV - as atividades inerentes à Lei nº 12.527, de 2011, e ao Serviço de Informações ao Cidadão.

Art. 13. À Coordenação de Estruturas Organizacionais compete elaborar e analisar propostas de alteração das estruturas organizacionais da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, segundo critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

Art. 14. À Coordenação de Acompanhamento compete:

I - acompanhar as orientações do órgão gestor do Siorg e realizar os registros no sistema;

II - verificar o cumprimento dos requisitos formais das indicações de representantes feitas pelos dirigentes da administração central do Ministério da Defesa para órgãos colegiados integrantes ou não da sua estrutura regimental; e

III - implementar e coordenar a manutenção de banco de dados sobre órgãos colegiados em que o Ministério da Defesa tem participação, realizando a administração permanente do registro de dados cadastrais.

Art. 15. À Coordenação de Gestão da Informação compete:

I - realizar estudos e subsidiar o Diretor na condução das atividades relacionadas à gestão da informação, ao Serviço de Informações ao Cidadão e a outras atividades decorrentes das determinações da Lei nº 12.527, de 2011;

II - atender e orientar o público quanto ao acesso a informação;

III - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades;

IV - receber e registrar pedidos de acesso a informação;

V - analisar, cadastrar e atender as solicitações feitas presencialmente, por correspondência física ou por meio eletrônico;

VI - responder aos pedidos de acesso cujas informações se encontrem disponíveis em fontes de consultas institucionais, prestando atendimento imediato sempre que possível;

VII - operacionalizar o sistema e-SIC;

VIII - solicitar às unidades administrativas as informações necessárias ao atendimento;

IX - gerenciar o sistema informatizado interno, examinando os registros de consultas e respostas e o cumprimento dos prazos; e

X - manter controles estatísticos sobre os atendimentos realizados.

Art. 16. À Divisão de Legislação compete:

I - analisar e propor, em conjunto com as áreas envolvidas, atos normativos de interesse do Ministério da Defesa;

II - analisar e propor, com a participação das Forças Armadas e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a legislação de interesse da Defesa;

III - elaborar as propostas de atos normativos da área de competência do Departamento;

IV - cadastrar as normas no Banco de Legislação do Ministério da Defesa (Bdlegis) e disponibilizar, em sítio eletrônico, a legislação de defesa e militar aos interessados; e

V - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Parágrafo único. Respeitadas as competências da Consultoria Jurídica, o exercício das atividades da Divisão compreende a análise quanto a:

I - forma e adequação da proposta à técnica de redação oficial de atos normativos; e

II - estrutura, no que concerne a:

a) coerência do ato normativo proposto;

b) compatibilidade entre o ato normativo proposto, as competências do órgão proponente e a legislação vigente;

c) tramitação da proposta de ato normativo pelas áreas envolvidas com a matéria; e

d) necessidade de informações adicionais para instrução apropriada do processo.

Art. 17. À Coordenação de Análise Normativa compete:

I - examinar a forma, a estrutura e a compatibilidade das propostas de atos normativos submetidas ao Ministro de Estado da Defesa; e

II - revisar a legislação em vigor e propor, em conjunto com as áreas envolvidas, a consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou assuntos a elas vinculados.

Art. 18. O Serviço de Informações ao Cidadão da administração central do Ministério da Defesa está diretamente subordinado ao Diretor do Departamento de Organização e Legislação, competindo-lhe as responsabilidades definidas no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 19. Caso julgue necessário ao eficiente funcionamento do órgão, o Diretor do Departamento de Organização e Legislação poderá redistribuir competências entre as unidades que o integram, bem como designar seus integrantes para a realização de análise de temas específicos.

Art. 20. Ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças compete:

I - exercer, por delegação, as atividades de órgão setorial dos sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade e custos no âmbito do Ministério da Defesa;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - coordenar o processo de elaboração do Plano Plurianual, bem como de sua revisão, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa;

IV - coordenar o processo de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério da Defesa;

V - coordenar o processo de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, no âmbito do Ministério da Defesa;

VI - coordenar a elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual;

VII - coordenar a gestão orçamentária e financeira dos recursos destinados ao Ministério da Defesa;

VIII - coordenar, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades relacionadas ao Sistema de Contabilidade Federal e ao Sistema de Custos;

IX - adotar as providências necessárias à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano que tiver origem em sua respectiva área de atuação; e

X - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 21. À Divisão de Planejamento compete:

I - orientar as unidades do Ministério da Defesa, no que se refere às diretrizes do Órgão Central de Planejamento, e propor normas e procedimentos complementares correlatos à elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual;

II - analisar e consolidar as propostas das unidades do Ministério da Defesa para a elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual;

III - monitorar os cronogramas físicos e financeiros dos projetos considerados estratégicos no âmbito Ministério da Defesa;

IV - coordenar as atividades relacionadas ao acompanhamento físico e financeiro das ações orçamentárias de responsabilidade do Ministério da Defesa;

V - analisar e consolidar as informações apresentadas pelas unidades do Ministério da Defesa para compor a Prestação de Contas do Presidente da República e a Mensagem Presidencial;

VI - atualizar os sistemas de informações do Governo Federal referentes à sua área de atuação, inclusive mediante atualização do cadastro e habilitação de usuários;

VII - elaborar relatórios gerenciais com informações afetas à sua área de atuação;

VIII - elaborar o planejamento institucional da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional;

IX - consolidar as informações da Seori para subsidiar a confecção do planejamento estratégico das instâncias superiores; e

X - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 22. À Divisão de Orçamento compete:

I - analisar e consolidar as propostas para a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base nos subsídios apresentados pelas unidades do Ministério da Defesa;

II - analisar e consolidar as propostas para elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual das unidades do Ministério da Defesa;

III - orientar as unidades do Ministério da Defesa, no que se refere às diretrizes do Órgão Central de Orçamento e propor normas e procedimentos complementares para a elaboração e execução do orçamento do Ministério da Defesa;

IV - analisar e consolidar as propostas de alterações orçamentárias das unidades do Ministério da Defesa;

V - atualizar os sistemas de informações referentes à sua área de atuação; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 23. À Divisão de Finanças compete:

I - elaborar a proposta de programação financeira do Ministério da Defesa;

II - propor normas e procedimentos complementares para as atividades de programação, acompanhamento e avaliação financeira, no âmbito do Ministério da Defesa;

III - orientar, acompanhar e avaliar a programação e a execução financeira das unidades do Ministério da Defesa;

IV - efetuar descentralizações internas e externas de créditos orçamentários;

V - transferir cotas de limites para movimentação e empenho;

VI - participar das atividades de execução e controle das operações de crédito e do pagamento das dívidas interna e externa;

VII - coordenar e supervisionar a gestão financeira dos recursos da administração central, das Forças Armadas e demais órgãos e unidades do Ministério da Defesa;

VIII - atualizar os sistemas de informações referentes à sua área de atuação; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 24. À Divisão de Contabilidade compete:

I - realizar o acompanhamento contábil das unidades gestoras e das unidades da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi);

II - assistir, orientar e apoiar tecnicamente os ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas no Siafi;

III - realizar a conformidade contábil de unidade gestora, de órgão e de órgão superior, relativos aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, registrados nas demonstrações contábeis das unidades da administração central, Forças Armadas e demais unidades do Ministério da Defesa;

IV - analisar balanços, balancetes e demais demonstrativos contábeis, no âmbito do Ministério da Defesa, registrados no Siafi, em nível de unidades gestoras, órgão e de órgão superior e solicitar a regularização de eventuais inconsistências;

V - efetuar registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao controle interno setorial;

VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em danos ao erário, restringindo-se à verificação do débito, bem como efetuar o registro contábil dos responsáveis por débitos apurados e realizar a baixa contábil em virtude de recebimento ou cancelamento dos valores devidos;

VII - efetuar, quando necessário, o registro de atos e fatos realizados pelas unidades da administração central e pelas demais unidades vinculadas ao Ministério da Defesa;

VIII - delegar as competências de órgão setorial contábil a outras unidades, quando solicitado, com observância às normas instituídas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

IX - orientar, acompanhar e prestar apoio técnico à unidade seccional de contabilidade que receber delegação de competência do órgão setorial contábil do Ministério da Defesa para esse fim;

X - exercer as atividades de órgão setorial de custos da administração central do Ministério da Defesa;

XI - realizar e atualizar o cadastro e a habilitação de usuários e cadastradores dos Sistemas Rede Serpro, Tesouro Gerencial, Sisbacen, Siafi e seus subsistemas, mantendo sistemático controle das informações cadastrais;

XII - apoiar o órgão central dos Sistemas de Contabilidade e de Custos do Governo Federal;

XIII - atualizar os sistemas de informações referentes à sua área de atuação; e

XIV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 25. Ao Departamento de Administração Interna compete:

I - planejar, organizar, coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa nas seguintes áreas de atuação:

a) administração orçamentária, financeira e contábil, sem prejuízo às atribuições do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças;

b) licitações, contratos e sanções administrativas;

c) recursos humanos, compreendendo pessoal civil e militar, postos terceirizados e estagiários;

d) capacitação de pessoal; e

e) sistema de diárias e passagens;

II - desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, as funções de órgão seccional de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, na forma do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e do art. 27 desta Portaria Normativa, observadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, bem como o disposto na Portaria Normativa nº 3.604/MD, de 22 de novembro de 2011;

III - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, excluídas as atividades específicas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte;

IV - propor diretrizes gerais e normas de procedimentos, em articulação com o órgão central de pessoal da Administração Pública Federal, para as atividades relacionadas com a administração e o controle do pessoal civil, ativo e inativo, e respectivos pensionistas da administração central do Ministério da Defesa;

V - coordenar ações relacionadas com o planejamento, a organização, a gestão, a avaliação e o controle das atividades afetas à sua área de atuação, respeitadas as competências específicas dos demais órgãos e unidades;

VI - adotar as providências necessárias à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano que tiver origem em sua respectiva área de atuação;

VII - emitir boletim de pessoal e serviço, boletim de matérias de conteúdo sigiloso e de acesso restrito e plano do dia da administração central do Ministério da Defesa, conforme normas aplicáveis;

VIII - consolidar, em articulação com os demais órgãos, as demandas de capacitação e desenvolvimento dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa e aprovar o Plano Anual de Capacitação;

IX - submeter ao Secretário de Orçamento e Organização Institucional planejamento anual de execução orçamentária a cargo do Departamento;

X - praticar os atos decorrentes da concessão de direitos e vantagens legais referentes aos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa, exceto aposentadorias e pensões, respeitadas as competências atribuídas aos demais órgãos;

XI - enviar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte da administração central do Ministério da Defesa, referente ao exercício anterior;

XII - atuar como representante do Ministério da Defesa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, podendo indicar preposto para a prática de atos cadastrais no CNPJ, exceto para os atos de inscrição de estabelecimento matriz e de indicação, substituição ou exclusão de preposto;

XIII - instituir, com base nas indicações apresentadas pelas áreas requisitantes, equipe de planejamento de contratação nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, observadas as exceções e particularidades previstas em legislação específica; e

XIV - lavrar e instruir termo circunstanciado administrativo (TCA) quanto a bens que constituam reponsabilidade contratual, bem como decidir sobre todos os TCA lavrados pela administração central do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Diretor do Departamento de Administração Interna a Assessoria de Administração Interna, o Núcleo de Correição da Administração Central do Ministério da Defesa, o Núcleo de Inovação e Gestão e o Núcleo de Fiscalização Administrativa de Contratos, os quais funcionam com força de trabalho constituída de pessoal do próprio Departamento.

Art. 26. À Assessoria de Administração Interna compete:

I - assistir o Diretor, no âmbito de sua atuação;

II - promover articulações e programar a agenda institucional do Departamento;

III - assistir o Diretor no preparo de atos e procedimentos, mediante análise dos documentos submetidos à Diretoria do Departamento, realizando os ajustes necessários em ligação com os demais órgãos;

IV - realizar estudos e análises para subsidiar o Diretor;

V - conduzir, em ligação com os demais órgãos, os assuntos colocados sob sua responsabilidade pelo Diretor;

VI - conduzir, em ligação com os demais órgãos, a elaboração e atualização de normas afetas ao Departamento; e

VII - conduzir projetos classificados como prioritários pelo Diretor.

Art. 27. Ao Núcleo de Correição da Administração Central do Ministério da Defesa compete, no âmbito de sua atuação, com exceção do Censipam, auxiliar o Diretor de Administração Interna no desempenho das competências de unidade seccional de correição, em especial:

I - autuar processos, subsidiar o Diretor no exame de admissibilidade e propor, de forma fundamentada em manifestação técnica, a instauração, prorrogação, recondução e arquivamento de procedimentos prévios de investigação, sindicâncias e processos administrativos disciplinares;

II - requerer à Gerência de Gestão de Pessoas a indicação de servidores e militares para atuar como integrantes de sindicância e processos administrativos disciplinares, apresentando proposta de designação ao Diretor;

III - auxiliar o Diretor na supervisão, orientação, execução, controle e avaliação das atividades de correição e da condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

IV - articular-se com os órgãos do Sistema de Correição do Poder Executivo federal, com vistas ao aprimoramento da atuação do Núcleo, mediante o intercâmbio e disseminação de boas práticas, experiências e informações;

V - propor ao Diretor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores e militares contra o patrimônio público ou com inobservância de dever funcional;

VI - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos correcionais e expedientes em curso junto ao Sistema CGU-PAD;

VII - subsidiar o Diretor na interlocução com o órgão central do Sistema de Correição (Siscor), por intermédio da unidade setorial, visando propor medidas voltadas à definição, padronização, sistematização, racionalização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição;

VIII - manter registro atualizado das atividades correcionais em andamento e finalizadas;

IX - apresentar manifestação técnica em procedimentos prévios de investigação, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, após a entrega de relatório final pelas Comissões, visando subsidiar a tomada de decisão;

X - auxiliar o Diretor na adoção de medidas destinadas à instrução de termo circunstanciado administrativo (TCA) quanto aos bens que constituam reponsabilidade contratual do Ministério da Defesa, em ligação com os órgãos competentes;

XI - solicitar informações e efetivar diligências, quando necessário;

XII - propor medidas de correção, apuração, prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos; e

XIII - elaborar relatório de atividades, levantamentos e estatísticas para compor o Relatório de Gestão Anual, ou quando necessário.

Art. 28. Ao Núcleo de Inovação e Gestão compete, no âmbito do Departamento de Administração Interna:

I - interagir com os diversos setores que integram a estrutura do Departamento, bem como com outros órgãos da administração central do Ministério da Defesa e do governo, visando à formulação de propostas de inovação e de aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e logísticos para ganhos de eficiência, eficácia e melhoria na gestão;

II - propor medidas de racionalização de despesas e melhor aproveitamento dos recursos materiais, humanos e orçamentários disponíveis;

III - realizar práticas interativas de planejamento, gestão de riscos administrativos e mapeamento de processos;

IV - desenvolver, em ligação com os demais órgãos, projetos na área de otimização de procedimentos e rotinas de trabalho; e

V - elaborar e manter instrumentos administrativos, gerenciais e de controle em proveito das atividades do Departamento.

Art. 29. Ao Núcleo de Fiscalização Administrativa de Contratos compete, no âmbito do Departamento de Administração Interna e em ligação com a Gerência de Orçamento e Finanças:

I - realizar a fiscalização administrativa de contratos originários ou demandados pelo Departamento de Administração Interna, pelo Departamento de Engenharia e Serviços Gerais e pelo Departamento de Tecnologia da Informação, nas hipóteses que envolver prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou quando a natureza do objeto contrato assim exigir; e

II - recomendar a abertura de processo para apuração de irregularidade cometida por empresa contratada no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, conforme disciplinado em legislação específica.

Art. 30. À Gerência de Gestão de Pessoas, no âmbito de sua atuação, compete:

I - assistir o Diretor de Administração Interna;

II - administrar a área de gestão de pessoas da administração central do Ministério da Defesa, encarregando-se das atividades relacionadas com integração, desenvolvimento, aperfeiçoamento, capacitação, valorização, avaliação, pagamento e assistência aos servidores e militares;

III - supervisionar, dirigir e controlar a operação do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), bem como os afetos à gestão do pagamento e da administração do pessoal das Forças Armadas em exercício na administração central do Ministério da Defesa;

IV - coordenar, orientar, supervisionar e controlar as atividades relativas a cadastro e pagamento decorrentes de normas e procedimentos administrativos ou judiciais de servidores ativos, aposentados e pensionistas, referentes aos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa;

V - gerenciar, orientar e supervisionar as ações de qualificação, integração, valorização, avaliação, de prevenção e promoção à saúde e de qualidade de vida aos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa;

VI - apresentar propostas de ações de capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa;

VII - subsidiar, no âmbito de sua área de atuação, a elaboração dos planos anual e plurianual e da proposta orçamentária;

VIII - propor ao Diretor de Administração Interna a fixação da lotação de pessoal para as unidades integrantes da administração central do Ministério da Defesa;

IX - dar posse aos nomeados para cargos em comissão até o nível DAS-4 e dar exercício aos designados para função comissionada até o nível FCPE-4 e aos militares até o último posto do círculo de oficiais superiores;

X - gerenciar o programa de estágio de estudantes, subscrevendo o termo de compromisso e demais atos decorrentes, observadas as normas legais em vigor;

XI - planejar, coordenar, supervisionar e prover atendimento aos servidores e militares, nas áreas profissionais de medicina, psicologia, odontologia e assistência social;

XII - contribuir, nos assuntos sob sua competência, para o planejamento e a execução de projetos de interesse da administração central do Ministério da Defesa, observando as especificidades de cada área de atuação profissional, de modo a propiciar aos usuários a manutenção de boas condições biopsicossociais;

XIII - realizar o acompanhamento sistemático da legislação e dos atos normativos referentes à área de pessoal e apresentar propostas de mudanças, quando pertinentes; e

XIV - adotar medidas de sustentabilidade aplicadas à capacitação e à promoção da saúde dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Gerente de Gestão de Pessoas:

I - o Núcleo de Publicações, cabendo-lhe:

a) elaborar, editar e, após aprovação do Diretor, divulgar o Boletim de Pessoal e Serviço e o Plano do Dia da administração central do Ministério da Defesa, conforme normas específicas; e

b) elaborar e editar, conforme normas aplicáveis e sem prejuízo das competências específicas a cargo do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), boletim de matérias de conteúdo sigiloso e de acesso restrito da administração central do Ministério da Defesa;

II - o Núcleo de Assistência Integrada de Recursos Humanos, cabendo-lhe:

a) administrar a execução das atividades relacionadas com o Programa de Assistência à Saúde (Pró-Saúde), de acordo com as diretrizes estabelecidas em normas regulamentares;

b) gerir o serviço de prestação de assistência à saúde dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa;

c) administrar a execução das atividades relacionadas ao Serviço de Saúde;

d) propor ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa;

e) participar da elaboração da proposta orçamentária referente às ações de assistência à saúde dos servidores e aos exames periódicos, bem como acompanhar sua execução;

f) controlar e conferir as despesas hospitalares realizadas pelos servidores da administração central do Ministério da Defesa e da Escola Superior de Guerra; e

g) controlar e convocar os servidores da administração central do Ministério da Defesa para realização dos exames médicos periódicos anuais, conforme normativos regulamentares; e

III - o Serviço de Saúde, sob supervisão técnica do Hospital das Forças Armadas, ao qual compete:

a) assegurar o atendimento médico-odontológico aos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa;

b) prestar assistência à saúde aos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa, diretamente ou mediante encaminhamento ao Hospital das Forças Armadas e demais unidades de saúde das Forças Armadas, conforme o caso;

c) controlar e manter a guarda dos prontuários médicos e documentos afins; e

d) promover reuniões para discussão e avaliação dos casos atendidos pela equipe multidisciplinar.

Art. 31. À Coordenação de Administração de Pessoal Militar, no âmbito de sua atuação, compete:

I - assistir o Gerente de Gestão de Pessoas;

II - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de designação, requisição, nomeação, posse, distribuição, dispensa, exoneração, desligamento, vantagens e benefícios relativos a militares na administração central do Ministério da Defesa;

III - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à requisição, contratação de prestadores de tarefa por tempo certo e reconvocação de militares para o serviço ativo;

IV - elaborar o plano de férias dos militares da ativa e dos prestadores de tarefa por tempo certo, supervisionar e controlar a sua execução e outros afastamentos temporários;

V - elaborar a documentação referente à administração do pessoal militar;

VI - confeccionar documentos de requisição de militares aos Comandos Militares;

VII - instruir os processos relativos às solicitações de ocupação de próprios nacionais residenciais apresentadas pelos militares colocados à disposição da administração central do Ministério da Defesa, encaminhando ao setor responsável;

VIII - encaminhar os militares, periodicamente, para inspeção de saúde regulamentar;

IX - manter atualizado o banco de dados e acompanhar a frequência dos militares colocados à disposição da administração central do Ministério da Defesa;

X - elaborar, coordenar, controlar e executar o Plano de Movimentação de militares na administração central do Ministério da Defesa;

XI - acompanhar e registrar atos relacionados com a carreira, justiça e disciplina dos militares;

XII - instruir processos de transferência para a reserva remunerada dos militares à disposição da administração central do Ministério da Defesa;

XIII - analisar os pedidos de direitos, vantagens e licenças dos militares e elaborar os respectivos atos concessórios, observados os regulamentos de cada Força Singular; e

XIV - emitir identificação funcional da administração central do Ministério da Defesa para os militares.

Parágrafo único. Os processos de requisição, de contratação de prestadores de tarefa por tempo certo e de reconvocação para o serviço ativo previstos neste artigo serão instruídos pela Coordenação de Administração de Pessoal Militar e encaminhados, pelos trâmites regulares, ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa para avaliação e expedição ao Comando respectivo.

Art. 32. À Coordenação de Administração de Pessoal Civil, no âmbito de sua atuação, compete:

I - assistir o Gerente de Gestão de Pessoas;

II - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de requisição, nomeação, designação, posse, distribuição, dispensa, exoneração, demissão, desligamento, frequência, vantagens e benefícios relativos a servidores na administração central do Ministério da Defesa;

III - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas ao cadastro de servidores, lotados ou em exercício na administração central do Ministério da Defesa;

IV - organizar e manter atualizados o arquivo e os assentamentos funcionais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

V - prestar informações necessárias ao enquadramento e à classificação de cargos de servidores;

VI - executar as atividades operacionais de atualização do Siape, quanto aos registros de dados funcionais e pessoais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

VII - efetuar averbações e contagem de tempo de serviço dos servidores;

VIII - analisar pedidos de direitos, vantagens, licenças, benefícios, aposentadorias, pensões, propondo à autoridade competente os respectivos atos concessórios;

IX - realizar o acompanhamento sistemático da legislação e dos atos normativos referentes à área de pessoal civil, orientando as demais unidades da administração central do Ministério da Defesa;

X - analisar assuntos relativos à área de pessoal civil e opinar sobre sua adequada aplicação, com base na legislação em vigor, prestando esclarecimentos sobre deveres, direitos, responsabilidades e concessão de vantagens e benefícios a servidores ativos, aposentados e pensionistas;

XI - emitir declarações funcionais, certidões de tempo de serviço e identificações funcionais;

XII - emitir relatórios de frequência dos servidores e militares em exercício na administração central do Ministério da Defesa;

XIII - planejar e executar as atividades de promoção dos servidores; e

XIV - elaborar, supervisionar e controlar a execução do plano de férias dos servidores em exercício na administração central do Ministério da Defesa.

Art. 33. À Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Gestão de Pessoas;

II - planejar, coordenar, elaborar, executar e avaliar os procedimentos e as ações de ambientação, capacitação, desenvolvimento, aperfeiçoamento, valorização e avaliação dos servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa;

III - efetuar o levantamento das necessidades de desenvolvimento e capacitação de pessoas nas unidades administrativas, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

IV - planejar, elaborar, executar e avaliar o Plano Anual de Capacitação da administração central do Ministério da Defesa;

V - viabilizar a participação dos servidores e militares nos eventos de capacitação, adotando as providências necessárias, em articulação com as entidades promotoras;

VI - prestar orientação sobre participação de servidores e militares em cursos, simpósios, seminários, congressos e outras atividades de treinamento;

VII - planejar, coordenar e supervisionar a seleção de instrutores de treinamento e de ações de capacitação;

VIII - estabelecer e manter intercâmbio de informações com instituições de ensino e entidades especializadas em treinamento e desenvolvimento de pessoas, visando parcerias para a implementação de ações e programas de capacitação dos servidores e militares;

IX - planejar, executar e supervisionar as atividades relativas ao Sistema de Avaliação de Desempenho dos servidores;

X - propor e aplicar instrumentos de avaliação de desempenho, nos termos das normas regulamentares;

XI - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com o processo de gerenciamento de desempenho dos servidores;

XII - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com o programa de estágio de estudantes, observadas as normas legais em vigor;

XIII - participar da elaboração da proposta orçamentária e dos demonstrativos de dispêndios globais com o pagamento de estagiários e das ações de capacitação dos servidores da administração central do Ministério da Defesa, bem como acompanhar sua execução; e

XIV - interagir com outras instituições do poder público visando à troca de experiências acerca da gestão do Plano Anual de Capacitação.

Art. 34. À Coordenação de Pagamento de Pessoal compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Gestão de Pessoas;

II - orientar, controlar e executar as atividades relativas a pagamento de pessoal civil, militares e estagiários;

III - acompanhar e atualizar os dados financeiros e cadastrais no Siape, quanto às rotinas de pagamento de pessoal;

IV - efetuar lançamentos, encaminhar documentos e acompanhar os lançamentos na folha de pagamento dos militares à disposição da administração central do Ministério da Defesa, observadas as normas regulamentares de cada Força Singular;

V - elaborar cálculos decorrentes de concessão de vantagens e direitos remuneratórios relativos à folha de pagamento, inclusive aqueles reconhecidos judicialmente;

VI - executar e monitorar as demais rotinas cadastrais e financeiras dos Sistemas de Pagamento Siape e SIPPES/SIAPPES;

VII - opinar sobre assuntos relativos à área de pagamento de pessoal civil e militar, à luz da legislação vigente e prestar os esclarecimentos pertinentes;

VIII - organizar, controlar e atualizar documentos referentes à pasta de habilitação à pensão militar;

IX - sugerir e implementar medidas administrativas para correção de discrepâncias eventualmente identificadas na folha de pagamento;

X - disponibilizar à Gerência de Orçamento e Finanças os relatórios necessários à execução da folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados, pensionistas, estagiários e gratificação de militares gerados pelo Siape;

XI - participar da elaboração da proposta orçamentária e dos demonstrativos de dispêndios globais com pagamento de pessoal civil e militar e acompanhar sua execução, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

XII - instruir e acompanhar processo de reembolso do pagamento dos servidores cedidos e requisitados, na forma da legislação vigente; e

XIII - adotar procedimentos para implantação e exclusão de desconto referente à taxa de uso de próprio nacional residencial (PNR) em folha de pagamento do permissionário, assim como, em articulação com a Seção de Gestão de PNR, aplicar medidas para restituição de valores eventualmente pagos a maior.

Art. 35. À Gerência de Orçamento e Finanças compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Diretor de Administração Interna;

II - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar, no que couber, as atividades relacionadas com:

a) licitações e contratos destinados à aquisição de bens e contratação de serviços;

b) recursos inerentes a convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos;

III - exercer a gestão do Fundo do Ministério da Defesa; e

IV - analisar, dar conformidade diária e arquivar os documentos da Conformidade de Registro de Gestão emitidos pelas unidades gestoras sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Gerente de Orçamento e Finanças:

I - o Núcleo de Apoio Operacional, ao qual compete:

a) assistir o Gerente de Orçamento e Finanças;

b) atender às requisições de concessão de diárias e passagens aéreas;

c) coordenar, acompanhar e orientar a concessão de diárias e passagens aéreas e as respectivas prestações de contas, de acordo com a legislação em vigor;

d) fazer remarcações de passagens aéreas por necessidade de serviço;

e) preparar relatórios mensais de acompanhamento das despesas com diárias e passagens aéreas;

f) solicitar reembolso das passagens aéreas não utilizadas pelos usuários;

g) manter a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira informada dos cancelamentos de viagens, para possibilitar a devolução de diárias;

h) analisar e instruir os processos de ressarcimento de despesas extraordinárias referentes a deslocamentos a serviço;

i) coletar subsídios para a elaboração da pré-proposta orçamentária da administração central do Ministério da Defesa;

j) fornecer subsídios para a elaboração da proposta orçamentária da administração central do Ministério da Defesa;

k) elaborar, acompanhar e avaliar o plano de execução orçamentária do Departamento de Administração Interna;

l) acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira do Departamento de Administração Interna;

m) emitir relatórios periódicos, contendo dados referentes à execução orçamentária e financeira do Departamento de Administração Interna;

n) realizar o acompanhamento sistemático da legislação e das normas afetas à sua área de atuação;

o) realizar o acompanhamento da execução de contratos de aquisição de passagens aéreas; e

p) exercer a gestão setorial do sistema corporativo de concessão de diárias e passagens aéreas no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

II - o Núcleo de acompanhamento do Fundo do Ministério da Defesa, ao qual compete:

a) assistir o Gerente de Orçamento e Finanças;

b) controlar os recursos do Fundo do Ministério da Defesa e correspondentes aplicações financeiras;

c) atestar a disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas de sua competência;

d) analisar e instruir processos relativos ao ressarcimento de valores na forma da legislação; e

III - o Núcleo de Conformidade Documental, ao qual compete:

a) assistir o Gerente de Orçamento e Finanças; e

b) analisar, dar conformidade diária e arquivar os documentos da Conformidade de Registro de Gestão emitidos pelas unidades gestoras sob sua responsabilidade.

Art. 36. À Coordenação de Licitações compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Orçamento e Finanças;

II - planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar os procedimentos licitatórios para aquisição de bens e contratação de serviços e obras no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Departamento do Programa Calha Norte e Censipam;

III - elaborar minutas de editais e documentos correlatos, bem como emitir parecer técnico em processos relativos à aquisição de bens, contratação de serviços e obras, bem como dispensa ou inexigibilidade de licitação;

IV - administrar o sistema de registro de preços;

V - prestar apoio técnico-administrativo às comissões de licitação no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Departamento do Programa Calha Norte e Censipam;

VI - requerer, receber e conferir a documentação encaminhada pelos licitantes, certificando-se de que atendem a todos os requisitos editalícios, assim como proceder à consulta no SICAF, observando as ocorrências registradas;

VII - conduzir a negociação com os licitantes, na busca de condições mais vantajosas para a Administração, observados os limites impostos pela legislação vigente;

VIII - efetuar os registros de cadastramento de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), mantendo arquivo da documentação comprobatória para fins de auditoria;

IX - efetuar os registros necessários junto aos sistemas de governo correspondentes, quando for o caso, mantendo arquivo da documentação comprobatória para fins de auditoria;

X - receber, analisar e julgar os pedidos de esclarecimento e impugnação do edital de procedimento licitatório;

XI - sugerir a desclassificação de empresas, decorrentes da inobservância de prazos, falhas em propostas ou desatendimento às regras fixadas para o certame;

XII - proceder ao julgamento da habilitação e da proposta dos licitantes;

XIII - propor a revogação, anulação, repetição e homologação de processo licitatório;

XIV - realizar o acompanhamento sistemático da legislação e das normas que regulam o processo licitatório, zelando pelo seu fiel cumprimento;

XV - proceder à divulgação necessária, legal e obrigatória dos extratos e demais documentos referentes à sua área de atuação, acompanhando as publicações no Diário Oficial da União e em outros meios de comunicação;

XVI - dirigir, coordenar e supervisionar as atividades desempenhadas pelos Núcleos de Pregão e de Pesquisa de Preços; e

XVII - manter registro de informações e dados sobre a qualidade dos bens adquiridos e a eficiência e desempenho das empresas supridoras, com o objetivo de organizar cadastro de materiais e fornecedores e definir critérios para julgamento de licitações.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Coordenador de Licitações:

I - o Núcleo de Pregão, ao qual compete:

a) assistir o Coordenador de Licitações;

b) coordenar e supervisionar as atividades desempenhadas pelos pregoeiros, relacionadas à aquisição de bens e contratação de serviços na modalidade de pregão;

c) realizar a indicação de pregoeiros, equipe de apoio e membros da comissão permanente de licitação, procedendo-se à alternância dos servidores e militares designados para a função, sempre que possível;

d) instruir, executar e conduzir os processos de licitação na modalidade de pregão;

e) expedir e dar publicidade aos editais de licitação na modalidade de pregão;

f) proceder ao agendamento de pregões eletrônicos e presenciais;

g) controlar prazos das etapas dos procedimentos licitatórios na modalidade de pregão;

h) receber e analisar as propostas e documentação de habilitação dos participantes dos pregões;

i) habilitar e adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor;

j) elaborar e propor estudos para padronização de atos convocatórios, atas, avisos e demais procedimentos concernentes ao processo licitatório na modalidade de pregão;

k) prestar informações e esclarecimentos ao público interno e externo, na forma da legislação específica, sobre o andamento dos processos de licitação na modalidade de pregão;

l) emitir parecer e prestar informações e esclarecimentos sobre os assuntos de sua competência; e

m) executar outras atividades que lhe forem atribuídas, limitadas à sua área de atuação; e

II - o Núcleo de Pesquisa de Preços, ao qual compete:

a) assistir o Coordenador de Licitações;

b) elaborar e propor normas relativas à execução das atividades de pesquisa de mercado;

c) dirigir, coordenar e realizar pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor e a órgãos e entidades da Administração Pública, em âmbito distrital ou nacional, bem como realizar as estimativas de custo das aquisições de bens e contratações de serviços e obras;

d) subsidiar os pregoeiros e a comissão permanente de licitação quanto aos preços propostos nas respectivas licitações;

e) comunicar à Coordenação de Licitações os atrasos, irregularidades e dificuldades encontradas durante a realização das pesquisas de preços; e

f) executar outras atividades que lhe forem atribuídas, limitadas à sua área de atuação.

Art. 37. À Coordenação de Contratos e Atos Congêneres compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Orçamento e Finanças;

II - analisar e instruir processos relativos a contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres;

III - analisar e instruir processos relativos às solicitações de repactuação de contratos e reajustes de preços;

IV - acompanhar os prazos de vigência dos contratos e respectivos aditivos, mediante comunicação tempestiva com as áreas afetas;

V - elaborar minutas de contratos, acordos, termos e outros instrumentos congêneres a serem firmados pelo Diretor de Administração Interna;

VI - coordenar, supervisionar e formalizar os contratos, convênios, acordos, termos, ajustes e outros instrumentos congêneres a serem firmados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Departamento do Programa Calha Norte e Censipam, providenciando sua publicação;

VII - prestar apoio técnico-administrativo, quando demandado, aos gestores e fiscais de contratos no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Departamento do Programa Calha Norte e do centro Gestor e Operacional do Sistema de proteção da Amazônia (Censipam);

VIII - manifestar-se, quando demandado, sobre o cumprimento de obrigações contratuais, em especial quanto à observância de prazos e à prestação de garantias, bem como sobre as constatações de irregularidades e descumprimento de cláusulas contratuais identificadas pelos gestores e fiscais, bem como sobre as manifestações e recursos apresentados pelas empresas contratadas;

IX - processar as demandas de alterações contratuais propostas pelos setores requisitantes e empresas contratadas, na forma da legislação em vigor;

X - emitir manifestação acerca da solicitação de prorrogação de prazos de entrega, ouvido o setor requisitante;

XI - efetuar os registros necessários junto aos sistemas de governo correspondentes, quando for o caso, mantendo arquivo da documentação comprobatória para fins de auditoria;

XII - realizar o acompanhamento sistemático da legislação afeta a contratos e demais atos congêneres, zelando pelo seu fiel cumprimento;

XIII - elaborar e encaminhar para publicação na Imprensa Nacional os extratos de contrato, convênio, dispensa e inexigibilidade de licitação, instrumentos congêneres e demais documentos exigidos pela legislação, referentes à sua área de atuação; e

XIV - atuar em articulação com o Núcleo de Pesquisa de Preços, auxiliando a Coordenação de Licitações, sempre que possível, na instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obras.

Parágrafo único. Vincula-se diretamente ao Coordenador de Contratos e Atos Congêneres o Núcleo de Sanção Administrativa de Contratos, ao qual compete:

I - assistir o Coordenador de Contratos e Atos Congêneres;

II - analisar, instruir e controlar os processos relativos a sanções administrativas aplicadas a fornecedores, contratados e prestadores de serviços, na forma da legislação em vigor;

III - propor a aplicação de sanções administrativas a fornecedores, contratados e prestadores de serviços, na forma da legislação em vigor; e

IV - realizar o acompanhamento sistemático da legislação afeta ao tema.

Art. 38. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Orçamento e Finanças;

II - executar a programação relativa à aplicação dos recursos orçamentários, controlar a sua aplicação por fonte e categoria de gastos e realizar os registros que evidenciem a situação das dotações;

III - proceder à classificação orçamentária das despesas, para fim de emissão de notas de empenho;

IV - realizar o acompanhamento sistemático da legislação e das normas que regulam a execução orçamentária e financeira;

V - proceder à indicação de recursos da dotação orçamentária, com vistas a atender despesas com compras, obras, serviços, contratos, convênios e congêneres;

VI - emitir notas de empenho, notas de lançamento, ordens bancárias e outros documentos contábeis nos sistemas corporativos do Governo Federal;

VII - verificar a correta liquidação das despesas;

VIII - elaborar e encaminhar ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças propostas de programação financeira da administração central do Ministério da Defesa;

IX - receber documentos comprobatórios relativos a taxas e outros depósitos, procedendo aos respectivos registros contábeis;

X - realizar pagamentos decorrentes de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres de responsabilidade da administração central do Ministério da Defesa, controlando as respectivas prestações de contas;

XI - acompanhar e controlar a execução orçamentária e financeira dos convênios, contratos e instrumentos congêneres celebrados pela administração central do Ministério da Defesa;

XII - controlar a concessão e a prestação de contas de suprimento de fundos;

XIII - manter atualizado, com base em informações prestadas pela Gerência de Gestão de Pessoas, o rol de responsáveis por atos de gestão das unidades gestoras;

XIV - apropriar e efetuar os depósitos decorrentes da folha de pagamento dos servidores da administração central do Ministério da Defesa, incluindo o Censipam, e da Escola Superior de Guerra, registrando os lançamentos no Siafi; e

XV - empenhar e executar os pagamentos decorrentes de propostas de concessão de diárias e requisições de passagens aéreas da administração central do Ministério da Defesa.

Art. 39. Ao Departamento de Engenharia e Serviços Gerais compete o planejamento, a organização, a coordenação e a execução da gestão interna da administração central do Ministério da Defesa nas seguintes áreas de atuação:

I - planejamento e consolidação de demandas de aquisições de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, dos órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa;

II - engenharia e arquitetura;

III - manutenção predial;

IV - imóveis funcionais;

V - patrimônio e almoxarifado;

VI - instalações;

VII - veículos e transporte;

VIII - alimentação e suprimentos de gêneros alimentícios;

IX - protocolo geral, arquivo e reprografia;

X - serviços gerais;

XI - apoio aos usuários e suporte ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

XII - biblioteca;

XIII - segurança;

XIV - sustentabilidade nas ações de gestão de patrimônio, engenharia e serviços;

XV - política interna relacionada com os Sistemas de Serviços Gerais (Sisg) e de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga);

XVI - plano anual de execução orçamentária de sua competência;

XVII - concessão de outorga e declaração de extinção da permissão de uso dos próprios nacionais residenciais da administração central do Ministério da Defesa, bem como a prática de demais atos e procedimentos correspondentes; e

XVIII - termos circunstanciados administrativos (TCA) referentes a bens e materiais do patrimônio da administração central do Ministério da Defesa, em ligação com o Departamento de Administração Interna para subsidiar a tomada de decisão.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Diretor de Engenharia e Serviços Gerais a Assessoria da DESEG, a Assessoria de Planejamento de Aquisições; a Coordenação de Apoio a Usuários do Sistema Eletrônico de Informações, o Protocolo Geral e Arquivo e a Biblioteca da Administração Central do Ministério da Defesa.

Art. 40. À Assessoria do DESEG compete:

I - assistir o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais, no âmbito de sua atuação;

II - promover articulações e programar a agenda institucional do Departamento;

III - assistir o Diretor no preparo de atos e procedimentos, mediante análise dos documentos submetidos ao Departamento, realizando os ajustes necessários em ligação com os demais órgãos;

IV - realizar estudos e análises para subsidiar o Diretor;

V - coordenar as ações prioritárias de interesse, em ligação com os demais órgãos, e os assuntos colocados sob sua responsabilidade pelo Diretor;

VI - conduzir projetos classificados como prioritários pelo Diretor;

VII - planejar, organizar, coordenar e executar a gestão interna relacionados ao orçamento, finanças e contabilidade; e

VIII - auxiliar o Diretor no preparo de termos circunstanciados administrativos (TCA) referentes a bens e materiais do patrimônio da administração central do Ministério da Defesa, em ligação, no que couber, com a Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio.

Art. 41. À Assessoria de Planejamento de Aquisições compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais;

II - consolidar demandas para a aquisição de bens e contratação de serviços de natureza comum apresentadas no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, mediante registro no repositório correspondente para aprovação da autoridade competente, exceto para itens e serviços de tecnologia da informação e comunicações;

III - elaborar o planejamento da contratação para a aquisição de bens e contratação de serviços de natureza comum demandados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, exceto para soluções de tecnologia da informação e comunicações, ou quando a complexidade e a natureza do objeto recomendar a composição de equipe de planejamento de contratação;

IV - elaborar plano de trabalho para aquisição de bens e contratação de serviços e para adesão a atas de registro de preços no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, exceto para soluções de tecnologia da informação e comunicações;

V - elaborar projeto básico e demais documentos necessários para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, exceto para gestão de pessoas, engenharia e soluções de tecnologia da informação e comunicações, em consonância com as normas vigentes;

VI - analisar, atender e adequar, no que couber, os instrumentos confeccionados em resposta aos questionamentos e recomendações apresentados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, limitado ao âmbito de atuação do Departamento;

VII - solicitar o cadastramento de itens nas ferramentas Catalogação de Material (CATMAT) e Catalogação de Serviços (CATSER) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG);

VIII - assessorar o Diretor na coordenação, no controle e na racionalização do emprego dos recursos pertencentes ao Departamento; e

IX - assessorar o Diretor nos assuntos relativos à execução do planejamento orçamentário e financeiro, execução e acompanhamento dos processos de aquisição.

Art. 42. À Coordenação de Apoio a Usuários do Sistema Eletrônico de Informações (CapSEI) compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais;

II - prestar apoio aos usuários do SEI na administração central do Ministério da Defesa, aos usuários externos e aos suportes do SEI nos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, na ESG e no HFA, na forma definida pelo Secretário de Orçamento e Organização Institucional;

III - acompanhar, analisar e propor soluções em assuntos de negócio relacionados ao ambiente de tecnologia da informação no SEI, em articulação com o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, quando necessário;

IV - analisar e propor soluções em assuntos relacionados a processos e documentos no ambiente do SEI;

V - propor a edição ou atualização de normas afetas ao uso do SEI no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

VI - coordenar e controlar atividades relacionadas à manutenção da atualização do SEI no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

VII - coordenar, em articulação com a Gerência de Gestão de Pessoas, as atividades relacionadas à capacitação do SEI no âmbito da administração central do Ministério da Defesa; e

VIII - propor medidas de racionalização de procedimentos relacionadas ao SEI.

Art. 43. Ao Protocolo Geral e Arquivo compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais;

II - organizar os serviços de protocolo e arquivo, em observância às prescrições legais e às diretrizes do Governo Federal;

III - receber, protocolar, intitular, registrar e distribuir os documentos dirigidos ao Ministério da Defesa , exceto documentos contendo informações sigilosas;

IV - verificar a numeração e providenciar a expedição de atos e documentos do Ministério da Defesa;

V - acompanhar e propor as atualizações tecnológicas e legais inerentes aos sistemas de gestão documental e de protocolo e arquivo;

VI - propor a manutenção e a atualização dos arquivos de atos e procedimentos junto aos órgãos competentes da Administração Central do Ministério da Defesa;

VII - elaborar relatório periódico das atividades de protocolo e arquivo, fornecendo subsídios para a realização de controle gerencial;

VIII - propor medidas de racionalização de procedimentos, com ênfase na tecnologia digital; e

IX - manter arquivo dos documentos de guarda intermediária e permanente, recebidos ou produzidos da administração central do Ministério da Defesa, na forma da legislação em vigor.

Art. 44. À Biblioteca do Ministério da Defesa compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais;

II - organizar os serviços de biblioteca em observância às prescrições legais e às diretrizes do Governo Federal;

III - manter atualizados os acervos bibliográficos e as correspondentes bases de dados;

IV - propor medidas de incentivo ao uso da tecnologia digital e à distância, no tocante aos acervos bibliográficos;

V - propor medidas de uso compartilhado de obras e informações no tocante aos acervos bibliográficos;

VI - propor critérios de alienação, substituição e atualização do acervo bibliográfico;

VII - prestar subsídios técnicos às publicações produzidas pelo Ministério da Defesa;

VIII - propor normas e critérios concernentes às técnicas de captação, organização e disseminação da informação;

IX - atender ao usuário e articular-se com as bibliotecas de entes públicos e instituições privadas, obtendo subsídios para a realização de pesquisas; e

X - elaborar o relatório anual das atividades bibliográficas.

Art. 45. À Gerência de Engenharia e Segurança compete, no âmbito de sua atuação:

I - coordenar e conduzir as atividades relacionadas a engenharia e manutenção, segurança patrimonial e prevenção e combate a incêndio.

II - assistir e realizar estudos e análises para subsidiar o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais, no âmbito de sua atuação;

III - assistir o Diretor no preparo de atos e procedimentos, mediante análise dos documentos submetidos ao Departamento, realizando os ajustes necessários em ligação com os demais órgãos;

IV - promover articulações, em ligação com os demais órgãos, a fim de possibilitar celeridade, transparência e aperfeiçoamento aos trabalhos na área de atuação;

V - coordenar as ações prioritárias de interesse, em ligação com os demais órgãos, e os assuntos colocados sob sua responsabilidade pelo Diretor;

VI - conduzir, em ligação com os demais órgãos, a elaboração e atualização de normas afetas à Gerência;

VII - conduzir projetos classificados como prioritários; e

VIII - planejar, organizar, coordenar, fiscalizar e executar a gestão interna no âmbito da Gerência e seus órgãos subordinados.

Art. 46. À Coordenação de Engenharia e Manutenção compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Engenharia e Segurança;

II - coordenar e conduzir as atividades relacionadas com manutenção preventiva e corretiva das edificações, instalações e demais estruturas físicas da administração central do Ministério da Defesa;

III - coordenar e conduzir as ações relacionadas a engenharia e manutenção, controlando as atividades de:

a) controle e guarda de arquivo da documentação técnica e dos projetos de arquitetura, estrutura e instalações das edificações, próprios nacionais residenciais e outros imóveis sob a responsabilidade da administração central do Ministério da Defesa;

b) vistorias técnicas das condições de estabilidade das estruturas e de uso das instalações prediais, inclusive dos próprios nacionais residenciais;

c) propor ao Gerente a elaboração do planejamento das necessidades de investimentos e custeio nas instalações físicas do Ministério da Defesa;

d) propor ao Gerente a elaboração ou contratação de projetos para execução de serviços de engenharia na administração central do Ministério da Defesa e em outros imóveis sob sua responsabilidade, inclusive próprios nacionais residenciais;

e) realizar pesquisas de preços junto ao mercado de fornecedores e a elaboração de planilhas orçamentárias para estabelecimento de preços de referência de serviços de engenharia, quando necessário; e

f) elaborar estudos para adequação de layouts de arquitetura das instalações físicas da administração central do Ministério da Defesa, quando necessário; e

IV - coordenar, supervisionar e participar, no que couber, das atividades a cargo das Seções de Manutenção Predial e de Manutenção de Próprios Nacionais Residenciais.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Coordenador de Engenharia e Manutenção:

I - a Seção de Engenharia, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Engenharia e Manutenção;

b) planejar, controlar, acompanhar e supervisionar, no que couber, as ações e atividades relacionadas a engenharia e arquitetura sob sua responsabilidade; e

c) elaborar termos de referência e projetos básicos, planilhas de custo, cronograma, inerentes à contratação e execução de serviços de engenharia e das edificações, instalações e demais estruturas físicas da administração central do Ministério da Defesa;

II - a Seção de Manutenção Predial, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Engenharia e Manutenção; e

b) controlar, acompanhar e executar, no que couber, as atividades relacionadas à manutenção preventiva e corretiva das edificações, instalações e demais estruturas físicas da administração central do Ministério da Defesa.

III - a Seção de Manutenção de Próprios Nacionais Residenciais, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Engenharia e Manutenção;

b) executar vistorias técnicas, emitir pareceres relativos às contratações e execuções de serviços de engenharia nos próprios nacionais residenciais sob responsabilidade da administração central do Ministério da Defesa;

c) elaborar termos de referência e projetos básicos, planilhas de custo, cronograma, inerentes à contratação e execução de serviços de engenharia e nos próprios nacionais residenciais;

d) supervisionar e controlar a manutenção nos próprios nacionais residenciais;

e) controlar, acompanhar e executar, no que couber, os contratos de serviços de engenharia de adequação e manutenção preventiva e corretiva nos próprios nacionais residenciais; e

f) manter informada a Seção de Gestão de Próprios Nacionais Residenciais sobre as atividades de engenharia relacionadas a esses imóveis a título de gestão e acompanhamento.

Art. 47. À Coordenação de Segurança compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Engenharia, Manutenção e Segurança;

II - aplicar e fiscalizar o cumprimento das normas previstas para a segurança no acesso e circulação de pessoas, materiais e documentos, e das instalações da administração central do Ministério da Defesa;

III - propor normas e difundir procedimentos de segurança no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

IV - coordenar as brigadas de incêndio da administração central do Ministério da Defesa;

V - controlar o acesso e a circulação de pessoas na administração central do Ministério da Defesa;

VI - coordenar, controlar e supervisionar a execução dos serviços de recepção e de ascensorista realizados diretamente ou por meio de terceiros;

VII - coordenar e executar a segurança do perímetro externo do edifício sede da administração central do Ministério da Defesa, bem como o controle de acesso, a circulação e a identificação de veículos, conforme normas específicas; e

VIII - proceder à avaliação periódica do nível de segurança alcançado, para efeito das correções julgadas necessárias.

IX - controlar e monitorar o Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Coordenação de Segurança:

I - a Seção de Segurança Patrimonial, compete:

a) assistir o Coordenador de Segurança;

b) controlar o acesso e a circulação de pessoas neste Ministério nas instalações da administração central do Ministério da Defesa;

c) orientar os agentes ou supervisores de segurança do edifício sede e anexo da administração central do Ministério da Defesa, quanto aos procedimentos e normas de segurança a serem executados nestes locais;

d) orientar os agentes ou supervisores de segurança do edifício sede e anexo da administração central do Ministério da Defesa, quanto aos corretos procedimentos necessários ao bom andamento do serviço repassados ao pessoal de serviço no relatório sumário de situação diário;

e) orientar a equipe de guarda quanto a rendição, conduta e postura nos postos durante o serviço no edifício sede e anexo da administração central do Ministério da Defesa;

f) supervisionar o serviço de portaria, auxiliando no controle ao acesso do público externo, cadastrando os visitantes através de crachás quando solicitado;

g) supervisionar e controlar os estacionamentos reservados da administração central do Ministério da Defesa, confeccionando os devidos cartões de acesso e selos veiculares;

h verificar diariamente as ocorrências lançadas nos livros de serviço, tomando as medidas cabíveis, caso necessário; e

i) auxiliar o Coordenador de Segurança nos adestramentos de tiro (real ou simulado) realizados para todo efetivo de serviço, bem como para os agentes ou supervisores de segurança da Coordenação de Segurança.

II - a Seção de Prevenção e Combate a Incêndio, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Segurança;

b) orientar e determinar as ações diárias dos brigadistas sob sua supervisão;

c) indicar os chefes das equipes de brigadistas voluntários, usando como critério de avaliação a liderança e a aptidão para a função;

d) supervisionar a manutenção e aquisição dos equipamentos de combate e alarmes contra incêndio;

e) fiscalizar, periodicamente, as dependências do edifício sede e anexo da administração central do Ministério da Defesa, verificando as condições de operacionalidade dos equipamentos de combate a incêndio, bem como informar ao Coordenador de Segurança qualquer alteração que possa comprometer a segurança;

f) manter os equipamentos de combate a incêndio e de emergências em condições de operacionalidade;

g) propor anualmente a capacitação de brigadistas voluntários para atender as necessidades da administração central do Ministério da Defesa, caso necessário;

h) coordenar treinamentos das equipes de brigadistas voluntários, revendo as instruções e realizando simulações, se necessário, com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

i) supervisionar as equipes por ocasião dos exercícios de evacuação, promovidos pela Coordenação de Segurança;

j) planejar e executar procedimentos a serem seguidos em caso de emergência;

k) acompanhar os trabalhos de perícia e investigação de sinistros e elaborar relatórios sobre as ocorrências;

l) supervisionar e executar ações de combate a incêndio, primeiros socorros, salvamento e vazamentos de gás nas dependências do Ministério da Defesa; e

m) controlar, acompanhar e executar, no que couber, os contratos administrativos afetos à sua área de atuação.

Art. 48. À Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir e realizar estudos e análises para subsidiar o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais, no âmbito de sua atuação;

II - assistir o Diretor no preparo de atos e procedimentos, mediante análise dos documentos submetidos ao Departamento, realizando os ajustes necessários em ligação com os demais órgãos;

III - promover articulações, em ligação com os demais órgãos, para possibilitar celeridade, transparência e aperfeiçoamento aos trabalhos na área de atuação;

IV - coordenar as ações prioritárias de interesse, em ligação com os demais órgãos, e os assuntos colocados sob sua responsabilidade pelo Diretor;

V - conduzir, em ligação com os demais órgãos, a elaboração e atualização de normas afetas à Gerência;

VI - conduzir projetos classificados como prioritários;

VII - planejar, organizar, coordenar, fiscalizar e executar a gestão interna no âmbito da Gerência e seus órgãos subordinados; e

VIII - analisar e propor ao Diretor os atos de outorga e declaração da extinção da permissão de uso dos próprios nacionais residenciais, bem como dos demais atos e procedimentos correspondentes.

Art. 49. À Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Serviços Gerais e Patrimônio;

II - executar anualmente o levantamento das necessidades de aquisição de materiais de consumo e permanentes, bem como de contratação de serviços atinentes à sua área de atuação, para o exercício subsequente;

III - executar a apropriação e o tombamento de todos os materiais adquiridos pela administração central do Ministério da Defesa;

IV - controlar, acompanhar e executar, no que couber, os contratos administrativos afetos à sua área de atuação;

V - coordenar, supervisionar e participar, no que couber, das atividades a cargo das Seções de Gestão de Próprios Nacionais Residenciais, de Gestão Patrimonial e de Gestão de Almoxarifado; e

VI - analisar e propor ao Gerente os atos de outorga ou extinção da permissão de uso dos próprios nacionais residenciais, bem como dos demais atos e procedimentos correspondentes.

Parágrafo único. Vinculam-se diretamente ao Coordenador de Patrimônio e Almoxarifado:

I - a Seção de Gestão de Próprios Nacionais Residenciais, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Patrimônio e Almoxarifado;

b) executar e controlar as ações relativas à administração de próprios nacionais residenciais, bem como de outros imóveis de propriedade da União geridos pela administração central do Ministério da Defesa, observada a legislação vigente;

c) formular e acompanhar os processos encaminhados à Consultoria Jurídica relativos a reintegração de posse, ação de cobrança e demais temas afetos à sua área de atuação;

d) controlar e acompanhar os pagamentos das despesas referentes às taxas extraordinárias de condomínio de próprios nacionais residenciais de propriedade da União administrados pelo Ministério da Defesa;

e) controlar e acompanhar os pagamentos das despesas referentes às taxas ordinárias de condomínio e associações, taxas de energia elétrica, tarifas dos serviços de água e esgotos e tributos de próprios nacionais residenciais da administração central do Ministério da Defesa que se encontrem desocupados;

f) planejar e acompanhar, para o exercício subsequente, a previsão de serviços de engenharia a serem contratados em associações e condomínios onde existam próprios nacionais residenciais da União administrados pelo Ministério da Defesa;

g) controlar o pagamento da Taxa de Limpeza Pública (TLP) efetuado pelos permissionários de próprios nacionais residenciais à Administração;

h) controlar os pagamentos de taxas de uso decorrentes da ocupação de próprios nacionais residenciais devidas pelos permissionários à Administração, bem como acompanhar, em articulação com a Coordenação de Pagamento de Pessoal, eventual restituição de quantias pagas a maior;

i) adotar providências junto às concessionárias de serviços públicos para ligação, religação e desligamento de energia elétrica e de fornecimento de água dos próprios nacionais residenciais;

j) adotar providências para identificação dos responsáveis por ônus dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de próprios nacionais residenciais da União administrados pelo Ministério da Defesa;

k) manter atualização periódica das listas de espera e listas de ocupações dos próprios nacionais residenciais de propriedade da União administrados pelo Ministério da Defesa na intranet e site do Ministério da Defesa;

l) controlar e propor a distribuição dos próprios nacionais residenciais de propriedade da União administrados pelo Ministério da Defesa;

m) controlar e guardar os registros e documentos referentes à propriedade dos próprios nacionais residenciais e dos demais imóveis sob a responsabilidade da administração central do Ministério da Defesa, inclusive "Habite-se"; e

n) controlar, acompanhar e executar, no que couber, os contratos administrativos afetos à sua área de atuação.

II - a Seção de Gestão Patrimonial, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Patrimônio e Almoxarifado;

b) prover, registrar, tombar, organizar, guardar e distribuir materiais de consumo e bens patrimoniais;

c) realizar a gestão de estoque e o controle físico de bens patrimoniais;

d) identificar, classificar, codificar, catalogar e especificar bens patrimoniais;

e) padronizar bens patrimoniais, em articulação com as áreas técnicas, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

f) recolher e controlar os bens considerados inservíveis, propondo, quando sua recuperação for economicamente inviável, a destinação mais adequada;

g) identificar possíveis responsáveis por danos causados a materiais permanentes, adotando-se as providências previstas em lei;

h) acompanhar e controlar a movimentação de bens patrimoniais, efetuando os devidos lançamentos em sistemas próprios;

i) executar, anualmente ou sempre que houver mudança de responsáveis, do inventário físico e financeiro dos bens patrimoniais do setor onde houver a mudança;

j) manter sempre atualizado o controle dos responsáveis e o registro dos termos firmados por eles para a guarda de bens patrimoniais;

k) executar a dotação de material permanente para cada unidade da administração central do Ministério da Defesa; e

l) controlar, acompanhar e executar, no que couber, os contratos administrativos afetos à sua área de atuação, diretamente ou por meio de terceiros.

III - a Seção de Gestão de Almoxarifado, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Patrimônio e Almoxarifado;

b) prover, receber, conferir, registrar, organizar, guardar e distribuir materiais de consumo;

c) realizar a gestão e o controle do estoque físico de materiais de consumo;

d) identificar, classificar, codificar, catalogar e especificar os materiais de consumo;

e) acompanhar, anualmente ou sempre que houver necessidade, o inventário físico e financeiro dos materiais de consumo;

f) executar a dotação de materiais de consumo para as unidades da administração central do Ministério da Defesa; e

g) controlar, acompanhar e executar, no que couber, os contratos administrativos afetos à sua área de atuação.

Art. 50. À Coordenação de Serviços Gerais compete, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Gerente de Serviços Gerais e Patrimônio;

II - coordenar, supervisionar e participar, no que couber, das atividades a cargo das Seções de Gestão Alimentar, de Reprografia, de Gerenciamento de Frota e de Áudio e Vídeo; e

Parágrafo único. Vinculam-se ao Coordenador de Serviços Gerais:

I - a Seção de Gestão Alimentar, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Serviços Gerais;

b) coordenar, controlar e fiscalizar as atividades relacionadas ao Programa de Alimentação, bem como sugerir e aprovar novos cardápios;

c) controlar e executar, diretamente ou por meio de terceiros, as atividades relacionadas com a preparação e o fornecimento de refeições nos restaurantes da administração central do Ministério da Defesa;

d) controlar o acesso e a circulação dos usuários nos restaurantes da administração central do Ministério da Defesa, em articulação com a Coordenação de Segurança; e

e) controlar, acompanhar e executar, no que couber, os contratos administrativos afetos à sua área de atuação.

II - a Seção de Reprografia, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Serviços Gerais; e

b) executar e gerir as atividades relacionadas com serviços de reprografia.

III - a Seção de Gerenciamento de Frota, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Serviços Gerais;

b) gerir as atividades relacionadas à garagem e aos veículos oficiais do patrimônio da administração central do Ministério da Defesa;

c) gerir as atividades relacionadas ao serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal, bem como emitir relatórios gerenciais;

d) emitir relatórios gerenciais a respeito do consumo de combustíveis e manutenção dos veículos próprios;

e) estabelecer escalas de plantão de pessoal e manter o controle de entrada e saída e utilização da frota de veículos;

f) controlar e executar, diretamente ou por meio de terceiros, as atividades relacionadas com:

1. transporte terrestre de autoridades, servidores, militares e materiais;

2. guarda e manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais;

3. emissão de parecer para aquisição, transferência e alienação de veículos; e

4. realizar a gestão de utilização de combustíveis e lubrificantes, bem como propor anualmente a aquisição desses insumos, se necessário;

IV - a Seção de Áudio e Vídeo, à qual compete:

a) assistir o Coordenador de Serviços Gerais;

b) supervisionar e controlar o uso dos auditórios localizados no edifício sede do Ministério da Defesa e no anexo, bem como da sala de reuniões de uso preferencial do Gabinete do Ministro, em atendimento às demandas do cerimonial da administração central do Ministério da Defesa; e

c) apoiar os demais setores da administração central do Ministério da Defesa no que se refere aos sistemas de áudio, dentro das suas disponibilidades e competência.

Art. 51. Ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, compete:

I - exercer as atividades de órgão setorial do Ministério da Defesa na estrutura do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);

II - coordenar e exercer a governança e o gerenciamento da tecnologia da informação quanto à informática, às telecomunicações, à segurança da informação e à inovação tecnológica em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, ou planejamento equivalente, e normas de contrainteligência;

III - elaborar e propor diretrizes, normas e procedimentos sobre o emprego dos ativos de tecnologia da informação, telecomunicações e segurança eletrônica;

IV - coordenar ações relacionadas a planejamento, execução e controle das atividades relativas a tecnologia da informação, observada a sua área de atuação e respeitadas as competências dos demais órgãos e unidades;

V - gerenciar pedidos, emissões, revogações e cancelamentos de certificados digitais para uso na administração central do Ministério da Defesa;

VI - coordenar e monitorar a execução dos projetos de tecnologia da informação e comunicação necessários à consecução das atividades e de gestão administrativa;

VII - assessorar os órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa na contratação e manutenção de soluções de tecnologia da informação e comunicação; e

VIII - submeter ao Secretário de Orçamento e Organização Institucional o Plano Anual de Execução Orçamentária.

Parágrafo único. A Assessoria do DETIC, o Núcleo de Segurança da Informação e Comunicação e o Núcleo de Gestão de Suporte à Base de Dados subordinam-se diretamente ao Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e funcionam com força de trabalho constituída de pessoal do próprio Departamento.

Art. 52. À Assessoria do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação compete:

I - assessorar diretamente o Diretor, no âmbito de suas atribuições;

II - promover articulações e programar a agenda institucional e os contatos de interesse do Diretor;

III - auxiliar o Diretor na elaboração de documentos e correspondências;

IV - assessorar o Diretor nos trabalhos desenvolvidos em comitês e projetos;

V - realizar estudos, pareceres e análises para subsidiar o Diretor no desenvolvimento das atividades de análise técnica;

VI - controlar a entrada e a saída da documentação do Departamento, empregando as ferramentas de gestão documental ofertadas para o Ministério da Defesa;

VII - apoiar a gestão do material de expediente e consumo do Departamento;

VIII - assessorar o Diretor no controle de pessoal do Departamento;

IX - gerenciar a solicitação de diárias e passagens do Departamento;

X - manter o registro das informações institucionais do Departamento;

XI - realizar os pedidos de viaturas para o transporte de pessoal e material do Departamento; e

XII - realizar outras atividades atribuídas pelo Diretor.

Art. 53. Ao Núcleo de Segurança da Informação e Comunicação compete:

I - assessorar a Direção do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação nos assuntos relacionados à segurança da informação e à segurança da infraestrutura computacional;

II - assessorar o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações (GSIC) no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

III - assessorar o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) nas revisões da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da administração central do Ministério da Defesa, bem como na elaboração de Diretrizes e Normas Complementares à POSIC;

IV - planejar e coordenar as ações relacionadas a auditoria e verificação de conformidade da segurança da informação e comunicações (SIC), à gestão de riscos e à gestão de continuidade de negócios;

V - coordenar as ações relacionadas ao tratamento e mitigação de incidentes da rede de dados da administração central do Ministério da Defesa;

VI - planejar e coordenar a utilização de softwares de análise forense, de registro de trilhas de auditoria e de rastreamento de acessos aos sistemas corporativos da rede de dados da administração central do Ministério da Defesa;

VII - planejar, implantar, administrar e manter os ativos de segurança de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

VIII - promover o intercâmbio científico-tecnológico relacionado a incidentes de segurança de redes de computadores, à análise forense e certificação digital junto a outros órgãos da administração pública federal;

IX - assessorar o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Defesa (COTINC-MD), quando solicitado, nas questões relativas à segurança da informação e comunicação;

X - coordenar as atividades da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR), no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

XI - fomentar, em conjunto com outras áreas, a segurança da informação e comunicações no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

XII - administrar o domínio "defesa.gov.br" e homologar a criação dos domínios subordinados ao "mil.br";

XIII - planejar, em conjunto com as outras gerências, as diretrizes para a realização da análise de vulnerabilidades nos ativos de rede e sistemas utilizados na administração central do Ministério da Defesa;

XIV - realizar a análise de vulnerabilidade em ativos de rede e sistemas utilizados na administração central do Ministério da Defesa;

XV - atuar proativamente, buscando implementar ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

XVI - cooperar com a Gegovti, apresentando a situação atualizada dos planejamentos e das execuções das ações previstas em portfólio de projetos de TIC, para fins de averiguação de desempenho; e

XVII - cooperar com a Gegovti, apresentando as ações planejadas para o controle dos riscos em projetos de TIC previstos em portfólio.

Parágrafo único. O exercício das competências descritas neste artigo não alcança as atividades relacionadas às comunicações de dados militares operacionais e aos sistemas de tecnologia da informação militares operacionais.

Art. 54. Ao Núcleo de Gestão de Suporte à Base de Dados compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação nos assuntos relacionados à gestão de dados, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

II - definir e supervisionar a disponibilidade das bases de dados corporativas da administração central do Ministério da Defesa;

III - executar e administrar o processo de prospecção, definição, implantação e manutenção de padrões, metodologias e tecnologias para integração, formatação, captura e armazenamento das informações de múltiplas fontes de dados;

IV - criar, implantar e administrar os modelos de dados corporativos no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

V - implantar, executar e administrar uma metodologia, ferramenta ou processo com a finalidade de obter a melhor informação para oferecer suporte à tomada de decisão;

VI - implantar e administrar em conjunto com o Núcleo de Segurança da Informação e Comunicação, as diretrizes para acesso às bases de dados;

VII - cooperar com a Gegovti, apresentando a situação atualizada dos planejamentos e das execuções das ações previstas em portfólio de projetos de TIC, para fins de averiguação de desempenho; e

VIII - cooperar com a Gegovti, apresentando as ações planejadas para o controle dos riscos em projetos de TIC previstos em portfólio.

Art. 55. À Gerência de Governança de Tecnologia da Informação compete:

I - assessorar a Direção do DETIC no relacionamento institucional com órgãos técnicos ligados à área de tecnologia da informação e comunicação (TIC);

II - coordenar os trabalhos das gerências do DETIC, com a finalidade de realizar estudos de viabilidade técnica das ações previstas em planejamento estratégico de TIC e concluir sobre as suas respectivas execuções;

III - assessorar a Direção do DETIC nos assuntos que dizem respeito à governança de tecnologia da informação junto à Administração Pública Federal;

IV - acompanhar a execução das ações planejadas em portfólio, averiguando o desempenho das estruturas envolvidas e as metas a serem atingidas, estabelecendo medidas concretas para a solução dos problemas que interfiram nos resultados almejados;

V - cooperar com as atividades do Departamento, tendo como foco a sua missão institucional, realizando os planejamentos estratégico e as suas atualizações, assim como o acompanhamento e o monitoramento da sua execução por parte das gerências, tomando por base as legislações, normas, acórdãos e observações específicas emanadas dos órgãos técnicos e de controles interno e externo da Administração Pública Federal;

VI - buscar o constante alinhamento entre os planejamentos estratégicos do Ministério da Defesa e o planejamento do emprego dos recursos de TIC, a fim de proporcionar e concretizar a entrega de valor requerida;

VII - apoiar a Direção do DETIC na colaboração com as demais áreas da administração central do Ministério da Defesa, prestando a assessoria para o suporte tecnológico julgado necessário, visando à implantação de inovações e melhorias de processos;

VIII - assessorar a Direção do DETIC na coordenação, no controle e na racionalização no emprego dos recursos pertencentes ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;

IX - assessorar a Direção do DETIC nos assuntos relativos à execução do planejamento orçamentário e financeiro, alocação de pessoal, execução e acompanhamento dos processos de aquisição;

X - cooperar com a Direção do DETIC nas atividades executivas que envolvam a implantação da Política de Governança Digital do Ministério da Defesa; e

XI - propor, discutir e fomentar estudos, análises, adoção e uso de inovações de TIC no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

Art. 56. À Coordenação de Planejamento Estratégico e Controle compete:

I - elaborar, atualizar e controlar os planejamentos de TIC da administração central do Ministério da Defesa;

II - acompanhar a execução do planejamento estratégico durante o seu tempo de vigência;

III - elaborar indicadores e metas estratégicas e consolidar os resultados das medições dos indicadores de desempenho distribuídos às gerências executivas do Departamento;

IV - gerenciar, por intermédio de metodologias e ferramentas adequadas, as atividades do Escritório de Projetos de TIC (EPTIC);

V - implantar boas práticas de inovação e gestão do conhecimento de TIC no âmbito da administração central do Ministério da Defesa; e

VI - assessorar a Gerência de Governança de TI nos assuntos relativos à implantação da Política de Governança Digital do Ministério da Defesa e ligações técnicas externas relativas à área de TIC.

Art. 57. À Coordenação de Gestão Administrativa compete:

I - coordenar, monitorar, manter e atualizar o processo de aquisições de TIC da administração central do Ministério da Defesa em conformidade com a legislação em vigor, os acórdãos do Tribunal de Contas da União, orientações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, bem como as recomendações e vedações do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);

II - coordenar, acompanhar e assessorar a elaboração do planejamento orçamentário e financeiro;

III - garantir o alinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação ao planejamento orçamentário do Ministério;

IV - supervisionar a execução do planejamento orçamentário e financeiro dos recursos de TIC sob a responsabilidade do Departamento;

V - acompanhar e assessorar o planejamento das contratações e a execução financeira dos contratos sob a responsabilidade do Departamento; e

VI - supervisionar o planejamento, a elaboração e a execução do plano anual de execução orçamentária, de acordo com o mapa de competências do DETIC;

Art. 58. À Gerência de Sistemas de Informação compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da sua área de atuação, incluindo os assuntos relacionados a desenvolvimento de sistemas, serviços web, modelagem e integração de dados, qualidade de software e metodologias, padrões e tecnologias da sua área de atuação;

II - planejar, gerenciar e supervisionar, diretamente ou por meio de terceiros, o desenvolvimento e a sustentação dos sistemas de informação computadorizados e dos serviços web no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

III - apoiar o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação no assessoramento aos órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa na contratação de sistemas de informação computadorizados, procedendo a validação e homologação desses sistemas;

IV - planejar e gerenciar o processo de prospecção, definição, implantação e manutenção de padrões, metodologias e tecnologias para desenvolvimento e evolução de sistemas de informação computadorizados e serviços web;

V - apoiar a Gerência de Infraestrutura e Serviços no planejamento, elaboração, configuração e implantação da arquitetura e infraestrutura de serviços de sistemas de informação computadorizados da administração central do Ministério da Defesa;

VI - colaborar e manter a conformidade com os órgãos técnicos da Administração Pública Federal nos assuntos afetos à área de desenvolvimento de sistemas computadorizados e projetos web;

VII - planejar, definir e monitorar, em conjunto com a área de segurança da informação e comunicações, as diretrizes para a construção de código fonte e acesso seguro às bases de dados;

VIII - cooperar com a Gegovti, apresentando a situação atualizada dos planejamentos e das execuções das ações previstas em portfólio de projetos de TIC, para fins de averiguação de desempenho; e

IX - cooperar com a Gegovti, apresentando as ações planejadas para o controle dos riscos em projetos de TIC previstos em portfólio.

Art. 59. À Coordenação de Gestão da Qualidade compete:

I - apoiar na prospecção e definição de padrões e coordenar a implantação e a manutenção de padrões, metodologias e tecnologias para desenvolvimento e evolução de sistemas de informação computadorizados e serviços web;

II - executar, implantar e administrar os projetos de software;

III - executar, implantar e administrar os aspectos de testes dos softwares construídos; e

IV - elaborar e administrar, em conjunto com o Núcleo de Segurança da Informação e Comunicação, as diretrizes para a construção de código seguro e acesso às bases de dados.

Art. 60. À Coordenação de Gestão de Requisitos e Informação compete:

I - executar e administrar os aspectos da gestão de requisitos e de mensuração;

II - apoiar o Núcleo de Gestão de Suporte à Base de Dados nos aspectos relacionados com a administração de dados voltados para os modelos de dados corporativos e dos softwares construídos e para a modelagem e integração de dados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

III - executar e administrar os aspectos da gestão de configuração dos sistemas e documentação construídos pelo DETIC; e

IV - planejar, executar e administrar os aspectos de suportes e treinamento nos softwares entregues.

Art. 61. À Coordenação de Software e Web compete:

I - executar e controlar, diretamente ou por meio de terceiros, o desenvolvimento e a sustentação dos sistemas de informação computadorizados e dos serviços web, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa;

II - planejar, executar e administrar os aspectos relativos a construção de software com base nas metodologias e ferramentas adotadas;

III - planejar, executar e administrar aspectos relativos à sustentação dos softwares construídos no âmbito da administração central do Ministério da Defesa; e

IV - planejar, executar e administrar os aspectos relativos a construção de sítios e portais web, seja internet ou intranet, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

Art. 62. À Gerência de Infraestrutura e Serviços compete:

I - assessorar a Direção do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação nos assuntos relacionados à infraestrutura computacional, aos serviços a usuários e às telecomunicações;

II - definir, em parceria com as outras áreas do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, as ações de direcionamento e modernização tecnológica da plataforma computacional pertencente à administração central do Ministério da Defesa;

III - planejar e supervisionar, em coordenação com as outras áreas do DETIC, a infraestrutura computacional pertencente à administração central do Ministério da Defesa;

IV - definir, em parceria com as outras áreas do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, soluções que visem à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação da administração central do Ministério da Defesa;

V - garantir o funcionamento da infraestrutura computacional disponibilizada aos usuários da administração central do Ministério da Defesa;

VI - definir e supervisionar a infraestrutura de conectividade, mantendo a disponibilidade e o desempenho dos links de comunicação de dados, bem como a infraestrutura de rede da administração central do Ministério da Defesa;

VII - definir e supervisionar a disponibilidade dos serviços de telefonia da administração central do Ministério da Defesa;

VIII - definir e supervisionar a infraestrutura computacional e serviços de usuários da administração central do Ministério da Defesa;

IX - definir regras para a elaboração de normativos relativos aos recursos de infraestrutura TIC pertencentes à administração central do Ministério da Defesa;

X - promover o intercâmbio científico-tecnológico em TIC junto a outros órgãos da Administração Pública Federal;

XI - participar de intercâmbios científicos-tecnológicos em TIC junto a outros órgãos da Administração Pública Federal e empresas;

XII - cooperar com a Gegovti, apresentando a situação atualizada dos planejamentos e das execuções das ações previstas em portfólio de projetos de TIC, para fins de averiguação de desempenho; e

XIII - cooperar com a Gegovti, apresentando as ações planejadas para o controle dos riscos em projetos de TIC previstos em portfólio.

Art. 63. À Coordenação de Suporte compete:

I - implantar e administrar a infraestrutura computacional disponibilizada aos usuários da administração central do Ministério da Defesa;

II - implantar e manter a disponibilidade das bases de dados corporativas da administração central do Ministério da Defesa; e

III - elaborar normativos relativos aos recursos de infraestrutura de TIC de sua área de atuação pertencentes à administração central do Ministério da Defesa.

Art. 64. À Coordenação de Apoio a Usuários em Telefonia e Telecomunicações compete:

I - implantar e administrar toda infraestrutura de conectividade, mantendo a disponibilidade e o desempenho da infraestrutura de rede da administração central do Ministério da Defesa;

II - implantar, administrar e manter a disponibilidade dos serviços de telefonia da administração central do Ministério da Defesa; e

III - elaborar normativos relativos aos recursos de infraestrutura de TIC de sua área de atuação pertencentes à administração central do Ministério da Defesa.

Art. 65. À Coordenação de Apoio a Usuários em Informática compete:

I - executar, administrar e manter a infraestrutura computacional e serviços de usuários da administração central do Ministério da Defesa; e

II - elaborar normativos relativos aos recursos de infraestrutura de TIC de sua área de atuação pertencentes à administração central do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 66. Ao Secretário de Orçamento e Organização Institucional incumbe:

I - assessorar o Secretário-Geral do Ministério da Defesa e representá-lo, quando por ele determinado;

II - coordenar e supervisionar o processo de elaboração e execução de programas e projetos voltados para a melhoria e o aperfeiçoamento institucional dos órgãos e unidades integrantes do Ministério da Defesa;

III - promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração interna e externa, visando à implementação efetiva de programas e projetos de interesse da Secretaria, celebrar contratos, convênios e outros instrumentos congêneres; e

IV - exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas.

Art. 67. Ao Secretário de Orçamento e Organização Institucional cabe ainda, no âmbito das competências estabelecidas no art. 1º, caput, inciso XII, deste Regimento Interno, exercer as atribuições de ordenador de despesas da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Departamento do Programa Calha Norte e Censipam.

Parágrafo único. A competência prevista no caput poderá ser delegada a servidor ou militar de unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da Seori.

Art. 68. Ao Chefe de Gabinete da Seori incumbe:

I - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete;

II - manter permanente articulação com as unidades integrantes da Secretaria;

III - organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Secretário;

IV - supervisionar e praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Gabinete; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 69. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos no âmbito de sua competência;

II - propor e orientar a realização de estudos técnicos que subsidiem o processo de elaboração, implantação e execução de seus programas e projetos;

III - promover o constante aperfeiçoamento técnico da respectiva equipe;

IV - incentivar o intercâmbio de experiências, com vistas a subsidiar programas e projetos da Secretaria;

V - orientar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais que lhes são subordinadas; e

VI - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Secretário.

Art. 70. Aos Gerentes, Coordenadores-Gerais e demais dirigentes incumbe planejar, coordenar e controlar a execução das atividades e o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71. O Chefe de Gabinete do Ministro e o Secretário de Orçamento e Organização Institucional baixarão instruções normativas conjuntas sobre a operacionalização da segurança do Ministro de Estado da Defesa, definida nos seguintes termos:

I - segurança pessoal é o conjunto de medidas e ações desenvolvidas próximas ao Ministro, seus familiares e autoridades que o acompanham;

II - segurança de área é o conjunto de medidas e ações realizadas próximas e em estreita ligação com a segurança pessoal, devendo cobrir o espaço físico que possa oferecer riscos à autoridade e o necessário desdobramento dos recursos humanos e materiais empregados nas atividades de segurança; e

III - segurança da residência oficial é o conjunto de medidas e ações que visam à proteção do bem imóvel indicado como residência oficial, de seu mobiliário e das pessoas que a habitam ou nela trabalham.

Art. 72. Até que se proceda à revisão dos atos normativos pertinentes, eventuais dúvidas quanto ao exercício de competências e atribuições do Departamento de Administração Interna e do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, serão dirimidas em cada caso concreto pelos respectivos dirigentes, observadas as correspondentes áreas de atuação.

Art. 73. Os casos não previstos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Secretário de Orçamento e Organização Institucional.

ANEXO IX

REGIMENTO INTERNO

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Produtos de Defesa, órgão específico singular do Ministério da Defesa, compete:

I - subsidiar o Secretário-Geral nos assuntos de sua competência;

II - propor os fundamentos para a formulação e a atualização da política de ciência, tecnologia e inovação de defesa e acompanhar a sua execução;

III - propor os fundamentos para a formulação e a atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanhar a sua execução;

IV - propor a formulação e a atualização da política de obtenção de produtos de defesa e acompanhar a sua execução;

V - propor a formulação e a atualização da política de compensação tecnológica, industrial e comercial de defesa e acompanhar a sua execução;

VI - propor a formulação e a atualização da política nacional de exportação e importação de Prode e normatizar e supervisionar as ações inerentes ao controle das importações e das exportações de Prode;

VII - propor a formulação e a atualização de políticas relacionadas a processos de reestruturação da indústria de defesa, observadas as políticas públicas dirigidas à Base Industrial de Defesa;

VIII - propor a formulação e a constante atualização de diretrizes para a política nacional de concessão de créditos oficiais em suporte às exportações da Base Industrial de Defesa, bem como normatizar e supervisionar, no âmbito do Ministério da Defesa e limitado às competências deste, os procedimentos para obtenção dos referidos créditos pelas Empresas de Defesa (ED) e pelas Empresas Estratégicas de Defesa (EED);

IX - propor a formulação e a constante atualização de diretrizes para a política nacional de concessão de seguros e garantias oficiais em apoio às exportações da Base Industrial de Defesa, bem como normatizar e supervisionar, no âmbito do Ministério da Defesa e limitado às competências deste, os procedimentos para obtenção dos referidos seguros e garantias pelas ED e pelas EED;

X - prover o apoio às Forças Armadas nas atividades de estruturação de operações de crédito, externos ou internos, às suas importações, em qualquer de suas fases;

XI - conduzir programas e projetos de promoção comercial dos Prode nacionais;

XII - em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:

a) acompanhar os programas e projetos do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa;

b) acompanhar a determinação de necessidades e requisitos, em termos de aproveitamento comum, dos meios de defesa dimensionados pela análise estratégico-operacional;

c) acompanhar os assuntos relacionados com a padronização dos Prode de uso ou de interesse comum das Forças Armadas; e

d) propor a formulação e a atualização da política de obtenção de Prode e acompanhar a sua execução;

XIII - representar o Ministério da Defesa, na sua área de atuação, perante outros Ministérios, fóruns nacionais e internacionais, nas discussões de matérias que envolvam empresas e Prode e nos assuntos ligados à ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

XIV - apresentar diagnósticos para subsidiar investimentos públicos e privados na Base Industrial de Defesa; e

XV - coordenar e acompanhar as atividades relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico em áreas de interesse da defesa, incluindo tecnologia industrial básica (TIB) e tecnologias sensíveis.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º À Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos diretamente vinculados ao Secretário:

a) Gabinete (Gab - SEPROD); e

b) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - SEPROD);

II - Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD):

a) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - DEPROD);

b) Coordenação de Planejamento e Controle (CPLAC);

c) Divisão de Coordenação da Indústria de Defesa (DIVCID); e

d) Divisão de Fomento da Indústria de Defesa (DIVFID);

III - Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (DECTI):

a) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - DECTI);

b) Divisão de Tecnologia Industrial Básica e Projetos (DIVTIP); e

c) Divisão de Tecnologias Sensíveis (DIVTES);

IV - Departamento de Promoção Comercial (DEPCOM):

a) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - DEPCOM);

b) Divisão de Controle de Importação e Exportação (DIVIEX);

c) Divisão de Promoção Comercial (DIVCOM); e

d) Divisão de Inteligência Comercial (DIVINC);

V - Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa (DEPFIN):

a) Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - DEPFIN);

b) Divisão de Financiamentos, Garantias e Investimentos (DIVFIN);

c) Divisão de Economia de Defesa (DIVIED); e

d) Divisão de Comércio Exterior (DIVCOE).

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, os Departamentos, por Diretores, e as Divisões, por Gerentes, cujos cargos serão providos na forma da legislação em vigor.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores indicados e previamente designados na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete da SEPROD compete:

I - assistir o Secretário em sua representação funcional e na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar a pauta de trabalho do Secretário e promover o preparo de expediente para despacho;

III - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete, inclusive o do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Secretaria;

IV - acompanhar os temas relacionados às áreas de atuação da Secretaria e o andamento dos projetos sob sua responsabilidade;

V - assistir o Secretário na execução das suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

VI - promover articulações e programar a agenda de compromissos diários e de contatos de interesse do Secretário;

VII - manter permanente articulação com os departamentos que integram a Secretaria;

VIII - assessorar o Secretário de Produtos de Defesa sobre os aspectos orçamentários e financeiros dos programas sob responsabilidade da Secretaria; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo compete:

I - registrar, distribuir, controlar, elaborar, tramitar, conservar e arquivar os processos pertinentes à Secretaria;

II - revisar e padronizar documentos oficiais elaborados, antes de serem submetidos à assinatura do Secretário, do Chefe de Gabinete ou do Secretário-Geral do Ministério da Defesa, atentando para as normas comuns à Administração Pública federal;

III - providenciar, na área competente do Ministério da Defesa, reserva de passagens, requisições de transporte e diárias do Gabinete da Secretaria;

IV - proceder ao controle do orçamento disponibilizado à Secretaria para despesas com diárias e passagens no âmbito do Gabinete da Secretaria;

V - promover a manutenção, a guarda, o controle e a conservação dos bens, equipamentos e instalações do Gabinete, do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo, das salas de reunião e da copa da Secretaria;

VI - acompanhar a execução dos planos de treinamento e de avaliação de pessoal no âmbito do Gabinete da Secretaria;

VII - realizar o controle do efetivo, em articulação com a área competente do Ministério da Defesa;

VIII - requisitar e controlar o uso e a transferência do material permanente e de consumo, bem como da solicitação de outros serviços para atendimento das necessidades da Secretaria;

IX - supervisionar, acompanhar e auxiliar os Serviços de Apoio Técnico e Administrativo dos Departamentos subordinados à Secretaria de Produtos de Defesa, no tocante às suas atividades administrativas; e

X - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 7º Ao Departamento de Produtos de Defesa compete:

I - propor ao Secretário de Produtos de Defesa:

a) normas para a classificação dos Produtos de defesa - Prode, bem como do credenciamento das ED e EED;

b) requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos Prode para serem classificados como produtos estratégicos de defesa - PED;

c) diretrizes para o credenciamento, descredenciamento e a avaliação das ED e das EED e classificação, desclassificação e avaliação de Prode, PED e SD; e

d) cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial;

II - exercer o controle sobre as condições de classificação das ED e EED;

III - acompanhar, em articulação com a Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o ciclo de vida dos PED e Prode;

IV - propor as bases para a formulação e a atualização da política de obtenção de Prode e acompanhar a sua execução;

V - exercer as funções de Secretaria-Executiva da Comissão Mista da Indústria de Defesa;

VI - propor as bases para formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanhar a sua execução;

VII - coordenar as avaliações das ED e EED e acompanhar a conformidade da declaração de Conteúdo Nacional dos Prode e dos PED;

VIII - coordenar as atividades de fomento à indústria de defesa; e

IX - acompanhar as ações e propor aperfeiçoamentos para as medidas de compensação tecnológica, industrial e comercial (offset) de interesse da defesa.

Art. 8º Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do DEPROD compete:

I - registrar, distribuir, controlar, elaborar, tramitar, conservar e arquivar os processos pertinentes ao Departamento;

II - revisar e padronizar documentos oficiais elaborados, antes de serem submetidos à assinatura do Diretor, do Secretário de Produtos de Defesa, do Secretário-Geral do Ministério da Defesa ou do Presidente da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID), atentando para as normas comuns à Administração Pública federal;

III - providenciar, na área competente do Ministério da Defesa, reserva de passagens, requisições de transporte e diárias do Departamento;

IV - proceder ao controle do orçamento disponibilizado à Secretaria para despesas com diárias e passagens no âmbito do Departamento;

V - promover a manutenção, a guarda, o controle e a conservação dos bens, equipamentos e instalações do Departamento, do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo, das salas de reunião e da copa do DEPROD;

VI - acompanhar a execução dos planos de treinamento e de avaliação de pessoal no âmbito do Departamento;

VII - realizar o controle do efetivo, em articulação com a área competente do Ministério da Defesa;

VIII - requisitar e controlar o uso e a transferência do material permanente e de consumo, bem como da solicitação de outros serviços para atendimento das necessidades do Departamento; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 9º À Coordenação de Planejamento e Controle compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

II - coordenar e controlar as documentações e as legislações no âmbito do Departamento;

III - planejar e controlar atividades no âmbito do Departamento; e

IV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 10. À Divisão de Coordenação da Indústria de Defesa compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

II - coordenar as ações e propor as bases para a formulação e a atualização:

a) das diretrizes para o credenciamento, descredenciamento e avaliação das ED e das EED e classificação, desclassificação e avaliação de Prode, PED e SD;

b) das normas para a classificação dos Prode, PED e SD, bem como do credenciamento das ED e EED; e

c) dos requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos Prode para serem classificados como PED;

III - executar as ações necessárias para a realização das reuniões da CMID e acompanhar a implementação das suas deliberações;

IV - coordenar e verificar as condições de credenciamento e manutenção de ED e EED;

V - acompanhar, em articulação com a Chefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o ciclo de vida dos PED e Prode;

VI - acompanhar a participação das Forças Armadas no processo de fabricação de Prode; e

VII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 11. À Divisão de Fomento da Indústria de Defesa compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

II - coordenar as ações e propor as bases para a formulação e a atualização:

a) das cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial;

b) da política sobre compensação tecnológica, industrial e comercial relativas à obtenção de Prode e SD; e

c) da Política de Obtenção de Produtos e Sistemas de Defesa;

III - acompanhar o processo de análise de interoperabilidade de Prode junto às Forças Armadas, em articulação com a Chefia de Logística e Mobilização;

IV - propor, nos acordos de transferência de tecnologia e compensação tecnológica, comercial e industrial que envolvam os projetos de obtenção conjunta, cláusulas que contemplem tecnologias de interesse do Ministério da Defesa; e

V - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 12. Ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - coordenar e acompanhar as atividades de certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa;

III - acompanhar ações e propor aperfeiçoamentos para medidas de compensação tecnológica (offset) de interesse da defesa, em articulação com os demais Departamentos;

IV - promover e acompanhar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à área de defesa;

V - propor as bases para a formulação e atualização da política de ciência, tecnologia e inovação para a defesa e acompanhar a sua execução;

VI - avaliar, aperfeiçoar e coordenar o funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

VII - promover a integração entre os institutos de pesquisa militares, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

VIII - planejar, promover e acompanhar atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais;

IX - promover e acompanhar projetos de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa;

X - promover e acompanhar, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, as atividades relativas a tecnologias sensíveis, abrangendo as áreas tecnológicas - química, biológica, nuclear e missilística - e suas derivações;

XI - promover atividades de prospecção tecnológica nas áreas de interesse da defesa;

XII - planejar, coordenar e acompanhar atividades relacionadas à inteligência tecnológica;

XIII - acompanhar processos legislativos relacionados à sua área de atuação;

XIV - incentivar o relacionamento entre as instituições de fomento de ciência, tecnologia e inovação, as instituições científicas e tecnológicas, a academia e a indústria; e

XV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 13. Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do DECTI compete:

I - registrar, distribuir, controlar, elaborar, tramitar, conservar e arquivar os processos pertinentes ao Departamento;

II - revisar e padronizar documentos oficiais elaborados, antes de serem submetidos à assinatura do Diretor, do Secretário de Produtos de Defesa ou do Secretário-Geral do Ministério da Defesa, atentando para as normas comuns à Administração Pública federal;

III - providenciar, na área competente do Ministério da Defesa, reserva de passagens, requisições de transporte e diárias do Departamento;

IV - proceder ao controle do orçamento disponibilizado à Secretaria para despesas com diárias e passagens no âmbito do Departamento;

V - promover a manutenção, a guarda, o controle e a conservação dos bens, equipamentos e instalações do Departamento, do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo, das salas de reunião e da copa do DECTI;

VI - acompanhar a execução dos planos de treinamento e de avaliação de pessoal no âmbito do Departamento;

VII - realizar o controle do efetivo, em articulação com a área competente do Ministério da Defesa;

VIII - requisitar e controlar o uso e a transferência do material permanente e de consumo, bem como da solicitação de outros serviços para atendimento das necessidades do Departamento; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 14. À Divisão de Tecnologia Industrial Básica e Projetos compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

II - planejar e executar as atividades relacionadas ao funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

III - propor a atualização da política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a defesa, quando necessário, e acompanhar a sua execução;

IV - promover e acompanhar os projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesse da defesa;

V - acompanhar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias na área de defesa;

VI - planejar, promover e acompanhar atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais;

VII - planejar e promover ações de integração entre os institutos de pesquisa militares, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

VIII - em coordenação com o Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa, planejar e executar ações que contribuam para estabelecer as prioridades da defesa nos processos de financiamento por entidades brasileiras para os projetos de pesquisa e desenvolvimento;

IX - planejar e executar as atividades de prospecção tecnológica, incluindo visitas técnicas e participação em eventos, nacionais e internacionais, nas áreas de interesse da defesa;

X - propor a atualização da Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa, quando necessário;

XI - coordenar e planejar as atividades relacionadas à tecnologia industrial básica (TIB) de interesse da defesa, compreendendo as áreas de metrologia, normalização, regulamentação técnica e avaliação de conformidade (acreditação, inspeção, ensaios, certificação e suas funções correlatas);

XII - promover atividades de TIB de interesse da defesa;

XIII - coordenar o relacionamento com o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e sistemas análogos; e

XIV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 15. À Divisão de Tecnologias Sensíveis compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

II - acompanhar as atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais, com foco em tecnologias sensíveis, abrangendo os bens de uso na área química, biológica, nuclear, missilística e suas derivações;

III - acompanhar a pesquisa e o desenvolvimento de Prode que empreguem tecnologias sensíveis;

IV - acompanhar, em articulação com a Chefia de Assuntos Estratégicos, os acordos internacionais sobre bens sensíveis, desarmamento e não proliferação de armas de destruição em massa (ADM) e seus vetores, bem como as medidas necessárias à implementação de seus dispositivos no país;

V - acompanhar as inspeções internacionais de instalações localizadas em território nacional de interesse da defesa, que estejam envolvidas direta ou indiretamente com a fabricação, o manuseio ou o controle de bens sensíveis;

VI - elaborar pareceres técnicos que subsidiem posicionamentos do Ministério da Defesa nos assuntos relacionados às tecnologias sensíveis e aos acordos internacionais de não proliferação de ADM e seus vetores;

VII - planejar e promover ações de integração entre os institutos de pesquisa militares, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação relacionados às tecnologias sensíveis e aos acordos internacionais de não proliferação de ADM e seus vetores;

VIII - incentivar o relacionamento entre as instituições de fomento de ciência, tecnologia e inovação, instituições científicas e tecnológicas, a academia e a indústria;

IX - acompanhar atividades que contribuam para a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de tecnologias sensíveis;

X - planejar e executar atividades de prospecção tecnológica na sua área de atuação; e

XI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 16. Ao Departamento de Promoção Comercial compete:

I - promover a inserção de empresas brasileiras ligadas à área de defesa no mercado internacional;

II - promover diálogos bilaterais de comércio e investimentos na área de Prode;

III - acompanhar ações e propor aperfeiçoamentos para medidas de compensação comercial (offset) de interesse da defesa, em articulação com os demais Departamentos;

IV - participar da organização e da coordenação de jornadas empresariais ligadas à promoção comercial de Prode, no País e no exterior;

V - estruturar, manter, acompanhar bases de dados e elaborar estatísticas de comércio exterior de Prode;

VI - propor as bases para a formulação e atualização da política nacional de exportação e importação de Prode e de diretrizes para o controle da exportação e importação de produtos de interesse da defesa;

VII - planejar e coordenar, em articulação com outros órgãos do Governo e demais Departamentos, missões empresariais brasileiras, feiras, seminários e rodadas de negócios de promoção comercial de Prode;

VIII - divulgar, em articulação com outros órgãos do Governo e demais Departamentos, o produto de defesa brasileiro no país e no exterior;

IX - analisar e emitir pareceres sobre pedidos de operação de exportação e importação de produtos para os quais o Ministério da Defesa seja órgão anuente, no âmbito dos normativos legais que tratam do comércio exterior no País; e

X - participar, em articulação com o Departamento de Produtos de Defesa, das ações de fomento da Base Industrial de Defesa no exterior;

Art. 17. Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do DEPCOM compete:

I - registrar, distribuir, controlar, elaborar, tramitar, conservar e arquivar os processos pertinentes ao Departamento;

II - revisar e padronizar documentos oficiais elaborados, antes de serem submetidos à assinatura do Diretor, do Secretário de Produtos de Defesa ou do Secretário-Geral do Ministério da Defesa, atentando para as normas comuns à Administração Pública federal;

III - providenciar, na área competente do Ministério da Defesa, reserva de passagens, requisições de transporte e diárias do Departamento;

IV - proceder ao controle do orçamento disponibilizado à Secretaria para despesas com diárias e passagens no âmbito do Departamento;

V - promover a manutenção, a guarda, o controle e a conservação dos bens, equipamentos e instalações do Departamento, do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo, das salas de reunião e da copa do DEPCOM;

VI - acompanhar a execução dos planos de treinamento e de avaliação de pessoal no âmbito do Departamento;

VII - realizar o controle do efetivo, em articulação com a área competente do Ministério da Defesa;

VIII - requisitar e controlar o uso e a transferência do material permanente e de consumo, bem como da solicitação de outros serviços para atendimento das necessidades do Departamento; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 18. À Divisão de Controle de Importação e Exportação compete:

I - propor as bases para a formulação das diretrizes gerais para o acompanhamento dos processos de importação e exportação de produtos de interesse da defesa;

II - orientar e fornecer informações, em conjunto com os demais órgãos da Secretaria, às empresas da Base Industrial de Defesa sobre os procedimentos relacionados às operações de importação e exportação de produtos de defesa;

III - assessorar o Diretor do Departamento de Promoção Comercial na análise e elaboração de pareceres sobre pedidos de operação de exportação e importação de produtos de defesa para os quais o Ministério da Defesa seja órgão anuente, no âmbito dos normativos legais que tratam do comércio exterior no País;

IV - acompanhar, controlar e manter atualizado os deferimentos de Licenças, Permissões, Certificações e Outros (LPCO) e as declarações Únicas de Exportação (DUE), utilizando os sistemas públicos aplicados na atividade;

V - analisar, corrigir e informar ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) as distorções na documentação de operações de exportação de produtos de defesa oriunda daquele Ministério ou das empresas exportadoras de produtos de defesa;

VI - assessorar o Secretário de Produtos de Defesa na deliberação da assinatura dos Certificados Internacionais de Importação (CII), e acompanhar os processos de importações e exportações de Prode, no âmbito das competências do Ministério da Defesa;

VII - acompanhar, a criação de novos produtos, das ED e das EED, em conjunto com outros órgãos desta Secretaria;

VIII - estruturar, manter e acompanhar a base de dados e o acervo de documentos custodiados pela Divisão, e elaborar estatísticas de comercio exterior de Prode; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 19. À Divisão de Operações de Promoção Comercial compete:

I - assistir o Diretor no desempenho de suas funções institucionais;

II - assessorar o Diretor no acompanhamento das ações e na proposição de aperfeiçoamentos para medidas de compensação comercial (offset) de interesse da defesa;

III - elaborar, em conjunto com as Divisões do Departamento, os planos plurianuais e de ação, o planejamento de viagens e as necessidades de custeio e investimento;

IV - promover e estabelecer contatos junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e embaixadas no que se refere aos assuntos referentes ao Departamento de Promoção Comercial;

V - em coordenação com o Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa, promover diálogos bilaterais de comércio e investimentos;

VI - planejar e coordenar, em articulação com outros órgãos do Governo e demais Departamentos, missões empresariais brasileiras, feiras, seminários e rodadas de negócios de promoção comercial de Prode;

VII - divulgar o produto de defesa brasileiro no país e no exterior;

VIII - divulgar licitações internacionais de interesse da BID;

IX - elaborar planejamento estratégico das atividades de promoção comercial;

X - participar, em articulação com o Departamento de Produtos de Defesa, das ações de fomento da BID, no que se refere às atividades de promoção comercial de Prode no exterior;

XI - apoiar as missões empresariais estrangeiras em visita ao Brasil;

XII - participar do esforço de integração regional, principalmente no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por meio de ações no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações;

XIII - participar, quando indicado, da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores;

XIV - promover a inserção de empresas brasileiras relacionadas à área de defesa no mercado internacional;

XV - divulgar, em articulação com outros órgãos do Governo e demais Departamentos, o Prode brasileiro no País e no exterior;

XVI - prestar assessoramento técnico ao Secretário da SEPROD quanto aos assuntos atinentes à promoção comercial;

XVII - organizar eventos ligados à promoção comercial de Prode no país e no exterior; e

XVIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 20. À Divisão de Inteligência Comercial compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de sua competência;

II - acompanhar o comércio internacional de Prode e produtos de segurança;

III - coletar, armazenar, analisar, integrar e disponibilizar dados e informações a respeito do mercado de bens do interesse da defesa; e

IV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 21. Ao Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa compete:

I - propor as bases para formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de financiamentos e garantias voltadas à Base Industrial de Defesa;

II - propor as bases para formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de acompanhamento econômico e reestruturação de Empresas de Defesa (ED) ou Empresas Estratégicas de Defesa (EED);

III - coordenar, no âmbito da Secretaria de Produtos de Defesa e em articulação com o Departamento de Produtos de Defesa, a formulação e a atualização de diretrizes e a análise de demandas relacionadas à tributação incidente sobre a Base Industrial de Defesa;

IV - propor, no âmbito do Ministério da Defesa e em articulação com o Departamento de Promoção Comercial e outros órgãos da Administração Pública Federal, as bases para a formulação e a atualização de diretrizes relacionadas a processos de comércio exterior voltados à Base Industrial de Defesa;

V - acompanhar ações e propor aperfeiçoamentos para medidas de compensação comercial, industrial e tecnológica (offset) de interesse da defesa, em articulação com os demais Departamentos; e

VI - planejar e coordenar, em articulação com outros órgãos da Administração Pública Federal, cursos de capacitação nas áreas de financiamentos e economia de defesa.

Art. 22. Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo do DEPFIN compete:

I - registrar, distribuir, controlar, elaborar, tramitar, conservar e arquivar os processos pertinentes ao Departamento;

II - revisar e padronizar documentos oficiais elaborados, antes de serem submetidos à assinatura do Diretor, do Secretário de Produtos de Defesa ou do Secretário-Geral do Ministério da Defesa, atentando para as normas comuns à Administração Pública Federal;

III - providenciar, na área competente do Ministério da Defesa, reserva de passagens, requisições de transporte e diárias do Departamento;

IV - proceder ao controle do orçamento disponibilizado ao Departamento para despesas com diárias e passagens no âmbito do Departamento;

V - promover a manutenção, a guarda, o controle e a conservação dos bens, equipamentos e instalações de todas as salas do Departamento;

VI - acompanhar a execução dos planos de treinamento e de avaliação de pessoal no âmbito do Departamento;

VII - realizar o controle do efetivo, em articulação com a área competente do Ministério da Defesa;

VIII - requisitar e controlar o uso e a transferência do material permanente e de consumo, bem como da solicitação de outros serviços para atendimento das necessidades do Departamento; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 23. À Divisão de Financiamentos, Garantias e Investimentos compete:

I - indicar ao Diretor oportunidades de atuação junto a órgãos e entidades públicas ou privadas, com o objetivo de auxiliar os Comandos Militares na estruturação de operações de crédito e investimentos, externo ou interno, em suporte às suas aquisições de bens ou serviços;

II - identificar oportunidades de criação de linhas de crédito, financiamentos, fundos de investimento, cofinanciamentos, cosseguros, empréstimos e correlatos em suporte à Base Industrial de Defesa, bem como, alternativas de parcerias, de apoio nos processos de desenvolvimento, produção ou exportação de Prode e PED;

III - propor novas formas de obtenção de garantias às ED e EED quando envolvidas em operações de exportação de Prode, em coordenação com a Divisão de Comércio Exterior (DIVCOE);

IV - quando indicado pelo Secretário, representar o Ministério da Defesa em comissões, conselhos e demais órgãos colegiados congêneres, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, que tratem de operações de crédito interno ou externo em suporte às exportações e importações de Prode, operações de emissão de garantias prestadas pela União, ou, ainda, em processos de decisão de fundos de investimentos e afins, em coordenação com a Divisão de Comércio Exterior (DIVCOE);

V - realizar estudos de gestão de riscos necessários ao desempenho de suas atividades, particularmente no que tange ao apoio governamental brasileiro às exportações de Prode;

VI - assessorar a DIVCOE nas demandas relativas ao comércio exterior, no que tange aos assuntos que envolvam financiamentos e garantias às exportações, ou, ainda, análise de riscos em operações a prazo;

VII - acompanhar ações e propor, em coordenação com os demais Departamentos, aperfeiçoamentos das medidas de compensação comercial, industrial e tecnológica (offsets) de interesse da defesa, particularmente aquelas que envolvam investimentos para fortalecimento ou ampliação da Base Industrial de Defesa;

VIII - propor, em articulação com outros órgãos do Governo e demais Departamentos, a participação em missões empresariais brasileiras, feiras, seminários e rodadas de negócios de produtos de defesa, sob a ótica de absorção de conhecimentos em novas abordagens de engenharia de operações de crédito, de disponibilização de garantias e seguros de créditos, ou, ainda, de investimentos no setor de Defesa;

IX - atuar, quando indicado pelo Secretário, na relação com investidores nacionais e internacionais para atração de investimentos, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa;

X - sob designação específica do Secretário, encaminhar a posição do Ministério da Defesa sobre assuntos tratados em fóruns nacionais e internacionais relacionados a temas de comércio exterior, financiamento, garantia às exportações ou investimentos no setor de Defesa; e

XI - produzir, acompanhar e promover estudos, pareceres, publicações e outras análises acerca de metodologias, processos ou mesmo melhores práticas sobre quaisquer temas afetos à DIVFIN, de forma autônoma ou em parceria com outros setores e órgãos da Administração.

Art. 24. À Divisão de Economia de Defesa compete:

I - acompanhar a política econômica do Brasil e seu impacto sobre o setor de defesa;

II - prospectar o impacto do orçamento público sobre os investimentos governamentais em programas estratégicos de defesa, atuando junto às demais secretarias do Ministério da Defesa e aos Comandos Militares, para identificar efeitos no crescimento econômico brasileiro;

III - assessorar à DIVCOE nas demandas econômicas das empresas da BID relacionadas ao comércio exterior;

IV - contribuir com estudos que potencializem incentivos econômicos fomentando autonomia produtiva da BID, no que diz respeito à competitividade, produtividade, tributação e participação do capital estrangeiro;

V - analisar, propor e coordenar a implantação, no âmbito do Ministério da Defesa, de acordos de cooperação, convênios e congêneres, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que visem à elaboração de estudos, análises, diagnósticos e afins relacionados à inteligência econômica da BID;

VI - elaborar, definir e implementar estudos relacionados aos desempenhos econômico e financeiro de empresas de interesse estratégico do Ministério da Defesa;

VII - elaborar informativo periódico sobre a conjuntura econômica; e

VIII - assessorar a SEPROD no que se refere aos assuntos de natureza econômica.

Art. 25. À Divisão de Comércio Exterior compete:

I - assessorar o Diretor em assuntos tratados no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX);

II - atuar junto aos órgãos federais e entidades intervenientes, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, responsáveis pelo trato de assuntos inerentes à área de comércio exterior, por meio da análise, acompanhamento, apresentação de demandas e proposição de ações no âmbito da BID, no que tange:

a) à política tarifária na importação e exportação;

b) aos procedimentos para investigações relativas a práticas desleais de comércio exterior;

c) à política de financiamento das exportações de bens e serviços, em coordenação com a Divisão de Financiamentos, Garantias e Investimentos (DIVFIN);

d) à cobertura dos riscos de operações a prazo, inclusive as relativas ao seguro de crédito às exportações, em coordenação com a Divisão de Financiamentos, Garantias e Investimentos (DIVFIN);

e) à funcionalidade do sistema tributário no âmbito das atividades de exportação e importação, em coordenação com a Divisão de Economia de Defesa (DIVIED;

f) ao acompanhamento da aprovação de medidas adotadas pela CAMEX de racionalização e simplificação de procedimentos, exigências e controles administrativos incidentes sobre importações e exportações de produtos de defesa;

g) ao acompanhamento da aprovação de medidas adotadas pela CAMEX, em articulação com outros setores do MD, de ações de promoção comercial de mercadorias e de serviços no exterior e de informação comercial; e

h) ao acompanhamento das atividades de comércio exterior e investimentos tratados no âmbito da CAMEX

III - executar os estudos de gestão de riscos necessários ao desempenho de suas atividades, particularmente quanto ao apoio governamental brasileiro às exportações de Prode em coordenação com a Divisão de Financiamentos, Garantias e Investimentos (DIVFIN);

IV - assessorar o Diretor em assuntos tratados no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e entidades congêneres;

V - assessorar o Diretor em temas de acordos bilaterais e multilaterais de comércio e investimentos, em coordenação com a Divisão de Financiamentos, Garantias e Investimentos (DIVFIN); e

VI - quando indicado pelo Secretário, representar o Ministério da Defesa em comissões, conselhos e demais órgãos colegiados congêneres, públicos ou privados, intervenientes em processos de exportação e importação de Prode.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 26. Ao Secretário de Produtos de Defesa incumbe:

I - Assessorar o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, representá-lo quando por ele determinado e expedir, mediante sua delegação, documentos sobre assuntos de sua competência;

II - coordenar e supervisionar o processo de elaboração e execução de programas e projetos relacionados com a área de atuação da Secretaria;

III - promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, visando à implementação efetiva de programas e projetos de interesse da Secretaria;

IV - exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação à autoridade imediatamente subordinada; e

V - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 27. Ao Chefe de Gabinete da Secretaria incumbe:

I - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete;

II - acompanhar as atividades e manter permanente articulação com as unidades integrantes da Secretaria;

III - organizar e acompanhar a pauta de trabalho e a agenda de compromissos do Secretário; e

IV - supervisionar e praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Gabinete.

Art. 28. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos no âmbito de sua competência;

III - propor e orientar a realização de estudos técnicos que subsidiem o processo de elaboração, implantação e execução de seus programas e projetos;

IV - promover o constante aperfeiçoamento técnico da equipe;

V - incentivar o intercâmbio de experiências com vistas a subsidiar programas e projetos da Secretaria;

VI - orientar e aprovar os programas de trabalho dos setores subordinados; e

VII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 29. Aos Gerentes de Divisão e demais dirigentes de unidades incumbe planejar, coordenar e controlar a execução das atividades e o funcionamento dos setores sob sua responsabilidade, e exercer outras atividades que lhes forem atribuídas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Os casos não previstos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Secretário de Produtos de Defesa.

ANEXO X

REGIMENTO INTERNO

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, órgão específico singular do Ministério da Defesa, compete:

I - subsidiar o Secretário-Geral nos assuntos de sua competência;

II - propor política de pessoal civil, militar e pensionistas, e políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;

III - propor a política de remuneração dos militares e de seus pensionistas e acompanhar a sua execução;

IV - coordenar os procedimentos administrativos relacionados a anistiados de competência do Ministério;

V - propor diretrizes e coordenar a gestão do banco de informações estratégicas e gerenciais;

VI - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;

VII - propor diretrizes para a assistência religiosa nas Forças Armadas;

VIII - propor a atualização e acompanhar a execução da Política de Ensino de Defesa;

IX - propor diretrizes gerais de orientação das atividades de ensino e de instrução especializada, nos aspectos comuns a mais de uma Força;

X - contribuir para difusão dos assuntos de defesa para a sociedade brasileira;

XI - supervisionar projetos especiais atribuídos à Secretaria;

XII - gerir a captação de recursos financeiros para o Projeto Rondon;

XIII - propor a formulação e a atualização da política e da estratégia de saúde e assistência social para as Forças Armadas, e a atualização de políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar sua execução;

XIV - supervisionar a gestão do Hospital das Forças Armadas;

XV - propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relativas ao esporte militar, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar sua execução; e

XVI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgão diretamente vinculado ao Secretário:

a) Gabinete (GAB - SEPESD):

1. Serviço de Apoio Técnico e Administrativo (SATA - SEPESD);

b) Assessoria de Relações Institucionais (ARI - SEPESD);

c) Assessoria de Planejamento Administrativo (APA);

d) Gerência de Planejamento Orçamentário (GEPLO);

II - Departamento de Pessoal (DEPES):

a) Divisão Setorial de Pessoal Civil (DIPEC);

b) Divisão de Política de Pessoal Militar (DIPMIL);

c) Divisão de Política de Remuneração (DIREM);

III - Departamento de Ensino (DEPENS):

a) Divisão de Ensino (DIENS);

b) Divisão de Cooperação (DICOOP);

c) Divisão de Projetos Especiais (DIPRES);

d) Assessoria de Planejamento Orçamentário (APO);

IV - Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS):

a) Divisão de Saúde (DISAU);

b) Divisão de Assistência Social (DIVAS);

c) Divisão de Segurança Biológica (DIBIO);

V - Departamento de Desporto Militar (DDM):

a) Coordenação de Apoio Gerencial (COAG);

b) Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB);

c) Divisão de Programas e Projetos Sociais pelo Esporte (DIPSE);

d) Assessoria do Departamento de Desporto Militar (ASS - DDM); e

VI - Hospital das Forças Armadas (HFA).

Art. 3º A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto será dirigida por Secretário, os Departamentos por Diretores e as Divisões por Gerentes, cujos cargos serão providos na forma da legislação em vigor.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores indicados e previamente designados, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos internos;

III - coordenar a pauta de trabalho do Secretário e o preparo de expediente para despacho;

IV - articular e programar a agenda de compromissos diários e de contatos de interesse do Secretário;

V - coordenar, orientar e supervisionar o Serviço de Apoio Técnico e Administrativo da Secretaria;

VI - coordenar a permanente articulação com as unidades integrantes da Secretaria e com outras unidades integrantes do Ministério da Defesa;

VII - controlar despesas com diárias e passagens e despesas com terceiros no âmbito do Gabinete da Secretaria; e

VIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Técnico e Administrativo compete:

I - receber, registrar e controlar a tramitação e a expedição de correspondências e conservar e reproduzir documentos pertinentes ao Gabinete da Secretaria;

II - providenciar a elaboração de documentos diversos de interesse do Gabinete da Secretaria;

III - revisar e padronizar documentos oficiais elaborados pela Secretaria a serem encaminhados para assinatura do Secretário, do Chefe de Gabinete, bem como do Secretário-Geral e do Ministro de Estado da Defesa, segundo as normas comuns à Administração Pública federal;

IV - providenciar o arquivamento eletrônico e físico dos documentos e processos de interesse do Gabinete da Secretaria;

V - promover a manutenção, a guarda e a conservação dos bens, equipamentos e instalações do Gabinete da Secretaria;

VI - acompanhar a execução do Plano de Treinamento de Pessoal no âmbito do Gabinete da Secretaria;

VII - requisitar e controlar materiais e acompanhar a execução dos serviços gerais relativos ao Gabinete da Secretaria;

VIII - elaborar relatórios, estatísticas e estudos referentes às atividades do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 7º À Assessoria de Relações Institucionais compete:

I - assessorar o Secretário nas atividades e trabalhos desenvolvidos pelos Departamentos da SEPESD;

II - assessorar e assistir o Secretário nas demandas e trabalhos realizados em conjunto com as outras unidades integrantes do Ministério da Defesa;

III - assessorar o Secretário nas atividades e projetos desenvolvidos em parceria com as Forças Armadas;

IV - representar a Secretaria em grupos de trabalhos e órgãos colegiados;

V - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

VI - apoiar o relacionamento institucional da SEPESD com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, respeitadas as competências dos demais órgãos da estrutura do Ministério;

VII - quando for do interesse do Ministério da Defesa, atuar junto aos setores competentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para conduzir ações destinadas à divulgação das atividades desenvolvidas pela SEPESD;

VIII - acompanhar as visitas de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário à SEPESD;

IX - em articulação com a Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro da Defesa, acompanhar o Secretário, Diretores e Gerentes da SEPESD que eventualmente sejam designados a comparecerem às sessões plenárias das comissões temáticas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, como também solicitados a comparecerem aos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário;

X - respeitadas as competências dos demais órgãos da estrutura do Ministério e quando designado pelo Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, relacionar-se com integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, desenvolvendo ações e atividades que contribuam para a manutenção da imagem positiva do Ministério da Defesa e da SEPESD;

XI - submeter à apreciação do Secretário nomes de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que, em virtude de suas atuações, reúnam requisitos para participarem de eventos vinculados a SEPESD, nas suas áreas de atuação e respeitadas as competências dos demais órgãos da estrutura do Ministério;

XII - sob coordenação da ASPAR, acompanhar a tramitação das proposições legislativas e demais matérias de interesse da SEPESD;

XIII - acompanhar junto aos Departamentos da SEPESD os pareceres emitidos por meio de Notas Técnicas, quando solicitados pela Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa; e

XIV - propor e coordenar agendas de reuniões com os integrantes dos Departamentos da SEPESD, com o fito de desenvolver estratégias de captação de emendas parlamentares que proporcionarão incremento orçamentário aos programas de interesse da SEPESD.

Art. 8º À Assessoria de Planejamento Administrativo compete:

I - assessorar o Chefe de Gabinete e o Secretário na coleta de subsídios, na instrução, na redação e na prévia análise dos fundamentos e do amparo legal concernentes aos procedimentos que tramitam no âmbito do Gabinete;

II - articular-se com os órgãos da estrutura do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, visando a coleta de informações e o entendimento de matérias sob a responsabilidade da Secretaria;

III - analisar e emitir manifestação prévia a respeito de matérias submetidas ao Secretário, acompanhando o trâmite dos procedimentos;

IV - realizar estudos e análises;

V - colaborar com o Secretário na fundamentação, na análise do amparo legal e na redação de atos e procedimentos oficiais;

VI - conduzir projetos colocados sob sua responsabilidade pelo Chefe de Gabinete;

VII - elaborar e manter instrumentos gerenciais em proveito das atividades do Gabinete;

VIII - conduzir, no âmbito da Secretaria, a elaboração de manuais, de normas, procedimentos, rotinas e relatórios de suas atividades;

IX - planejar e executar atividades de apoio ao Gabinete;

X - assessorar o Secretário nos assuntos relacionados com as atividades organizacionais e administrativas do Hospital das Forças Armadas (HFA); e

XI - assessorar o Secretário nas atividades relacionadas com o aprimoramento da estrutura organizacional e administrativa do HFA.

Art. 9º À Gerência de Planejamento Orçamentário compete:

I - coordenar e consolidar o planejamento orçamentário da Secretaria junto aos Departamentos da SEPESD;

II - coordenar, junto ao DEPENS e ao DDM, os registros do acompanhamento orçamentário no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP);

III - manter atualizadas as informações do rol de responsáveis (titular e substituto) nos sistemas de informação;

IV - coordenar a elaboração e atualização de planos de ação atribuídos à SEPESD;

V - atuar na revisão da Lei Orçamentária Anual, sob orientação da Divisão de Orçamento da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, e no ajuste de atributos do Plano Plurianual, quando solicitado pela Divisão de Planejamento da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional;

VI - coordenar as informações sobre a implementação dos planos e ação da SEPESD;

VII - coordenar, junto aos Departamentos da SEPESD os subsídios que servirão de informações para a elaboração do relatório de gestão;

VIII - registrar, em conjunto com os departamentos envolvidos, as informações correspondentes ao monitoramento temático do PPA, quando da abertura do SIOP; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação e outras que lhe forem cometidas.

Art. 10. Ao Departamento de Pessoal compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - propor as bases para a formulação e a atualização da política de pessoal civil, militar e pensionistas, além de formular e atualizar as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar sua execução;

III - elaborar estudos e propor bases para a formulação da política de remuneração dos militares e de seus pensionistas e acompanhar a sua execução;

IV - propor as diretrizes e conduzir as ações do banco de informações estratégicas e gerenciais;

V - elaborar, com a participação das Forças Armadas, estudos e efetuar a avaliação financeira e atuarial das pensões militares;

VI - propor diretrizes para a assistência religiosa nas Forças Armadas;

VII - manter interlocução com os representantes das diferentes religiões professadas nas Forças Armadas para o cumprimento do disposto na Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981;

VIII - executar os procedimentos administrativos relacionados com anistiados sob incumbência do Ministério; e

IX - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 11. À Divisão Setorial de Pessoal Civil, no âmbito do Ministério da Defesa, compete:

I - assistir o Diretor do Departamento, no âmbito de sua competência;

II - exercer, por delegação do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, a atribuição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal, de acordo com a legislação vigente;

III - orientar e coordenar procedimentos relativos à política de pessoal civil da Administração Pública Federal no âmbito do Ministério da Defesa;

IV - coordenar e acompanhar ações concernentes à política remuneratória de pessoal civil das empresas públicas vinculadas ao Ministério da Defesa;

V - coordenar e instruir processos de cessão, requisição, redistribuição e exercício provisório do pessoal civil das Forças Armadas e dos órgãos subordinados e vinculados ao Ministério da Defesa, além daqueles relativos a afastamento do país;

VI - analisar processos administrativos disciplinares e demais documentos sobre ética e disciplina funcional, que devam ser submetidos à apreciação de autoridade hierarquicamente superior; e

VII - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 12. À Divisão de Política de Pessoal Militar compete:

I - propor, atualizar e aperfeiçoar políticas e diretrizes na área de Pessoal Militar;

II - supervisionar e coordenar a elaboração de propostas de regulamentação das carreiras militares, de criação, revisão e atualização da legislação referente aos militares e a instrução dos processos referentes a direitos e prerrogativas do pessoal militar;

III - analisar e acompanhar os assuntos de interesse da Defesa com reflexos na área de Pessoal Militar, em especial o Estatuto dos Militares, as carreiras militares, a valorização de pessoal e de pensionistas;

IV - propor, anualmente, a fixação dos efetivos distribuídos às Forças Armadas e o quantitativo de vagas para promoção obrigatória, no âmbito das Forças Armadas;

V - supervisionar e coordenar os processos de movimentação de pessoal militar das Forças Armadas para outros órgãos da Administração Pública;

VI - supervisionar a aplicação e aperfeiçoar a legislação vinculada à realização da prova de vida por militares inativos, ex-combatentes e pensionistas;

VII - secretariar a Comissão dos Serviços de Assistência Religiosa das Forças Armadas; e

VIII - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 13. À Divisão de Política de Remuneração compete:

I - propor as bases para a formulação da política de remuneração dos militares e de seus pensionistas e acompanhar a sua execução;

II - realizar estudos e conduzir a elaboração da avaliação financeira e atuarial das despesas com a remuneração de militares e das receitas e despesas com as pensões militares;

III - executar os procedimentos administrativos relacionados a militares anistiados políticos sob incumbência do Ministério da Defesa;

IV - propor as diretrizes e conduzir as ações do banco de informações estratégicas e gerenciais (BIEG);

V - disponibilizar dados sobre a remuneração dos militares e pensionistas das Forças Armadas; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 14. Ao Departamento de Ensino compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - propor as bases para a atualização da Política de Ensino de Defesa e acompanhar sua execução;

III - propor e manter atualizada a regulamentação da Política de Ensino de Defesa;

IV - acompanhar a execução das ações previstas na regulamentação da Política de Ensino de Defesa, afetas a outros órgãos;

V - coordenar ações de competência do Ministério da Defesa previstas na regulamentação da Política de Ensino de Defesa;

VI - propor programas de ingresso, formação, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, em matéria de interesse da defesa nacional;

VII - propor medidas que contribuam para a interação do ensino militar nas Forças Armadas;

VIII - consolidar sugestões de diretrizes gerais de orientação das atividades de ensino e instrução especializada e de ensino, em seus aspectos comuns às três Forças;

IX - manter permanente contato com o Ministério da Educação e com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em assuntos de interesse comum dos sistemas militares de ensino;

X - manter contato permanente com a CAPES e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para fomentar estudos relacionados à área de defesa nacional;

XI - desenvolver programas de cooperação com as instituições de ensino superior, para criação ou ampliação de centros de estudos estratégicos, com o objetivo de aprofundar as discussões de temas de interesse da defesa nacional;

XII - desenvolver projetos e atividades de cooperação com o meio acadêmico civil e outros setores da sociedade, com o objetivo de difundir assuntos de interesse da defesa nacional;

XIII - gerenciar o Projeto Rondon e conduzir suas operações;

XIV - identificar oportunidades para captação de recursos orçamentários e patrocinadores para o Projeto Rondon;

XV - representar o Ministério da Defesa no Comitê de Orientação e Coordenação do Projeto Rondon; e

XVI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 15. À Divisão de Ensino compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - subsidiar a proposta das bases para a atualização da Política de Ensino de Defesa e acompanhar sua execução;

III - subsidiar a proposição e a atualização da regulamentação da Política de Ensino de Defesa;

IV - monitorar a execução das ações previstas na regulamentação da Política de Ensino de Defesa, afetas a outros órgãos externos ao Ministério da Defesa;

V - encarregar-se das ações de competência do Ministério da Defesa previstas na Política de Ensino de Defesa, de acordo com a sua regulamentação;

VI - acompanhar os programas de ingresso, formação, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal militar, em matéria de interesse da defesa nacional;

VII - propor os programas de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal civil, em matéria de interesse da defesa nacional;

VIII - coordenar e conduzir estudos visando à crescente interação do ensino militar;

IX - propor medidas que visem à crescente harmonização da formação e da capacitação dos militares, nos aspectos comuns às Forças Armadas;

X - formular sugestões e consolidar diretrizes gerais de orientação das atividades de instrução especializada e de ensino militar e tecnológico, nos aspectos comuns às três Forças;

XI - representar o Departamento de Ensino junto ao Ministério da Educação e à CAPES no trato de assuntos de interesse comum dos sistemas militares de ensino; e

XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 16. À Divisão de Cooperação compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - contribuir, em ligação com a CAPES, CNPQ e outras entidades dedicadas aos assuntos de Segurança e Defesa, para o fomento e a difusão dos estudos e pesquisas científicas de interesse da segurança e da defesa nacional, nos níveis de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado;

III - acompanhar o cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação da CAPES em vigor, de interesse do Ministério da Defesa;

IV - promover a cooperação entre instituições de ensino civis e militares para a implementação de projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e à formação de recursos humanos qualificados na área de defesa nacional;

V - promover iniciativas que incentivem a produção de conhecimentos de interesse da segurança e da defesa nacional, nos níveis de graduação e de pós-graduação stricto sensu;

VI - estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, civis e militares, para a difusão e discussão de temas de interesse da segurança e da defesa nacional;

VII - cooperar com instituições de ensino superior civis, centros de estudos estratégicos e outras entidades dedicadas aos assuntos de segurança e defesa, em estrita observância à competência do Departamento de Ensino;

VIII - contribuir para o desenvolvimento de programas de cooperação com as instituições de ensino superior, para criação ou ampliação de centros de estudos estratégicos, com o objetivo de aprofundar as discussões de temas de interesse da defesa nacional; e

IX - realizar outras atividades inerentes a sua área de atuação.

Art. 17. À Divisão de Projetos Especiais compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - planejar e conduzir as operações do Projeto Rondon e de outros projetos especiais relacionados às atribuições da Secretaria;

III - identificar oportunidades para captação de recursos orçamentários e patrocinadores para o Projeto Rondon;

IV - participar de atividades que divulguem o Projeto Rondon e estreitem os laços com as instituições de ensino superior;

V - coordenar e manter atualizados o site e o sistema de gerenciamento de operações do Projeto Rondon; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 18. À Assessoria de Planejamento Orçamentário compete:

I - assessorar o Diretor nos assuntos de planejamento e orçamento; e

II - gerenciar os processos internos instituídos no âmbito da Assessoria.

Art. 19. Ao Departamento de Saúde e Assistência Social compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - propor as bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e coordenar e acompanhar sua execução;

III - participar do processo de proposição das bases para a formulação das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de segurança biológica de interesse do Ministério da Defesa, e acompanhar sua execução;

IV - identificar, em conjunto com as Forças Armadas, áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implantação de programas e projetos de saúde, assistência social e segurança biológica;

V - conduzir estudos e articular ações que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e projetos de saúde, assistência social e segurança biológica no âmbito das Forças Armadas;

VI - realizar estudos e propor, em conjunto com as Forças Armadas, diretrizes gerais para a gestão dos fundos de saúde das Forças Armadas;

VII - acompanhar a execução das diretrizes para as atividades de saúde, assistência social e segurança biológica, nos seus respectivos eixos estratégicos;

VIII - conduzir estudos e articular ações nas áreas de biossegurança, bioproteção, defesa biológica e biodiversidade, com foco no fortalecimento das capacidades nacionais de defesa;

IX - assessorar e apoiar o Secretário em suas demandas técnicas nas áreas de saúde, assistência social e segurança biológica; e

X - participar de atividades interministeriais e interinstitucionais nas áreas de saúde, assistência social e segurança biológica.

Parágrafo único. O Diretor do Departamento de Saúde e Assistência Social é membro da Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas, da Comissão de Assistência Social das Forças Armadas, presidente do Comitê de Prevenção e Controle de HIV/Aids das Forças Armadas no Brasil (COPRECOS-Brasil) e presidente da Comissão de Biossegurança do Ministério da Defesa.

Art. 20. À Divisão de Saúde compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - fornecer subsídios para a proposição das bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e coordenar e acompanhar sua execução;

III - auxiliar na identificação das áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implantação de programas e projetos de saúde;

IV - participar de estudos e articular ações que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e projetos de saúde das Forças Armadas;

V - realizar estudos e propor diretrizes gerais para a gestão dos fundos de saúde das Forças Armadas;

VI - acompanhar a execução das diretrizes para as atividades de saúde;

VII - assessorar e apoiar o Diretor do DESAS em suas demandas técnicas na área de saúde;

VIII - representar o Ministério da Defesa na área de saúde, nas atividades interministeriais e interinstitucionais; e

IX - elaborar relatórios das atividades dos setores subordinados.

Art. 21. À Divisão de Assistência Social compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - fornecer subsídios para a proposição das bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de assistência social para as Forças Armadas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e coordenar e acompanhar sua execução;

III - auxiliar na identificação das áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implantação de programas e projetos de assistência social das Forças Armadas;

IV - participar de estudos e articular ações que contribuam para a melhoria da gestão e a racionalização de programas e projetos de assistência social no âmbito das Forças Armadas;

V - realizar estudos e propor diretrizes gerais para a gestão do percentual nos fundos de saúde para Assistência Social das Forças Armadas;

VI - acompanhar a execução das diretrizes para as atividades de assistência social;

VII - assessorar e apoiar o Diretor do DESAS em suas demandas técnicas na área de assistência social;

VIII - representar o Ministério da Defesa na área de assistência social, nas atividades interministeriais e interinstitucionais; e

IX - elaborar relatórios das atividades dos setores subordinados.

Art. 22. À Divisão de Segurança Biológica compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - contribuir com o processo de proposição das bases para a formulação e a atualização das políticas, estratégias e diretrizes setoriais de segurança biológica de interesse do Ministério da Defesa e com o acompanhamento de sua execução;

III - auxiliar na identificação das áreas passíveis de aperfeiçoamento e integração com a implantação de programas e projetos de segurança biológica;

IV - acompanhar a execução das diretrizes para as atividades de segurança biológica;

V - participar de estudos e articular ações nas áreas de biossegurança, bioproteção, defesa biológica e biodiversidade, com foco no fortalecimento das capacidades nacionais de defesa;

VI - assessorar e apoiar o Diretor do DESAS em suas demandas técnicas na área de segurança biológica;

VII - participar de atividades interministeriais e interinstitucionais na área de segurança biológica; e

VIII - elaborar relatórios das atividades dos setores subordinados.

Art. 23. Ao Departamento de Desporto Militar compete:

I - assessorar o Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto nos assuntos de sua competência;

II - coordenar a elaboração das políticas de desporto militar para as Forças Armadas;

III - elaborar e propor bases para formulação e atualização das diretrizes gerais e das instruções complementares, normas e procedimentos para atividades relativas ao desporto militar e acompanhar sua execução;

IV - elaborar, em coordenação com as Forças Armadas, o Programa Desportivo Militar Anual;

V - planejar, organizar e executar, com a colaboração das Forças Armadas, as competições desportivas entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica;

VI - reunir, periodicamente, as Comissões de Desportos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

VII - constituir representações nacionais nas competições desportivas militares internacionais com componentes das Forças Armadas e Forças Auxiliares;

VIII - receber e formalizar propostas de convocações de militares indicados pelos Comandos das Forças para competições, campeonatos e outras atividades ligadas ao esporte e ao treinamento físico;

IX - elaborar propostas de diretrizes gerais para a incorporação de atletas de alto rendimento nas Forças Armadas de acordo com as necessidades específicas das equipes militares;

X - apoiar as Forças Armadas na manutenção do treinamento de seus atletas, enquanto convocados para compor as delegações nacionais;

XI - apoiar as Forças Armadas em campeonatos e congressos desportivos nacionais e internacionais;

XII - promover conferências, palestras e outros eventos e iniciativas que visem divulgar o desporto militar;

XIII - representar desporto militar do País junto ao Conselho Internacional do Esporte Militar, à União Desportiva Militar Sul-Americana e a outros organismos desportivos militares estrangeiros;

XIV - selecionar e sugerir indicações de representantes para o desempenho de funções e cargos no Conselho Internacional do Esporte Militar, na União Desportiva Militar Sul-Americana ou em outros organismos desportivos militares estrangeiros;

XV - selecionar e propor ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, por solicitação das Nações Amigas, instrutores e monitores de educação física ou orientadores de modalidades esportivas;

XVI - assumir, quando lhe couber, o Escritório de Ligação do Conselho Internacional do Esporte Militar e a União Desportiva Militar Sul-Americana;

XVII - organizar, promover e realizar campeonatos, torneios, congressos, simpósios e atividades afins, em âmbito nacional, regional e internacional, nos dois últimos casos após a aprovação prévia do Secretário-Geral do Ministério da Defesa, em coordenação ou não com organismos desportivos militares nacionais ou estrangeiros, observadas as competências e as áreas de atuação dos demais órgãos da administração pública;

XVIII - integrar, quando convocado e indicado, o Conselho Nacional do Esporte;

XIX - colaborar com o esporte nacional de alto rendimento por meio do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas;

XX - representar as Forças Armadas, quando requerido e nas esferas de suas atribuições, nos assuntos atinentes ao esporte nacional, particularmente junto ao Ministério do Esporte, ao Comitê Olímpico Brasileiro e às Confederações e Federações Esportivas;

XXI - apoiar e integrar programas governamentais que envolvam atividades esportivas com a participação das Forças Armadas;

XXII - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários e patrocinadores para o Desporto Militar;

XXIII - propor ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; e

XXIV - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

§1º A função de Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil será exercida em caráter cumulativo pelo Diretor do Departamento de Desporto Militar.

§2º O Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil será também o Chefe da delegação militar do Brasil junto ao Conselho Internacional do Esporte Militar.

Art. 24. À Coordenação de Apoio Gerencial compete:

I - gerenciar os assuntos referentes ao pessoal, com ênfase na gestão por competências;

II - propor o aprimoramento, a normatização, a sistematização e a padronização de métodos e procedimentos administrativos, com ênfase na tecnologia digital;

III - gerenciar as rotinas de trabalho e os procedimentos administrativos relativos ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

IV - fiscalizar o arquivamento físico e digital de toda a documentação produzida ou recebida pelo Departamento;

V - promover ações objetivando prever e prover os materiais e serviços necessários à atuação do Departamento;

VI - promover ações objetivando a segurança, a conservação e a manutenção dos bens, equipamentos e instalações sob responsabilidade do Departamento;

VII - controlar os projetos e processos no âmbito do Departamento;

VIII - coordenar a elaboração do programa de trabalho, do plano de ação anual e da pré-proposta orçamentária anual das ações orçamentárias sob a responsabilidade do Departamento;

IX - orientar e controlar a execução orçamentária e financeira dos recursos sob responsabilidade do Departamento; e

X - assessorar e apoiar o Diretor na elaboração do planejamento estratégico da Secretaria-Geral do MD no que concerne ao desporto militar.

Art. 25. À Comissão Desportiva Militar do Brasil compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - elaborar propostas de políticas de desporto militar para as Forças Armadas;

III - elaborar proposta para atualização das diretrizes gerais e das instruções complementares, normas e procedimentos para atividades relativas ao desporto militar e acompanhar sua execução;

IV - planejar, organizar e gerenciar, em coordenação com as Forças Armadas, o Programa Desportivo Militar Anual;

V - executar, em coordenação com as Forças Armadas, as competições desportivas militares e as reuniões das Comissões de Desportos;

VI - planejar, organizar e gerenciar representações nas competições desportivas militares nacionais e internacionais com componentes das Forças Armadas e Forças Auxiliares;

VII - receber indicações e formalizar propostas de convocações de militares indicados pelos Comandos das Forças para competições, campeonatos e outras atividades ligadas ao esporte e ao treinamento físico;

VIII - elaborar propostas de diretrizes gerais para a incorporação de atletas de alto rendimento nas Forças Armadas, de acordo com as necessidades específicas das equipes militares;

IX - apoiar as Forças Armadas na manutenção do treinamento de seus atletas, enquanto convocados para compor as delegações nacionais;

X - representar as Forças Armadas em campeonatos e congressos desportivos nacionais e internacionais;

XI - planejar, organizar e gerenciar conferências, palestras e outros eventos e iniciativas que visem divulgar o desporto militar;

XII - representar o desporto militar do País junto ao Conselho Internacional do Esporte Militar, à União Desportiva Militar Sul-Americana e a outros organismos;

XIII - selecionar e sugerir indicações de representantes para o desempenho de funções e cargos no Conselho Internacional do Esporte Militar, na União Desportiva Militar Sul-Americana ou em outros organismos desportivos militares estrangeiros;

XIV - selecionar instrutores e monitores de educação física ou orientadores de modalidades esportivas para atuar junto a nações amigas;

XV - atuar na organização e na promoção e executar campeonatos, torneios, congressos, simpósios e atividades afins, em âmbito nacional, regional e internacional, nos dois últimos casos após a aprovação prévia do Secretário-Geral do Ministério da Defesa, em coordenação ou não com organismos desportivos militares nacionais ou estrangeiros, observadas as competências e as áreas de atuação dos demais órgãos da administração pública;

XVI - representar as Forças Armadas, quando requerido e nas esferas de suas atribuições, nos assuntos atinentes ao esporte nacional, particularmente junto ao Ministério do Esporte, ao Comitê Olímpico Brasileiro e às confederações e federações esportivas;

XVII - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários e patrocinadores para o desporto militar;

XVIII - propor ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto parcerias e convênios com entidades públicas e privadas; e

XIX - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Parágrafo único. O ocupante do cargo de Gerente da CDMB será também Vice-Presidente da Comissão e substituto eventual do Chefe da Delegação militar do Brasil junto ao Conselho Internacional do Esporte Militar.

Art. 26. À Divisão de Programas e Projetos Sociais pelo Esporte compete:

I - assessorar o Diretor do Departamento nos assuntos de sua competência;

II - elaborar, propor e executar programas e projetos sociais que tenham o esporte como meio para o seu desenvolvimento;

III - identificar oportunidades para a captação de recursos orçamentários e financeiros para os programas e projetos sociais, por meio do esporte, visando às ações relacionadas ao esporte educacional, de lazer e de inclusão e integração social;

IV - identificar e explorar oportunidades de aperfeiçoamento dos programas sociais sob sua responsabilidade;

V - colaborar com o esporte nacional de alto rendimento por meio do fomento e do aperfeiçoamento de processo de detecção de talentos nos programas e projetos sociais desenvolvidos;

VI - apoiar e integrar programas e projetos que envolvam o desporto e as atividades físicas com a participação das Forças Armadas; e

VII - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 27. À Assessoria do Departamento de Desporto Militar compete:

I - assessorar o Secretário da SEPESD e o Diretor do DDM sobre a análise de cenários referentes aos eventos desportivos internacionais;

II - solicitar a divulgação e cobertura da ASCOM/MD para os eventos do Departamento;

III - acompanhar e apoiar, quando necessário, as autoridades estrangeiras presentes aos campeonatos e eventos do Departamento;

IV - agendar, assessorar e acompanhar, em coordenação com a ASCOM/MD, as entrevistas do Diretor;

V - manter o Diretor atualizado sobre as notícias de interesse do Departamento, no âmbito do desporto militar e outros programas e projetos do Departamento;

VI - assessorar, apoiar e executar todas as atividades de cerimonial, relações públicas e comunicação social requeridas pelo Diretor;

VII - acompanhar decisões judiciais e prestar informações ao Diretor;

VIII - elaborar manifestações técnicas sobre projetos de lei, de decretos e demais atos normativos;

IX - acompanhar a tramitação dos processos de licitação e contratos vinculados aos eventos desportivos e de inclusão social gerenciados pelo Departamento; e

X - orientar os demais setores do Departamento na elaboração de contratos e acordos de cooperação.

Art. 28. Ao Hospital das Forças Armadas cabe exercer as competências estabelecidas em regimento interno próprio.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 29. Ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto incumbe:

I - assessorar o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, representá-lo, quando por ele determinado, e expedir, mediante sua delegação, documentos sobre assuntos de sua competência;

II - coordenar e supervisionar o processo de elaboração e execução de programas e projetos relacionados com a área de atuação da Secretaria;

III - promover ações e desenvolver atividades de articulação e integração, interna e externa, visando à implementação efetiva de programas e projetos de interesse da Secretaria; e

IV - exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação à autoridade imediatamente subordinada.

Art. 30. Ao Chefe de Gabinete do Secretário incumbe:

I - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete;

II - acompanhar as atividades e manter permanente articulação com as unidades integrantes da Secretaria;

III - organizar e acompanhar a pauta de trabalhos e a agenda de compromissos do Secretário; e

IV - supervisionar e praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Gabinete.

Art. 31. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos no âmbito de sua competência;

II - propor e orientar a realização de estudos técnicos que subsidiem o processo de elaboração, implantação e execução de seus programas e projetos;

III - promover o constante aperfeiçoamento técnico da equipe;

IV - incentivar o intercâmbio de experiências, com vistas a subsidiar programas e projetos da Secretaria;

V - orientar e aprovar os programas de trabalho das Divisões; e

VI - exercer a presidência ou a coordenação de comissões na sua área de competência.

Art. 32. Aos Gerentes e Coordenadores incumbe gerenciar a execução das atividades sob sua responsabilidade, e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 33. Aos Assessores incumbe assistir o Secretário ou os Diretores nos assuntos relacionados às suas áreas de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Os casos não previstos e as dúvidas surgidas na aplicação deste regimento interno serão dirimidos pelo Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

ANEXO XI

REGIMENTO INTERNO

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), órgão específico singular do Ministério da Defesa, compete:

I - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações destinadas ao Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam);

II - fomentar e elaborar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;

III - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas ao Sipam;

IV - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área;

V - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, manutenção, operacional e de inteligência, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do Sipam;

VI - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para apoiar as ações de governo na região, por meio da conjunção de esforços no planejamento, na integração de informações e na geração do conhecimento;

VII - desenvolver ações para a atualização e a evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do Sipam;

VIII - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao Consipam;

IX - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e aos demais órgãos e entidades interessados;

X - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições, observada a legislação vigente;

XI - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do Sipam, anualmente ou quando solicitado;

XII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o SIPAM;

XIII - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao Sipam definidos pelo Consipam;

XIV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;

XV - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a execução orçamentária, financeira e contábil do Censipam, incluídos os recursos recebidos por descentralização;

XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições;

XVII - exercer as atividades de administração do patrimônio, de recursos humanos, de telecomunicações e de tecnologia da informação, inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional e de inteligência do Censipam;

XVIII - propor projetos com base nas diretrizes da Secretaria-Geral para composição do plano de gestão estratégica da administração central do Ministério da Defesa; e

XIX - coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Censipam.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Censipam tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Órgãos diretamente vinculados ao Diretor-Geral:

a) Gabinete (GAB);

b) Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT);

c) Núcleo de Integração Institucional (NUIIN);

d) Núcleo de Assessoramento em Governança (NUGOV);

e) Núcleo para Articulação com o Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado com Ênfase no Narcotráfico (NUCICCON);

f) Centro Regional de Manaus (CR/MN):

1. Coordenação Técnica (COTEC/MN);

1.1. Serviço de Logística e Manutenção (SELOM/MN);

2. Coordenação Operacional (COPER/MN);

3. Setor de Inteligência (SEINT/MN);

4. Setor Administrativo (SEADM/MN);

4.1. Serviço de Gestão de Pessoas (SEGEP/MN);

4.2. Serviço de Patrimônio e Almoxarifado (SEPAT/MN);

g) Centro Regional de Belém (CR/BE):

1. Setor Técnico (SETEC/BE);

1.1. Serviço de Logística e Manutenção (SELOM/BE);

2. Setor Operacional (SEOPE/BE);

3. Coordenação de Inteligência (COINT/BE);

4. Setor Administrativo (SEADM/BE);

h) Centro Regional de Porto Velho (CR/PV):

1. Setor Técnico (SETEC/PV);

2. Setor Operacional (SEOPE/PV);

3. Coordenação de Inteligência (COINT/PV);

4. Setor Administrativo (SEADM/PV);

4.1. Serviço de Gestão de Pessoas (SEGEP/PV);

II - Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF):

a) Coordenação-Geral de Administração e Finanças (CGAFI):

1. Coordenação de Serviços Gerais (COSEG);

2. Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC);

3. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (COPAL);

4. Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN);

5. Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (CODEGEP);

III - Diretoria Técnica (DITEC):

a) Coordenação-Geral de Logística e Manutenção (CGLOM);

b) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação (CGTIC);

c) Coordenação-Geral de Logística e Manutenção (CGLOM):

1. Setor de Logística (SELOG):

2. Setor de Manutenção Técnica (SEMAT):

d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação (CGTIC):

1. Setor de Sistemas de Informação e Banco de Dados (SESIB);

2. Setor de Serviços, Redes e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (SESER);

3. Setor de Telecomunicações (SETEL);

IV - Diretoria de Produtos (DIPRO):

a) Coordenação-Geral de Operações (CGOPE):

1. Coordenação de Monitoramento Territorial (COTER);

2. Setor de Monitoramento Ambiental (SETAM);

b) Núcleo de Observação da Terra (NUOBT):

1. Setor de Geração de Dados e Imagens (SETGI);

2. Setor de Processamento e Distribuição de Dados e Imagens (SETDI).

Art. 3º A competência territorial do Censipam é a do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM e aquelas decorrentes de outras atribuições ou atividades de apoio específicas.

§1º A competência territorial dos Centros Regionais do Censipam, para efeito de delimitação de responsabilidades, é assim definida:

I - Centro Regional de Manaus, com sede na cidade de Manaus - AM: sobre os estados do Amazonas e de Roraima;

II - Centro Regional de Belém, com sede na cidade de Belém - PA: sobre os estados do Pará, do Amapá, de Tocantins e do Maranhão; e

III - Centro Regional de Porto Velho, com sede na cidade de Porto Velho - RO: sobre os estados de Rondônia, de Mato Grosso e do Acre.

§2º Além dos centros regionais, funciona, com sede na cidade de Brasília - DF, o Centro de Coordenação Geral do Censipam.

§3º A critério do Diretor-Geral do Censipam, a competência territorial dos centros regionais pode ser, motivadamente, estendida ou reduzida.

Art. 4º O Censipam será dirigido pelo Diretor-Geral, as Diretorias por Diretores, os Centros Regionais por Gerentes, o Gabinete por Chefe de Gabinete, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais e as Coordenações por Coordenadores, e os Serviços por Chefes de Serviço, cujos cargos serão providos na forma da legislação pertinente.

§ 1º Os ocupantes dos cargos previstos no caput serão substituídos, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares, e na vacância do cargo, por servidores previamente designados na forma da legislação vigente.

§ 2º Os Núcleos e os Setores relacionados no art. 2º deste Regimento Interno são unidades administrativas do Censipam e são constituídos com os servidores e os militares em exercício no próprio Censipam e neles alocados por determinação do Diretor-Geral.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Diretor-Geral na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;

II - coordenar a pauta de trabalho do Diretor-Geral e promover o preparo de expediente para despacho;

III - promover articulações e programar a agenda de compromissos diários e de contatos do interesse do Diretor-Geral;

IV - manter interação com as unidades organizacionais do Censipam e providenciar, em todos os níveis administrativos, a transmissão das determinações emanadas no âmbito institucional;

V - assistir e apoiar as demais diretorias em suas atividades; e

VI - supervisionar a organização do cerimonial das solenidades.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Inteligência compete:

I - propor diretrizes, planejar, coordenar e implementar ações relativas à atividade de inteligência e de operações de campo no âmbito do Censipam;

II - obter dados e avaliar situações que venham impedir ou dificultar a conquista e a manutenção dos objetivos estabelecidos para o Censipam;

III - supervisionar a inclusão de dados de interesse da inteligência no banco de dados;

IV - propor, orientar, coordenar e avaliar os procedimentos da segurança orgânica no âmbito das unidades organizacionais do Censipam; e

V - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação no âmbito de sua área de competência.

Art. 7º Ao Núcleo de Integração Institucional, subordinado ao Diretor-Geral, compete:

I - participar e assistir processos de integração e articulação das unidades do Censipam com outros órgãos da administração pública e entidades não governamentais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Censipam;

II - propor, implementar, coordenar, avaliar e sistematizar os trâmites relativos a acordos, termos, convênios e outros instrumentos congêneres, nacionais e internacionais, necessários ao cumprimento das deliberações do Censipam;

III - fornecer o suporte necessário ao Censipam no cumprimento de sua responsabilidade de secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao Consipam;

IV - colaborar no desenvolvimento de programas, projetos e temas relacionados com o aprimoramento institucional do Censipam;

V - coordenar, controlar, revisar e sistematizar as ações de planejamento e orçamento do Censipam;

VI - coordenar a elaboração do relatório de atividades anual e do relatório de gestão do Censipam;

VII - acompanhar e sistematizar as ações relativas a planejamento, projetos e programas do Ministério da Defesa; e

VIII - assessorar o Diretor-Geral nas questões relativas a temas, projetos, eventos e articulações internacionais.

Art. 8º Ao Núcleo de Assessoramento em Governança, subordinado ao Diretor-Geral, compete:

I - coordenar a elaboração das respostas aos relatórios e solicitações de auditoria;

II - supervisionar o atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle e dos compromissos assumidos nos planos de providências permanentes;

III - mapear e elaborar relatórios em relação aos controles administrativos;

IV - apoiar as unidades organizacionais na gestão de riscos administrativos;

V - avaliar os processos administrativos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares, das políticas e das diretrizes estabelecidas; e

VI - propor regras e atividades de governança, bem como a criação de mecanismos de controle preventivo.

Art. 9º Ao Núcleo para Articulação com o Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado com Ênfase no Narcotráfico, subordinado ao Diretor-Geral, compete:

I - planejar, desenvolver e coordenar a implementação de ações cooperativas em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área de segurança pública, com ênfase no narcotráfico, a fim de viabilizar a criação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado com Ênfase no Narcotráfico (CICCON);

II - articular com as Forças Armadas, respeitando suas competências legais, a sua participação na estruturação do CICCON; e

III - coordenar as informações, conhecimentos e trabalhos relativos ao narcotráfico no âmbito do Censipam.

Art. 10. Aos Centros Regionais de Manaus, Belém e Porto Velho compete:

I - gerenciar as ações e atividades administrativas relacionadas à gestão patrimonial, de pessoas, de programas e de projetos na sua área de competência;

II - supervisionar as ações administrativas necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, manutenção e operacional, em apoio aos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do Centro Regional;

III - supervisionar e executar as políticas e diretrizes técnicas, operacionais e administrativas institucionalmente estabelecidas;

IV - supervisionar a distribuição de dados, informações e conhecimentos relativos às atividades, programas, projetos, produtos e serviços, segundo as diretrizes e acordos firmados;

V - supervisionar o apoio técnico e operacional aos representantes dos órgãos parceiros nas atividades de planejamento e execução de ações integradas; e

VI - supervisionar programas e projetos de pesquisas, em consonância com as diretrizes e os acordos firmados.

Art. 11. À Coordenação Técnica do Centro Regional de Manaus e aos Setores Técnicos, subordinados administrativamente aos respectivos Centros Regionais e tecnicamente à Diretoria Técnica, compete:

I - supervisionar e implementar, no âmbito do respectivo Centro Regional, todas as atividades de gestão da tecnologia da informação e comunicação, sob coordenação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação, da Diretoria Técnica, em especial quanto a:

a) elaboração e desenvolvimento de projetos relacionados à tecnologia da informação e comunicações (TIC);

b) administração da infraestrutura de TIC, dos serviços de TIC e do suporte a serviços de TIC;

c) operação e manutenção do serviço de atendimento aos usuários de tecnologia da informação e comunicação;

d) suporte à equipe de manutenção técnica e aos usuários internos e externos, locais e remotos;

e) administração local do banco de dados do Censipam;

f) implementação de medidas de segurança para a salvaguarda dos dados e dos sistemas de informações corporativos;

g) atividades necessárias ao cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do PEI, Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); e

h) atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento em TIC;

II - supervisionar e implementar, no âmbito do respectivo Centro Regional, todas as atividades de gestão da logística e manutenção técnicas, sob coordenação da Coordenação-Geral de Logística e Manutenção, da Diretoria Técnica, em especial quanto a:

a) instalação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva da infraestrutura tecnológica de campo do Sipam, na área de sua competência;

b) elaboração de projetos de modernização da infraestrutura tecnológica de campo do Sipam;

c) licenciamento da infraestrutura de telecomunicações de campo e atendimento às legislações pertinentes;

d) atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento em logística e manutenção técnicas;

III - colaborar com o planejamento da gestão da tecnologia da informação e comunicação, da logística e da manutenção técnica, em consonância com o PEI;

IV - implementar e aplicar diretrizes, normas e procedimentos sobre tecnologia da informação e comunicação, logística e manutenção técnica;

V - prover assessoria técnica, dentro de suas atribuições, às demais unidades organizacionais, áreas ou setores do Centro Regional;

VI - supervisionar o cumprimento das metas técnicas estabelecidas no âmbito do PEI e seus desdobramentos;

VII - propor parcerias técnicas, logísticas e de manutenção técnica, na área de sua competência; e

VIII - prover suporte técnico às atividades finalísticas, através da gestão da infraestrutura técnica, assim como dos serviços técnicos prestados por terceiros e empresas contratadas.

Art. 12. À Coordenação Operacional do Centro Regional de Manaus e aos Setores Operacionais, subordinados administrativamente aos respectivos Centros Regionais e tecnicamente à Diretoria de Produtos, compete, em sua área de atuação:

I - coordenar e executar as atividades de produção meteorológica, climática, hidrológica, ambiental e territorial, conforme orientação da CGOPE;

II - coordenar as atividades de gestão e divulgação dos produtos e serviços;

III - executar a gestão e controle de usabilidade dos terminais de comunicação por satélite;

IV - executar o tratamento, análise e interpretação de dados de sensoriamento remoto de observação da terra, ótico e radar, orbital e aéreo;

V - executar o tratamento, análise, interpretação e distribuição de dados para aplicação cartográfica, temática, ambiental e territorial;

VI - executar o tratamento, análise e interpretação de dados ambientais e territoriais disponibilizados pelos parceiros e pelo NUOBT;

VII - executar o tratamento, análise, interpretação de dados meteorológicos, climáticos e atmosféricos;

VIII - subsidiar a CGOPE, via COTER e SETAM, com as necessidades de capacitação, pesquisa e desenvolvimento, participação em eventos, trabalhos de campo e gestão de contratos e de cooperações;

IX - subsidiar o NUOBT com as necessidades de coleta de dados de sensores de superfície, aerotransportados e satelitais;

X - compartimentar a análise, interpretação e geração de produtos de inteligência, cujos dados são coletados por sensores de superfície, aerotransportados e satelitais e de aplicação restrita;

XI - encaminhar para COTER e SETAM projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e

XII - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no âmbito de sua área de competência, e encaminha-los a CGOPE, via COTER e SETAM.

Art. 13. Às Coordenações de Inteligência dos Centros Regionais de Belém e Porto Velho e ao Setor de Inteligência do Centro Regional de Manaus, subordinados administrativamente aos respectivos Centros Regionais e tecnicamente à Coordenação-Geral de Inteligência, compete:

I - supervisionar e aplicar a doutrina de inteligência e contrainteligência no âmbito do Centro Regional, de acordo com as normas do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) para a atividade e as diretrizes do Diretor-Geral; e

II - supervisionar e executar missões de inteligência aprovadas ou emanadas do Diretor-Geral;

Art. 14. Aos Setores Administrativos subordinados aos Gerentes dos Centros Regionais de Manaus, Belém e Porto Velho, conforme diretrizes da Diretoria de Administração e Finanças, compete:

I - executar as atividades de implementação da política de desenvolvimento de pessoal e de gestão de pessoas;

II - realizar as atividades de protocolo, de gestão e preservação do acervo documental e bibliográfico; e

III - executar as atividades de gestão dos bens patrimoniais, de gestão de materiais e de gestão da manutenção predial.

Art. 15. Aos Serviços compete executar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com a sua área de atuação.

Art. 16. À Diretoria de Administração e Finanças compete:

I - a gestão interna do patrimônio, instalações, recursos humanos, transporte, protocolo, arquivo e dos recursos orçamentários e financeiros sob a responsabilidade do Censipam;

II - analisar e propor ao Diretor-Geral a consolidação da proposta orçamentária;

III - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira, incluídos os recursos recebidos por descentralização;

IV - propor ao Diretor-Geral diretrizes, normas e regulamentos referentes às unidades organizacionais do Censipam, relativos à gestão de pessoal, documental, administrativa, financeira e patrimonial, observadas as competências dos demais órgãos e unidades do Ministério da Defesa;

V - designar gestores contratuais no âmbito das unidades do Censipam;

VI - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral;

VII - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação no âmbito de sua área de competência;

VIII - planejar, propor, coordenar, avaliar e executar as atividades logísticas voltadas para o suporte administrativo;

IX - autorizar a realização de licitações, bem como dispensá-las e reconhecer as situações de inexigibilidade, conforme estabelecido na legislação relacionada; e

X - praticar atos de reconhecimento de dívidas.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Administração e Finanças compete:

I - orientar, controlar a execução e avaliar as atividades afetas a sua área de atuação no Centro de Coordenação Geral e nos Centros Regionais, incluindo:

a) administração de suprimentos e patrimônio;

b) administração dos recursos orçamentários e financeiros, incluindo a conformidade documental;

c) gestão predial;

d) administração do serviço de transporte de servidores e cargas e da guarda e manutenção dos veículos oficiais; e

e) protocolo e acervo documental e bibliográfico;

II - supervisionar, dirigir e controlar a operação dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal; e

III - orientar, controlar a execução e avaliar as atividades de contratação e fiscalização na aquisição de bens e serviços.

Art. 18. À Coordenação de Serviços Gerais compete executar, no Centro de Coordenação Geral e, em conjunto com os Setores Administrativos, nos Centros Regionais:

I - as atividades e os projetos de gestão predial;

II - o serviço de transporte de servidores e cargas e da guarda e manutenção dos veículos oficiais;

III - o serviço de telefonia móvel institucional; e

IV - as atividades de protocolo, gestão e preservação do acervo documental e bibliográfico.

Art. 19. À Coordenação de Licitações e Contratos compete executar as atividades de:

I - contratação para aquisição de bens e serviços;

II - gestão dos contratos; e

III - orientação e apoio às áreas demandantes na elaboração de termos de referência e projetos básicos.

Art. 20. À Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado compete executar as atividades relacionadas com a gestão de materiais, bens permanentes, de consumo e bens patrimoniais no âmbito do Censipam.

Art. 21. À Coordenação de Orçamento e Finanças compete:

I - realizar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira;

II - gerenciar os suprimentos de fundos e consolidar as prestações de contas;

III - analisar e registrar a consistência dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial;

IV - manter atualizado o rol de responsáveis por atos de gestão da unidade gestora; e

V - consolidar, conferir e enviar à Secretaria da Receita Federal a declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte do Censipam.

Art. 22. À Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas à provisão da força de trabalho, como recrutamento, seleção, cessão, requisição e nomeação e concurso público, entre outros;

II - coordenar, supervisionar e executar as atividades de registro funcional;

III - coordenar o processo e elaborar a folha de pagamento e o reembolso de remuneração de servidores cedidos;

IV - realizar as atividades referentes à seguridade social dos servidores no que se refere à saúde suplementar, saúde ocupacional e regime de previdência complementar;

V - coordenar, supervisionar e realizar atividades de gestão da carreira de ciência e tecnologia no âmbito do Censipam;

VI - planejar, coordenar, supervisionar e realizar atividades de desenvolvimento e capacitação; e

VII - realizar acompanhamento sistemático da legislação e atos normativos referentes à área de pessoal, assessorando as demais unidades do Censipam quanto ao seu cumprimento.

Art. 23. À Diretoria Técnica compete:

I - coordenar e executar a gestão da tecnologia da informação e da comunicação, da logística e da manutenção técnica, em consonância com o PDTIC, em especial quanto a:

a) operacionalidade, modernização e segurança da infraestrutura tecnológica;

b) telecomunicações; e

c) banco de dados e sistemas de informação;

II - coordenar o planejamento da gestão da tecnologia da informação e comunicação, da logística e da manutenção técnica, em consonância com o PEI;

III - elaborar e propor diretrizes, normas e procedimentos sobre tecnologia da informação e comunicação, da logística e da manutenção técnica;

IV - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitado pelo Diretor-Geral; e

V - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação no âmbito de sua área de competência.

Art. 24. À Coordenação-Geral de Logística e Manutenção compete:

I - promover a operacionalidade da infraestrutura tecnológica de campo;

II - planejar, propor, coordenar, avaliar e executar as atividades de instalação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva da infraestrutura tecnológica de campo do Sipam;

III - planejar, propor, coordenar, avaliar e executar as atividades logísticas voltadas para o suporte da manutenção técnica;

IV - propor projetos de modernização da infraestrutura tecnológica de campo;

V - coordenar e executar as atividades necessárias ao licenciamento da infraestrutura de telecomunicações de campo;

VI - realizar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento;

VII - propor parcerias logísticas e de manutenção técnica;

VIII - elaborar as propostas de revisão do PDTIC afetos à logística e manutenção técnicas; e

IX - orientar e avaliar a execução das atividades e projetos afetos a sua área de atuação e nos Centros Regionais.

Art. 25. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação compete:

I - propor, coordenar, orientar, avaliar e implementar as atividades, no âmbito do Censipam, de tecnologia da informação e comunicação - TIC, incluindo:

a) desenvolvimento de sistemas de informação e a administração de banco de dados; e

b) telecomunicações, infraestrutura de TIC, serviços de TIC e suporte a serviços de TIC;

II - propor, coordenar, avaliar e executar o apoio remoto às equipes de manutenção técnica de campo;

III - propor, coordenar e implementar o banco de dados do Censipam;

IV - propor, coordenar, avaliar e implementar a integração da base de dados dos órgãos parceiros do Censipam;

V - propor, coordenar, avaliar e implementar a operacionalidade, a segurança e a evolução da rede de telecomunicação de dados;

VI - propor, coordenar, avaliar e implementar a modernização da infraestrutura básica e de microinformática;

VII - propor, coordenar, avaliar e implementar a produção e a manutenção de software;

VIII - propor, coordenar e implementar as diretrizes, normas, procedimentos e atividades relativas à segurança da informação, para salvaguarda dos dados e dos sistemas de informações, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC);

IX - realizar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento;

X - orientar e avaliar a execução das atividades e projetos afetos a sua área de atuação e nos Centros Regionais;

XI - promover a padronização de procedimentos inerentes a atividades de tecnologia da informação e comunicação; e

XII - elaborar e consolidar as propostas de revisão do PDTIC.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Logística e Manutenção compete:

I - promover a operacionalidade da infraestrutura tecnológica de campo;

II - planejar, propor, coordenar e avaliar as atividades de instalação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva da infraestrutura tecnológica de campo do Sipam;

III - planejar, propor, coordenar e avaliar as atividades logísticas voltadas para o suporte da manutenção técnica;

IV - propor projetos de modernização da infraestrutura tecnológica de campo;

V - coordenar as atividades necessárias ao licenciamento da infraestrutura de telecomunicações de campo;

VI - coordenar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento;

VII - propor parcerias logísticas e de manutenção técnica;

VIII - elaborar as propostas de revisão do PDTIC afetas à logística e manutenção técnicas; e

IX - orientar e avaliar a execução das atividades e projetos afetos a sua área de atuação e nos Centros Regionais.

Art. 27. Ao Setor de Logística compete:

I - avaliar, propor, acompanhar e executar as atividades logísticas voltadas ao suporte da manutenção técnica;

II - elaborar propostas de acordos e termos de parceria de logística;

III - prover suporte logístico às atividades finalísticas e de gestão da infraestrutura técnica; e

VII - realizar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento.

Art. 28. Ao Setor de Manutenção Técnica compete:

I - avaliar, propor, acompanhar e executar as atividades de instalação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva da infraestrutura tecnológica de campo do Sipam;

II - executar, de forma complementar aos Centros Regionais, as atividades de instalação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva da infraestrutura tecnológica de campo do Sipam;

III - elaborar projetos de modernização da infraestrutura tecnológica de campo do Sipam;

IV - executar as atividades necessárias ao licenciamento da infraestrutura de telecomunicações de campo e ao atendimento às legislações pertinentes;

V - elaborar propostas de acordos e termos de parceria de manutenção técnica;

VI - prover suporte técnico às atividades finalísticas, através da gestão da infraestrutura técnica, assim como dos serviços técnicos prestados por terceiros e empresas contratadas; e

VII - realizar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação compete:

I - propor, coordenar, orientar e avaliar as atividades, no âmbito do Censipam, de tecnologia da informação e comunicação (TIC), incluindo:

a) desenvolvimento de sistemas de informação e a administração de banco de dados;

b) serviços, redes e infraestrutura de TIC; e

c) telecomunicações.

II - propor, coordenar e avaliar o apoio remoto às equipes de manutenção técnica de campo;

III - propor e coordenar a implementação e administração do banco de dados do Censipam;

IV - propor, coordenar e avaliar a integração da base de dados dos órgãos parceiros do Censipam;

V - propor, coordenar e avaliar as atividades relativas a operacionalidade, a segurança e a evolução da rede de telecomunicação de dados;

VI - propor, coordenar e avaliar a modernização da infraestrutura básica e de microinformática;

VII - propor, coordenar e avaliar a produção e a manutenção de software;

VIII - propor e coordenar a implementação das diretrizes, normas, procedimentos e atividades relativas à segurança da informação, para salvaguarda dos dados e dos sistemas de informações, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC);

IX - coordenar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento;

X - orientar e avaliar a execução das atividades e projetos afetos a sua área de atuação e nos Centros Regionais;

XI - promover a padronização de procedimentos inerentes a atividades de tecnologia da informação e comunicação; e

XII - elaborar e consolidar as propostas de revisão do PDTIC.

Art. 30. Ao Setor de Sistemas de Informação e Banco de Dados compete:

I - coordenar e controlar o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e a administração de banco de dados no âmbito do Censipam;

II - propor, implementar e avaliar a metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação do Censipam;

III - propor, avaliar e implementar a padronização de procedimentos inerentes a atividades de sistemas de informação e banco de dados;

IV - avaliar e implementar padrões e procedimentos para criação, utilização, administração e manutenção das bases de dados do Censipam;

V - promover a elaboração da documentação de sistemas de informação e banco de dados;

VI - administrar, controlar, estruturar, evoluir e manter o banco de dados do Censipam;

VII - executar, de forma coordenada com os Centros Regionais, o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação;

VIII - implementar a integração da base de dados dos órgãos parceiros do Censipam;

IX - implementar as diretrizes, normas, procedimentos e atividades relativas à segurança da informação, para salvaguarda dos dados e dos sistemas de informações, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC); e

X - executar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento.

Art. 31. Ao Setor de Serviços, Redes e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação compete:

I - supervisionar e controlar as atividades relativas aos serviços de TIC, suporte a serviços de TIC, redes e de infraestrutura básica e microinformática, no âmbito do Censipam, promovendo seu aperfeiçoamento;

II - propor, supervisionar, implementar e avaliar os projetos de serviços de TIC, suporte a serviços de TIC, redes e de infraestrutura básica e microinformática do Censipam;

III - supervisionar, controlar e disponibilizar a infraestrutura física de servidores, armazenamento, backup e redes do Censipam;

IV - supervisionar e controlar os sistemas básicos, as aplicações e os serviços do parque de servidores de rede do Censipam;

V - supervisionar, controlar e executar as atividades de gestão do armazenamento e do backup do Censipam;

VI - gerenciar e manter o serviço de suporte de TIC aos usuários do Censipam, incluindo os usuários remotos da rede via satélite;

VII - disponibilizar, operar e manter os recursos tecnológicos para os ambientes de desenvolvimento, teste, homologação e produção de sistemas de informação;

VIII - implementar as diretrizes, normas, procedimentos e atividades relativas à segurança da informação, para salvaguarda dos dados e das redes de dados, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC);

IX - executar as atividades relativas a serviços de TIC, suporte a serviços de TIC, redes e de infraestrutura básica e microinformática no âmbito do CCG; e

X - realizar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento em TIC.

Art. 32. Ao Setor de Telecomunicações compete:

I - supervisionar e controlar as atividades relativas a telecomunicações no âmbito do Censipam, promovendo seu aperfeiçoamento;

II - implementar, documentar e manter as redes de telecomunicações (dados, voz e vídeo) corporativas do Censipam e suas interligações;

III - propor, supervisionar, implementar e avaliar os projetos de telecomunicações do Censipam;

IV - propor, avaliar e implementar o suporte às equipes de manutenção técnica de campo do Censipam;

V - implementar as diretrizes, normas, procedimentos e atividades relativas à segurança da informação, para salvaguarda dos dados e das redes de telecomunicações, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC);

VI - executar as atividades relativas a telecomunicações no âmbito do CCG; e

VII - realizar atividades estabelecidas de pesquisa e desenvolvimento em TIC.

Art. 33. À Diretoria de Produtos compete:

I - dirigir o planejamento, a coordenação e execução das atividades de aquisição, coleta, processamento, análise, visualização e disseminação de dados, imagens e informações ambientais e territoriais;

II - dirigir o planejamento e coordenação da utilização da infraestrutura tecnológica de aplicação operacional e a proposição dos produtos decorrentes;

III - propor ao Diretor-Geral diretrizes, normas e regulamentos referentes às unidades organizacionais do Censipam no âmbito da área operacional para:

a) fornecimento de informações operacionais;

b) aquisição, coleta, processamento, análise, visualização e disseminação de dados, imagens e informações ambientais relativos aos eventos da natureza e territoriais; e

c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais;

IV - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e

V - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação no âmbito de sua área de competência.

Art. 34. A Coordenação-Geral de Operações compete:

I - coordenar e avaliar a execução das atividades operacionais e de gestão, afetas ao monitoramento sistemático do uso e cobertura, da meteorologia, do clima e da hidrologia;

II - supervisionar a elaboração e a execução de projetos, contratos, cooperações, trabalhos de campo e divulgação de produtos e serviços;

III - realizar a coordenação e gestão de fluxos, processos, produtos e serviços executados pelas COTER, SETAM e COPER/SEOPE;

IV - consolidar as atividades de capacitação, de participação em eventos e de pesquisa e desenvolvimento, de trabalhos de campo, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-las ao Diretor de Produtos;

V - consolidar as necessidades orçamentarias de projetos, programas e atividades, no âmbito de sua área de competência, e envia-las ao Diretor de Produtos;

VI - supervisionar a elaboração e a fiscalização de contratos administrativos e cooperações institucionais, no âmbito de sua área de competência;

VII - consolidar as necessidades de dados coletados por sensores e estações de superfície, aeroembarcados, geoestacionários e orbitais, demandadas pelas coordenações e setores operacionais e encaminhá-las para o NUOBT;

VIII - submeter ao Diretor de Produtos projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e

IX - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-los ao Diretor de Produtos.

Art. 35. A Coordenação de Monitoramento Territorial compete:

I - acompanhar a execução dos fluxos, processos, produtos e serviços afetos ao monitoramento de uso e cobertura (territorial), junto às COPER/SEOPE;

II - subsidiar a CGOPE na elaboração de cenários decorrentes dos produtos e serviços entregues pelas COPER/SEOPE e no aprimoramento de fluxos trabalho, de qualidade de produtos e serviços, na sistematização da informação e na normatização operacional, afetos ao monitoramento de uso e cobertura (territorial), com apoio das COPER/SEOPE;

III - encaminhar à CGOPE a consolidação necessidades das COPER/SEOPE de capacitação, de pesquisa e desenvolvimento e de participação em eventos relacionados ao uso e cobertura (territorial);

IV - indicar à CGOPE os servidores das COPER/SEOPE para compor as equipes de planejamento e fiscalização de contratos e cooperações, relativos à sua área de atuação;

V - consolidar as necessidades das COPER/SEOPE de dados coletados por sensores e estações de superfície, aeroembarcados e satelitais e encaminhá-las à CGOPE;

VI - supervisionar a organização, qualidade, registro e disseminação de produtos afetos à sua coordenação;

VII - compartimentar a análise e interpretação de imagens de uso restrito;

VIII - submeter à CGOPE projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e

IX - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias das COPER/SEOPE e envia-las à CGOPE.

Art. 36. Ao Setor de Monitoramento Ambiental compete:

I - acompanhar a execução dos fluxos, processos, produtos e serviços afetos ao monitoramento atmosférico e hidrológico (ambiental), junto às COPER/SEOPE;

II - subsidiar a CGOPE no aprimoramento de fluxos e processos produtivos, na elaboração de cenários decorrentes dos produtos e serviços entregues pelas COPER/SEOPE e na normatização operacional, afetos ao monitoramento atmosférico e hidrológico (ambiental);

III - subsidiar a CGOPE para o aprimoramento de fluxos trabalho, da qualidade de produtos e serviços, da sistematização da informação, executados pelas COPER/SEOPE e na normatização operacional, afetos ao monitoramento de uso e cobertura;

IV - encaminhar à CGOPE as necessidades das COPER/SEOPE de capacitação, de pesquisa e desenvolvimento e de participação em eventos relacionados ao monitoramento atmosférico e hidrológico (ambiental);

V - indicar à CGOPE servidores das COPER/SEOPE para compor as equipes de planejamento e fiscalização de contratos e cooperações, relativos à sua área de atuação;

VI - consolidar necessidades das COPER/SEOPE de dados coletados por sensores e estações de superfície, aeroembarcados e satelitais e encaminhá-las à CGOPE;

VII - supervisionar a organização e disseminação de produtos afetos à área de monitoramento atmosférico e hidrológico (ambiental);

VIII - submeter a CGOPE projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e

IX - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias das COPER/SEOPE, relativas ao monitoramento atmosférico e hidrológico (ambiental) e envia-las à CGOPE.

Art. 37. Ao Núcleo de Observação da Terra compete:

I - planejar, coordenar e avaliar a aquisição, processamento, catalogação e distribuição de dados coletados por sensores de superfície, aerotransportados e satelitais, em apoio ao processo produtivo ostensivo e restrito do Sipam;

II - propor a normatização e realizar a gestão de fluxos e processos de aquisição, processamento, catalogação e distribuição de dados coletados por sensores de superfície, aerotransportados e satelitais;

III - consolidar as atividades de capacitação, de participação em eventos, de pesquisa e desenvolvimento e de trabalhos de campo, afetos aos sistemas e sensores de superfície, aerotransportados e satelitais e encaminha-las ao Diretor de Produtos;

IV - consolidar as necessidades orçamentarias de projetos, programas e atividades, relacionadas a sua área de atuação e envia-las ao Diretor de Produtos;

V - acompanhar a elaboração e fiscalização de contratos administrativos e cooperações institucionais, no âmbito de sua área de competência;

VI - supervisionar a compartimentação, a aquisição, o tratamento e a disponibilização de dados para uso ostensivo e restrito, oriundos da infraestrutura tecnológica do Sipam;

VII - supervisionar a organização e disseminação de produtos e serviços oriundos da infraestrutura tecnológica do Sipam;

VIII - submeter ao Diretor de Produtos projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência;

IX - estabelecer relacionamento com operadores de satélites de observação da Terra, públicos e privados, a fim de garantir a disponibilidade de dados de interesse do Sipam; e

X - gerar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-los para o Diretor de Produtos.

Art. 38. Setor de Geração de Dados e Imagens compete:

I - executar a programação da aquisição e geração de dados de sensores superfície, aeroembarcados e satelitais, definidos pelo NUOBT;

II - subsidiar o NUOBT na normatização e no aprimoramento de fluxos e processos de programação da aquisição e geração de dados de superfície, aeroembarcados e satelitais;

III - encaminhar ao NUOBT as necessidades de capacitação, de pesquisa e desenvolvimento e de participação em eventos, relacionados à sua área de atuação;

IV - indicar à NUOBT servidores para compor as equipes de planejamento e fiscalização de contratos e cooperações, relativos à sua área de atuação;

V - consolidar e encaminhar ao NUOBT os relatórios de execução da programação de coleta de dados de superfície, aeroembarcados e satelitais; e

VI - compartimentar a programação de coleta de dados de superfície, aeroembarcados e satelitais.

Art. 39. Setor de Processamento e Distribuição de Dados e Imagens compete:

I - executar o processamento, catalogação e distribuição de dados de sensores de superfície, aeroembarcados e satelitais, definidas pelo NUOBT;

II - subsidiar o NUOBT na normatização e no aprimoramento de fluxos e parâmetros de aquisição, processamento, catalogação e distribuição de dados de sensores de superfície, aeroembarcados e satelitais;

III - encaminhar ao NUOBT as necessidades de capacitação, de pesquisa e desenvolvimento e de participação em eventos, relacionados à sua área de atuação;

IV - indicar à NUOBT servidores para compor as equipes de planejamento e fiscalização de contratos e cooperações, relativos à sua área de atuação;

V - consolidar e encaminhar ao NUOBT os relatórios de execução da coleta, processamento e distribuição de sensores superfície, aeroembarcados e satelitais; e

VI - compartimentar o processamento, a catalogação, a distribuição de dados coletados por sensores superfície, aeroembarcados e satelitais.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 40. Ao Diretor-Geral do Censipam incumbe:

I - subsidiar o Secretário-Geral nos assuntos de sua competência;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades dos órgãos e unidades subordinadas;

III - planejar, promover e coordenar ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do Sipam;

IV - atuar para a consecução dos fins do Sipam, de acordo com as políticas e prioridades definidas pelo Consipam;

V - encaminhar e acompanhar as recomendações do Consipam aos órgãos e entidades interessados;

VI - articular e firmar acordos, convênios e outros instrumentos congêneres necessários ao cumprimento da missão institucional, observada a legislação vigente;

VII - coordenar e supervisionar a integração e articulação das unidades do Censipam com outros órgãos da administração pública e entidades não governamentais e demais instituições de interesse do Sipam;

VIII - planejar, coordenar e supervisionar as ações das unidades subordinadas, definindo suas diretrizes e parâmetros para a avaliação de desempenho institucional;

IX - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do Sipam, anualmente, ou quando solicitado;

X - planejar, coordenar e avaliar as ações de articulação internacional no âmbito do Censipam;

XI - avaliar o desenvolvimento das ações necessárias à implementação das atividades administrativas, logísticas, técnicas, operacionais, manutenção e de inteligência no âmbito do Censipam;

XII - planejar a estrutura organizacional, estabelecendo a lotação de pessoal para as unidades integrantes do Censipam;

XIII - coordenar e supervisionar a formulação e execução do planejamento estratégico e da política de investimentos no âmbito do Censipam;

XIV - expedir portarias, ordens e instruções de serviço, e aprovar manuais de procedimentos conforme normas vigentes;

XV - autorizar, no âmbito do Censipam, a abertura de processos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares;

XVI - determinar a aplicação da doutrina de inteligência no Censipam; e

XVII - conceber o plano de comunicação do Censipam, de acordo com as diretrizes do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Cabe ainda ao Diretor-Geral exercer, no âmbito de sua área de competência, as atribuições de ordenador de despesas do Censipam, podendo delegá-la a servidor ou militar de unidade administrativa subordinada.

Art. 41. Aos Diretores, Gerentes, Chefe de Gabinete, Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefes de Serviço e responsáveis por Núcleos, Setores e Serviços, no âmbito de sua atuação ou de sua unidade organizacional, incumbe:

I - assistir a chefia imediata;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de acordo com as diretrizes emanadas do Diretor-Geral;

III - realizar a gestão de recursos humanos no âmbito da sua unidade;

IV - coordenar, propor, implementar e avaliar as atividades controlando a aplicação de normas, regulamentos e diretrizes pertinentes à sua área de atuação e às unidades vinculadas;

V - supervisionar o cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do PEI e seus desdobramentos;

VI - propor e fornecer informações para a elaboração e revisão do PEI;

VII - propor e encaminhar, através da chefia imediata, cursos e eventos ao Plano Anual de Capacitação (PAC);

VIII - propor, coordenar e supervisionar as atividades de pesquisa e desenvolvimento;

IX - propor e discutir parcerias institucionais;

X - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e resultados alcançados pelos programas e projetos, anualmente ou quando solicitado pela chefia imediata;

XI - propor e fornecer, tempestivamente, informações para a estruturação dos relatórios a serem elaborados pela área competente;

XII - zelar pela melhoria contínua dos processos de gestão das respectivas unidades vinculadas, buscando o estabelecimento de metas e indicadores para monitoramento da eficácia, eficiência e efetividade da gestão; e

XIII - observar e zelar pelo cumprimento de medidas de segurança.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. As unidades do Censipam deverão desenvolver seus projetos e atividades de forma articulada e integrada entre si, em observância ao PEI, cabendo ao Diretor-Geral definir prioridades, mecanismos e instrumentos para sua eficaz consecução.

Art. 43. Todas as unidades organizacionais integrantes do Censipam deverão observar e zelar pelo cumprimento de medidas de segurança no âmbito de sua respectiva área de atuação.

Art. 44. No âmbito do Censipam, o ato de delegação de competências e sua revogação deverão ser fundamentados, realizados por portaria do Diretor-Geral e publicados no Boletim Interno do Ministério da Defesa, observando o disposto pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Art. 45. O Diretor-Geral baixará os atos necessários ao cumprimento do disposto neste Regimento Interno, disciplinando o funcionamento das unidades do Censipam.

Art. 46. As unidades administrativas do Censipam devem assegurar o cumprimento das normas e legislações vigentes, bem como as recomendações dos órgãos de controle externo e interno, referentes à sua área de atuação nas unidades subordinadas.

Art. 47. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Diretor-Geral.

ANEXO XII

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DOMINISTÉRIO DA DEFESA:

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/N°	DENOMINAÇÃO/ CARGO/FUNÇÃO	DAS/FCPE/GR/RMP/RMA/GTS
	4	Assessor Especial	DAS 102.5
	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	GR-III
	2	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
Ordinariado Militar	1	Chefe do Ordinariado	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	6	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	14	Supervisor	Nível V
	15	Especialista	Nível II
	1	Assistente	GR-III
	3	Especialista/Secretário	GR-II
Assessoria de Atos e Procedimentos	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
Ouvidoria	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Supervisor	Nível V
	2	Auxiliar	GR-I
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	6	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
	4	Especialista	Nível II
	4	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	2	Especialista/Secretário	GR-II
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
Assessoria de Cerimonial	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
Serviço de Apoio Administrativo	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
ASSESSORIA ESPECIAL MILITAR	1	Chefe de Assessoria Especial	Grupo 0001 (A)
	2	Assessor Especial Militar	Grupo 0001 (A)
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Especialista	Nível II
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	1	Consultor Jurídico-Adjunto	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1

	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	5	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	4	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
Coordenação-Geral Jurídica de Contencioso Judicial e Extrajudicial	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral Jurídica de Atos Normativos e Processo Disciplinar	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral Jurídica de Licitação, Contratos, Convênios e Parcerias	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Direito Administrativo e Militar	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Consultoria Jurídica-Adjunta da Marinha	1	Consultor Jurídico-Adjunto	DAS 101.4
Consultoria Jurídica-Adjunta do Exército	1	Consultor Jurídico-Adjunto	DAS 101.4
Consultoria Jurídica-Adjunta da Aeronáutica	1	Consultor Jurídico-Adjunto	DAS 101.4
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretário	DAS 101.5
	3	Gerente	FCPE 101.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	6	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	4	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	2	Especialista/Secretário	GR-II
INSTITUTO PANDIÁ CALÓGERAS	1	Diretor	DAS 101.5
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	4	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	1	Chefe	NE
	1	Assessor Especial Militar	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
GABINETE	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Subchefe	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)

	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria de Doutrina e Legislação	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	4	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria de Planejamento e Coordenação de Atividades Conjuntas	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria de Planejamento Baseado em Capacidades	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)

	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
VICE-CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
SUBCHEFIA DE COMANDO E CONTROLE	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	5	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	12	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	10	Supervisor	Nível V
	6	Especialista	Nível II
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Supervisor	GR-IV
SUBCHEFIA DE INTELIGÊNCIA DE DEFESA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	5	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	19	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	10	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	9	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	8	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	6	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Supervisor	GR-IV
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES DE PAZ	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	9	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
VICE-CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Assessor	DAS 102.4

SUBCHEFIA DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Coordenador	DAS 101.3
	3	Especialista/Secretário	GR-II
SUBCHEFIA DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Especialista/Secretário	GR-II
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Coordenador	DAS 101.3
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	GR-III
VICE-CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Gerente	DAS 101.4
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
SUBCHEFIA DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
SUBCHEFIA DE MOBILIZAÇÃO	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	3	Supervisor	GR-IV
	2	Auxiliar	GR-I

SUBCHEFIA DE COORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Especialista/Secretário	GR-II
CENTRO DE APOIO A SISTEMAS LOGÍSTICOS DE DEFESA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	DAS 101.3
	4	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	8	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	3	Supervisor	GR-IV
SECRETARIA-GERAL	1	Secretário	NE
	1	Assessor Especial	DAS 102.5
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	4	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE	1	Diretor	DAS 101.5
	3	Gerente	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
	7	Assistente	DAS 102.2
	4	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	5	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	5	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	2	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	2	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	5	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Especialista/Secretário	GR-II
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Gerente	DAS 101.4
	1	Gerente	FCPE 101.4
Coordenação	5	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente	DAS 102.2
	4	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	4	Especialista/Secretário	GR-II
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	1	Diretor	DAS 101.5
	3	Gerente	DAS 101.4
	1	Gerente	FCPE 101.4
Coordenação	6	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	8	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Supervisor	Nível V
	5	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	1	Auxiliar	GR-I
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Gerente	DAS 101.4
Coordenação	6	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3

Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	9	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	13	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	26	Supervisor	Nível V
	21	Especialista	Nível II
	7	Supervisor	GR-IV
	5	Assistente	GR-III
	7	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	4	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	21	Supervisor	Nível V
	33	Especialista	Nível II
	5	Supervisor	GR-IV
	14	Assistente	GR-III
	25	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	3	Gerente	DAS 101.4
Coordenação	7	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	8	Assistente	DAS 102.2
	7	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	9	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	3	Assistente	GR-III
	2	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
DEPARTAMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	4	Coordenador	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	DAS 101.4
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Supervisor	Nível V
	4	Especialista	Nível II
DEPARTAMENTO DE FINANCIAMENTOS E ECONOMIA DE DEFESA	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	DAS 101.4

	1	Gerente	FCPE 101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	5	Especialista	Nível II
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	3	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
DEPARTAMENTO DE PESSOAL	1	Diretor	DAS 101.5
	3	Gerente	DAS 101.4
	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
	3	Auxiliar	GR-I
DEPARTAMENTO DE ENSINO	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Gerente	DAS 101.4
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	6	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Especialista	Nível II

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	DAS 101.4
	2	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	2	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
DEPARTAMENTO DE DESPORTO MILITAR	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
Comissão Desportiva Militar do Brasil	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor	DAS 102.4
Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	3	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	1	Diretor-Geral	DAS 101.6
	5		GTS 3
	3		GTS 2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1		GTS 2
Coordenação-Geral de Inteligência	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1		GTS 2
	7	Supervisor	Nível V
Centro Regional - Manaus	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2		GTS 3
	1		GTS 2
	4		GTS 1
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	7	Supervisor	Nível V
	1	Supervisor	GR-IV
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação Técnica	1	Coordenador	FCPE 101.3
	2		GTS 1
	1		GTS 2
	2	Assistente	GR-III
	1	Supervisor	Nível V

Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação Operacional	1	Coordenador	DAS 101.3
	6		GTS 2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Supervisor	Nível V
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
Centro Regional - Belém	1	Gerente	DAS 101.4
	4		GTS 2
	1	Supervisor	Nível V
	2		GTS 3
	5		GTS 2
	6		GTS 1
	2	Assistente	GR-III
	2	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1		GTS 1
	2	Assistente	GR-III
Coordenação de Inteligência	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	3		GTS 1
	9	Supervisor	Nível V
Centro Regional - Porto Velho	1	Gerente	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	3	Supervisor	Nível V
	3	Assistente	GR-III
	2	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
	3		GTS 3
	9		GTS 2
	7		GTS 1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Inteligência	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1		GTS 1
	4	Supervisor	Nível V
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Supervisor	Nível V
	1		GTS 3
	4		GTS 1
Coordenação-Geral de Administração e Finanças	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	3		GTS 1
	1		GTS 2
	1	Especialista	Nível II
Coordenação de Serviços Gerais	1	Coordenador	DAS 101.3
	3		GTS 1
	1	Supervisor	Nível V
	3	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
Coordenação de Licitações e Contratos	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	4		GTS 1
	1	Supervisor	GR-IV
Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado	1	Coordenador	DAS 101.3
	1		GTS 1
	2	Especialista	Nível II
Coordenação de Orçamento e Finanças	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Supervisor	GR-IV
DIRETORIA TÉCNICA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Logística e Manutenção	1	Coordenador-Geral	Grupo 0002 (B)
	1		GTS 1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2		GTS 3
	1	Supervisor	Nível V
	1	Assistente	GR-III
DIRETORIA DE PRODUTOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Operações	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Monitoramento Territorial	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	3		GTS 2
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA			
	6	Assistente Técnico	DAS 102.1
	6		FG-1
	7		FG-2
	10		FG-3
NÚCLEO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA EM BRASÍLIA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Coordenador	DAS 101.3
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS			
	1	Assessor	DAS 102.4
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	5	Chefe	DAS 101.1
	6	Assistente Técnico	DAS 102.1
	20		FG-1
	22		FG-2
	28		FG-3

Ministério do Desenvolvimento Regional

PORTARIA Nº 454, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Estabelece procedimentos para a análise da prestação de contas das transferências obrigatórias de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações de defesa civil destinadas ao atendimento de áreas afetadas por desastres que tenham gerado o reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência realizadas sob a égide do art. 51 da Lei n. 11.775, de 17 de setembro de 2008, e do Decreto n. 6.663, de 26 de novembro de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Definir procedimentos a serem adotados na análise da prestação de contas das transferências obrigatórias de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações de defesa civil destinadas ao atendimento de áreas afetadas por desastres que tenham gerado o reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência realizadas sob a égide do art. 51 da Lei n. 11.775, de 17 de setembro de 2008, e do Decreto n. 6.663, de 26 de novembro de 2008.

Parágrafo único. Os procedimentos definidos nesta Portaria deverão ser utilizados nas transferências de recursos, previstas no art. 1º, cuja portaria de autorização de transferência de recursos tenha sido publicada no Diário Oficial da União - DOU até a data de 1º de julho de 2010.

CAPÍTULO I

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

Art. 2º A análise das prestações de contas apresentadas pelos entes federados beneficiários será realizada sob os aspectos técnicos, com base nos documentos indicados no art.4º, e financeiros nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios - CGPC deverá notificar o ente federado para apresentar a prestação de contas, em caso de omissão, ou para complementar a documentação apresentada nos termos da legislação pertinente.

CAPÍTULO II

DA ANÁLISE TÉCNICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 3º A análise técnica da prestação de contas a ser realizada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec, tem como objetivo verificar o cumprimento do objeto e o atingimento dos objetivos das transferências obrigatórias realizadas nos termos do art. 1º.

Art. 4º A análise técnica da prestação de contas será realizada com base nas constatações apontadas em visitas técnicas e/ou nos seguintes documentos:

I - relatório de execução física com fotos das obras e/ou serviços, preferencialmente localizadas com coordenadas geográficas, assinado por responsável técnico, ou pelo representante da administração local responsável pela fiscalização do contrato de execução das obras e/ou serviços;

II - cópia do termo de aceitação definitiva da obra ou serviço de engenharia; e

III - relação de beneficiários, quando for o caso.

§1º As fotos do relatório de execução física, a que se refere o inciso I, poderão ser dispensadas nos casos em que a execução física das ações, ou parte de seus serviços, não puder ser confirmada, localizada ou quantificada, devido às características inerentes das obras ou serviços executados como, por exemplo, nas ações de desassoreamento de cursos d'água, recuperação de estradas vicinais, proteção vegetal de taludes, serviços de escavação, de assentamento de fundações, execução de obras de proteção costeira, reparos em unidades habitacionais, dentre outras.

§2º Caso necessário, o ente federado beneficiário poderá ser notificado para apresentar documentação complementar.

Art. 5º O parecer técnico a ser emitido pela Sedec deverá avaliar o cumprimento do objeto e o atingimento dos objetivos da transferência, nos termos do artigo 4º, podendo concluir pela:

I - aprovação: caso a análise conclua pelo cumprimento do objeto e o atingimento dos objetivos da transferência para todas as obras e/ou serviços em análise e que não haja glosa técnica quantificada;

II - aprovação parcial: caso o plano de trabalho contemple várias ações independentes entre si e a análise conclua pelo cumprimento do objeto e o atingimento dos objetivos da transferência de apenas parte delas ou, ainda, que tenha sido quantificada glosa técnica de uma ou mais delas; ou

III - reprovação: caso a análise conclua pelo não cumprimento do objeto ou atingimento dos objetivos da transferência para todas as obras e/ou serviços em análise.

§1º Nos casos de aprovação parcial, ou de reprovação, deverá ser indicada a glosa técnica referente às obras e/ou serviços não aprovados.

§2º A ausência de comprovação de anotações de responsabilidade técnica (ARTs) de projeto, orçamento, execução e fiscalização, ou quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal ensejará em apontamento de ressalva quando da emissão do parecer técnico.

Art. 6º Nos casos de execução de obras ou serviços não previstos no plano de trabalho aprovado, a avaliação de adequação à funcional programática deverá ser realizada.

Parágrafo único. Será, também, considerada inadequada a ação empreendida que não guarde relação com os danos referentes ao desastre descritos no Formulário de Informações do Desastre - FIDE/Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN ou executada em local fora das áreas afetadas indicadas nos referidos documentos.

Art. 7º Quando a análise detectar execução de obras e/ou serviços não previstos no Plano de Trabalho, nos termos do artigo 6º, as metas poderão ser:

I - aprovadas: quando a análise técnica concluir pelo cumprimento do objeto e atingimento dos objetivos e se as metas forem consideradas adequadas à funcional programática; ou

II - reprovadas: quando a análise técnica concluir pelo não cumprimento do objeto ou não atingimento dos objetivos, ou se as metas forem consideradas inadequadas à funcional programática.

§1º Nos casos enquadrados no inciso I, as metas executadas fora do plano de trabalho serão consideradas como impropriedade formal devendo ser apontadas como ressalva no parecer técnico.

§2º Nos casos enquadrados no inciso II, as metas executadas fora do plano de trabalho terão seus valores quantificados para fins de glosa.

Art. 8º Quando não for identificada a aprovação do plano de trabalho pela área técnica, deverá constar no parecer a avaliação quanto a adequação das metas à funcional programática.

§1º Constatada a adequação das metas à funcional programática ou nos casos onde não for possível a manifestação técnica quanto a adequabilidade, a análise deverá prosseguir de acordo com o disposto nos artigos 4º e 5º.

§2º Constatada a inadequação das metas à funcional programática, a análise deverá prosseguir de acordo com o disposto nos artigos 4º e 5º, devendo constar no relatório a indicação circunstanciada do fato, como ressalva.

§3º Em caso de comprovação de fraude ou má fé na indicação da existência do estado de calamidade pública ou situação de emergência, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 6º da Lei n. 11.578, de 2007.

Art. 9º. Incumbe, exclusivamente, ao ente federado beneficiário a responsabilidade pela observância da legislação federal pertinente à licitação e contratação, inclusive no que concerne ao licenciamento ambiental, à qualidade técnica dos projetos e das obras e/ou serviços de engenharia realizados e à dominialidade pública, dentre outras.

Art. 10. Nos processos em que houver apontamentos de irregularidades provenientes de órgãos de controle interno ou externo, a Sedec e a CGPC, no âmbito de suas respectivas competências, efetuarão a complementação ou revisão da análise técnica e/ou financeira, no tocante às irregularidades apontadas.

Art. 11. O Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil designará comissão especial para a realização de análise técnica das prestações de contas dos instrumentos cujo valor total seja superior a R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou daqueles considerados de maior complexidade.

Art. 12. Após análise técnica da prestação de contas, a Sedec encaminhará os autos à CGPC para análise financeira na forma da legislação pertinente.

Art. 13. Será realizada visita técnica ao local de execução das obras quando houver determinação expressa dos órgãos de controle para sua realização, independentemente do seu valor, ou, por amostragem, nos termos de compromisso com valores superiores a R$ 5.700.000,0 (cinco milhões e setecentos mil reais).

§1º Na ausência de visita técnica que ateste a execução física das obras ou serviços previstos no plano de trabalho, a verificação do atendimento dos requisitos mencionados no art. 3º será feita com base nos documentos listados no art. 4º.

§2º As constatações obtidas por visitas técnicas realizadas pela unidade gestora e/ou por apontamentos de órgãos de controle preponderam sobre as informações contidas na documentação constante no caput, para fins de manifestação acerca do cumprimento do objeto e do atingimento dos objetivos.

§ 3º Nos casos em que a execução física das ações, ou parte de seus serviços, não puder ser confirmada, localizada ou quantificada, devido às características inerentes das obras ou serviços executados, bem como ao intervalo de tempo decorrido entre a finalização da obra, a vistoria técnica poderá ser dispensada desde que devidamente motivada.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Em caso de não encaminhamento dos documentos mencionados no art. 4º ou identificação de documentos com alguma irregularidade não sanada pelo ente federado, no prazo fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, a avaliação da prestação de contas será realizada com base na documentação disponível nos autos.

Art. 15. A aprovação da prestação de contas, com base nos documentos e procedimentos definidos nesta portaria, não exclui a possibilidade de reanálise em caso de notificação posterior dos órgãos de controle interno ou externo, caso em que o respectivo processo deverá ser desarquivado para adoção das medidas necessárias à apuração das irregularidades apontadas.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO H. RIGODANZO CANUTO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 487, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Olindina	Estiagem - 1.4.1.1.0	529	20/11/2018	59051.006404/2019-72
BA	Ribeira do Pombal	Estiagem - 1.4.1.1.0	049	14/12/2018	59051.006458/2019-38
CE	Quiterianópolis	Seca - 1.4.1.2.0	009	08/01/2019	59051.006494/2019-00
MS	Batayporã	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	017	21/02/2019	59051.006499/2019-24
MT	Juscimeira	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	466	18/01/2019	59051.006469/2019-18
PI	Paulistana	Estiagem - 1.4.1.1.0	064	30/01/2019	59051.006493/2019-57
RS	Hulha Negra	Enxurradas - 1.2.2.0.0	2.279	18/01/2019	59051.006519/2019-67
RS	Santa Margarida do Sul	Enxurradas - 1.2.1.0.0	011	24/01/2019	59051.006520/2019-91

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e nº 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 186 - CLAUDIO PEREIRA DA SILVA, rio Muriaé, Município de CARDOSO MOREIRA/RJ, irrigação.

Nº 187 - LH AGROPASTORIL, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOESLTDA, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de CÁSSIA/MG, irrigação.

Nº 188 - ROBERT MIKE PAULINO SILVA NASCIMENTO, rio São Francisco, Município de JUAZEIRO/BA, irrigação.

Nº 189 - JORGE EMMANUEL DE FARIAS ALBUQUERQUE, rio São Francisco, Município de CURAÇÁ/BA, irrigação.

Nº 190 - CRISTIANA FILGUEIRA XAVIER FERREIRA, rio São Francisco, Município de SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, irrigação.

Nº 191 - CRISTIANA FILGUEIRA XAVIER FERREIRA, Rio São Francisco, Município de SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, irrigação.

Nº 192 - ANTONIO NILSON ROCHA, Ribeirão Cana-Brava, Município de UNAÍ/MG, irrigação.

Nº 193 - LEDA MARIA DE ALCANTARA ALBUQUERQUE, Rio São Francisco, Município de SOBRADINHO/BA, irrigação.

Nº 194 - JOSE ANTONIO BOTELHO RAMOS, Rio São Francisco, Município de PIRAPORA/MG, irrigação.

Nº 195 - MARIA DE LOURDES LOPES PEREIRA DO VALE, rio São Francisco, Município de PETROLINA/PE, irrigação.

Nº 196 - MUSULNEVES GONCALVES DOS SANTOS, Rio São Francisco, Município de PIRAPORA/MG, irrigação.

Nº 197 - ANTONIO MARQUES GUIMARAES, UHE Marimbondo, Município de PLANURA/MG, irrigação.

Nº 198 - MARLENE RODRIGUES DE GOUVEA, Rio São Francisco, Município de PIRAPORA/MG, irrigação.

Nº 199 - JOVENILSON ALMEIDA, UHE Luiz Gonzaga, Município de RODELAS/BA, irrigação.

Nº 200 - HERACLITO OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO, rio São Francisco, Município de GARARU/SE, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 112, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 32, de 23 de abril de 2018, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 734ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2019, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo n. 02501.000582/2014, resolveu:

A regularização dos usos de recursos hídricos nos rios Piancó e Piranhas-Açu obedecerá ao disposto nesta Resolução. Os usos a que se refere o caput são aqueles localizados no reservatório Coremas, e no trecho compreendido entre este reservatório e o reservatório Armando Ribeiro Gonçalves, nos rios Piancó e Piranhas-Açu, excluídos aqueles localizados neste último reservatório.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 1.324, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 14 da Portaria MP nº 403, de 13 de outubro 2014, resolve:

Art. 1º Designar os ocupantes dos cargos abaixo relacionados para comporem o Comitê Especial para a Concessão da Gratificação de Qualificação (CGQ):

I - Titular: Coordenador/a de Desenvolvimento de Pessoas da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Corporativa e seu respectivo substituto na qualidade de suplente;

II- Titular: Coordenador/a de Carreiras Transversais da Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e seu respectivo substituto na qualidade de suplente; e

III - Titular: Coordenador/a da Coordenação-Geral de Aperfeiçoamento de Carreiras da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e seu respectivo substituto na qualidade de suplente.

§ 1º A Gratificação de Qualificação, de que trata esta Portaria, é devida aos titulares da Carreira de Analista de Infraestrutura, e dos cargos isolados de Especialista em Infraestrutura Sênior, nos termos da Portaria MP nº 403, de 13 de outubro de 2014.

§ 2º A Coordenação-Geral de Provimento e Movimentação de Pessoas, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Diretoria de Gestão de Pessoas é a responsável pela avaliação dos requisitos técnicos funcionais e organizacionais, bem como pela classificação dos servidores concorrentes dentro do quantitativo de vagas.

§ 3º A avalição dos requisitos acadêmicos é de responsabilidade dos representantes da SEGES e da ENAP, que encaminharão o resultado à Coordenador-Geral de Provimento e Movimentação de Pessoas, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Corporativa.

Art. 2º Designar os ocupantes dos cargos abaixo relacionados para comporem o Comitê Recursal para Concessão da Gratificação de Qualificação (CRGQ):

I - Titular: Coordenador/a-Geral de Gestão das Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e seu respectivo substituto na qualidade de suplente;

II - Titular:Coordenador/a-Geral de Provimento e Movimentação de Pessoas, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Corporativa e seu respectivo substituto na qualidade de suplente; e

III - Titular: Coordenador/a-Geral de Aperfeiçoamento de Carreiras da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e seu respectivo substituto na qualidade de suplente.

Art. 3º A presidência e a coordenação do CGQ serão exercidas pelo membro titular da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão Corporativa, e a presidência e a coordenação do CRGQ pelo titular da Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Art. 4º As reuniões do CGQ e do CRGQ serão realizadas de acordo com o cronograma previsto no art. 15 da Portaria MP nº 403, de 13 de outubro de 2014, ou a qualquer tempo, mediante determinação do órgão supervisor da Carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior.

Art. 5º As deliberações do CGQ e CRGQ deverão ocorrer sempre com a participação de 3 (três) membros.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria SEGES nº 21, de 6 de fevereiro de 2017.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA-EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 4, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ, e considerando o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, divulga que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 1º de março de 2019, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	**4,7027	**4,7027	**4,3905	**4,3303	**6,1548	**6,1548	-	4,0320	-	-	-	-
AL	*4,4253	**4,5137	*3,7588	*3,7051	-	**4,9030	2,3609	*3,3482	*3,4622	-	-	-
AM	**3,6342	**3,6342	*3,7531	*3,6328	-	**5,6294	-	**3,3177	*2,2412	*1,7155	-	-
AP	**3,7750	**3,7750	*4,5850	**4,0060	*6,0315	*6,0315	-	**3,5900	-	-	-	-
BA	4,7900	5,2500	3,7100	3,6600	4,7800	4,8500	-	3,5000	2,4400	-	-	-
CE	4,6000	4,6000	3,6578	3,5822	4,9300	4,9300	-	3,5345	-	-	-	-
DF	*4,0850	*6,1920	*3,8350	*3,7270	*5,5624	*5,5624	-	**3,1470	3,2990	-	-	-
ES	4,4420	6,4371	3,4261	3,4052	5,6420	5,6420	3,1011	3,4527	-	-	-	-
GO	**4,2647	**6,1132	**3,5410	*3,4297	*5,6069	*5,6069	-	*2,8042	-	-	-	-
MA	**4,0300	5,7000	**3,5560	**3,4430	-	*5,4907	-	*3,6040	-	-	-	-
MG	4,9927	6,3833	3,8554	3,7835	5,4458	6,3014	5,1060	3,2087	-	-	-	-
MS	**4,0758	5,9455	*3,6276	**3,5340	**5,5462	**5,5462	**2,9480	**3,2710	*2,9456	-	-	-
MT	4,6842	6,4038	4,0358	3,9567	7,5584	7,5584	4,3004	2,7362	2,6641	2,2000	-	-
PA	4,3610	4,3610	3,7960	3,7970	5,9115	5,9115	-	3,7010	-	-	-	-
PB	**4,0768	**7,6977	**3,5311	**3,4510	-	**5,3655	**2,7495	**2,9199	*3,7330	-	*2,4292	*2,4292
PE	4,6011	4,6011	3,6001	3,6001	5,0715	5,0715	-	3,4910	-	-	-	-
PI	4,4274	4,4274	3,6410	3,5180	5,2475	5,2475	3,4710	3,3572	-	-	-	-
PR	4,1800	5,5800	3,2500	3,1500	4,9700	4,9700	-	2,8300	-	-	-	-
RJ	**4,7270	**5,5856	**3,6070	*3,4860	-	**5,2730	2,4456	**3,6000	**3,0780	-	-	-
RN	**4,0700	7,3900	*3,6450	**3,4770	*5,2080	*5,2080	-	**3,2890	*3,4590	-	1,6900	1,6900
RO	4,2960	4,2960	3,7910	3,7080	-	6,0660	-	3,8360	-	-	2,9656	-
RR	**3,8730	**3,9590	**3,6040	**3,5130	**6,1140	**6,9110	**3,3460	**3,7580	-	-	-	-
RS	**4,2742	**6,3399	**3,4569	**3,3637	*5,6303	*6,3072	-	**3,9034	**3,3816	-	-	-
SC	**4,1500	**5,8100	**3,2600	**3,1600	*5,3900	*5,3900	-	3,5400	2,8800	-	-	-
SE	**4,2350	**4,3630	**3,5140	**3,4580	*5,5220	*5,5220	**2,8225	*3,2810	*3,6350	-	-	-
SP	**3,9660	**3,9660	**3,4540	**3,3150	*5,2538	5,7045	-	**2,5590	-	-	-	-
TO	**4,3700	7,3600	**3,3400	**3,2700	**6,2000	**6,2000	4,9000	**3,6500	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

ATO COTEPE/ICMS Nº 11, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 66/18, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS 75/91, de 5 de dezembro de 1991,

Considerando que a referida empresa encontra-se relacionada em lista encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício nº 198/CDI-SE/3170, de 1º de outubro de 2018;

Considerando a regularização da situação fiscal junto ao Estado do Rio de Janeiro, conforme comunicado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, em mensagem eletrônica do dia 19.02.2019, registrada no processo SEI nº 12004.101829/2018-13, torna público:

Art. 1º Fica incluída no Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 66/18, de 27 de dezembro de 2018, no campo referente ao Estado do Rio de Janeiro, a empresa abaixo indicada.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 30 de junho de 2019

BRUNO PESSANHA NEGRIS

ANEXO ÚNICO

RIO DE JANEIRO
DS AIR TÁXI AÉREO LTDA CNPJ: 36.177.426/0001-62 I.E.: 84.088.951

ATO COTEPE Nº 4, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nas cláusulas oitava e décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, torna público que o Estado de São Paulo, a partir de 1º de março de 2019, adotará as margens de valor agregado, a seguir indicadas nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do Ato COTEPE/ICMS 42/13, de 20 de setembro de 2013.

ANEXO I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool Hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
						7%	12%	Originado de Importação 4%				
*SP	61,59%	114,64%	61,59%	114,64%	17,37%	26,20%	33,37%	22,26%	10,48%	34,73%	-	-

ANEXO II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	61,59%	114,64%	61,59%	114,64%	50,42%	70,44%	53,55%	73,99%	117,76%	147,45%	86,03%	111,40%	-	-	-	-

ANEXO III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	61,59%	114,64%	61,59%	114,64%	50,42%	70,44%	53,55%	73,99%	117,76%	147,45%	86,03%	111,40%	40,76%	87,69%	17,37%	22,26%

ANEXO IV - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	68,15%	123,46%	68,15%	123,46%	18,73%	44,80%

ANEXO V - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	68,15%	123,46%	68,15%	123,46%	50,35%	70,44%	53,48%	73,99%	117,76%	147,45%	86,03%	111,40%	-	-

ANEXO VI - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	135,13%	212,47%	135,13%	212,47%	19,11%	45,25%

ANEXO VII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	135,13%	212,47%	135,13%	212,47%	79,55%	103,54%	82,57%	106,97%	155,63%	165,84%	116,30%	145,79%	-	-

ANEXO VIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	149,48%	231,54%	149,48%	231,54%	24,26%	51,54%

ANEXO IX - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	149,48%	231,54%	149,48%	231,54%	79,55%	103,54%	82,57%	106,97%	155,63%	165,84%	116,30%	145,79%	-	-

ANEXO X - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-Estaduais
*SP	68,15%	123,46%	68,15%	123,46%	50,35%	70,44%	53,48%	73,99%	117,76%	147,45%	86,03%	111,40%	47,69%	96,92%	17,37%	22,26%

ANEXO XI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	135,13%	212,47%	135,13%	212,47%	79,55%	103,54%	82,57%	106,97%	155,63%	165,84%	116,30%	145,79%	47,97%	97,29%	17,37%	22,26%

ANEXO XII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS9
(Art. 1º, I, "c", 4 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP, COFINS e CIDE pelo Importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	149,48%	231,54%	149,48%	231,54%	79,55%	103,54%	82,57%	106,97%	155,63%	165,84%	116,30%	145,79%	55,25%	107,00%	17,37%	22,26%

ANEXO XIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 5 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pela distribuidora de combustíveis)

UF	Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	17,37%	-	33,37%	-

ANEXO XIV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES, IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, II - lubrificantes)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA N° 116, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Subdelegação de competência para prática de atos de execução orçamentária e financeira.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GME nº 10, de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2019, alterada pela Portaria GME nº 18, de 28 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2019 e considerando a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 357, de 13 de fevereiro de 2019, do Secretário-Executivo do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Subdelegar a competência, em seu âmbito de atuação, para praticar atos relativos a execução orçamentária e financeira de diárias, atuando como ordenador de despesas e gestor financeiro, ao Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional e ao Coordenador de Desenvolvimento Institucional.

Art. 2 º Ficam convalidados os atos praticados pelo Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional e Coordenador de Desenvolvimento Institucional relativos a execução orçamentária e financeira de diárias, em que tenha atuado como ordenador de despesa e gestor financeiro, entre o dia 15 de fevereiro de 2019 e a data de publicação desta Portaria, que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.003, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS. RECEITAS auferidas. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. SUJEIÇÃO.

Estão sujeitas ao regime de apuração cumulativa da Cofins as receitas, provenientes da cobrança de pedágio e as complementares, alternativas ou acessórias, tendentes a reduzir o custo da tarifa de pedágio, auferidas por concessionárias operadoras de rodovias.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 292, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.987, de 2005, artigo 11; e Lei nº 10.833, de 2003, artigo 10, XXIII, incluído pela Lei nº 10.925, de 2004.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS. RECEITAS auferidas. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. SUJEIÇÃO.

Estão sujeitas ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep as receitas, provenientes da cobrança de pedágio e as complementares, alternativas ou acessórias, tendentes a reduzir o custo da tarifa de pedágio, auferidas por concessionárias operadoras de rodovias.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 292, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.987, de 2005, artigo 11; e Lei nº 10.833, de 2003, artigo 10, XXIII, incluído pela Lei nº 10.925, de 2004, e artigo 15, V, com redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA TRIBUTÁRIA. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA. REFORMA DE SOLUÇÃO DE CONSULTA.

A alteração de entendimento expresso em nova Solução de Consulta sobre interpretação da legislação tributária e aduaneira resulta em reforma da Solução de Consulta anterior.

Dispositivos Legais: Decreto nº 7.574, de 2011, artigos 99 e 100; Instrução Normativa RFB n.º 1.396, de 2013, artigo 17.

CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL. INEXISTÊNCIA DE DISPOSITIVO LEGAL A SER INTERPRETADO.

É ineficaz a consulta quando não apresenta o dispositivo normativo sobre o qual haja dúvida e quando tiver por objetivo a prestação de assessoria tributária.

Dispositivos Legais: Decreto nº 7.574, de 2011, artigos 88, 91 e 94; Instrução Normativa RFB n.º 1.396, de 2013, artigos 2º, 3º e 18.

FICA REFORMADA A SOLUÇÃO DE CONSULTA SRRF05/DISIT Nº 26, DE 26 DE MARÇO DE 2007.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Reativação do registro especial do estabelecimento que menciona.

O Delegado SUBSTITUTO da DELEGACIA DA Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas/MG, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 336 da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, com fundamento no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e em atendimento ao Mandado de Segurança impetrado por CIBAL COMERCIO E INDUSTRIA DE BEBIDAS ANDRADAS LTDA, via processo 1000402-37.2018.4.01.3826, da Vara Federal Cível e Criminal de SSJ de Poços de Caldas-MG, declara:

Art. 1º- Reativado o registro especial nº 06112/0035 da empresa CIBAL COMERCIO E INDUSTRIA DE BEBIDAS ANDRADAS LTDA, CNPJ 26.189.951/0001-44.

Art. 2º- Inclusão dessa informação no Sistema de Administração de Selos de Controle (SELECON), conforme art. 3º, § 3º da IN RFB nº 1432/2013.

Art. 3º- Fica cancelado o ADE nº 071/2018 publicado no DOU em 16/10/2018.

Art. 4º- Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DE BELO HORIZONTE

RETIFICAÇÃO

Nos Atos declaratórios Executivo ALF/BHE nº 1 e 2 , de 8 de fevereiro de 2018 e no Ato declaratório Executivo ALF/BHE nº 3, de 19 de fevereiro de 2018, publicados no Diário Oficial da União edição nº 37, Seção 1, página 52, de 21 de fevereiro de 2019;

Onde se lê: "8 DE FEVEREIRO DE 2018";

Leia-se: "8 DE FEVEREIRO DE 2019".

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Declara habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (REPETRO-SPED) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG - ALF/BHE, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado REPETRO-SPED, conforme documentação constante do dossiê digital de atendimento nº 10120.004202/1218-27, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica COWAN PETRÓLEO E GÁS S.A, CNPJ nº 08.560.890/0001-06, para atuar como CONTRATADA, extensivo, também, para as filiais 08.560.890/0002-89, 08.560.890/0003-60, 08.560.890/0004-40, até 20/01/2023, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A presente habilitação refere-se às operações executadas exclusivamente nas Áreas de Concessão (blocos exploratórios) denominadas ES-T-345 e ES-T-476, localizadas na Bacia do Espírito Santo, conforme Contratos de Concessão ANP nº 48610.0012630/2017-21 (ES-T-345_R14) e 48610.012628/2017-52 (ES-T-476_R14) acostados a fl. 38, e seus aditivos, acostados a fls. 102/108.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime, aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/2009, e a multa prevista no art. 72, inciso I da Lei nº 10.833/2003, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO CARVALHO NEPOMUCENO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Cancelamento, a pedido do beneficiário, da Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 9 e 12, §1º e §2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e considerando o que consta do processa administrativo nº 12448.732385/2012-40, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do beneficiário, a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, de 3 de julho de 2007, e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, com suas alterações posteriores, a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER EMILIANA EÓLICA S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 14.422.996/0001-38.

Art. 2º A referida habilitação havia sido concedida ao projeto aprovado pela Portaria nº 90, de 06/09/2012, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 10/09/2012., conforme informações abaixo:

Pessoa Jurídica Titular: Enel Green Power Emiliana Eólica SA
CNPJ: 14.422.996/0001-38
Setor de Infraestrutura: Energia
Nome do Projeto: EOL Emiliana, conforme descrito no Anexo da Portaria nº 90 de 06/09/2012,
do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 10/09/2012
Tipo: Central Geradora Eólica
Ato Autorizativo: Portaria MME nº 176, de 22/03/2012
Localização: Município de Igaporã, Estado da Bahia
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: Março/2013 a Junho/2014

Art. 3º Cumpridas as condições estabelecidas no art. 9º da IN RFB 758/2007, o beneficiário do referido regime especial, solicitou, conforme art. 12, I e §§ 1º e 2º da mesma IN, o cancelamento de sua habilitação.

Art 4º Diante do acima exposto, fica CANCELADA A HABILITAÇÃO AO REIDI da pessoa jurídica ENEL GREEN POWER EMILIANA EÓLICA S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 14.422.996/0001-38.

Art. 5º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, fundamentado ainda no art. 83, inciso I, da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10872.720011/2019-12, declara:

Art. 1º Excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica Rio Service Serviços e Locação de Bens Móveis Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 11.595.417/0001-60.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 24 de fevereiro de 2010, conforme disposto no art. 29, II, VIII e IX, e § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO SODRÉ ZILE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Exclui o sujeito passivo que especifica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso III do art. 2º da Portaria DRF/PCA nº 057, de 25 de abril de 2011 e publicada no Boletim de Serviço do GRA/SP em 29 de abril de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4. de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica relacionada no Anexo Único a este Ato declaratório Executivo (ADE), tendo em vista o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, combinado com o art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Piracicaba, no seguinte endereço: Av. Independência, 3601, Bairro dos Alemães, Piracicaba, SP, CEP 13416-240.

Art. 4º. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

IVANI BELIZARIO

ANEXO ÚNICO

Relação de NI de contribuintes excluídos do Parcelamento Especial do art. 1º da Lei nº 10.684/2003 (Paes):

CPF/CNPJ	NOME / RAZÃO SOCIAL
45.674.231/0001-19	MECASP METALURGICA E CALDEIRARIA SÃO PEDRO LTDA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no contido nos arts. 41, inc II e 43, I, parágrafos 1º e 3º, da IN-RFB nº 1.863, de 27.12.2018, e no Processo nº 10860.721211/2014-17, declara:

Art. 1º - Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 05.638.219/0001-34, da empresa ANA C. O. DE BRITO Padaria -ME

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

No título da Portaria DERAT/SPO nº 32, publicada no DOU nº 38, de 22 de fevereiro de 2019, Seção 1, página 21;

Onde se lê: " DE 7 DE JANEIRO DE 2019"
Leia-se: " DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1° da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto nos arts. 1° e 7° da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei n° 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 4º e 9° a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1° Ficam excluídas do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1° da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência do término do prazo de 180 (centro e oitenta) prestações mensais, fixado no art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e art. 4º da Portaria PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, sem a correspondente liquidação do parcelamento.

Art. 2° É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR, na rua Marechal Deodoro, 555, Curitiba/PR.

Art. 3° Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4° Este ADE entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Término do prazo de 180 prestações mensais, fixado no art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e art. 4º da Portaria PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, sem a correspondente liquidação do parcelamento.

CNPJ de pessoas jurídicas excluídas

00.124.811/0001-02
00.632.696/0001-79
01.470.188/0001-02
02.032.294/0001-69
02.056.783/0001-50
77.517.993/0001-06
78.084.159/0001-29
80.396.963/0001-95

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria DRF/JOI nº 26, de 31 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2018, de acordo com o art. 340, incisos III e VIII, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 1.531.103 (hum milhão, quinhentos e trinta e um mil e cento e três) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
289.440	24.120	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
48.852	4.071	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
723.600	60.300	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
156.300	13.025	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
54.276	4.523	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
28.944	2.412	JohnnieWalker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
46.896	3.908	Grand Old Parr Silver	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
16.212	2.702	Johnnie Walker Gold Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
16.938	2.823	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
42.648	3.554	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
11	11	The John Walker	Uisque escocês, em caixas de 1 garrafa de 750 ml, 40 GL, Single Malt, idade acima de 12 anos.
3.624	302	Johnnie Walker Swing	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
18.816	1.568	Logan	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
58.908	4.909	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
3.018	503	Talisker	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45.8 GL, idade até 10 anos.
22.620	1.885	Bell's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HOMERO COELHO FILHO

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

Na qualidade de Auditor-fiscal da Seção de Orientação e Análise Tributária - Saort da DRF/Joinville, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, (b) da Lei 10.593/2002, bem como o disposto no art. 11 da IN RFB 758/2007 e no art. 2º, VI, da Portaria DRF/JOI 01/2018; e com base no Despacho Decisório juntado à fls. 67/69 no dossiê 11516.720332/2019-39, declara:

Art. 1º. Habilitada a pessoa jurídica Usina Rio Vermelho de Energia Ltda., inscrita no CNPJ 07.206.715/0001-44, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei 11.488/2007, regulamentada pelo Decreto 6.144/2007 e Instrução Normativa RFB 758/2007, e alterações.

Art. 2º. A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria 247/SPE, de 07 de novembro de 2018 e anexos, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2018.

EMPRESA: Usina Rio Vermelho de Energia Ltda.

CNPJ: 07.206.715/0001-44

Nome do Projeto: PCH RIO NATAL I

Nro da Portaria de Aprovação do Projeto : 247/SPE, de 07 de novembro de 2018

Setor de infraestrutura favorecido: ENERGIA

Prazo estimado para execução: 30/03/2020

Art. 3º Os benefícios do Reidi poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, c/c art. 3º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, ressalvado o disposto no art. 4º deste Ato declaratório Executivo.

Art. 4° - Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente habilitação, nos termos do art. 9º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, c/c art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações.

Art. 5º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, nos termos do inciso II do art.10 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, c/c inciso II do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações.

Art. 6º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ OSMIR FIORELLI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

Na qualidade de Auditor-fiscal da Seção de Orientação e Análise Tributária - Saort da DRF/Joinville, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, (b) da Lei 10.593/2002, bem como o disposto no art. 11 da IN RFB 758/2007 e no art. 2º, VI, da Portaria DRF/JOI 01/2018; e com base no Despacho Decisório juntado à fls. 67/69 no dossiê 11516.720332/2019-39, declara:

Art. 1º. Habilitada a pessoa jurídica Usina Rio Vermelho de Energia Ltda., inscrita no CNPJ 07.206.715/0001-44, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei 11.488/2007, regulamentada pelo Decreto 6.144/2007 e Instrução Normativa RFB 758/2007, e alterações.

Art. 2º. A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria 248/SPE, de 07 de novembro de 2018 e anexos, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2018.

EMPRESA: Usina Rio Vermelho de Energia Ltda.

CNPJ: 07.206.715/0001-44

Nome do Projeto: PCH Rabo do Macaco

Nro da Portaria de Aprovação do Projeto : 248/SPE, de 07 de novembro de 2018

Setor de infraestrutura favorecido: ENERGIA

Prazo estimado para execução: 30/12/2019

Art. 3º Os benefícios do Reidi poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, c/c art. 3º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, ressalvado o disposto no art. 4º deste Ato declaratório Executivo.

Art. 4° - Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente habilitação, nos termos do art. 9º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, c/c art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações.

Art. 5º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, nos termos do inciso II do art.10 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, c/c inciso II do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações.

Art. 6º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ OSMIR FIORELLI

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Cancela lançamentos referentes às Notificações de Lançamento de Malha Fiscal IRPF.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 149 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, declara:

Art. 1° Ficam cancelados, em consequência de erro no cálculo dos juros, os lançamentos referentes às Notificações de Lançamento da Malha Fiscal IRPF identificados no Anexo Único, emitidas em fevereiro deste ano.

Parágrafo único. Novos lançamentos, em substituição aos de que trata o caput, serão emitidos, com os valores corretos dos juros.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

ADE COFIS Nº 08/2019 - Anexo Único

Número do Documento	Número do Documento	Número do Documento	Número do Documento	Número do Documento	Número do Documento
2014/580732319844164	2015/580706380083010	2015/586623360145339	2016/580729858345460	2016/580759018456766	2018/586756177646047
2015/586884430600896	2015/580765913938547	2015/586612006712926	2016/580725684476555	2016/580560788137953	2018/580614320539993
2015/580728137569923	2015/586834229062228	2015/580625042871592	2016/580668008050912	2016/586688689872363	2018/580613701636719
2015/580726646624956	2015/580766053599979	2015/586874846059554	2016/580767352418981	2016/580761576807238	2018/580735620245840
2015/580735093214974	2015/580720169682295	2015/586860819456595	2016/586877749454754	2016/580752085288676	2018/586712252758156
2015/580727257537180	2015/580556105492211	2015/586858374285791	2016/586853725141214	2016/586693342977116	2018/586806638512540
2015/586840294640025	2015/586629337682548	2015/580687868580386	2016/586860425949095	2016/580734886602366	2018/580685275325049
2015/580730372242246	2015/586860635794899	2015/580735106270500	2016/580760846872921	2016/586755935512183	2018/580685294107860
2015/586861502615451	2015/586855897416851	2015/580730817080244	2016/586800458016962	2016/586695574203300	2018/586862315600259
2015/580731041509894	2015/580727585577462	2015/580748753131651	2016/580735266620410	2016/580727004920960	2018/586660774512196
2015/580730856272223	2015/580727334714758	2015/580623479858890	2016/580690998566846	2016/580732201696999	2018/580683653106667
2015/580731555019731	2015/586856141828295	2015/580729511709449	2016/586801960671709	2016/580735000178588	2018/580685204336128
2015/580729936593570	2015/586857738681345	2015/586863220313181	2016/586606032748341	2016/586688187066914	2018/586807205046719
2015/580689572467670	2015/586818638118496	2015/580756132021503	2016/586863996354960	2016/586881840869627	2018/586648119329826
2015/580654891534425	2015/586856134262595	2015/580567709928545	2016/580755612524135	2016/586694450864870	2018/586854422878332
2015/580732366119939	2015/580731317387637	2015/580731335205428	2016/580745432475615	2016/586854675339458	2018/580606413944784
2015/580713048533463	2015/580730087417507	2015/586875809821109	2016/586795271694669	2016/580752791270137	2018/580610037181884

2015/580721066584612	2015/586860379786961	2015/586616825797474	2016/580756925479308	2016/586597052323060	2018/586741935629936
2015/580725799505566	2015/586857179617890	2015/586886088021266	2016/580733773925753	2016/580733486600674	2018/586743051817990
2015/586859450175890	2015/586853806308358	2015/580750252447578	2016/586878377169260	2016/580719336539465	2018/580634161842594
2015/580732248049055	2015/586863105176627	2015/586859924039199	2016/586858755003626	2016/586605266949092	2018/580585428815530
2015/580728344426500	2015/586862329958164	2015/580763096776465	2016/580754757954411	2016/586608995635956	2018/580725209131570
2015/580736056996101	2015/580728822690874	2015/586863952920230	2016/586820181074183	2016/586853769227029	2018/580731242418635
2015/580734394519555	2015/580726592761882	2015/586857605037069	2016/586801817414686	2016/586862219394184	2018/586652106913458
2015/580735330392630	2015/580733156287345	2015/586856234791000	2016/586885133487112	2016/586885447333803	2018/586660926616100
2015/580728471532823	2015/580706033190411	2015/586620975255294	2016/586858411370668	2016/580766800322349	2018/586647566078374
2015/580729682961341	2015/586840848174314	2015/580753568547022	2016/586861368686286	2016/586854429869366	2018/586746495787713
2015/580728299334177	2015/586820236787723	2015/580565622173335	2016/580730651594612	2016/586862704147895	2018/586728823619948
2016/580726746254420	2015/580712249940602	2015/580729206914212	2016/586796382917881	2016/580733763574127	2018/586730203283242
2016/580728236205785	2015/586819624473610	2015/586863249960300	2016/586863074482220	2016/580758205229011	2018/586714529857832
2016/586753222055594	2015/586819022951740	2015/586632394372403	2016/580684789065706	2016/586862483509991	2018/580732150306031
2016/580727684574663	2015/586817457026991	2015/586855576681101	2016/586863109684726	2016/586687934143644	2018/586726600688230
2016/580736376910457	2015/586857710619013	2015/586857373784661	2016/586858469200673	2016/580725665516768	2018/586726862257295
2016/586860592084168	2015/586633888054570	2015/586857908869828	2016/586854881404525	2016/586701196798123	2018/586729178761338
2016/580727983796897	2015/586842235074922	2015/580726820209309	2016/580733775241762	2016/586797408708970	2018/586717979396510
2016/580732683646311	2015/586820379089616	2015/586864381426872	2016/580733284123207	2016/586689610678243	2018/586719774503035
2016/580734537418530	2015/580734070208226	2015/586859977295355	2016/586878479891939	2016/586859535367960	2018/580684674516681
2016/580729243190342	2015/580735465728995	2015/586870653539456	2016/580728279216904	2016/586748129159020	2018/586722021675585
2016/580732383191278	2015/586883774109286	2015/580762432857984	2016/580728700955375	2016/580679021024940	2018/586727437210114
2016/580729874123375	2015/586860861317201	2015/586843641811797	2016/580745768610230	2016/586600800943669	2018/586859663270363
2016/580729140946285	2015/580713518438696	2015/586875240452289	2016/586862239632029	2016/580771749495677	2018/586713346892340
2016/580757589935562	2015/586820306956018	2015/586885966762341	2016/580748342028378	2016/586855427922265	2018/586814139922452
2016/580748282432332	2015/580730422077497	2015/586856363557665	2016/580745881019244	2016/586886038498923	2018/586719498087560
2016/580771609691122	2015/586858344160977	2015/586842013618080	2016/586825730924379	2016/586684833180870	2018/586862408318480
2016/580729636905380	2015/586860704385978	2015/586863524740562	2016/580677105416781	2016/586854619417976	2018/586673865610521
2016/586856641623266	2015/580697631420706	2015/586875415133640	2016/580733723323200	2016/586614478208933	2018/586647861697955
2016/580728231573532	2015/580734454942660	2015/586856327627236	2016/586859489624886	2016/586860623574057	2018/580603301415949
2016/580736492666607	2015/586816910662866	2015/586856231603419	2016/586885350068455	2016/586703325478098	2018/580683529713204
2018/580728037490271	2015/586857014164783	2015/586635305334816	2016/586860579270131	2016/586875913967182	2018/586645460990179
2018/580730284286518	2015/586839835776685	2015/586857507375190	2016/586858247110766	2016/586855038100770	2018/580648312958244
2018/586857424441117	2015/586835923845940	2015/586606718871060	2016/586800282702146	2016/580727190572030	2018/586641216719910
2018/580594657348001	2015/580693618384946	2015/586857669206545	2016/586853729259044	2016/586692267510833	2018/580734718673300
2018/580689591787064	2015/586634372507628	2015/586857157444686	2016/586854909596447	2016/586743397725550	2018/586706315229229
2018/580597148930441	2015/586854743769199	2015/586633503301730	2016/580736560975544	2016/580754226966378	2018/586696576369534
2018/586856038378845	2015/586854155083610	2015/586634554660221	2016/586799131766163	2016/586880764854767	2018/586806297806040
2018/580596587108238	2015/586822691475924	2015/586860886734333	2016/580734662913952	2016/580762891342302	2018/580734288263676
2014/580753870906619	2015/580714713123190	2015/586634925916480	2016/586858555453111	2016/586861525972628	2018/580734588004020
2014/580771730095118	2015/586839366257531	2015/586613398140311	2016/580754789278912	2016/586859855828892	2018/586861861398035
2014/580747711640820	2015/586842832794857	2015/580749696989750	2016/586855901077837	2016/580760684814790	2018/580729577227404
2014/586863512653443	2015/586838656200931	2015/580747847430152	2016/586803855569410	2016/586818324975534	2018/580683736022534
2014/586870301103854	2015/586860308096391	2015/580761735188078	2016/580736221135414	2016/586854293927000	2018/586673958557190
2014/580732175636271	2015/586834783923953	2015/586857518628923	2016/580748313164744	2016/586870045177590	2018/586720108197471
2014/580730995372042	2015/586862701014321	2015/586854509341872	2016/580771515302614	2016/586753019254430	2018/580589417667057
2014/580753707325633	2015/586836613128863	2015/586862418209940	2016/580747505477690	2016/580732087566152	2018/586728193595801
2014/580752986727276	2015/580567756057375	2015/586859556462497	2016/586859567692661	2016/580727763004268	2018/580732663128549
2014/580728589470597	2015/586861541661484	2015/586621738398827	2016/580764490174909	2016/586883304475605	2018/586716028989607
2014/586860287497324	2015/586832939128593	2015/586622059515828	2016/580750191280365	2016/586748741067156	2018/586856384644756
2014/580736365395610	2015/580730323987676	2015/586859960965700	2016/580732720514407	2016/580725190585995	2018/586728243438856
2014/586862456492230	2015/580765235879271	2015/586635201159228	2016/586796737089496	2016/580761361625710	2018/586720235517818
2014/586861414042550	2015/580708589374754	2015/586596174486880	2016/580725813716084	2016/586855929593159	2018/586860735790580
2014/586858483506122	2015/580728620532826	2015/580753115174340	2016/586796298937485	2016/586860558320283	2018/586862443228699
2014/580732105043165	2015/586859441333065	2015/586856989229961	2016/580749298562933	2016/586795787172165	2018/580607971346770
2014/580753295867605	2015/580730727060731	2015/586635477570905	2016/580729823379052	2016/586880289150731	2018/580576208848557
2014/586855799790348	2015/586632484680070	2015/586632289999358	2016/586862398313100	2016/580772032012587	2018/586827568344535
2014/586870516129534	2015/580556158910097	2015/580555071406496	2016/586859930917157	2016/586748367018816	2018/586671826474363
2014/586870277046668	2015/586820907814237	2015/580707822259330	2016/580734631724401	2016/580725749950732	2018/580735380463987
2014/580733318270309	2015/586837423753555	2015/586874708666701	2016/586855066340145	2016/586860358492944	2018/580604541954054
2014/580753620672024	2015/586853778708020	2015/580734562280424	2016/586795928134676	2016/586749105085185	2018/586661689751350
2014/580733343676900	2015/580711773345664	2015/580754143300070	2016/580732472644306	2016/586876231567763	2018/586854167075765
2014/580733330045993	2015/586813109298575	2015/586698649132818	2016/580746705104255	2016/580754056820338	2018/586858026267139
2014/586861343540045	2015/580713260962460	2015/586622596993388	2016/580735962207193	2016/580734875771184	2018/586855110943483
2014/586870433542390	2015/580729803165771	2015/586859988849852	2016/580726500640051	2016/586632072068721	2018/586857912441350
2014/580668025137133	2015/580714237732551	2015/586880802978915	2016/580695370249728	2016/586863276728478	2018/580612248162649
2014/580733467414818	2015/580715061891300	2015/580736112591510	2016/580682066647300	2016/580746722351743	2018/586731596950970
2014/586861409463576	2015/580761053810797	2015/586859935601498	2016/586860065248182	2016/586700655201301	2018/586730924593353
2014/586870316029250	2015/586821005632425	2015/586632810918610	2016/580748411622174	2016/586752564995550	2018/580731316229411
2014/586871870102514	2015/580726209060150	2015/580728679730680	2016/586880532753555	2016/586602080459140	2018/586717273767052
2014/580765219521081	2015/586859392197659	2015/580556143831978	2016/580759998193221	2016/580732465169949	2018/586716501333142
2014/580753335087164	2015/586838626327344	2015/586818411148269	2016/580743919782792	2016/580746022034163	2018/580581024619396
2014/586870389933278	2015/586870071938154	2015/586635643068796	2016/580747153554559	2016/586885613966819	2018/586722042570988
2014/586860745934420	2015/586834249568743	2015/580734923957939	2016/580752140678570	2016/586619818675602	2018/586717602108424
2014/580729692062870	2015/586860791325878	2015/586863992017340	2016/586803172694711	2016/586688576919788	2018/586728758989416
2014/580752966773274	2015/580705938461495	2015/580753590568355	2016/580727653957748	2016/586856855383115	2018/586639846407306
2014/580733295276277	2015/586860742804675	2015/580751290878753	2016/586857314598561	2016/580761880621839	2018/586724560657758
2014/586870498987843	2015/586843196837441	2015/586863443832261	2016/580678619046246	2016/586610807143901	2018/580600981112420
2014/580731284323350	2015/586834267330125	2015/580624420806747	2016/580728871624782	2016/586776013008388	2018/586651625429246
2014/580728448555160	2015/580728061090218	2015/580560770851000	2016/580734211633414	2016/586862301457478	2018/586654375775398
2014/586869145804794	2015/586881450464169	2015/586875177165742	2016/586797192906312	2016/586700736873222	2018/580595028835420
2014/586860399406655	2015/580730522950778	2015/586855078325755	2016/586862415058914	2016/586877485145380	2018/580726571038947
2014/586854499609123	2015/580732584415088	2015/586849461485970	2016/586863235172572	2016/586622351101334	2018/580638399203535
2014/580735401728685	2015/586854965913736	2015/580720264113364	2016/586791299611648	2016/586690819885474	2018/586711714032000
2014/580734101833107	2015/580729575381350	2015/586697358888161	2016/580745805840630	2016/586603541989638	2018/580733506671840
2014/580726123146645	2015/586849945859338	2015/580747879375840	2016/586855292006303	2016/586879294160529	2018/586682013281091
2014/580753836669762	2015/580760152935004	2015/586821357529147	2016/580729273957301	2016/586609228451134	2018/580731451087151
2014/580733288417091	2015/586860912168537	2015/580719834181076	2016/586863003495550	2016/586799107110845	2018/586864194429345
2014/580753988072819	2015/580708035976602	2015/586859423357890	2016/586856125453208	2016/586860617071766	2018/586721411541477
2014/580731811619095	2015/586861558921660	2015/580763444110034	2016/580733799541010	2016/586608978476010	2018/580587305235739
2014/580735998154666	2015/586857580706674	2015/586630721384549	2016/580755080239102	2016/580730646950426	2018/586804926194500
2014/580729284913146	2015/586875731302296	2015/586860263756267	2016/580748708022931	2016/586688002409130	2018/586722841060218
2014/586860551130134	2015/586857826586915	2015/580712939175997	2016/580743601225388	2016/580725035593795	2018/586638902735051
2014/580735393168000	2015/580712860255840	2015/580733451886008	2016/580734681713749	2016/580566985110077	2018/586722692761290
2014/586868953346472	2015/580729626295813	2015/580558205966903	2016/580725562910119	2016/586610688617117	2018/580633282957895
2014/586854851710408	2015/586855431511503	2015/586620472297497	2016/586876213132881	2016/586862852733095	2018/580726596028190
2014/580773755482241	2015/586614173503365	2015/586861704539126	2016/580734746408077	2016/580752843742505	2018/586823973556182
2014/580754003047540	2015/580697035237870	2015/586859973668560	2016/580729798920103	2016/586861562432150	2018/586854361030638
2014/580753692632007	2015/586862183764659	2015/586855294255453	2016/580757234556933	2016/580761753889254	2018/580592003204725
2014/580661352951299	2015/580734202817243	2015/586842991932160	2016/586862210458826	2016/580751756647017	2018/580598063648082
2014/586863063061766	2015/586626990711552	2015/586857750050295	2016/586830007598410	2016/586600875824056	2018/580735710422520
2014/580753675763684	2015/586886841013638	2015/580553746768169	2016/580727078385208	2016/586610779321515	2018/586814195327799
2014/586854327733692	2015/586809685126034	2015/580757812198716	2016/586883274724320	2016/586856660990173	2018/580575922873353
2014/586863839441810	2015/580733440191857	2015/586874730961590	2016/580746533977522	2016/586873214506584	2018/586666758246865
2014/586870472126874	2015/580686638151975	2015/580734065509983	2016/586858991448373	2016/586859872800757	2018/580729862039340
2014/580753655950790	2015/586855694100017	2015/586883334149230	2016/586858528419054	2016/586861163472608	2018/586745257022130

2014/580732115486970	2015/580765503938465	2015/580733867049716	2016/586862862047727	2016/580732303782580	2018/586858979184242
2014/580757709498023	2015/586859411501296	2015/586850916120357	2016/586863979118161	2016/586798330875803	2018/586640795489223
2014/580727298172081	2015/580708015691253	2015/586861588736402	2016/586855919381017	2016/586856007194981	2018/586854126671055
2014/580753764174553	2015/580725681113526	2015/586849357371362	2016/580732913890476	2016/586858917556757	2018/586755280834041
2014/586859090564975	2015/580730000888524	2015/580733656726630	2016/586856179581000	2016/580560995056462	2018/580600009610857
2014/586863628829919	2015/586837993305983	2015/580724863517529	2016/586815570392130	2016/586879276167973	2018/580585250881460
2014/586856701072680	2015/580693576899483	2015/586818984306080	2016/580732983104881	2016/586854298106469	2018/586768932112580
2014/586857268301985	2015/580736398433619	2015/586844650383648	2016/586608054098788	2016/580733496918510	2018/580733430463146
2014/580753943814470	2015/580728559119899	2015/586860239216320	2016/580730728819532	2016/580762749595762	2018/586768277685579
2014/580726306445227	2015/586617464665372	2015/580750842322940	2016/580730499038987	2016/580743559162747	2018/586862776524215
2014/580731310987732	2015/580731737849960	2015/586633831167625	2016/580727725503445	2016/580732616859601	2018/586854388232462
2014/580735213100809	2015/586856394217364	2015/586862091946377	2016/580745960424776	2016/586695798868179	2018/586725305622782
2014/580753266990813	2015/580735242891763	2015/580753376166748	2016/586795317046015	2016/580728176725978	2018/586726428418434
2014/580735783431919	2015/586864299479826	2015/586845416904906	2016/580730227106037	2016/586853737798423	2018/580577045269240
2014/586857328418314	2015/586821568914767	2015/580714374246859	2016/580729081347782	2016/586863412323751	2018/580734281630600
2014/580733947078529	2015/586878989746401	2015/586630063427250	2016/586886127179767	2016/586861121470910	2018/586805569214370
2014/580736048528022	2015/580758671071641	2015/586623597679934	2016/586855729715130	2016/580731216267594	2018/580590518865283
2014/586870583516341	2015/580619345492821	2015/580567630787137	2016/580757578903624	2016/580735628812255	2018/586638502661001
2014/580735418612926	2015/586886761585350	2015/586850000667484	2016/586795441854261	2016/580736474202673	2018/580726569028551
2014/580753853666368	2015/586692767586800	2015/580729663326151	2016/586828662764993	2016/580729454503003	2018/586806571807376
2014/580747095434455	2015/586859587041253	2015/580564734031644	2016/580748300580790	2016/580771886047832	2018/586655593535720
2014/580731272954390	2015/586834653643043	2015/586886024923392	2016/580748355526236	2016/580734992634448	2018/586662723321420
2014/580753819427365	2015/580729542791655	2015/586849818628473	2016/580745501497330	2016/580743724538157	2018/586855689629637
2014/580753801588461	2015/580765575961971	2015/586859964695250	2016/580743681944266	2016/586668221516817	2018/586724746769537
2014/580753248831158	2015/586838673885697	2015/586854650239243	2016/586876242089008	2016/580726565171116	2018/586806872824160
2014/580731797358617	2015/580722185581378	2015/586614453610436	2016/586863604022777	2016/580728921940087	2018/586853907864625
2014/580753350724809	2015/586843279672023	2015/586863423619094	2016/580748732564400	2016/586857614550983	2018/580599353644651
2014/580753142771924	2015/580710341210793	2015/580736066609502	2016/580554101037022	2016/580728011407376	2018/586654464022070
2014/580729990850557	2015/586856781402227	2015/586881158790725	2016/586878418519099	2016/586687596384342	2018/586856418870270
2014/580729957188420	2015/580707377669996	2015/580726957462098	2016/586878687908353	2016/580754122844427	2018/586727817629344
2014/580728630239738	2015/580765416645619	2015/586625281779800	2016/580736462109716	2016/586873311400421	2018/586856881630468
2014/580726129536496	2015/580765649710900	2015/586860673306687	2016/580622261908783	2016/586855238106223	2018/586638177402971
2014/586854436772839	2015/580728349172551	2015/580730655856668	2016/586802553817500	2016/580722617741730	2018/580688522555068
2014/580753161369171	2015/586841469433703	2015/586860523210103	2016/586880437020053	2016/586876104186258	2018/580735734194739
2014/580753893452510	2015/586635623398962	2015/586635115591361	2016/586878232241850	2016/586870188782945	2018/580736010067334
2014/580733300584450	2015/580707719637210	2015/586634541369619	2016/580733011464814	2016/586795994525798	2018/586688134950333
2015/586861577988302	2015/586885978943938	2015/586845636903988	2016/586874152560604	2016/580734416189966	2018/586654273256327
2015/586854877108510	2015/586856722977890	2015/580565486959594	2016/580690257520272	2016/580752318703237	2018/580602414357300
2015/586749256374676	2015/580755355374003	2015/586618923569689	2016/586874315754452	2016/580698054173724	2018/580597889198056
2015/580728594991355	2015/580773991028762	2015/586633872466793	2016/580764551157652	2016/580735788322388	2018/580684014932223
2015/586860465817686	2015/586817977280649	2015/580734397700876	2016/586814325475720	2016/586881614098525	2018/586807422763841
2015/586875639380395	2015/580735038956055	2015/586743417238196	2016/586796645713340	2016/586862235310507	2018/580590747797992
2015/580726302440004	2015/586820136654515	2015/580736482436332	2016/580735290893195	2016/586859606316069	2018/580735445951208
2015/586837673153560	2015/580727917587910	2015/580760170554335	2016/586861825273087	2016/586881060440700	2018/586806544712968
2015/586598627724453	2015/580751075339095	2015/586857058506375	2016/580726705054712	2016/580691285042690	2018/580584335773051
2015/580750327822582	2015/586696944475611	2015/586838835647862	2016/580691829884528	2016/580692854895836	2018/586722891373361
2015/586861582361667	2015/580758523673125	2015/580727394705524	2016/580725593851756	2016/580754688345110	2018/586859366683330
2015/586630230157514	2015/580733371166734	2015/580730270741161	2016/586798196390620	2016/580720016380594	2018/586854184298005
2015/580730511842173	2015/580711730820067	2015/586838854585072	2016/586858649329788	2016/586859474764901	2018/586726950823516
2015/580751303513834	2015/586886427001529	2015/586838805943735	2016/586801035476962	2016/580726152970567	2018/586863496278940
2015/580728041296556	2015/586811961401884	2015/580751188360367	2016/580751922580602	2016/586861339716568	2018/586717386685869
2015/586883221090610	2015/586842222543801	2015/586835359652396	2016/580734916208425	2016/586862758424063	2018/580685313317701
2015/580732016172234	2015/580713829431220	2015/586886277777256	2016/580748249513213	2016/580762666795979	2018/580734969167000
2015/586836688110430	2015/586837579672720	2015/586849889641246	2016/586861946071162	2016/586860926607630	2018/586663766067302
2015/586854474314065	2015/580711109310062	2015/586862714644524	2016/586853822819939	2016/586857777886650	2018/580622370125730
2015/586862881499033	2015/586817778020746	2015/580731787257419	2016/580745747676012	2016/580751572555713	2018/580595087151310
2015/580736207173005	2015/586843183717661	2015/586850367122777	2016/580729221423894	2016/586885007368282	2018/580728216108184
2015/586838113874515	2015/580558754008831	2015/580725901300990	2016/580730979593891	2016/580728684024796	2018/586857852358006
2015/580735031069580	2015/586833194347451	2015/586885076190538	2016/580765882257045	2016/586857664824780	2018/586667134609685
2015/586867498087614	2015/586832814917079	2015/580733138845900	2016/586861770160701	2016/586682844106092	2018/586727516550747
2015/586611536743686	2015/586834314354309	2015/580731656399431	2016/580772301959587	2016/580734800193946	2018/586730412496795
2015/586881685663616	2015/580730418383700	2015/586881434754166	2016/586790700651965	2016/580732632763070	2018/586743480986876
2015/580734421130385	2015/580751326535621	2015/580763237992848	2016/586799987621020	2016/586863941886720	2018/580614929113032
2015/586861553327500	2015/586856892397362	2015/586883297097671	2016/586864279171656	2016/580726638425609	2018/580557295476418
2015/586860540619834	2015/586863910100828	2015/586821256919110	2016/580731025744990	2016/586858568140722	2018/580641436599447
2015/586867102598465	2015/580767279228815	2015/586860872089931	2016/586862231658540	2016/580735319575760	2018/580686959981740
2015/586880106497161	2015/580729921849250	2015/586745958229338	2016/580736569049945	2016/586692997906684	2018/580594615114940
2015/586822157688450	2015/580734160875902	2015/580758087889177	2016/586853659242053	2016/586611322864800	2018/586742499727070
2015/580736162064875	2015/580726854875052	2015/586874136471260	2016/586802023073115	2016/586855485122399	2018/580574855555718
2015/580725577492237	2015/586847959169239	2015/586859981021339	2016/586877812850638	2016/580736319738630	2018/586641949291443
2015/586857999458959	2015/580733561023747	2015/586808027271097	2016/580746173321549	2016/580722996713493	2018/580590827866036
2015/586858276546458	2015/580735531150927	2015/580760230526361	2016/586796166346288	2016/580726955675159	2018/586727362528619
2015/580734150751095	2015/586843171231180	2015/580749243972596	2016/580765707216965	2016/586628464177299	2018/586859079867440
2015/580725596956902	2015/580623597301431	2015/586813352054770	2016/586858602930613	2016/586801181029731	2018/580598905206342
2015/586857115787108	2015/580714420122743	2015/586874676821043	2016/586801580633212	2016/586878320204053	2018/580625932325320
2015/580561432095278	2015/580707976749707	2015/586863533474259	2016/580745464369890	2016/580644905144383	2018/586853952547483
2015/580564747071876	2015/586850529909511	2015/586860322131712	2016/580732995668510	2016/586862770041814	2018/580604672883753
2015/586859471150125	2015/586841141048812	2015/586856466880250	2016/580734687576580	2016/580735849872210	2018/586727249666076
2015/580730069697278	2015/580714406595765	2015/586862566319576	2016/586861350960983	2016/586795759001946	2018/586669169420316
2015/580736186699510	2015/580735222087858	2015/586870641257120	2016/586877801440901	2016/580772327586620	2018/586858885860981
2015/586864126833380	2015/586860815083279	2015/580725918682554	2016/586860047485391	2016/580732101191678	2018/586721825340152
2015/580765809779840	2015/580712924082682	2015/586845014320128	2016/586795374630418	2016/586859716003602	2018/586668589233520
2015/580725017760291	2015/580706484418321	2015/586860291509506	2016/580745703654739	2016/580734987796679	2018/586642082637752
2015/586856711306963	2015/580747980892827	2015/586857969604940	2016/586808427694280	2016/586622687169868	2018/586662931770449
2015/580727184222978	2015/580695820579515	2015/586855379683339	2016/580755282712539	2016/580627616329037	2018/580610368953921
2015/580731830539414	2015/580709026494470	2015/586632044708584	2016/580745418374939	2016/586746869216010	2018/586859407277891
2015/580727386634190	2015/580711282321504	2015/586622970955672	2016/586796579580970	2016/580754290680615	2018/580735109693230
2015/580726366555233	2015/586862164148664	2015/580692638378889	2016/586825141816436	2016/586858859551023	2018/586807723882736
2015/586601959571091	2015/580714270906059	2015/586880599684192	2016/586596413083616	2016/586859527215966	2018/580684454500624
2015/580725661588953	2015/586856597043357	2015/586867543940683	2016/580725146963686	2016/580728003456290	2018/580685330827198
2015/580727208743833	2015/586869182144743	2015/586630487543576	2016/586870234529948	2016/586884369605010	2018/586636389263329
2015/580726397076158	2015/580729946516642	2015/580565044909698	2016/580748234059650	2016/580727614363017	2018/580697387492060
2015/586855963792038	2015/580708850813785	2015/580730194111423	2016/580751789635400	2016/586860462176225	2018/580638120759534
2015/586630705578285	2015/580732444432185	2015/586864401013787	2016/580727467964212	2016/586752325400449	2018/580577506826490
2015/586871609286118	2015/580732605582574	2015/586859512340230	2016/586796360134856	2016/580755050782228	2018/586644637830403
2015/586819699033379	2015/586832970402875	2015/580741906874722	2016/586796086241910	2016/580766827707314	2018/586689797226667
2015/580758626302895	2015/586856067132006	2015/580728930382348	2016/580748459506640	2016/580729817659612	2018/586823816385449

2015/586857905049647	2015/580713625284988	2015/586864228257600	2016/586826308389007	2016/580661204918524	2018/586725718719320
2015/586857742960856	2015/586859956910655	2015/580562025414525	2016/586853837645888	2016/580725868632303	2018/586719046436757
2015/580749226130731	2015/580726292592926	2015/580733374223574	2016/580728638715937	2016/580725181823310	2018/586713505403890
2015/586815985307265	2015/586869674802777	2015/586861006970719	2016/580691916020100	2016/586602703095923	2018/586858886563278
2015/580732311165117	2015/580707399494818	2015/586871180004676	2016/580691979088283	2016/586854159526396	2018/586718853070103
2015/586616904620234	2015/580730619940099	2015/586629823833904	2016/580764513550700	2016/586597215521635	2018/586718354528526
2015/580726696981492	2015/580750891899923	2015/580726349727670	2016/586831938226340	2016/580763626251771	2018/580734853111854
2015/586835094802729	2015/580715187889363	2015/580718449564984	2016/586854352901334	2016/586853762438769	2018/580733292605099
2015/580757663135257	2015/580709073477102	2015/586633517086621	2016/580762826768503	2016/586756261132850	2018/586651639169616
2015/586875558587850	2015/586813492521667	2015/580621269232436	2016/586859237172236	2016/580701569679056	2018/586859673901990
2015/586870561194148	2015/586855471939605	2015/586600062257693	2016/586805477904556	2016/580734871433919	2018/586703732985242
2015/586874473715076	2015/580732806025342	2015/586819076217763	2016/586803025300054	2016/586798262087521	2018/586665014042950
2015/580725949940253	2015/586860863051473	2015/586601245634264	2016/580729916125522	2016/586857804044479	2018/586724794454271
2015/586856730658454	2015/586857191853020	2015/586622335270984	2016/586859516174590	2016/586801771428137	2018/586720262550306
2015/586599634439138	2015/580756198121134	2015/586841169598521	2016/580728642628685	2016/580726976255368	2018/586713951737800
2015/580757830408946	2015/586854702583741	2015/586857771403427	2016/580773434333044	2016/586855752656679	2018/580604467018427
2015/580726000993287	2015/586859132920223	2015/580693646491284	2016/586856250167096	2016/586856054560586	2018/580734783653947
2015/580765176812976	2015/580735081204155	2015/586871274715832	2016/580755246704893	2016/586858101698834	2018/586658998388964
2015/586861167239038	2015/586855189266643	2015/580757920433680	2016/586863258534267	2016/586853978730599	2018/586705688633731
2015/580735129476219	2015/586853966601954	2015/586626698316752	2016/580745721387436	2016/586599300145996	2018/580576779485896
2015/580727821350021	2015/580727564259742	2015/586609050586440	2016/580755231993305	2016/586861372799821	2018/586859778303868
2015/586855756936377	2015/586857292402782	2015/586623225402961	2016/586855177690350	2016/586803388858058	2018/580601355620372
2015/586862679444830	2015/586855458097841	2015/586820693711663	2016/580757108425471	2016/586795880950382	2018/586728742040945
2015/580742477011054	2015/580715203552001	2015/586599464279000	2016/580628594349775	2016/586859837646661	2018/586717218537614
2015/586807968189484	2015/586862946524845	2015/586817618288725	2016/580732925827889	2016/586801987998190	2018/586715653620496
2015/580767597429946	2015/586855313304425	2015/580733692591722	2016/580732652071122	2016/586605175391964	2018/586862041683849
2015/586854758733496	2015/580729602299217	2015/580553543720419	2016/586860967072749	2016/580729044847984	2018/586647948067066
2015/586875663198543	2015/586821229761881	2015/580566960540248	2016/580748554125897	2016/580725430675172	2018/580580375951370
2015/586861305839782	2015/586871351854869	2015/586599279033396	2016/586856454743214	2016/580762144212467	2018/586719844027524
2015/586857260777998	2015/580725905878711	2015/586618526953999	2016/586872454795831	2016/580730703800130	2018/586724929472556
2015/586618447565622	2015/586861828048117	2015/586620185748930	2016/586863395483211	2016/586745770365985	2018/580590384446446
2015/586863867113749	2015/586811716186993	2015/586635034797410	2016/580747163980556	2016/580725357022269	2018/580608395517527
2015/586848397431022	2015/580729675296060	2015/586835391874739	2016/586878527875731	2016/580728015857408	2018/586647587884078
2015/580553847539187	2015/580726056453578	2015/586635131898520	2016/586863595587146	2016/580761952634521	2018/586699837478603
2015/580568025289517	2015/586861778818796	2015/586862738005698	2016/586861029716470	2016/586849410698471	2018/580586061949029
2015/580736261865606	2015/580721714566840	2015/580565383024108	2016/580746957352085	2016/580722237791849	2018/586674847181910
2015/586874872682150	2015/580711744744110	2015/586599868400260	2016/580728668731273	2016/580749134254351	2018/586715547741014
2015/580552992036350	2015/586854566459724	2015/586818949758600	2016/586830756115046	2016/586860584424397	2018/586719586760626
2015/586838126912664	2015/580728520613442	2015/586625735051013	2016/580728512873254	2016/586803915994357	2018/580578782381689
2015/586838372792497	2015/586861573979521	2015/580744003943318	2016/580749550352124	2016/580759031098469	2018/586731097969970
2015/580732476590133	2015/586856708271118	2015/586630077645370	2016/580734470955929	2016/580727114364984	2018/580583235496043
2015/580568082697186	2015/586860532538506	2015/586853754998912	2016/586858415903480	2016/580743795556573	2018/586711631198619
2015/580767615537346	2015/586611170988160	2015/580735227720862	2016/586814052645355	2016/580756378556251	2018/586722817354896
2015/580735113938314	2015/586839952819899	2015/580732231394425	2016/580760512549680	2016/586597786390139	2018/586863083003470
2015/586840142640976	2015/580731054149925	2015/586597313145054	2016/580772400242615	2016/586802115377635	2018/586859728616537
2015/580694161396647	2015/580562344868987	2015/580731902687305	2016/586864218787893	2016/580727136752039	2018/586727622360930
2015/586857445095990	2015/580758598329681	2015/580735253294777	2016/586798570353571	2016/580728794228650	2018/586728010239824
2015/586841631872777	2015/580561655160776	2015/580763075939377	2016/586878570477672	2016/580730219497876	2018/586717065929827
2015/580730343362195	2015/586859277604372	2015/580728505653367	2016/580760475079771	2016/586853687864402	2018/586745445221388
2015/586857848699392	2015/586855547921100	2015/586876479272625	2016/586876068136275	2016/586606703419560	2018/586742098627941
2015/580677090418470	2015/586886291664104	2015/586870679029810	2016/586798542095423	2016/586596037956716	2018/586718877515503
2015/586623405602399	2015/580732372945923	2015/586859620164040	2016/580772519689659	2016/586688776644273	2018/586723671943397
2015/580733322198298	2015/580713558914025	2015/580560972871135	2016/580691338044460	2016/580732854265176	2018/580729053507061
2015/580755972075924	2015/586862524547295	2015/586880141063180	2016/586886736226675	2016/580769742605722	2018/586730133909115
2015/586610502661856	2015/580730642879642	2015/586863897266165	2016/586826066316034	2016/586860402422099	2018/580734344794986
2015/580725758566957	2015/586881412902410	2015/580732591225914	2016/580734569062103	2016/580758244798855	2018/580577707385185
2015/586883513571484	2015/586620271548424	2015/586836818050810	2016/580749164455138	2016/586807912111193	2018/586727854876468
2015/580722171845156	2015/580729832598115	2015/586870406104850	2016/580626290740236	2016/586746637520772	2018/586706231889780
2015/586839788056013	2015/586617623570860	2015/580736070370946	2016/580700933431453	2016/580555501525327	2018/586596506960114
2015/586820710493880	2015/580728220313878	2015/586632714973293	2016/586864029109769	2016/586883181021814	2018/580683777823867
2015/586857276168510	2015/586839613129800	2015/580734086822812	2016/580733049915350	2016/580744107640492	2018/586857819705785
2015/580730869921528	2015/580568429814971	2015/586886003304040	2016/586797217142464	2016/580730252238762	2018/580735707320332
2015/586596785326207	2015/580712409669750	2015/586790217058739	2016/586856605294426	2016/586860286406751	2018/586857565230377
2015/586864190127311	2015/586625964188300	2015/586856440519180	2016/586858543963976	2016/580732547735544	2018/586723504748870
2015/586837319274317	2015/586613998729478	2015/586625913622726	2016/580735387172534	2016/586863654378003	2018/586856542679129
2015/580735681404501	2015/586809445945358	2015/580721881833080	2016/580754962677968	2016/586884507486386	2018/580614725812146
2015/586838280552256	2015/586854365171683	2015/586600609779273	2016/586855855204935	2016/586797564905701	2018/586654010963277
2015/586840244345540	2015/586838709472446	2015/580730865188525	2016/580728211423575	2016/580734555535382	2018/586674370487525
2015/586867367541439	2015/580713749796413	2015/586870872973418	2016/586860018222721	2016/586864184087950	2018/580575122996288
2015/586838069368790	2015/586877387254378	2015/586875886797275	2016/586749723872653	2016/586685176915542	2018/586861232665882
2015/586627960247457	2015/580715113841070	2015/586620912266721	2016/580757351063364	2016/580702647252874	2018/586859852567541
2015/580733485428807	2015/586858446610258	2015/580733505402330	2016/580725379455577	2016/580736540128440	2018/586726308866869
2015/580735553968920	2015/586697727356697	2015/586845757993248	2016/586879140172089	2016/586876031702101	2018/580736244402755
2015/580624891466249	2015/580751403730629	2015/580558822560706	2016/580730798713627	2016/586864281655626	2018/586715566332542
2015/586600822487098	2015/580758042497368	2015/580721629738740	2016/586829466053805	2016/586861365735862	2018/586765525656233
2015/586849593467810	2015/580735470131635	2015/586710057851730	2016/580748422520468	2016/586859010110370	2018/580616437302922
2015/586623392691874	2015/586854106591847	2015/586837504585505	2016/586856079044017	2016/580759289005390	2018/580615700482681
2015/586840970933903	2015/580751253904414	2015/586596800487380	2016/580772621184927	2016/586688288609541	2018/580641129699896
2015/580727303085475	2015/586880958884137	2015/586819683302792	2016/580755773454925	2016/580747604304145	2018/580730831536475
2015/586851049641979	2015/586855822597347	2015/580735758383322	2016/586864092583222	2016/586854049921407	2018/580623526526003
2015/580763222127183	2015/580730852086789	2015/580735775945760	2016/580726260156949	2016/580750483121293	2018/586729949611117
2015/580725888143752	2015/586860311382891	2015/580731513155870	2016/580748589641955	2016/586618219464663	2018/586745091117921
2015/580732554264549	2015/580727930804620	2015/586862965626325	2016/586878394507690	2016/580763642941368	2018/580575838149643
2015/580733443888165	2015/580766007720027	2015/586855029734302	2016/586863264841220	2016/586857477573507	2018/586647787218490
2015/586600133425051	2015/586864350050083	2015/586869847057533	2016/586877522046850	2016/586606935678570	2018/586861755783737
2015/586837565301477	2015/586858906164643	2015/580747074065086	2016/586878296618470	2016/586704521828210	2018/586644249105202
2015/586834034107000	2015/586857629080909	2015/580750357194960	2016/580762913415735	2016/586845690445669	2018/586863115342372
2015/586817640304890	2015/586821509934296	2015/580773928407885	2016/586853742457463	2016/580729095588810	2018/586805854986600
2015/586596741225212	2015/586861683153554	2015/580730008957873	2016/586881185315936	2016/580754450331780	2018/580584879628672
2015/586599880976330	2015/586836948998085	2015/580732027743268	2016/580774366205982	2016/580701255280518	2018/586724522092924
2015/580736033838916	2015/580763151154676	2015/580719967229616	2016/586796758743314	2016/580761428703641	2018/586716759296235
2015/580712638409365	2015/586854544658340	2015/580756059642206	2016/586861799114262	2016/586860102695464	2018/586723441519370
2015/580728438018794	2015/586858231070182	2015/586844527322741	2016/586863980607960	2016/586855763418509	2018/586717363044710
2015/586861533123140	2015/580718915910640	2015/580748812559199	2016/580771703996184	2016/580745986360046	2018/586823796922198
2015/580733689166381	2015/580769250199628	2015/586622419485081	2016/586609534145860	2016/580729421028307	2018/580570616096801
2015/586854259699806	2015/586861441443292	2015/586862459888629	2016/580729865634820	2016/580760463559586	2018/580603172733685
2015/580558042794628	2015/580731177202083	2015/586881250737740	2016/586690281350530	2016/580730819208452	2018/586858358558922
2015/586854196485249	2015/586697471436791	2015/586838888153271	2016/580771911495361	2016/580677244809894	2018/586655087819028
2015/586614598105451	2015/580726012422825	2015/580709996699160	2016/580735015185302	2016/586613734763892	2018/586660700894164
2015/580752624722369	2015/580759793889473	2015/580731871112237	2016/586855871058532	2016/580702227711434	2018/586728352391560
2015/586858690530400	2015/586862033799686	2015/586875767206229	2016/586856629329841	2016/586755468623780	2018/580596506182404
2015/586850771983570	2015/586864138481199	2015/580559041619690	2016/580734898790251	2016/580702039981347	2018/586806172076912
2015/580727398142357	2015/586863330409039	2015/586842716610750	2016/586862146603688	2016/586598902397502	2018/586730252452774
2015/586832794306670	2015/586697502989709	2015/586857647618337	2016/586858975121667	2016/586741782971189	2018/580573276947012
2015/586840452841742	2015/580559221943064	2015/586835120092694	2016/586877706640155	2016/586606767781769	2018/586717727254574
2015/580727429849739	2015/586855924930029	2015/580709493939769	2016/580727702806198	2016/580722668034729	2018/580684514891127

2015/586861249727133	2015/580735912301740	2015/586601313059690	2016/580733917883798	2016/586606050825079	2018/586728957803182
2015/586885397636099	2015/580729949936730	2015/580561055991390	2016/580758150306461	2016/580724799138290	2018/586728066299217
2015/586809231579774	2015/580732307527489	2015/580565737011304	2016/580735717078101	2016/580770545543298	2018/586684056183492
2015/586838084364407	2015/580734221036728	2015/580765930406052	2016/580678207368434	2016/586857147272834	2018/586862802832964
2015/586838144269600	2015/586837701715772	2015/580730264328722	2016/586859318429129	2016/586633651653242	2018/586728890629925
2015/586856422024452	2015/580765362484697	2015/586862387837805	2016/586800671026953	2016/586753763389903	2018/580584376141203
2015/580693819910138	2015/586841695821687	2015/586848130704374	2016/580762697319427	2016/586863541210363	2018/580735694073879
2015/586856637191749	2015/586842604695684	2015/586848659035611	2016/586878626525424	2016/586603425313418	2018/580726890629863
2015/580706101935173	2015/586855826853885	2015/580730677051923	2016/586877604761084	2016/586611231141849	2018/580704544319323
2015/586842900555707	2015/580730964026202	2015/580708945936809	2016/586795293889030	2016/580751911576020	2018/580616132177583
2015/586840912358753	2015/580736444358304	2015/580758658028256	2016/586859590059740	2016/586854114703230	2018/586752299000141
2015/580726717229932	2015/580759889293939	2015/586611297507841	2016/580730657412535	2016/580559650833003	2018/586854219820487
2015/586596772567561	2015/586854549011943	2015/586847987606335	2016/586863906380308	2016/586688163623846	2018/586651512415830
2015/586856615537134	2015/586834997999901	2015/580749389334251	2016/586860343718444	2016/586874952463922	2018/580661396133664
2015/580561638984350	2015/580731970149418	2015/580765449959320	2016/580767721521980	2016/586858069728162	2018/586730677802893
2015/586842429525333	2015/586612210004603	2015/586883438832028	2016/580728867088495	2016/580725005181043	2018/586857934060330
2015/580728727439632	2015/580711093199864	2015/586628442978019	2016/586813229573126	2016/586600438289509	2018/586729869422266
2015/580706224747696	2015/586842444240087	2015/586862287308017	2016/586860139360558	2016/580682031357350	2018/586721378202116
2015/586623211838355	2015/580753174813053	2015/586854935220700	2016/586800483328310	2016/580731666216894	2018/586741955107170
2015/586857591101157	2015/580726429221613	2015/586856839663033	2016/586802608327251	2016/586864257256254	2018/586719533161386
2015/580735305825171	2015/586818170993071	2015/580732797581226	2016/580734861332822	2016/580727385228686	2018/580622073817143
2015/580735027087036	2015/580624793974554	2015/586850078041547	2016/586744213730328	2016/580703955424350	2018/580685573360154
2015/586613605756469	2015/580751420753780	2015/580726341294089	2016/580752041668240	2016/586620258009697	2018/580730528342656
2015/580706540710330	2015/586857364163761	2015/586856204937928	2016/586703439745199	2016/586624352873705	2018/586855352137403
2015/580734591161035	2015/586834960607150	2015/580734326554585	2016/580746053051766	2016/586880904340770	2018/580609722101770
2015/586627467526401	2015/586839692813734	2015/580731669651225	2016/580752224174975	2016/580736085632362	2018/586720299155079
2015/580764794014843	2015/580568097110649	2015/586624623107455	2016/580734164874455	2016/586688622941027	2018/580641455621650
2015/586838436227861	2015/580750515622129	2015/586843152777971	2016/580752056817800	2016/586855242357509	2018/586724835095892
2015/586842967876298	2015/586861047876381	2015/586840173688029	2016/586872377479710	2016/586857621809845	2018/586673982128873
2015/586838162840858	2015/580727292253300	2015/580726613186935	2016/580756354210055	2016/586755762402340	2018/586643685329074
2015/586862848369181	2015/586860904411070	2015/586630091977696	2016/586796106780322	2016/580755753612303	2018/580732073310995
2015/586855406608684	2015/586863698560384	2015/580747918513462	2016/580745372097630	2016/586861506326813	2018/586741676841573
2015/580761265665651	2015/586855402796889	2015/580626102197632	2016/586622893339229	2016/580730156352262	2018/586725353987338
2015/586743927928212	2015/580726479561961	2015/586622668764152	2016/586799829039691	2016/586605289200749	2018/586807023526777
2015/586854796192577	2015/580767413261884	2015/586844178715395	2016/586757032232390	2016/580747206474827	2018/586728633035182
2015/586870716340559	2015/580694339850247	2015/580567690891945	2016/586753531440949	2016/586797151442531	2018/580735894889875
2015/586842026930403	2015/580561211442807	2015/586863950092797	2016/580664988544757	2016/586748623211802	2018/586729589624615
2015/586858680034963	2015/580755992140211	2015/580727603518839	2016/586860040305846	2016/586857264859410	2018/580611505476321
2015/580765795156067	2015/580751045252377	2015/586859540387872	2016/586799245082334	2016/580748565235910	2018/586860508817884
2015/586625011848067	2015/580763129792930	2015/580731271577827	2016/580748621995773	2016/586726089026654	2018/586639214591394
2015/586857427617179	2015/586816215691545	2015/580730287104089	2016/586885784981066	2016/580663873718944	2018/586719447271174
2015/586622534609061	2015/580753603924040	2015/580727766617054	2016/580726204050449	2016/586873690869928	2018/580609993203939
2015/580563115909881	2015/580706147150945	2015/586849579093930	2016/580752704274521	2016/586872359611226	2018/586647515240420
2015/586838097324180	2015/580735623067056	2015/586629235805520	2016/580736177654230	2016/580735800329462	2018/586668368072531
2015/586879790268137	2015/580728909353952	2015/580749187487612	2016/580734843879403	2016/580731326217087	2018/586680702605367
2015/586854410809040	2015/586805310086443	2015/580562002111270	2016/580677224675089	2016/586856993061419	2018/586694806420158
2015/580707102241840	2015/586627518101625	2015/580727492203283	2016/586861720604074	2016/580745905120101	2018/586640438592210
2015/586850413638661	2015/580766959348487	2015/586624574046400	2016/580753915590141	2016/580733008094255	2018/586824149399014
2015/586817244877912	2015/586817915827063	2015/586623379354702	2016/586744307634366	2016/580761563653931	2018/586856400289249
2015/580734339042622	2015/580751146006163	2015/586599405120981	2016/580557808257562	2016/586700550460927	2018/586729258726167
2015/586836799662326	2015/580565649378324	2015/580760992433045	2016/586825076086613	2016/580627674001024	2018/580735567291097
2015/580694683533826	2015/586816361989454	2015/586881367343096	2016/580729743858011	2016/586700075176445	2018/586770033783177
2015/586835316725730	2015/580730616191035	2015/586854141804378	2016/580695090627908	2016/586606898469781	2018/586716168010856
2015/580759967568516	2015/580709001585547	2015/580774249544756	2016/580731948964045	2016/586633450085820	2018/580733094734743
2015/586616918123745	2015/580758029898600	2015/586853760498322	2016/580734553932129	2016/586689736515249	2018/580735340834500
2015/580749921789008	2015/580624954675969	2015/586861496725630	2016/586860598978250	2016/580770522175171	2018/580597279762585
2015/586874355370364	2015/580764652377039	2015/580736334804550	2016/580765831460042	2016/580727593591854	2018/586644439469398
2015/580733837451607	2015/580710740947658	2015/580734857065460	2016/586688488653704	2016/586703578226288	2018/580553464639146
2015/580621955272390	2015/580713172585641	2015/580553487182646	2016/580762863782828	2016/586885119555923	2018/586807163760124
2015/586838203385293	2015/580568200824255	2015/586606205867643	2016/580731254494818	2016/580727961415971	2018/586717523372260
2015/580708183314420	2015/580747817463156	2015/580730919526122	2016/580745445665377	2016/580762739357466	2018/586690871309630
2015/580727903163178	2015/580625010357028	2015/586616946695805	2016/586751739974217	2016/580730052355029	2018/586719696302650
2015/580707679059028	2015/586841483715296	2015/580727010858600	2016/580728018893060	2016/586603399062796	2018/580684078844850
2015/586859118786784	2015/580732407614506	2015/586849214267339	2016/586753565349726	2016/580748577680314	2018/586670310759518
2015/586838192808646	2015/580735983837148	2015/586855634029828	2016/580735058523751	2016/580724838179813	2018/586653749798671
2015/586851965377089	2015/586820459929582	2015/580726345811907	2016/586882644572510	2016/580754847120686	2018/586860930337448
2015/580750796667127	2015/580748885546162	2015/586620581230700	2016/586689481021550	2016/586886606946908	2018/586723878987200
2015/586857951095290	2015/580733307768247	2015/586858037276749	2016/586883203594236	2016/580733703103603	2018/580589661477743
2015/586838178862077	2015/586819438926195	2015/580734036188671	2016/586863130717309	2016/580734256970649	2018/586741516558476
2015/586843140964414	2015/586839732985906	2015/580714661557471	2016/586861239476548	2016/586854419410660	2018/586727384651111
2015/586859627122931	2015/586821243029118	2015/586857040059160	2016/586856217131353	2016/586802408697471	2018/586662517249050
2015/580726073333255	2015/586839178416228	2015/586602330373411	2016/580731348720168	2016/586874542446556	2018/586715364966179
2015/580760979621741	2015/586835786228251	2015/580624833947670	2016/586743903662547	2016/586601389067222	2018/586641431145055
2015/580725606319215	2015/580733335738941	2015/586856404154730	2016/580747355618903	2016/580766816008139	2018/580644000541860
2015/580623279360365	2015/580706617630389	2015/586859404100003	2016/580733981742004	2016/580728941774154	2018/586720809958316
2015/580697398774444	2015/580735977512420	2015/586862391551360	2016/580735990024995	2016/586801515072927	2018/580733164792894
2015/580727619180981	2015/586821418585880	2015/580729031526870	2016/586863269962048	2016/580771628048706	2018/586670777088760
2015/586840638694822	2015/580726174364550	2015/586857335080730	2016/586876405418210	2016/586856175931645	2018/586719559781215
2015/586863485982590	2015/580712678530770	2015/586621264547304	2016/586606678902568	2016/586611386237457	2018/580607835577294
2015/580697717473717	2015/580710860236807	2015/580729520679472	2016/586854731510680	2016/586863713768528	2018/586652838243891
2015/580764608244451	2015/580726846049648	2015/580567647372574	2016/586702736663655	2016/580681887886231	2018/580581805901531
2015/580749406572519	2015/586843545765333	2015/586876527966030	2016/580773377805424	2016/586688742232418	2018/586643946073090
2015/586616843136390	2015/586855630576720	2015/580735816982890	2016/586610630356581	2016/580727667861762	2018/580593570931381
2015/586861354939572	2015/586861820709492	2015/580736345363031	2016/580752532453090	2016/580760427469356	2018/580575897641930
2015/580735526230520	2015/586820804556220	2015/586872030596311	2016/580730750167537	2016/586690246225839	2018/586720518315277
2015/580568178754174	2015/586855515531134	2015/586838929308211	2016/580691418022020	2016/586857378014220	2018/586744489321497
2015/580748899698612	2015/580734427735013	2015/580729023296709	2016/586827685568303	2016/586753864574505	2018/586643865245218
2015/586617040445334	2015/580730812837144	2015/586632616639778	2016/580735479949557	2016/580682220238571	2018/586660751049578
2015/586863211490139	2015/586817221476705	2015/580734618463632	2016/580747368370070	2016/586859719219599	2018/586643048181725
2015/580730117841901	2015/586870691639786	2015/580554050574043	2016/586860003616405	2016/580733978029213	2018/586723544014943
2015/580727217512778	2015/580731661421508	2015/580562627014385	2016/586876200884253	2016/586877938409183	2018/586642848597834
2015/580730706841428	2015/586821274154272	2015/580736322837723	2016/586689680199866	2016/586605553661970	2018/586864037535540
2015/580720151095211	2015/580731551519437	2015/580566909782692	2016/580730347256291	2016/586778112765778	2018/586861709704528
2015/586845433530428	2015/586834378834236	2015/580749144351813	2016/580697647083291	2016/586861448373977	2018/586714307229353
2015/586874995436016	2015/580758490035914	2015/586838817933915	2016/586859399964855	2016/580734292504006	2018/586652333363900
2015/580556915654798	2015/586862028246931	2015/586864302362959	2016/580728956943340	2016/586795844555585	2018/586805779733076

2015/580750925378990	2015/580725872845523	2015/586875036727205	2016/586854927835380	2016/580758909166733	2018/580609814328717
2015/586633236269024	2015/580772187677345	2015/586881822270695	2016/586857929385034	2016/586856128955099	2018/580606461202277
2015/586849638999187	2015/586837469370778	2015/586837297909065	2016/586862174958042	2016/580746944436799	2018/580598447629378
2015/580727899338965	2015/586841594516570	2015/580733890356401	2016/586830570157255	2016/586614795101363	2018/580570535158071
2015/580626427465838	2015/580731111439937	2015/580727957791850	2016/586854174959470	2016/586863462122255	2018/586853566765912
2015/580568582782180	2015/580754920872387	2015/586848819184446	2016/580691748236967	2016/580736406591838	2018/586722571200928
2015/586860233430479	2015/586839268559805	2015/580756072595079	2016/580731547219499	2016/586752520761417	2018/586728263230486
2015/586884415428660	2015/580731352900546	2015/580727112211897	2016/586752896915150	2016/586746678695064	2018/580728884725243
2015/580731711032519	2015/586621196660060	2015/580735865585221	2016/580728880862907	2016/580730769972927	2018/586619904207018
2015/580558586075070	2015/586835745974844	2015/586851138942690	2016/586860353432680	2016/586693908234462	2018/586706947899900
2015/586850782298909	2015/580708357069177	2015/586881625651449	2016/586860777932758	2016/586601410858070	2018/586742219868854
2015/586848060803645	2015/586621450294149	2015/586835873315884	2016/580754356309014	2016/580699198524290	2018/586687389782186
2015/580731635081910	2015/580735478861449	2015/586619409408352	2016/580730711225604	2016/586794821907360	2018/586747420377873
2015/586855061128332	2015/586856958967241	2015/580726034525524	2016/586755081330963	2016/580772143944591	2018/586792179559615
2015/580728855775756	2015/586854718759666	2015/580730207124387	2016/586814939058235	2016/586860798739424	2018/586647969554147
2015/586835377243274	2015/586620926062276	2015/586631183967669	2016/586755688324401	2016/586826503655782	2018/586718398560649
2015/586600246153799	2015/580733809706349	2015/586853689359861	2016/586632502793381	2016/586845503914010	2018/586722232655959
2015/586883546191013	2015/586817677157159	2015/586820343909561	2016/586744007629557	2016/586749756529759	2018/586730577872460
2015/586808908027585	2015/586840815472403	2015/586838033867492	2016/586753389036537	2016/586606181321316	2018/586714205253290
2015/586874617472538	2015/586863935591266	2015/586868870714357	2016/586886180360677	2016/580735887098376	2018/580725719020188
2015/580718696313133	2015/580726586243184	2015/586861890446915	2016/586859691568558	2016/586802814989878	2018/586722159784710
2015/580727325942120	2015/586858780250426	2015/586807890777348	2016/580773344017230	2016/586860099135976	2018/580684318283666
2015/586875381814105	2015/580757882984373	2015/580708923943887	2016/586696476497893	2016/586859698811822	2018/586676812586497
2015/580726872596251	2015/586886795076328	2015/580626592959986	2016/586862535054366	2016/580731140182609	2018/580588793435393
2015/580693167941729	2015/586861420841889	2015/586863588959442	2016/586856899272971	2016/586746530137052	2018/586656906580880
2015/586811735857663	2015/586884474305411	2015/580732659313184	2016/586856572374825	2016/580740463229334	2018/580578118326641
2015/586813640225150	2015/580751315125446	2015/580729261196152	2016/586687551722228	2016/586601425000280	2018/586638642848520
2015/580730928821693	2015/586862607769183	2015/580730742174527	2016/586870081601624	2016/586600502019980	2018/580595357307412
2015/586810606172638	2015/580735376313637	2015/580732731537103	2016/586751824711429	2016/586858011230758	2018/586863118641889
2015/586849838878920	2015/580733339287361	2015/580726093572331	2016/586854967304656	2016/580773563905202	2018/580579559996361
2015/586848203792623	2015/586857252626280	2015/586611696677456	2016/580729581692353	2016/586797824601076	2018/586770501466853
2015/580686140335063	2015/586882610527923	2015/586880822975170	2016/586867521015166	2016/580758888777434	2018/586715756422830
2015/586627353133640	2015/580749977676444	2015/580734551243905	2016/580746873987332	2016/586752392594826	2018/580603032447080
2015/586869969128190	2015/580726433277214	2015/580711822348992	2016/586857606278577	2016/586864056217490	2018/586646521532371
2015/586617377410618	2015/580730848869666	2015/580733618331967	2016/580733212203007	2016/580727000611827	2018/586716912346051
2015/580729764973710	2015/580729094107770	2015/586697524477799	2016/586830279717272	2016/580731419066309	2018/586681377831349
2015/580735205942914	2015/580727509842343	2015/586854635297960	2016/580747408855651	2016/586854868532792	2018/586678872078826
2015/586880916966687	2015/580555810625159	2015/586858526055457	2016/580772230717288	2016/586795902722509	2018/580581919375880
2015/580749480871534	2015/586854771445233	2015/586858611206270	2016/586871333495497	2016/580725635096973	2018/580736015287988
2015/580761714467403	2015/586615758023128	2015/580732081994766	2016/580760569162557	2016/586752368100149	2018/586858094932579
2015/580725169560240	2015/586860109076403	2015/580556817426736	2016/586884462766709	2016/586802067006472	2018/586728693280513
2015/580773417910990	2015/580751432974341	2015/586629267736574	2016/580563772550949	2016/586800633739013	2018/586647529024467
2015/586803611674715	2015/580725839103256	2015/586630893850293	2016/580697054609524	2016/580696072954091	2018/580684302003288
2015/586622865638390	2015/580736139385815	2015/586872594349505	2016/580757282459501	2016/580752072110732	2018/586644783636697
2015/586600709419172	2015/586832990941496	2015/580728579016497	2016/586862188138977	2016/586795546107532	2018/586731616732540
2015/586838334505410	2015/580733745405255	2015/580734611962526	2016/580734239188940	2016/580726214729935	2018/586731015737400
2015/586615152457867	2015/586614914141178	2015/586631168923337	2016/580733498346160	2016/586633714204666	2018/580633305372933
2015/586627979505544	2015/586840338886600	2015/580750464837882	2016/586855758765995	2016/586753705401939	2018/580595009062479
2015/580726541155403	2015/586841756747263	2015/580732461616041	2016/580760812122480	2016/586884538438950	2018/586713730161092
2015/586620410218218	2015/580686748178345	2015/586618228105980	2016/586617479884261	2016/586754051546690	2018/586722431345750
2015/580729594450694	2015/586614385408747	2015/586632551903458	2016/580732576856393	2016/586752051594558	2018/586637979962065
2015/586843939539453	2015/586839388685450	2015/580729492446221	2016/580745593153602	2016/580733088265753	2018/586765270034278
2015/586864048742351	2015/586855046338835	2015/580751478145402	2016/586880361150663	2016/586854211614022	2018/580623713453370
2015/586810858119955	2015/586625559639340	2015/580747797981700	2016/580733054697290	2016/586750920456289	2018/586719317334298
2015/586863938511500	2015/586855713943380	2015/586617764534361	2016/580731270145759	2016/580729546712022	2018/586713881054092
2015/586859039228847	2015/580753487533254	2015/586621894603276	2016/586815152444544	2016/580735101703544	2018/586745113091249
2015/586886403315861	2015/586838052351874	2015/586818062158815	2016/586886768979486	2016/580728297685372	2018/586717160215048
2015/586838218075164	2015/580714793739627	2015/586838943966758	2016/586692738833063	2016/580628215601058	2018/580730554955149
2015/580658484022519	2015/586886522595264	2015/580729013225905	2016/580765586640993	2016/586859950160921	2018/586717955893115
2015/580758534768050	2015/580753227812214	2015/586856610851162	2016/580725964383300	2016/586826118116637	2018/586859816999272
2015/580736030550127	2015/580748941881567	2015/586856806977330	2016/580758176338459	2016/586808152275457	2018/580717323729480
2015/586860274841742	2015/586850886939000	2015/586622939106972	2016/586696499128195	2016/580758266276363	2018/586652438144872
2015/586879735322897	2015/580732951799984	2015/586601854266539	2016/580745513103012	2016/580731426786628	2018/586717582764090
2015/586631295192890	2015/580735176978736	2015/586838978828080	2016/580755337463679	2016/586689459521950	2018/586679554819945
2015/586864186838327	2015/580627062370589	2015/580727935073726	2016/580774008475532	2016/580745676205317	2018/586730553875579
2015/586821375198451	2015/586618565005357	2015/580750015802524	2016/586885568709034	2016/586878221153512	2018/580607471404736
2015/580733858839756	2015/580721460159838	2015/580735487111099	2016/586856885196835	2016/586803895705311	2018/586741754021921
2015/586620768180981	2015/586842136503006	2015/586858135429643	2016/586878351863785	2016/580748263450073	2018/586647654369842
2015/586840760263115	2015/586860699250373	2015/586633726733741	2016/580732205798790	2016/580701355166426	2018/580602372862215
2015/580733399850323	2015/580705770127152	2015/586632874077495	2016/580734340957924	2016/580726738290104	2018/580601644827519
2015/580711391962110	2015/586857441485569	2015/586839589004727	2016/586689262996324	2016/580730608594866	2018/580591013398526
2015/586838358681479	2015/586861916673108	2015/580735595363791	2016/586811981482154	2016/586756978324556	2018/586647258406107
2015/580766977234815	2015/580713534609383	2015/580729399905355	2016/580748372945934	2016/586704256156885	2018/580606257586260
2015/586871021631198	2015/586842317176142	2015/586862996190958	2016/586752982552651	2016/586596126478793	2018/586641742189250
2015/586874563145954	2015/586836388375880	2015/586876608343164	2016/580629846081316	2016/580743777383399	2018/586744557260014
2015/586861638762524	2015/586821431383790	2015/580730836917172	2016/580629387314468	2016/580654664678392	2018/586745171502587
2015/586842305136267	2015/580710985759048	2015/580733603770977	2016/580730417116856	2016/586611807318236	2018/586668723092475
2015/580753717173577	2015/586843504899213	2015/586622777586070	2016/580730215827580	2016/586864234637940	2018/586854023665521
2015/580711840681604	2015/580733269690192	2015/580733193464547	2016/586689301438299	2016/586859106928433	2018/580733967409220
2015/586857009085299	2015/580746199486705	2015/586613715212649	2016/580733585345906	2016/580746084566542	2018/586727196079051
2015/586818381153084	2015/586857256368388	2015/586839160158960	2016/586859337459538	2016/580751942529556	2018/586729639212417
2015/586816278531809	2015/586619325340819	2015/580766945383488	2016/580760372564343	2016/580752096734543	2018/586714709693367
2015/586874187490430	2015/580764730466082	2015/580711473016739	2016/586863540618467	2016/586748553828589	2018/586718979421210
2015/586881004430429	2015/586843974699304	2015/586632769863111	2016/586860732227920	2016/586881807530826	2018/586730028352110
2015/580733910223539	2015/586812459399340	2015/586862528254309	2016/580735223476955	2016/580725254133815	2018/586726746280963
2015/580756099962752	2015/586808532407722	2015/586858686939290	2016/586877325366577	2016/580732829150609	2018/586719713863933
2015/580756104689737	2015/580713890930723	2015/580760323062760	2016/586885731596560	2016/586801252849060	2018/580611798662080
2015/586855511786914	2015/586843476576720	2015/580750939239178	2016/580695835299327	2016/586854623549715	2018/580598545862688
2015/586847810461790	2015/580730106933503	2015/586836759751658	2016/586855979461531	2016/580749119978637	2018/586718242109997
2015/586836714317682	2015/586863079642648	2015/586857120444839	2016/580747661124244	2016/586795692074758	2018/586722936851938
2015/586614013091865	2015/580733201287719	2015/586629997732415	2016/586854648657742	2016/586856559146380	2018/580608907693422
2015/586837124649170	2015/586857095018406	2015/586633636523996	2016/580733629606457	2016/586752430484474	2018/586724861813420
2015/586861268467048	2015/586854764322860	2015/586858074390053	2016/586860174671478	2016/586854800549901	2018/586857448327110
2015/580726689785398	2015/580751375382422	2015/586818204428557	2016/586812941474274	2016/580772054048000	2018/580608713143763
2015/586832955845493	2015/580713844059845	2015/586875520183500	2016/580735125603076	2016/580755114242422	2018/586723296142589
2015/586862985926776	2015/580755378260387	2015/586881035543256	2016/580726312781583	2016/586796012970924	2018/586779934320600
2015/586842389878702	2015/580722102024227	2015/586611207160723	2016/580736535420756	2016/586871662229408	2018/586677861725800
2015/586875059346066	2015/586837764645579	2015/586817724070030	2016/580767779909877	2016/580745579977201	2018/580733990832226
2015/580727463539894	2015/580710694313910	2015/580559626670191	2016/580743541739437	2016/586603563084836	2018/580735556290498
2015/580732864379517	2015/580733326427014	2015/580760219760017	2016/580732703547788	2016/586704279636210	2018/580599700839532
2015/586626462513111	2015/580732887739954	2015/580724793845847	2016/580750899674912	2018/580647326893462	2018/586641178465036
2015/586633952348767	2015/586841030250291	2015/586617699625785	2016/586876145651601	2018/586857577639654	2018/586860074919122
2015/580732514566556	2015/586854158369334	2015/586863440311555	2016/586855480975686	2018/580715872791118	2018/586861615545822
2015/580736254020751	2015/586839480318610	2015/586854659420480	2016/580733589696831	2018/580608288829739	2018/586677469154995
2015/580712843852221	2015/586836634172070	2015/586874939902551	2016/586861985776480	2018/580735981274859	2018/586718482312442
2015/586863547909922	2015/586860329755950	2015/586635212988230	2016/580735086166162	2018/580644582724465	2018/580599074345082

2015/5868568732867O3	2015/5807258255756 97	2015/5868609818190 05	2016/5868826631967 88	2018/5807280755245 27	2018/5867205390499 42
2015/5807321910754 24	2015/5807085676616 70	2015/5866328580343 68	2016/5807269452402 72	2018/5805781540995 48	2018/5866542130275 80
2015/5807328484257 70	2015/5807117133715 10	2015/5866211296076 45	2016/5868551995401 44	2018/5868632735696 91	2018/5866667948804 44
2015/5868568633096 60	2015/5868166491439 68	2015/5868850981366 18	2016/5807355390094 17	2018/5806681875167 35	2018/5866771523714 64
2015/5807560488740 21	2015/5868333816364 18	2015/5866004224538 19	2016/5868560740022 44	2018/5806041862392 39	2018/5868543785122 95
2015/5807292196198 62	2015/5807742272709 67	2015/5868698780793 98	2016/5868573010102 17	2018/5805725835931 58	2018/5866680706796 62
2015/5807602491080 16	2015/5868373459744 63	2015/5807507844368 18	2016/5866909931517 73	2018/5868541184545 69	2018/5806133355695 43
2015/5868674342914 58	2015/5806885030072 20	2015/5807287093873 54	2016/5868559551501 50	2018/5866365925388 45	2018/5805733601308 522
2015/5868344336640 51	2015/5807146818822 47	2015/5868478944995 26	2016/5868700309707 51	2018/5868541722162 52	2018/5868556596948 70
2015/5868332546440 51	2015/5868204208242 60	2015/5866202324507 87	2016/5807296223162 30	2018/5806763720475 77	2018/5805814877572 52
2015/5807296498982 62	2015/5868161816816 28	2015/5866300499518 60	2016/5868589213074 29	2018/5866995995478 08	2018/5806059566032 99
2015/5868134292192 87	2015/5868595953359 28	2015/5807502341102 20	2016/5868166865955 07	2018/5866667718035 72	2018/5805745353451 48
2015/5806887760463 87	2015/5807743269179 13	2015/5866230473691 68	2016/5868559596895 49	2018/5868583841872 42	2018/5866603226709 60
2015/5807287836499 33	2015/5868115470375 67	2015/5868599173817 61	2016/5868713626204 49	2018/5805832847170 04	2018/5806103097978 39
2015/5807216453226 76	2015/5807333917392 05	2015/5868047037564 65	2016/5807261545040 96	2018/5867215483383 65	2018/5867185471613 15
2015/5868592447594 17	2015/5807363002395 72	2015/5807294039332 82	2016/5868617107039 42	2018/5807331109391 12	2018/5806402288638 61
2015/5868109545395 60	2015/5868126336884 40	2015/5868200342403 60	2016/5807547049187 22	2018/5868257644413 74	2018/5867196550665 49
2015/5866333931704 21	2015/5807293638429 51	2015/5868593020950 23	2016/5868605804892 42	2018/5806014644961 25	2018/5867242863368 97
2015/5807200740390 52	2015/5868540672670 11	2015/5807291114229 14	2016/5807528225169 47	2018/5867774567177 82	2018/5807358248463 53
2015/5807068770488 25	2015/5868552307585 27	2015/5866154872901 52	2016/5807329020070 08	2018/5868626711623 10	2018/5806470912682 72
2015/5868593561739 43	2015/5807559325390 00	2015/5868355441714 13	2016/5867543554819 26	2018/5806065388985 30	2018/5806350717251 87
2015/5807286220651 10	2015/5807319888642 05	2015/5868390358496 54	2016/5806312951247 72	2018/5868600304041 88	2018/5867054333688 11
2015/5805580561639 48	2015/5868100494334 93	2015/5868388717051 40	2016/5807565269765 74	2018/5866523160456 80	2018/5806616191137 38
2015/5866188425027 53	2015/5807074618544 60	2015/5807318409363 73	2016/5866877668021 998	2018/5806113880576 03	2018/5868592937791 04
2015/5868740909906 76	2015/5866267216188 08	2015/5868388998004 97	2016/5867569041879 27	2018/5807354936593 88	2018/5867239301203 89
2015/5868502605768 27	2015/5868744972781 70	2015/5807557427103 09	2016/5868738491206 54	2018/5866482293513 93	2018/5805767888584 89
2015/5807317063821 10	2015/5868617454732 26	2015/5868390661868 13	2016/5868788483992 77	2018/5806757833006 25	2018/5866794921198 88
2015/5868610941578 00	2015/5866210961177 35	2015/5866183602818 62	2016/5807323776561 73	2018/5807363307441 95	2018/5805966604388 76
2015/5868550385340 29	2015/5868565113145 59	2015/5868553906315 30	2016/5868770176758 91	2018/5807256312690 95	2018/5866480635077 29
2015/5868582662154 86	2015/5807653925557 31	2015/5868535578552 50	2016/5867010350442 10	2018/5867290294290 05	2018/5806024539525 89
2015/5807202973192 38	2015/5807112985090 78	2015/5807301344564 13	2016/5868594467456 33	2018/5807330535534 87	2018/5866649925003 96
2015/5807297815630 06	2015/5807093066342 33	2015/5807321490402 69	2016/5868634826648 07	2018/5806077934991 18	2018/5806274733471 62
2015/5807202409226 97	2015/5807560023124 19	2015/5868390233940 92	2016/5807324338639 21	2018/5866627500177 17	2018/5806117241037 68

2015/5807297815630 06	2015/5807093066342 33	2015/5807321490402 69	2016/5868634826648 07	2018/5806077934991 18	2018/5806274733471 62
2015/5807202409226 97	2015/5807560023124 19	2015/5868390233940 92	2016/5807324338639 21	2018/5866627500177 17	2018/5806117241037 68
2015/5807657673842 03	2015/5868394805329 59	2015/5807576836708 4	2016/5868234147002 26	2018/5806075139118	2018/5806291460488 05
2015/5868607006026 10	2015/5868749116322 50	2015/5868746945844 99	2016/5807653705338 72	2018/5866301588642 61	2018/5806076386580 99
2015/5868394492400 60	2015/5807310582629 09	2015/5868865971986 90	2016/5867542021217 09	2018/5866552463450 45	2018/5806477291268 72
2015/5807264912215 89	2015/5807316216640 30	2015/5807307396797 38	2016/5868531395361 30	2018/5807280659508 59	2018/5806470913786 49
2015/5807301153898 80	2015/5807552749630 26	2015/5868562361540 29	2016/5807309583746 966	2018/5807341499939 93	2018/5806165644477 48
2015/5868562120737 18	2015/5868338253674 97	2015/5805677380795 32	2016/5866184825426 26	2018/5868161608965 46	2018/5806175130786 72
2015/5868611800342 19	2015/5807071966605 25	2015/5868207603341 17	2016/5868605481541 56	2018/5807250583178 50	2018/5806582522574 11
2015/5868561208218 53	2015/5807555509632 26	2015/5868697782301 21	2016/5807345726411 66	2018/5867454919969 18	2018/5807167068031 55
2015/5807104129157 41	2015/5806849620419 16	2015/5805657384894 99	2016/5867002413943 82	2018/5806112282127 39	2018/5866725561239 68
2015/5807127950085 50	2015/5867573205247 54	2015/5807323291405 61	2016/5807328828754 32	2018/5867437727681 94	2018/5806537848077 403
2015/5807332533979 05	2015/5868392809756 01	2015/5807560377324 00	2016/5807340939894 30	2018/5806145824204 95	2018/5867295479022 04
2015/5868351824020 71	2015/5868435951813 47	2015/5807057535656 27	2016/5866034453684 80	2018/5806993835256 42	2018/5807263184000 85
2015/5868354167366 24	2015/5807071569602 98	2015/5866155438718 30	2016/5807511608577 44	2018/5866441130315 59	2018/5806483724053 39
2015/5868189056763 83	2015/5806862267795 24	2015/5807357136135 46	2016/5807338135377 19	2018/5868539281541 74	2018/5806632522592 2
2015/5865967581348 49	2015/5868628689698 70	2015/5806767694584 99	2016/5807360024368 06	2018/5868580800288 88	2018/5807296088052 30

2015/580712986080207	2015/586832754989397	2015/586871464047216	2016/580734547456200	2018/586701835450081	2018/586717315151520
2015/586857035393836	2015/580711608196457	2015/586611365110369	2016/586856679413489	2018/586666683828407	2018/586714077530532
2015/586858442544011	2015/580755535035181	2015/586838996441925	2016/580727059613792	2018/586854916308125	2018/586660053348669
2015/586856650395429	2015/580695548794960	2015/586747594928350	2016/586752088163110	2018/586729387657265	2018/580728226732687
2015/586873644367879	2015/586813603055166	2015/580732488830849	2016/580735550687033	2018/580734234772478	2018/580617398174436
2015/580731465071966	2015/586822622821020	2015/586879771327436	2016/586860529416013	2018/580683868671331	2018/586715426237425
2015/586822576196423	2015/580736466102008	2015/586835950787330	2016/586750592055034	2018/586718464841326	2018/580730543746819
2015/586862873659475	2015/580736009372125	2015/580736142825202	2016/586802185740904	2018/586727748845387	2018/586859938445840
2015/586840077975094	2015/580755506238425	2015/586817759856770	2016/580732753432649	2018/580735358567025	2018/586858146128401
2015/580714335982262	2015/580714358832308	2015/586833747946889	2016/580754370295578	2018/586862924138187	2018/580600186024842
2015/580717798182753	2015/580565562079440	2015/586612770186036	2016/580725615449644	2018/586777796800719	2018/580595636392632
2015/586841792631726	2015/580709475686393	2015/580734243136210	2016/586863976089208	2018/586856880976129	2018/586713411390062
2015/580714459001787	2015/586859285917070	2015/580731262052428	2016/580772278769427	2018/580731638768977	2018/586669439876128
2015/580736234770323	2015/580734046171914	2015/586614772814835	2016/586861812235622	2018/580735169767080	2018/586726842999260
2015/580709738854211	2015/580734541403961	2015/580736313822201	2016/586696515160205	2018/586643413762665	2018/586715218139845
2015/586837062860870	2015/586871214920800	2015/580731856694111	2016/586858064444878	2018/580639332349481	2018/586715728748467
2015/586839516278738	2015/580692941499306	2015/586838913504904	2016/586878192495590	2018/586722448488591	2018/580577823801519
2015/586881386848746	2015/586838746936608	2015/586633467132650	2016/580731639659102	2018/586661093927130	2018/586862305909040
2015/586856108591156	2015/580707497008960	2015/580729962673686	2016/580758506618366	2018/586727032764601	2018/586641196910087
2015/586621472125808	2015/580751230351457	2015/586856919001968	2016/586704100484129	2018/586742646460890	2018/580725212076603
2015/580734474650610	2015/586821170250565	2015/580763385216085	2016/586856776882466	2018/586713979723979	2018/586706401169003
2015/580710483238524	2015/586836670191535	2015/586863296073916	2016/580742500430444	2018/580666413098620	2018/580610193665696
2015/580718509591275	2015/586632896709756	2015/580557342749829	2016/580731149833608	2018/580622015584458	2018/586728334218385
2015/586635825218621	2015/586808661865477	2015/586749233965302	2016/586862273626159	2018/580597066256600	2018/586643883464807
2015/586838453235034	2015/586812884520573	2015/586843127819165	2016/586854251715553	2018/586717084094792	2018/580576172735404
2015/580728257423619	2015/586871292315387	2015/586627826786583	2016/580761606143747	2018/580683974890449	2018/586721349646804
2015/586599855217894	2015/586811284832718	2015/586863386608127	2016/586621179295791	2018/580647431240167	2018/586714247409597
2015/580728156537459	2015/580714010464260	2015/580557896394510	2016/586858508533179	2018/586727404306144	2018/580734001037776
2015/580728676370716	2015/586863608227306	2015/586839047968540	2016/586754314783167	2018/586623775765958	2018/586676890270855
2015/580729630101762	2015/580714626854979	2015/580561232842493	2016/580735652727960	2018/586742118761502	2018/580594514397000
2015/586815778161303	2015/586861106640183	2015/586860198271962	2016/586863419030739	2018/580617228626397	2018/586768713569730
2015/586859083430567	2015/586880619408825	2015/586840717971900	2016/580757050444875	2018/586729663912234	2018/586731116082680
2015/580749502416461	2015/580714287460294	2015/586856152737928	2016/586796128165515	2018/586671619632235	2018/586728170002117
2015/580750401108306	2015/586836429522154	2015/586874572913559	2016/586831964044822	2018/586715626570830	2018/586863381913570
2015/586849072223600	2015/586821109569190	2015/586860564561388	2016/586863943250324	2018/580644538197640	2018/586861443870023
2015/586864393570410	2015/586841745783019	2015/586845395708064	2016/586860728606665	2018/586858238324002	2018/586744882766565
2015/586885542892876	2015/580715249595580	2015/580711691715597	2016/580726458874980	2018/580651201059546	2018/586857866520244
2015/586845619836467	2015/586821327314183	2015/586845475748220	2016/586864129855870	2018/586858208362112	2018/586729613510470
2015/580735408558434	2015/586857045267136	2015/580558466210066	2016/586880257897220	2018/580623332311947	2018/586731581723700
2015/586845591320401	2015/586842625606147	2015/586856352927179	2016/586886821964027	2018/586642885620409	2018/586727283087840
2015/580714305300538	2015/586850273484549	2015/586850966678621	2016/586884481814865	2018/586669854079908	2018/586711507764381
2015/580732427706593	2015/586863706383963	2015/580733670739348	2016/586871681312084	2018/586853841327253	2018/586856137653499
2015/580766042289958	2015/586886678048849	2015/580711412476509	2016/586855129862054	2018/586860027950211	2018/586725071613426
2015/586859218165034	2015/586857753739913	2015/586599478663640	2016/580735432007419	2018/580647385322321	2018/580616882588260
2015/580732898387520	2015/586837528000644	2015/580714768814995	2016/580733364116265	2018/586633307468946	2018/586854248135263
2015/586838319970120	2015/580751173603052	2015/580731742712890	2016/586859102058930	2018/586726269895096	2018/586723392470771
2015/580748955542530	2015/580731102289540	2015/586620201740605	2016/586882618779905	2018/580673573475585	2018/586731292710178
2015/586848221573903	2015/580755575672656	2015/580624385954398	2016/586853873185641	2018/580735704968549	2018/580583845994295
2015/580735820461337	2015/580712663068833	2015/580694221540008	2016/580726435032863	2018/580626497267610	2018/580584295453806
2015/580714391926755	2015/580736383498550	2015/586875272078732	2016/586681962530502	2018/580727612531951	2018/586643963855040
2015/580717731413702	2015/580762542295752	2015/586839103380660	2016/580730809818506	2018/580568603240578	2018/586729324609239
2015/580645236117557	2015/580750602250175	2015/586839144756851	2016/586877030621061	2018/580717714576749	2018/580630544139306
2015/586838387868875	2015/586864408257592	2015/586629681263425	2016/586858741696837	2018/580675542759017	2018/580595667540832
2015/580732634161066	2015/586863570718512	2015/586886107214350	2016/580727424835059	2018/580725102687787	2018/586741537404310
2015/580730352080793	2015/580697364529464	2015/580567376818685	2016/586853884187257	2018/580735765520600	2018/586666837570068
2015/580727100232872	2015/580726765253454	2015/586626685539573	2016/586853889950786	2018/580684124855560	2018/586729129539358
2015/580719554795046	2015/580708392451178	2015/586840201252830	2016/580733352095896	2018/586775345952500	2018/580641237204393
2015/586838233869760	2015/586842767335423	2015/586864085741951	2016/580757605875830	2018/580684205561694	2018/586641791549784
2015/586838247927430	2015/580765552058987	2015/580557731492060	2016/586794857399836	2018/586807657749590	2018/586683931899329
2015/586856371021529	2015/580734963765870	2015/586816892069809	2016/586859056666024	2018/586813694901900	2018/580602784766747
2015/586862977891167	2015/586820843718552	2015/586841986298448	2016/586690030399480	2018/586856766880794	2018/586862203868070
2015/586838420644345	2015/586625628521745	2015/580732642205103	2016/586863853403391	2018/586669292596025	2018/586729071523370
2015/586821293500197	2015/586836358081262	2015/586854610998737	2016/586854754554682	2018/586780129096673	2018/586728870174262
2015/586596190272562	2015/580708254758525	2015/586871988749690	2016/580755127600597	2018/586783402085014	2018/586863521672612
2015/580752604273638	2015/580720913431433	2015/580747753088277	2016/586796406473229	2018/586727053625342	2018/586724699545775
2015/580714751972084	2015/586843608134980	2015/586841839905836	2016/580751443504830	2018/580686205598390	2018/586721183517580
2015/586856167434780	2015/580741826863341	2015/586838964888562	2016/586804889420948	2018/586691716295330	2018/586716521088991
2015/580735519103790	2015/586877292397709	2015/586842106832702	2016/586857020676635	2018/586717334756637	2018/586725963677477
2015/586626559343053	2015/580729986911835	2015/580720979033630	2016/580729085384834	2018/586859576081982	2018/580594431109072
2015/586860989767035	2015/580755368047290	2015/580726030768261	2016/586614402961771	2018/586719892035402	2018/586665077415548
2015/586862452697916	2015/586862988662384	2015/586834611912020	2016/586625577885110	2018/580735084599784	2018/586638195869224
2015/586855914023749	2015/580711431618974	2015/586839126188099	2016/580729107829770	2018/586643328470569	2018/586613085560671
2015/586838301622352	2015/580727262365137	2015/586605610985943	2016/586857431488270	2018/586776512340412	2018/586660856854335
2015/580692762681549	2015/586840742820200	2015/580733524170789	2016/580761939843086	2018/586742457930229	2018/580606200300994
2015/580730356922975	2015/586840063644560	2015/580727156466652	2016/580726587936913	2018/580599028308994	2018/580606297585580
2015/586867327436356	2015/580771798305320	2015/586854601738808	2016/580627085947971	2018/586720493860636	2018/586680734071150
2015/586841997873232	2015/580711572667050	2015/586602293220795	2016/586618589676618	2018/580734003565548	2018/586660868300786
2015/586863984408414	2015/586627013780324	2015/580724890080481	2016/580752511891844	2018/586748597353243	2018/586846212014439
2015/580726679358330	2015/586884492896792	2015/580707659293639	2016/586814178649740	2018/586729348516555	2018/586830253315010
2015/586861376908758	2015/586858832384120	2015/586611625092727	2016/580728498865943	2018/586715159085907	2018/580572471113785
2015/586833478131478	2015/580733471136540	2015/586855500842471	2016/580743816011965	2018/586858769868440	2018/586730115233381
2015/580739851611278	2015/580755429766115	2015/580725646018219	2016/580731180453510	2018/580662504284469	2018/586723949682073
2015/586885260993166	2015/580732315750640	2015/586871976107669	2016/586812444694287	2018/586620791904460	2018/586728613683810
2015/580736172815929	2015/586871998804531	2015/586822128380247	2016/580555190451019	2018/586669548565057	2018/586662479231671
2015/580725768055426	2015/586853970880688	2015/586861763332520	2016/586752110899039	2018/586716354203147	2018/586668569791166
2015/580714105911475	2015/580709522989380	2015/580696049758648	2016/580747574072589	2018/586777761231234	2018/586717405105643
2015/586815969499707	2015/580725542018818	2015/586861866212288	2016/580748668016099	2018/586716745765175	2018/586666645120933
2015/586864149577538	2015/580729256003411	2015/586859098264830	2016/586862858436271	2018/586863045507801	2018/580728247242950
2015/586850499540230	2015/580774030863971	2015/580767498988421	2016/580754179651721	2018/586635908826234	2018/586858250084334
2015/586822182485404	2015/580715235153615	2015/586633691964260	2016/586857128168991	2018/586664475269174	2018/586853844396680
2015/586628256063165	2015/586879426439524	2015/580749532710483	2016/586863849704694	2018/586830447821561	2018/580582773500119
2015/580734599789363	2015/586834723155564	2015/580729854316523	2016/580763716299041	2018/586704890306163	2018/586644154032686
2015/586861749519344	2015/580733415751809	2015/586844281423050	2016/586818225315088	2018/586705925309480	2018/580594937881208
2015/580726984915496	2015/580566406848176	2015/580707930907315	2016/580726247531594	2018/586741914862765	2018/580730758970940
2015/586599438229396	2015/586858381834026	2015/586849652139734	2016/580730384796988	2018/580589313826046	2018/586641884365700
2015/586850795222573	2015/586859024475058	2015/580734511465178	2016/580762723715732	2018/586745861775325	2018/580573096695774
2015/580749883910377	2015/586842687386119	2015/586844195721939	2016/586701393308049	2018/580733367703998	2018/586728799731453
2015/580755722858225	2015/586860795423644	2015/586612791653177	2016/586699532962383	2018/580725491933392	2018/580638956301171
2015/586835198619450	2015/580730983354214	2015/580733083790736	2016/586816202296272	2018/586730377324401	2018/586644833545497
2015/580725877917734	2015/580755633978008	2015/586857522564106	2016/580690559114080	2018/586723459135795	2018/586741894593510
2015/586874417706695	2015/586808499486550	2015/586854179485641	2016/586858504588396	2018/586723569295266	2018/586860708057979
2015/580730090345590	2015/586885953283634	2015/580734515386319	2016/586688098628252	2018/586733287659064	2018/586745388136632
2015/586855699033603	2015/586860661272641	2015/580731300690109	2016/586753499587455	2018/586717041321824	2018/586853963144111
2015/586844495821884	2015/586871164907429	2015/586862135349470	2016/586857389355866	2018/586722501692136	2018/586729049303954
2015/586855234332808	2015/580707703057065	2015/586840467315672	2016/586876878631070	2018/586720472453641	2018/580638425069664
2015/580765666097758	2015/580774101929892	2015/580726147242000	2016/586858427306904	2018/580733955101460	2018/586858056393873

2015/586859731896553	2015/580734277914425	2015/580694249403211	2016/586701976739879	2018/586730942876856	2018/580725094461970
2015/580710221648004	2015/580711246608379	2015/586857989431306	2016/580757472404438	2018/586720131338336	2018/586725398115514
2015/586843036083714	2015/586854236597243	2015/580712767659750	2016/580733622529458	2018/586857555278762	2018/586855359003817
2015/586857438201791	2015/580714122991712	2015/580734013928773	2016/586855202814094	2018/586743151842953	2018/586660167716557
2015/580750415094754	2015/586838697525542	2015/586854357164742	2016/580731893737825	2018/580610451880873	2018/580611621927228
2015/586858386921680	2015/580715268815660	2015/586803573523967	2016/586877900675473	2018/586664929750365	2018/586858751815359
2015/586849374170268	2015/586863554338619	2015/586632253913230	2016/586858435351786	2018/586854900823055	2018/586742568561971
2015/580734216797190	2015/586631481648184	2015/586631150132349	2016/586873709913000	2018/580688827971570	2018/586744622807530
2015/580736124322843	2015/586860050787236	2015/586861402106852	2016/580757154877565	2018/586791632074500	2018/586725947145110
2015/586858015153083	2015/586835297235134	2015/580734199349167	2016/580725462462149	2018/586720865328810	2018/586861003602065
2015/580729983174649	2015/580712891860676	2015/586863784326690	2016/586755115305970	2018/586720184264330	2018/586659941457242
2015/580557571981550	2015/586835981230610	2015/580731763781437	2016/586855144686520	2018/586715402835680	2018/586686399588442
2015/586862157693865	2015/586856687457061	2015/580753746679750	2016/586752026154306	2018/580733501968520	2018/586724335762750
2015/580685893454330	2015/586838755795599	2015/586876507802133	2016/580567861085648	2018/586793095438658	2018/580681926697897
2015/586843453174624	2015/586841120374199	2015/586611784122152	2016/586882097369587	2018/586722737963733	2018/586713675355746
2015/586858150231657	2015/580713236474537	2015/586818886894211	2016/586882235897852	2018/580734105421999	2018/586725591623359
2015/580727648937631	2015/586842703326299	2015/580757797495570	2016/586753585371914	2018/586721715266280	2018/586730318478188
2015/586623661602346	2015/580707531779706	2015/586861493800580	2016/586859138664640	2018/586715055193270	2018/586623029004453
2015/580735259457352	2015/580707118347130	2015/586855013954576	2016/580747440831206	2018/586723069991798	2018/586861201122582
2015/586870287437228	2015/586859185881659	2015/580749112224947	2016/580631386467704	2018/586716971113941	2018/586782773201048
2015/586875026328322	2015/586835559747678	2015/580694181241039	2016/586878308167776	2018/586695438198780	2018/586715344747543
2015/580556211680544	2015/580713606002040	2015/580733244585395	2016/586882138674053	2018/586729829422758	2018/586657691075833
2015/580747896057740	2015/580696473394314	2015/586841772794273	2016/580734996255776	2018/586713588149172	2018/586780367125155
2015/586599379260358	2015/586816628171823	2015/586856390732411	2016/586861997334518	2018/586860781275129	2018/586769282281716
2015/586841891050722	2015/586858221249431	2015/586856550179811	2016/586863801459134	2018/586700394799786	2018/586713757774118
2015/580727658976820	2015/586838791528874	2015/586816529171196	2016/586876424908391	2018/586770010814427	2018/586724016680902
2015/586845770128487	2015/586805338127048	2015/586863305593393	2016/586863966604383	2018/586729847826665	2018/586719611326612
2015/586813370205965	2015/586862553470192	2015/586836842491671	2016/580726108241711	2018/586859765507112	2018/580732058711580
2015/580733951701700	2015/580685679555275	2015/586861086257108	2016/586857302058507	2018/586727491503265	2018/586864204935899
2015/580750650682970	2015/580727859265887	2015/586861802504642	2016/580731788388517	2018/586718568661370	2018/580600925449351
2015/580708679173684	2015/586833595346384	2015/586633742602730	2016/580755311008545	2018/586636940172503	2018/586717472164390
2015/586840695982533	2015/580733806408665	2015/586876574529837	2016/580754264880082	2018/580729442844220	2018/580569413970474
2015/586880664574253	2015/586833413611952	2015/580708222671404	2016/580752243226843	2018/580734409505484	2018/580717257756015
2015/580727443997553	2015/586615909549416	2015/586629179984497	2016/580751674000789	2018/586714400169468	2018/580574103925091
2015/586838265078488	2015/580707735904824	2015/580715172426963	2016/580747680736970	2018/586726978231930	2018/580591001139336
2015/586843387644260	2015/586820595548542	2015/586857529626568	2016/586874923626766	2018/586721972375876	2018/586648140244591
2015/580727035494633	2015/586848169680992	2015/586858875455477	2016/580731077571598	2018/586781751921986	2018/586847047387098
2015/580714855662908	2015/586840943346540	2015/586862505469530	2016/580731319882700	2018/586713798448585	2018/586651664021954
2015/580718714061300	2015/586815860782032	2016/586861600304923	2016/586880573816555	2018/580730895470578	2018/580615382013442
2015/586832832649145	2015/580711228540030	2016/586606450644263	2016/580733595077427	2018/580731231569196	2018/580589484078663
2015/586602349470000	2015/580708239459351	2016/586862762066405	2016/586878495593524	2018/586715916314419	2018/586775653435735
2015/586841231170477	2015/586854639589879	2016/586876358849804	2016/586606597145927	2018/586726385170795	2018/580574173103821
2015/580718759958439	2015/586841928063273	2016/586857348620980	2016/580728544956030	2018/586726120215524	2018/586677764566990
2015/586837190849866	2015/580697751151498	2016/586872757385621	2016/580726877354909	2018/586729504021176	2018/586751607724965
2015/580708092734967	2015/586833841579740	2016/586599706450203	2016/586825952006019	2018/580611659253348	2018/580575327385461
2015/586839979244230	2015/580707545879998	2016/586878942658076	2016/586756501598374	2018/580733092250683	2018/580576938862860
2015/586872844248811	2015/586855420653599	2016/580735497078255	2016/586859898008577	2018/586730299276828	2018/586643210410712
2015/580706328069716	2015/580705852361890	2016/586795950092517	2016/580773672185775	2018/580730437311685	2018/586714549079581
2015/586849775726866	2015/580552508158792	2016/586878034827220	2016/580766783447881	2018/586714731123151	2018/586677914874177
2015/586858474068116	2015/586839448547893	2016/580726269338939	2016/586757329252633	2018/586744114244547	2018/580598106508208
2015/586877080790482	2015/586857970722184	2016/586858235015280	2016/580686249832537	2018/580664268120600	2018/586859791870208
2015/586859631941519	2015/580734270807580	2016/580735096727260	2016/586689870589138	2018/586731474430879	2018/586718607245640
2015/580687433692101	2015/586836559014073	2016/586606471617557	2016/580733481759072	2018/586660371477166	2018/580729621149193
2015/580739978834067	2015/580733348321022	2016/586872995206638	2016/580734556635979	2018/586863139285379	2018/586660878401636
2015/586818279365120	2015/586837952208190	2016/586858588660495	2016/580752777127976	2018/586723207043599	2018/586653718935627
2015/586876673528895	2015/586857299862457	2016/586695059144260	2016/586860215219849	2018/586721999291470	2018/586640333990258
2015/580720339168330	2015/586840481321220	2016/580728066234627	2016/580747325778270	2018/586857024268617	2018/586688265030000
2015/580727671689303	2015/586821819271932	2016/586687977947940	2016/586808676776572	2018/586729307052506	2018/586615525417191
2015/580765436301521	2015/586855790558153	2016/586879859276777	2016/586812905256888	2018/586730014337384	2018/586646505507850
2015/580731505984420	2015/580733314631406	2016/580725220990360	2016/586811295946248	2018/586721578652479	2018/586744637026852
2015/586834756156910	2015/586858617279980	2016/586877837633965	2016/580746978127487	2018/586713654441515	2018/586803365274093
2015/586855830272376	2015/580753405969587	2016/580748168073699	2016/586863725483236	2018/586720157198369	2018/580729280630245
2015/580750855034529	2015/586839546352707	2016/586862876958947	2016/586856911073105	2018/586860753329344	2018/580594921415609
2015/586886564112318	2015/580747270758684	2016/580725559260540	2016/586810971454429	2018/580641049512303	2018/580733058483320
2015/586863136129145	2015/586835268538513	2016/580736215771080	2016/586856981765530	2018/586855281451933	2018/586714006248390
2015/586818100892313	2015/586839893389753	2016/580726700767906	2016/586885751227180	2018/580606760772309	2018/580587656421421
2015/580734185873451	2015/580753428033710	2016/586611560040649	2016/586857705983188	2018/586723774186967	2018/586638285718079
2015/586854285044809	2015/580731082448557	2016/586864264270197	2016/580666336108798	2018/586767166470218	2018/580583902171108
2015/586790657919493	2015/580774046840851	2016/586754179922838	2016/580730444097475	2018/586722281209107	2018/580733943093676
2015/580736022089440	2015/580710546264633	2016/586857767757426	2016/586755600160200	2018/586715032543449	2018/586666066947058
2015/586870856020428	2015/580729435503041	2016/586877716717633	2016/580755583822807	2018/586792224030514	2018/580579214824020
2015/586838500839290	2015/580707562022369	2016/580627997464839	2016/580730098261203	2018/586860387426982	2018/580589827736562
2015/586855677371526	2015/586818040920742	2016/580703124197515	2016/580762549105401	2018/586727660792924	2018/586863574175719
2015/586813722974310	2015/586862720657268	2016/580730967505607	2016/580750619353215	2018/586714901422120	2018/586767243860053
2015/586886625514209	2015/586886246018400	2016/586880114256577	2016/580726904492110	2018/586720083044126	2018/586864266326453
2015/580729598459695	2015/580707513854561	2016/586878153928255	2016/580763533830550	2018/586778522919801	2018/580731035917256
2015/580727715223340	2015/580731700557340	2016/586699569710808	2016/586863578773172	2018/586718738761070	2018/586647840298641
2015/586808864548281	2015/580706912430155	2016/580734127799195	2016/580765560909680	2018/580736136458775	2018/586655957673894
2015/580718236072618	2015/586833048389457	2016/586878116122970	2016/580734965308948	2018/586728281493976	2018/586657898151639
2015/586837723790776	2015/580708463636952	2016/586877869158612	2016/580729327041908	2018/586712049195623	2018/586730743200379
2015/580765380919758	2015/580727081117927	2016/580752109772425	2016/580730110578765	2018/580640635606390	2018/586730045444090
2015/586818840395182	2015/586860422210674	2016/586878251346676	2016/580763608423102	2018/586715895291939	2018/586675688443735
2015/580721485351821	2015/586854255613074	2016/586857417885899	2016/586689778553429	2018/586621525255840	2018/586723715837627
2015/586862269778083	2015/580726932899592	2016/586858328899615	2016/586887150450545	2018/586721024068590	2018/586863223149080
2015/586857091148463	2015/586817350735594	2016/586856895921779	2016/586864168831446	2018/586731384682171	2018/586642106282525
2015/586854548135292	2015/586837104433910	2016/586877963003520	2016/580771806764774	2018/580613866345221	2018/586665034269646
2015/586820155131193	2015/580708744104973	2016/580734170242617	2016/586858841025870	2018/586635846320360	2018/586722682350539
2015/580733263412499	2015/580697576982671	2016/586885232526123	2016/586853893734384	2018/586744433626872	2018/586715474822599
2015/586842733445502	2015/580708893662729	2016/586857142546175	2016/586826132295486	2018/586717911571212	2018/586731079243421
2015/580563345729060	2015/586821202589401	2016/586856292972658	2016/586872017965744	2018/586768365726738	2018/586714637989640
2015/586812718065813	2015/586839801635512	2016/586862142886160	2016/586853900286857	2018/586731039771840	2018/586858776435778
2015/580722044775115	2015/580728423521129	2016/580764533878063	2016/586802977963107	2018/586719465898612	2018/586862751574111
2015/586860089216570	2015/580733719190154	2016/586856789288041	2016/580726980364005	2018/580573797256535	2018/586717747298693
2015/580709195955797	2015/586864373696922	2016/580751826931532	2016/580662380813780	2018/586724390256074	2018/586725279954527
2015/586839854520308	2015/586815811061470	2016/586795653445540	2016/586749023790007	2018/586714859063110	2018/580575758667910
2015/586863679295533	2015/586836547288432	2016/586864404123258	2016/580761924197132	2018/580725106156541	2018/586789996669071
2015/580711266932576	2015/580732861041236	2016/580731690203554	2016/580566391413760	2018/580616409406263	2018/580589219570398
2015/586874822442480	2015/580732858450813	2016/580727225518355	2016/586880339409155	2018/586744079119060	2018/580613722539009

2015/586886649267839	2015/586861118029010	2016/580727322577510	2016/586863987348721	2018/580730938070943	2018/586686191092040
2015/580709438221430	2015/580731212681960	2016/586862178722310	2016/586703711406995	2018/580567586665960	2018/586721868050106
2015/586809840965572	2015/586842785740287	2016/586863332777914	2016/586885645873520	2018/580647726704590	2018/586715937243130
2015/586835432861270	2015/580706047558103	2016/580763353890005	2016/586862921086337	2018/586859333464580	2018/580728455097755
2015/586838583199740	2015/580755485977303	2016/586864176604239	2016/586869806562358	2018/586716247040110	2018/586729895693138
2015/586838536094903	2015/586864363249951	2016/586796826833434	2016/580774113764117	2018/586861716866790	2018/580733733585006
2015/586811216061240	2015/580726921131878	2016/586797658459499	2016/586854815881598	2018/586726108921427	2018/586639573480265
2015/586886469894500	2015/586841582129704	2016/580728964607873	2016/586601761511340	2018/586713709778972	2018/586640840797796
2015/586833637941689	2015/586879898665737	2016/586863860211111	2016/586860918800741	2018/580733833795787	2018/580733993442518
2015/580730051046287	2015/586841156925854	2016/586878774555659	2016/586631508907983	2018/586744468728484	2018/586664389110434
2015/580696387998677	2015/580733173992857	2016/580727545705648	2016/580735173718962	2018/586724770925333	2018/586651530306720
2015/580749742813634	2015/580557703402820	2016/580725714802563	2016/580742543445530	2018/586723803472808	2018/580615730229582
2015/586848474950485	2015/580730891187558	2016/580751933575659	2016/586748532481089	2018/586724059395502	2018/580644765572925
2015/580721110857306	2015/586836450226536	2016/586855350937522	2016/580766076801860	2018/586704788707858	2018/586856516135828
2015/580693675016329	2015/580705999311635	2016/586753983559278	2016/586860949339941	2018/586660223853352	2018/580728223608948
2015/586886504644256	2015/586857537664300	2016/586856163325640	2016/580696490601756	2018/586711447521811	2018/586647483709261
2015/586857856424445	2015/580731401113033	2016/586883236180716	2016/586854173353335	2018/586718160195008	2018/586652493394135
2015/586813507729676	2015/586860441051042	2016/580731191170240	2016/580728029984441	2018/586731237057389	2018/586703124169421
2015/586858423128484	2015/580760309016448	2016/580758645513464	2016/580747591302358	2018/580629823131512	2018/580729450223120
2015/580733583554161	2015/580713640917140	2016/580725601267140	2016/580727068499269	2018/586729233811891	2018/580725305545722
2015/586858582333342	2015/580710176983964	2016/580773784021827	2016/586697008831156	2018/586719937395282	2018/580578333704029
2015/580727008992380	2015/580706927658409	2016/580743890779570	2016/580727103654936	2018/586724811787380	2018/580589024208871
2015/586869862012360	2015/586837823425163	2016/586877926721331	2016/586699819625616	2018/586717104495156	2018/586741732068302
2015/580728303849536	2015/586856063451047	2016/580729428448847	2016/586854688113211	2018/586726659308581	2018/580671467414329
2015/580711856698756	2015/580713438587661	2016/580726747416576	2016/586874692591278	2018/586727416617652	2018/580574308099317
2015/580721774709219	2015/580707905952260	2016/580746522953440	2016/580746102611812	2018/580683758845184	2018/586673252494139
2015/580727737194008	2015/586630853029967	2016/580757677496435	2016/580754334605199	2018/586721520471505	2018/580581844814023
2015/580708070688867	2015/580713224374471	2016/586875563789775	2016/580729635272535	2018/586726362148021	2018/580725230484374
2015/580729996107679	2015/580714084544452	2016/586870568800019	2016/586854464130798	2018/586731328634761	2018/580602036082120
2015/580750911209606	2015/580735515384360	2016/580755401699790	2016/586857965729397	2018/580726582846257	2018/586858984974437
2015/580730187196185	2015/586841819730244	2016/580754997579835	2016/586872442789134	2018/586725648664137	2018/586638030323950
2015/586885313398700	2015/586817658523235	2016/586871409714860	2016/580757437179100	2018/586725776952077	2018/586665837260732
2015/586861939099069	2015/586836198346594	2016/586688760499771	2016/580736214465504	2018/586861097851162	2018/586767347744357
2015/586864389117690	2015/586818828549401	2016/586868845073224	2016/580757338487703	2018/586728470437311	2018/586858946579324
2015/586875329714180	2015/586861224172398	2016/586692714595220	2016/586858119320132	2018/586730227556379	2018/586653769973010
2015/580709168400493	2015/586861886879804	2016/586855768924840	2016/586875991865464	2018/586717002549926	2018/586642867895868
2015/586860318443939	2015/580706309382726	2016/586863025887278	2016/586862265772236	2018/586730830986435	2018/586669221298390
2015/580712722157355	2015/580747938266609	2016/586857996566413	2016/586862856966481	2018/586854187675796	2018/586802756581983
2015/580734315806793	2015/580749809741063	2016/586868978410252	2016/580774060107317	2018/586742849374705	2018/586724986636436
2015/586820744989877	2015/586869946615195	2016/580666435466368	2016/586861109852601	2018/580596317005634	2018/580596715422040
2015/580749991207890	2015/586833234010939	2016/580733893770792	2016/586867151676752	2018/586714440523463	2018/580595719169540
2015/580711760383060	2015/580747992228766	2016/586807987418841	2016/586862343145546	2018/586715681798482	2018/586861480997042
2015/586855864019988	2015/580726518940813	2016/586751878851442	2016/586811941049987	2018/586728145839497	2018/586768191054416
2015/586869761415095	2015/586838772291461	2016/580758163947500	2016/580728164076695	2018/586728975750414	2018/586730464540261
2015/586818541348808	2015/586600853811247	2016/586618427937869	2016/580730840197317	2018/586741471785082	2018/586730433422996
2015/586845380092789	2015/580735938619747	2016/580751809176318	2016/580736018739303	2018/586726337647972	2018/580574487112890
2015/586839968860607	2015/586839405586283	2016/586601918756962	2016/586795244242544	2018/586726578769836	2018/580572445729079
2015/580727146625406	2015/586841713234420	2016/586603574712520	2016/580772342861279	2018/586715385924555	2018/586730817813868
2015/580749267468555	2015/580755685732519	2016/580727401707053	2016/580729226804024	2018/586715495194810	2018/580599295607200
2015/580748720924588	2015/586861323222600	2016/586859644306990	2016/586854264678043	2018/586743862687859	2018/580572238651979
2015/580765309814688	2015/586863742759122	2016/580729843700890	2016/586751784421202	2018/580725109982070	2018/586722860759660
2015/580749212467530	2015/580760919034197	2016/580754932997239	2016/586882226967284	2018/586717207096189	2018/586672362501705
2015/586875138384087	2015/586843363785505	2016/586856156205993	2016/586745413235774	2018/586744172724115	2018/586696275188940
2015/580765275045870	2015/586858165812510	2016/580727159746963	2016/580728377295214	2018/586717620864171	2018/580727912986886
2015/586834094610816	2015/586820480205375	2016/586861246204163	2016/586693137186776	2018/586729799141705	2018/586667536573747
2015/580726251885879	2015/586627805380794	2016/586860349433791	2016/580761972676435	2018/586726788777884	2018/580606629295895
2015/580765851712455	2015/580712528605166	2016/580730569017689	2016/586605596311019	2018/580620250977750	2018/586744407896265
2015/586821340052122	2015/586856379839984	2016/580757519329984	2016/580729050083791	2018/586718903719416	2018/586726932474186
2015/586821955346403	2015/586843997380686	2016/586857542046329	2016/580728998728582	2018/586713773094654	2018/580596188137380
2015/586834113713020	2015/586843807324165	2016/580745482727509	2016/580734584556483	2018/586862692891708	2018/586648216824424
2015/586812479005391	2015/580732371075067	2016/586815472714425	2016/586864396780267	2018/580734322925052	2018/586704410108654
2015/580729342124026	2015/580764669959954	2016/580725243305413	2016/586864359481470	2018/586730088144310	2018/586727835118598
2015/580736588760252	2015/586859231745560	2016/586881282424523	2016/580759115390083	2018/586863066322626	2018/586719869102847
2015/580729813254157	2015/580727780365242	2016/586756812418048	2016/580772314398623	2018/586721143954840	2018/586671604778334
2015/580659624493336	2015/580736368957814	2016/586801078568182	2016/580764623723475	2018/580725688532718	2018/586725178765600
2015/586874743960057	2015/586832776832950	2016/586883523298900	2016/586876122573476	2018/580725114340512	2018/580730669429534
2015/586856014896326	2015/580736128642965	2016/586796879507380	2016/586885416553191	2018/586725437406478	2018/586722522949505
2015/586855777194473	2015/580714142872162	2016/580736580743786	2016/586881919262952	2018/580672115179034	2018/580602253791769
2015/580725119582871	2015/586863900940923	2016/580730914065958	2016/580728946111118	2018/586726681268010	2018/586731462466258
2015/580727230624829	2015/580749013355913	2016/586864224333156	2016/586861159814950	2018/586714419895434	2018/580727938572395
2015/586859414816360	2015/586633584282627	2016/580735695113792	2016/586796978865144	2018/580620817189690	2018/586727171032861
2015/580755563602731	2015/580732327689810	2016/586867392538829	2016/580762607162548	2018/580735367147431	2018/586675621038984
2015/586874461021414	2015/580733886371915	2016/586794882190032	2016/580731410849195	2018/586718539059629	2018/586634868155309
2015/580726494179210	2015/580731062624556	2016/586600843467410	2016/586863824165626	2018/586729369884019	2018/580606316399438
2015/586837688195794	2015/580728389684070	2016/580697776675993	2016/580751700476474	2018/586654802032090	2018/580662160212208
2015/580726536982030	2015/586857195279197	2016/580747301313592	2016/580727440337682	2018/586717631742090	2018/586664204140000
2015/580731502320292	2015/586838722635413	2016/580620704620138	2016/586603621028659	2018/586859114714460	2018/586769669365291
2015/586860294434395	2015/580732386687815	2016/586878557997845	2016/586861907070693	2018/580725125587194	2018/586655897904540
2015/580733652827720	2015/586820656782721	2016/586862586759122	2016/586609508898628	2018/586786429175100	2018/580585847420253
2015/580726962818146	2015/580718435621166	2016/586859761796247	2016/586856220816655	2018/586742486544280	2018/586855623134402
2015/586874399155488	2015/586815839256983	2016/586862357369062	2016/580774381444100	2018/586855874358918	2018/586858826853807
2015/580774463903804	2015/586867476560514	2016/586862059464810	2016/580759143923140	2018/586713604064675	2018/586730910182753
2015/580754650749479	2015/586625811499325	2016/586870599551740	2016/586879915475474	2018/580684625611735	2018/586665094932306
2015/586855301364254	2015/586858180057538	2016/580750382267016	2016/580730686824039	2018/586744707652816	2018/586694479217237
2015/586849528366088	2015/586867297927614	2016/586603128584465	2016/586748162721654	2018/586862468605571	2018/586856590391305
2015/580731861280374	2015/580708145617090	2016/586855590952596	2016/580726886015870	2018/586721330030028	2018/586766838949309
2015/580708198236638	2015/586863883496078	2016/580749866875160	2016/580754103081078	2018/586863816400407	2018/580728992194828
2015/586818871373442	2015/586843097790530	2016/586605714352324	2016/586856435997233	2018/586724425764361	2018/580577401635808
2015/580750142373855	2015/586609982735519	2016/586752714570946	2016/586861231846442	2018/586713390971021	2018/586719405534267
2015/586880748605345	2015/580755416871831	2016/580757370042050	2016/580733271062190	2018/586718445456808	2018/580573412214406
2015/580722016533030	2015/586841014078390	2016/586819578735036	2016/580692479172768	2018/586725197078528	2018/586730489720455
2015/580731754408320	2015/580733794869685	2016/580748678411224	2016/586856788214156	2018/586729733699763	2018/580599420552851
2015/586861677851976	2015/580764084667506	2016/580663096654926	2016/580728360484629	2018/586857527022267	2018/586674542145157
2015/586836056474672	2015/586838733763071	2016/580725267313450	2016/580736183282924	2018/586718802014411	2018/586666044800053
2015/586840613642280	2015/580751103034383	2016/586863956865680	2016/580749036284214	2018/580662367000113	2018/580735294417398
2015/580732423409308	2015/586633932752324	2016/580773484364775	2016/586633606774233	2018/586815274191309	2018/580575427604469
2015/586856554500338	2015/586813267734166	2016/586854286267725	2016/580730943930991	2018/586716846135175	2018/586642403191805
2015/586857834696148	2015/580726102994906	2016/586614620224020	2016/580759811890040	2018/586716481885253	2018/580610387621115
2015/580707317289526	2015/586842090434923	2016/586876182734894	2016/586885710101184	2018/586741494464140	2018/586654929623435
2015/586600725938152	2015/586620098641826	2016/580725272112602	2016/580763596075728	2018/586769415108119	2018/580602615300164
2015/580710525257918	2015/586622852511844	2016/580758218327248	2016/586820673626406	2018/580611745215269	2018/586710545610536
2015/586620952047963	2015/580720252229252	2016/586780220305804	2016/580760782857459	2018/586741626780862	2018/580607654096806
2015/586849675553492	2015/586810260115773	2016/586858458287974	2016/586861261475322	2018/586853851311957	2018/586857584149662
2015/580714808434930	2015/586851172855815	2016/586857036669472	2016/580770494151416	2018/586770087228890	2018/586863290590678
2015/586861297929219	2015/580750032552937	2016/586797436938122	2016/586863490017212	2018/586714382300331	2018/586723483974768
2015/586833293307806	2015/586853700422825	2016/586752348255820	2016/586858839417451	2018/586728220434059	2018/586656086775270

2015/5868807900747 75	2015/5807562279449 05	2016/5807271640135 39	2016/5868626963984 96	2018/5806136761769 83	2018/5868544709706 80
2015/5807142185089 46	2015/5868425732536 35	2016/5807574498743 04	2016/5807248204994 45	2018/5807311838388 87	2018/5805926659387 58
2015/5868386130548 37	2015/5807609089542 25	2016/5807252763673 43	2016/5807262196071 52	2018/5867664736360 11	2018/5805706619350 57
2015/5807261169419 00	2015/5868423550333 75	2016/5867018590518 96	2016/5868613164815 26	2018/5868056972746 12	2018/5866668530382 40
2015/5807326086341 96	2015/5807357956149 00	2016/5807265494216 38	2016/5868613464869 34	2018/5867239767360 93	2018/5866529759684 12
2015/5807310458871 92	2015/5807296650846 62	2016/5807252847420 04	2016/5807312280030 10	2018/5807357479301 80	2018/5806790102790 63
2015/5868340543060 29	2015/5866177276547 60	2016/5807254354728 16	2016/5807285492646 74	2018/5807287311745 26	2018/5866381536943 72
2015/5807324533225 29	2015/5868335808269 66	2016/5807596068526 21	2016/5868565016142 22	2018/5866611119028 62	2018/5806501798494 44
2015/5868414184573 03	2015/5807221144376 97	2016/5807612828163 01	2016/5868132860451 92	2018/5867280469768 93	2018/5868470892509 49
2015/5807061982211 99	2015/5868622148354 64	2016/5807469031713 10	2016/5807045194382 25	2018/5867279499312 49	2018/5867256630689 20
2015/5807286087105 48	2015/5807336619371 23	2016/5806274958538 04	2016/5867486502848 14	2018/5867277922231 73	2018/5866411002338 67
2015/5868409555513 44	2015/5805583338059 25	2016/5807301900017 11	2016/5807255508406 29	2018/5807276764467 60	2018/5867197453574 29
2015/5868577209450 21	2015/5807360266577 88	2016/5807573952669 21	2016/5807045194389 35	2018/5867240419449 61	2018/5868618346784 34
2015/5866335486742 19	2015/5807552661100 67	2016/5806723709373 39	2016/5868530699383 35	2018/5867240418944 61	2018/5868618346784 34
2015/5807133397010 87	2015/5806304114711 49	2016/5807552960396 07	2016/5807164150172 26	2018/5867162055838 80	2018/5806018021792 85
2015/5866235776697 48	2015/5807288920782 14	2016/5866170582979 01	2016/5807325509724 12	2018/5867937786021 94	2018/5866729495562 65
2015/5866235676691 19	2015/5806004024836 18	2016/5807290790685 21	2016/5868632410199 46	2018/5867450852408 07	2018/5807305702580 37
2015/5868585756235 06	2015/5868411891278 81	2016/5868777264804 71	2016/5807361500966 77	2018/5867431823365 69	2018/5867816498315 40
2015/5865967137960 12	2015/5807318023431 07	2016/5868783316409 10	2016/5866997916659 00	2018/5867290041034 48	2018/5806808496063 38
2015/5807209646358 31	2015/5807739150905 27	2016/5868142151853 55	2016/5806947646929 29	2018/5867152723299 84	2018/5805771156572 57
2015/5807263521255 65	2015/5807115852473 70	2016/5866332609945 66	2016/5806258374443 31	2018/5867677964702 10	2018/5867277708072 52
2015/5807656300856 17	2015/5807129553221 28	2016/5807310290871 19	2016/5807569121736 02	2018/5867297968042 90	2018/5805905392302 31
2015/5807365657144 49	2015/5807598503436 14	2016/5807354306734 39	2016/5867563507323 32	2018/5867237792231 53	2018/5805995989971 51
2015/5868754582859 08	2015/5868577644467 45	2016/5807313769543 96	2016/5807588557276 93	2018/5867226123406 58	2018/5866473281609 61
2015/5868824577964 57	2015/5807060760855 40	2016/5868547269849 99	2016/5868635263296 96	2018/5867159770405 86	2018/5867459428277 53
2015/5868572327889 82	2015/5807302341458 71	2016/5806264514912 23	2016/5868628408435 00	2018/5868604792315 71	2018/5867419802609 00
2015/5807555974573 55	2015/5807601933700 35	2016/5868613986242 85	2016/5868595452109 44	2018/5867185274472 07	2018/5805818310410 28
2015/5807337863141 89	2015/5807579077036 98	2016/5868010402204 95	2016/5867033525859 20	2018/5867157805084 04	2018/5867439865104 67
2015/5868611421853 53	2015/5868331275322 44	2016/5868608799675 67	2016/5807249161885 88	2018/5867193832876 66	2018/5806019099487 27
2015/5807210908340 36	2015/5868223101746 90	2016/5867338554358 98	2016/5807426561905 90	2018/5868580826285 50	2018/5867892981625 20
2015/5806969198441 77	2015/5866273771098 85	2016/5807667891345 85	2016/5868613588316 58	2018/5867282504198 07	2018/5866419822824 55
2015/5868630220582 53	2015/5868193886775 27	2016/5806215684170 52	2016/5868604962681 77	2018/5867438273441 66	2018/5867202100603 36
2015/5868573814419 99	2015/5807089962565 26	2016/5807276450184 27	2016/5868613583165 88	2018/5867224052405 226	2018/5867193389286 37
2015/5807337700931 61	2015/5868548928260 48	2016/5807518484858 14	2016/5807361966753 23	2018/5867762887553 96	2018/5805746783317 90
2015/5868339600283 47	2015/5807362034788 95	2016/5867977270903 86	2016/5868552468641 74	2018/5867832738540 73	2018/5866433758932 05
2015/5807487793107 95	2015/5807318259735 95	2016/5807456173019 83	2016/5866957132642 70	2018/5867136303307 06	2018/5868548849722 80
2015/5807325059154 92	2015/5868171607905 50	2016/5807548313012 89	2016/5868583611833 54	2018/5867136303307 06	2018/5868548849722 80
2015/5868392300274 03	2015/5868592190365 79	2016/5806273140846 84	2016/5868545412588 42	2018/5867103547900 09	2018/5805991794510 86
2015/5868340719730 87	2015/5807304312789 28	2016/5807252997637 63	2016/5868837360272 33	2018/5806482922501 55	2018/5806082134060 38
2015/5868867005812 84	2015/5807260895859 91	2016/5866092643736 77	2016/5807297188701 90	2018/5806445953609 98	2018/5867229622294 57
2015/5807364888952 81	2015/5807132951069 95	2016/5868733258425 58	2016/5868631930149 46	2018/5867451858409 16	2018/5807305702588 37
2015/5868853379330 75	2015/5806013643484 55	2016/5868809261730 27	2016/5807267842640 20	2018/5867264028409 44	2018/5867796682456 83
2015/5868171423796 546	2015/5807091197287 70	2016/5807484822509 14	2016/5807327709394 86	2018/5867259943831 31	2018/5866885571905 90
2015/5868331013447 28	2015/5868742693875 68	2016/5807471332429 17	2016/5868582831132 54	2018/5867212288251 96	2018/5867254141735 13
2015/5807277934795 28	2015/5868586458946 85	2016/5868028842741 53	2016/5868556693750 44	2018/5806836941958 61	2018/5867990822688 39
2015/5807061330954 19	2015/5868574555484 58	2016/5868312806776 18	2016/5807348098428 54	2018/5806169347825 95	2018/5806072136026 71
2015/5868626327782 37	2015/5807259743744 50	2016/5867506837623 17	2016/5807278876651 92	2018/5867689889919 08	2018/5805865593858 00
2015/5807092148638 07	2015/5866226117347 69	2016/5867563976289 88	2016/5868626570705 460	2018/5867253355488 91	2018/5866384586264 34
2015/5868832530768 01	2015/5866276909949 64	2016/5868559506089 90	2016/5868605548243 93	2018/5867172402058 81	2018/5806032464501 70
2015/5868557343456 28	2015/5807331062323 37	2016/5807274837688 18	2016/5807286593540 77	2018/5867180013726 11	2018/5866935047614 81
2015/5807353376492 70	2015/5868629789432 19	2016/5868565151476 68	2016/5867463539771 41	2018/5867256830026 68	2018/5805992365621 92
2015/5807677028099 65	2015/5806249067806 44	2016/5806292280913 10	2016/5807317674286 18	2018/5866429228108 00	2018/5866602559068 39
2015/5807298899766 56	2015/5868634156981 80	2016/5807721314122 37	2016/5868558765534 34	2018/5868587220429 82	2018/5805918634517 03
2015/5868385950881 29	2015/5807135775377 16	2016/5807265701857 73	2016/5807599097405 51	2018/5867253794670 55	2018/5866702029892 57
2015/5868640663839 37	2015/5807324484432 90	2016/5868597863858 59	2016/5807277847290 12	2018/5806405734057 09	2018/5807263930481 46
2015/5868584048078 44	2015/5868216889315 87	2016/5807296175627 79	2016/5868642057729 73	2018/5807339599540 45	2018/5866802642252 86
2015/5868590870072 78	2015/5807286042396 00	2016/5807279766350 35	2016/5807572561738 09	2018/5867163325921 21	2018/5868544815824 96

2015/586833395749990	2015/580736614748020	2016/586598337269027	2016/580747004588959	2018/586727878554694	2018/586658960941822
2015/580709848315817	2015/586820219899191	2016/586862940330374	2016/580727249505970	2018/586725534750822	2018/580567010708163
2015/586863459059449	2015/586817147455640	2016/580735002933890	2016/586858933906495	2018/586859193088868	2018/586652343106699
2015/580725657939860	2015/586860433674335	2016/586801377857034	2016/580747453610579	2018/586855133402770	2018/586769303011841
2015/580688995643356	2015/586833179079712	2016/580755271343776	2016/586757072941790	2018/586862710509493	2018/586663886800632
2015/586601945392467	2015/580712878170479	2016/586748580371979	2016/586695015755281	2018/580638476742958	2018/586659024378334
2015/586836249391769	2015/580760593711735	2016/580658498234262	2016/580762709355881	2018/586643983094313	2018/586727340313368
2015/586859445537599	2015/586819324642373	2016/586859166589777	2016/586696346687423	2018/586713695494600	2018/580594575042304
2015/580750169629318	2015/580726642381603	2016/586879746678957	2016/580735474492340	2018/580735662605159	2018/586716709286319
2015/580732708430819	2015/580725280899576	2016/586859995789291	2016/586856255217068	2018/586806848939783	2018/586666377204872
2015/580749287341140	2015/580730796970433	2016/580766922036420	2016/580725027325484	2018/586716590988650	2018/580575984615584
2015/580707782070977	2015/586632525553922	2016/586881487905920	2016/580774138799489	2018/586720879870561	2018/586647345348720
2015/586886977981305	2015/580729786112031	2016/580724899755265	2016/580758696805802	2018/586726628349875	2018/586643031313449
2015/580689977722930	2015/586862830565966	2016/586857355947454	2016/580729395217663	2018/580735623929210	2018/586716148883596
2015/580728969790190	2015/586840382681099	2016/586878959710812	2016/586687407789507	2018/586728511354830	2018/586662490137111
2015/580734620731924	2015/580753318628432	2016/580760406240921	2016/586747401465398	2018/586742961860757	2018/586862284170838
2015/580728467186573	2015/586840867139361	2016/586744037483577	2016/586861292637363	2018/586716303579998	2018/580727471817071
2015/586874484868353	2015/586860612862878	2016/580729687210207	2016/586872082345920	2018/586716228465508	2018/586714811166025
2015/580767634365985	2015/580731673420312	2016/586693161345478	2016/580731977597330	2018/586730796942450	2018/586862926157337
2015/580732569171168	2015/580710871723169	2016/580747189806739	2016/580730056370588	2018/586723758979260	2018/586665903059660
2015/586874833903612	2015/586837395210829	2016/580730094428637	2016/580759942845421	2018/586720450843822	2018/586644707086570
2015/580713502100330	2015/580734738804718	2016/586862074855074	2016/580756975102624	2018/586730533245051	2018/586640222078877
2015/580726498961399	2015/586808814470737	2016/586830432837106	2016/580729906280714	2018/580648503104032	2018/586719631371062
2015/580695352210254	2015/586819090012451	2016/580727555919728	2016/580769275653294	2018/586720409273914	2018/586666741162283
2015/580726375345919	2015/586862645895849	2016/586803871659160	2016/586856047655318	2018/586827474526049	2018/580579342930856
2015/586860941489875	2015/586859020633921	2016/586877633899009	2016/580756963409192	2018/586723523262800	2018/580729359626729
2015/586856822554849	2015/586837224496794	2016/586861599192829	2016/586703004256250	2018/586726716818527	2018/586741870849430
2015/580751130732101	2015/586855795124924	2016/580771783996282	2016/580735280551560	2018/586731060913375	2018/586725829940941
2015/586885511396258	2015/580726721114973	2016/586855523392882	2016/586861021583702	2018/586715507877190	2018/586727728081520
2015/580729247364176	2015/580731886797070	2016/586803097389279	2016/580726832994909	2018/586767581094240	2018/586728417355923
2015/580731721834745	2015/580753505373547	2016/586864328771382	2016/580750705618285	2018/586716985157805	2018/580570459540250
2015/580759988245199	2015/586870905864380	2016/586745828071128	2016/580704656666966	2018/586859598873132	2018/586719677144326
2015/586876620580188	2015/586860957559179	2016/586875071478392	2016/586873756703821	2018/586718133000071	2018/586793810339095
2015/580728565017594	2015/580711530694589	2016/580731409031730	2016/580727107303010	2018/586860082679748	2018/586730352574215
2015/580747953783510	2015/586635924691209	2016/586862139417728	2016/580760771066245	2018/580725439405530	2018/586644206361299
2015/580732071881010	2015/586850674181201	2016/586731820084760	2016/580753644081477	2018/586718963823572	2018/586638926651040
2015/586858044980924	2015/580733593359858	2016/586857838293513	2016/586853790332259	2018/580730584542105	2018/580614228005491
2015/586875482517975	2015/580761671696456	2016/586795132645659	2016/586605532869281	2018/580734081277781	2018/586857881901509
2015/580713311576878	2015/586870482806070	2016/586756724702820	2016/586815760645207	2018/586854951627721	2018/580616354184758
2015/580678606008111	2015/580734768961634	2016/580718135437495	2016/580736010805972	2018/580684750766994	2018/580617625432290
2015/586856933696367	2015/580774280826065	2016/586800877134290	2016/580733614738162	2018/580696958044089	2018/586716673917768
2015/580731677106237	2015/586849693346080	2016/580725340975641	2016/580753040774413	2018/586729527094910	2018/586792625098150
2015/580755712356050	2015/580728082752497	2016/586751719582262	2016/580734449484867	2018/586725013158913	2018/580603663871142
2015/580734131201755	2015/586815999519667	2016/580762652912271	2016/580633313626817	2018/586742359661093	2018/580735545820105
2015/586860695864325	2015/580758684910711	2016/586804555802913	2016/586863085902957	2018/586726257586385	2018/586720558927190
2015/586863146732033	2015/580749591291075	2016/580733219499240	2016/580726246382490	2018/586716209674010	2018/586668241113777
2015/580728600535485	2015/580727540429870	2016/586867456655061	2016/580694357712224	2018/586721666399890	2018/586713485125970
2015/586862595445100	2015/580721181226487	2016/586856546232216	2016/580623661762530	2018/580734041494125	2018/580681214244410
2015/580732843451821	2015/586857500683305	2016/586855156841645	2016/580750588554090	2018/580730636160910	2018/580731819855435
2015/586857632658466	2015/586859968153550	2016/580725352925202	2016/580726545096333	2018/580731120248982	2018/586716648319528
2015/586836601936268	2015/580714155766531	2016/580754773059917	2016/586885177100515	2018/586858856530011	2018/580571016767836
2015/580727360271977	2015/586850186133369	2016/580760383868484	2016/580731540530618	2018/586862379734818	2018/580725263428556
2015/580729056986437	2015/586874977438983	2016/586813449774386	2016/580730303029637	2018/586806081520374	2018/586657850825717
2015/580732671130488	2015/580732543039294	2016/580736501412763	2016/580744090301722	2018/586806945783225	2018/586647744912988
2015/580748700712211	2015/586742174854760	2016/580733776190602	2016/586861768645005	2018/580683853400145	2018/580591586447917
2015/586816259368350	2015/586843299255135	2016/586830188641970	2016/586864150687037	2018/586812054298830	2018/586863392435278
2015/580711805002427	2015/580731908009621	2016/586878241212430	2016/580763662210821	2018/586857146540124	2018/580589530931089
2015/586862325598130	2015/586613693300279	2016/586885061359591	2016/586825885215530	2018/586714771039590	2018/580575348252644
2015/580714868104496	2015/580747966137197	2016/586874098141651	2016/586752728104326	2018/586714226371900	2018/586658543586094
2015/586870624482459	2015/580625028652982	2016/580762587371117	2016/580725348581113	2018/586718304789071	2018/586744449729223
2015/580734228815496	2015/580747784564050	2016/580757385073203	2016/586855021286030	2018/586742413345092	2018/586789735342849
2015/586820122048030	2015/586858400629481	2016/586856583343140	2016/586693102110996	2018/586639146266602	2018/586728532390689
2015/580714935039866	2015/580729726167375	2016/580748436004930	2016/580754276954970	2018/586672251441656	2018/586714935249973
2015/586859314995481	2015/580733871409411	2016/586855856493134	2016/586854335287249	2018/586715256985294	2018/580610929493970
2015/586835072625294	2015/580736304944690	2016/586751317264139	2016/586703983652247	2018/580727352322874	2018/586725851042610
2015/580750343243616	2015/586625510144107	2016/580736120655780	2016/580623947687813	2018/580572263707761	2018/586662457403381
2015/586856208330731	2015/580759932444092	2016/580745642183614	2016/586775985803443	2018/580592823759103	2018/586675093779991
2015/586843465182889	2015/586855091807679	2016/580727017486167	2016/580733447961383	2018/580691016539426	2018/586718585185904
2015/586875470182738	2015/580713975660402	2016/586695417256543	2016/586608355562003	2018/580735770013799	2018/580570418703076
2015/586809740006790	2015/586863014309504	2016/586796066491984	2016/586596894076760	2018/586714027494685	2018/586725865421928
2015/586883264517780	2015/580705923767272	2016/586795716469621	2016/580731487808285	2018/586715177877230	2018/586720422600620
2015/586875685997504	2015/586813330452765	2016/586878593560730	2016/586688661737310	2018/580617272249738	2018/580572309343807
2015/580695505785079	2015/586817535572348	2016/586797026488713	2016/586757052320573	2018/580727199538741	2018/580574360489352
2015/586870115479004	2015/586860266779933	2016/586862622089921	2016/586859609619604	2018/586721844798961	2018/580732794030034
2015/586858971573598	2015/580725424888039	2016/586599658123546	2016/586857625015610	2018/580614272266628	2018/580650369757262
2015/586858512176548	2015/580750682194468	2016/580735923199693	2016/586861604754450	2018/586742074894086	2018/586678656971507
2015/586862787713303	2015/586858628274431	2016/586859476174855	2016/580746564600940	2018/586722472788633	2018/586669886162170
2015/580707335959580	2015/586818256649454	2016/586700374047797	2016/586753606993478	2018/580735699106387	2018/580616640959134
2015/586855973696667	2015/586857792254646	2016/586694912863265	2016/586855747613377	2018/580639279341243	2018/580581892990580
2015/580767514595878	2015/586821403966838	2016/586628946303349	2016/580773195469995	2018/586858198511257	2018/586678899206289
2015/586816543640633	2015/586862953908945	2016/586861438377644	2016/580735546995413	2018/586718333344987	2018/586674658117283
2015/580729473897056	2015/580732186272370	2016/586855656633140	2016/580630208141176	2018/586730776418160	2018/586664353181727
2015/586855686133837	2015/580729043425273	2016/586702696048062	2016/580751243485009	2018/586715802012970	2018/580602686071052
2015/586836492548831	2015/580714442766682	2016/580724884850484	2016/586854301725881	2018/586861900663974	2018/586767801122738
2015/580707357202312	2015/586859221626128	2016/586883590191670	2016/586871139872215	2018/586730273508088	2018/580605275322286
2015/586836397847678	2015/586616882851434	2016/580725362898538	2016/586878448971253	2018/586860077538678	2018/586709388043573
2015/586835680973052	2015/586851121005300	2016/586797326917958	2016/586861959202626	2018/586721463326918	2018/586719028752763
2015/580732291649521	2015/586843050108991	2016/586859013391266	2016/586873380093848	2018/580670500981971	2018/586660764384595
2015/580720884793163	2015/580734159677272	2016/580729850720076	2016/586862834808880	2018/580573778628255	2018/580575848444540
2015/586881119796483	2015/580705726522797	2016/586829710638703	2016/586634173980822	2018/586825768239886	2018/586714598055952
2015/580730725629570	2015/580732002708130	2016/580732510480370	2016/580732920981192	2018/580638501768713	2018/586640991411421
2015/580709050968518	2015/586867415022529	2016/580752017929450	2016/580747479664838	2018/586730726981899	2018/586716870557386
2015/586859327066780	2015/580564525271774	2016/580757138737969	2016/580726142364689	2018/586856558331497	2018/586722781321540
2015/580748970961079	2015/580731582127822	2016/580757425346052	2016/580728798014321	2018/580734565978182	2018/586857699052490
2015/580563432325865	2015/586611422604201	2016/580733185862693	2016/580728246446860	2018/586745326009763	2018/580612185657458
2015/580727812521189	2015/586864331741537	2016/580746842543299	2016/586863142547223	2018/586861073483012	2018/580594808545907
2015/580728704930980	2015/580774191333497	2016/580733153138381	2016/586862974086290	2018/586718375104536	2018/586714617072442
2015/586838482266811	2015/586882911868520	2016/586854026780468	2016/586862644869235	2018/586791473755236	2018/580592888133137
2015/586862001768080	2015/586833364861830	2016/586860458322681	2016/586615358410892	2018/586799150213948	2018/580716501269457
2015/586856444660900	2015/580725754591551	2016/580748997483430	2016/586689341069373	2018/580658422415357	2018/580725310751315
2015/586842076031600	2015/586854559862337	2016/586870548347894	2016/586855561495064	2018/580683946439696	2018/580593088850760
2015/586836739698180	2015/580756188093555	2016/586862103007239	2016/586695641676635	2018/586741844319386	2018/586860376724595
2015/586633981009076	2015/580736289203780	2016/586749841870574	2016/586876054001742	2018/586785322606546	2018/586679072432060
2015/580729068834489	2015/580774204081969	2016/580731566875630	2016/586695746042161	2018/586784376105733	2018/586693011381989
2015/586855475616385	2015/580750576872084	2016/580727477226964	2016/586860114636793	2018/580729902236602	2018/586643819799103
2015/586881930585633	2015/586858660344724	2016/580743905865067	2016/580763192636322	2018/586853855035472	2018/580611370031083

2015/586858498199469	2015/586872642039675	2016/580730368457134	2016/580744037471787	2018/580725177925551	2018/586638994286234
2015/586874514077261	2015/586862559804598	2016/580758230731376	2016/580730027146038	2018/586775794250070	2018/586722342961566
2015/586861787733217	2015/586872114904722	2016/586873341123522	2016/580624515427001	2018/580582559133419	2018/586731398725358
2015/586833150053513	2015/580731534084130	2016/586796909893177	2016/580757545085590	2018/580695406429020	2018/586788873810787
2015/586870797607176	2015/586857385519746	2016/586803789700325	2016/580731157599780	2018/586775639690589	2018/586715709096893
2015/586816443910756	2015/586857110896360	2016/580682404462697	2016/586876970669933	2018/580615795126327	2018/580648355241070
2015/580767455462135	2015/586856114340678	2016/580729897723435	2016/580728913136480	2018/580735841931354	2018/586718764768312
2015/580713767242315	2015/586839294848129	2016/580757079786080	2016/580735602510660	2018/580730715452705	2018/586722594699340
2015/586622925418090	2015/586833447136799	2016/580729932284004	2016/586863738892830	2018/586721605640170	2018/580588931616975
2015/580712598287472	2015/586864310396446	2016/586854556354890	2016/586611092333195	2018/586784009846939	2018/586722370481900
2015/586874803117007	2015/586858801413434	2016/580751953133914	2016/586855967484087	2018/586726281606172	2018/580647180608146
2015/586841331166819	2015/580722154321716	2016/586745985107102	2016/580736362400830	2018/586847256180280	2018/586767485465122
2015/586833206616696	2015/586857344535422	2016/586796856974124	2016/586854191680092	2018/586725700342828	2018/580610137794307
2015/586842868563876	2015/580732812320030	2016/586872498206898	2016/586862461144857	2018/586777630952555	2018/586713567896132
2015/580733727947700	2015/586863098258696	2016/580728539466052	2016/586602247672633	2018/586713901792639	2018/586863981428312
2015/586863253289686	2015/586850694750577	2016/580734869937066	2016/586872874925760	2018/586720642621205	2018/580579066173000
2015/586608893707757	2015/586863795815060	2016/586878605889280	2016/586863747680382	2018/586770843222576	2018/580651127137633
2015/586874368879550	2015/586857066177114	2016/580725390911246	2016/586856954699680	2018/586788469810317	2018/586730967634991
2015/580732382065651	2015/580708806955236	2016/586878409154175	2016/586858060207364	2018/586728712826425	2018/586717849639003
2015/580712038120436	2015/580752593272337	2016/586829825187437	2016/580748833329300	2018/580639023625025	2018/586769125710340
2015/580675899149239	2015/580721978999405	2016/580731480090259	2016/586689054028199	2018/580679087080200	2018/580571323081820
2015/580725996665271	2015/586855724889040	2016/586862872446958	2016/586873358151230	2018/586741697870210	2018/586725474036786
2015/580709323627727	2015/580733551478472	2016/586885670046636	2016/586864071050067	2018/586767665056603	2018/586731536295039
2015/580727797815564	2015/580735504428189	2016/586859795145441	2016/580748137539024	2018/586717693671051	2018/586859991974873
2015/580713922425059	2015/580686099927290	2016/586757094919401	2016/586876267256205	2018/586714983815517	2018/586860085162108
2015/586854643807045	2015/586619028210000	2016/580733513868842	2016/586880461032415	2018/586721501063166	2018/580577468472763
2015/586875084939138	2015/580735249772322	2016/586855652421466	2016/580759047071674	2018/580733256237061	2018/586779917172746
2015/586817439250280	2015/580733035676769	2016/586861535313394	2016/580770506969732	2018/580735677707009	2018/580640859928003
2015/580730280597189	2015/586871128420490	2016/580698681456166	2016/580725779594810	2018/580684557076127	2018/586767842276404
2015/586874300666102	2015/580732194588161	2016/586829578028015	2016/580760793159254	2018/586775822949400	2018/586647453067953
2015/586841291871314	2015/586628010185930	2016/586873618396439	2016/586753726910051	2018/586815611438350	2018/586788996720027
2015/586861816367392	2015/586634205477694	2016/586859583079100	2016/586862755551729	2018/580730755027242	2018/580616583930954
2015/580726786069634	2015/586871504181019	2016/586754264415750	2016/586880717825625	2018/586718821866186	2018/586788653612387
2015/580707799069660	2015/580726609134300	2016/580621473063774	2016/580729494168045	2018/586724574564528	2018/580605979559958
2015/580733066443831	2015/586840776752608	2016/586862313032538	2016/580761194022590	2018/580730501197730	2018/586716694405619
2015/580711655150965	2015/586863312105546	2016/586602122909383	2016/586863843318242	2018/586730601713762	2018/586661919049180
2015/580710013554636	2015/580729924277610	2016/586860342337473	2016/580731007758540	2018/580734715631830	2018/586728933919492
2015/586862402161278	2015/580553314066125	2016/580734112447205	2016/580621054531836	2018/586806515937589	2018/586859742200925
2015/586863612359454	2015/586862511770388	2016/580757530064586	2016/586606537988173	2018/580649827114236	2018/580589555964136
2015/580729508100285	2015/586634189742063	2016/580736521314878	2016/586882078082608	2018/586807582286724	2018/580600882532810
2015/586857321849445	2015/586856082876175	2016/580755213040627	2016/586856799828927	2018/580725185392817	2018/586847395511269
2015/580735460949795	2015/586881704890424	2016/580729940605757	2016/586859211249838	2018/580671383274950	2018/586657400153182
2015/586855786757852	2015/586857392177162	2016/580736348894350	2016/586697771902563	2018/586744609926282	2018/580729639369635
2015/580725741314230	2015/586622700171560	2016/586689006776072	2016/586863204456421	2018/586665287999571	2018/586599316390090
2015/580733825745512	2015/586820355959359	2016/586603086565460	2016/580725533033701	2018/586725133010869	2018/586782209134317
2015/586862885857715	2015/586862896281158	2016/580757559138407	2016/586880870390517	2018/586730511652644	2018/586857568095486
2015/580772215943093	2015/586615337692775	2016/586599425127522	2016/580754194907002	2018/580734116020379	2018/586727598668542
2015/580708162983237	2015/586862911246660	2016/580735240546574	2016/586748460735105	2018/586729681771510	2018/580574897596994
2015/580705686731083	2015/586622112359794	2016/580726725458994	2016/580751865051920	2018/586807402084009	2018/586725092003018
2015/580729195809131	2015/586841256705877	2016/580748470580040	2016/586692105631223	2018/586723043071913	2018/580668270316856
2015/586835464139103	2015/580725849973106	2016/586860680662226	2016/586860609126927	2018/586766880437547	2018/580610348794469
2015/580730952267969	2015/580763203876448	2016/580726402582409	2016/586882016687562	2018/586729475638516	2018/586858316931099
2015/580765734214743	2015/586845607387635	2016/586807814174324	2016/586754156063784	2018/586810023191615	2018/586856634265658
2015/580724880580090	2015/580624496317897	2016/580752027933129	2016/580727680368742	2018/586853862673247	2018/586783927152323
2015/586874231638488	2015/580751059920217	2016/580754738705154	2016/580730887894804	2018/580648269209540	2018/586785348763520
2015/580765874212690	2015/580720851016883	2016/580734057133482	2016/580726332204673	2018/586668894960579	2018/586722409053050
2015/586843679571012	2015/586876954423925	2016/580745544584660	2016/580727755169010	2018/586776108215714	2018/586642782669462
2015/580767671949647	2015/580735632813350	2016/580773447545593	2016/580724954682742	2018/580656218663571	2018/586745629435814
2015/580751117883916	2015/580727590080884	2016/580746925525794	2016/586862742815351	2018/580667651477568	2018/580607117656016
2015/580567921535920	2015/580729750441220	2016/586603885698505	2016/586863836308323	2018/580666586411802	2018/580554038837870
2015/586862230511014	2015/580767567644414	2016/586861791309928	2016/580755022949384	2018/586672872416097	2018/586705746279037
2015/580731086484180	2015/580727368198654	2016/580735062361805	2016/586688324769450	2018/586725574121421	2018/586858968925273
2015/586841666068163	2015/586849958259799	2016/580764636710704	2016/586880416951255	2018/586792531710379	2018/586858812345842
2015/586817277848980	2015/586840923989247	2016/580734375846021	2016/580612439697674	2018/586649760217859	2018/580608009440065
2015/580746185698227	2015/586603106041024	2016/586854339819153	2016/580734252305651	2018/586856387808365	2018/586766790366787
2015/586858041528523	2015/586629921073121	2016/586877951815868	2016/586855185912531	2018/586719260135158	2018/586667952011921
2015/580765698140213	2015/586615120269350	2016/580736548352172	2016/586860438176284	2018/586802042527673	2018/586785243434464
2015/586879342387229	2015/580765322406190	2016/580731020618417	2016/580732766443151	2018/580725205379619	2018/586794186137079
2015/580727042861558	2015/586854787248835	2016/586795339994749	2016/586800652086720	2018/586724218330239	2018/580728646355270
2015/586861858619605	2015/586871446502247	2016/580734636287223	2016/580726388901355	2018/580648119308873	2018/586768111892902
2015/586856335192500	2015/580566528221060	2016/586601788788134	2016/580762879054460	2018/580577581869281	2018/580586004085784
2015/586862004864709	2015/586854144981191	2016/580629801272474	2016/586876691995910	2018/580734734962717	2018/586745697536779
2015/580728475706950	2015/586862439539470	2016/586879232653622	2016/580735560517065	2018/586859654342497	2018/586742617827238
2015/580734704436760	2015/586602227807070	2016/586795088578867	2016/586862309042794	2018/586858225587549	2018/586745239143093
2015/586854086380120	2015/580567888094747	2016/580735535827196	2016/580763690701041	2018/580685415931760	2018/580587793351369
2015/586860229790127	2015/586839759903101	2016/580731148157949	2016/580758076608483	2018/586806105396823	2018/586667527271603
2015/580750868861380	2015/580719732669741	2016/580735217618415	2016/580745943463685	2018/586812303354842	2018/580638581393236
2015/586854372937334	2015/586870918928950	2016/580730319999234	2016/586602673027503	2018/586808473737344	2018/580682285146093
2015/580736224713404	2015/586884289650293	2016/586859904861055	2016/580752295843176	2018/580674195565504	2018/586725926150784
2015/586808408304960	2015/586867082784654	2016/580682594970711	2016/586621667380008	2018/586825186328031	2018/586729205581010
2015/580770687539360	2015/586858217331057	2016/586864124117549	2016/586878009456935	2018/580725776824321	2018/580597907390470
2015/586855767196543	2015/580748119979204	2016/580726968415000	2016/586862291650613	2018/586722758453721	2018/586727982156567
2015/580755440678439	2015/586875615413312	2016/586885278202705	2016/580730031467198	2018/586864001967407	2018/580674232049904
2015/580750081094755	2015/580733707244850	2016/580757027153408	2016/580561364735010	2018/580664332009250	2018/586714138093660
2015/586843491031525	2015/580725722756420	2016/580756996426336	2016/580759770593505	2018/586775538195396	2018/586726195442349
2015/586840881578445	2015/580767392011710	2016/580757634008330	2016/586755197836240	2018/586826338803553	2018/580607304164321
2015/580767683986990	2015/586619167551980	2016/580764561295616	2016/580733963154918	2018/586792103119633	2018/580602803009019
2015/586870221081951	2015/586859467554540	2016/580732077950267	2016/586873903787520	2018/580683494010123	2018/586679172494498
2015/580734723830850	2015/586818081947762	2016/580732562998560	2016/586859876734521	2018/586807046909394	2018/586721045438913
2015/580562256471113	2015/580729522276927	2016/580725406043349	2016/580748517114923	2018/580691939459760	2018/586714095994461
2015/586860845347302	2015/586857874729969	2016/580734523866519	2016/586802284884986	2018/580691991476034	2018/580727952923397
2015/586857004501026	2015/586866917762793	2016/586860057414595	2016/580759074986791	2018/580695911915781	2018/580726908672269
2015/586874606745619	2015/586606517010011	2016/586869231406854	2016/586881978406386	2018/586856664120757	2018/586768219285814
2015/580749447516050	2015/586632162043165	2016/580725151284556	2016/580768722586354	2018/586652000894630	2018/586722298124135
2015/580710784909135	2015/586882069800285	2016/586878656054081	2016/580733403366305	2018/580647771022615	2018/586807951191909
2015/586863577585894	2015/580755958832037	2016/580725410067789	2016/586757688556453	2018/586787328435848	2018/586729407078849
2015/586816085902304	2015/580719280869819	2016/580746470244625	2016/580732594905410	2018/580735731064720	2018/580612135218169
2015/580761691752440	2015/586859194163675	2016/580749895707636	2016/586800102798040	2018/580603069266920	2018/580647072663695
2015/586856969342316	2015/586626230551642	2016/580751984953298	2016/586861546232140	2018/586714791177497	2018/580585067231914
2015/586879759087303	2015/586863188974761	2016/586878469818253	2016/586855181433896	2018/586642802041130	2018/586651571849072
2015/586860631622446	2015/580732719046313	2016/580767252689991	2016/586809572571142	2018/586670002299379	2018/586641412188319
2015/580735508144310	2015/580773942637505	2016/586864245060014	2016/586692145355697	2018/586775554724189	2018/586652902380525
2015/580726484613627	2015/586850142537654	2016/580726002659502	2016/580728534718710	2018/580659379170689	2018/586858896814832
2015/586834208356419	2015/580735147748818	2016/586859210302624	2016/580760671645964	2018/580734520341031	2018/580673633960970
2015/586837011899882	2015/580562532770299	2016/580734981113200	2016/580728243887964	2018/580682751894077	2018/580616542229190

2015/586857609386271	2015/586860883512208	2016/5867001757943 62	2016/580760709163374	2018/586859707975117	2018/580672274424880
2015/586854241280999	2015/580736053106652	2016/586854628056057	2016/586863371682214	2018/586714749155785	2018/580576803573712
2015/586809489677558	2015/586855575239140	2016/580736518086536	2016/580754429216171	2018/580728422162995	2018/586640184213237
2015/580749907029730	2015/580756176290757	2016/586858667217415	2016/580627298249620	2018/586743128019199	2018/580716548681698
2015/586805458576964	2015/586626024405206	2016/580747525037645	2016/580771588298810	2018/586743114272547	2018/586854707909290
2015/580767538015506	2015/580727739410685	2016/580735890243025	2016/586752236941732	2018/586743121851409	2018/586722127010547
2015/586874210713410	2015/586876652342735	2016/586596950709458	2016/580723135187387	2018/586639291203004	2018/586726408220395
2015/580735187513571	2015/580735194500140	2016/586802510751422	2016/586868077928160	2018/586679658171211	2018/586714686411610
2015/586864142051170	2015/580750064802002	2016/580620460086167	2016/586861989368927	2018/580691362502880	2018/580735050878703
2015/586874595107368	2015/586850162480126	2016/586859113915127	2016/580732396102278	2018/580685868221450	2018/586717549233116
2015/586864275958097	2015/580733684584799	2016/586825345609604	2016/580757038461227	2018/586826085408216	2018/586724265143624
2015/586876546928860	2015/580763049372294	2016/580725413873964	2016/586596647941014	2018/580602232409510	2018/586650821467501
2015/586833276947275	2015/586855937476218	2016/586854994864906	2016/586861910371180	2018/586860162616982	2018/586728305845221
2015/586843066544013	2015/586850094389600	2016/586743587220212	2016/586855326495831	2018/580726048524934	2018/586717773373525
2015/580731898455068	2015/586862336749957	2016/586855519341145	2016/586881993784990	2018/586642989563768	2018/580734025296025
2015/586875313715670	2015/580729408599498	2016/586596527675304	2016/586798742879718	2018/586863880259977	2018/580610245917545
2015/580733937020186	2015/580742309624879	2016/580748448538994	2016/586858348333007	2018/586744695549233	2018/580612001680353
2015/586839875280959	2015/580694265889200	2016/580731732185070	2016/580734939272310	2018/586729569391031	2018/586859701509539
2015/586858636139809	2015/586850980375390	2016/580772248272920	2016/586859849489435	2018/586829499035857	2018/586793207687313
2015/586841530915541	2015/586854101273108	2016/586862957899757	2016/586885920174311	2018/580591687942533	2018/580667791372468
2015/580729532739742	2015/586855536281107	2016/580733956093407	2016/580766903748890	2018/586862509174466	2018/580658278335523
2015/586854035972201	2015/586875582889412	2016/580750659813694	2016/586864113632882	2018/586855399763980	2018/580607610879458
2015/580756215615931	2015/586844050793012	2016/580728251110002	2016/580630503011585	2018/586782663645253	2018/580727949453846
2015/586820819518041	2015/586635554761711	2016/586882256034918	2016/580751277246296	2018/580735121742290	2018/580716804658060
2015/580728486627921	2015/586627991691256	2016/586753433192397	2016/586856171397954	2018/586725456182531	2018/586638210950644
2015/586841866735576	2015/586850934894739	2016/586800365888032	2016/586876167823921	2018/586690315586948	2018/586845672148143
2015/586838569046628	2015/586859062368345	2016/580761842714076	2016/580762578561537	2018/586794091999790	2018/586714961347836
2015/586875293611797	2015/580735155235874	2016/586830326689914	2016/580727720035122	2018/586639423417980	2018/586666783228554
2015/586810563297069	2015/580713480111981	2016/586878755844871	2016/580750551150650	2018/580598817801170	2018/586768134531294
2015/586875258306046	2015/580726084469959	2016/586880878264707	2016/586859252467991	2018/586782496905655	2018/586640886505489
2015/586863558463287	2015/580765348702820	2016/586878933082073	2016/580751968068730	2018/586662737301725	2018/580602825791890
2015/586842850296890	2015/586613984489239	2016/580727472835620	2016/586688971666879	2018/580598720330981	2018/586653949981146
2015/586816099272694	2015/580728266788018	2016/580725581915250	2016/586858954847117	2018/580728275319076	2018/580611548616394
2015/586820268481752	2015/580758064993719	2016/586599767464273	2016/580729942053458	2018/586650216772172	2018/580580030578371
2015/586859617391346	2015/586879827263090	2016/586855034006790	2016/580730249199331	2018/586863988172879	2018/580580009301505
2015/580772382751134	2015/580751088149510	2016/580772157204050	2016/586700520698981	2018/586742923565359	2018/586728443897878
2015/580711336603896	2015/586633485928479	2016/586815228489287	2016/580731066279928	2018/586860338487731	2018/580573386420221
2015/580712651712050	2015/586869205706582	2016/586884965437467	2016/580760742352648	2018/580685029695476	2018/586717657435540
2015/586886166099728	2015/586621646793290	2016/586881942058923	2016/580732362566238	2018/586807185322640	2018/586722635498878
2015/586863671678410	2015/580568288182789	2016/586872798103194	2016/586861302691786	2018/580684100686711	2018/580648484436950
2015/580772448475023	2015/580561339926495	2016/586857075177649	2016/586863029446106	2018/586806597431678	2018/580647794623583
2015/586876560057260	2015/580735926721421	2016/586766457725218	2016/586877156152245	2018/586655497050256	2018/586731275765708
2015/586856646039114	2015/586862015080453	2016/580722694715662	2016/580733014984622	2018/586716568057279	2018/586716461243251
2015/580733114484296	2015/586876640992040	2016/580743696700705	2016/586880683066232	2018/586636897557559	2018/586729779540017
2015/586886721175069	2015/586862131584161	2016/580773593307890	2016/586755445273049	2018/586671326988080	2018/586731255903424
2015/580685838221672	2015/586874342474667	2016/586754006677120	2016/586863729889515	2018/586674165828321	2018/580576620323263
2015/586857125830882	2015/586868147763552	2016/580725415846972	2016/586613068832294	2018/586705808749262	2018/580733974256763
2015/580730441068652	2015/580733530463789	2016/586859639375938	2016/580771837726813	2018/586854244889220	2018/586659894969203
2015/586860123901000	2015/580731686186945	2016/586860526187749	2016/586860128165487	2018/580598752153993	2018/580669751609560
2015/580749156631267	2015/580732727203417	2016/586855869832453	2016/586621387005332	2018/586675191872040	2018/586720385426455
2015/580626261141672	2015/586879000863397	2016/580727644578171	2016/580736394840953	2018/586823901684928	2018/586656372621189
2015/586854018054529	2015/580768737965160	2016/586886574819414	2016/586862549675791	2018/586860963283992	2018/586855013275927
2015/580709931309579	2015/586845741835127	2016/580757268341464	2016/580731516710842	2018/586720670112086	2018/580735626664297
2015/580748914769490	2015/586635405514371	2016/586887002628640	2016/586858414741696	2018/586715957984348	2018/586710117722985
2015/586857650903241	2015/580736606216460	2016/586801671563860	2016/586830234513499	2018/586714176452038	2018/586726493578215
2015/580731714595180	2015/586856201808318	2016/586863468505874	2016/580727854930173	2018/580665003198389	2018/586793046924980
2015/580734497480263	2015/586860970670531	2016/580770483096683	2016/580746824461135	2018/586662793244309	2018/580599574254840
2015/580729148811331	2015/580623776125735	2016/586790670143568	2016/580731125627314	2018/580681406922166	2018/586858923654719
2015/580757972258519	2015/586860259996912	2016/586829866339957	2016/586857547099379	2018/586675429436710	2018/586707993464621
2015/586855842727934	2015/586861499586700	2016/580725778041775	2016/580757941778553	2018/586807324767302	2018/586611255322932
2015/580735450405234	2015/580728091582324	2016/586863643056568	2016/586859360246455	2018/580684481160200	2018/586718695095673
2015/580729571424600	2015/580758586132127	2016/586813741412348	2016/586802163202071	2018/580671302591722	2018/580733171920132
2015/580735333970779	2015/580753546457488	2016/580730734043249	2016/586862728349200	2018/586803221995286	2018/580594908110909
2015/586839671114902	2015/586859035144696	2016/586858564891789	2016/580760823095025	2018/580584394069990	2018/586856946397356
2015/586875712176726	2015/586809581928546	2016/580728712816444	2016/586855619090600	2018/580734765250320	2018/580725315793560
2015/580730080132475	2015/580742386741960	2016/586877687224261	2016/580729550142352	2018/586855702840775	2018/586600457732757
2015/586820252321940	2015/580693729569795	2016/586886634404399	2016/580726893860296	2018/586793274294096	2018/586715602332350
2015/586842049024030	2015/580728664865141	2016/586703905625220	2016/586856753515913	2018/586777494601601	2018/586725555808344
2015/586840683360544	2015/586601843955997	2016/580727942191939	2016/586855909434164	2018/586661239011508	2018/586727539955985
2015/580726578671910	2015/586863360868923	2016/580762786477602	2016/586871537920487	2018/586854492534730	2018/586641654838740
2015/586834832444400	2015/586864117784552	2016/580772198154799	2016/580733133547902	2018/586729153428528	2018/580616658627267
2015/580730774363480	2015/580753525194415	2016/580726828426879	2016/580735744655395	2018/586825117188938	2018/580601298134243
2015/586835909953310	2015/580627315716421	2016/586808884974901	2016/580742568800956	2018/586661269501825	2018/586715322901438
2015/586857920382782	2015/580735443278047	2016/580773356480604	2016/586756641691009	2018/580735688799214	2018/580573579498795
2015/586855772836540	2015/586861015388984	2016/586862280660409	2016/586756885039300	2018/586807108079428	2018/586716932392852
2015/580772598459589	2015/580553790814700	2016/586885698465206	2016/586756680632458	2018/580583827310870	2018/586731445770801
2015/586861783718779	2015/586854955069879	2016/580758999329941	2016/586688514308122	2018/586654594114503	2018/586713926779597
2015/580727170321759	2015/586630953565879	2016/586853680469494	2016/586753320120830	2018/580600577532488	2018/580604043879853
2015/586842942841570	2015/586858671452252	2016/586878176725326	2016/586861942848200	2018/586718511155384	2018/580647910674682
2015/586875351032544	2015/586859523481037	2016/580732012445562	2016/586754244037642	2018/580729003426336	2018/580680764793311
2015/586629307020960	2015/586613232661737	2016/586854792191963	2016/586754030265974	2018/586806489349485	2018/586755785053784
2015/580693196805630	2015/586616935026746	2016/586856187471176	2016/580723093578949	2018/586731517585524	2018/580735500788087
2015/586860502058414	2015/580735762041506	2016/580757125069924	2016/580733213719235	2018/580639404926774	2018/580728122864199
2015/580707244364820	2015/586859426854401	2016/586863007784184	2016/580562303556308	2018/586719973034487	2018/580683805218121
2015/580735315826838	2015/580725013548855	2016/586877538913907	2016/586750709244833	2018/586857739886982	2018/580729080162753
2015/586832888422446	2015/586854232269370	2016/586601987772888	2016/580733146946912	2018/586775753054870	2018/580604365186798
2015/580729566099993	2015/580731792021723	2016/586886660605630	2016/586861984559533	2018/586815540844292	2018/586724543465270
2015/586621076418809	2015/586630454251978	2016/580756938143127	2016/586855302869602	2018/580691431921238	2018/586668676975269
2015/586839564160504	2015/580724971900958	2016/586744322305263	2016/586687800806409	2018/580578137578067	2018/580725319481907
2015/580762488109222	2015/586629460239995	2016/580725420018010	2016/586856026759135	2018/586862943566080	2018/586723644240589
2015/580726797939524	2015/586622391390039	2016/586809868050315	2016/586878643613430	2018/586679277525485	2018/586763079136207
2015/580727770664470	2015/586854348817495	2016/580754881373227	2016/586856058095126	2018/586830602787887	2018/586719142414633
2015/580706283416969	2015/586885904459285	2016/586877676202800	2016/580766847885072	2018/580728099707718	2018/586788562549431
2015/586837857797504	2015/586864089250580	2016/580736241738143	2016/586750436721936	2018/580608075438136	2018/580610408823415

2015/586821216865940	2015/586635364924485	2016/580732744289344	2016/580752283867427	2018/586641930405291	2018/580575553209385
2015/580736431254410	2015/586628866910560	2016/586811247145250	2016/586856345918194	2018/580691760582322	2018/586731496263232
2015/580729446414286	2015/580751267139063	2016/586886489392577	2016/586853959640447	2018/580589100097388	2018/586648046044982
2015/586885494675414	2015/580624874620175	2016/586863451644861	2016/580757507296884	2018/580664077026530	2018/586853916126831
2015/580749256423005	2015/580762565411515	2016/580745835242078	2016/586790112382961	2018/586647905571410	2018/586731170361221
2015/580552576802347	2015/586617162595517	2016/580734595910712	2016/586860427273354	2018/586670916632423	2018/580582423918089
2015/580733070551113	2015/580750560527582	2016/586856691443784	2016/586879882420168	2018/586854210504409	2018/580588673754994
2015/586863809985948	2015/586625893728020	2016/580722744593727	2016/586858550186629	2018/586752921040736	2018/586787513469952
2015/586861726781293	2015/586859161865293	2016/580735077638557	2016/586858241956388	2018/580730906869450	2018/586659951230089
2015/586834132796443	2015/586851954746020	2016/580736293372735	2016/586856814796924	2018/580725573886475	2018/586718282426911
2015/580705839694681	2015/580729775557150	2016/586813526860723	2016/586857746616730	2018/580674740348668	2018/586719510833440
2015/586835237489987	2015/580730203804607	2016/586877616776062	2016/586796431159325	2018/580674626137823	2018/586723348185628
2015/586855860539305	2015/586864010651021	2016/580727627826257	2016/586622991858787	2018/580730700140033	2018/586861706870252
2015/580706466505449	2015/580732339284418	2016/586853704436154	2016/580732820585354	2018/580661785030753	2018/586730991770125
2015/580726661212874	2015/580730823494972	2016/580690336122581	2016/586634129160325	2018/586805913540100	2018/586723121096969
2015/586834152554736	2015/586856858900319	2016/586798172848355	2016/580735563796005	2018/586665486445308	2018/586714490076614
2015/586854369329362	2015/580735946154993	2016/580746672681889	2016/586877452900902	2018/586652636693624	2018/586858614598118
2015/580713397478371	2015/586863106417586	2016/580725161626650	2016/586863402421239	2018/586731360917644	2018/586718672996993
2015/580760264543534	2015/580733680486131	2016/586776854597800	2016/580629122384698	2018/586728656361422	2018/580715573038390
2015/580729953325192	2015/580730902706348	2016/580729128770525	2016/586863454649659	2018/586743539120165	2018/586653101432401
2015/580765515913095	2015/586875015447852	2016/586885191583095	2016/586600047383788	2018/586641526845263	2018/586858996594667
2015/580749377256166	2015/580706750284047	2016/586862098997069	2016/580750744897937	2018/580627266769200	2018/586744192584477
2015/580755523530750	2015/580735609377449	2016/586803729975629	2016/586854533000659	2018/586669937395599	2018/586657610847848
2015/586615567234548	2015/586863720640760	2016/586882279315803	2016/586689501758466	2018/580734366951323	2018/586674408581689
2015/586860669758122	2015/586614273074788	2016/580731607232384	2016/580753064790716	2018/586658043004016	2018/586730658142856
2015/586849734515647	2015/586613043151927	2016/586743793890029	2016/586859841170365	2018/580612198855340	2018/580601152187303
2015/580735967736016	2015/580771827836292	2016/580735832096976	2016/580681854573552	2018/580733232166352	2018/580638267573379
2015/580735137806410	2015/580753016263852	2016/586861434383493	2016/586863119434445	2018/586830300607507	2018/586641544394926
2015/580678197259875	2015/586621366507770	2016/586863687706901	2016/586801541904993	2018/586857079872881	2018/586722916984998
2015/586854448244802	2015/586857975097321	2016/580751773219547	2016/586746703478357	2018/586828742734921	2018/586724623178758
2015/586857978403352	2015/580733132239060	2016/580735721392626	2016/586874790738128	2018/580585087787494	2018/586724888415644
2015/580713354426500	2015/586859942669946	2016/586688650007061	2016/586854985344070	2018/580606950267763	2018/586671760177169
2015/580711141817874	2015/580727851426342	2016/586885324096298	2016/580759156477400	2018/586641861608010	2018/586784568220870
2015/586843266028835	2015/586842914346278	2016/580747644606070	2016/580729203611341	2018/586641981053898	2018/580736297697090
2015/586863876741351	2015/586623616181030	2016/580755174847996	2016/586596626247148	2018/586805378075249	2018/586639512356007
2015/586838518994951	2015/580731107021680	2016/580733741006104	2016/586880847413400	2018/586649569407526	2018/580572159165876
2015/580734077877082	2015/580757932833318	2016/586687912410393	2016/580749778929387	2018/586809718804508	2018/580571817527173
2015/586874386595688	2015/586857188643170	2016/580700692978664	2016/586886228029101	2018/580735587754253	2018/580589382581535
2015/586843560929224	2015/580731570944672	2016/580730074167852	2016/580704850921397	2018/586859485645148	2018/580725322775091
2015/586858256645664	2015/586854130547176	2016/586609342331886	2016/586605804068910	2018/586716892862810	2018/580606119506109
2015/580729927975451	2015/586862799109686	2016/580731815587340	2016/586751619887570	2018/586731559568570	2018/586683981101938
2015/586876662904570	2015/586871487599139	2016/586860922607341	2016/580734697432978	2018/586821596538677	2018/586747585048882
2015/580774398365135	2015/580567669984571	2016/586862818469527	2016/580773686059308	2018/586815182498189	2018/586691371488791
2015/586627614865199	2015/580731806913274	2016/586862168057341	2016/580752005175409	2018/586742720669908	2018/580596741590974
2015/580729498471212	2015/580751342591009	2016/580750000082131	2016/586864170262061	2018/580730803257707	2018/580647937708408
2015/580730640189854	2015/586855603464557	2016/580728790272980	2016/580774166055045	2018/586807701817524	2018/586726890386655
2015/586855464537188	2015/580750310062769	2016/580728573579800	2016/586885384338402	2018/586730852729015	2018/580581560366650
2015/580751200683112	2015/580751468549066	2016/580748656724971	2016/586859433006788	2018/586644650565800	2018/586717939197531
2015/586822409921336	2015/586881021464172	2016/586689401422210	2016/586885153412479	2018/580572992007267	2018/580733076214540
2015/586600315750200	2015/586634312348478	2016/580732457739342	2016/586601877906975	2018/580572023416346	2018/586727893625312
2015/586860298706365	2015/586858327843401	2016/586854273972815	2016/580727698214870	2018/586716779234910	2018/586731425426513
2015/580735230564702	2015/580732687926164	2016/580745568274253	2016/580727675355015	2018/586644768008806	2018/580610329418820
2015/586860243708110	2015/580731478343962	2016/580687206749652	2016/580628094156051	2018/580597755390443	2018/586807602309303
2015/586813207377200	2015/580732871034392	2016/586799023077560	2016/580730827907939	2018/580728671796136	2018/580730857651979
2015/586812735089844	2015/580724905084902	2016/580661088998930	2016/586876294113400	2018/586659381445637	2018/586655322291017
2015/586860134859970	2015/580562276566115	2016/586854081499800	2016/586798757808096	2018/586689278180051	2018/586742518099616
2015/580728878633625	2015/586845784767870	2016/586857947091840	2016/586880232552275	2018/586716189531283	2018/586724241852421
2015/580765259360990	2015/580752731764190	2016/586596974615166	2016/586695556886835	2018/586860677350229	2018/586854736616790
2015/586634897059400	2015/580708653010372	2016/586800610533622	2016/580687880642400	2018/580597370098868	2018/586678807571982
2015/580765980858520	2015/586855277337452	2016/580733021539133	2016/580725248683306	2018/586726235016894	2018/580577419123779
2015/586863177922412	2015/580734090656582	2016/580765862642550	2016/580748765665532	2018/586716727936980	2018/580725327353186
2015/580730580976122	2015/580753452093997	2016/586878066900562	2016/586599725899585	2018/586669652065812	2018/580734880832647
2015/586834707023110	2015/580729123718320	2016/586812140795302	2016/586751693239322	2018/580734142329292	2018/580728625708900
2015/586818394610878	2015/586623125278020	2016/586602442580672	2016/580733182207122	2018/586804783179741	2018/586713822042316
2015/586855781592889	2015/586856018827470	2016/586796469611720	2016/586756484022020	2018/586811520941778	2018/586636258313300
2015/580732128511281	2015/580731997837019	2016/586812497560857	2016/586882175023778	2018/586671111485733	2018/586728120624870
2015/580765404698934	2015/586849259296220	2016/580729576471172	2016/586886057244603	2018/580733570280340	2018/580616247567113
2015/586816026759549	2015/586790131753740	2016/586830521583709	2016/580750289842950	2018/580730628154960	2018/586660187036483
2015/580756341461666	2015/586862641489869	2016/580728655090191	2016/580763703969643	2018/586723850140717	2018/580594388654964
2015/586836985066454	2015/586860406250843	2016/580772265494198	2016/580763109416947	2018/580580309713407	2018/586727077774326
2015/580732432379075	2015/586857842043750	2016/580734607833265	2016/586864114678332	2018/586722713669720	2018/580597534872060
2015/586885809952549	2015/586861076473390	2016/586858313387769	2016/580732991154067	2018/580580176639549	2018/580615805178586
2015/586840187901369	2015/586858532155954	2016/586857816781800	2016/586621003480404	2018/586853955687426	2018/586639985955700
2015/586622910541850	2015/580735639741500	2016/586797074880954	2016/586704577880600	2018/580610425184429	2018/586859927936680
2015/580749845874827	2015/586874654554985	2016/580735643444241	2016/586756324153118	2018/580615080439489	2018/580734210512356
2015/580709141652286	2015/580729090576689	2016/580729804625075	2016/580630877242248	2018/586855607512058	2018/586629707721271
2015/586839820473810	2015/580719945701569	2016/586854582018754	2016/586860149154261	2018/580616823414915	2018/586663281339920
2015/586815791968646	2015/580567433454193	2016/580659648078290	2016/586756845455825	2018/586686450229233	2018/580575868826562
2015/580727064122620	2015/580710886961169	2016/586878831249634	2016/586855567644150	2018/580571622427660	2018/580733970757032
2015/580711371572951	2015/580624924278847	2016/586853652346760	2016/586752845218525	2018/586853897244351	2018/586792371511040
2015/580708829459132	2015/586634106547797	2016/580732483967053	2016/586753634822936	2018/580578093347650	2018/586640649013412
2015/580732536644073	2015/580746337081140	2016/586863053467005	2016/586882034923110	2018/586658830783367	2018/586715586155637
2015/580714549657166	2015/586877442526641	2016/586689723013400	2016/586863664616229	2018/586854573221270	2018/580734902364190
2015/580709102758023	2015/580732064342566	2016/586854452630828	2016/586855025153749	2018/580585274616699	2018/580604444597705
2015/586848725013478	2015/586861310749308	2016/580731521202615	2016/586858518604807	2018/586861329309376	2018/580732734872665
2015/580709565832185	2015/586856003593520	2016/586606746888167	2016/586860851530222	2018/580572842479742	2018/586720935092776

2015/580765530515576	2015/580732225840565	2016/580774470784840	2016/580727310770936	2018/586731310623198	2018/586612438607137
2015/586834289424045	2015/580750730595259	2016/586876740477032	2016/586860013912091	2018/586642617786225	2018/586616477935089
2015/580735070260065	2015/586849549818563	2016/586880304751938	2016/580762412863938	2018/586718020528301	2018/586714333379131
2015/580706167792518	2015/586848239918029	2016/586878209013397	2016/580732020000125	2018/580600149252950	2018/586669312789593
2015/580760941019088	2015/580753077702128	2016/586855314833649	2016/586853745887771	2018/586829206289280	2018/586741582947573
2015/586818968386320	2015/586885886692836	2016/580731630580011	2016/586881792418606	2018/580726916916342	2018/580734263845412
2015/586832872350350	2015/586845553945399	2016/586854697719169	2016/586875438476170	2018/586744951157558	2018/580647302326468
2015/580765608495600	2015/580726713397047	2016/586856311957740	2016/586858187884352	2018/586859461252292	2018/580611348235177
2015/580714901106165	2015/580714531280305	2016/586859755311328	2016/580724910842187	2018/580734842326019	2018/580596727743079
2015/580708492061103	2015/586833907609563	2016/586609958953820	2016/580735010978242	2018/586720319555150	2018/586724311951730
2015/580752690463012	2015/586874767704727	2016/586743945647504	2016/586863913947823	2018/586829953739556	2018/586753843237980
2015/580736116366677	2015/586864378097417	2016/580733062096737	2016/586703096327250	2018/580735102673370	2018/586639344330758
2015/586617964470197	2015/580727363997997	2016/586603522459146	2016/586857511664886	2018/586676926327170	2018/580603964783917
2015/580732774891091	2015/580558092419159	2016/586815896108319	2016/580727339441447	2018/586855216747031	2018/580589606535140
2015/580732024286447	2015/580749764586083	2016/580727839753660	2016/586857543602681	2018/580735555235949	2018/580725331497380
2015/586863772334109	2015/586835823249772	2016/580743046127953	2016/586854524265537	2018/580572668323475	2018/586716272060489
2015/586875549254038	2015/586886218889108	2016/586827444685270	2016/580735019256799	2018/580598578475292	2018/586657957253319
2015/586833034307013	2015/580624809298097	2016/586862429057616	2016/586621761348911	2018/586859502274647	2018/586854475374255
2015/586839245598051	2015/580741882896989	2016/580728685908438	2016/586622086165212	2018/580729665902999	2018/580685554671113
2015/586856315972611	2015/586863582656179	2016/586880399802031	2016/580754236675001	2018/586744382404675	2018/580600700055031
2015/586840327165074	2015/580753469984434	2016/580731882286389	2016/586858097607021	2018/580576030391574	2018/586860953800795
2015/580753907967924	2015/580726384421613	2016/580727221200629	2016/580771564802591	2018/580554739780101	2018/580684663561958
2015/586879063559607	2015/580751217063230	2016/580761034668413	2016/586856964650351	2018/580726324936307	2018/586662193286033
2015/586855819377932	2015/586872042593665	2016/586602168714297	2016/586599592388521	2018/586727223441634	2018/586596106594518
2015/586885460276034	2015/580727381283154	2016/580734761221016	2016/586863805669998	2018/586713326910022	2018/586662644832036
2015/580765339072712	2015/586856253669241	2016/580725990166037	2016/586857199313144	2018/586655760838391	2018/586642940153006
2015/580764273599224	2015/580729698640561	2016/580732220174950	2016/580729060215319	2018/586661030862939	2018/586713465515170
2015/586874446240584	2015/586861510625760	2016/580752648273406	2016/586863890717558	2018/586640972571217	2018/580735636171588
2015/580557788817410	2015/580756024540574	2016/580730425870959	2016/586802735628263	2018/586663947855046	2018/586727684972154
2015/580730039244822	2015/580758472441728	2016/580722423420726	2016/580761409423116	2018/586663872027870	2018/580574386725426
2015/586838642692999	2015/586881331942590	2016/586803321875471	2016/580757219379016	2018/586862611436922	2018/586856598251571
2015/586856342261564	2015/580725702682165	2016/586856266374196	2016/580730121349305	2018/580616759432982	2018/586858731033834
2015/580705953941919	2015/580734300052667	2016/580772087508790	2016/580734581190303	2018/580596620408815	2018/586640855065900
2015/580730565509009	2015/586860333999405	2016/586870448265095	2016/586698657200991	2018/586701022275285	2018/580553697986237
2015/586855152545738	2015/580731866270762	2016/586853716026410	2016/580730672722805	2018/586859789193990	2018/586661218682318
2015/586839203164023	2015/586875365125744	2016/580764039746780	2016/586689755772120	2018/580732559207640	2018/586745564694951
2015/586839254919204	2015/586863245385308	2016/580735656163685	2016/580726803708130	2018/586857859871604	2018/586729711533180
2015/580695068242268	2015/580733419966233	2016/580733611577196	2016/586863388798476	2018/580728742700955	2018/586719117883565
2015/580731757915473	2015/580774157731785	2016/586812020452721	2016/586596153714054	2018/586636825240659	2018/586854375926049
2015/580711790543042	2015/586855527213765	2016/586795569480118	2016/586854513425460	2018/586716109783943	2018/586669376589775
2015/580749201181275	2015/580727608016461	2016/586603034349951	2016/580734147358545	2018/586859650922937	2018/586643622546121
					2018/580602198658882

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PATRIMONIAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 101.835, de 21 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 38, Seção 1, página 23, em 22 de fevereiro de 2019.

Onde se lê: "delegadas".

Leia-se: "subdelegadas".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 40, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

(7º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 64, de 20 de março de 2008)
(5º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 65, de 20 de março de 2008)
(6º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 8, de 15 de janeiro de 2010)
(3º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 82 de 13 de abril de 2010)
(3º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 152 de 22 de junho de 2010)
(2º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 178 de 20 de julho de 2010)
(4º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 357, de 6 de dezembro de 2011)
(3º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 16, de 17 de janeiro de 2013)
(1º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 85, de 22 de maio de 2017)
(1º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 87, de 22 de maio de 2017)
(1º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 7, de 16 de janeiro de 2018)

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 23/1985;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.021729/2018 e do sistema Orquestra nº 1312636, resolve:

Modificar a Portaria Inmetro/Dimel nº 64, de 20 de março de 2008, a Portaria Inmetro/Dimel nº 65, de 20 de março de 2008, a Portaria Inmetro/Dimel nº 8, de 15 de janeiro de 2010, a Portaria Inmetro/Dimel nº 82 de 13 de abril de 2010, a Portaria Inmetro/Dimel nº 152 de 22 de junho de 2010, a Portaria Inmetro/Dimel nº 178 de 20 de julho de 2010 (restaurada a vigência pela Portaria Inmetro/Dimel nº 238/2013), a Portaria Inmetro/Dimel nº 357, de 6 de dezembro de 2011, a Portaria Inmetro/Dimel nº 16, de 17 de janeiro de 2013, a Portaria Inmetro/Dimel nº 85, de 22 de maio de 2017, a Portaria Inmetro/Dimel nº 87, de 22 de maio de 2017 e a Portaria Inmetro/Dimel nº 7, de 16 de janeiro de 2018 com a inclusão de dispositivo indicador para uso em bombas medidoras eletrônicas de combustíveis líquidos, modelo GVR-ELT/18, da marca GilbarcoVeeder-Root, aprovado pela Portaria Inmetro Dimel nº 232, de 10 de dezembro de 2018, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA

PORTARIA Nº 41, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicos para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012 e nº 95/2015;

E considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.007045/2018-87 e do sistema Orquestra nº 1182029, resolve:

Aprovar o modelo CRONOS 6001 NG, de medidor eletrônico de energia elétrica, classe de exatidão B, marca ELETRA, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA

PORTARIA Nº 46, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 88/2005)

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

E considerando os elementos constantes do processo Inmetro SEI nº 0052600.001326/2019-15 e do sistema Orquestra nº 1382131, resolve:

Incluir o código QR ("QR code") no painel do teclado dos modelos PRIX 5E, aprovados pela Portaria Inmetro/Dimel nº 088 de 22 de junho de 2005 e respectiva Portaria Inmetro/Dimel nº 209 de 2 de dezembro de 2005 a ela aditiva, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA

PORTARIA Nº 48, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

(3º Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 55/2016)

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, tipo mecânico, aprovado pela Portaria Inmetro nº 246/2000;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.022857/2018 e do sistema Orquestra nº 1330422, resolve:

Incluir opcionais de carcaças, na família de modelos US de medidor de volume de água, tipo mecânico, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 55, de 29 de fevereiro de 2016, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MAURICIO EVANGELISTA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 159, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso X do artigo 10, ambos do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e na deliberação da Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 429ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 27 de fevereiro de 2019, o prazo de que trata a Portaria nº 834, de 29 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto 05 de 2018, seção 1, página 74, referente à intervenção no Portus Instituto de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 129, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 419826846, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento do Plano Básico, CNPB nº 1990.0006-65, Plano Suplementar, CNPB nº 1990.0007-38 e Plano Suplementar II, CNPB nº 2003.0010-18, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, de 16 de fevereiro de 2005, exclusivamente com relação aos planos citados.

Art.2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios do Plano Básico, CNPB nº 1990.0006-65, do Plano Suplementar, CNPB nº 1990.0007-38 e do Plano Suplementar II, CNPB nº 2003.0010-18, administrados pela Previlloyds Sociedade de Previdência Privada.

Art.3º Aprovar o encerramento da autorização para funcionamento da Previlloyds Sociedade de Previdência Privada como entidade fechada de previdência complementar, cessando-se os efeitos da Portaria MPAS nº 4.590, de 25 de janeiro de 1990, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de janeiro de 1990.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso I do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 425518364, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento do Plano PrevStyron, CNPB nº 2011.0010-56, cessando-se os efeitos da Portaria Previc nº 223, de 5 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 87, de 09 de maio de 2011.

Art.2º Extinguir o código do Plano PrevStyron, CNPB nº 2011.0010-56, administrado pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 158, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003962/2018-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da BP Brasil Ltda., CNPJ nº 02.420.391/0001-29, do Plano BP Prev, CNPB nº 1989.0001-18, administrado pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 161, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o arts. 13 e 33, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007297/2018-18, resolve:

Art. 1º Aprovar a constituição da entidade e o estatuto da BOSCHPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, bem como autorizar o funcionamento como entidade fechada de previdência complementar.

Art. 2º Aprovar o regulamento do Plano de Benefícios BoschLife.

Art. 3º Inscrever sob o nº 2019.0004-74, no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, o Plano de Benefícios BoschLife.

Art. 4º Estabelecer o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para o início efetivo das atividades da entidade, bem como para início de funcionamento do referido plano, devendo a ocorrência ser comunicada à Previc, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

"Na publicação da Carta Circular Eletrônica nº 1/2019/SUSEP/DISOL/CGMOP, 20 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de fevereiro de 2019, Seção 1, página 57;

Onde se leem: "... Resolução CNSP nº 517 de 15 de julho de 2015..."

Leiam-se: "... Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015 ... ".

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 1.282, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.600477/2019-13, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de MARKEL SEGURADORA DO BRASIL S.A., CNPJ n. 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2018:

I - Aumento do capital social em R$ 11.700.000,41, elevando-o para R$ 59.700.000,41, dividido em 77.212.205 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

BANCO DO BRASIL S.A.

BB BANCO DE INVESTIMENTOS S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2018

I. DATA, HORA, LOCAL:

Em vinte e dois de agosto de dois mil e dezoito, às onze horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária do Acionista do BB Banco de Investimento S.A. (CNPJ 24.933.830/0001-30; NIRE: 3.330.027.730-7), na Sede Social da Empresa, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, centro, Rio de Janeiro (RJ). II. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., único acionista, representado pelo seu Diretor, Sr. Cicero Przendsiuk, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia. Os trabalhos foram suspensos por 15 (quinze) dias e retomados no dia 06.09.2018, às onze horas, no mesmo local, conforme previsto no § 2º do artigo 134 da Lei nº 6404/76 e IN 38/2017, do DREI - Departamento de Registro Empresarial e Integração, anexo III - Manual de Registro de Sociedade Anônima, itens 1.2.6, 2.2.6 e 3.2.6. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Diretor-Vice-Presidente do BB Investimentos, que ao instalar a Assembleia registrou a presença da Sr. José Avelar Matias Lopes, membro do Conselho Fiscal, e convidou o Sr. André Luiz Valença da Cruz para atuar como Secretário. V. ORDEM DO DIA: (i) eleição de Diretor, e (ii) alteração do Estatuto Social da Empresa. VI. DELIBERAÇÕES: i) O acionista aprovou a eleição do Sr. Walter Malieni Junior para o cargo de Diretor-Presidente, em virtude da renúncia apresentada pelo Sr. Antonio Mauricio Maurano em 12.07.2018. O eleito, abaixo qualificado, completará o mandato até Assembleia Geral Ordinária de 2019, esclarecido que este atende às exigências legais e estatutárias e que a remuneração paga a ele pelo Banco do Brasil S.A. abrange a função que exercerá no BB Banco de Investimento S.A.: Diretor-Presidente: Walter Malieni Junior, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.718.468-01, portador da Carteira de Identidade nº 19.146.033-3, expedida em 22.03.2007 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF); ii) O presidente da mesa, ao apresentar para deliberação a matéria do Item (ii) da ordem do dia - Alteração do Estatuto Social da Empresa, constatou que o único acionista ainda não possuía as orientações de voto para deliberar. Dessa forma, considerando a necessidade de obtenção pelo Banco do Brasil S.A. da orientação de voto necessária para deliberação, nos termos do artigo 134, §2º da Lei 6.404/76, o Presidente da mesa declarou a Assembleia suspensa até 10.09.2018, às 11h00, data e hora previstas para reinício dos trabalhos. Em 06.09.2018 às 11h00, foi dada continuidade aos trabalhos interrompidos em 22.08.2018. Como o único acionista já possuía a orientação de voto necessária para deliberar a última matéria da ordem do dia, o seu representante aprovou a reforma estatutária, consolidada no Estatuto Social (anexo I), cujas alterações encontram-se listadas em quadro comparativo (anexo II) e foram realizadas em atendimento ao Ofício Bacen 6.778/2018. VI. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista do BB Banco de Investimento S.A., da qual eu, ass.) André Luiz Valença da Cruz, secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Diretor-Vice-Presidente do BB Banco de Investimento S.A., Presidente da Assembleia, e Cicero Przendsiuk, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 09, FOLHAS 124 A 153. ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF - 9.526.078-1 - Victor Teodoro de M. Sanches - Analista. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o registro em 18.12.2018 sob o número 00003460109

-

BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER

Secretário-Geral

Ministério da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 101 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de março de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se referem esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO
(Autorização de Cursos)

Nº de ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas anuais	IES (CÓDIGO	Mantenedora	Endereço de Funcionamento
1	201607495	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	50 (cinquenta)	(1576) INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS	RUA L, 11, ROSÁRIO DE FÁTIMA, SERRA / ES
2	201700836	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	(16782) FACULDADE MÁRIO QUINTANA	CONSULTORIA EDUCACIONAL E EMPRESARIAL MARIO QUINTANA LTDA - ME	ESTRADA COSTA GAMA, 1009, BELÉM VELHO, PORTO ALEGRE / RS
3	201700865	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	(17688) FACULDADE FADAM	FACULDADE DAS AMERICAS LTDA	AVENIDA MENDEL STEINBRUCH, 6.591, PLANALTO CIDADE NOVA, MARACANAÚ / CE
4	201701010	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	(17420) FACULDADE CESUMAR DE PONTA GROSSA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DESEMBARGADOR WESTPHALEM, 60, OFICINAS, PONTA GROSSA / PR
5	201701207	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	(19587) FACULDADES JOÃO PAULO II - PELOTAS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	RUA MARECHAL FLORIANO, 107, CENTRO, PELOTAS / RS
6	201701502	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	(12791) FACULDADE ANHANGUERA DE PINDAMONHANGABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO, 3344, CAMPO ALEGRE, PINDAMONHANGABA / SP
7	201702434	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	(1258) FACULDADE DE CASCAVEL	UNIAO DE ENSINO UNOPAR LTDA	RUA ROCHA POMBO, 2.005, REGIÃO DO LAGO 4, CASCAVEL / PR
8	201702454	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	(15357) FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBÁ	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA LINCOLN RODRIGUES DA COSTA, 165, BOA VISTA, UBÁ / MG
9	201702748	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	(18471) FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS AGGEU MAGALHÃES	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA LIMITADA - EPP	AVENIDA AFONSO MAGALHÃES, 354, BLOCO I, CENTRO, SERRA TALHADA / PE
10	201703135	BIOMEDICINA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	(18651) UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE BOA VISTA	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CAPITÃO FRANCO DE CARVALHO, N° 195, SÃO FRANCISCO, BOA VISTA / RR
11	201711420	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	(13488) FACULDADE SEQÜENCIAL	ASSOCIACAO SEQUENCIAL DE ENSINO SUPERIOR	RUA ENGENHEIRO ALUÍSIO MARQUES, 00, PARQUE MARIA HELENA, SÃO PAULO / SP
12	201711431	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	(18671) UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE PORTO VELHO	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA TUTÓIA, 3340, ELETRONORTE, PORTO VELHO / RO
13	201711454	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(19335) FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SANTOS DUMONT, 724, JUNDIAÍ, ANÁPOLIS / GO
14	201711467	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(2885) FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE BELO HORIZONTE - VERITAS BH	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CAXAMBU, 83, LAGOINHA, BELO HORIZONTE / MG
15	201711489	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	(5473) FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA BAHIA	INSTITUTO DE CIENCIAS, EDUCACAO E TECNOLOGIA DA BAHIA - ICEB LTDA - ME	RUA EMÍLIO MARQUES, 298, LOTEAMENTO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO, SANTA MARIA DA VITÓRIA / BA
16	201711506	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	100 (cem)	(4211) FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AVENIDA ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO / SP
17	201711576	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	(21240) FACULDADE UNIRB - PIAUÍ	COMPLEXO EDUCACIONAL MILLENIUM LTDA - ME	AVENIDA MIRTES MELÃO, Nº 700, BAIRRO GURUPI, TERESINA/PI.
18	201711591	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	(19173) FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BELCHIOR LTDA	RUA JULIO CAVALCANTE, 34, AREIAS, IIGUATU / CE
19	201711597	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18650) UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA RUBENS CARNEIRO, 536, ABRÃO ALAB, RIO BRANCO / AC
20	201711602	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	(18652) FACULDADE UNINASSAU JUAZEIRO DO NORTE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA NOSSA SENHORA DO CARMO, S/N, FRANCISCANO, JUAZEIRO DO NORTE / CE
21	201711609	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18671) UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE PORTO VELHO	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA TUTÓIA, 3340, ELETRONORTE, PORTO VELHO / RO
22	201711621	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18649) FACULDADE UNINASSAU MOSSORÓ	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA MARECHAL FLORIANO, 39, - ATÉ 243/244, PAREDÕES, MOSSORÓ / RN
23	201711623	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(19844) FACULDADE UNINASSAU SOBRAL	SER EDUCACIONAL S.A.	PEDRO AGUIAR CARNEIRO, 365, DOMINGOS OLÍMPIO, SOBRAL / CE
24	201711640	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	(18653) FACULDADE UNINASSAU GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA ERNESTO DOURADO, 362, HELIÓPOLIS, GARANHUNS / PE
25	201711747	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	(18628) FACULDADE PITÁGORAS DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA KIICHIRO MURATA, 343/ 359, LOTE 06 E 07, JARDIM IMPERIAL, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES / BA
26	201711779	FARMÁCIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18653) FACULDADE UNINASSAU GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA ERNESTO DOURADO, 362, HELIÓPOLIS, GARANHUNS / PE
27	201711818	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	(5555) FACULDADE ANHANGUERA DE JACAREÍ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA SANTA CRUZ DOS LÁZAROS, 466, SANTA CRUZ DOS LÁZAROS, JACAREÍ / SP
28	201711866	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	(19325) FACULDADE DO CENTRO OESTE PAULISTA	SDO SISTEMA DE DOCUMENTACAO ODONTOLOGICA LTDA	RUA LUIZ GIMENEZ MACEGOZE, 72, DISTRITO INDUSTRIAL, PIRATININGA / SP
29	201711878	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	(11308) FACULDADE ANHANGUERA DE SUMARÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA EUGÊNIO BIANCALANA DUARTE, 501, JARDIM PRIMAVERA, SUMARÉ / SP
30	201711926	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(17816) FACULDADE UNINASSAU FEIRA DE SANTANA	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA BARÃO DE COTEGIPE, 917, - DE 557 A 1061 - LADO ÍMPAR, CENTRO, FEIRA DE SANTANA / BA

31	201711959	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	(18643) FACULDADE UNINASSAU MARACANAÚ	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA SENADOR PETRONIO PORTELA, 125, PAJUÇARA, MARACANAÚ / CE
32	201712004	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18652) FACULDADE UNINASSAU JUAZEIRO DO NORTE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA NOSSA SENHORA DO CARMO, S/N, FRANCISCANO, JUAZEIRO DO NORTE / CE
33	201712010	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18648) FACULDADE UNINASSAU ARAPIRACA	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA DOM FELÍCIO VASCONCELOS, 320, CENTRO, ARAPIRACA / AL
34	201712017	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18649) FACULDADE UNINASSAU MOSSORÓ	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA MARECHAL FLORIANO, 39, - ATÉ 243/244, PAREDÕES, MOSSORÓ / RN
35	201712019	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	(19334) FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE BRASÍLIA	SER EDUCACIONAL S.A.	ÁREA ESPECIAL 02, SETOR D SUL, TAGUATINGA, BRASILIA - DF.
36	201712074	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	(2973) FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PAULO CEZAR PEREIRA ARANDA, 241, JARDIM RIVA, PRIMAVERA DO LESTE / MT
37	201712359	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	(13783) FACULDADE ESTÁCIO DE FEIRA DE SANTANA	SOCIEDADE EMPRESARIAL DE ESTUDOS SUPERIORES E TECNOLOGICOS SANT''ANA LTDA - ME	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 3347, - DE 3075 AO FIM - LADO ÍMPAR, SANTA MÔNICA
38	201712375	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	(2537) FACULDADE SÃO GERALDO	ESCOLA SAO GERALDO LTDA	RUA 13 DE MAIO, 40, SÃO GERALDO, CARIACICA / ES
39	201712417	ENFERMAGEM (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	(18648) FACULDADE UNINASSAU ARAPIRACA	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA DOM FELÍCIO VASCONCELOS, 320, CENTRO, ARAPIRACA / AL
40	201712451	ENFERMAGEM (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	(19334) FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE BRASÍLIA	SER EDUCACIONAL S.A.	QUADRA SGAS 902, SN, LOTE 73 CONJ. A, TAGUATINGA, BRASÍLIA / DF
41	201712466	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18675) FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE CAMPO GRANDE	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA HEBERT NOSES, 72, JARDIM PAULISTA, CAMPO GRANDE / MS
42	201712468	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(19334) FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS DE BRASÍLIA	SER EDUCACIONAL S.A.	QUADRA CSD AE 2, SETOR D SUL - TAGUATINGA SUL (TAGUATINGA), BRASÍLIA-DF.
43	201712473	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18653) FACULDADE UNINASSAU GARANHUNS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA ERNESTO DOURADO, 362, HELIÓPOLIS, GARANHUNS / PE
44	201712699	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	(18711) FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS	ORGANIZACAO TECNOLOGICA DE ENSINO LTDA	AVENIDA RANGEL PESTANA, 1105, - DE 501 AO FIM - LADO ÍMPAR, BRÁS, SÃO PAULO / SP
45	201712859	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	(18650) UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A.	ESTRADA DA FLORESTA, N° 2320, BAIRRO: FLORESTA SUL, RIO BRANCO-AC
46	201712957	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	(19910) FACULDADES PLANALTO CENTRAL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - AEPM	TRECHO SIA TRECHO 8, S/N, LOTE 70/80, ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ), BRASÍLIA / DF
47	201712961	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	(20455) FACULDADE DE TECNOLOGIA AVANÇADA	CEGRAN - CENTRO DE GRADUACAO DE ANAPOLIS LTDA	AVENIDA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 363, ATÉ 498/499, JUNDIAÍ, ANÁPOLIS / GO
48	201713222	DIREITO (Bacharelado)	40 (quarenta)	(12268) FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CRUZEIRO DO OESTE	ORGANIZACAO EDUCACIONAL DE CRUZEIRO DO OESTE LTDA - ME	RUA GUILHERME RIGOLON, 1052- CEP 87.400-000 CRUZEIRO DO OESTE/PR
49	201713262	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	(19287) FACULDADE DO CENTRO MARANHENSE	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO MARANHENSE LTDA	RUA ELIEZER MOREIRA, Nº 99 - BAIRRO: INCRA. BARRA DO CORDA - MA
50	201713323	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	(19049) FACULDADE INTEGRADA DE VILA VELHA	EMPRESA EDUCACIONAL DE VILA VELHA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA SETE DE SETEMBRO, 173, 3º PAVIMENTO , CENTRO, VILA VELHA / ES
51	201713674	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	(17115) FACULDADE TRÊS MARIAS	CENTRO EDUCACIONAL TRES MARIAS - LTDA	RUA VEREADOR ALBERTO FALCÃO BARROCA, 210, MIRAMAR, JOÃO PESSOA / PB

PORTARIA N° 102, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 10/2019/CGMAE/DISUP/SERES e com fulcro na Portaria nº 912/2018, de 26 de dezembro de 2018, contidos no processo de monitoramento nº 23000.024931/2018-36, bem como nas normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, da Constituição Federal, 46 da Lei nº 9.394/96, 2º, I, VI e XIII, e 45 da Lei nº 9.784/1999, a Portaria MEC nº 315, de 2018 e 62, 63 67, 68, II, 71, todos do Decreto nº 9.235/2017, resolve:

Art. 1º O arquivamento dos processos de supervisão nº 23709.000108/2016-04 e nº 23000.032642/2016-49.

Art. 2º A extinção dos cursos a seguir elencados:

Nº	IES	CURSO
1	254	1297873
2	254	1279263
3	254	1292635
4	254	1279255
5	254	1279256
6	254	1279264
7	254	1279261
8	254	1279254
9	254	1303494
10	254	1279029
11	254	6242
12	254	1279252
13	254	1279203
14	254	44006
15	254	1300143
16	254	1279239
17	254	109938
18	254	1279073
19	254	1185890
20	254	1315998
21	254	1185885
22	254	1279179
23	254	306246
24	254	43980
25	254	31104
26	254	1171075
27	254	1279225
28	254	1185886
29	254	31604
30	254	1279257
31	254	1279258
32	254	1279253
33	1581	116420
34	1581	74879
35	1581	74880
36	1581	1156817
37	1581	94853
38	1581	50741
39	1581	67792
40	1581	50742
41	1581	113008
42	1581	108700
43	1581	1036180
44	1581	46100
45	516	22378
46	516	118278
47	516	1203774
48	516	1203777
49	516	1203813
50	516	1203764
51	516	1203767
52	516	10441
53	516	30114
54	516	10433
55	516	19244
56	516	24384
57	516	310440
58	516	1203776
59	516	1203779
60	516	1203780
61	516	1203782
62	516	1203784
63	516	1203783
64	516	1203786
65	516	1202821
66	516	1203785
67	516	1203790
68	516	1203788
69	516	1203794
70	516	1203789
71	516	1203798
72	516	10443
73	516	1202817
74	516	1203791
75	516	1203802
76	516	19243
77	516	19245
78	516	1308546
79	516	10439
80	516	1202816

81	516	1203793
82	516	1203806
83	516	10438
84	516	1203796
85	516	1203810
86	516	55484
87	516	55485
88	516	68584
89	516	1203801
90	516	1203817
91	516	1203799
92	516	1203814
93	516	10444
94	516	1203804
95	516	1203821
96	516	20923
97	516	1203816
98	516	1203824
99	516	1202818
100	516	1203808
101	516	1203823
102	516	55486
103	516	1203811
104	516	1203820
105	416	16711
106	416	18231
107	416	91125
108	416	47607
109	416	91127
110	416	74542
111	416	66715
112	416	22320
113	416	27612
114	416	50765
115	416	9582
116	416	74536
117	416	55862
118	416	9584
119	416	91133
120	416	9587
121	416	19622

Art. 3º Reconhecer para fins de expedição de Diploma os cursos a seguir elencados:

nº	IES	CURSO
1	254	1279263
2	254	1279255
3	254	6242
4	254	44006
5	254	1171075
6	1581	50741
7	1581	46100
8	516	19243
9	416	47607
10	416	74542

Art. 4º Reduzir o ingresso de novos estudantes em 50% nos cursos a seguir elencados, até a obtenção de conceitos satisfatório em verificação in loco realizada pelo INEP:

Nº	IES	CURSO	Vagas Anuais
1	1581	41222	100
2	1581	91141	100
3	1581	106137	80
4	516	1202823	120
5	416	19617	50
6	416	104394	100
7	416	91129	100
8	416	20403	40

Art. 5º O Grupo Educacional Uniesp deverá ser notificado da presente decisão.

Art. 6º A Uniesp S.A., na pessoa de seus representantes legais, promova os meios necessários para a guarda e gestão do acervo acadêmico inclusive com a entrega aos alunos de toda a documentação por eles requerida.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 103, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do Procedimento Comum nº 5023855-72.2018.4.04.7200/SC, da 3ª Vara da Justiça Federal de Florianópolis/SC, e considerando os fundamentos na Nota Técnica nº 39/2019/RECURSO/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES exarada nos autos do processo nº 23000.013551/2017-95, resolve:

Art. 1º. Manter, em grau recursal, a decisão de indeferimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS constante da Portaria nº 430, de 15/06/2018, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 18/06/2018, da Fundação Hermon, inscrita no CNPJ nº 04.532.963/0001-97, com sede em Florianópolis/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO BARROSO FARIA

DESPACHO Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A COORDENADORA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, substituta, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir, pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar da data desta publicação, consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, referentes às entidades elencadas no Anexo.

Art. 2º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada unicamente em meio eletrônico, por meio do endereço http://cebas.mec.gov.br/manifestacao-sociedade-civil.

Art. 3º Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, não serão admitidas manifestações encaminhadas sem a identificação do autor.

Art. 4º Não serão acolhidas manifestações encaminhadas em desconformidade com o estabelecido nos § 1º e 2º.

LEIDIMAR FERNANDES DE ALMEIDA

ANEXO

	INSTITUIÇÃO	CNPJ	Nº PROCESSO
1	A.B.P.N - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROJETO NORDESTE	04.181.405/0001-24	71000.124878/2015-72
2	ABASE - ALIANÇA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL	62.207.634/0001-77	23000.014048/2017-57
3	ASSISTÊNCIA SOCIAL A COLMÉIA	51.150.423/0001-29	71000.052309/2015-18
4	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM PASTOR	53.454.971/0001-78	23123.001526/2011-87
5	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ESTÂNCIA DE LUZ ACEL	65.053.704/0001-78	23000.038437/2016-97
6	ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL SAGRADO CORAÇÃO	31.463.086/0001-12	23123.003114/2010-09
7	ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS TEATINAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO	29.624.236/0001-80	23000.010592/2012-15
8	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ	76.675.552/0001-61	23000.010894/2012-93
9	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E EDUCAÇÃO SANTA TERESA	68.701.929/0001-81	23123.002342/2011-34
10	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO VICENTINA SANTA LUISA DE MARILLAC - AEVSLM	07.469.653/0001-63	23000.011334/2012-56
11	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO COLÉGIO SÃO JOSÉ	85.604.098/0001-49	23000.006251/2012-45
12	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NOVA ESPERANÇA	27.559.384/0001-33	23123.000320/2012-11
13	ASSOCIAÇÃO DE SÃO VICENTE DE PAULO DE FORTALEZA	07.248.172/0001-28	71000.068457/2012-10
14	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM	79.831.434/0001-93	23000.041715/2016-93
15	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL EVANGÉLICA LUTERANA	25.116.427/0001-80	71000.030419/2012-86
16	ASSOCIAÇÃO LAR FREI AURÉLIO STULZER	31.801.905/0001-94	71000.020358/2011-68
17	ASSOCIAÇÃO MISSIONARIA DOS FRANCISCANOS MENORES CONVENTUAIS	57.547.374/0001-49	71010.005082/2009-54
18	ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE LURDES	09.404.384/0001-82	23123.002526/2011-02
19	ASSOCIAÇÃO PIO LANTERI	76.584.259/0001-99	71000.120384/2014-38
20	ASSOCIAÇÃO RIOPARDENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR	59.904.540/0001-42	71000.020705/2012-33
21	ASSOCIAÇÃO SÃO DOMINGOS SÁVIO	26.746.511/0001-40	23000.019784/2015-30
22	ASSOCIAÇÃO TANGARAENSE DE ENSINO E CULTURA - ATEC	03.954.203/0001-05	23000.051242/2016-32
23	CÁRITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU	28.732.246/0001-77	71000.078338/2014-29
24	CASA DO PEQUENO POLEGAR	00.094.714/0001-06	71000.058817/2014-29
25	CASA DO PEQUENO TRABALHADOR DE TERESÓPOLIS	29.213.717/0001-01	23000.005589/2015-22
26	CASA NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	15.145.980/0001-98	23000.005401/2015-46
27	CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	15.147.481/0001-30	23000.011712/2015-44
28	CENTRO COMUNITÁRIO SOCIAL TIA ANGELINA	02.290.594/0001-48	23000.007217/2012-98
29	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VILA DIONÍSIA	48.902.381/0001-20	71000.113040/2015-53
30	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃS DE BETÂNIA	00.202.194/0001-08	23000.041729/2016-15
31	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PERSEVERANÇA	75.187.799/0001-76	23000.014066/2017-39
32	CENTRO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA ISRAELITA	33.490.905/0001-46	23000.016739/2012-81
33	CENTRO EDUCACIONAL JOÃO COMBAT	29.350.378/0001-05	23000.009094/2012-20
34	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	28.955.961/0001-79	23123.001770/2010-69
35	CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE	96.740.238/0001-22	71000.114779/2014-00
36	CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DA GUIA	07.048.259/0001-51	71000.012521/2014-61
37	CLUBE DE MÃES UNIDAS VENCEREMOS	12.546.412/0001-00	71000.080759/2013-39
38	COLÉGIO SANTO INÁCIO	07.265.242/0001-56	23000.039415/2016-44
39	COMUNIDADE EVANGÉLICA DA PAZ	90.476.771/0001-42	23000.010489/2012-75
40	COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM LAJEADO	91.167.585/0001-94	23000.009091/2012-96

41	CRECHE A PEQUENA CASA DE MARIA	17.771.668/0001-35	23000.002891/2017-91
42	CRECHE COMUNITÁRIA PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA	19.703.495/0001-43	23000.016984/2012-98
43	CRECHE DA AÇÃO SOCIAL DA PAROQUIA BOM PASTOR	20.969.812/0001-57	23000.006630/2013-16
44	CRECHE SANTA TEREZINHA DO BAIRRO JAQUELINE	21.949.573/0001-36	23000.013838/2014-72
45	EDUCANDÁRIO ANÁLIA FRANCO	58.225.905/0001-40	23000.006790/2013-65
46	FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL FILADÉLFIA	00.431.327/0001-18	71000.000475/2010-24
47	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE GOIÁS	01.405.794/0001-36	23000.000875/2017-63
48	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	20.773.214/0001-08	23000.010392/2012-62
49	FUNDAÇÃO IRMÃ RUTH DE MARIA CAMARGO SAMPAIO-FIRMACASA	46.235.495/0001-39	23123.000311/2012-20
50	FUNDESP - FUNDAÇÃO ESPERANÇA	03.215.066/0001-97	71000.107644/2010-56
51	INSTITUTO CORACAO DE JESUS	57.600.934/0001-81	23000.014000/2017-49
52	INSTITUTO DE ARTES E OFICIOS DIVINA PROVIDENCIA	33.612.128/0001-65	23000.011021/2012-06
53	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO OFÉLIA FONSECA	08.412.917/0001-05	23000.007131/2013-46
54	INSTITUTO DOM ADAUTO	09.113.291/0001-07	23123.002901/2010-25
55	INSTITUTO EDUCACIONAL PING-PONG	06.093.370/0001-05	23000.002705/2015-51
56	INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO	88.371.877/0001-30	23000.008034/2012-90
57	INSTITUTO NOSSA SENHORA DO CARMO	19.535.137/0001-79	23000.00712/82015-94
58	INSTITUTO NOSSA SENHORA DO CARMO	48.556.195/0001-87	23000.004543/2015-96
59	INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO	44.679.207/0001-00	23000.011088/2012-32
60	INSTITUTO SANTA MARIA	03.192.002/0001-18	23000.014621/2014-80
61	INSTITUTO SÃO JOSÉ	60.207.925/0001-30	23000.000192/2015-44
62	LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO	60.761.889/0001-51	23123.001801/2010-81
63	LICEU SALESIANO DO SALVADOR	15.148.505/0001-75	71000.000694/2010-11
64	OBRA DE SÃO TEODORO	60.935.574/0001-83	23000.007747/2015-89
65	OBRAS COMUNITÁRIAS DA DIOCESE DE TIANGUÁ	07.525.462/0001-71	71000.118683/2009-45
66	ORGANIZAÇÃO SANTO ANTÔNIO DE AÇÃO SOCIAL - OSAAS	54.724.083/0001-90	23000.005454/2012-14
67	PAS PERDÕES ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.867.323/0001-18	23000.010502/2012-96
68	SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO DE SÃO JOSÉ	33.645.045/0001-72	71000.057035/2010-49
69	SERVIÇO ASSISTENCIAL SALÃO DO ENCONTRO	16.701.872/0001-17	71000.059776/2012-26
70	SOCIEDADE AGOSTINIANA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	60.485.935/0001-37	23000.009901/2012-12
71	SOCIEDADE AMIGOS UNIDOS DA RIVIERA E ADJACÊNCIAS	54.369.954/0001-03	23000.013994/2017-86
72	SOCIEDADE CRECHE MARIA PIOVESAN BIM DE LUCIANÓPOLIS	47.578.869/0001-81	23000.001022/2013-15
73	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA E CULTURA SAGRADO CORAÇAO DE JESUS	33.726.472/0001-85	71000.116294/2009-85
74	SOCIEDADE ESPÍRITA DE AMPARO AO MENOR CASA DO CAMINHO	03.604.394/0001-85	71000.003651/2015-94

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 447, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pelo Decreto MEC de 17.10.2017, publicado no DOU de 18.10.2017, seção 2, página 1 no uso de suas atribuições legais resolve:

Homologar, na forma dos Anexos I, II e III a esta Portaria, a relação dos candidatos classificados nas modalidades de Ampla Concorrência, Autodeclarados Pretos ou Pardos e Pessoas com Deficiência, respectivamente, do Concurso Público de Provas, regido pelo Edital nº 02/2018, publicado no DOU de 31.10.2018, para a carreira dos cargos Técnico-administrativos em Educação, do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

JADIR JOSE PELA

ANEXO I
MODALIDADE - AMPLA CONCORRÊNCIA

ASSISTENTE DE ALUNO			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
198270	LUIS ALBERTO BASSOLI	88,00	1º
195940	FREDERICO TADEU BORLOT PEIXOTO	84,00	2º
111100	UGO DAHER CARNEIRO GAMBERINI	82,00	3º
130190	PAULA PERINNI GALLO	82,00	4º
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
68420	LETÍCIA TÁPIAS SCARDUA	84,00	1º
127730	MONIELLY RORIZ SEIBERT	82,00	2º
7860	MARIANA ROZETTI COELHO	80,00	3º
146240	THAÍS ALVES VIEIRA	80,00	4º
77280	JOAO IGNACIO BORGO VIEIRA	78,00	5º
125900	NYDIA BRAGA	76,00	6º
54850	PATRICIA SCHEIDEGGER SANTOS OLIVEIRA	76,00	7º
161130	NATÁLIA FIRME FIGUEIRA	76,00	8º
59300	ÉRICA STURIÃO NUNES MAGALHÃES	76,00	9º
38860	LUDMILA DOS SANTOS SANTANA PEROVANO	76,00	10º
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
54940	ANNA CAROLINA BARBOZA SOUZA	76,00	1º
109730	JOÃO PAULO ANDRADE GOMES	74,00	2º
115310	GABRIEL FORNACIARI	72,00	3º
170450	ALEX SILVA LIMA	72,00	4º
217390	AILDSON DE OLIVEIRA CANDIDO	72,00	5º
TÉCNICO EM AUDIOVISUAL			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
83620	BERNARDO LUIZ BRITTO BATISTA	82,00	1º
195650	RENATO RIBEIRO MIRANDA	80,00	2º
156250	CAIO FABRICIUS GONÇALVES FARIAS	78,00	3º
159700	MARCELO GIOVANI DE OLIVEIRA	76,00	4º
80890	JOSE FLAVIO COLOMBO	72,00	5º
158950	THIAGO MOULIN RIBEIRO	72,00	6º
TÉCNICO EM CONTABILIDADE			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
216620	BÁRBARA ZANONI ALENCASTRE	78,00	1º
173770	CAMILA RODRIGUES SANTANA COUTINHO PELISSARI	76,00	2º
33670	VIVIANE FERREIRA DE OLIVEIRA CHIACHIO	72,00	3º
132110	PAULO HENRIQUE DA COSTA E SILVA	70,00	4º
43220	GUILHERME FREITAS CAMPOS	68,00	5º
TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
15590	RAFAEL KROHLIING GOLDNER	92,00	1º
137610	LUCAS FREIRE SANTOS AZEREDO	92,00	2º
5920	LUAN DIEGO DE LIMA PEREIRA	88,00	3º
2810	HUGO DEVENS SESCHINI	86,00	4º
76970	FELIPE ARAUJO PETARLI	86,00	5º
135340	JARED FIRME LEITE	86,00	6º
ADMINISTRADOR			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
124770	GILSON CEZAR ALVES DA COSTA	80,00	1º
31230	ANDRE BENTO DE CASTRO	80,00	2º
10510	IZABEL ELIANI ZUCOLOTO	78,00	3º
207070	HELLEN SILVA DE AZEVEDO	78,00	4º
85040	ALEX GOLFFETTO DA VEIGA	78,00	5º
212010	SIMONE DE ALMEIDA HEIDERICH	78,00	6º
125020	WÊNNIA ANTUNES BAIA	78,00	7º
3350	CLEITON MATEINI MADEIRA	78,00	8º
97220	RAFAEL DAL SASSO LOURENÇO	76,00	9º
5080	SAMIRA MELLO GUIMARÃES DE CARVALHO	76,00	10º
148100	ALEXANDRA DAYUBE CRUZ FIGUEIRA FERREIRA	74,00	11º
89090	CRISTHIANO BERGAMASCHI MAZEGA	74,00	12º
3000	SYLVIA LORRAYNE DA COSTA GENTIL	74,00	13º
72130	RÔMULO DOS REIS PEREIRA	74,00	14º
7560	ULISSES FERNANDES GOULARTE	74,00	15º
76450	BRUNO BATISTA CAO	72,00	16º
138950	BRETT ALOYSIUS ANNA VAN LOON	72,00	17º
208320	PHELIPE AUGUSTO MARINS	72,00	18º
ARQUIVISTA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
109990	LIVIA SERPA DE ANDRADE DUARTE	62,00	1º
ASSISTENTE SOCIAL			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
22810	TAÍSA DA ROSA BARROS PROÊZA	80,00	1º
137730	VANESSA SANTOS GIRALDELI	76,00	2º
171750	LUCIANE APARECIDA BOLDA	74,00	3º
129220	FERNANDA SANTOS CURCIO	70,00	4º
177970	KATHIURCIA MONTOVANELLI CAZOTTI CAMARA	70,00	5º
ENFERMEIRO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
121790	RITA DE CÁSSIA MENDES RAMOS	90,00	1º
165130	ALINE PIOVEZAN ENTRINGER	80,00	2º
176300	KAROLINE CARDOSO DA SILVA	78,00	3º
151980	BARBARA GOMES DO CARMO PASCHOA	78,00	4º
160970	GEIZIANE MIOSSI POLONI	78,00	5º
174710	LUCIANO LOPES DA SILVA	78,00	6º
ENGENHEIRO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
19320	ANDRE PEREIRA PINTO	92,00	1º
154910	FELIPE LAYBER MOTA	92,00	2º
89790	GILBERTO DE MARTIN OLIVEIRA	90,00	3º
2500	FELIPE COSTA CORONA	90,00	4º
132540	ARTHUR ROQUE DE SOUSA	86,00	5º
195760	ROBSON ZULCÃO MELLO	86,00	6º
19230	ISIS CLER DEPOLLI	86,00	7º
145030	VINÍCIUS AUGUSTO GRADIM	86,00	8º
118390	CAROLINE GONÇALVES CAMPOS	86,00	9º
MÉDICO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
12440	BRUNO PASSAMANI MACHADO	72,00	1º
153190	AMANDA APARECIDA SANTOS MENDES MARIANO	68,00	2º
68900	MARCUS VINICIUS QUEIROZ ROCHA	68,00	3º
146410	NATHALIA SPANDL FALQUETO	60,00	4º
217980	ÁLVARO SILVA RIBEIRO	60,00	5º
PEDAGOGO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
147760	BEATRIZ SIMONAIO BIRELLI FALCO	84,00	1º
145450	TASSIA NATI	78,00	2º
131880	GUILHERME DE ALMEIDA SOUZA	76,00	3º
126020	CONCEIÇÃO REGINA PINTO DE OLIVEIRA	74,00	4º

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
164620	DIEGO DO PRADO VENTORIM	88,00	1º
145410	FILIPE FERREIRA GHIDETTI	88,00	2º
3760	HELIO ROBERTO ALMEIDA DE OLIVEIRA	86,00	3º
151170	TELMA CAROLINA SMITH	86,00	4º
124050	DENISE CARLA GOLDNER COELHO	86,00	5º
75570	AMANDA CERQUEIRA DE ALMEIDA	84,00	6º
160260	NATÁLIA CRISTINA DA CRUZ DE SOUZA	84,00	7º
149100	JOSUÉ SAMORA DE SOUSA	84,00	8º
76180	NATÁLIA DE AQUINO PORTELA MONCIOSO	84,00	9º
20450	LÍVIA LADEIRA GOMES	84,00	10º
180840	LAYS DE OLIVEIRA JOEL LOPES	84,00	11º
203000	SIDNEY MAGALHAES LOPES	84,00	12º
80820	NATÁLIA DE OLIVEIRA SILVA	84,00	13º
132340	KARINA MIRANDA PEREIRA	82,00	14º
68590	LUCIAN RODRIGUES CARDOSO	82,00	15º
21180	ELTON ROBERTO DOS SANTOS THOMAZ	82,00	16º
53030	MAURO DE SOUZA JUNIOR	82,00	17º
171790	JETERSON DA SILVA LOSS	82,00	18º
19890	CRISTIELLE DE JESUS COSTA	82,00	19º
93340	RUBENS BUARQUE DE GUSMÃO	82,00	20º
153800	MARCELO AREZZI	82,00	21º
TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: REDES DE COMPUTADORES			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
131650	DOUGLAS SAMPAIO DOS SANTOS	78,00	1º
177650	LUIS GUSTAVO SALES DE SOUZA FRANÇA	76,00	2º
104520	JEAN CARLOS SOARES RAMOS	72,00	3º
42600	EDUARDO CORREA RODRIGUES	72,00	4º
800	ATILA NUNES	72,00	5º
TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: PROCESSOS GERENCIAIS			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
211550	DENNIS CAZELI FERREIRA	78,00	1º
117130	RAPHAEL REIS SILVA	72,00	2º
99320	BRUNO CONTI DE PAULO	70,00	3º
147680	ÉLICA CORREIA SANTOS	70,00	4

ANEXO II

MODALIDADE - AUTOdeclaraDOS PRETOS OU PARDOS

ASSISTENTE DE ALUNO			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
21590	ERICK CARLOS DA SILVA	64,00	1º
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
199560	JULIANO OLIVEIRA ALMEIDA	70,00	1º
37740	KRISSIA ALECRIM CARVALHO COSTA	70,00	2º
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA - Não houve classificados			
TÉCNICO EM AUDIOVISUAL - Não houve classificados			
TÉCNICO EM CONTABILIDADE - Não houve classificados			
TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
208950	ESTEVÃO NOLASCO FONSECA	66,00	1º
188170	ISRAEL DE SOUZA TIMBOIBA	66,00	2º
ADMINISTRADOR			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
122660	ELIANE OLIVEIRA ALEXANDRE	74,00	1º
184680	VENANCIO FERREIRA DE OLIVEIRA	74,00	2º
71810	LUCAS GUIMARAES NUNES	70,00	3º
147750	MARCELO CALDERARI MIGUEL	68,00	4º
28900	FERNANDA MATTHEWS DE SOUZA	66,00	5º
ARQUIVISTA - Não houve classificados			
ASSISTENTE SOCIAL			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
157320	JULIANA RODRIGUES SILVA SANTOS	72,00	1º
ENFERMEIRO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
67730	MAYRA RODRIGUES	74,00	1º
102600	VANDIEL BARBOSA SANTOS	72,00	2º
ENGENHEIRO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
218450	LEONARDO SANTOS DE LIMA	80,00	1º
76750	JEFFERSON INOCENCIO DA SILVA	80,00	2º
MÉDICO-ÁREA - Não houve classificados			
PEDAGOGO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
149200	RICARDO TAVARES BESSA	74,00	1º
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
135370	GISLAYNI TELLES VIEIRA SANTANA LOPES	88,00	1º
145410	FILIPE FERREIRA GHIDETTI	88,00	2º
151230	CAMILA ANIZIO DE ALMEIDA	84,00	3º
142220	MAURÍCIO VALENTIN JUNIOR	82,00	4º
14350	LARISSA NOBRE COUTINHO	82,00	5º
167990	DAYANE LOUZADA DE OLIVEIRA	80,00	6º
84140	TATIANE DO NASCIMENTO SILVA	80,00	7º
TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: REDES DE COMPUTADORES			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
177650	LUIS GUSTAVO SALES DE SOUZA FRANÇA	76,00	1º
10520	JEFFERSON JOHNSON DE CARVALHO SOUZA	72,00	2º
TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: PROCESSOS GERENCIAIS			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
140470	OSEIAS MELLO	62,00	1º

ANEXO III

MODALIDADE - PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

ASSISTENTE DE ALUNO			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
218080	HOMERO ALBERTO GOMES DA SILVA	64,00	1º
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
147970	FERNANDA CARVALHO TAVARES	62,00	1º
162380	SILVANA FAJARDO ALCÂNTARA	62,00	2º
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA - Não houve classificados			
TÉCNICO EM AUDIOVISUAL - Não houve classificados			
TÉCNICO EM CONTABILIDADE - Não houve classificados			
TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA - Não houve classificados			
ADMINISTRADOR			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
167580	NAYANE SILVA E SOUZA	66,00	1º
155010	CARLOS ANTONIO DE MELO	66,00	2º
ARQUIVISTA - Não houve classificados			
ASSISTENTE SOCIAL - Não houve classificados			
ENFERMEIRO-ÁREA - Não houve classificados			
ENGENHEIRO-ÁREA			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
35420	DANIEL BATTISTIN BRUNORO	74,00	1º
MÉDICO-ÁREA - Não houve classificados			
PEDAGOGO-ÁREA - Não houve classificados			
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS			
INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
145070	BRUNA JUNGER SANTOS	70,00	1º
159250	BRUNA BREDA BIGOSSI	70,00	2º
TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: REDES DE COMPUTADORES - Não houve classificados			
TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: PROCESSOS GERENCIAIS - Não houve classificados			

CAMPUS VILA VELHA

PORTARIA Nº 43, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS VILA VELHA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO, no uso das atribuicoes que lhe confere a Portaria n 1.070, de 05 de junho de 2014, da Reitoria deste Ifes, e de acordo com os Processo de n 23187.000004/2019-71, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratacao de Professor do Ensino Basico, Tecnico e Tecnologico - Substituto, regido pelo Edital n 01/2019, Campus Vila Velha, conforme discriminado a seguir:

Inscricao	Nome	Pontuacao Total	Classificacao
16	RENAN BARROSO SOARES	73,44	1
36	IATAHANDERSON DE SOUZA BARCELOS	71,40	2
15	DANYELLE ALVES DA CUNHA	64,40	3
43	SIDMARA BEDIN	63,40	4
32	RICARDO BAFICA PONTES	59,20	5
5	SIMONE BAIA PEREIRA GOMES	58,70	6
16	LUCIENE DA SILVA CASTRO	46,36	NAO HABILITADO
7	CAIO FELIPPE CURITIBA MARCELLOS	22,40	NAO HABILITADO

DIEMERSON SAQUETTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PORTARIA Nº 277, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e de acordo com o que consta no Memorando Eletrônico nº 79/2019 - RT de 22/02/2019, resolve:

Revogar a Portaria n° 1.795, de 18/10/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 202, de 20/10/2016, Seção 1 (pág. 17).

DAGOBERTO ALVES DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 292, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Homologa os Concursos Públicos Para Provimento de Cargos Efetivos de Professor da Carreira do Magistério Superior

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

I - Homologar o(s) Concurso(s) Público(s) para provimento de cargos efetivos da Carreira do Magistério Superior, de acordo com o Edital nº 38/2018-PROGEPE, DOU de 19/10/2018, e divulgar a relação de candidatos aprovados, conforme abaixo discriminado:

A - CAMPUS JUIZ DE FORA
1 - FACULDADE DE ECONOMIA
1.1 - DEPTO DE ECONOMIA
1.1.1 - Concurso 15 - Processo nº 23071.016915/2018-36 (01 vaga)
Classe A, Professor Adjunto A, Nível 1 - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato(a)	Nota Final
1º	ROSA LIVIA GONÇALVES MONTENEGRO	8,17
2º	MARCEL BERTINI RIBEIRO	7,82
3º	EDIVALDO CONSTANTINO DAS NEVES JR.	6,78

2 - FACULDADE DE ENGENHARIA
2.1 - DEPTO DE ENERGIA ELÉTRICA
2.1.1 - Concurso 16 - Processo nº 23071.017742/2018-73 (01 vaga)
Classe A, Professor Adjunto A, Nível 1 - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato(a)	Nota Final
1º	EDIMAR JOSÉ DE OLIVEIRA	8,78
2º	IGOR DELGADO DE MELO	8,57

3 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

3.1 - DEPTO DE ZOOLOGIA

3.1.1 - Concurso 22 - Processo nº 23071.018087/2018-71 (01 vaga)

Classe A, Professor Adjunto A, Nível 1 - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato(a)	Nota Final
1º	RENATO CHRISTENSEN NALI	7,66
2º	MARIA TEREZA CHIARIONI THOMÉ	7,36
3º	EMANUEL TEIXEIRA DA SILVA	6,76

4 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

4.1 - DEPTO DE PSICOLOGIA

4.1.1 - Concurso 25 - Processo nº 23071.018030/2018-71 (01 vaga)

Classe A, Professor Adjunto A, Nível 1 - Regime de Trabalho: DE

a) Relação de candidatos: Ampla concorrência

Classificação	Candidato(a)	Nota Final
1º	NADIA SHIGAEFF	7,23
2º	NARA CÔRTES ANDRADE	6,64
3º	VITOR DE CASTRO GOMES	6,50
4º	DENISE MENDONÇA DE MELO	6,11

b) Relação de candidatos: Pessoas com Deficiência

Classificação	Candidato(a)	Nota Final
1º	NARA CÔRTES ANDRADE	6,64

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 91, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.086804/2018-88 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas - EPS/CTC, instituído pelo Edital nº 04/2019/DDP, de 24 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 18, Seção 3, de 25/01/2019.

Área/Subárea de conhecimento: Ciência da Computação.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média final
1º	Thiago Henrique Lemos Fonseca	9,25

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, resolve

Nº 171 - 1. criar o Setor de Manutenção e Limpeza, do Campus UFV-Florestal; 2. determinar à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento que proceda à atualização do organograma do órgão relacionado, em consonância com o novo cargo e função. (Processo 001335/2019)

Nº 172 - remanejar a função gratificada de Chefe de Setor - Saúde, FG-9, para Chefe de Setor - Manutenção e Limpeza, FG-9, do Campus UFV-Florestal. (Processo 001335/2019)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 353, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Confere anuência à concessão da exploração do Aeroporto de Valença (SNVB) delegado ao Estado da Bahia - BA.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, o § 2º do art. 3º do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, combinado com os artigos 1º, inciso II, e 6º, inciso I, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, no artigo 57, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no § 2º do art. 6º da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, no art. 12 da Portaria SAC-PR nº 183, de 14 de agosto de 2014, e considerando o requerimento formulado pelo Estado da Bahia - BA nos autos do Processo Administrativo nº 00055.001580/2011-88, resolve:

Art. 1º Conferir anuência à concessão da exploração do Aeroporto de Valença (SNVB), delegado ao Estado da Bahia - BA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 257, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.003395/2019-50, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa DARLI NICARETTA - EPP, inscrita no CNPJ nº 15.120.542/0001-75, localizada na Av. Castelo Branco, nº 242, Sala 02, bairro Florestal, Lajeado - RS, CEP: 95.900-732, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 505, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2019, Seção 1, Página nº 32, onde se lê: "RESOLUÇÃO Nº 505, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019", leia-se: "RESOLUÇÃO Nº 505, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019".

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 433, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.020874/2018-56, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1601-43/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico SC AVIATION - COMERCIO DE PEÇAS E AERONAVES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA - ME.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 460, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.051324/2018-99, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1902-41 ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico EMBRAER AIRCRAFT MAINTENANCE SERVICES.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 539, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.030901/2018-07, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 9804-03/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico AEROARTE - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TAPEÇARIA LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 540, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.024177/2018-74, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1901-41/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico NSE BRASIL AEROESPACIAL LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 574, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.053145/2018-96, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1902-43/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico NAPLES JET CENTER

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 575, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.537118/2017-91, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1711-31/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico OPD AVIATION (OADS MANUTENÇÃO DE AERONAVES EXECUTIVAS LTDA).

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 585, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VIII, X e XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 12 e 13 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017, e no item 2.8.1 a 2.8.3 do Edital nº 48/ANAC/2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.530677/2017-69, resolve:

Art. 1º Credenciar, por prazo indeterminado, o examinador Rolffe de Lima Erbe, CANAC 130042, para realização de exames de proficiência técnica previstos no RBAC 61, de acordo com os critérios da IS nº 00-002, conforme estabelecido abaixo:

Área	Aeródromos abrangidos	Prerrogativas e limitações
Cuiabá	SBCY	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PP, PC, PLA, MLTE, MNTE e IFRA, em aviões de classe

Art. 2º A ANAC designará previamente, por intermédio de comunicação eletrônica, os exames de proficiência técnica que deverão ser aplicados pelo examinador credenciado.

Parágrafo único. O examinador credenciado está limitado à aplicação dos exames de proficiência técnica previamente determinados, conforme estabelecido no Art. 2º desta portaria.

Art. 3º O examinador fará jus a remuneração prevista na Portaria nº 3.796/SPO, de 16 de novembro de 2017.

Art. 4º O examinador poderá ser descredenciado ou ter seu credenciamento suspenso, a qualquer tempo, nos termos do previsto nos arts. 26, 29, 31, 32, 33 e 34 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 3.478, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta nos processos nº 00066.023002/2018-40 e 00066.029539/2018-13, resolve:

Art. 1º Autorizar a mudança de endereço da CLASSIC ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., da Rua Dr. Sergio D. Ribeiro, n° 57554, Biriça, em Bragança Paulista /SP - CEP: 12.900-000, para a Avenida Dois, Vale Eldorado, Bairro Biriça - Bragança Paulista/SP - CEP: 12900-000.

Art. 2º Renovar a autorização de funcionamento, por 5 (cinco) anos, da CLASSIC ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Avenida Dois, Aeródromo Vale Eldorado, Bairro Biriça - Bragança Paulista/SP - CEP: 12.900-000.

Art. 3º Renovar, por 5 (cinco) anos, as homologações dos cursos práticos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial de Avião (PCA) e Instrutor de Voo de Avião (INVA) da CLASSIC ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 590, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710, de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 29 de dezembro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00067.501007/2017-26. resolve:

Art. 1º Revogar a suspensão cautelar do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2014-06-0BB-02-00 emitido em favor da sociedade empresária PRESERVE TÁXI AÉREO LTDA., a partir do dia 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.762, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020837/2018-04, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito formulado pela empresa ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.427.026/0001-46, visando o afretamento de embarcação por tempo, durante o período de docagem obrigatória sequencial das embarcações "Bartolomeu Dias" e "Vicente Pinzon" pelo período total de 90 (noventa) dias, mediante procedimento de circularização ao mercado.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Regulação - SRG, desta Agência, que no prazo de 90 (noventa) dias apresente proposta de alteração normativa regulamentando as regras para afretamento de embarcações em substituição à embarcação comprovadamente docada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.763, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e pelo § 4º do art. 23 da Resolução nº 2.900-ANTAQ, de 2013, considerando o que consta do Processo nº 50300.021458/2018-23, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento formulado pelo servidor LUCAS FREITAS DE ALMEIDA, matrícula SIAPE nº 1711372, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotado atualmente na Gerência de Licitações e Contratos - GLC, com vistas à obtenção de autorização de afastamento para participar do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal pelo período de 3 (três) anos, com manutenção dos vencimentos.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 215, de 21.02.2019, publicada no DOU nº 38, seção 1, de 22.02.2019, pág. 36. Onde se lê: "...DELIBERAÇÃO Nº 215, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018..." leia-se "...DELIBERAÇÃO Nº 215, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019..."

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 025, de 31.01.2019, disponibilizada no site www.antt.gov.br e publicada no DOU nº 25, seção 1, de 05.02.2019, pág. 24. Onde se lê: "(...) conjunto semafórico na faixa de domínio da Rodovia BR-116/PR, no km 133+850m (...)"; leia-se "(...) conjunto semafórico na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, no km 133+850m (...)"

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 1.219, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n.º 50600.040629/2014-13, resolve:

Art. 1º declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins rodoviários e socioambientais, terras e benfeitorias, excluídas as áreas que compõem a faixa de domínio existente da rodovia, demais áreas pertencentes à União e aquelas declaradas pelas Portarias de declaração de Utilidade Pública nº 101/2016, de 21/01/2016 e nº 3164/2018, de 19/06/2018, delimitadas pela poligonal formada pela lista de pares de coordenadas a seguir, as quais demarcam a faixa de utilidade pública, conforme Projeto Básico de Desapropriação - Documentação para Utilidade Pública - Volume 3D1 - Tomo I - Faixa de Domínio, aprovado por Termo de Aceite emitido por Comissão constituída para este fim, constante no citado processo, conforme Portaria nº 2586 de 23 de maio de 2018, necessária à Execução das Obras de Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e acessos, na BR - 116/290/RS, no Estado do Rio Grande do Sul.

I - Coordenadas Geográficas: 480234,248 6681589,816; 480217,0014 6681570,935; 480176,1919 6681547,761; 480130,2185 6681538,332; 480083,5815 6681543,571; 480040,846 6681562,965; 480006,1954 6681594,616; 479983,0213 6681635,425; 479973,5923 6681681,399; 479978,8314 6681728,036; 480029,1449 6681904,032; 480057,7876 6682011,104; 480101,9179 6682197,399; 480113,287 6682253,048; 480135,2741 6682380,27; 480144,6504 6682418,32; 480138,7304 6682425,3; 480129,544 6682429,997; 480087,2774 6682430,975; 478452,9977 6682177,206; 478433,9898 6682084,446; 478410,1752 6682093,013; 478381,3962 6682161,719; 478334,9302 6682148,71; 478310,1053 6682135,859; 478242,2866 6682113,339; 478238,3795 6682093,778; 478230,2436 6682079,278; 478226,9946 6682063,165; 478203,9562 6682022,279; 478169,4109 6681990,513; 478126,74 6681970,977; 478080,1207 6681965,583; 478034,1163 6681974,859; 477949,4133 6682005,495; 477862,3711 6682029,116; 477771,5829 6682055,886; 477673,674 6682091,29; 477578,1929 6682132,799; 477479,585 6682179,684; 477445,8211 6682193,91; 477407,7466 6682215,818; 477374,2369 6682253,452; 476465,1729 6682589,799; 476427,502 6682603,106; 476351,5084 6682626,102; 476276,381 6682643,758; 476200,2909 6682656,647; 476123,5401 6682664,72; 476046,4332 6682667,944; 475969,2764 6682666,305; 475892,3759 6682659,811; 475807,4048 6682646,973; 475647,2477 6682613,694; 475600,3779 6682611,312; 475555,0659 6682623,53; 475515,7473 6682649,152; 475486,2709 6682685,671; 475469,5219 6682729,51; 475467,1399 6682776,38; 475479,3582 6682821,692; 475504,9805 6682861,011; 475541,4989 6682890,487; 475585,3388 6682907,236; 475755,8534 6682942,534; 475862,4214 6682958,35; 475958,1808 6682966,137; 476044,7907 6682967,976; 476138,2258 6682964,368; 476142,5259 6682965,909; 476189,4354 6682967,308; 476275,4071 6682956,066; 476360,6052 6682939,98; 476444,7568 6682919,099; 476523,8614 6682894,814; 477452,2183 6682552,154; 477463,7389 6682583,305; 477424,8892 6682938,404; 478542,1014 6682794,761; 478511,0837 6682490,589; 480040,0932 6682727,244; 480071,743 6682737,405; 480096,1873 6682741,593; 480116,3444 6682747,682; 480129,5262 6682754,762; 480142,8523 6682766,045; 480242,2554 6682868,389; 480276,969 6682914,031; 480292,0746 6682938,418; 480305,5954 6682963,717; 480327,6697 6683016,641; 480368,0738 6683150,999; 480406,1734 6683260,254; 480428,3999 6683301,588; 480462,3112

6683334,03; 480504,5878 6683354,405; 480551,0915 6683360,718; 480597,2702 6683352,352; 480638,6035 6683330,126; 480671,0455 6683296,214; 480691,4205 6683253,938; 480697,734 6683207,434; 480692,7354 6683179,842; 480706,2765 6683133,333; 480704,3553 6683086,442; 480695,8055 6683043,833; 480694,8617 6683020,831; 480686,8621 6682999,263; 480671,5578 6682932,329; 480652,5406 6682859,898; 480642,1642 6682816,025; 480633,8691 6682770,665; 480657,4144 6682742,289; 480750,8871 6682615,883; 480759,3946 6682606,296; 480772,997 6682597,482; 480862,3213 6682553,881; 480907,4584 6682533,604; 480946,8017 6682508,02; 480976,3135 6682471,53; 480993,1049 6682427,706; 480995,5322 6682380,839; 480983,3578 6682335,515; 480980,0994 6682328,209; 480954,5151 6682288,866; 480918,0252 6682259,354; 480874,2016 6682242,562; 480827,3341 6682240,135; 480782,0103 6682252,309; 480625,1177 6682323,054; 480608,5733 6682324,488; 480561,7416 6682317,725; 480502,6601 6682232,212; 480488,1262 6682206,621; 480464,226 6682152,865; 480325,471 6681687,304; 480305,2868 6681644,936; 480272,9981 6681610,879; 480234,248 6681589,816; Sistema de referência UTM Zona 22S Datum Sirgas 2000.

Art. 2º Fica revogada a Portaria/DG nº 918 de 05 de junho de 2014, publicada no DOU em 06 de junho de 2014, seção 2, página 83.

Art. 3º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 105, de 11 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 12 de fevereiro de 2019, Seção 1, página 47, onde se lê: "a contar de 27 de fevereiro de 2019", leia-se: "a contar de 23 de fevereiro de 2019".

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 680, DE 31 DE JANEIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/507 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SILIMED - INDÚSTRIA DE IMPLANTES LTDA, CNPJ nº 29.503.802/0001-04 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 748, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97339 - DELESP/DREX/SR/PF/RR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0005-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Roraima, com Certificado de Segurança nº 288/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 974, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/9844 - DPF/PCA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, CNPJ nº 43.586.056/0001-82 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.042, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/109085 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POINTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 01.485.395/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 345/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.075, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97199 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0012-35, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 2941/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.084, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/712 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VILA SUL ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.963.936/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 230/2019 (CNPJ nº 04.963.936/0001-79) e nº 208/2019 (CNPJ nº 04.963.936/0002-50).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.090, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/6480 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa GRUPO SEIXAS SEGURANÇA LTDA ME , CNPJ nº 11.485.204/0001-86, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente SAVANA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 08.782.239/0001-72:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50 (cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.091, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/8657 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0003-70, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.093, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/9552 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOMINIO ITAEMBU , CNPJ nº 54.132.147/0001-64, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.103, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/11192 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGVALE SEGURANÇA PATRIMONIAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA EPP, CNPJ nº 13.662.616/0001-70, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente ACESSE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI EPP, CNPJ nº 09.537.039/0001-17:

8 (oito) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ACESSE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI EPP, CNPJ nº 09.537.039/0001-17:

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.106, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/11569 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa ATHENAS FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 05.880.921/0001-00, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

10496 (dez mil e quatrocentas e noventa e seis) Munições calibre .380

3929 (três mil e novecentas e vinte e nove) Munições calibre 12

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

20000 (vinte mil) Gramas de pólvora

100000 (cem mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.110, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/112085 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERGIPE INDUSTRIAL SA, CNPJ nº 13.006.218/0002-86 para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 398/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.114, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/6172 - DPF/MII/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHÕES CASTOR LTDA, CNPJ nº 53.424.594/0001-24 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.118, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/10464 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa UZIL CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.068.922/0002-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Estojos calibre 38
24624 (vinte e quatro mil e seiscentos e vinte e quatro) Gramas de pólvora
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38
15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Estojos calibre .380
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.128, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/113315 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES TOCANTINS LTDA, CNPJ nº 02.470.139/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 364/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.129, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/114445 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa J.K. SEGURANCA PRIVADA - EIRELI, CNPJ nº 29.650.693/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 3022/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.130, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/115197 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa V & S SEGURANÇA PATRIMONIAL DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 11.092.610/0001-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 412/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.132, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/116462 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONTANA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 19.200.109/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 408/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.135, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/1136 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AVLIS SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 21.316.445/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 363/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.143, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/10596 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CAXIAS ESCOLA DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE SEGURANCAS LTDA, CNPJ nº 00.034.387/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 12
3500 (três mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
3500 (três mil e quinhentos) Projéteis calibre .380
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
6000 (seis mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.144, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/11447 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CASPVAP ACADEMIA DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 23.750.468/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9372 (nove mil e trezentas e setenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0086/2019 de 19/02/2019, 0087/2019 de 19/02/2019, 0088/2019 de 20/02/2019, 0089/2019 de 20/02/2019, 0090/2019 de 21/02/2019 e 0091/2019 de 21/02/2019, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039002042201920 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIAN CORDUNEANU Data Nascimento: 27/01/1985 Passaporte: 056760176 País: ROMÊNIA Mãe: GEORGETA CORDUNEANU Pai: DUMITRU CORDUNEANU; Processo: 47039002045201963 Requerente: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Thilagan Souprayane Data Nascimento: 25/01/1985 Passaporte: Z3627119 País: ÍNDIA Mãe: Vatchala Pai: Souprayane; Processo: 47039002075201970 Requerente: COMITE OLIMPICO BRASILEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALEKSANDAR PETROVIC Data Nascimento: 16/02/1959 Passaporte: 253969203 País: CROÁCIA Mãe: BISERKA PETROVIC Pai: JOLE PETROVIC; Processo: 47039002078201911 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANITA CASSIE EUSTACE Data Nascimento: 11/10/1978 Passaporte: 554408466 País: INGLATERRA Mãe: DENISE JAYNE EUSTACE Pai: STEPHEN DAVID EUSTACE; Processo: 47039002131201976 Requerente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stella Di Carlo Data Nascimento: 24/05/1985 Passaporte: YA5326315 País: ITÁLIA Mãe: Maria Grazia Scarnati Pai: Sergio Di Carlo.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001489201981 Requerente: ATLETICO CLUBE GOIANIENSE Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: RINSEI KANDA Data Nascimento: 22/09/2000 Passaporte: MU6721642 País: JAPÃO Mãe: Kanako Kanda Pai: Masahiro Kanda; Processo: 47039001717201913 Requerente: PLANALTINA ESPORTE CLUBE Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: RUSSELLE BLECK DONGMO Data Nascimento: 26/05/2001 Passaporte: 0839791 País: CAMARÕES Mãe: KITIO FRANÇOISE Pai: DJIOKENG RAVELE; Processo: 47039002088201949 Requerente: ESPORTE CLUBE BARREIRA Prazo: 5 Mês(es) Imigrante: ADAM OZERI Data Nascimento: 07/03/1998 Passaporte: 505980403 País: EUA Mãe: HANA DIMITSTEIN Pai: YIGAL OZERI; Processo: 47039002293201912 Requerente: PLANALTINA ESPORTE CLUBE Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: DUPOND LAUREL MBAMI DJEUTA Data Nascimento: 14/08/2000 Passaporte: 0705179 País: CAMARÕES Mãe: MBAYEN SIDONIE Pai: DJEUTA JEAN PAUL; Processo: 47039002294201959 Requerente: BRASILIS FUTEBOL CLUBE LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: SHOHEI KUZUYA Data Nascimento: 29/12/1996 Passaporte: TR9620503 País: JAPÃO Mãe: KIKUE KUZUYA Pai: TOMOSADA KUZUYA; Processo: 47039002425201906 Requerente: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: até 30/11/2019 Imigrante: KOHEI HATTORI Data Nascimento: 22/08/2000 Passaporte: MU 7.146.527 País: JAPÃO Mãe: NAOKO HATTORI Pai: MASAHIRO HATTORI; Processo: 47039002431201955 Requerente: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: até 30/11/2019 Imigrante: GENKI EGAWA Data Nascimento: 02/04/2000 Passaporte: MU 7.016.185 País: JAPÃO Mãe: MARIKO EGAWA Pai: MASAMI EGAWA; Processo: 47039002679201916 Requerente: SAO PAULO FUTEBOL CLUBE Prazo: até 15/06/2019 Imigrante: DEONTA MICHAEL STOCKS Data Nascimento: 11/10/1988 Passaporte: 531770951 País: EUA Mãe: DEBORA STOCKS Pai: NÃO INFORMADO.

Residência Prévia - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039002554201996 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA CARVALHO NOGUEIRA Data Nascimento: 17/05/1960 Passaporte: N602074 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RN 26 - Resolução Normativa, de 02/04/2018 (Artigo 2º):

Processo: 47039019154201839 Requerente: RAIZEN ENERGIA S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BERNARDO ROCHETA CAEIRO PEGADO MENDONÇA Data Nascimento: 15/08/1994 Passaporte: N437209 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DO ROSARIO DA FONSECA ROCHETA CAEIRO LEMOS DE MENDONÇA Pai: PEDRO INÁCIO PEGADO LEMOS DE MENDONÇA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039019819201812 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JULIAN BUENO RODRIGUEZ Data Nascimento: 02/09/1959 Passaporte: PAH573906 País: ESPANHA; Processo: 47039019976201810 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHNNATHAN KEVIN GARCIA POPE Data Nascimento: 02/01/1987 Passaporte: G19302722 País: MÉXICO; Processo: 47039020768201863 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XU YONGCHANG Data Nascimento: 20/06/1995 Passaporte: EE3267697 País: CHINA; Processo: 47039020792201801 Requerente: METROBARRA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Weidong Guan Data Nascimento: 03/10/1970 Passaporte: PE1713616 País: CHINA; Processo: 47039020801201855 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATTEO BARBONI Data Nascimento: 14/04/1978 Passaporte: YA8011602 País: ITÁLIA; Processo: 47039020912201861 Requerente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID CHRISTOPH SCHMID Data Nascimento: 16/10/1976 Passaporte: C9T3JPNL7 País: ALEMANHA Imigrante: FRANK WAHLPAHL Data Nascimento: 03/08/1968 Passaporte: C9VR7RGRM País: ALEMANHA Imigrante: LUCA BRUNO Data Nascimento: 04/10/1992 Passaporte: YA3222828 País: ITÁLIA Imigrante: MARKUS BAUMBUSCH Data Nascimento: 05/01/1970 Passaporte: C9VG3CM37

País: ALEMANHA; Processo: 47039020935201876 Requerente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KEVIN ALAN RULAND Data Nascimento: 24/04/1982 Passaporte: 594278331 País: EUA; Processo: 47039021336201870 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Janke Rostveit Heiland Data Nascimento: 29/04/1991 Passaporte: 27791995 País: NORUEGA; Processo: 47039021383201813 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NAGIREDDY VEMIREDDI Data Nascimento: 20/11/1977 Passaporte: J0662383 País: ÍNDIA; Processo: 47039021475201801 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DELBERT JARAY CHANGSUN Data Nascimento: 09/03/1985 Passaporte: 350596330 País: CHINA; Processo: 47039000083201981 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: até 20/04/2019 Imigrante: MASASHIGE SATO Data Nascimento: 25/07/1971 Passaporte: TR8101018 País: JAPÃO; Processo: 47039000092201972 Requerente: GRIFOLS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SERGIO MARTIN EGEA Data Nascimento: 27/02/1988 Passaporte: PAE239253 País: ESPANHA; Processo: 47039000114201902 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KINJI HIDA Data Nascimento: 13/01/1972 Passaporte: TR9913111 País: JAPÃO; Processo: 47039000115201949 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MASATO OYAMA Data Nascimento: 24/04/1959 Passaporte: TK2025681 País: JAPÃO; Processo: 47039000116201993 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOSHIZAKU YAGI Data Nascimento: 18/11/1959 Passaporte: TR9237843 País: JAPÃO; Processo: 47039000210201942 Requerente: ARAUCO DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Aldo Giovanni Vaghetti Data Nascimento: 01/11/1952 Passaporte: YA8018602 País: ITÁLIA; Processo: 47039000308201908 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YECHEN FANG Data Nascimento: 16/11/1996 Passaporte: E60467195 País: CHINA; Processo: 47039000376201969 Requerente: CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ASIER EGAÑA GOMEZ Data Nascimento: 14/05/1993 Passaporte: PAD659199 País: ESPANHA; Processo: 47039000378201958 Requerente: CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID STEPHEN WILLIAM GRAY Data Nascimento: 20/04/1987 Passaporte: 531085131 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000380201927 Requerente: CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUILLERMO RODRIGUEZ MARCOS Data Nascimento: 23/09/1974 Passaporte: PAH655572 País: ESPANHA; Processo: 47039000450201947 Requerente: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Robert Michael Arcari Data Nascimento: 15/09/1960 Passaporte: 720111141 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000534201981 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HUI CHEN Data Nascimento: 01/10/1976 Passaporte: G57779176 País: CHINA; Processo: 47039000544201916 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUANGHUI WEI Data Nascimento: 25/07/1990 Passaporte: ED7769952 País: CHINA; Processo: 47039000546201913 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTIAN HENRI JOSEPH HERTAY Data Nascimento: 22/05/1961 Passaporte: EN944528 País: BÉLGICA; Processo: 47039000740201991 Requerente: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: AARON DAVIS RUPP Data Nascimento: 15/02/1973 Passaporte: 642440965 País: EUA; Processo: 47039000741201935 Requerente: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: DONALD MILLER ROSENDALE Data Nascimento: 28/03/1959 Passaporte: 483905086 País: EUA; Processo: 47039000981201930 Requerente: IMC CONSULTORIA E REPRESENTACAO COMERCIAL INTERNACIONAL LTDA Prazo: até 18/07/2019 Imigrante: RUNE BRATLAND MOSEIDJORD Data Nascimento: 10/09/1989 Passaporte: 32901521 País: NORUEGA; Processo: 47039000994201917 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRÉDÉRIC OLIVIER BILAND Data Nascimento: 07/01/1991 Passaporte: X1296601 País: SUIÇA; Processo: 47039000996201906 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUY PHILIPPE SONINO Data Nascimento: 24/07/1967 Passaporte: X2371888 País: SUIÇA; Processo: 47039000998201997 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSÉ ENRIQUE GARCIA VAZQUEZ Data Nascimento: 21/11/1973 Passaporte: XDC479370 País: ESPANHA; Processo: 47039001297201975 Requerente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 30/09/2019 Imigrante: AVIR RAMKISSOON Data Nascimento: 13/05/1987 Passaporte: M00251167 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039001312201985 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FINN WANGER Data Nascimento: 12/12/1989 Passaporte: C1C2ZF410 País: ALEMANHA; Processo: 47039001313201920 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Antonius Andreas Johannes Maria Brouwer Data Nascimento: 31/12/1970 Passaporte: BX1R46240 País: PAÍSES BAIXOS; Processo: 47039001314201974 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Aron Teunissen Data Nascimento: 26/10/1987 Passaporte: BFDB39165 País: PAÍSES BAIXOS; Processo: 47039001315201919 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VALENTIN MARIUS NICOLESCU Data Nascimento: 09/06/1970 Passaporte: 052825657 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001316201963 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VÍTOR JOSÉ MONTEIRO DA SILVA ALHO Data Nascimento: 12/04/1968 Passaporte: P494334 País: PORTUGAL; Processo: 47039001317201916 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bram Van Cauwenberghe Data Nascimento: 21/01/1982 Passaporte: EP182402 País: BÉLGICA; Processo: 47039001319201905 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RICHARD SEEBERGER Data Nascimento: 06/11/1962 Passaporte: CG8R9989W País: ALEMANHA; Processo: 47039001318201952 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PRASHANT PRAKASH SALI Data Nascimento: 16/06/1985 Passaporte: S5380024 País: ÍNDIA; Processo: 47039001320201921 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bram Van Der Elst Data Nascimento: 06/05/1976 Passaporte: EP524457 País: BÉLGICA; Processo: 47039001322201911 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Daniel Leonardus Van Der Hoorn Data Nascimento: 03/12/1989 Passaporte: BX0JKH03 País: HOLANDA; Processo: 47039001324201918 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: David De Gucht Data Nascimento: 06/06/1975 Passaporte: EM178341 País: BÉLGICA; Processo: 47039001328201998 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Frank Evert Ernst Goedhart Data Nascimento: 04/01/1978 Passaporte: NMB9H2PF4 País: HOLANDA; Processo: 47039001331201910 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gianni Diana N. Vanhegen Data Nascimento: 02/08/1996 Passaporte: EP305392 País: BÉLGICA; Processo: 47039001333201909 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gijsbertus Jacobus Maria Van Der Gun Data Nascimento: 26/10/1983 Passaporte: 8T123RHD3 País: HOLANDA; Processo: 47039001363201915 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jacob Van De Meeberg Data Nascimento: 30/07/1959 Passaporte: NVC8PL8CO País: HOLANDA; Processo: 47039001367201995 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jakob Huivenaar Data Nascimento: 30/09/1966 Passaporte: NS37R9L62 País: HOLANDA; Processo: 47039001379201910 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jeffrey Lionel Fortes Data Nascimento: 03/12/1987 Passaporte: NP32H2BL6 País: HOLANDA; Processo: 47039001381201999 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marinus Wilhelmus Walterus Robben Data Nascimento: 30/06/1965 Passaporte: BGDLRBFK2 País: HOLANDA; Processo: 47039001387201966 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Martin Roy Riethof Data Nascimento: 27/07/1987 Passaporte: BWLP1JKK1 País: HOLANDA; Processo: 47039001390201980 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Martinus Wim Den Boer Data Nascimento: 19/06/1959 Passaporte: BKLD2H840 País: HOLANDA; Processo: 47039001392201979 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Omar Doualla Data Nascimento: 15/05/1959 Passaporte: NNKD96F12 País: HOLANDA; Processo: 47039001397201900 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Peter Van Olphen Data Nascimento: 18/03/1968 Passaporte: NS235DF85 País: HOLANDA; Processo: 47039001399201991 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Pieter Leendert Willem De Kam Data Nascimento: 03/01/1969 Passaporte: NTPB33RD0 País: HOLANDA; Processo: 47039001422201947 Requerente: MAGNESIUM DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alvaro Fonseca Santesteban Data Nascimento: 05/05/1978 Passaporte: PAB930994 País: ESPANHA Imigrante: Asier Gomez Larrainzar Data Nascimento: 04/08/1985 Passaporte: PAH556868 País: ESPANHA Imigrante: Jose Antonio Aparicio Martin Data Nascimento: 07/06/1971 Passaporte: AAE341883 País: ESPANHA; Processo: 47039001439201902 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THAMEEM BASHA MOHAMMAD ANWAR Data Nascimento: 18/11/1974 Passaporte: M9854503 País: ÍNDIA; Processo: 47039001443201962 Requerente: UNITED BARCODE SYSTEMS DO BRASIL - LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JESUS ESTRADA DONIZ Data Nascimento: 13/12/1983 Passaporte: G28302169 País: MÉXICO; Processo: 47039001444201915 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XIAOLONG LIU Data Nascimento: 06/03/1981 Passaporte: PE1020205 País: CHINA; Processo: 47039001453201906 Requerente: RAYTHEON ANSCHUTZ DO BRASIL SISTEMAS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nathan Andrew Blinder Data Nascimento: 21/02/1981 Passaporte: AE904166 País: CANADÁ; Processo: 47039001459201975 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL ANDREAS ROTTINGER Data Nascimento: 22/03/1988 Passaporte: CFZ8F3VWV País: ALEMANHA; Processo: 47039001463201933 Requerente: EXTERRAN SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIDIER PARRA NAVARRO Data Nascimento: 09/04/1967 Passaporte: AR283666 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001462201999 Requerente: FRANK'S INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Joseph Harry Higginbotham Data Nascimento: 08/06/1972 Passaporte: 552971947 País: EUA; Processo: 47039001469201919 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: MAKOTO FUJISAWA Data Nascimento: 12/01/1957 Passaporte: TR3366299 País: JAPÃO; Processo: 47039001467201911 Requerente: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Fabio De Simone Data Nascimento: 30/05/1988 Passaporte: YA7344962 País: ITÁLIA;

Processo: 47039001468201966 Requerente: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Giuseppe De Donno Data Nascimento: 13/11/1960 Passaporte: YA2487317 País: ITÁLIA; Processo: 47039001470201935 Requerente: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Luca Pinato Data Nascimento: 23/01/1984 Passaporte: YB2441564 País: ITÁLIA; Processo: 47039001474201913 Requerente: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Salvatore Della Sala Data Nascimento: 23/03/1964 Passaporte: YA9037994 País: ITÁLIA; Processo: 47039001496201983 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Johann Aurélien Gwénaël Florent Sébillot Data Nascimento: 08/11/1983 Passaporte: 12DI57123 País: FRANÇA; Processo: 47039001497201928 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mikel Blanco Garcia Data Nascimento: 25/03/1989 Passaporte: PAG945634 País: ESPANHA; Processo: 47039001498201972 Requerente: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL AHLRICHS UNTENER Data Nascimento: 23/08/1991 Passaporte: 5212234503 País: EUA; Processo: 47039001503201947 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NING DING Data Nascimento: 25/08/1986 Passaporte: EE0002298 País: CHINA; Processo: 47039001505201936 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: ANDREAS MITTERMAIR Data Nascimento: 02/07/1992 Passaporte: U1541729 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039001507201925 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 185 Dia(s) Imigrante: TAKAYOSHI HINO Data Nascimento: 04/04/1984 Passaporte: TK0751669 País: JAPÃO; Processo: 47039001532201917 Requerente: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANUEL AFONSO TEIXEIRA MOREIRA Data Nascimento: 26/01/1957 Passaporte: 15FV18358 País: FRANÇA; Processo: 47039001533201953 Requerente: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ludovic Jean Le Gall Data Nascimento: 20/08/1980 Passaporte: 13FV11078 País: FRANÇA; Processo: 47039001546201922 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hendrik Pieter Brands Data Nascimento: 02/03/1973 Passaporte: BR007R802 País: HOLANDA; Processo: 47039001551201935 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ian Looijschelder Data Nascimento: 03/08/1988 Passaporte: NPRF1KKD0 País: HOLANDA; Processo: 47039001557201911 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Maye Henderikus de Wolff Data Nascimento: 02/12/1988 Passaporte: NNJ12BKH4 País: HOLANDA; Processo: 47039001560201926 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Nico François J. Mortier Data Nascimento: 15/07/1966 Passaporte: EP435734 País: BÉLGICA; Processo: 47039001563201960 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Peter Hemme Teerling Data Nascimento: 26/07/1960 Passaporte: NX6P025H9 País: HOLANDA; Processo: 47039001567201948 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: René Spuijbroek Data Nascimento: 16/10/1969 Passaporte: BL6RCC964 País: HOLANDA; Processo: 47039001569201937 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Richard Rudolfus Joannes Peterse Data Nascimento: 16/01/1989 Passaporte: BRK08KD58 País: HOLANDA; Processo: 47039001577201983 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Rob Laurens Ackermans Data Nascimento: 14/08/1989 Passaporte: BNCB9KKB5 País: HOLANDA; Processo: 47039001579201972 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ronald Hubertus Jozef Gesthuizen Data Nascimento: 21/03/1965 Passaporte: BER1C0766 País: HOLANDA; Processo: 47039001597201954 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ronald Jacobus Antonius Deenen Data Nascimento: 13/04/1972 Passaporte: NRJ19D406 País: HOLANDA; Processo: 47039001599201943 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Vince Van Der Lee Data Nascimento: 27/04/1996 Passaporte: NVJ1LK6R6 País: HOLANDA; Processo: 47039001601201984 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Willem Wouter Mange Data Nascimento: 31/01/1972 Passaporte: BEJ70P934 País: HOLANDA; Processo: 47039001639201957 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrzej Stanislaw Stefaniec Data Nascimento: 19/05/1980 Passaporte: ER7036357 País: POLÔNIA; Processo: 47039001640201981 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bartlomiej Piotr Bloda Data Nascimento: 29/04/1988 Passaporte: EN4252798 País: POLÔNIA; Processo: 47039001641201926 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Chris David Data Nascimento: 09/01/1972 Passaporte: C7HZY5TFR País: ALEMANHA; Processo: 47039001642201971 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Janusz Curylo Data Nascimento: 14/04/1972 Passaporte: EN1921501 País: POLÔNIA; Processo: 47039001645201912 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 22/03/2019 Imigrante: FLORIAN WEINEIS Data Nascimento: 30/11/1977 Passaporte: U0166007 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039001644201960 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Krzysztof Marian Kufel Data Nascimento: 01/02/1971 Passaporte: EN8747119 País: POLÔNIA; Processo: 47039001706201933 Requerente: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RONNY APEL Data Nascimento: 14/04/1975 Passaporte: CFT4L6Z1K País: ALEMANHA; Processo: 47039001725201960 Requerente: JOHNSON CONTROLS PS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XIN XIE Data Nascimento: 26/04/1979 Passaporte: XIN XIE País: CHINA; Processo: 47039001727201959 Requerente: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: ROBERT OTTL Data Nascimento: 13/03/1974 Passaporte: P5006879 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039001736201940 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DONGHYUN JO Data Nascimento: 09/12/1990 Passaporte: M07701638 País: CORÉIA; Processo: 47039001737201994 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Michael Christopher Neal Data Nascimento: 01/09/1988 Passaporte:

506129848 País: EUA; Processo: 47039001739201983 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHRISTIAN KARL-HEINZ MALLONN Data Nascimento: 08/01/1967 Passaporte: C23FVR545 País: ALEMANHA Imigrante: JOSCHA RITTER Data Nascimento: 26/04/1975 Passaporte: C24XR2LKC País: ALEMANHA; Processo: 47039001745201931 Requerente: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEDONG JEONG Data Nascimento: 27/01/1979 Passaporte: M23072019 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001746201985 Requerente: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEUNGHO KIM Data Nascimento: 13/09/1985 Passaporte: M21178672 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001747201920 Requerente: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JONGYOUNG BAEK Data Nascimento: 20/02/1981 Passaporte: M98688550 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001748201974 Requerente: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANGGUN SIM Data Nascimento: 30/03/1973 Passaporte: M79336770 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001749201919 Requerente: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEONGKWAN PARK Data Nascimento: 26/06/1977 Passaporte: M62905880 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001750201943 Requerente: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MYUNG KUN CHO Data Nascimento: 18/02/1958 Passaporte: M42519545 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001758201918 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Antony Thomas Data Nascimento: 13/03/1984 Passaporte: Z3532796 País: ÍNDIA; Processo: 47039001766201956 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ABHIRAM KOTHAMACHU Data Nascimento: 08/06/1987 Passaporte: K8362196 País: ÍNDIA; Processo: 47039001768201945 Requerente: HYUNDAI DYMOS FABRICACAO DE AUTO PECAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KITAK BAE Data Nascimento: 10/02/1981 Passaporte: M83304255 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001773201958 Requerente: GRID SOLUTIONS TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARUTHI DODDACHALLUR NAGABUSHAN Data Nascimento: 06/08/1988 Passaporte: J0772938 País: ÍNDIA; Processo: 47039001779201925 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Burin Singhala Data Nascimento: 23/11/1978 Passaporte: AA4661967 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039001782201949 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAJANBABU KALIAMOORTHY Data Nascimento: 29/05/1974 Passaporte: Z4556473 País: ÍNDIA; Processo: 47039001783201993 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GOBIKANNAN MANIMARAN Data Nascimento: 01/06/1976 Passaporte: Z4556475 País: ÍNDIA; Processo: 47039001784201938 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mandeep Singh Data Nascimento: 21/09/1979 Passaporte: N7231993 País: ÍNDIA; Processo: 47039001786201927 Requerente: STANLEY ELECTRIC DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MOTOFUMI MASE Data Nascimento: 04/02/1986 Passaporte: TR 8630491 País: JAPÃO; Processo: 47039001793201929 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MERU ANAK SALANG Data Nascimento: 08/12/1979 Passaporte: K36380546 País: MALÁSIA; Processo: 47039001796201962 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: POORNA REGHURAMAN Data Nascimento: 28/01/1983 Passaporte: Z4718055 País: ÍNDIA; Processo: 47039001803201926 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PRAKASH GOVINDARAJAN Data Nascimento: 31/10/1967 Passaporte: P2506632 País: ÍNDIA; Processo: 47039001808201959 Requerente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KUNTAL SEN Data Nascimento: 16/06/1971 Passaporte: N9274196 País: ÍNDIA; Processo: 47039001811201972 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DARRYL KENNETH FERGUSON Data Nascimento: 07/07/1989 Passaporte: 556932244 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001813201961 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GEORGE CALDER Data Nascimento: 29/12/1981 Passaporte: 506511430 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001815201951 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PENG LIU Data Nascimento: 04/02/1987 Passaporte: EE6915183 País: CHINA; Processo: 47039001814201914 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IAN ALEXANDER TOLMIE Data Nascimento: 21/07/1963 Passaporte: 509797903 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001816201903 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PETER JOHN FINLAY Data Nascimento: 30/03/1980 Passaporte: 539458220 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001818201994 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEPHEN MATHEW CAMERON Data Nascimento: 30/06/1980 Passaporte: 801723923 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001821201916 Requerente: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIVIU ACIOCIRLANOAEI Data Nascimento: 23/07/1969 Passaporte: 053802277 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001825201996 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PRABHGUN SINGH Data Nascimento: 14/02/1989 Passaporte: R3785544 País: ÍNDIA; Processo: 47039001841201989 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUAN CARLOS OSIO Data Nascimento: 08/08/1975 Passaporte: 577811430 País: EUA; Processo: 47039001842201923 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL MALSAM Data Nascimento: 27/05/1982 Passaporte: CH05K52MK País: ALEMANHA; Processo: 47039001843201978 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RYAN GRAHAM EDMONDS Data Nascimento: 10/06/1977 Passaporte: 548918768 País: EUA; Processo: 47039001854201958 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL CHARLES NIEMANN Data Nascimento: 19/01/1984 Passaporte: 500681856 País: EUA; Processo: 47039001855201901 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JORDAN GREGORY DEMARS Data Nascimento: 08/10/1991 Passaporte: 499401381 País: EUA; Processo: 47039001867201927 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RICHARD EARL OSWALT Data Nascimento: 16/09/1960 Passaporte: 527092757 País: EUA; Processo: 47039001871201995 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERT WYLIE JENKINS III Data Nascimento: 25/10/1982 Passaporte: 488088578 País: EUA; Processo: 47039002567201965 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RENE MARIA FREREJEAN Data Nascimento: 02/05/1965 Passaporte: BE8DJ9R45 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039001956201973 Requerente: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARTHUR ROGER BERNARD VIARD Data Nascimento: 09/11/1994 Passaporte: 17EE36459 País: FRANÇA; Processo: 47039002255201951 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER JAMES JOHNSON Data Nascimento: 01/11/1994 Passaporte: 549825977 País: EUA;

Processo: 47039002332201973 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Franz Dieter Bobscheck-Born Data Nascimento: 20/11/1962 Passaporte: C8RZZ54JZ País: ALEMANHA; Processo: 47039002337201904 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ENRICO MANCA Data Nascimento: 02/05/1991 Passaporte: YB0853723 País: ITÁLIA; Processo: 47039002339201995 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JONATHAN RICKARD KARLSSON Data Nascimento: 08/09/1996 Passaporte: 90005770 País: SUÉCIA Imigrante: VASILE CHRISTEA Data Nascimento: 08/08/1968 Passaporte: 88368982 País: SUÉCIA; Processo: 47039002342201917 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSEBA PERCAZ GASTESI Data Nascimento: 01/11/1981 Passaporte: PAI316354 País: ESPANHA; Processo: 47039002347201931 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BO TORSTEN WILLY SOEFGREN Data Nascimento: 07/08/1957 Passaporte: 95631980 País: SUÉCIA; Processo: 47039002349201921 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BO CARL KRISTIAN NOERGAARD NIELSEN Data Nascimento: 26/04/1958 Passaporte: 90929791 País: SUÉCIA; Processo: 47039002402201993 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIFENG XIA Data Nascimento: 26/11/1972 Passaporte: G41860708 País: CHINA; Processo: 47039002403201938 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JINBO ZHAO Data Nascimento: 04/09/1986 Passaporte: EA9628630 País: CHINA; Processo: 47039002415201962 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERTO GIANNINI Data Nascimento: 21/05/1977 Passaporte: YA7453629 País: ITÁLIA; Processo: 47039002433201944 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GHEORGHE VOICILAS Data Nascimento: 03/10/1971 Passaporte: 056729517 País: ROMÊNIA; Processo: 47039002435201933 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MILAN PANIK Data Nascimento: 07/01/1993 Passaporte: BA9444959 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039002438201977 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAN HUDCOVSKY Data Nascimento: 04/01/1978 Passaporte: BD4899092 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039002477201974 Requerente: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PABLO PIDAL MIRANDA Data Nascimento: 25/03/1984 Passaporte: PAB220730 País: ESPANHA; Processo: 47039002478201919 Requerente: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAVIER ROSADO SANCHEZ-IZQUIERDO Data Nascimento: 05/09/1987 Passaporte: PAB912220 País: ESPANHA; Processo: 47039002507201942 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HALLVARD BAKKE Data Nascimento: 05/12/1980 Passaporte: 30076228 País: NORUEGA; Processo: 47039002530201937 Requerente: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TORSTEN KARN Data Nascimento: 19/11/1979 Passaporte: C32H5R8JK País: ALEMANHA; Processo: 47039002535201960 Requerente: MESNAC BRASIL EQUIPAMENTOS PNEUMATICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHENGZHEN WANG Data Nascimento: 25/05/1987 Passaporte: E62230767 País: CHINA Imigrante: MINGFENG SUN Data Nascimento: 23/01/1985 Passaporte: E88893773 País: CHINA Imigrante: QING YANG Data Nascimento: 06/07/1986 Passaporte: EC0025883 País: CHINA Imigrante: SHANJIE SHEN Data Nascimento: 12/06/1986 Passaporte: E35348992 País: CHINA Imigrante: ZHIGUO WANG Data Nascimento: 17/11/1996 Passaporte: E83722948 País: CHINA; Processo: 47039002536201912 Requerente: HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: David Kilvington Data Nascimento: 16/05/1957 Passaporte: 510717717 País: INGLATERRA; Processo: 47039002537201959 Requerente: HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Gary Powell Data Nascimento: 29/08/1960 Passaporte: 555322707 País: INGLATERRA; Processo: 47039002538201901 Requerente: HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Maxim Sergeyevich Sotnik Data Nascimento: 14/11/1984 Passaporte: 498455232 País: EUA; Processo: 47039002541201917 Requerente: HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Simon Barry Fielding Data Nascimento: 11/12/1981 Passaporte: 510328432 País: INGLATERRA; Processo: 47039002559201919 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKASHI KATSUBE Data Nascimento: 17/10/1981 Passaporte: TS2757958 País: JAPÃO; Processo: 47039002581201969 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHAD WESLEY LAVESPERE Data Nascimento: 24/05/1975 Passaporte: 531259716 País: EUA; Processo: 47039002569201954 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: GEE ESPINOSA UY Data Nascimento: 10/09/1981 Passaporte: P1481858A País: FILIPINAS; Processo: 47039002570201989 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: RYUJI TSUJI Data Nascimento: 11/01/1952 Passaporte: TS0946378 País: JAPÃO; Processo: 47039002571201923 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: YUICHI NAGANO Data Nascimento: 07/05/1972 Passaporte: TZ0851075 País: JAPÃO; Processo: 47039002572201978 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: AKIHIRO FUJIBAYASHI Data Nascimento: 09/06/1993 Passaporte: TR5405156 País: JAPÃO; Processo: 47039002584201901 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ERIC GENE DAUZAT Data Nascimento: 29/08/1975 Passaporte: 573166473 País: EUA; Processo: 47039002601201900 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BEN AHMED HOUCINE Data Nascimento: 16/04/1959 Passaporte: 548582644 País: EUA; Processo: 47039002617201912 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREAS FUCHS Data Nascimento: 03/03/1987 Passaporte: CG2W1N42R País: ALEMANHA; Processo: 47039002677201927 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XUANDA CHEN Data Nascimento: 05/01/1995 Passaporte: EE4123273 País: CHINA; Processo: 47039002678201971 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MINGJIN CHENG Data Nascimento: 29/03/1980 Passaporte: EC9400097 País: CHINA; Processo: 47039002708201940 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Remko Michael de Hoog Data Nascimento: 30/03/1986 Passaporte: NY6HPP6P5 País: HOLANDA; Processo: 47039002710201919 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Henricus Petrus Theodorus Johannes Vlemmings Data Nascimento: 25/04/1983 Passaporte: NU7H04P22 País: HOLANDA; Processo: 47039002714201905 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sander Groot Data Nascimento: 17/06/1982 Passaporte: NPLBF2F22 País: HOLANDA; Processo: 47039002715201941 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stijn de Vries Data Nascimento: 14/10/1983 Passaporte: NX14RPBJ9 País: HOLANDA; Processo: 47039002716201996 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ivo Schutt Data Nascimento: 21/10/1977 Passaporte: NP6PD1DB1 País: HOLANDA; Processo: 47039002718201985 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jeroen Simon Henricus Migchels Data Nascimento: 26/03/1973 Passaporte: BRFRFJB90 País: HOLANDA; Processo: 47039002750201961 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NAOKI YAMASHITA Data Nascimento: 08/12/1961 Passaporte: TR8388593 País: JAPÃO; Processo: 47039002748201991 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kai-Uwe Merz Data Nascimento: 17/10/1970 Passaporte: C5YG0J7RV País: ALEMANHA; Processo: 47039002754201949 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHINICHI KONISHI Data Nascimento: 14/06/1974 Passaporte: TR3939725 País: JAPÃO; Processo: 47039002757201982 Requerente: ARAUCO DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL RYAN LEYEN Data Nascimento: 05/11/1980 Passaporte: GI898475 País: CANADÁ; Processo: 47039002756201938 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NORIHIRO YAMAMOTO Data Nascimento: 07/06/1971 Passaporte: TK2678757 País: JAPÃO; Processo: 47039002789201988 Requerente: BRASKEM S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHINJI SUGIMOTO Data Nascimento: 18/04/1987 Passaporte: TS0247774 País: JAPÃO Imigrante: YOSUKE TAKEOKA Data Nascimento: 18/05/1991 Passaporte: TK5184572 País: JAPÃO; Processo: 47039002759201971 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TSUNEHIRO NAKAMATSU Data Nascimento: 11/04/1970 Passaporte: TK5599393 País: JAPÃO; Processo: 47039002762201995 Requerente: ARAUCO DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mark Andrew Strand Data Nascimento: 28/06/1963 Passaporte: 591023742 País: EUA; Processo: 47039002775201964 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERT JOSEPH SOJA II Data Nascimento: 26/08/1963 Passaporte: 506139563 País: EUA; Processo: 47039002777201953 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DIEGO BOLIS Data Nascimento: 01/12/1986 Passaporte: YA2566351 País: ITÁLIA; Processo: 47039002786201944 Requerente: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DOMINIK SCHNEEBERGER Data Nascimento: 14/04/1990 Passaporte: U1528418 País: ÁUSTRIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039002106201992 Requerente: TABATEX COMERCIO E REPRESENTACOES TEXTEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: EDWIN RONOLD LAZAR Data Nascimento: 21/09/1986 Passaporte: H8840038 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039000077201924 Requerente: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EMANUEL ENRIQUE PORRAS CHACON Data Nascimento: 23/08/1990 Passaporte: F150024 País: COSTA RICA; Processo: 47039000818201977 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SACHIN SHAMRAO PATIL Data Nascimento: 28/11/1981 Passaporte: P0578248 País: ÍNDIA; Processo: 47039000874201910 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TOMASZ WALDEMAR NOWACKI Data Nascimento: 11/12/1975 Passaporte: EL6606443 País: POLÔNIA; Processo: 47039000971201902 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BARTLOMIEJ MICHAL NOWAKOWSKI Data Nascimento: 16/09/1982 Passaporte: ER1147233 País: POLÔNIA; Processo: 47039001037201908 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA.

Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DARIUSZ OWSINSKI Data Nascimento: 19/12/1973 Passaporte: EB6802867 País: POLÔNIA; Processo: 47039001039201999 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAN RADUCHA Data Nascimento: 31/01/1966 Passaporte: EE4670140 País: POLÔNIA; Processo: 47039001041201968 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JANUSZ WISNIEWSKI Data Nascimento: 22/10/1966 Passaporte: ED9064235 País: POLÔNIA; Processo: 47039001042201911 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KAZIMIERZ SCIESINSKI Data Nascimento: 16/06/1971 Passaporte: ED6051007 País: POLÔNIA; Processo: 47039001043201957 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIUSZ ADAM MAZA Data Nascimento: 27/03/1962 Passaporte: EH3209267 País: POLÔNIA; Processo: 47039001044201900 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIECZYSLAW ANDRZEJ MIOTKE Data Nascimento: 07/05/1966 Passaporte: EE8777306 País: POLÔNIA; Processo: 47039001217201981 Requerente: ZARPA CREW SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JANUSZ WROTNY Data Nascimento: 12/01/1974 Passaporte: EL4196328 País: POLÔNIA; Processo: 47039001465201922 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JYOTHI PRIYANKA NOOGURI Data Nascimento: 17/10/1994 Passaporte: M2544468 País: ÍNDIA; Processo: 47039001939201936 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHIWEI WANG Data Nascimento: 05/07/1981 Passaporte: E15599363 País: CHINA; Processo: 47039001944201949 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IULIAN NICHIFOR Data Nascimento: 24/06/1968 Passaporte: 053023017 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001945201993 Requerente: ORIZONTA CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANGELA MARIA RAMIREZ CAMACHO Data Nascimento: 08/02/1989 Passaporte: AM574583 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001946201938 Requerente: ORIZONTA CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YEISOHN EDUARDO ROMERO FORERO Data Nascimento: 30/09/1992 Passaporte: AP223598 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001958201962 Requerente: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Antti Matti Johannes Lemettinen Data Nascimento: 01/09/1977 Passaporte: FP1682615 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039002087201902 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Pradheepkumar Thirugnana Sambandan Data Nascimento: 13/06/1983 Passaporte: N0111966 País: ÍNDIA; Processo: 47039002095201941 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAVI NARENDRAKUMAR MEHTA Data Nascimento: 25/10/1992 Passaporte: L6271391 País: ÍNDIA; Processo: 47039002130201921 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIYUSH KUMAR PATHAK Data Nascimento: 25/03/1991 Passaporte: L5877597 País: ÍNDIA; Processo: 47039002147201989 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stephen Alfred Dale Data Nascimento: 05/06/1959 Passaporte: 529495296 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039002185201931 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HEMAGEETHIKA GAJULA Data Nascimento: 27/12/1993 Passaporte: M5179081 País: ÍNDIA; Processo: 47039002254201915 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DATTATRAYA GANPAT BARAVKAR Data Nascimento: 10/07/1986 Passaporte: N0500954 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001406201913 Requerente: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Patryk Wysocki Data Nascimento: 02/11/1993 Passaporte: EN3292278 País: POLÔNIA; Processo: 47041001438201919 Requerente: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Adriano Vicenzutto Data Nascimento: 24/06/1968 Passaporte: YB0637321 País: ITÁLIA Imigrante: Gaetano Buglisi Data Nascimento: 30/12/1993 Passaporte: YB0218390 País: ITÁLIA Imigrante: Gianfranco Struzzo Data Nascimento: 13/09/1959 Passaporte: YB2539104 País: ITÁLIA Imigrante: Marco Bet Data Nascimento: 27/09/1991 Passaporte: YA7884589 País: ITÁLIA Imigrante: Matteo Cannelonga Data Nascimento: 22/10/1981 Passaporte: YB0710947 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000511201927 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marc Santos Data Nascimento: 04/01/1972 Passaporte: 16FV06101 País: FRANÇA; Processo: 47041000565201992 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sebastian François José Gerrits Data Nascimento: 27/06/1966 Passaporte: BW0DRK131 País: PAÍSES BAIXOS; Processo: 47041000573201939 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julien Jean Gerard Mazallon Data Nascimento: 27/01/1972 Passaporte: 11CC55535 País: FRANÇA; Processo: 47041000633201913 Requerente: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Eleodoro Leoner Flores Rodriguez Data Nascimento: 14/04/1965 Passaporte: 149452566 País: VENEZUELA; Processo: 47041000635201911 Requerente: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Yovanny Moreno Tarazona Data Nascimento: 27/01/1990 Passaporte: AO817912 País: COLÔMBIA; Processo: 47041000646201992 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: GANGGANG WANG Data Nascimento: 09/09/1984 Passaporte: PE0845352 País: CHINA Imigrante: SHUANGJIAN HU Data Nascimento: 01/09/1988 Passaporte: PE1129055 País: CHINA Imigrante: WEI ZHANG Data Nascimento: 09/11/1989 Passaporte: PE1129041 País: CHINA Imigrante: YA SONG Data Nascimento: 23/10/1983 Passaporte: PE0845335 País: CHINA Imigrante: YUE ZHAO Data Nascimento: 29/12/1986 Passaporte: PE0845338 País: CHINA; Processo: 47041000650201951 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: LINBIN WANG Data Nascimento: 07/08/1985 Passaporte: PE0935391 País: CHINA Imigrante: WENHUA LI Data Nascimento: 15/03/1972 Passaporte: PE1137919 País: CHINA; Processo: 47041000694201981 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: ANDRZEJ KLEIN Data Nascimento: 19/10/1960 Passaporte: EN0263882 País: POLÔNIA; Processo: 47041000742201931 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: Ilia Bukin Data Nascimento: 31/07/1985 Passaporte: 757194064 País: RÚSSIA; Processo: 47041000744201920 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: Timur Mamaliga Data Nascimento: 08/03/1991 Passaporte: 727573555 País: RÚSSIA;

Processo: 47041000750201987 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 06/11/2020 Imigrante: ROBERT GUTTER Data Nascimento: 03/09/1962 Passaporte: NYR363JD4 País: HOLANDA; Processo: 47041000781201938 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DANIEL DOMAGALSKI Data Nascimento: 08/04/1978 Passaporte: EJ2889138 País: POLÔNIA; Processo: 47041000792201918 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2020 Imigrante: Climaco Hurtado Adran Data Nascimento: 28/05/1966 Passaporte: EC2680863 País: FILIPINAS Imigrante: Glen Araneta Napilot Data Nascimento: 20/05/1970 Passaporte: P2628921A País: FILIPINAS; Processo: 47041000797201941 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: até 17/02/2020 Imigrante: WILLIAM ALAN STEPHEN PAISLEY Data Nascimento: 05/06/1991 Passaporte: 505433507 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041000800201926 Requerente: MAERSK SUPPLY AMERICA LATINA SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PER JUUL CHRISTIANSEN Data Nascimento: 19/11/1975 Passaporte: 207140781 País: DINAMARCA; Processo: 47041000807201948 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: GALIN SASHEV PAVLOV Data Nascimento: 19/12/1982 Passaporte: 384181378 País: BULGÁRIA; Processo: 47041000808201992 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/09/2020 Imigrante: NIEL AZUCENA AMANTE Data Nascimento: 27/11/1967 Passaporte: P0314555B País: FILIPINAS; Processo: 47041000810201961 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: ANDY FRANKY DE PAEP Data Nascimento: 29/01/1983 Passaporte: EM112367 País: BÉLGICA; Processo: 47041000812201951 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: GREGORY CLAUDE C. HERFURTH Data Nascimento: 24/07/1986 Passaporte: EN404653 País: BÉLGICA; Processo: 47041000829201916 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: MATHIAS MARTIN C. SACRE Data Nascimento: 12/07/1988 Passaporte: EN984639 País: BÉLGICA; Processo: 47041000837201954 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: YANNICK CLOES Data Nascimento: 06/04/1982 Passaporte: EP984516 País: BÉLGICA; Processo: 47041000842201967 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Vraine Maniago Domingo Data Nascimento: 05/02/1985 Passaporte: P4682024A País: FILIPINAS; Processo: 47041000841201912 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: KURT ALMA B. VAN DER HEYDEN Data Nascimento: 13/11/1976 Passaporte: EM986318 País: BÉLGICA; Processo: 47041000859201914 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 04/12/2019 Imigrante: ARJIE SALVILLA ALINSUNURIN Data Nascimento: 15/06/1984 Passaporte: P8008246A País: FILIPINAS Imigrante: CRISENTE FRANY MARIANO Data Nascimento: 15/04/1960 Passaporte: P6387897A País: FILIPINAS Imigrante: EDUARDO REALISTA NOVELOSO Data Nascimento: 24/10/1966 Passaporte: P1701254A País: FILIPINAS Imigrante: ELBERT LOGANA SANCHEZ Data Nascimento: 23/11/1982 Passaporte: P4705825A País: FILIPINAS Imigrante: JOEL CAZAR GUAMAN Data Nascimento: 15/10/1975 Passaporte: EC7483747 País: FILIPINAS Imigrante: JOHN ESTALOGO MAHOMETANO Data Nascimento: 21/06/1972 Passaporte: P4767502A País: FILIPINAS Imigrante: JUBERT CLAMANO PROVIDO Data Nascimento: 15/04/1970 Passaporte: EC7563448 País: FILIPINAS Imigrante: NOEL ANCHETA PAÑARES Data Nascimento: 30/03/1976 Passaporte: P0771028A País: FILIPINAS Imigrante: RONWALDO ALIVIO TECSON Data Nascimento: 29/01/1981 Passaporte: EC3637209 País: FILIPINAS Imigrante: RUBEN JR, LIMA ROFLO Data Nascimento: 22/11/1974 Passaporte: P1689298A País: FILIPINAS Imigrante: SAMUEL COSTALES DELOS SANTOS Data Nascimento: 07/09/1964 Passaporte: P3063709A País: FILIPINAS; Processo: 47041000863201982 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BRADSEN SAVIO CAJETAN DSOUZA Data Nascimento: 08/11/1981 Passaporte: Z2026670 País: ÍNDIA; Processo: 47041000864201927 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: ROGELIO PINEDA SOTTO Data Nascimento: 09/03/1955 Passaporte: P9883935A País: FILIPINAS; Processo: 47041000865201971 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Ronnie Ibarra Hernandez Data Nascimento: 08/10/1985 Passaporte: P5115433A País: FILIPINAS; Processo: 47041000866201916 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2020 Imigrante: ALBERTO ROMANILLOS AGUILAR Data Nascimento: 15/11/1955 Passaporte: P7021255A País: FILIPINAS; Processo: 47041000867201961 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: CORNELIS GOVERT TIMMERMANS Data Nascimento: 05/01/1974 Passaporte: NT4815C97 País: HOLANDA; Processo: 47041000870201984 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: DANI DIELEMAN Data Nascimento: 03/10/1997 Passaporte: NU7J5L5F7 País: HOLANDA; Processo: 47041000872201973 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: DANNY MOS Data Nascimento: 02/07/1984 Passaporte: NX0H8C7F9 País: HOLANDA; Processo: 47041001373201901 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mark Charles Robinson Data Nascimento: 02/06/1964 Passaporte: 511239476 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039000123201995 Requerente: BRAZIL JINJIANG ENVIRONMENT HOLDING LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: YONG TAO Data Nascimento: 28/08/1968 Passaporte: G50899994 País: CHINA; Processo: 47039000686201983 Requerente: AZUMA KIRIN INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TOMOHIRO KOYAGO Data Nascimento: 18/10/1990 Passaporte: TK4106699 País: JAPÃO; Processo: 47039000950201989 Requerente: MINISO BRASIL COMERCIO VAREJISTA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: WANQIANG LEI Data Nascimento: 23/07/1975 Passaporte: E36608765 País: CHINA; Processo: 47039001726201912 Requerente: BYD ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: WEILIN SHAO Data Nascimento: 16/09/1972 Passaporte: E60792507 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001930201925 Requerente: VALE S.A. Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: ELVES JOSE MANUEL FRANCISCO Data Nascimento: 06/03/1985 Passaporte: 15AM79635 País: MOÇAMBIQUE; Processo: 47039001931201970 Requerente: VALE S.A. Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: REFINADO JORGE BILA Data Nascimento: 16/06/1982 Passaporte: 15AH49784 País: MOÇAMBIQUE; Processo: 47039002180201917 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LORENZO CICCONOFRI Data Nascimento: 22/06/1993 Passaporte: YB3849949 País: ITÁLIA; Processo: 47039002279201919 Requerente: HITACHI HIGH-TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: SHINYA HOSOI Data Nascimento: 22/03/1989 Passaporte: TS2656647 País: JAPÃO; Processo: 47039002315201936 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CATARINA ALEXANDRE DA FONSECA Data Nascimento: 05/05/1993 Passaporte: 15AH27807 País: MOÇAMBIQUE.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039014770201801 Requerente: 3MN BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DARIO DESTEFANIS Data Nascimento: 29/01/1966 Passaporte: YA5381534 País: ITÁLIA.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039020579201891 Requerente: DAF CAMINHOES BRASIL INDUSTRIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GERRIT JAN BROEZE Data Nascimento: 25/01/1983 Passaporte: NRRBRD4H9 País: HOLANDA Mãe: JOHANNA JULIA STEGEMAN Pai: DAAN BROEZE; Processo: 47039020934201821 Requerente: VALE DO PARANA S/A - ALCOOL E ACUCAR Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YADER JOSE LEZAMA BALDIZON Data Nascimento: 17/10/1981 Passaporte: C01951335 País: NICARÁGUA Mãe: ROSA BALDIZON VALLEJOS Pai: CARLOS RENE LEZAMA FLORES; Processo: 47039021200201860 Requerente: SOLTEC BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Pedro Minier Gerardo Data Nascimento: 29/06/1982 Passaporte: AAG293730 País: ESPANHA Mãe: Domitila Minier Gerard Pai: Não informado; Processo: 47039021213201839 Requerente: ROTA NORDESTE EPC ASSOCIADOS ENGENHARIA SPE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XIAOHAI ZHOU Data Nascimento: 21/11/1988 Passaporte: E52431102 País: CHINA Mãe: Guixiang Cao Pai: Lanting Zhou; Processo: 47039021470201871 Requerente: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMETICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Adrien Francois Regis Marie Denavit Data Nascimento: 17/10/1982 Passaporte: 13BA08927 País: FRANÇA Mãe: Francine Marie Martin Pai: Richard Marie Emile Denavit; Processo: 47039000100201981 Requerente: ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BARBARA ALEJANDRA GONZÁLEZ GONZÁLEZ Data Nascimento: 20/10/1983 Passaporte: P08376357 País: CHILE Mãe: Elizabeth del Carmen González Ulloa Pai: Neftalí Omar González Astudillo; Processo: 47039000184201952 Requerente: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sionfiala Narcisse Soro Data Nascimento: 30/10/1981 Passaporte: 16AI61871 País: COSTA DO MARFIM Mãe: Mongo Silue Pai: Folo Soro; Processo: 47039000785201965 Requerente: CLINICA DE FISIOTERAPIA BELA VISTA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Laura Elena Nuñez de La Rosa Data Nascimento: 03/02/1989 Passaporte: G28672482 País: MÉXICO Mãe: Ma. Concepcion de La Rosa Flores Pai: Juan Antonio Nuñez Medina; Processo: 47039000811201955 Requerente: MOLDIT BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Joaquim José Portugal La-Salete Data Nascimento: 27/12/1959 Passaporte: P265143 País: PORTUGAL Mãe: Maria da Encarnação Ferreira Portugal Pai: José da Silva La-Salete; Processo: 47039000836201959 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOSHIO SUGITA Data Nascimento: 10/01/1983 Passaporte: TZ0795030 País: JAPÃO Mãe: MIEKO SUGITA Pai: HIROSHI SUGITA; Processo: 47039000851201905 Requerente: LILA MODAS EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Shubham Agrawal Data Nascimento: 26/02/1996 Passaporte: R2164683 País: ÍNDIA Mãe: Anita Agrawal Pai: Ghanshyam Das Agrawal; Processo: 47039001365201904 Requerente: ALLIANZ SEGUROS S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PERE MATAMALA TEIXIDOR Data Nascimento: 03/12/1965 Passaporte: AAJ858196 País: ESPANHA Mãe: ANA MARIA TEIXIDOR RIGAT Pai: PEDRO MATAMALA PLANELLS; Processo: 47039001377201921 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gaurav Dutt Data Nascimento: 26/03/1985 Passaporte: J4754993 País: ÍNDIA Mãe: JANKI DEVI Pai: PRAYAG DUTT; Processo: 47039001446201904 Requerente: ORQUESTRA VIOLOES ENCANTADOS EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIE THERESE HOFFMANN Data Nascimento: 22/09/1987 Passaporte: C3MFZW7VV País: ALEMANHA Mãe: EVA MARIA HOFFMANN Pai: FRANK RUNKLER; Processo: 47039001861201950 Requerente: EGON

ZEHNDER INTERNATIONAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LARS JESCHIO Data Nascimento: 23/12/1983 Passaporte: C3JV5MVY5 País: ALEMANHA Mãe: UTE JESCHIO Pai: HEINZ JESCHIO; Processo: 47039001894201908 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: TSUTOMU HONDA Data Nascimento: 09/05/1976 Passaporte: TR7693062 País: JAPÃO Mãe: SHIGEKO HONDA Pai: SHUICHI HONDA; Processo: 47039001892201919 Requerente: HIKVISION DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LEI WANG Data Nascimento: 13/05/1983 Passaporte: G59188833 País: CHINA Mãe: SHUQIN FAN Pai: HONGKUI WANG; Processo: 47039001908201985 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBERTH JOSE MARTINEZ RODRIGUEZ Data Nascimento: 27/09/1967 Passaporte: 139830314 País: VENEZUELA Mãe: GRISEL MARGARITA RODRIGUEZ Pai: OVIDIO ENCARNACION MARTINEZ; Processo: 47039001912201943 Requerente: CONCESSIONARIA A HORA DE SAO PAULO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MOHAMED M BODJI HANNE Data Nascimento: 09/03/1989 Passaporte: 10CF30029 País: FRANÇA Mãe: TRENAKOU HANNE Pai: PATRICE HANNE; Processo: 47039001951201941 Requerente: B2W COMPANHIA DIGITAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TIMOTHY CORBIN WOODHULL JR Data Nascimento: 26/09/1984 Passaporte: 642964813 País: EUA Mãe: DEIRDRE WOODHULL Pai: TIMOTHY WOODHULL; Processo: 47039001961201986 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HISAMITSU TAKAGI Data Nascimento: 17/10/1964 Passaporte: TR7091226 País: JAPÃO Mãe: KEIKO TAKAGI Pai: HISANOBU TAKAGI; Processo: 47039002038201961 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAMON ALBERTO BRUZUAL GARRIDO Data Nascimento: 09/12/1986 Passaporte: 116081881 País: VENEZUELA Mãe: JOSEFA GARRIDO DE BRUZUAL Pai: RAMON JOSE BRUZUAL ALFONZO; Processo: 47039002036201972 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIDEKI INOUE Data Nascimento: 25/01/1971 Passaporte: MU3477485 País: JAPÃO Mãe: MASA INOUE Pai: YUJI INOUE; Processo: 47039002046201916 Requerente: ANCHIETA SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ana Sofia Carvalho Oliveira Data Nascimento: 12/05/1989 Passaporte: N089227 País: PORTUGAL Mãe: Celeste Maria Morim Carvalho Pai: José Elisio Marques de Oliveira; Processo: 47039002100201915 Requerente: CERTA IMPORTACAO E COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHOUPENG WANG Data Nascimento: 24/10/1984 Passaporte: E88615714 País: CHINA Mãe: CHUNMEI CHEN Pai: LIYE WANG; Processo: 47039002107201937 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: MASASHI UNO Data Nascimento: 29/09/1969 Passaporte: TR4485932 País: JAPÃO Mãe: TOYOKO UNO Pai: KINGO UNO; Processo: 47039002109201926 Requerente: DENVER ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BO SUNG KIM Data Nascimento: 13/09/1982 Passaporte: M12418108 País: CORÉIA DO SUL Mãe: PIL HUI LEE Pai: JAE DONG KIM; Processo: 47039002116201928 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHEN LIU Data Nascimento: 24/10/1988 Passaporte: E14080922 País: CHINA Mãe: HUAGAN ZHOU Pai: QIYONG LIU; Processo: 47039002182201906 Requerente: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KARINA MADRIGAL HOYOS Data Nascimento: 04/11/1986 Passaporte: 141266231 País: VENEZUELA Mãe: Maria Del Carmen Hoyos de Madrigal Pai: Lorenzo Madrigal Ramos.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039002436201988 Requerente: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: até 30/11/2019 Imigrante: TAKUYA SHIMAMURA Data Nascimento: 06/03/1999 Passaporte: MU 2.538.974 País: JAPÃO Mãe: RINA SHIMAMURA Pai: KEIICHI SHIMAMURA; Processo: 47039002443201980 Requerente: P.S.T.C. CENTRO DE TREINAMENTO DE FUTEBOL DO PARANA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RYU JOSEPH HASHIMURA Data Nascimento: 23/08/2000 Passaporte: MU 5.790.445 País: JAPÃO Mãe: MARIKO HASHIMURA Pai: DAVID WILSON.

Residência - MUDANÇA DE EMPREGADOR - Dec. 9.199/2017 - Mudança, de 21/11/2017 (Artigo 147, Parágrafo 8):

Processo: 47041000667201916 Requerente: UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. Prazo: até 02/10/2020 Imigrante: HENRY HUA ZHAO Data Nascimento: 03/06/1990 Passaporte: 565503917 País: EUA.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039000866201965 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: Tony Anak Pae Data Nascimento: 20/08/1988 Passaporte: K41206361 País: MALÁSIA; Processo: 47039000947201965 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: James Ajeng Tony Data Nascimento: 05/04/1975 Passaporte: K30869904 País: MALÁSIA; Processo: 47039000956201956 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FABIO DEREK MAHADEO Data Nascimento: 27/05/1987 Passaporte: YB2653407 País: ITÁLIA; Processo: 47039000984201973 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: Moris Anak Seliong Data Nascimento: 26/02/1973 Passaporte: K41045400 País: MALÁSIA; Processo: 47039001253201945 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: Jackson Anak Langgong Data Nascimento: 01/12/1994 Passaporte: K37313567 País: MALÁSIA; Processo: 47039001254201990 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: Patrick Anak Bangga Data Nascimento: 27/12/1986 Passaporte: K33355105 País: MALÁSIA; Processo: 47039001256201989 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: James Pilang Nyalang Data Nascimento: 06/02/1991 Passaporte: K41047215 País: MALÁSIA; Processo: 47039001257201923 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: Roy Anak Luta Data Nascimento: 09/07/1990 Passaporte: K36755903 País: MALÁSIA; Processo: 47039001258201978 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: Danilson Swan Anak Muyang Data Nascimento: 11/10/1990 Passaporte: K41055086 País: MALÁSIA; Processo: 47039001260201947 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: até 18/06/2019 Imigrante: Usi Anak Adin Data Nascimento: 20/07/1969 Passaporte: K35918031 País: MALÁSIA; Processo: 47039001605201962 Requerente: VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA. Prazo: até 07/08/2019 Imigrante: ESTEBAN MOLINA Data Nascimento: 02/04/1990 Passaporte: 534428130 País: EUA;

Processo: 47039001677201918 Requerente: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHEULMIN YOO Data Nascimento: 22/04/1985 Passaporte: M71394241 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001692201958 Requerente: ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/07/2019 Imigrante: BEIBEI QI Data Nascimento: 09/01/1987 Passaporte: PE1317338 País: CHINA; Processo: 47039001695201991 Requerente: ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/07/2019 Imigrante: FEI GAO Data Nascimento: 07/10/1985 Passaporte: PE0994549 País: CHINA.

Residência - RN 10 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041007326201882 Requerente: MEDITACAO SAO PAULO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUN JEE JUNG Data Nascimento: 25/01/1986 Passaporte: M41409283 País: CORÉIA.

Residência - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039000942201932 Requerente: METODOS E TECNOLOGIA DE SISTEMAS E PROCESSOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Juan Manuel Ferrer Cuesta Data Nascimento: 30/06/1966 Passaporte: PAD417382 País: ESPANHA; Processo: 47039001545201988 Requerente: BYD DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TIE LI Data Nascimento: 20/03/1978 Passaporte: EE5664403 País: CHINA; Processo: 47039001566201901 Requerente: AB ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MASSIMO CAVALLI Data Nascimento: 27/01/1957 Passaporte: YB1911181 País: ITÁLIA Imigrante: MASSIMO CAVALLI Data Nascimento: 27/01/1957 Passaporte: YB1911181 País: ITÁLIA Imigrante: MASSIMO CAVALLI Data Nascimento: 27/01/1957 Passaporte: YB1911181 País: ITÁLIA; Processo: 47039001709201977 Requerente: IRONHACK ESCOLA GLOBAL DE TECNOLOGIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TIAGO ANTONIO CABANELAS MESQUITA Data Nascimento: 14/04/1984 Passaporte: N819151 País: PORTUGAL; Processo: 47039001942201950 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RAGHAVA VENKATESHWARA Data Nascimento: 15/10/1975 Passaporte: Z2394629 País: ÍNDIA; Processo: 47039001970201977 Requerente: ZODIO BRASIL COMERCIO DE ACESSORIOS UTENSILIOS DOMESTICOS E ALIMENTOS S.A Prazo: Indeterminado Imigrante: GAUTHIER JEAN HENRI JOSEPH LENGLART Data Nascimento: 19/01/1962 Passaporte: 16CI77023 País: FRANÇA Imigrante: GAUTHIER JEAN HENRI JOSEPH LENGLART Data Nascimento: 19/01/1962 Passaporte: 16CI77023 País: FRANÇA.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039013065201889 Requerente: POUSADA AZURRA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO DELOGU Data Nascimento: 22/07/1973 Passaporte: YA2686481 País: ITÁLIA; Processo: 47039018268201861 Requerente: SYSTRAL SISTEMAS EM ALUMINIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RUI MANUEL PRATAS QUINTAS E SANTOS Data Nascimento: 24/12/1973 Passaporte: N255726 País: PORTUGAL; Processo: 47039019443201838 Requerente: BIOBRAS - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: BARTOLOMEO PRUNELLI Data Nascimento: 04/06/1946 Passaporte: YA4900952 País: ITÁLIA; Processo: 47039020950201814 Requerente: TIJUCA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ABDEL ILAH AWADA Data Nascimento: 28/03/1949 Passaporte: C4K4CGHC9 País: ALEMANHA; Processo: 47039021057201814 Requerente: BRISA DA BAHIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ROBERTO BONATO Data Nascimento: 18/03/1949 Passaporte: YA3559395 País: ITÁLIA; Processo: 47039021184201813 Requerente: RAM ALUGUEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RENZO ROSSETTO Data Nascimento: 14/08/1959 Passaporte: AA5824783 País: ITÁLIA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041007702201839 Instituição: PROVINCIA DOS MISSIONARIOS COMBONIANOS DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SIMONE DELLA MONICA Data Nascimento: 21/02/1969 Passaporte: YA1960106 País: ITÁLIA; Processo: 47041000070201963 Instituição: SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO - SCCE Prazo: até 02/03/2020 Imigrante: AIDA GANIZANE FOMBE Data Nascimento: 06/09/1993 Passaporte: 13AF86896 País: MOÇAMBIQUE; Processo: 47041000074201941 Instituição: SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO - SCCE Prazo: até 02/03/2020 Imigrante: RUDO CHISVO Data Nascimento: 02/07/1986 Passaporte: FN085124 País: ZIMBABWE; Processo: 47041000079201974 Instituição: SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO - SCCE Prazo: até 02/03/2020 Imigrante: CECILIA MATRIDAH KASIRORI Data Nascimento: 07/05/1991 Passaporte: FN085125 País: ZIMBABWE; Processo: 47041000226201914 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TYSON BRYAN DATWYLER Data Nascimento: 20/05/1999 Passaporte: 574823945 País: EUA; Processo: 47041000505201970 Instituição: CONGREGACAO DOS MISSIONARIOS E FILHAS DE MARIA IMACULADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LOURDU MARY SANTHANA SAMY Data Nascimento: 15/05/1974 Passaporte: N4924750 País: ÍNDIA; Processo: 47041001001201977 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Bryan Enoc Palacios Flores Data Nascimento: 13/12/1996 Passaporte: 247157244 País: GUATEMALA; Processo: 47041001003201966 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Eithen Bruce Black Data Nascimento: 22/08/1999 Passaporte: 569328376 País: EUA; Processo: 47041001013201900 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marco Aurélio Figueira Trozo Data Nascimento: 29/03/1999 Passaporte: N2118732 País: ANGOLA; Processo: 47041001015201991 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Elijah Dane Norman Data Nascimento: 01/05/1998 Passaporte: 551672331 País: EUA; Processo: 47041001017201980 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Dina Esther Limpias Nogales Data Nascimento: 01/08/1998 Passaporte: A883441 País: BOLÍVIA; Processo: 47041001018201924 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AUSTIN LEE TAYLOR Data Nascimento: 08/08/1997 Passaporte: 570600757 País: EUA; Processo: 47041001019201979 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Roy Richard Isom Data Nascimento: 17/08/1999 Passaporte: 533755904 País: EUA; Processo: 47041001033201972 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ryan Glenn Lawson Data Nascimento: 19/10/1999 Passaporte: 569162565 País: EUA; Processo: 47041001066201912 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mariah Louise Andrus Data Nascimento: 04/02/1999 Passaporte: 570665684 País: EUA; Processo: 47041001069201956 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Elizabeth Nicole Sheffer Data Nascimento: 25/07/1997 Passaporte: 553247948 País: EUA; Processo: 47041001086201993 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DARIO GONZALEZ GARZON Data Nascimento: 23/12/1998 Passaporte: G23984867 País: MÉXICO; Processo: 47041001101201901 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CONNOR ASHBY ELIASON Data Nascimento: 02/11/1998 Passaporte: 574470856 País: EUA; Processo: 47041001105201981 Instituição: CONGREGACAO DOS MISSIONARIOS E FILHAS DE MARIA IMACULADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIA STEPHEN ANTONY Data Nascimento: 31/03/1982 Passaporte: J8084626 País: ÍNDIA; Processo: 47041001114201972 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kaylee Joy Adamson Data Nascimento: 29/01/1999 Passaporte: 577901190 País: EUA; Processo: 47041001126201905 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Erika Linford Data Nascimento: 12/10/1997 Passaporte: 573938071 País: EUA; Processo: 47041001131201918 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Max V Watson Data Nascimento: 12/08/1999 Passaporte: 571787328 País: EUA; Processo: 47041001139201976 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Xiomara Florentino de la Cruz Data Nascimento: 12/07/1990 Passaporte: PN0113366 País: REPÚBLICA DOMINICANA; Processo: 47041001157201958 Instituição: TERESA CATUMBO ALFREDO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Teresa Catumbo Alfredo Data Nascimento: 12/12/1978 Passaporte: N0821128 País: ANGOLA; Processo: 47041001160201971 Instituição: CONGREGACAO DAS MISSIONARIAS DA CARIDADE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AGATHA LAKRA Data Nascimento: 15/04/1963 Passaporte: K6763196 País: ÍNDIA; Processo: 47041001159201947 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jorge Luis Hernandez Baltazar Data Nascimento: 27/09/1998 Passaporte: G27502085 País: MÉXICO; Processo: 47041001161201916 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Luis Fernando Ortiz Rodriguez Data Nascimento: 23/04/1999 Passaporte: F107471 País: HONDURAS; Processo: 47041001162201961 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Joaquin Pagaza Murillo Data Nascimento: 02/11/1998 Passaporte: G26589896 País: MÉXICO; Processo: 47041001163201913 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Juan Daniel Hernandez Salas Data Nascimento: 24/05/1997 Passaporte: G28044212 País: MÉXICO; Processo: 47041001164201950 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Chantelle Noronha Ericksen Data Nascimento: 04/08/1997 Passaporte: 572985873 País: EUA; Processo: 47041001165201902 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Victoria Lee Kimber Data Nascimento: 28/01/1999 Passaporte: 570270584 País: EUA; Processo: 47041001166201949 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Grace Emily Pollard Data Nascimento: 26/03/1999 Passaporte: 559785227 País: EUA; Processo: 47041001167201993 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marissa Ann Smart Data Nascimento: 24/01/1999 Passaporte: 569345434 País: EUA; Processo: 47041001168201938 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Allison Thomson Data Nascimento: 27/02/1999 Passaporte: 571146950 País: EUA.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041006775201811 Requerente: ASSOCIACAO CATOLICA VERBUM VITAE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Concepción Belén Poveda Rodriguez Data Nascimento: 20/12/1992 Passaporte: PAC725847 País: ESPANHA; Processo: 47041000463201977 Requerente: INSTITUTO CANTA GENTE BOA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Maria Hiort Wohlert Data Nascimento: 11/08/1962 Passaporte: 208590312 País: DINAMARCA.

Residência - RN 30 - REN.RESID (RN 04/2017) - Resolução Normativa:

Processo: 47041000216201971 Requerente: OMPI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS FARMACEUTICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMONA COLASANTI Data Nascimento: 15/04/1991 Passaporte: YB2423169 País: ITÁLIA Mãe: ANNA ALEANDRI Pai: ALFIERO COLASANTI; Processo: 47041000825201920 Requerente: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: até 24/03/2020 Imigrante: ANDREAS KAUFMANN Data Nascimento: 13/02/1976 Passaporte: C7P06158X País: ALEMANHA Mãe: MONIKA KAUFMANN Pai: GERHARD KAUFMANN; Processo: 47041000834201911 Requerente: PIACENTINI DO BRASIL CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VALERIU-ILIE BOERIU Data Nascimento: 06/07/1974 Passaporte: 055393943 País: ROMÊNIA Mãe: EUFROSINA BOERIU Pai: VALERIU BOERIU.

Residência - RN 30 - REN.RESID (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47041000567201981 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: Aleksei Savochkin Data Nascimento: 10/10/1988 Passaporte: 721606303 País: RÚSSIA Mãe: Irina Savochkina Pai: Valerii Savochkin; Processo: 47041000569201971 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: Bastien Novion Data Nascimento: 24/12/1987 Passaporte: 10CF14290 País: FRANÇA Mãe: Nicole Danthez Pai: Paul François Novion; Processo: 47041000570201903 Requerente: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/07/2019 Imigrante: MICHAEL GERVASI Data Nascimento: 21/02/1989 Passaporte: YA2378911 País: ITÁLIA Mãe: LINDA JANE VIDEAN Pai: FRANCESCO GERVASI; Processo: 47041000571201940 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: Daniel Ross Data Nascimento: 11/04/1973 Passaporte: 508736178 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Teresa Ross Pai: George Malcolm Ross; Processo: 47041000575201928 Requerente: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/07/2019 Imigrante: HASAN PERVIZ Data Nascimento: 09/04/1958 Passaporte: 192943214 País: CROÁCIA Mãe: ZULEJHA HUSIC PERVIZ Pai: MUNIB PERVIZ; Processo: 47041000574201983 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: David Lee Howells Data Nascimento: 04/11/1980 Passaporte: 099171908 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Christine Ann Howells Pai: David Andrew Howells; Processo: 47041000577201917 Requerente: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/07/2019 Imigrante: SEBASTIAN BASA Data Nascimento: 03/07/1980 Passaporte: 246735736 País: CROÁCIA Mãe: DORJANA BASA Pai: DARKO BASA; Processo: 47041000579201914 Requerente: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/07/2019 Imigrante: MASSIMILIANO TERZO Data Nascimento: 13/09/1985 Passaporte: YA3220422 País: ITÁLIA Mãe: CORRADINA GIAMMANCO Pai: GAETANO TERZO; Processo: 47041000581201985 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: David Prigent Data Nascimento: 04/01/1985 Passaporte: 13FV32191 País: FRANÇA Mãe: Marie Therese Rémand Pai: Michel Prigent; Processo: 47041000583201974 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 30/06/2019 Imigrante: Igor Radaev Data Nascimento: 01/08/1956 Passaporte: 722137601 País: RÚSSIA Mãe: Alevtina Radaeva Pai: Nikolay Radaev; Processo: 47041000590201976 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 13/05/2019 Imigrante: GEORGE PATRICK CUNNINGHAM Data Nascimento: 06/07/1987 Passaporte: 534351618 País: GRÃ BRETANHA Mãe: SUSAN ANN CUNNINGHAM Pai: PAUL BERNARD CUNNINGHAM; Processo: 47041000628201919 Requerente: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/07/2019 Imigrante: LORENZO NARETTO Data Nascimento: 15/08/1997 Passaporte: YB2116841 País: ITÁLIA Mãe: CARLA NEGRINI Pai: MARCO NARETTO.

Residência - RN 30 - REN.RESID (RN 14/2017) - Resolução Normativa:

Processo: 47041000992201971 Instituição: MISSAO PRESBITERIANA DO AMAZONAS Prazo: até 23/02/2020 Imigrante: JIN SUK LEE Data Nascimento: 06/10/1968 Passaporte: M12110513 País: CORÉIA DO SUL Mãe: SEONGAE KIM Pai: SEONGGWON LEE.

Residência - RN 30 - REN.RESID (RN 15/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47041000955201962 Requerente: CTL - CENTRO DE TREINAMENTO DE LIDERES DE RUY BARBOSA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VANESSA LECCESE Data Nascimento: 13/04/1989 Passaporte: YB1426177 País: ITÁLIA Mãe: ROSA SANTARCANGELO Pai: FRANCESCO LECCESE.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante BIN XIAO exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Processo: 47039.000514/2019-18, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007792/2018-15.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante FU JIAN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Vice-Presidente na Empresa SPRINGER CARRIER LTDA. Processo: 47039.001554/2019-79, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.001326/2019-07.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039002360201991 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mark Henricus Christiaan Van Roosmalen Passaporte: NWCBB6BC8; Processo: 47039002365201913 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Pancho Heick Passaporte: NS199LKL0; Processo: 47039002369201900 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Remko Michael de Hoog Passaporte: NY6HPP6P5; Processo: 47039002374201912 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Henricus Petrus Theodorus Johannes Vlemmings Passaporte: NU7H04P22; Processo: 47039002376201901 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sander Groot Passaporte: NPLBF2F22; Processo: 47039002381201914 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stijn de Vries Passaporte: NX14RPBJ9; Processo: 47039002385201994 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ivo Schutt Passaporte: NP6PD1DB1; Processo: 47039002386201939 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jeroen Simon Henricus Migchels Passaporte: BRFRFJB90; Processo: 47039002063201945 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LI ZHOU Passaporte: EA 2084901; Processo: 47039002065201934 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YE YUAN Passaporte: E 57438869; Processo: 47039002148201923 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WANSEN GUO Passaporte: E 81951332; Processo: 47039002150201901 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HAITAO LYU Passaporte: EE 2122209; Processo: 47039002152201991 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LIKANG ZHANG Passaporte: E 83886337; Processo: 47039001308201917 Requerente: LIMPIA CONCEPCION NUNEZ TORRES Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: LIMPIA CONCEPCION NUNEZ TORRES Passaporte: L337949; Processo: 47039001109201917 Requerente: CIPRIANO BANZO GONI Prazo: Indeterminado Imigrante: CIPRIANO BANZO GONI Passaporte: AAD486455; Processo: 47039019968201873 Requerente: SONIA SCHLATTER WITTWER Prazo: até 01/03/2019 Imigrante: DOMINIQUE CLAUDE NOËLLE CONSTANCE GUILLEMIN Passaporte: 18DD85792; Processo: 47039020625201851 Requerente: CAMPUS AVANCADO Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: PABLO LEON DE LA BARRA ROWLAND Passaporte: G20417924; Processo: 47039021241201856 Requerente: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Riccardo Palandri Passaporte: YA6943049; Processo: 47039000383201961 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE LEONARDO CHIRINO PEREIRA Passaporte: 125107772; Processo: 47039000387201949 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Victor David Oropeza Mendez Passaporte: 127462325; Processo: 47039000392201951 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YAN LI Passaporte: PE1535228; Processo: 47039000390201962 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL ALEJANDRO MURGA SILVA Passaporte: 142547076; Processo: 47039000394201941 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DOUGLAS RAFAEL OROPEZA Passaporte: 149165095; Processo: 47039000398201929 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHAO YIN Passaporte: ED3683674; Processo: 47039001454201942 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ionel Fagaras Passaporte: 054347900; Processo: 47039000862201987 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Arjun Balachandran Passaporte: A39273712; Processo: 47039000268201996 Requerente: GREEN VILLAGE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: EUGENIO MONTISSORI Passaporte: YA8176564; Processo: 47039020101201861 Requerente: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: até 15/12/2019 Imigrante: IVAR ANDRE SVOREN Passaporte: 31422932; Processo: 47039013529201857 Requerente: CALCULO JURIDICO SOFTWARE LTDA Prazo: 45 Dia(s) Imigrante: Andrii Mishchenko Passaporte: EH413817; Processo: 47039018233201822 Requerente: LACHONETE & PASTELARIA CHINES RICKY LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHONG XIAOFENG Passaporte: G51304785; Processo: 47039018527201854 Requerente: JAINABA MARONG Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAINABA MARONG Passaporte: PC510790; Processo: 47039019085201863 Requerente: HAGIE KUYATEH Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAGIE KUYATEH Passaporte: PC564739; Processo: 47039019713201819 Requerente: TEKNISA SERVICE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Adelaida Isabel Mena Beltran Passaporte: AN381248; Processo: 47039020230201859 Requerente: YOLANDA PUERTAS SALMERON Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOLANDA PURTEAS SALMERON Passaporte: PAD365467; Processo: 47039020406201872 Requerente: CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARNALDO SUCUMA Passaporte: C00025400; Processo: 47039021020201888 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAULO MANUEL TEIXEIRA MARINHO Passaporte: N336823; Processo: 47039021005201830 Requerente: LEHMANN WARDE ADVOGADOS Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: Tommaso Vermigli Passaporte: AA4109635; Processo: 47039000607201934 Requerente: KARAJEH KHALED Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KHALED KARAJEH Passaporte: AA6050281; Processo: 47039000738201911 Requerente: AYATOU OURO SALIM Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: AYATOU OURO SALIM Passaporte: EB062275; Processo: 47039001653201951 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Antonio Barbieri Passaporte: YB0976195; Processo: 47039001353201971 Requerente: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LEIHAI JIANG Passaporte: E20470545; Processo: 47039020876201836 Requerente: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAVINDER SINGH PARMAR Passaporte: Z2172845; Processo: 47039020880201802 Requerente: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAFAKAT ALI Passaporte: Z2128649; Processo: 47039019831201819 Requerente: PRMW CONSULTORIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: PEDRO MIGUEL FERREIRA RODRIGUES Passaporte: N564868; Processo: 47039020218201844 Requerente: P. W. COMERCIO DE MATERIAL ESCOLAR LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: WANG FENG Passaporte: G30236475; Processo: 47039000599201926 Requerente: BELA REGGIO ARTIGOS DE OPTICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YOUZI CHEN Passaporte: E78952001.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS
Coordenador-Geral de Imigração Laboral

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU n° 2 de 03/01/2019, Seção 1, p. 164, Processo: 47039.019825/2018-61, onde se lê: Pai: KENJI OISHI, leia-se: Pai: HARUO OISHI.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU n° 21 de 30/01/2019, Seção 1, p. 74, Processo: 47039.020815/2018-79, onde se lê: Imigrante: NATALIA WALDT LEIBOLT, leia-se: Imigrante: NATALIA WALDT.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DO CGPM
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Defiro o pedido de autorização de residência, por prazo indeterminado, nos termos do art. 158, inciso I, §1°, do Decreto 9.199/17. Processo nº 08018.002102/2018-10 - CHERY TULIAO MOLINA

Defiro o pedido de autorização de residência, por prazo indeterminado, nos termos do art. 158, inciso I, §1°, do Decreto 9.199/17. Processo nº 08018.002030/2018-19 - MARGIN FELIX PARASON

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 9/11/2018, Seção 1, pag. 79, e Deferir o pedido de transformação da residência temporária em permanente, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente. Processo nº 08389012356201585 - ALBERTO DE LA CRUZ GONZALEZ

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; e

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 54 - Tornar público o Indeferimento do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social LUZ PARA O CAMINHO, com sede em CAMPINAS - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 48.168.108/0001-14, em razão do descumprimento dos arts. 1º III, 2º II e III e 6º do Decreto nº 3100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.004133/2019-85.

Nº 55 - Reconsiderar a decisão indeferitória proferida por meio do Despacho nº 724, de 03 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2019, Seção 1, página 28, para tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO IMBORÉS, com sede em Vitória da Conquista / BA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.459.959/0001-67. Processo SEI/MJ nº 08000.048148/2018-74.

Nº 56 - Tornar público o Indeferimento do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social CENTRO DE INTEGRAÇÃO A CULTURA, ESPORTE E HABITAÇÃO DE PLANALTINA-DF, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 06.965.507/0001-66, em razão do descumprimento dos arts. 1º III e 2º II do Decreto nº 3.100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.004599/2019-81.

Nº 57 - Tornar público o Indeferimento do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 23.234.947/0001-62, em razão do descumprimento do artigo 4º, incisos IV e V da Lei nº 9.790/99; artigo 18, da Lei nº 9.790/99; art. 1º, inciso VI do Decreto nº 3.100/99 e art. 3º inciso III da Portaria nº 362/16;

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.004141/2019-21.

Nº 58 - Reconsidero a decisão indeferitória proferida por meio do Despacho nº 707, de 17 de dezembro 2018, publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2018, Seção 1, página 39, para tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, ASSISTENCIAL E DE PESQUISA DO BRASIL, com sede em Colatina - ES, inscrita no CNPJ sob o nº 20.337.379/0001-37. Processo SEI/MJ nº 08000.045726/2018-11.

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Nº 52 - Tornar público o Indeferimento do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social CEU CENTRO DE ESTUDOS UNIVERSAIS, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 03.495.322/0001-47, em razão do descumprimento da seguinte legislação: art. 2º, inciso III, art. 3º, incisos III e IV e art. 5º, incisos I e V da Lei nº 9.790/99; art. 1º, incisos I e V, art. 2º, inciso II e art. 6º, inciso II e § 1º e 2º do Decreto nº 3.100/99; art. 3º, incisos I e VI e § 1º da Portaria MJ nº 362/16.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.003931/2019-90.

Nº 53 - Tornar público o Indeferimento do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO STOP HUNGER, com sede em Barueri - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 23.975.546/0001-63, em razão do descumprimento do artigo 5º, inciso III da Lei nº 9.790/99; artigo 1º, inciso III do Decreto nº 3.100/99; e artigo 3º, inciso IV da Portaria nº 362/16.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.004140/2019-87.

Nº 59 - Tornar público o Indeferimento do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO AMANDA DE BENEFICÊNCIA SOCIAL, com sede em Uberlândia - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 14.162.097/0001-43, em razão do descumprimento do artigo 4º, inciso VI e artigo 5º, inciso III da Lei nº 9.790/99; artigo 1º, inciso III e artigo 2º, inciso III do Decreto nº 3.100/99; artigo 3º, incisos I e IV da Portaria nº 362/16.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.004339/2019-13.

RENATO DE OLIVEIRA CAPANEMA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 221, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo: nº 08700.006955/2018-22 Representante: CADE ex officio Advogados: Não se aplica. Representado: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Advogados: Alex Azevedo Messeder, Ana Paulo Mioni Acuy e outros. Acolho a Nota Técnica nº 4/2019/CGAA4/SGA1/SG/CADE (0578754) e, com fulcro no § 1° do art. 50, da Lei n° 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela admissão da Raízen Energia S.A. ("Raízen") como terceira interessada apta a intervir no presente feito nos termos delimitados na referida Nota Técnica. Concedo, ainda, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente despacho, para que apresente as manifestações que julgar pertinentes acerca do objeto da conduta ora analisada.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 286, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Ato de Concentração nº 08700.000687/2019-16. Requerentes: Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A. e Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.. Advogados: Paulo Leonardo Casagrande, Ana Paula Paschoalini e Caroline Guyt França. Decido pela aprovação, sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 70

Dia: 22/02/ 2019
Hora: 16:37h
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretária do Plenário Substituta: Keila de Sousa Ferreira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. Considerando que no bloco anterior restou somente uma opção foi iniciado novo bloco de sorteio com o nome de todos os Conselheiros.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos.

Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.001567/2018-55
Representados: Acesso Restrito
Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil e outros
Relatora: Conselheira Paula Azevedo

Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.004924/2015-94
Representados: Acesso Restrito
Advogados: Leonardo de Alencar Araripe Carneiro, Roberto de Castro Pimenta, Leonardo Oliveira Albino, Ruy Augusto Rocha e outros
Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

DESPACHO DECISÓRIO Nº 13, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Ref.: Processo nº 08700.004162/2018-79
Ato de Concentração nº 08700.004162/2018-79
Requerentes: Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. e Rockfibras do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marco Barbosa, Cássia Kinoshita e outros

1 - Em atenção aos pedido protocolado por Vamapal (SEI 0584997), defiro a dilação de prazo e prorrogo para 01 de março de 2019 a apresentação da resposta ao respectivo ofício enviado.

PAULA FARANI DE AZEVEDO SILVEIRA
Conselheira

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 457, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº: 48500.002554/2018-74. Interessada: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D Decisão: Conhecer do Recurso Administrativo interposto pela interessada em face da decisão proferida pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - Agergs, referente a cobrança por irregularidade em unidade consumidora, e, no mérito, negar-lhe provimento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 5.632, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e conforme deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o que consta dos autos do Processo nº. 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS

CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I	01
	CD II	04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I	19
	CGE II	03
	CGE III	17
	CGE IV	12
ASSESSORIA	CA I	11
	CA II	04
	CA III	18
ASSISTÊNCIA	CAS II	02
TÉCNICO	CCT V	13
	CCT IV	83
	CCT III	01
	CCT II	44
	CCT I	58

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.375.087,31 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, oitenta e sete reais e trinta e um centavos), inferior ao valor de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 499, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº: 48500.004254/2016-68. Interessado: PEC Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra das Almas XIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) OL.CV.BA.043194-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Urandi, estado da Bahia. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHO Nº 500, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº: 48500.004202/2016-91. Interessado: PEC Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra das Almas XIV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.043195-8.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Urandi, estado da Bahia. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 23 de fevereiro de 2019.

Nº 563. Processo nº 48500.000830/2002-02. Interessados: PCH Fortuna II S.A. Usina: PCH Fortuna II. Unidade Geradora: UG2 de 3.000 kW. Localização: Municípios de Guanhães e Virginópolis, estado de Minas Gerais.

Nº 564. Processo nº 48500.003254/2005-44. Interessados: Savana Geração de Energia S.A. Usina: PCH Verde 4. Unidade Geradora: UG2 de 9.500 kW. Localização: Municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, estado de Mato Grosso do Sul.

Nº 565. Processo nº 48500.000515/2017-51. Interessados: Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda. Usina: UFV Juazeiro Solar IV. Unidades Geradoras: UG23 e UG24, de 1.000 kW cada uma, totalizando 2.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Juazeiro, estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

DESPACHO Nº 566, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº 48500.002336/2013-25. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 23 de fevereiro de 2019. Usina: EOL Umburanas 09. Unidades Geradoras: UG1 a UG07, de 2.500 kW cada, totalizando 17.500 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sento Sé, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 515, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº 48500.005236/2018-65. Interessada: Roraima Energia S.A. (atual denominação da Boa Vista Energia S.A.) Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 2.428, de 23 de outubro de 2018. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 544, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 2019; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de janeiro de 2019 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de fevereiro de 2019 para o patamar 4 a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina nos respectivos meses; e (iv) determinar à CCEE que efetue o ajuste financeiro no valor de R$ 80.669,04 (oitenta mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quatro centavos), por meio de débito para a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. e como alívio do Encargo de Serviços de Sistema - ESS nos termos do módulo Encargos das Regras de Comercialização vigentes, no próximo processo de contabilização e liquidação financeira.

CVU [R$/MWh]

Patamar da usina	Janeiro/2019	Fevereiro/2019
Norte Fluminense 1	60,94	-
Norte Fluminense 2	71,57	-
Norte Fluminense 3	135,52	-
Norte Fluminense 4	-	375,23

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 1/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

518/2019-868.270/2016-JOSÉ WEIMAR PEREIRA DA SILVA-
519/2019-868.271/2016-JOSÉ WEIMAR PEREIRA DA SILVA-
520/2019-868.272/2016-JOSÉ WEIMAR PEREIRA DA SILVA-
521/2019-868.294/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
522/2019-868.295/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
523/2019-868.296/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
524/2019-868.297/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
525/2019-868.298/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
526/2019-868.401/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
527/2019-868.031/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
528/2019-868.032/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
529/2019-868.033/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
530/2019-868.034/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
531/2019-868.035/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
532/2019-868.036/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
533/2019-868.064/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
534/2019-868.065/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
535/2019-868.066/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
536/2019-868.067/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
537/2019-868.075/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
538/2019-868.076/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
539/2019-868.077/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
540/2019-868.078/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
541/2019-868.079/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
542/2019-868.080/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
543/2019-868.081/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
544/2019-868.082/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
545/2019-868.090/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
546/2019-868.091/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
547/2019-868.107/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
548/2019-868.130/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
549/2019-868.138/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
550/2019-868.139/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
551/2019-868.011/2018-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
552/2019-868.038/2018-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
553/2019-868.039/2018-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-
554/2019-868.040/2018-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 1/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

514/2019-846.083/2018-F&C MINERAÇÃO LTDA ME-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

515/2019-846.124/2016-TRANSLIPE MINERAÇAO, TRANSPORTE E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA-
516/2019-846.122/2018-ZENIZE CAVALCANTI MEIRA-
517/2019-846.124/2018-CRUSADER DO NORDESTE MINERAÇÃO LTDA.-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 2/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

336/2019-848.172/2014-JOSE FRANCISCO BARBOSA MELO TEIXEIRA-
337/2019-848.310/2014-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

338/2019-848.209/2018-FABRICIANO LIMA NETO-
339/2019-848.282/2018-WM MINERAÇÃO ME-
340/2019-848.283/2018-GEORGE FABIO DE LARA ANDRADE-
341/2019-848.285/2018-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
342/2019-848.286/2018-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
343/2019-848.287/2018-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
344/2019-848.288/2018-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
345/2019-848.292/2018-LUIZ CARLOS MIRANDA FERREIRA ME-
346/2019-848.297/2018-TCPAV TECNOLOGIA EM CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO EIRELI-
347/2019-848.298/2018-TCPAV TECNOLOGIA EM CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO EIRELI-
348/2019-848.300/2018-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

349/2019-848.278/2018-TS CONSULTORIA EM TRANSPORTES EIRELI-
350/2019-848.279/2018-LUCIANO SILVA DE MORAES MINERADORA-
351/2019-848.280/2018-LUCIANO SILVA DE MORAES MINERADORA-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 3/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

479/2019-848.021/2019-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
480/2019-848.022/2019-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
481/2019-848.023/2019-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

482/2019-848.172/2013-ROSSAM NAVEGAÇÃO CABOTAGEM E DRAGAGEM LTDA-
483/2019-848.173/2013-ROSSAM NAVEGAÇÃO CABOTAGEM E DRAGAGEM LTDA-
484/2019-848.174/2013-ROSSAM NAVEGAÇÃO CABOTAGEM E DRAGAGEM LTDA-
485/2019-848.301/2013-JOSÉ NILSON CRISPIM JUNIOR-
486/2019-848.302/2013-JOSÉ NILSON CRISPIM JUNIOR-
487/2019-848.303/2013-JOSÉ NILSON CRISPIM JUNIOR-
488/2019-848.002/2019-ALANE DA SILVA FERREIRA-
489/2019-848.005/2019-GUTTO EALYSON DE MEDEIROS DIAS-
490/2019-848.011/2019-MINERAPAR MINERAÇÃO DA PARAÍBA LTDA ME-
491/2019-848.014/2019-PRIME EXPORT MARMORES E GRANITOS LTDA-
492/2019-848.015/2019-PRIME EXPORT MARMORES E GRANITOS LTDA-
493/2019-848.016/2019-PRIME EXPORT MARMORES E GRANITOS LTDA-
494/2019-848.025/2019-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
495/2019-848.026/2019-CLN LOCACOES E SERVICOS EIRELI ME-
496/2019-848.027/2019-PRIME EXPORT MARMORES E GRANITOS LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

497/2019-848.631/2011-JOSÉ DOMINGUES DE CARVALHO NETO-
498/2019-848.782/2011-FABRICIANO LIMA NETO-
499/2019-848.219/2012-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-
500/2019-848.282/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-
501/2019-848.283/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-
502/2019-848.284/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-
503/2019-848.285/2012-BIOENERGY GERADORA DE ENERGIA S.A.-
504/2019-848.378/2012-MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO IMP. E EXP. LTDA.-
505/2019-848.384/2012-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-
506/2019-848.013/2014-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP-
507/2019-848.147/2014-JOSEANI DO NASCIMENTO SILVA-
508/2019-848.073/2016-P.W.VASCONCELOS ME-
509/2019-848.009/2019-PROSPER MINERAÇÃO LTDA.-
510/2019-848.013/2019-FRANCISCO CLAUDIO ROCHA DE FARIAS-
511/2019-848.017/2019-PRIME EXPORT MARMORES E GRANITOS LTDA-
512/2019-848.018/2019-PRIME EXPORT MARMORES E GRANITOS LTDA-
513/2019-848.019/2019-APOENA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 16/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

555/2019-868.093/2018-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-
556/2019-868.094/2018-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-
557/2019-868.121/2018-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 10/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

558/2019-868.044/2018-PAVISÉRVICE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÁO LTDA-
559/2019-868.077/2018-CÍCERO FERMINO DA SILVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ME-
560/2019-868.083/2018-ÂNGELA MARIA FERREIRA BÁSICO DA CONSTRUÇÃO ME-
561/2019-868.084/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

562/2019-868.086/2018-MARIA ELZA DA SILVA-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 14/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

471/2019-815.372/2018-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-
472/2019-815.438/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA MONDINI & SCHNAIDER LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

473/2019-815.413/2018-ALEMÃO SERVIÇOS LTDA ME-
474/2019-815.429/2018-EDEGAR LAZAREK-
475/2019-815.433/2018-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA-
476/2019-815.445/2018-JEAN CARLOS ZIMMERMANN ME-
477/2019-815.503/2018-TECNOFEL EXTRAÇÃO DE ARGILAS LTDA ME-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

478/2019-815.343/2018-MINERAÇÃO BRANDÃO LTDA-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 17/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

352/2019-832.924/2008-MARCIO GERONIMO-
353/2019-831.508/2010-AREIÃO SANTA RITA LTDA-
354/2019-833.942/2010-JOÃO CARLOS CHAVES MIRANDA-
355/2019-830.163/2015-MATHEUS ANTUNES DE OLIVEIRA-
356/2019-830.991/2017-WALDEMAR RODRIQUES FILHO-
357/2019-831.829/2017-GISLENE DE FIGUEIREDO TORRES-
358/2019-830.148/2018-LUCIO FLAUSINO DA SILVA ME-
359/2019-830.202/2018-EVERSON LUCIO RODRIGUES-
360/2019-830.350/2018-AMARILDA DA SILVA DIAS ME-
361/2019-830.444/2018-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA-
362/2019-830.671/2018-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-
363/2019-830.710/2018-CARLOS LAURO OLIVEIRA URSINE-
364/2019-830.760/2018-JLX MINERAÇÃO SA-
365/2019-830.769/2018-PINHEIRO & FERNANDES ALUGUEL DE MAQUINAS DE TERRAPLENAGEM LTDA-
366/2019-830.786/2018-CLAUDIO ROBERTO FERREIRA CARNEIRO-
367/2019-830.800/2018-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO EIRELI-
368/2019-830.801/2018-MARCIANO PINHEIRO DOS SANTOS-
369/2019-830.802/2018-SKAY GRANITOS COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO EIRELI EPP-
370/2019-830.803/2018-JOSÉ GONÇALVES LISBOA-
371/2019-830.926/2018-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
372/2019-830.952/2018-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-
373/2019-830.953/2018-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-
374/2019-830.954/2018-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-
375/2019-830.957/2018-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
376/2019-830.965/2018-AMARILDA DA SILVA DIAS ME-
377/2019-830.966/2018-AMARILDA DA SILVA DIAS ME-
378/2019-830.974/2018-ISTAEL APARECIDO MANOEL-
379/2019-830.980/2018-CERÂMICA LESTE DE MINAS LTDA ME-
380/2019-830.986/2018-EDSON ANTÔNIO TREBESCHI-
381/2019-830.988/2018-GRAN MINAS EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA. EPP-
382/2019-830.999/2018-MARIA ALICE SENA MARANHÃO-
383/2019-831.597/2018-ROMERO ALVES TELES-
384/2019-831.634/2018-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA-
385/2019-831.635/2018-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA-
386/2019-831.636/2018-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA-
387/2019-831.637/2018-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

388/2019-830.500/2016-CLARITAS MINERAÇÃO S A-
389/2019-832.387/2016-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-
390/2019-831.023/2017-JAIME MAIA FONTE BOA-
391/2019-831.240/2017-ARNALDO SILVIO ROMANI JUNIOR-
392/2019-831.302/2017-AUDALIANO SÉRGIO COUTO SANTOS-
393/2019-830.020/2018-FERRO + MINERAÇÃO S.A.-
394/2019-830.021/2018-FERRO + MINERAÇÃO S.A.-
395/2019-830.022/2018-FERRO + MINERAÇÃO S.A.-
396/2019-830.115/2018-VALMIR CLAUDIO CRUZ-
397/2019-830.151/2018-XTZ MINERIUM LTDA-
398/2019-830.188/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
399/2019-830.228/2018-SITON DO BRASIL LTDA EPP-
400/2019-830.532/2018-RAYLAN EUSTAQUIO ALVES DE ALVARENGA-
401/2019-830.693/2018-PORTO DE AREIAS ÁGUA VERMELHA LTDA.-
402/2019-830.788/2018-MILTON JOSÉ DE PINHO-
403/2019-830.797/2018-MINERAÇÃO URUCUIA LTDA-
404/2019-830.798/2018-MINERAÇÃO URUCUIA LTDA-
405/2019-830.832/2018-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
406/2019-830.833/2018-RODOLFFO ROCHA ARDUINI-
407/2019-830.848/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
408/2019-830.955/2018-FABIO MARTIN-
409/2019-830.982/2018-MINERADORA NOSSA SENHORA DA AJUDA LTDA EPP-
410/2019-831.346/2018-PEDRO AGUIAR RODRIGUES-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 23/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

411/2019-834.148/2011-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-
412/2019-830.001/2013-STQB SÃO THOMÉ QUARTZITO BRASIL LTDA ME-
413/2019-831.211/2017-DIOGO ROCHA SOARES-
414/2019-831.340/2017-BRIDGE PARTICIPAÇÕES-
415/2019-830.415/2018-MINERAÇÃO DULCE VALADARES LTDA-
416/2019-830.894/2018-AREAL BIELA VISTA LTDA-
417/2019-830.896/2018-CRISTINA BUENO GUIMARÃES-
418/2019-830.897/2018-CRISTINA BUENO GUIMARÃES-
419/2019-831.638/2018-HAROLDO HERMES CAMPOS-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

420/2019-830.170/2008-COMPANHIA MINEIRA DE METAIS-
421/2019-834.502/2010-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA-
422/2019-834.681/2010-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
423/2019-834.682/2010-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
424/2019-834.684/2010-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
425/2019-830.986/2011-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
426/2019-833.474/2011-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-
427/2019-833.682/2011-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
428/2019-834.243/2011-VALE S A-
429/2019-832.058/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
430/2019-832.142/2012-ALISON CELSO DA SILVEIRA-
431/2019-832.304/2012-VITOR SAD CADAR-
432/2019-830.054/2015-EDUARDO REALINO SILVA.-
433/2019-830.176/2016-LARISSA COUTO FARIA-
434/2019-831.024/2017-GABRIEL JUNIOR DAVID BRAS ME-
435/2019-831.241/2017-JACOB ANTONIO SALOMÃO-
436/2019-831.330/2017-ANDRÉ MACIEL MACHADO-
437/2019-830.012/2018-TAVARES EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA ME-
438/2019-830.144/2018-TERRATIVA MINERAIS S.A.-
439/2019-830.155/2018-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-
440/2019-830.164/2018-XTZ MINERIUM LTDA-
441/2019-830.259/2018-PALACE EMPREENDIMENTOS LTDA-

442/2019-830.354/2018-IPAR PARTICIPACOES LTDA-
443/2019-830.441/2018-MARIA DOLORES BRITO JARDIM-
444/2019-830.492/2018-PAULO VITOR FERREIRA DA SILVA-
445/2019-830.495/2018-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
446/2019-830.509/2018-SAGODI MINERAÇÃO LTDA ME-
447/2019-830.516/2018-CARDOSO MARTINS ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA. ME-
448/2019-830.548/2018-JOSE CARLOS ALTOÉ-
449/2019-830.618/2018-BRAZMINCO LTDA-
450/2019-830.619/2018-PIEDADE ISMÊNIA DE RESENDE-
451/2019-830.640/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
452/2019-830.644/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
453/2019-830.646/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
454/2019-830.659/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
455/2019-830.660/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
456/2019-830.677/2018-LACT MINERAÇÃO LTDA. EPP-
457/2019-830.728/2018-EMPRESA DE MINERAÇÃO BORGES LTDA ME-
458/2019-830.743/2018-SAEXI SANTO EXPEDITO AGROPECUÁRIA LTDA.-
459/2019-830.744/2018-SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES LTDA-
460/2019-830.768/2018-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-
461/2019-830.898/2018-EMPRESA DE MINERAÇÃO BORGES LTDA ME-
462/2019-830.920/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
463/2019-830.921/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
464/2019-830.922/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
465/2019-830.923/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
466/2019-830.924/2018-ANDRE RODRIGUES TOLEDO-
467/2019-830.956/2018-ROMERO ALI ADRI-
468/2019-830.967/2018-MINERAÇÃO CHAPADA DAS PERDIZES LTDA-
469/2019-830.983/2018-EDELMO MARCONDES DA COSTA CPF 025.544.236 01 ME-
470/2019-831.191/2018-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

CLAUDIO HECHT

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 1/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
860.569/2017-ATHOS LUIZ DEZONNE DE SOUSA -Alvará N°6980/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
860.170/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.808/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.809/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.810/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.811/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.812/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.813/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.851/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.852/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.853/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.855/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.856/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.858/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.859/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.860/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.861/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
861.125/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
861.235/2015-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.
860.032/2016-JUMACOL JUPARANÃ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
860.251/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA
860.575/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.696/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.699/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.700/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.701/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.702/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.704/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.707/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.772/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA
860.129/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
860.148/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
860.600/2014-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA-ALVARÁ N°1988/2015
860.320/2016-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-ALVARÁ N°12268/2016
860.321/2016-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-ALVARÁ N°12269/2016
860.322/2016-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-ALVARÁ N°12271/2016
860.336/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°1047/2017
860.337/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°1048/2017
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
860.250/2012-JOÃO CORDEIRO VASCO-ALVARÁ N°1717/2016
860.821/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1560/2016
860.822/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1561/2016
860.823/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1562/2016
860.859/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1718/2016
860.872/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1565/2016
861.053/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1589/2016
861.054/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1590/2016
861.055/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°1591/2016
861.656/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1949/2016
861.657/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1950/2016
861.658/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1951/2016
861.659/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1952/2016
861.660/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1953/2016
861.661/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1954/2016
861.662/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1955/2016
861.663/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1956/2016
861.664/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1957/2016
861.665/2012-SERRA VERDE PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1958/2016
861.974/2012-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-ALVARÁ N°3260/2016
861.033/2014-TERRATIVA MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°7062/2015
860.130/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-ALVARÁ N°2814/2016

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL TIPO I NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 10/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.234/2006-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-BOTUMIRIM/MG - Guia n° 231/2018-15.600 Toneladas/ano-Quartzito- Validade:01/10/2020 ou PL
832.063/2012-FRANCO WEBER-UBERABA/MG, UBERLÂNDIA/MG - Guia n° 213/2018-50.000 Toneladas/ano-Areia (agregado)- Validade:28/09/2019
830.024/2017-PATRIMÔNIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E MINERAÇÃO EIRELI.-DIOGO DE VASCONCELOS/MG - Guia n° 232/2018-10.728 Toneladas/ano-Esteatito-Validade:22/08/2020 ou PL
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
833.936/2010-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-AIURUOCA/MG, SERITINGA/MG, SERRANOS/MG - Guia n° 237/2018-23.040 Toneladas/ano-Minério de Ouro-Validade:13/08/2028 ou PL
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.871/1998-COMERCIO DE PEDRA IRIFER LTDA-CASA GRANDE/MG, CRISTIANO OTONI/MG - Guia n° 233/2018-12.000 m3 (31.200 Toneladas/ano)-Gnaisse-Validade:02/02/2022 ou PL
830.550/2005-ERNESTO AVELINO DE SOUZA ALMEIDA CPF 34646582600 ME-PIRANGUINHO/MG, SÃO JOSÉ DO ALEGRE/MG - Guia n° 236/2018-36.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:05/03/2022 ou PL
830.789/2005-TST AREIAS, REFLORESTAMENTO E MÁQUINAS LTDA ME-BOM SUCESSO/MG, IBITURUNA/MG, NAZARENO/MG - Guia n° 234/2018-50.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:05/03/2022
832.359/2006-CERÂMICA ALPERCATA LTDA-ITANHOMI/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG - Guia n° 220/2018-12.000 Toneladas/ano-Argila- Validade:09/02/2021 ou PL
831.142/2011-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA-CANA VERDE/MG, NEPOMUCENO/MG, PERDÕES/MG - Guia n° 235/2018-16.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:18/06/2028 ou PL
831.790/2011-NADSON TORRES SARMENTO ME-COMERCINHO/MG, SALINAS/MG - Guia n° 210/2018-8.000 Toneladas/ano-Granito (revestimento)-Validade:28/08/2019 ou PL
830.612/2013-MORAIS E REIS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-FORTUNA DE MINAS/MG, PEQUI/MG, SÃO JOSÉ DA VARGINHA/MG - Guia n° 230/2018-16.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:04/07/2028 ou PL
830.965/2014-SOUZA MINERAÇÃO LTDA-FRANCISCÓPOLIS/MG - Guia n° 218/2018-3.250 Toneladas/ano-Granito- Validade:03/07/2021 ou PL

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 20/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.397/2013-MIRANDA E ASSUNÇÃO LTDA ME-OF. N°007/2019/UAPM/MG
833.721/2013-ARAXÁ METALS S.A.-OF. N°002/2019/UAPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
800.542/1974-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-Of.109/2019-DFMNM/MG - Prorrogação de Prazo de LI, com fundamento no Dec.9406/2018, Art. 31, §4°
830.839/1986-MARIA DE LOURDES VALADARES FILGUEIRAS-Of.78/2019-DFMNM/MG - Prorrogação de Prazo de LI, com fundamento no Dec.9406/2018, Art. 31, §4°
832.307/2003-OURO MINAS GRANITOS LTDA.-Of.79/2019-DFMNM/MG - Prorrogação de Prazo de LI, com fundamento no Dec.9406/2018, Art. 31, §4°
830.061/2005-MINERADORA OCTACÍLIO CARLOS DE SOUZA LTDA-Of.112/2019-DFMNM/MG - Prorrogação de Prazo de LI, com fundamento no Dec.9406/2018, Art. 31, §4°
834.444/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA SUL DE MINAS LTDA ME-Defere pedido de prorrogação de prazo para apresentar Licença Ambiental protocolizado em 07/12/17
830.570/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-Of.80/2019-DFMNM/MG - Prorrogação de Prazo de LI, com fundamento no Dec.9406/2018, Art. 31, §4°
832.219/2012-PECUARIA MORRINHOS LTDA-Of.67/2019-DFMNM/MG - Prorrogação de Prazo de LI, com fundamento no Dec.9406/2018, Art. 31, §4°
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.542/1974-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°100/2019/DGTM/MG
832.664/1994-CALCINAÇÃO VITÓRIA LTDA.-OF. N°144/2019/DFMNM/MG
831.621/2001-ALTIVO PEDRAS LTDA-OF. N°101/2019/DFMNM/MG
830.007/2002-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.-OF. N°2455/2018/DGTM
832.866/2002-PEDRAS & NATUREZA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°96/2019/DFMNM/MG
830.936/2003-OURO MINAS GRANITOS LTDA.-OF. N°141/2019/DFMNM/MG
831.189/2003-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-OF. N°2396/2018/DFMIM/MG
832.442/2003-GREEN SLATE MINING LTDA-OF. N°51/2019-DFMNM/MG
832.957/2003-MINERACAO MORRO VERDE LTDA-OF. N°81/2019-DFMNM/MG
830.061/2005-MINERADORA OCTACÍLIO CARLOS DE SOUZA LTDA-OF. N°113/2019/DGTM/MG
832.912/2005-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°140/2019/DFMIM/MG
830.578/2006-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2447/2018/DFMIM/MG
832.338/2008-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°03/2019/DFMNM/MG
834.191/2012-CERÂMICA BOAPABA LTDA EPP-OF. N°171/2019/DFMNM/MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
830.573/1997-JOSÉ NEVES DE OLIVEIRA FILHO-OF. N°452/2017-ANAPRO/DGTM/MG
832.389/2003-MINERAÇÂO CAMPO DA DONA LTDA-OF. N°496/2010-DGTM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
831.621/2001-ALTIVO PEDRAS LTDA-OF. N°101/2019/DFMNM/MG-60 dias
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
832.107/2003-Estrela do Sul Mineraçao Ltda- AI N°01 E 02/2019-UAPM/MG
Determina arquivamento do Auto de Infração(807)
832.107/2003-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- AI N°17 e 18/2018-Superindetência/ DNPM/MG-ERPM
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)

830.336/2001-EXTRATIVA DE SILÍCIO LTDA -AI N°1360,1361,1362,1363,1364,1365,1366,1367,1368,1369,1370 e 1371/13-MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.575/1935-GERDAU AÇOMINAS S.A.-OF. N°86/2019-DFMIM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
830.889/1980-ANEX MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°52/2019-DFMNM/MG
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
832.129/2014-WANDER JOSÉ DOS REIS ME - Registro de Licença N° 4.470/2015 - Publicado no DOU de 02/07/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.533/2012-AREIAS SANTA QUITÉRIA LTDA EPP-OF. N°133/2019/DFMNM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
832.142/1996-GERALDO AMARO DA SILVA-OF. N°61/2019-DFMNM/MG
830.161/2010-PMZ AUTOMÓVEIS COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA.-OF. N°56/2019-DFMNM/MG
833.846/2013-CONSTRUTORA SANTA HELENA E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA-OF. N°60/2019-DFMNM/MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.533/2012-AREIAS SANTA QUITÉRIA LTDA EPP- Registro de Licença N° 3.993/2013 - Vencimento em 12/07/2021
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
832.129/2014-WANDER JOSÉ DOS REIS ME
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
835.983/1995-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
831.057/2014-ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.318/2016-MINERAÇÃO OLIVEIRA LTDA. ME-OF. N°82/2019-DFMNM/MG
830.260/2017-MARCOS JOSE DE PAULA-OF. N°71/2019-DFMNM/MG
830.454/2017-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA ME-OF. N°69/2019-DFMNM/MG
831.328/2017-M R DINIZ COMERCIO DE CASCALHO ME-OF. N°97/2019/DFMNM/MG
831.448/2017-MARTHA DE CAMPOS ALVARES E BARREIRO-OF. N°68/2019-DFMNM/MG
831.457/2017-NUNES FILHO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°98/2019/DFMNM/MG
831.657/2017-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°70/2019-DFMNM/MG
831.700/2017-CERÂMICA J.T. FARIA LTDA ME-OF. N°107/2019/DFMNM/MG
830.969/2018-HENRIQUE CARDOSO DE CARVALHO ME-OF. N°76/2019/DFMNM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
831.936/2016-MINERAÇÃO VIEIRA NETO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°58/2019-DFMNM/MG
830.154/2017-LUIS CARLOS MATIAS ME-OF. N°55/2019-DFMNM/MG
830.318/2017-ELENICE MARIA DE SOUZA-OF. N°57/2019-DFMNM/MG
831.460/2017-ARLEI RODRIGUES BORGES-OF. N°54/2019-DFMNM/MG
831.461/2017-ARLEI RODRIGUES BORGES-OF. N°54/2019-DFMNM/MG
831.736/2017-CONSTRUTORA PIERRE DORENSE LTDA-OF. N°53/2019-DFMNM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
830.264/2018-CONSTRUTORA S RIBEIRO EIRELI EPP-OF. N°106/2019/DFMNM/MG
830.488/2018-AURÉLIO CLÁUDIO BAQUIÃO-OF. N°93/2019/DFMNM/MG
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
831.455/2016-TABULEIRO PREFEITURA-OF. N°105/2019/DFMNM/MG
832.232/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RESENDE-OF. N°104/2019/DFMNM/MG
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
833.957/2006-ESPÓLIO DE ELZIRA BRANDÃO GUIMARÃES PINTO

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 21/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.774/2001-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A. -Alvará N°5876/2001
831.698/2003-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A. -Alvará N°7289/2003
834.423/2010-PROTASIO DE MELO PENNA -Alvará N°7719/2011
831.876/2013-PROTASIO DE MELO PENNA -Alvará N°10176/2013
830.731/2014-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°13515/2015
831.351/2016-LAVIVA CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°996/2017
830.104/2017-GERMANO BATISTA ME -Alvará N°6880/2017
830.105/2017-GERMANO BATISTA ME -Alvará N°7954/2017
830.474/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°2952/2018
831.463/2017-MARIA APARECIDA VILELA VALIAS DE PAIVA -Alvará N°8595/2017
831.464/2017-MARIA APARECIDA VILELA VALIAS DE PAIVA -Alvará N°8596/2017
830.371/2018-MINERAÇÃO ALPHA CENTAURI LTDA -Alvará N°2193/2018
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
002.857/1935-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS- Fonte:Mayrink I;Marca Caxambu;Volumetria(Embalagem)1,361L(carbogasosa);Fonte:Mayrink II;Marca:Caxambu;Volumetria(Embalagem)1,361L(carbogasosa);Fonte:Mayrink III;Marca:Caxambu;Volumetria(Embalagem)1,361L(sem gás)- CAXAMBU/MG
001.356/1940-MINERAÇÃO ÁGUA PADRE MANOEL LTDA.- Fonte Padre Manoel I; Marca:Passa Quatro;Embalagem (Volumetria) 20L;10L;5L;1,5L;510mL;310mL;copinhos 300mL e 200mL,(todas sem gás);2L e 510mL(com gás); Fonte Padre Manoel I;Marca:Magna;Embalagem (Volumetria)20L e 510mL (sem gás) e 510mL(com gás)- PASSA QUATRO/MG
831.433/2002-D'EXTREMA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- Fonte Santa Rita;Marca D'Extrema; Embalagem (Volumetria) 20L;1,5L e 510mL(sem gás)- EXTREMA/MG
831.988/2002-CPN MINERAÇÃO LTDA- Fontes:Água Leve V e Água Leve VI;Marca:BONAFONT Água Leve;Embalagem:300mL;330mL;500mL;650mL;1,5L e 2,25L;Fontes:Água Leve VII e Água Leve VIII;Marca:BONAFONT Água Leve;Embalagem:500mL(sem gás)- JACUTINGA/MG
833.048/2005-NOVA LAMBARI LTDA ME- Fonte Caetano Santoro; Marca:Bela Serra;Volumetria(Embalagem) 20L e 10L, sem gás- LAMBARI/MG
830.793/2006-S.R. MINERAÇÃO LTDA ME- Fonte Pedra Santa;Marca:Original de Minas;Volumetria(Embalagem) 510mL,sem gás- CHÁCARA/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
830.095/2007-CONSÓRCIO DA HIDRELÉTRICA DE AIMORÉS
831.492/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.
831.333/2011-USINA CAETÉ S.A.
834.759/2011-UNICIG EXTRAÇÃO DE DE ARGILA LTDA
832.937/2013-MANOEL ABREU DE LIMA
831.058/2014-ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA.
833.276/2015-RONALDO DA SILVA AMARAL
830.094/2016-PROSPER MINERAÇÃO LTDA.
832.172/2016-VOTORANTIM SIDERURGIA S.A
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
830.738/2001-EDILSON BERNARDES DOS SANTOS
830.710/2003-MARLY ROSÂNGELA GONÇALVES
831.603/2003-UNICIG EXTRAÇÃO DE DE ARGILA LTDA
831.627/2003-AREIAS E ARGILA CENTRO OESTE LTDA
832.996/2004-CESAR JOSÉ CEOLIN
833.066/2004-CESAR JOSÉ CEOLIN
832.032/2005-MBC MATERIAIS BÁSICOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
832.033/2005-MBC MATERIAIS BÁSICOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
830.376/2007-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA
831.146/2007-DRAGA DOURADOS LTDA.
831.480/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.
831.481/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.
831.485/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.
831.489/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.
831.493/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.
831.674/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.
830.669/2008-SERRARIA MARIA CLARA LTDA
830.215/2009-MANOEL ABREU DE LIMA
831.312/2011-VARCONIO APOLINARIO GOMES
834.321/2011-RONALDO DA SILVA AMARAL
830.001/2012-ELTON ANDRADE DA FONSECA ME
831.453/2012-ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA.
831.454/2012-ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA.
831.688/2013-CERÂMICA SANTA CLARA LTDA EPP
831.973/2015-VECOL TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
832.991/2015-ABRÃO ANTONIO JORGE
832.403/2016-CONSTRUTORA TRIUNFO SA

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 24/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.599/1987-MINERAÇÃO SOLEDADE LTDA
831.523/2008-BRAULLIO PALHARES SOARES SOUZA
834.658/2011-TARGIO MURILO DINIZ PEREIRA CPF 456.564.956 04
830.700/2013-SÉRGIO BORGES NETTO
833.325/2013-SARVAS AGROPECUARIA LTDA ME
830.198/2014-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
830.199/2014-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
830.200/2014-PROLUMIX DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA
830.634/2014-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA
830.818/2014-ANTONIO LUIS NETO CUSTÓDIO
830.180/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
830.181/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
830.182/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
830.183/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
830.184/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
831.154/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 25/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.881/2014-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-ALVARÁ N°1885/2016
832.373/2015-IZABELLA MARIA TAVARES-ALVARÁ N°6418/2016
832.440/2015-JOÃO ALVES DA SILVA-ALVARÁ N°8327/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
832.410/2011-JOAO ANTONIO FERNANDES-ALVARÁ N°10.272/2011
832.844/2012-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°14243/2015
832.854/2012-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°14245/2015
832.855/2012-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°14246/2015
830.602/2013-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°2340/2014
832.237/2013-VOTORANTIM METAIS S.A-ALVARÁ N°14259/2015
832.632/2013-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°14993/2015
833.444/2013-TRATER PESADOS RENTAL LTDA-ALVARÁ N°14898/2015
833.918/2013-VOTORANTIM METAIS S.A-ALVARÁ N°15019/2015
831.932/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°16737/2015
832.462/2014-TRIGON MINING PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14.971/2015
832.586/2014-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°1132/2016
832.742/2014-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°15033/2015
832.744/2014-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°15034/2015

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 26/2019

Fase de Concessão de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(1096)
832.703/1994-DRAGAGEM SANTO ANTÔNIO PIRAPORA LTDA ME

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 27/2019

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
832.046/2000-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- AI N° 01/2019-UAPC/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.221/1981-AGR MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°11/2019-DIREM/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 7/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.220/2002-JEAN CARLOS ZIMMERMANN ME-AI N°002/2019
815.482/2007-ROGÉRIO LUIS BALTT-AI N°003/2019
815.001/2009-JOSÉ PAULO NESI-AI N°004/2019
815.976/2010-DOLORES CORREIA-AI N°005/2019
815.864/2011-SILVIA PATZSCH VIEIRA-AI N°006/2019
815.909/2011-PEDRO GIOVANE MONDINI-AI N°007/2019
815.917/2011-CVW AGROGEO LTDA ME-AI N°008/2019
815.920/2011-EDER LINDOMAR HERSING-AI N°009/2019
815.123/2012-SEBASTIAO PADILHA ALVES DA SILVA-AI N°023/2012
815.141/2012-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA-AI N°024/2019
815.148/2012-TERFAL MAT. CONST. LTDA-AI N°025/2019
815.158/2012-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA-AI N°026/2019
815.238/2012-GETULIO BAUMGARTNER-AI N°027/2019
815.239/2012-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°028/2019
815.265/2012-CYSY MINERAÇÃO LTDA-AI N°029/2019
815.272/2012-RAFAEL MOSCHEN DE OLIVEIRA-AI N°030/2019
815.280/2012-COSTA BRAVA ADMINISTRADORA E INVESTIDORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA-AI N°31/2019
815.328/2012-SERFORTE ADM. SERV. LTDA-AI N°032/2019
815.330/2012-JOELSON MANOEL ROCHA ME-AI N°033/2019
815.545/2012-ALCIDES WALDOW-AI N°058/2019
815.579/2012-HARDT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME-AI N°063/2019
815.629/2012-INDUGRAMAR MARMORES E GRANITOS LTDA-AI N°064/2019
815.643/2012-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS PINHEIRENSE LTDA-AI N°069/2019
815.706/2012-LAURO FRÖHLICH-AI N°074/2019
815.069/2013-ANDINA ENGENHARIA LTDA-AI N°0101/2019
815.076/2013-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA-AI N°0102/2019
815.081/2013-RODRIGO GOMES PHILIPPI-AI N°0103/2019
815.109/2013-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-AI N°0104/2019
815.110/2013-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-AI N°0105/2019
815.111/2013-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-AI N°0106/2019
815.114/2013-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-AI N°0107/2019
815.133/2013-BLAUDINEI NUNES GONÇALVEZ-AI N°0108/2019
815.137/2013-TENDÊNCIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-AI N°0109/2019
815.138/2013-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR-AI N°0110/2019
815.146/2013-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-AI N°0111/2019
815.149/2013-LUIS ANTONIO SILVA-AI N°0112/2019
815.156/2013-ERIVELTO TESTONI-AI N°0113/2019
815.158/2013-TENDÊNCIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-AI N°0114/2019
815.160/2013-TENDÊNCIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-AI N°0115/2019
815.382/2013-DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°0148/2019
815.384/2013-DIEGO DA ROSA CARDOSO-AI N°0149/2019
815.385/2013-JOÃO FABRÍCIO RAMOS DOS SANTOS-AI N°0150/2019
815.398/2013-NEUNARI NICARO FORNARI-AI N°0152/2019
815.495/2013-BRITAGEM GASPAR LTDA EPP-AI N°0170/2019
815.512/2013-EXATIDÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-AI N°0171/2019
815.517/2013-JULIO CESAR BALDISSERA-AI N°0172/2019
815.520/2013-SANDRO ZAPPANI-AI N°0173/2019
815.536/2013-CASAGRANDE MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE ARGILA LTDA-AI N°0174/2019
815.606/2013-EDUARDO SCHMIDT-AI N°178/2019
815.618/2013-CENTRAL DE BRITAGEM CASTELINHO LTDA ME-AI N°0179/2019
815.632/2013-ORLANDO CATULINO ANTUNES MENDES-AI N°0180/2019
815.643/2013-FABIO BERNDT SLONCZEWSKI-AI N°0181/2019
815.650/2013-VALDIR DE OLIVEIRA-AI N°0182/2019
815.663/2013-SANTOS IMBITUBA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP-AI N°183/2019
815.688/2013-ABELARDO BENIGNO & COSTA EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°0184/2019
815.692/2013-MAIOMAQ TERRAPLANAGEM LTDA EPP-AI N°0185/2019
815.724/2013-ANTONIO CARLOS BORGES EXTRAÇÃO ME-AI N°0186/2019
815.729/2013-HEIDRICH S A CARTÕES RECICLADOS HCR-AI N°0187/2019
815.730/2013-HEIDRICH S A CARTÕES RECICLADOS HCR-AI N°0188/2019
815.741/2013-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°0189/2019

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 11/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
816.001/2013-TRANSPORTES A. MAIOCHI LTDA.- AI N°1053/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(813)
815.453/2011-PHOENIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME- Publicado DOU de 15/08/2016 - AI nº 1127/2015
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
815.235/2007-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME- AI N°723/2011
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
815.235/2007-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME- AI N°723/2011

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 12/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.631/2018-LCJ EXTRAÇÃO EIRELI-OF. N°500/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.381/2017-LEOPOLDO CLAUDINEI JANUÁRIO-OF. N°500/2019
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.636/2014-BRUENING PEREIRA & BRUENING PEREIRA LTDA. ME- Área de 950,68 ha para 48,73 ha-Areia
815.655/2014-MARIA ANGELITA MAFRA- Área de 59,68 ha para 50,00-Saibro
815.302/2015-OXFORD MINERAÇÃO LTDA- Área de 44,91 ha para 9,51 ha-Saibro
815.623/2015-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO- Área de 807,48 ha para 49,94 ha-Saibro
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.622/2007-ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA-OF. N°501/2019
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.353/2009-ALEX SANDRO ADURVÂNIO REUS ME-MORRO DA FUMAÇA/SC, TREZE DE MAIO/SC - Guia n° 2/2019 e 3/2019-12.000 e 50.000toneladas/ano-Areia-Validade:06/02/2020
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.452/2003-FRASSON EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- 8244 n° 2003 - Cessionário: AREIAS DE JAGUARUNA LTDA- CNPJ 17601416/0001-68
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.563/2002-AGUAS DA PEDRA BRANCA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA.- FONTE: Pedra Branca 1 - ARRENDATÁRIA: BAGGIO INDÚSTRIA LTDA, Marca Font Life. Embalagens descartáveis: 5 L sem gás.- PALHOÇA/SC
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
815.327/1992-INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S A- AI Nº 245/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.327/1992-INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S A-OF. N°489/2019
816.176/1996-OLIVEIRA & NEVES LTDA EPP-OF. N°486/2019
815.148/1999-ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA-OF. N°501/2019
815.285/1999-ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA-OF. N°501/2019
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.627/2016-EXARTE EXTRAÇÃO DE AREIA E TERAPLANAGEM LTDA ME-Registro de Licença N° 2133/2019 - Vencimento em 05/08/2019
Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
815.126/2009-ALBINO & CIA LTDA ME- AI N°403/2019
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
815.365/1988-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.366/1988-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.432/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.433/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.031/1992-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.373/1997-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.430/1997-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.564/2011-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
815.565/2011-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
815.364/1988-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Processo englobado:815.365/1988, 815.366/1988, 815.432/1989, 815.433/1989, 815.031/1992, 815.373/1997, 815.430/1997, 85.564/2011 e 815.565/2011.
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.126/2009-ALBINO E CIA LTDA ME-OF. N°494/2019
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.302/2018-MUNICÍPIO DE CRICIÚMA- Registro de Extração N°2/2019 de 06/02/2019

MARCUS GERALDO ZUMBLICKANM

DESPACHO
Relação nº 13/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.419/2018-CAMBIRELA EXT. COM. DE SÍLEX LTDA EPP-OF. N°514/2019
815.649/2018-MINERCRIL SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA.-OF. N°510/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.693/2006-GRAZIELLE KUSTER-OF. N°509/2019
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.430/2014-BRITAGEM BOSA LTDA ME- Área de 364,03 ha para 41,87 ha-Cascalho
815.788/2016-PEDRO FABIO MONDINI- Área de 291,99 ha para 45,35 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.167/2007-RAFAEL PETRY-Água Mineral
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.755/2006-MAURÍCIO WITKOWSKY
Determina cumprimento de exigência- DIPEM - Prazo 60 dias(1019)
815.279/2006-BALNEÁRIO THERMAS DE OURO SA-OF. N°516/2019
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.454/2003-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-OF. N°518/2019
815.671/2004-INDUSTRIA CERAMICA DE TELHAS COLONIAIS LTDA-OF. N°519/2019
815.576/2008-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°504/2019 e 505/2019
815.344/2011-ARGIMINAS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°517/2019
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.589/2002-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-TIJUCAS/SC - Guia n° 4/2019-28.800toneladas/ano-Areia- Validade:07/02/2019
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.803/2014-IBERICA CONSTRUÇÕES CIVIS E VIÁRIAS LTDA ME-OF. N°513/2019

MARCUS GERALDO ZUMBLICK

DESPACHO
Relação nº 16/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.720/2015-RENE ROGÉRIO COSTA- Alvará n°16.633/2015 - Cessionario:815.639/2018, 815.640/2018 e 815.641/2018-Nellino Costa Eireli Me.- CPF ou CNPJ 28928129/0001-83

815.929/2015-GILMAR MARTINS- Alvará n°2.486/2016 - Cessionario:815.002/2019-Ricardo Morais Concretos Eireli- CPF ou CNPJ 17733558/0001-89
815.712/2016-AUGUSTO BENACI FILHO- Alvará n°141/2017 - Cessionario:815.653/2018, 815.654/2018, 655/2018 e 815.656/2018-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA.- CPF ou CNPJ 01185136/0001-86
815.408/2018-HELVIO LUIZ DEBONI- Alvará n°8.367/2018 - Cessionario:815.590/2018 e 815.592/2018-Extração de Are3ia Minazém ltda- CPF ou CNPJ 13784028/0001-09
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
815.204/2001-IFC INDÚSTRIA DE FOSFATADOS CATARINENSE LTDA
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
815.814/2015-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.- AI N°504/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.443/2007-COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO-OF. N°670/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.304/2014-JOSÉ AGOSTINELLI NETO- Cessionário:Cia de Águas Termais do Gravatal- CPF ou CNPJ 86.434065/0001-60- Alvará n°791/2017
815.704/2015-ADELIR DA SILVA VARGAS- Cessionário:Vga participações Eireli- CPF ou CNPJ 30175684/0001-23- Alvará n°1.194/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.814/2015-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.- Área de 559,11 ha para 49,61 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.672/2016-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA-Argila
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
815.443/2007-COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO- AI N°947/2009
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
816.202/1995-ELIANE S A REVESTIMENTOS CERÂMICOS-OF. N°660/2019
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.714/2007-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO LTDA. EPP.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.431/2003-ADEMIR JOÃO VIEIRA- Alvará n° 8.218/2003 - Cessionário: VEGETAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICÊUTICOS E NUTRACÊUTICOS LTDA- CNPJ 06009684/0001-79
815.540/2013-RANGEL CORREA DE SOUZA- n° Nº NENHUM TITULO ASSOCIADO - Cessionário: TENDÊNCIA MINERADORA LTDA.- CNPJ 19692514/0001-83
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
014.924/1936-CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.- AI N° 2925/2019
815.129/2002-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP- AI N° 249/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.270/1938-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA-OF. N°629/2019
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.429/1997-EXTRAÇÃO DE AREIA VERDE VALE LTDA EPP-OF. N°665/2019
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.202/2003-EXTRAÇÃO DE AREIA COLEONI LTDA- Registro de Licença N° 1037/2018 - Vencimento em 22/11/2019
815.450/2009-WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 1472/2015 - Vencimento em 01/11/2022
815.027/2015-ZANETTE INDUSTRIA CERAMICA LTDA EPP- Registro de Licença N° 1690/2015 - Vencimento em 30/10/2022

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 1/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração - RAL(1697)
846.145/2013-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- AI N°361/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 3/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.216/2016-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP-OF. N°2.025/2018-ANM/ES
896.169/2018-GILMAR JOSÉ DE CARVALHO ME-OF. N°006/2019-GER-ANM/ES
896.173/2018-FRANCISCO SERGIO BRAVIN DE OLIVEIRA-OF. N°005/2019-GER-ANM/ES
896.176/2018-C & C MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°004/2019-GER-ANM/ES
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
896.140/2013-MLOG S.A
Aceita defesa apresentada(241)
896.055/2004-C.A. CARVALHO - ME
896.349/2004-MINERAÇÃO LAGOA PRETA LTDA.
896.402/2006-PROGEMA MINERAÇÃO LTDA ME
Nega provimento a defesa apresentada(242)
896.606/2010-NUTRIPETRO S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.066/2002-GEMINI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°009/2019-ANM/ES
896.545/2012-CERÂMICA BOAPABA LTDA EPP-OF. N°0038/2019-GER-ANM/ES
896.169/2015-BRITO STONE BLESSED LTDA EPP-OF. N°0022/2019-GER-ANM/ES
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
896.055/2004-C.A. CARVALHO - ME- AI N°61/2010 - 20° Distrito DNPM/ES
896.349/2004-MINERAÇÃO LAGOA PRETA LTDA.- AI N°527/2009 - 20º Distrito DNPM/ES
896.402/2006-PROGEMA MINERAÇÃO LTDA ME- AI N°0356/2013 - SR-DNPM/ES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
896.242/2002-CERÂMICA MARILÂNDIA LTDA EPP-OF. N°015/2019-GER-ANM/ES
896.267/2003-MINERAÇÃO VG LTDA ME-OF. N°2.018/2018-GER-ANM/ES
896.375/2006-CERÂMICA ADÉLIO LUBIANA LTDA EPP-OF. N°0040/2019-GER-ANM/ES
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.267/2003-MINERAÇÃO VG LTDA ME-ARACRUZ/ES - Guia n° 0001/2019-50.000T/ANO-AREIA- Validade:07/01/2022
896.151/2013-NOBERTO SCHMITH BELZ EPP-COLATINA/ES - Guia n° 0048/2018-16.000T/ANO-GRANITO- Validade:01/01/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
896.382/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°011/2019-ANM/ES
Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
896.207/2005-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA - (Propostas apresentadas através das juntadas de números 48420-005106/2013; 48420-005107/2013; 48420-005108/2013 e 48420-005109/2013)
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
896.741/2003-VALE S A
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de Licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
896.396/2011-CONTRACTOR MINERAÇÃO LTDA- NOT NºOF. 0036/2019-ANM/ES
896.592/2011-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA- NOT Nº1.999/2018-DNPM/ES
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
896.367/2000-GELSON DELTINO DA SILVA - Registro de Licença N° 01/2001 - Publicado no DOU de 01/10/2001
896.409/2008-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA - Registro de Licença N° 01/2009 - Publicado no DOU de 16/07/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.107/2009-AGROBARRA AGROPECUARIA BARRA NOVA LTDA-OF. N°042/2019 e 043/2019-GER-ANM/ES
896.162/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A-OF. N°050/2019-ANM/ES
896.038/2013-CERÂMICA NIOBIO LTDA EPP-OF. N°013/2019-ANM/ES
896.241/2014-NV CONCRETOS LTDA ME-OF. N°2.030/2018-ANM/ES
896.318/2015-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME-OF. N°1.997/2018-DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
896.537/2010-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA EPP..-OF. N°2.094/2017-DNPM/ES
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
896.311/2000-CERÂMICA CIMACO LTDA EPP- Registro de Licença N° 02/2001 - Vencimento em 14/08/2023
896.543/2007-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 034/2008 - Vencimento em 17/07/2021
896.318/2015-LEIDE MONTEIRO BASTOS ME- Registro de Licença N° 22/2016 - Vencimento em 30/04/2021
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
896.162/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A- AI N°01/2019-ANM/ES
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
896.162/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A -AI N°013/2018-DNPM/ES
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
896.594/2012-JOÃO CARLOS RIGONI ME
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
896.367/2000-GELSON DELTINO DA SILVA
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
896.420/2007-AREMIX EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1.184/2018-DNPM/ES
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.097/2014-MLOG S.A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.146/2017-LEOMAR GONÇALVES DE ALMEIDA ME-OF. N°057/2019-ANM/ES
896.170/2018-CLERES NICKEL-OF. N°2.029/2018-ANM/ES
896.179/2018-BEAUTY STONE LTDA ME-OF. N°019/2019-ANM/ES
896.183/2018-CASA DA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°016/2019-ANM/ES
Autoriza transformação do regime de Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1158)
896.168/2017-MAGA SERVIÇOS LTDA ME
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
896.399/2014-ARGICAL INDUSTRIA DE ARGILA LTDA ME-OF. N°1.028/2017-DNPM/ES
896.066/2016-PRANSAL INDUSTRIA CERAMICA LTDA EPP-OF. N°2.150/2016-DNPM/ES
896.146/2017-LEOMAR GONÇALVES DE ALMEIDA ME-OF. N°1.568/2018-DNPM/ES
896.168/2017-MAGA SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°1.308/2018-DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
896.401/2014-MINERAÇÃO KENNEDY LTDA.-OF. N°2.031/2018-DNPM/ES
896.022/2015-MINERADORA FORTALECE LTDA ME-OF. N°053/2019-ANM/ES
896.075/2018-ANTÔNIO C. DA SILVA MÁRMORES E GRANITOS ME-OF. N°039/2019-ANM/ES
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
896.186/2017-JOSÉ CARLOS PEREIRA GOMES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2124)
896.013/2015-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA-OF. N°2.314/2016-DNPM/ES
896.022/2015-MINERADORA FORTALECE LTDA ME-OF. N°1.201/2015-DNPM/ES
896.168/2015-FJF EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°2.796/2015-DNPM/ES
896.178/2015-MINERAÇAO MACHADO LTDA-OF. N°2.811/2015-DNPM/ES
896.246/2016-VISTA MAR EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA-OF. N°2.377/2017-DNPM/ES

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

GERÊNCIA REGIONAL TIPO V NO ESTADO DO MARANHÃO

DESPACHO
Relação nº 1/2019

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.960/1960-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°40/2019
001.961/1960-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°35/2019
001.962/1960-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°50/2019
001.963/1960-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°37/2019
819.242/1970-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°38/2019
819.244/1970-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°41/2019
816.935/1971-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°48/2019
816.935/1971-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°48/2019
816.935/1971-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°48/2019
817.180/1971-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°34/2019
807.128/1973-ITAMARACÁ S A-OF. N°42/2019
806.948/1976-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°33/2019
804.842/1977-ITAPICURU AGRO INDUSTRIAL S A-OF. N°36/2019
800.150/1981-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°39/2019
800.585/1981-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°51/2019

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 2/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.087/2016-MANANCIAL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.-Registro de Licença N° 001/2019 - Vencimento em 27/07/2021
806.098/2017-ICEMA INDUSTRIA CERAMICA DO MARANHÃO LTDA-Registro de Licença N° 002/2019 - Vencimento em 28/08/2019
806.004/2018-BILIGRAN MUNIZ TRINDADE-Registro de Licença N° 003/2019 - Vencimento em 27/04/2028
806.006/2018-ALEXANDRE LUIS FRANCA RIBEIRO 94394113334-Registro de Licença N° 004/2019 - Vencimento em 16/01/2020
806.036/2018-ZILDO ANTONIO GARCIAS ME-Registro de Licença N° 005/2019 - Vencimento em 25/05/2028

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 3/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
826.024/1998-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA EPP-OF. N°1772/2018 E 1773/2018-DOU de 26/12/2018

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 16/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
555/2019-868.093/2018-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-
556/2019-868.094/2018-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-
557/2019-868.121/2018-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-

CLAUDIO HECHT

DESPACHO
Relação nº 9/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.027/2018-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°87/2019
868.060/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°90/2019
868.061/2018-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°88/2019
868.081/2018-SEBASTIÃO OSMYR FONSECA DE ASSIS-OF. N°89/2019
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.245/2009-ZANPEG ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA-OF. N°15/2019
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
868.353/2009-COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO SÃO DOMINGOS LTDA ME- Cessionário:09.388.662/0001-55- CNPJ COMERCIAL DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PIRAPUTANGA LTDA ME- Registro de Licença N° 17/2010- Vencimento da Licença: 05/06/2020
868.262/2013-ESMERALDO DIAS PEREIRA ME- Cessionário:21.069.420/0001-02-CNPJ ITA RENDÁ MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP- Registro de Licença N° 36/2015-Vencimento da Licença: 23/10/2020

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 2/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
890.106/2015-VALTER CASADIO DO BEM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.100/2018-HACA PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°Ofício nº 070/2019/ANM/RJ-SEREM
890.114/2018-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°Ofício nº 069/2019/ANM/RJ-SEREM
890.142/2018-ARGILA TANGUA LTDA-OF. N°Ofício nº 066/2019/ANM/RJ-SEREM
890.143/2018-ARGILA TANGUA LTDA-OF. N°Ofício nº 064/2019/ANM/RJ-SEREM
890.181/2018-BUZIOS EXPLORACAO MINERAL E PARTICIPAÇÕES-OF. N°Ofício nº 071/2019/ANM/RJ-SEREM
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
890.310/2018-JORGE LUIS MAURICIO CANANEA GOMES
Fase de Autorização de Pesquisa
Aceita defesa apresentada(241)
890.227/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.319/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
Nega provimento a defesa apresentada(242)
890.073/2016-ELIAS E OTAENE TRANSPORTE, LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRA E AREIA LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.578/2009-LENOIR ANTÔNIO GEREMIA-OF. N°Ofício nº 43/2019/ANM/RJ-SEREM
890.042/2010-PEDRACOM PEDREIRAS LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 60/2019/ANM/RJ-SEREM
890.139/2010-M. ELIAS GONÇALVES-OF. N°Ofício nº 33/2019/ANM/RJ-SEREM
890.274/2010-JOSIMAR VASCONCELOS-OF. N°Ofício nº 67/2019/ANM/RJ-SEREM
890.680/2011-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°Ofício nº 36/2019/ANM/RJ-SEREM
890.681/2011-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°Ofício nº 37/2019/ANM/RJ-SEREM
890.696/2011-ARYOVALDO FERENZINI DA SILVEIRA-OF. N°Ofício nº 32/2019/ANM/RJ-SEREM
890.127/2012-VIA NORTE EIRELI-OF. N°Ofício nº 42/2019/ANM/RJ-SEREM
890.522/2012-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.-OF. N°Ofício nº 34/2019/ANM/RJ-SEREM
890.542/2012-EXTRA AREIA RONCA PAU LTDA-OF. N°Ofício nº 41/2019/ANM/RJ-SEREM
890.558/2012-GERALDO DE CASTRO FILHO-OF. N°Ofício nº 35/2019/ANM/RJ-SEREM
890.263/2013-GERALDO DE CASTRO FILHO-OF. N°Ofício nº 40/2019/ANM/RJ-SEREM
890.265/2013-GERALDO DE CASTRO FILHO-OF. N°Ofício nº 39/2019/ANM/RJ-SEREM
890.982/2013-ELIO MOREIRA DA CUNHA-OF. N°Ofício nº 31/2019/ANM/RJ-SEREM
890.267/2014-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°Ofício nº 38/2019/ANM/RJ-SEREM
890.580/2014-PISICULTURA TRÊS VALES LTDA ME-OF. N°Ofício nº 45/2019/ANM/RJ-SEREM
890.300/2016-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 44/2019/ANM/RJ-SEREM
890.276/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 47/2019/ANM/RJ-SEREM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.339/2014-MULTIBLOCO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.-OF. N°1.291/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.355/2007-PEDRAS DECORATIVAS ANA PAULA E ROGER LTDA - ME-Cessionário:Pedras Decorativas Jorge Arthur Ltda Me- CPF ou CNPJ 08.840.655/0001-80-Alvará n°11001/2007
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.268/2010-MINERAÇÃO CORREGO DA ONÇA EIRELI ME
890.360/2010-AREAL SANTA ROSA DE ITAGUAI LTDA ME
890.682/2011-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
890.683/2011-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
890.139/2012-EBTE ENGENHARIA LTDA
890.199/2012-EBTE ENGENHARIA LTDA
890.335/2012-ITABORAÍ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.459/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.461/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.462/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.463/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.464/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.465/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.444/2015-PORPEDRAS PORCIÚNCULA LTDA
890.446/2015-PORPEDRAS PORCIÚNCULA LTDA
890.633/2015-MARIA HELENA RODRIGUES RIBEIRO
890.635/2015-MINERAÇÃO INTEGRADA LTDA. ME
890.085/2017-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
890.057/2018-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
890.107/2018-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
890.664/2013-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA.-AI N°147/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.166/1986-MINERAÇÃO MARBRASIL LTDA-OF. N°Ofício nº 49/2019/ANM/RJ-SEREM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
890.488/2009-ECOAREIA MORRO GRANDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-PETRÓPOLIS/RJ, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ, TRÊS RIOS/RJ, AREAL/RJ - Guia n° 14/2016-24.000toneladas-AREIA- Validade:12 (doze) meses A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA GU NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, e DENTRO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA LIVENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.227/2014-GUZERÁ AKBAR PECUÁRIA LTDA-Registro de Licença N° 3025/2019 - Vencimento em 16/05/2021
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.692/2014-PEDRAS DECORATIVAS ANA PAULA E ROGER LTDA - ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.270/1983-PEDREIRA CAMPO REDONDO LTDA- Registro de Licença N° 287/1985 - Vencimento em 13/01/2020
890.002/1999-AREAL FAMILIA UNIDA LTDA ME- Registro de Licença N° 1.741/2004 - Vencimento em 31/12/2020
890.464/2009-AREAL SANTA ROSA DE ITAGUAI LTDA ME- Registro de Licença N° 2.644/2011 - Vencimento em 31/12/2020
890.380/2011-ANTONIO MENDES AREAL ME- Registro de Licença N° 2.645/2011 - Vencimento em 02/03/2020
890.411/2013-CERÂMICA PESSANHA E GONÇALVES LTDA- Registro de Licença N° 2.945/2016 - Vencimento em 17/12/2023

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 1/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
848.804/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.312/2012-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-OF. N°0044/2019-SEREM/ANM/RN
848.353/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.354/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.355/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.356/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.357/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.358/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.359/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.360/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.362/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.363/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.364/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.365/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.366/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0025/2019-SEREM/ANM/RN
848.367/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.368/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.369/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.370/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°026/2019
848.375/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°059/2019
848.034/2014-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP-OF. N°0042/2019-SEREM/ANM/RN
848.055/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°00462019-SEREM/ANM/RN

848.056/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0047/2019-SEREM/ANM/RN
848.057/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0047/2019-SEREM/ANM/RN
848.058/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0047/2019-SEREM/ANM/RN
848.059/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0046/2019/SEREM/ANM/RN
848.060/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0047/2019-SEREM/ANM/RN
848.061/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0047-2019/SEREM/ANM/RN
848.064/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0046/2019-SEREM/ANM/RN
848.067/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0048/2019-SEREM/ANM/RN
848.068/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0046/2019-SEREM/ANM/RN
848.077/2014-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP-OF. N°0043/2019-SEREM/ANM/RN
848.120/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0032/2014-SEREM/ANM/RN
848.128/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0039/2019-SEREM/ANM/RN
848.159/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0033/2019-SEREM/ANM/RN
848.160/2014-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°028/2019
848.177/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°031/2019
848.190/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°0034/2019-SEREM/ANM/RN
848.216/2014-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°027/2019
848.259/2014-JOSÉ MARIA CUNHA MELO-OF. N°029/2019
848.274/2014-PWX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0035/2019-SEREM/ANM/RN
848.275/2014-PWX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0036/2019-SEREM/ANM/RN
848.276/2014-PWX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0037/2019-SEREM/ANM/RN
848.289/2014-PWX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0038/2019-SEREM/ANM/RN
848.342/2014-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-OF. N°0040/2019-SEREM/ANM/RN
848.277/2018-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°057/2019-GERÊNCIA REGIONAL/ANM/RN
848.301/2018-MARIA VERONICA FERREIRA DE LUCENA-OF. N°023/2019
848.001/2019-MINERAÇÃO MONTE SANTO-OF. N°022/2019
848.004/2019-MINERAÇÃO ECO BRASIL GRANITOS LTDA ME-OF. N°055/2019
848.010/2019-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°056/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.651/2011-MÁRCIO DANTAS TEIXEIRA- Área de 308,009 para 265,93-calcário
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
848.271/2016-V B CAVALCANTE EPP -Alvará N°683/2017
848.180/2017-G ROMANO DOS SANTOS JUNIOR PESQUISA E MINERACAO ME -Alvará N°7429/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.332/2015-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.052/2015-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°24/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.653/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°061/2019-GERÊNCIA/ANM/RN-180 dias
848.189/2013-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°067/2019-GERÊNCIA/ANM/RN-180 dias
848.066/2017-CALCARIO IMAP AGROMINERAÇÃO LTDA-OF. N°068/2019-GERÊNCIA/ANM/RN-180 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.329/2014-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, PATU/RN - Guia n° 02/19 ANM/RN-5.000toneladas-Granito (ornamental)-Validade:08/06/2021
848.122/2017-SERRINHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-CEARÁ-MIRIM/RN, SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN - Guia n° 01/19-50.000toneladas-Granito (Brita)-Validade:01/02/2022

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 5/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
848.328/2014-FORTEX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.371/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°058/2019
848.372/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°058/2019
848.373/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°060/2019
848.376/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°058/2019
848.391/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.392/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.394/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.395/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.396/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.397/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.398/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.399/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.405/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°052/2019
848.296/2018-LUMA AGROPECUARIA LTDA-OF. N°69/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
848.107/2017-CARLOS ABERTO DE MEDEIROS- Alvará n°4903/2017 - Cessionario:848.006/2019-GUTTO EALYSON DE MEDEIROS DIAS- CPF ou CNPJ 050.882.154-10
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.218/2018-P J DE CARVALHO POLI- Cessionário:VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 07.436.787/0001-88- Alvará n°8354/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
848.083/2012-JOSE LUIS ARANTES HORTO- Alvará n°1126/2012 - Cessionário: MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA- CNPJ 05.686.604/0001-57
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.736/2011-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°14/2019
848.203/2016-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°01/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.023/2002-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°072/2019-GERÊNCIA/ANM/RN-180 dias
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
840.621/1979-MINERAÇÃO E AGREGADOS LTDA-OF. N°075/2019-GERÊNCIA/ANM/RN

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 771, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Estabelece os preços de referência dos petróleos produzidos no mês de janeiro de 2019.

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, e as deliberações tomadas na 967ª Reunião de Diretoria, realizada em 17 de janeiro de 2019, e no que consta no processo nº 48610.202569/2019-74, torna público o seguinte ato:

Ficam estabelecidos os preços de referência dos petróleos produzidos no mês de JANEIRO de 2019, para as áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, e o Capítulo V, da Lei n° 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas hipóteses previstas no Capítulo IV, do art. 7º-A, do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998, nos termos da Resolução ANP nº 703 de 26 de setembro de 2017.

A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis na página de legislação da ANP.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

RESOLUÇÃO Nº 772, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de janeiro de 2019.

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, e as deliberações tomadas na 967ª Reunião de Diretoria, realizada em 17 de janeiro de 2019, e no que consta no processo nº 48610.202630/2019-83, torna público o seguinte ato:

Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido no mês de JANEIRO de 2019, para as áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, nos termos da Resolução ANP nº 40 de 14 de dezembro de 2009.

A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis na página de legislação da ANP.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

DESPACHO Nº 189, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018 e no Decreto nº 9.454, de 1º de agosto de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 931, de 7 de agosto de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.203152/2019-29, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 129, de 22 de fevereiro de 2019, torna público o seguinte ato:

Fica aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento dos valores remanescentes relacionados com as contribuições para o PIS e para a Cofins, incidentes sobre a receita de subvenção econômica, do 6º período da 3ª fase (16/12/2018 A 31/12/2018), à luz do § 5º do art. 6º do Decreto 9.454/2018, do Item 1.5.1. da Resolução ANP nº 760, de 12/12/2018 e da Resolução de Diretoria nº 0110/2019. A execução dos pagamentos dependerá do pleno atendimento das exigências alusivas à regularidade fiscal dos beneficiários dispostas em regulamento.

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Valor remanescente relacionado com as contribuições para o PIS e para a Cofins, incidente sobre a receita de subvenção econômica, do 6º período da 3ª fase
24.155.554/0001-26	CIAPETRO TRADING COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	R$ 253.268,23 (duzentos e cinquenta e três mil duzentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos)
04.958.554/0001-57	BLUEWAY TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A	R$ 2.167.393,62 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil trezentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)
11.284.311/0001-46	VARO ENERGY BRASIL LTDA	R$ 147.532,55 (cento e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)
02.487.698/0001-47	SULPLATA TRADING DO BRASIL LTDA	R$ 469.663,24 (quatrocentos e sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos)
11.964.260/0001-01	GREENERGY BRASIL TRADING S/A	R$ 1.300.352,62 (um milhão, trezentos mil trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos)
07.274.637/0001-15	TRICON ENERGY DO BRASIL LTDA	R$ 152.241,67 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos)
46.548.574/0007-95	COLUMBIA TRADING S/A	R$ 215.607,08 (duzentos e quinze mil seiscentos e sete reais e oito centavos)
11.454.455/0001-01	OIL TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	R$ 1.781.669,36 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos)
33.000.167/0001-01	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A	R$ 22.780.502,26 (vinte e dois milhões, setecentos e oitenta mil quinhentos e dois reais e vinte e seis centavos)
94.845.674/00001-30	REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S/A	R$ 200.193,41 (duzentos mil cento e noventa e três reais e quarenta e um centavos)
40.244.519/0001-30	FLAMMA OLEOS E DERIVADOS LTDA	R$ 274.356,80 (duzentos e setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 190, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018 e no Decreto nº 9.454, de 1º de agosto de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 931, de 7 de agosto de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.203946/2018-10,

tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 130, de 22 de fevereiro de 2019, torna público o seguinte ato:

Fica aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido, para a base regionalizada Sudeste e Centro Oeste (SE+CO), no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2018 (1º Período da 3ª Fase), devendo o valor total, se aplicável, ser acrescido da correção da taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic até a data do pagamento efetivo em conformidade com § 7º, Art. 8º do Decreto nº 9.454/2018. A execução do pagamento dependerá do pleno atendimento das exigências alusivas à regularidade fiscal do beneficiário dispostas em regulamento.

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
04.958.554/0001-57	BLUEWAY TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A.	R$ 19.117.448,40 (dezenove milhões, cento e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)

Adicionalmente, não aprovar o pagamento, pela União, à referida empresa beneficiária, do valor a título de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, para a base regionalizada Nordeste e Tocantins (NE+TO), no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2018 (1º Período da 3ª Fase).

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 191, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018 e no Decreto nº 9.454, de 1º de agosto de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 931, de 7 de agosto de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.204010/2018-06, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 131, de 22 de fevereiro de 2019, torna público o seguinte ato:

Fica revista a decisão proferida nos termos do Despacho ANP nº 1412/2018 e aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2018 (1º Período da 3ª Fase), devendo o valor total, se aplicável, ser acrescido da correção da taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic até a data do pagamento efetivo em conformidade com § 7º, Art. 8º do Decreto nº 9.454/2018. A execução do pagamento dependerá do pleno atendimento das exigências alusivas à regularidade fiscal do beneficiário dispostas em regulamento.

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
11.463.963/0001-48	BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA S.A	R$ 11.040,13 (onze mil quarenta reais e treze centavos).

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

AUTORIZAÇÃO Nº 128, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, concede os registros dos produtos abaixo:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
146588	IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA.	11.323.786/0001-02	DAPHNE SUPER HYDRO 32 AT	48600.200045/2018-87	19280
142595	ELVIN LUBRIFICANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	62.417.282/0001-84	EVORA AGROLITH	48600.200307/2018-11	4548
142593	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA.	43.054.261/0001-05	KLÜBER SUMMIT NGL 778	48600.200308/2018-58	19255
143327	AUTOEDUCA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	06.151.000/0001-79	MULTEMP AC-D	48600.200330/2018-06	19259
144088	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR MULTIFLEX MAXX 5W40	48600.200338/2018-64	19272
144097	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR MULTIFLEX PREMIUM 5W30	48600.200340/2018-33	19271
144118	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR ULTRA MAXX	48600.200341/2018-88	19274
144138	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR MULTIFLEX SUPER	48600.200342/2018-22	17146
144169	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR ULTRA MAXX	48600.200343/2018-77	19274
144029	XAERUS BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LUBRIFICANTES LTDA.	27.326.352/0001-98	XG 416	48600.200344/2018-11	19270
143966	XAERUS BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LUBRIFICANTES LTDA.	27.326.352/0001-98	XR 522	48600.200367/2018-26	19267
143999	XAERUS BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LUBRIFICANTES LTDA.	27.326.352/0001-98	XR 434	48600.200368/2018-71	19269
143442	XAERUS BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LUBRIFICANTES LTDA.	27.326.352/0001-98	XR 209	48600.200369/2018-15	19263
143990	XAERUS BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LUBRIFICANTES LTDA.	27.326.352/0001-98	XR 109	48600.200374/2018-28	19268
143447	XAERUS BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LUBRIFICANTES LTDA.	27.326.352/0001-98	XR 208	48600.200375/2018-72	19264
145891	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA.	06.160.091/0001-09	MAXI PARTS API SN	48600.200416/2018-21	19275
142597	ENERGIA ASSOCIADOS REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA LTDA. - ME	26.115.619/0001-35	HYUNDAI XTEER TOP 5W-30	48600.200420/2018-99	19256
143129	ELVIN LUBRIFICANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	62.417.282/0001-84	EVORA TURBO MAX	48600.200429/2018-08	15224
143366	ELVIN LUBRIFICANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	62.417.282/0001-84	EVORA TD PLUS	48600.200432/2018-13	14929
142737	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA.	43.054.261/0001-05	MYCOLD PREMIUM HT	48600.200444/2018-48	19257
146246	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	LUBRIOIL EVOLUTION PREMIUM	48600.200445/2018-92	17918
146268	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	LUBRIOIL EVOLUTION PREMIUM	48600.200447/2018-81	17918
146303	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	LUBRIOIL EVOLUTION PREMIUM	48600.200448/2018-26	17918
146414	EXTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. EPP	07.685.256/0001-29	EXTRON SUPER HIPOIDE 140 GL-5	48600.200451/2018-40	19276
146499	EXTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. EPP	07.685.256/0001-29	EXTRON SUPER HIPOIDE 90 GL-5	48600.200452/2018-94	19277
146530	EXTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. EPP	07.685.256/0001-29	EXTRON SUPER HIPOIDE 85W140 GL-5	48600.200453/2018-39	19278
145902	MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI EPP	02.737.439/0001-27	VR MULTIMOTO 4 TEMPOS SUPER	48600.200460/2018-31	17148
143731	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S.A.	77.575.330/0001-30	HUSQVARNA PREMIUM	48600.200465/2018-63	19266
143419	MOTUL BRASIL LUBRIFICANTES LTDA.	24.055.649/0001-78	SPECIFIC 505 01 502 00 C3 JP	48600.200486/2018-89	16636
143402	MERCURY MARINE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.	01.434.800/0006-98	MERCURY 4-STROKE MARINE ENGINE OIL	48600.200492/2018-36	19261
143687	REGELUB LUBRIFICANTES - EIRELI	01.084.176/0001-31	GT OIL CVT MULTI	48600.200499/2018-58	19265
146565	TERNEC LUBRIFICANTES LTDA.	58.842.410/0003-21	ADT 42/1700	48600.200507/2018-66	19279
143381	ELVIN LUBRIFICANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	62.417.282/0001-84	SETTA EXTRAFLEX 5W30 API SN	48600.200526/2018-92	19260
144131	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX POWER FORCE	48600.200531/2018-03	19273
137066	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX ADVANCED PLUS	48600.200537/2018-72	19250
137108	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX SUPER FIX	48600.200538/2018-17	19253
137144	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX SUPER FIX	48600.200539/2018-61	19253
137206	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX SUPER FIX	48600.200540/2018-96	19253
137266	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX SUPER FIX	48600.200541/2018-31	19253
137273	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX SUPER FIX	48600.200542/2018-85	19253
137400	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX ULTRA FIX	48600.200543/2018-20	19254
137483	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.	05.131.638/0001-85	MOTORFIX ULTRA FIX	48600.200544/2018-74	19254
143106	TAMCO LUBRIFICANTES E DERIVADOS LTDA.	61.465.597/0001-34	POTENZA CA II	48600.200604/2018-59	19258
143437	VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA.	43.999.424/0001-14	VOLVO ENGINE OIL VDS 4.5	48600.200613/2018-40	19262

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 55, DE 17 DE JANEIRO DE 2019

Desabilita os entes federativos ao recebimento de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, referente ao incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, constante do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 48, de 20 de janeiro de 2015, que habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância em Saúde;

Considerando os arts. 431 a 455, 503 a 521 e Anexos L, LI, LII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando os arts. 325 a 331, do Título II - Do Controle de Doenças e Enfrentamento de Agravos de Saúde; Capítulo XIII - Da Vigilância Epidemiológica; Seção II, e 520 a 527, do Título IV- Da Organização da Atenção à Saúde; Capítulo II - Da Atenção Hospitalar, da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.048, de 16 de novembro de 2017, que habilita os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância em Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 2-SEI/2018/CIEVS/DEVIT/SVS/MS, com avaliação do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde - Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH);

Considerando o Parecer Técnico nº 24-SEI/2018/CGDT/DEVIT/SVS/MS, com avaliação do incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde - Vigilância Sentinela de Influenza, resolve; e

Art. 1º Ficam desabilitados os entes federativos ao recebimento de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, referente ao incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, constante do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde.

Art. 2º A desabilitação das ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde desenvolvidos pelas Secretarias de Saúde listadas no Anexo I a esta Portaria está em conformidade ao estabelecido nos artigos 327, 328 e 526 da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

UF	IBGE	ENTE FEDERADO	AÇÕES E SERVIÇOS	GESTÃO
GO	520870	SMS/Goiânia	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal
MT	510340	SMS/Cuiabá	VEH - Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá	Municipal
SC	420540	SMS/Florianópolis	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal
TO	172100	SMS/Palmas	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal

PORTARIA Nº 251, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS;

Considerando a Portaria n° 47/SVS, de 03 de maio de 2016, que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde; e

Considerando a Portaria n° 4.052/GM/MS, de 18 de dezembro de 2018 que suspende a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde dos municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, a partir da competência financeira de janeiro de 2019, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), de acordo com monitoramento realizado no mês de fevereiro de 2019, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019.

LUIZ HENRIQUE MADETTA

ANEXO I

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO
MG	312270	Dom Silvério
MT	510530	Luciara
PA	150670	Santana do Araguaia
PI	220730	Paes Landim
PI	220885	Riacho Frio
RJ	330020	Araruama

DESPACHO Nº 12, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2019

Processo n° 25000.026329/2018-69
Interessado: Irmandade Nossa Senhora da Saúde, de Diamantina (MG)
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto intitulado "Geração de Conhecimentos e Competências", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer de Técnico nº 259/2018-CGATES/DEGES/SGTES/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer n° 00047/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00227/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU e 00253/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Irmandade Nossa Senhora da Saúde, de Diamantina (MG).

LUIZ HENRIQUE MANDETTA
Ministro de Estado da Saúde

DESPACHO Nº 15, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo n° 25000.014782/2018-22
Interessado: UOPECCAN - UNIÃO OESTE PARANAENSE DE ESTUDOS E COMBATE AO CÂNCER
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto intitulado "Aquisição de Equipamentos para o Hospital do Câncer Uopeccan - Filial Umuarama", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer de Técnico nº 1238/2018-DAET/CGAE/DAET/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer n° 00094/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00325/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU e 00335/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto, pela UNIÃO OESTE PARANAENSE DE ESTUDOS E COMBATE AO CÂNCER.

Luiz Henrique Mandetta
Ministro de Estado da Saúde

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, com sede em Juiz de Fora (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 148/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.153982/2018-08, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, CNPJ nº 21.583.042/0001-72, com sede em Juiz de Fora (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de janeiro de 2019 a 24 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria nº 1.180/SAS/MS, de 19 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 222, de 20 de novembro de 2015, seção 1, página 104,

ONDE SE LÊ:

Associação Goiana de Integralização e Reabilitação - AGIR, CNPJ nº 05.029.600/0001-04.

LEIA-SE:

Associação Goiana de Integralização e Reabilitação - AGIR, CNPJ nº 05.029.600/0002-87.

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da Portaria nº 214/SAS/MS, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 38, de 22 de fevereiro de 2019, Seção 1, páginas 47 e 48,

ONDE SE LÊ:

Art. 2º .....

UF	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	MODALIDADE
MG	Uberlândia	Hospital de Clinicas de Uberlândia	146355	Municipal	Centro de Reabilitação Auditiva na Alta Complexidade - código 22.05

LEIA-SE:

Art. 2º .....

UF	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	MODALIDADE
MG	Uberlândia	Hospital de Clinicas de Uberlândia	2146355	Municipal	Centro de Reabilitação Auditiva na Alta Complexidade - código 22.05

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 25, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO

ANEXO

NOME	RNE/RG	RMS	PROCESSO
ABDIAS DA SILVA MATOS	184959	2902078	25000.435431/2017-71
AGUSTINA AMERIO	V065850E	3502142	25000.108450/2014-84
ALAN JOSE MEIRELES LOPES	470254	2902084	25000.436087/2017-37
ALBERT AMAT I GENIS	V943315W	3300006	25000.186712/2013-61
ALCIDES EDGARDO MALDONADO PEREIRA	V945479T	2400010	25000.187739/2013-71
ALEXANDRE CARVALHO DIAS	883754398	2902086	25000.436382/2017-93
ANA CAROLINA DA SILVA LOPES	001490626	4301335	25000.164524/2016-24
ANDRE RICARDO LIMA DO NASCIMENTO	560683	4101343	25000.437441/2017-41
ANTONIO MAGNO VIANA DE FARIAS	4473093-4	2101063	25000.054013/2017-86
ARANNAHN LUIS RODRIGUES DA SILVA	5699550	2600954	25000.054014/2017-21
BRUNNA LUIZA DE LIMA IMAI	10997342	1300767	25000.054080/2017-09
CAMILA AZEVEDO	22741704	5100378	25000.435211/2017-47
CAMILA RODRIGUES DIAS	2650365	2200463	25000.054093/2017-70
CAMILA SANAE TSUCHIDA MAKINO	6423848	4101357	25000.437588/2017-31
CAREN PASINI LUCCA	6089909276	4301092	25000.080404/2015-94
CARLOS GUILHERME CARMO DA ROCHA	14722771	1300648	25000.164624/2016-51
CASSIANO DOS SANTOS VARGAS	92994902	4101362	25000.435959/2017-40
CAUBY VIANA FERREIRA	3233729	1501236	25000.435972/2017-07
CHARLANE FELIX ARAUJO	2002098023630	2300820	25000.107170/2016-11
CIBELE BENTO RODRIGUES	4079542	5200399	25000.190111/2015-14
CLAUDIANA MARIA DOS SANTOS	596663766	1500600	25000.080443/2015-91
CRISTIANE TEJADA DE ALMEIDA	000863895	3503894	25000.014009/2018-66
DAIANA REGINATO	000017450	4100932	25000.107339/2016-32
DANIELA DA SILVA SANTOS	456569133	3101167	25000.080489/2015-19
DANIELLA BARBOSA LOPES DE SOUZA	32366992X	3503604	25000.434679/2017-14
DARLENE SANTIAGO FRANCO	288502	3503609	25000.434835/2017-47
DAVID ALBUQUERQUE	1594251-1	5100333	25000.054322/2017-56
DAVID BRUNO HORI VILARINHO	14757311	3503610	25000.434841/2017-02
DIARA JIHANE EXALUS	G024346Q	4200424	25000.108537/2014-51
EDSON DE SOUZA LIMA	75025735	4101479	25000.011351/2018-12
EDSON IZIDIO GUIMARAES	511598	1100384	25000.437754/2017-07
EMANOEL LUCAS DA SILVA TEIXEIRA	001434177	4100003	25000.186880/2013-56
EMERSON CARIS DOS SANTOS	304326185	3503628	25000.435063/2017-61
EMERSON RODRIGUES DOS SANTOS	10789294	1300595	25000.107519/2016-14
FELLIPY SANTANA FERREIRA MACHADO	5059597	5200608	25000.436014/2017-45
FRANCIELLY DE ARAUJO ZIMERMANN	20309120	1500734	25000.107604/2016-82
FRANCISCO ITANILSON DE SOUZA REGO	335887	2601051	25000.436057/2017-21
GERLANIA NICACIO DOS SANTOS	1941427	2601052	25000.434689/2017-50
GLAUTIERRY DIEGO DA SILVA	351259600	2500180	25000.080966/2015-38
GUILHERME DE PAULA	88096398	3502477	25000.136983/2016-18
HECTOR LEON ROMERO	V943216Y	4200017	25000.187857/2013-89
IZABEL CUIM	14989123	5100393	25000.435055/2017-14
JENNIFER RODRIGUES DE BARROS	18394574	5100395	25000.435490/2017-49
JOSE CLEMENTINO DE MELO LIMA	054937582015-8	2101067	25000.058767/2017-13
JOSOE BORGES DE VASCONCELOS	1689944	2101068	25000.058822/2017-67
JOYCE BETH MENEZES JERÔNIMO PINHEIRO	11318465	2601056	25000.437997/2017-37
JUVENIL SOUZA DA SILVA	348192	5300104	25000.438112/2017-17
KACIO ANDRE TEIXEIRA DE SOUZA	1205512	1501260	25000.438128/2017-20
KAMILA VARGAS PLEUTIM	20522894	4101408	25000.438197/2017-33

KLEVERTON FELIX GOULART	8646651-1	4101150	25000.058974/2017-60
LAURA ANDREELLE SILVA FRANCA	2407420	2600630	25000.190141/2015-21
LEANDRO DOS SANTOS LEMOS	645748	4301851	25000.438238/2017-91
LEANDRO MACIEL DE ALBUQUERQUE REGO	4281861	5200649	25000.438302/2017-34
LEISIANE ALVES LINO ACIOLY DE CARVALHO	99001191925	2700239	25000.170033/2016-12
LEONARDO FABRICIO DEMAMBRE DINIZ ABREU	258452109	3500019	25000.187374/2013-84
LETICIA RAYSA BRANDAO MACHADO	125614280	3503723	25000.438766/2017-41
LIGIA CRISTINA SOUSA	4686975	3503006	25000.058985/2017-40
LUCAS DE SOUSA VERAS	0001052597995	2101069	25000.059114/2017-43
LUCIANA VALLADARES ALVARES	7836569	3100752	25000.078093/2014-12
LUIZ CARLOS MACHADO JUNIOR	30430976	3300848	25000.438523/2017-11
LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA JESUS	20076263503	2301114	25000.059216/2017-69
MAIGUALIDA JOSE RODRIGUEZ HERRERA	V992765D	3100733	25000049616/2014-13
MANOEL LOURENCO DE SOUSA JUNIOR	4985893	3300815	25000.437253/2017-12
MARCELO COSTA MENDES	0871676206	2901908	25000.059070/2017-51
MARCIO PAULO DE LIMA	69874380	4101485	25000.012661/2018-46
MARIA ARLETE DOS SANTOS DE SOUSA	345186	2301115	25000.059084/2017-75
MARIA ELENA KLEIN DURAN	032233512	4300617	25000.078186/2014-47
MICHAEL PEREIRA LUSTOSA	3388409	2101071	25000.059138/2017-01
MICHELLE MARIA CAROLINE NYSTEN	V949463O	3300004	25000.187788/2013-11
MICHELLY OLIVEIRA SOBRINHO	15871256	1501272	25000.434847/2017-71
MILIETTE FANFAN	V9892930	3500620	25000.028233/2014-10
NALLEN MARRA CAMPOS	1123048	1700247	25000.435375/2017-74
NAYARA JARDIM FERREIRA PESSOA	MG15671235	3101163	25000.082251/2015-10
NAYARA PRAVATO MAZIERO	106482543	4101433	25000.435640/2017-14
NEDINA MESQUITA DE AZEVEDO	5056048	2200468	25000.059210/2017-91
PATRICIA HIPOLITO SIMIEMA SOARES	790322	5200539	25000.059278/2017-71
PAULA REGINA DE MIRANDA	332436615	3502200	25000.082312/2015-49
PEDRO ESTEVAM ALVES LINO CARVALHO	31701086	2600960	25000.059315/2017-41
POLIANE GISETI DE SOUZA	1015660	3300664	25000.059331/2017-33
REGINALDO CESAR ALCALA	15203274	3503807	25000.438126/2017-31
RODRIGO BARBOSA ALCAZAR	807756	2300825	25000.111890/2016-81
RODRIGO DE MIRANDA CORREIA	347862615	3502214	25000.082373/2015-14
ROSICLEIA MOURA GOMES	000808101	2600632	25000.190186/2015-03
ROSILENE RODRIGUES DE ANDRADE	63585092	4100863	25000.082398/2015-18
RUSMAYRA MAGALHAES DA MOTA	462676	1300771	25000.059684/2017-33
SANDERSON MAIA DA SILVA	301763	3503829	25000.435613/2017-41
SANDRO DE SOUZA ARAUJO	299897	2500359	25000.435652/2017-49
SULIVAN ROBSON VIEIRA ROSSI	10306544	3200549	25000.438401/2017-16
TALITA FLAVIA MACIEL FARINA ALVES	83096268	3503844	25000.436061/2017-99
TEREZINHA QUEIROZ DA CUNHA	206932	3200550	25000.436190/2017-87
THAISA FELICIANO TORRES	2055794	2700240	25000.171651/2016-80
THALITA MARTINS CALIXTO	414256	3503849	25000.436293/2017-47
VALTER LUIS FIUZA	1534722	3502682	25000.171667/2016-92
VANESSA CRISTINA BRUM CARLIN	1501732	3503860	25000.436963/2017-25
WALKERLAN FERREIRA BOUERES	1197509990	2101077	25000.059611/2017-41
WALMIR MARTINS FARIAS JUNIOR	2661041	5300105	25000.438605/2017-57
YGOR VILELLA GUEDES	46209883-7	3300671	25000.059657/2017-61

PORTARIA Nº 26, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera o Anexo da Portaria nº 101/SGTES/MS, de 26 de abril de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 101/SGTES/MS, de 26 de abril de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.059074/2017-30	MARCIA DE JESUS AMORIM	3101603	MG	SALINAS

PORTARIA Nº 28, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera o Anexo da Portaria nº 122/SGTES/MS, de 28 de março de 2018, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 122/SGTES/MS, de 28 de março de 2018, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.437672/2017-54	ROCELMO ARAUJO SILVEIRA	1100425	RO	Guajará-Mirim/RO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 493ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 08 de outubro de 2018, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33902.333597/2011-22	Sempre Sorrir Assistência Odontológica Ltda	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão
33902.481343/2016-24	Unimed de Pindamonhangaba - Cooperativa Trabalho Medico	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.530369/2016-11	Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo	DIOPE	Pelo conhecimento e provimento do recurso considerando extinto o crédito tributário nos termos do art. 156, inciso X, do Código Tributário Nacional.
33902.481384/2016-11	Unimed de Araras Cooperativa Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão
33902.481433/2016-15	Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo	DIOPE	Pelo conhecimento e provimento do recurso considerando extinto o crédito tributário nos termos do art. 156, inciso X, do Código Tributário Nacional.
33902.530309/2016-91	Unimed de Araras Cooperativa Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÃODE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 493ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 08 de outubro de 2018, votou pelo deferimento dos pedidos de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos de ressarcimento ao SUS:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$).
33910.029644/2018-11	Memorial Saúde Ltda	373010	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 16923814	685.148,46 (pagáveis em 60 parcelas de R$11.419,14)
33910.028364/2018-88	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	317144	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº16854285	983.403,59 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 16.390,06
33910.029241/2018-64	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	302147	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 16702536	3.987.599,98 (pagáveis em 24 parcelas de R$ 166.150,00)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SEGUNDA DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 479, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Alimentos Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 480, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Alimentos Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:"

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 3.469, de 20 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 246, de 24 de dezembro de 2018, Seção 1 pág. 116, e em Suplemento, pág. 19, referente ao processo 25004.110082/2010-10, da empresa EMPÓRIO DA PAPINHA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME,

Onde se lê:
25004.110085/2010-03
Leia-se:
25004.110082/2010-10

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 465, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 466, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 467, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 468, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 469, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir o pedido de Concessão da Certificação em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos ao Centro na forma do ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 470, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Habilitação do Centro de Equivalência Farmacêutica, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 67, de 23 de março de 2016.

Art. 2º A presente Habilitação terá validade conforme identificado no ANEXO;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 471, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro na forma do ANEXO, a Certificação em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade conforme identificado no ANEXO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 472, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de registro de medicamento novo conforme anexo.

Art. 2º Mais informações devem ser consultadas no site da Anvisa - www.anvisa.gov.br;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 473, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1° Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 474, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 475, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 476, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 477, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) sob o nº de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações válidas no link: https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 511, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA CRISTINA AVERBECK PELLES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n°. 1.189, de 10 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União n°. 91, de 14 de maio de 2018, Seção 1, pág. 32 e em Suplemento, pág. 16, referente ao processo 25351146181201036.

Onde se lê:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151 OLANZAPINA CRISAPINA 25351.146181/2010-36 05/2022 11117 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 0003950/18-1 1.0298.0390.014-0 24 Meses 2,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 14 1.0298.0390.015-9 24 Meses 2,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 28 1.0298.0390.016-7 24 Meses 2,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 200

Leia-se:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151 OLANZAPINA CRISAPINA 25351.146181/2010-36 05/2022 11117 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 0003950/18-1 1.0298.0390.014-0 24 Meses 2,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 14 1.0298.0390.015-9 24 Meses 2,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 28 1.0298.0390.016-7 24 Meses 2,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 200 1.0298.0390.017-5 24 Meses 2,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 30.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n°. 150, de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n°. 14, de 21 de janeiro de 2019, Seção 1, pág. 42 e em Suplemento, pág. 23, referente ao processo 25351.711988/2012-42.

Onde se lê:

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA 05254971000181
CLORIDRATO DE AMIODARONA
AMIODARONA 25351.711988/2012-42 01/2024
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1018172/12-5
1.5651.0070.001-4 24 Meses
100 MG COM CT BL AL AL X 30 ML
1.5651.0070.002-2 24 Meses
200 MG COM CT BL AL AL X 30 ML

Leia-se:

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA 05254971000181
CLORIDRATO DE AMIODARONA
AMIODARONA 25351.711988/2012-42 01/2024
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1018172/12-5
1.5651.0070.001-4 24 Meses
100 MG COM CT BL AL AL X 30
1.5651.0070.002-2 24 Meses
200 MG COM CT BL AL AL X 30

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 150 de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 14, de 21 de janeiro de 2019, Seção 1, pág. 42 e em Suplemento, pág. 23, referente ao processo n° 25351.617115/2017-35.

Onde se lê:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
56998701000116
INFLUVAC TETRA 25351.617115/2017-35 09/2023
10386 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO(S) PRINCÍPIO(S) ATIVO(S) 0973186/18-5
1.0553.0383.001-0 12 Meses

SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.002-9 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.003-7 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.004-5 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.005-3 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.006-1 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.007-1 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.008-8 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.009-6 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.010-1 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.011-8 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.012-6 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
Leia-se:
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
56998701000116
INFLUVAC TETRA 25351.617115/2017-35 09/2023
10386 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO(S) PRINCÍPIO(S) ATIVO(S) 0973186/18-5
1.0553.0383.001-0 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.002-9 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.003-7 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.004-5 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.005-3 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.006-1 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.007-1 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.008-8 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.009-6 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.010-1 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.011-8 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.012-6 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n°. 150, de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n°. 14, de 21 de janeiro de 2019, Seção 1, Pág. 42 e em Suplemento, Pág. 23, referente ao processo 25351.717786/2017-03.

Onde se lê:
NORTIS FARMACÊUTICA LTDA - EPP 05127216000136
IBUPROFENO
ZEDIV 25351.717786/2017-03 01/2024
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2304648/17-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 693177/06-4 - 25351.517385/2006-94)
1.5740.0004.001-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
DORALIV GOTAS
1.5740.0004.002-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML
DORALIV GOTAS
1.5740.0004.003-8 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CX 50 FR PLAS OPC GOT X 30 ML
DORALIV GOTAS
(...)
1.5740.0004.006-2 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML

Leia-se:
NORTIS FARMACÊUTICA LTDA - EPP 05127216000136
IBUPROFENO
ZEDIV 25351.717786/2017-03 01/2024
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2304648/17-1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 693177/06-4 - 25351.517385/2006-94)
1.5740.0004.001-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
1.5740.0004.002-1 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML
1.5740.0004.003-8 24 Meses
50 MG/ML SUS OR CX 50 FR PLAS OPC GOT X 30 ML
(...)
1.5740.0004.006-2 24 Meses
100 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.091 de 2 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 150, de 6 de agosto de 2018, Seção 1, pág. 77 e em Suplemento, pág. 4, referente ao processo n° 25351.658916/2017-51.

Onde se lê:
NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
82277955000155
SEMAGLUTIDA
Ozempic 25351.658916/2017-51 08/2023
1513 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO 0175393/18-2
1519 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 0175374/18-6
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 2220573/17-0
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO 0175381/18-9
1.1766.0036.004-2 36 Meses
1,34 MG/ML SOL INJ CT X 1 CAR VD TRANS X 1,5 ML + 1 SIST APLIC PLAS (DOSES 0,25MG E 0,5 MG) + 6 AGULHAS NOVOFINE
1.1766.0036.005-0 36 Meses
1,34 MG/ML SOL INJ CT X 2 CAR VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS (DOSES 1 MG) + 4 AGULHAS NOVOFINE
Leia se:
NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
82277955000155
SEMAGLUTIDA
Ozempic 25351.658916/2017-51 08/2023
1513 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DOS CUIDADOSDE CONSERVAÇÃO 0175393/18-2
1519 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
0175374/18-6
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 2220573/17-0
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO 0175381/18-9
1.1766.0036.004-2 36 Meses
1,34 MG/ML SOL INJ CT X 1 CAR VD TRANS X 1,5 ML + 1 SIST APLIC PLAS (DOSES 0,25MG E 0,5 MG) + 6 AGULHAS NOVOFINE
1.1766.0036.005-0 36 Meses
1,34 MG/ML SOL INJ CT X 1 CAR VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS (DOSES 1 MG) + 4 AGULHAS NOVOFINE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n°. 216, de 26 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 21, de 30 de janeiro de 2017, Seção 1, pág. 100 e em Suplemento, pág. 20, referente ao processo 2599100878779.

Onde se lê:
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
ETOMIDATO
HYPNOMIDATE 25991.008787/79 11/2019
10084 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA 0057817/17-7
1.1236.0023.001-6 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD INC X 10 ML (REST.HOSP)
Leia-se:
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
ETOMIDATO
HYPNOMIDATE 25991.008787/79 11/2019
10084 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA 0057817/17-7
1.1236.0023.001-6 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ CX 10 AMP VD TRANS X 10 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n°. 2.307, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União n°. 165, de 27de agosto de 2018, Seção 1, pág. 128 e em Suplemento, pág. 24, referente ao processo 25351627514201712.

Onde se lê:
TAMIRAM 25351.627514/2017-12 03/2023
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0272531/18-2
(1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO - 1121320/15-5 - 25351.460645/2005-61)
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0272542/18-8
(11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO - 2026712/17-6 - 25351.460645/2005-61)
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0272548/18-7
(11040 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL - 2026721/17-5 - 25351.460645/2005-61)
1.0043.1229.003-7 24 Meses
5 MG/ML SOL INFUS IV CX 60 ENV BOLS PLAS TRILAM TRANS SIST FECH X 100 ML
Leia-se:
TAMIRAM 25351.627514/2017-12 03/2023
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0272531/18-2
(1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO - 1121320/15-5 - 25351.460645/2005-61)
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0272542/18-8
(11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO - 2026712/17-6 - 25351.460645/2005-61)
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 0272548/18-7

(11040 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL
DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL -
2026721/17-5 - 25351.460645/2005-61)
1.0043.1229.003-7 24 Meses
5 MG/ML SOL INFUS IV CX 60 ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP SIST FECH X 100 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n°. 2.307, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União n°. 165, de 27de agosto de 2018, Seção 1, pág. 128 e em Suplemento, pág. 24, referente ao processo 25351460645200561.

Onde se lê:
LEVOFLOXACINO HEMIIDRATADO
LEVOFLOXACINO HEMI- HIDRATADO 25351.460645/2005-61
07/2021
11040 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE
FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 2026721/17-5
11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO
PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 2026712/17-6
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO
ACONDICIONAMENTO 1121320/15-5
1.0311.0129.007-7 24 Meses
5 MG/ML SOL INFUS IV CX 60 ENV BOLS PLAS TRILAM
TRANS SIST FECH X 100 ML
Leia-se:
LEVOFLOXACINO HEMIIDRATADO
LEVOFLOXACINO HEMI- HIDRATADO 25351.460645/2005-61
07/2021
11040 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE
FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 2026721/17-5
11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO
PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 2026712/17-6
1415 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVO
ACONDICIONAMENTO 1121320/15-5
1.0311.0129.007-7 24 Meses
5 MG/ML SOL INFUS IV CX 60 ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP SIST FECH X 100 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n°. 2.493, de 13 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n°. 179, de 17 de setembro de 2018, Seção 1, pág. 40 e em Suplemento, pág. 16, referente ao processo 25351.299055/2018-45.

Onde se lê:
Arese Pharma Ltda 07670111000154
Altax 25351.299055/2018-45 09/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
0424719/18-1
(1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA
ASSOCIAÇÃO NO PAÍS - 868509/09-6 - 25351.669466/2009-70)
1.5819.0020.001-8 24 Meses
200 MG/ML + 50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 15 G
AMOXICILINA TRI-hIDRATADA + sulbactam pivoxila
TRIFAMOX IBL BD
1.5819.0020.002-6 24 Meses
200 MG/ML + 50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 30 G
AMOXICILINA TRI-hIDRATADA + sulbactam pivoxila
TRIFAMOX IBL BD
1.5819.0020.003-4 24 Meses
875 MG + 125 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X14
AMOXICILINA TRI-hIDRATADA + sulbactam pivoxila
TRIFAMOX IBL BD
1.5819.0020.004-2 36 Meses
500 MG + 250 MG PO SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL AMP
VD TRANS X 5 ML
AMOXICILINA SÓDICA + SULBACTAM SÓDICo
TRIFAMOX IBL 750
1.5819.0020.005-0 36 Meses
1000 MG + 500 MG PO SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL
AMP VD TRANS X 5 ML
AMOXICILINA SÓDICA + SULBACTAM SÓDICo
TRIFAMOX IBL 1500
Leia-se:
Arese Pharma Ltda 07670111000154
SEPTAM BD 25351.299055/2018-45 09/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
0424719/18-1
(1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA
ASSOCIAÇÃO NO PAÍS - 868509/09-6 - 25351.669466/2009-70)
1.5819.0020.001-8 24 Meses
200 MG/ML + 50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 15 G
AMOXICILINA TRI-HIDRATADA + sulbactam pivoxila
TRIFAMOX IBL BD
1.5819.0020.002-6 24 Meses
200 MG/ML + 50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 30 G
AMOXICILINA TRI-HIDRATADA + sulbactam pivoxila
TRIFAMOX IBL BD
1.5819.0020.003-4 24 Meses
875 MG + 125 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X14
AMOXICILINA TRI-HIDRATADA + sulbactam pivoxila
TRIFAMOX IBL BD
1.5819.0020.004-2 36 Meses
500 MG + 250 MG PO SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL AMP
VD TRANS X 5 ML
AMOXICILINA SÓDICA + SULBACTAM SÓDICO
TRIFAMOX IBL 750
1.5819.0020.005-0 36 Meses
1000 MG + 500 MG PO SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL
AMP VD TRANS X 5 ML
AMOXICILINA SÓDICA + SULBACTAM SÓDICO
TRIFAMOX IBL 1500

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.629 de 27 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 189, de 1° de outubro de 2018, Seção 1, pág. 64 e em Suplemento, pág. 19, referente ao processo n° 25351.004633/00-11.

Onde se lê:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 026853770000157
INSULINA GLARGINA LANTUS 25351.004633/00-11 11/2020
10408 - PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO 0222597/18-2
1.1300.0285.003-1 24 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 1 FA VD TRANS X 10 ML
1.300.0285.005-6 24 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 5 FA VD TRANS X 10 ML
Leia-se:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 026853770000157
INSULINA GLARGINA LANTUS 25351.004633/00-11 11/2020
10408 - PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO 0222597/18-2
1.1300.0285.003-1 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 1 FA VD TRANS X 10 ML
1.300.0285.005-6 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 5 FA VD TRANS X 10 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.893 de 19 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 203, de 22 de outubro de 2018, Seção 1, pág. 121 e em Suplemento, pág. 17, referente ao processo n° 25351.674170/2014-27.

Onde se lê:
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACEUTICA LTDA 61286647000116
FILGRASTIM
ZARZIO 25351.674170/2014-27 I 01/2021
ROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 2075388/17-8
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 2075418/17-3
1923 PRODUTO BIOLOGICO - INCLUSAO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA 2075404/17-3
I.0047.0598.001-2 36 Meses
30 MUI SOL INJ CT 5 SER PREENC VC TRANS X 0,5 ML
1.0047.0598.002-0 36 Meses
48 MUI SOL INJ CT 5 SER PREENC VD TRANS X O,5 ML
1.0047.0598.003-9 36 Meses
30 MUI SOL INJ CT I SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
I.0047.0598.004-7 36 Meses
48 MUI SOL INJ CT I SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
Leia-se:
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACEUTICA LTDA 61286647000116
FILGRASTIM
ZARZIO 25351.674170/2014-27 I 01/2021
ROCESSO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 2075388/17-8
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 2075418/17-3
1923 PRODUTO BIOLOGICO - INCLUSAO DO LOCAL DE
FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA 2075404/17-3
I.0047.0598.001-2 36 Meses
30 MUI SOL INJ CT 5 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
1.0047.0598.002-0 36 Meses
48 MUI SOL INJ CT 5 SER PREENC VD TRANS X O,5 ML
1.0047.0598.003-9 36 Meses
30 MUI SOL INJ CT I SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
I.0047.0598.004-7 36 Meses
48 MUI SOL INJ CT I SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 3.318, de 6 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 236, de 10 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 106 e em Suplemento, pág. 18, referente ao processo n° 25351.617115/2017-35.

Onde se lê:
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
56998701000116
INFLUVAC TETRA 25351.617115/2017-35 09/2023
1692 - PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 0978617/18-1
1.0553.0383.001-0 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.002-9 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.003-7 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.004-5 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.005-3 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.006-1 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.007-1 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.008-8 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.009-6 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.010-1 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.011-8 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
1.0553.0383.003.012-6 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B
Leia-se:
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
56998701000116
INFLUVAC TETRA 25351.617115/2017-35 09/2023
1692 - PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 0978617/18-1
1.0553.0383.001-0 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.002-9 12 Meses

SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.003-7 12 Meses
SUS INJ CT SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.004-5 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.005-3 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.006-1 12 Meses
SUS INJ CT 5 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.007-1 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.008-8 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.009-6 12 Meses
SUS INJ CT 10 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.010-1 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 16 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.011-8 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC C/ AGU 25 MM X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B 1.0553.0383.003.012-6 12 Meses
SUS INJ CT 20 SER LONG PREENC VD INC S/ AGU X 0,5 ML
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + Cepa influenza tipo B + Cepa influenza tipo B

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 3.455 de 20 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 246, de 24 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 117 e em Suplemento, pág. 27, referente ao processo n° 25351.898647/2016-89.

Onde se lê:
AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA
18774815000193
denosumabe
XGEVA 25351.898647/2016-89 05/2021
1615 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NO PAÍS
0250663/18-7
1.0244.0009.001-8 36 MESES
120 MG SOL INJ CT FA VD TRANS X 1,7 ML
Leia-se:
AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA
18774815000193
denosumabe
XGEVA 25351.898647/2016-89 05/2021
1615 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NO PAÍS
0250663/18-7
1.0244.0009.001-8 36 MESES
120 MG SOL INJ CT FA VD TRANS X 1,7 ML
1.0244.0009.002-6 36 MESES
120 MG SOL INJ CT 4 FA VD TRANS X 1,7 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 62, de 10 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 9, de 14 de janeiro de 2019, Seção 1, pág. 61 e em Suplemento, pág. 24, referente ao processo n° 25351.062667/2015-29.

Onde se lê:
AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. 18774815000193
evolocumabe
REPATHA 25351.062667/2015-29 04/2021
10408 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
TERMINADO 1024747/18-5
1.0244.0007.001-7 24 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT SER PREENC VD TRANS X 1 ML
1.0244.0007.002-5 24 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + CAN APLIC 1.0244.0007.003-3 24 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + CAN APLIC 1.0244.0007.004-1 24 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT 3 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + CAN APLIC
Leia-se:
AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. 18774815000193
evolocumabe
REPATHA 25351.062667/2015-29 04/2021
10408 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
TERMINADO 1024747/18-5
1.0244.0007.001-7 36 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT SER PREENC VD TRANS X 1 ML
1.0244.0007.002-5 36 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + CAN APLIC 1.0244.0007.003-3 36 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + CAN APLIC 1.0244.0007.004-1 36 Meses
140 MG/ML SOL INJ CT 3 SER PREENC VD TRANS X 1 ML + CAN APLIC

QUINTA DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 433, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 434, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 435, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 436, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 458, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 459, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 460, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 461, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 462, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 486, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 487, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial de Empresa (AE) que presta serviço de Armazenagem de Substâncias e Medicamentos sob Controle Especial em Recintos Alfandegados, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO DE AGUIAR MARSHALL

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 488, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO DE AGUIAR MARSHALL

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE n° 119, de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 14, de 21 de janeiro de 2019, seção 1, pág. 45, e em suplemento págs. 65 a 67

Onde se lê:

MATRIZ
EMPRESA: ESUDA TRANSPORTES E SERVIÇOS DE COLETA LTDA
AUTORIZAÇÃO/MS: 9.08656-2
C.N.P.J: 15.801.277/0001-90
PROCESSO: 25351.014728/2019-88
ENDEREÇO: RUA CUMUCIM, 177
BAIRRO: ALEIXO
MUNICÍPIO: MANAUS
UF: AM
CEP: 69.060-105
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Administração ou representação de negócios, em nome do representante legal ou responsável direto por embarcação, tomando as providências necessária ao seu despacho em portos organizados e terminais aquaviários instalados no território nacional.

Leia-se:

MATRIZ
EMPRESA: ESUDA TRANSPORTES E SERVIÇOS DE COLETA LTDA
AUTORIZAÇÃO/MS: 9.08656-2
C.N.P.J: 15.801.277/0001-90
PROCESSO: 25351.014728/2019-88
ENDEREÇO: RUA CUMUCIM, 177
BAIRRO: ALEIXO
MUNICÍPIO: MANAUS
UF: AM
CEP: 69.060-105
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestar serviço de segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos resultantes de aeronaves, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais alfandegados de uso público e estações de passagens de fronteira.

QUARTA DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 453, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 454, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 455, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 456, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7° da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 457, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 463, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares contantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Fazenda Alegre - GO - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): SAÚDE TOTAL(Todos);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0071625/19-1
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação, comercialização e divulgação do produto denominado Saúde Total, com alegações terapêuticas e sem registro junto a ANVISA, contrariando os artigos 12, 50, 59 e 67, item I, todos da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

.....

2. Empresa: Odonto Prótese Comercial Ltda - CNPJ: 81022832000100
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0014497/19-5
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação e comercialização irregular de medicamentos anestésicos Articaína, Lidocaína, Mepivacaína e Prilocaína no sítio eletrônico www.dentalkobrasol.com.br pela empresa Odonto Prótese Comercial Ltda (CNPJ: 81.022.832/0001-00), sem Autorização de Funcionamento válida na Anvisa

.....

3. Empresa: Empresa não identificada - CNPJ: NA
Produto - Apresentação (Lote): MELATONINA(TODOS);TRIBULUS TERRESTRIS(TODOS);DHEA(TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0022501/19-1
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Propaganda
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação dos produtos sem registro DHEA, Tribulus terrestris e Melatonina, assim como de todos os outros medicamentos por meio do sítio eletrônico http://www.ironstarsuplementos.com, em desacordo com o Arts. 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 478, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o art. 7º, X, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 12, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 18, de 19 de novembro de 1999;

considerando o relatório de inspeção sanitária realizada no período de 04 a 08/02/2019;

considerando que a empresa cumpre com os requisitos de Boas Práticas de Fabricação para Indústrias de Palmito em Conserva, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa descrita no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da data da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 481, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o art. 7° da Lei n° 6.360 de 23 de setembro de 1976;

considerando a suspensão pelo European Directorate for the Quality of Medicines & HealthCare - EDQM do certificado de adequabilidade para a losartana potássica da empresa Hetero Labs Limited, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão imediata da importação, distribuição, comercialização e uso do insumo farmacêutico ativo losartana potássica, fabricado pela empresa Hetero Labs Limited, com plantas fabris localizadas em Nakkapally Mandal, Visakhapatnam District, Narasapuram Village, Andra Pradesh, e em Jinnaram Mandal, Sangareddy District, Gaddapotharam Village, Telangana, ambas na Índia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LÚCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 482, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 483, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 484, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 485, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 503, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar contante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: TECMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA - CNPJ: 05.638.301/0001-69
Produto - (Lote): CATÉTER DE EXTRAÇÃO DE FILTRO DE VEIA CAVA ALN(Todos);FILTRO DE VEIA CAVA ALN(Todos);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0077040/19-0
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso
Motivação: Considerando as irregularidades detectadas durante inspeção para verificação de Boas Práticas de Fabricação na empresa ALN Implants Chirurgicaux, localizada no endereço 589 Chemin Du Niel, Bormes Les Mimosas, 83230, França,realizada no período de 23 a 26/10/2017, que foi considerada insatisfatória por estar em desacordo com Art. 7º da RDC nº. 39/2013 e descumprir os itens 5.1.1, 5.1.3, 5.4.1, 6.4.1 e 7.1.1.4 da RDC 16/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 508, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 509, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 510, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.522, de 13 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 179, de 17 de setembro de 2018, Seção 1, pág. 47, e em Suplemento, pág. 36, referente à certificação da empresa ACS DOBFAR S.p.A.

Onde se lê: 2150756/16-2

Leia-se: 0180590/18-8

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 654, de 15 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 53, de 19 de março de 2018, Seção 1, pág. 59, e em Suplemento, pág. 126, referente à certificação da empresa Laboratorio Sanderson S.A.

Onde se lê: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

Leia-se: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal

Na Resolução - RE nº 3.146, de 14 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 221, de 19 de novembro de 2018, Seção 1, pág. 169, e em Suplemento, págs. 43 e 44.

Onde se lê: Onefarma

Leia-se: 1farma

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 443, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 444, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 445, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 446, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 447, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para o estabelecimento de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 448, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 449, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019(*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 450, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 451, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 452, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresa de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº 1.390, de 17 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 75, de 22 de abril de 2014, Seção 1, pág. 42 e em Suplemento, págs. 52 e 59.

Onde se lê:

EMPRESA: SUELI APARECIDA CASTILHO - ME
ENDEREÇO: AV. PEDRO ANVAILER Nº 1885
BAIRRO: CENTRO CEP: 79990000 - AMAMBAI/MS
CNPJ: 04.157.951/0001-20
PROCESSO: 25351.073894/2014-10 AUTORIZ/MS: 7.10513.8
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: SUELI APARECIDA CASTILHO-ME
ENDEREÇO: AV PEDRO MANVAILER 3515
BAIRRO: CENTRO CEP: 79990000 - AMAMBAI/MS
CNPJ: 04.157.951/0001-20
PROCESSO: 25351.073894/2014-10

AUTORIZ/MS: 7.10513-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL-
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

Na Resolução - RE nº 3.503, de 19 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 184, de 23 de setembro de 2013, Seção 1, pág. 685 e em Suplemento, págs. 156 e 182.

Onde se lê:
EMPRESA: ALEXANDRO MANOEL OLIVEIRA MADALENO - ME
ENDEREÇO: RUA SÃO CAMILO DE LELLIS Nº 199
BAIRRO: CONJUNTO SANTO ANGELO CEP: 08763150 - MOGI DAS CRUZES/SP
CNPJ: 02.619.952/0001-13
PROCESSO: 25351.485606/2013-87 AUTORIZ/MS: 0.98861.1
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: ALEXANDRO MANOEL OLIVEIRA MADALENO - ME
ENDEREÇO: AVENIDA JAPAO, 5160
BAIRRO: JARDIM LAYR CEP: 08760380 - MOGI DAS CRUZES/SP
CNPJ: 02.619.952/0001-13
PROCESSO: 25351.485606/2013-87
AUTORIZ/MS: 0.98861-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE nº 866, de 26 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União n° 100, de 27 de maio de 2003, Seção 1, pág. 160.

Onde se lê:
EMPRESA : DADA E GREGO LTDA-ME
AUTORIZ/MS : 0.12065.6
C.N.P.J. : 62.418.330/0001-59
PROCESSO : 25351.203902/2002-17
END. : RUA DEMETRIO CALFAT Nº 427
BAIRRO : CENTRO
MUNICÍPIO : DOURADO
UF : SP
CEP : 13590000
TELEFONE : 16-2451652 <!ID558540-2>
ATIVIDADE/CLASSE APLICAÇÃO DE INJETÁVEIS
COMÉRCIO CORRELATOS
COMÉRCIO COSMÉTICOS
COMÉRCIO DIETÉTICOS
COMÉRCIO PERFUMES
COMÉRCIO PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Leia-se:
EMPRESA: DADA E GREGO LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA 15 de novembro 401
BAIRRO: CENTRO CEP: 13590000 - DOURADO/SP
CNPJ: 62.418.330/0001-59
PROCESSO: 25351.203902/2002-17
AUTORIZ/MS: 0.12065-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE nº 3.406, de 13 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 241, de 17 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 69 e em Suplemento, págs. 51 e 52.

Onde se lê:
EMPRESA: PERMOBIL CADEIRAS DE RODAS MOTORIZADAS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Av. Morumbi, 8360 - loja 2
BAIRRO: Santo Amaro CEP: 04703002 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 22.519.998/0001-78
PROCESSO: 25351.568085/2018-15 AUTORIZ/MS: W741W78523L2 (8.17037.7)
ATIVIDADE/ CLASSE:
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: PERMOBIL CADEIRAS DE RODAS MOTORIZADAS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Av. Morumbi, 8360 - loja 2
BAIRRO: Santo Amaro CEP: 04703002 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 22.519.998/0001-78
PROCESSO: 25351.568085/2018-15 AUTORIZ/MS: W741W78523L2 (8.17037.7)
ATIVIDADE/ CLASSE:
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 4.466, de 29 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 233, de 2 de dezembro de 2013, Seção 1, pág. 40 e em Suplemento, págs. 94 e 95.

Onde se lê:
EMPRESA: ELTON PRATO SMERDEL
ENDEREÇO: elton prato smerdel
BAIRRO: centro CEP: 87170000 - OURIZONA/PR
CNPJ: 08.997.145/0001-10
PROCESSO: 25351.615085/2013-07 AUTORIZ/MS: 7.01072.3
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: ELTON PRATO SMERDEL
ENDEREÇO: R BELA VISTA, 1030
BAIRRO: CENTRO CEP: 87170000 - OURIZONA/PR
CNPJ: 08.997.145/0001-10
PROCESSO: 25351.615085/2013-07
AUTORIZ/MS: 7.01072-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Na Resolução - RE nº 1.390, de 17 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 75, de 22 de abril de 2014, Seção 1, pág. 42 e em Suplemento, págs. 52 e 73.

Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA FONTANIVE LTDA
ENDEREÇO: RUA ROMARIO MARTINS Nº 135
BAIRRO: CENTRO CEP: 85550000 - CORONEL VIVIDA/PR
CNPJ: 03.995.173/0001-85
PROCESSO: 25351.096486/2014-28 AUTORIZ/MS: 7.11370.0
ATIVIDADE / CLASSE :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA RR LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ROMARIO MARTINS Nº 135
BAIRRO: CENTRO CEP: 85550000 - CORONEL VIVIDA/PR
CNPJ: 03.995.173/0001-85
PROCESSO: 25351.096486/2014-28
AUTORIZ/MS: 7.11370-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Na Resolução - RE nº 114, de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 14, de 21 de janeiro de 2019, Seção 1, pág. 47 e em Suplemento, págs. 63 e 64.

Onde se lê:
EMPRESA: E TAMUSSINO E CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CONTORNO, Nº 3505 - SALAS 1001 a 1006
BAIRRO: SANTA EGIGENIA CEP: 30110917 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 33.100.082/0008-71
PROCESSO: 25351.123516/2014-58
AUTORIZ/MS: X1H11X6W7H33 (8.10306.1)
ATIVIDADE/ CLASSE:
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: E TAMUSSINO E CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DO CONTORNO, Nº 3505 - SALAS 1001 a 1006
BAIRRO: SANTA EFIGÊNIA CEP: 30110917 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 33.100.082/0008-71
PROCESSO: 25351.123516/2014-58
AUTORIZ/MS: X1H11X6W7H33 (8.10306.1)
ATIVIDADE/ CLASSE:
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 250, de 30 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 24, de 4 de fevereiro de 2019, Seção 1, pág. 53 e em Suplemento, págs. 38 e 40.

Onde se lê:
EMPRESA: CARDIO MEDICAL INDUSTRIAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASILIA 2291 COMPL. 2305/2325
BAIRRO: VILA INDUSTRIAL CEP: 13412221 - PIRACICABA/SP
CNPJ: 22.616.357/0001-31
PROCESSO: 25351.008661/2017-08 AUTORIZ/MS: 1941LH7L3L3Y (8.14666.1)
ATIVIDADE/ CLASSE:
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: COSMÉTICOS
REEMBALAR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: CARDIO MEDICAL INDUSTRIAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASILIA 2291 COMPL. 2305/2325
BAIRRO: VILA INDUSTRIAL CEP: 13412221 - PIRACICABA/SP
CNPJ: 22.616.357/0001-31
PROCESSO: 25351.008661/2017-08 AUTORIZ/MS: 1941LH7L3L3Y (8.14666.1)
ATIVIDADE/ CLASSE:
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE n° 2.752, de 24 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 142, de 28 de julho de 2014, Seção 1, pág. 58 e em Suplemento, págs. 161 e 205.

Onde se lê:
EMPRESA: PRADELLA & AQUINO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO AMARO DOS SANTOS Nº 1218
BAIRRO: CENTRO CEP: 87528000 - ALTO PARAÍSO/PR
CNPJ: 01.725.912/0001-93
PROCESSO: 25351.296970/2013-74
AUTORIZ/MS: 0.92899.6
ATIVIDADE / CLASSE :

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:
EMPRESA: PRADELLA & AQUINO LTDA
ENDEREÇO: AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS Nº 630 - SALÃO
BAIRRO: CENTRO CEP: 87528000 - ALTO PARAÍSO/PR
CNPJ: 01.725.912/0001-93
PROCESSO: 25351.296970/2013-74
AUTORIZ/MS: 0.92899-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE nº 3.970, de 9 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 197, de 13 de outubro de 2014, Seção 1, pág. 667 e em Suplemento, págs. 82 e 87.

Onde se lê:
EMPRESA: GISELE DE FATIMA PIGA
ENDEREÇO: AV SAO JOAO Nº 149
BAIRRO: CENTRO CEP: 86930000 - SÃO JOÃO DO IVAÍ/PR
CNPJ: 02.668.773/0001-76
PROCESSO: 25351.182953/2002-06 AUTORIZ/MS: 0.04621.1
ATIVIDADE / CLASSE :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: GISELE DE FATIMA PIGA PARDINHO
ENDEREÇO: AV SAO JOAO Nº 149
BAIRRO: CENTRO CEP: 86930000 - SÃO JOÃO DO IVAÍ/PR
CNPJ: 02.668.773/0001-76
PROCESSO: 25351.182953/2002-06
AUTORIZ/MS: 0.04621-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE nº 3.496, de 26 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 250, de 31 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 104 e em Suplemento, págs. 30 e 39.

Onde se lê:
EMPRESA: F. WASHINGTON M. VASCONCELOS
ENDEREÇO: RUA HENRIQUE RODRIGUES Nº 233
BAIRRO: CENTRO CEP: 62184000 - CARIRÉ/CE
CNPJ: 04.145.893/0001-14
PROCESSO: 25351.586895/2018-45
AUTORIZ/MS: 7.60489-2
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA BRAGA E VASCONCELOS LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA DEPUTADO ELISIO AGUIAR, 301
BAIRRO: CENTRO CEP: 62184000 - CARIRÉ/CE
CNPJ: 04.145.893/0001-14
PROCESSO: 25351.586895/2018-45
AUTORIZ/MS: 7.60489-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE nº 1.034, de 21 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 56, de 24 de março de 2014, Seção 1, pág. 56 e em Suplemento, págs. 39 e 59.

Onde se lê:
EMPRESA: PAIM & CERQUEIRA LTDA ME
ENDEREÇO: PRAÇA DA PURIFICAÇÃO DOS CAMPOS Nº 90
BAIRRO: CENTRO CEP: 44255000 - IRARÁ/BA
CNPJ: 01.605.654/0002-92
PROCESSO: 25351.733742/2013-99 AUTORIZ/MS: 7.07004.7
ATIVIDADE / CLASSE :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
Leia-se:
EMPRESA: PAIM & CERQUEIRA LTDA
ENDEREÇO: rua cel. elpidio nogueira 10
BAIRRO: CENTRO CEP: 44255000 - IRARÁ/BA
CNPJ: 01.605.654/0002-92
PROCESSO: 25351.733742/2013-99
AUTORIZ/MS: 7.07004-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

Na Resolução - RE nº 3.172, de 1° de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 231, de 4 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 48 e em Suplemento, pág. 41.

Onde se lê:
EMPRESA: PPD DO BRASIL SUPORTE À PESQUISA CLINICA LT D A
ENDEREÇO: RUA FUNCHAL, 203 - CONJUNTO 112
BAIRRO: JARDIM PAULISTA CEP: 04551060 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.251.699/0001-62
PROCESSO: 25351.598439/2017-67 AUTORIZ/MS: 1.17106.8
ATIVIDADE / CLASSE
LABORATÓRIOS OU INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO/OUTROS PRODUTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: PPD DO BRASIL SUPORTE À PESQUISA CLINICA LT D A
ENDEREÇO: Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 758 - 6o andar
BAIRRO: Itaim Bibi CEP: 04542000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.251.699/0001-62
PROCESSO: 25351.598439/2017-67 AUTORIZ/MS: 1.17106.8
ATIVIDADE / CLASSE
LABORATÓRIOS OU INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO/OUTROS PRODUTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE nº 461, de 13 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 33, de 17 de fevereiro de 2014, Seção 1, pág. 58 e em Suplemento, págs. 171 e 182.

Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA NELITO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SANTA LUZIA S/Nº ESQUINA C/ JOSE NUNES LEAL
BAIRRO: SANTA LUZIA CEP: 36030450 - JUIZ DE FORA/MG
CNPJ: 16.832.412/0001-28
PROCESSO: 25351.678761/2013-45 AUTORIZ/MS: 7.04708.1
ATIVIDADE / CLASSE :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA NELITO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SANTA LUZIA, 519
BAIRRO: SANTA LUZIA CEP: 36030450 - JUIZ DE FORA/MG
CNPJ: 16.832.412/0001-28
PROCESSO: 25351.678761/2013-45 AUTORIZ/MS: 7.04708.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE nº 4.316, de 14 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 223, de 18 de novembro de 2013, Seção 1, pág. 41 e em Suplemento, págs. 40 e 54.

Onde se lê:
EMPRESA: FISCHER & MULLER LTDA
ENDEREÇO: RUA SANTO CRISTO Nº 437
BAIRRO: CENTRO CEP: 85930000 - NOVA SANTA ROSA/PR
CNPJ: 68.759.935/0001-90
PROCESSO: 25351.607408/2013-81 AUTORIZ/MS: 7.00019.5
ATIVIDADE / CLASSE :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: FISCHER & MULLER LTDA
ENDEREÇO: RUA SANTO CRISTO Nº 830
BAIRRO: CENTRO CEP: 85930000 - NOVA SANTA ROSA/PR
CNPJ: 68.759.935/0001-90
PROCESSO: 25351.607408/2013-81 AUTORIZ/MS: 7.00019.5
ATIVIDADE / CLASSE :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE nº 3.137, de 14 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 221, de 19 de novembro de 2018, Seção 1, pág. 169 e em Suplemento, pág. 43.

Onde se lê:
EMPRESA: ALTA PERFORMANCE FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA SIMAO CALEIRO, 1928
BAIRRO: CENTRO CEP: 14400340 - FRANCA/SP
CNPJ: 22.483.842/0001-84
PROCESSO: 25351.472695/2015-63
AUTORIZ/MS: 1.14431-1
ATIVIDADE / CLASSE :
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: ALTA PERFORMANCE FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA VOLUNTÁRIOS DA FRANCA, 2783
BAIRRO: SÃO JOSE CEP: 14.403-424 - FRANCA/SP
CNPJ: 22.483.842/0001-84
PROCESSO: 25351.472695/2015-63
AUTORIZ/MS: 1.14431-1
ATIVIDADE / CLASSE :
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

TERCEIRA DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 498, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pela 1ª Vara - SJ/DF, no Processo 1009944-96.2018.4.01.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 499, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 491, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 492, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 493, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 494, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo, em atendimento à decisão da Ação Ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 495, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 496, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as alterações de cadastro/registro, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 497, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE nº 133 de 17 de janeiro de 2019, única e exclusivamente quanto ao indeferimento da Alteração do prazo de validade do produto em registro, referente à empresa JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, PROCESSO 25000.035756/96-43, publicada no Diário Oficial da União nº. 14 de 21 de janeiro de 2019, Seção 1, pág. 49 e em Suplemento, pág. 40.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 504, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Toxicologia, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 505, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Toxicologia, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme anexo.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO RE Nº 506, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Toxicologia, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1006005-11.2018.4.01.3400, 9ª Vara Federal Cível/SJDF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto KASAN 800 WP.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO RE Nº 507, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente-Geral de Toxicologia, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 424, de 15 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 34, de 18 de fevereiro de 2019, Seção 1, pág. 71, e em Suplemento, pág. 34.

Onde se lê:

RAINBURON

25351.442773/2012-01

5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0635030/12-5

CLASSE III

Leia-se:

TRILLA

25351.442773/2012-01

5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0635030/12-5

CLASSE III

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 489, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente Substituto da Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 490, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente Substituto da Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 500, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Gerente Substituto da Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Tornar insubsistente a Resolução - RE nº 213, de 24 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 28 de janeiro de 2019, Seção 1, pág. 116 e em Suplemento, págs. 6 e 9, única e exclusivamente referente ao produto, em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA 3.02721-9
LPH ST
25351.111164/2013-04 3.2721.0023.001-2
PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA 04/2024
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 36 Meses
3222051 DESINFETANTE PARA USO ESPECÍFICO
391 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade 1042401/18-6
LPH ST
25351.111164/2013-04 3.2721.0023.002-0
PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA 04/2024
SACHET + CAIXA DE PAPELAO 36 Meses
3222051 DESINFETANTE PARA USO ESPECÍFICO
391 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade 1042401/18-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 501, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente Substituto da Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 502, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

O Gerente Substituto da Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 866, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Institui a estrutura de governança para Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos da Controladoria-Geral da União - CGU.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das competências previstas no art. 28 do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e conforme disposto no art. 14 da Portaria CGU nº 665, de 7 de fevereiro de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir a estrutura de governança para ação estratégica de Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos da Controladoria-Geral da União - CGU, conforme determinado pelo art. 13 da Portaria CGU nº 665, de 7 de fevereiro de 2019.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS COMPLEMENTARES DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA

Art. 2º Compete complementarmente ao Comitê de Governança Interna - CGI, instituído pela Portaria CGU nº 665, de 2019:

I - aprovar o planejamento orçamentário das Unidades Organizacionais da CGU e suas alterações;

II - estabelecer diretrizes, objetivos, iniciativas e indicadores orçamentários e de custos;

III - aprovar a estrutura dos Planos Internos da CGU;

IV- aprovar o modelo de mensuração de custos da CGU; e

V - realizar, trimestralmente, a avaliação e o monitoramento da Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos da CGU, a fim de verificar a evolução da execução dos recursos alocados nos programas, ações, planos orçamentários e planos internos estabelecidos para as unidades do Órgão Central e para as Controladorias Regionais da União nos Estados.

CAPÍTULO III

DO COMITÊ DE GERENCIAL DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CUSTOS

Art. 3º O Comitê Gerencial de Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos - CGOFC será composto por representantes das seguintes unidades organizacionais:

I - Gabinete do Ministro - GM;

II - Secretaria-Executiva - SE;

III - Corregedoria-Geral da União - CRG;

IV - Ouvidoria-Geral da União - OGU;

V - Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção - STPC;

VI - Secretaria Federal de Controle Interno - SFC;

VII - Secretaria de Combate à Corrupção - SCC;

VIII - Diretoria de Gestão Interna - DGI;

IX - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - DIPLAD;

X - Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI; e

XI - Controladorias Regionais da União nos Estados - CGU-R.

§ 1º Os representantes, titular ou suplente, de que trata o caput deste artigo serão indicados pelos dirigentes das respectivas unidades.

§ 2º O CGOFC será presidido pelo Diretor de Gestão Interna, que será o representante titular da DGI.

§ 3º As funções de secretaria-executiva do CGOFC serão exercidas pela DGI, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGCOF/DGI.

Art. 4º Ao CGOFC compete:

I - elaborar políticas e diretrizes relativas à administração, mensuração e acompanhamento orçamentário e de custos no âmbito da CGU;

II - estabelecer mecanismos para a comunicação, governança e institucionalização das políticas relativas à administração, mensuração e acompanhamento orçamentário e de custos definidas de forma estratégica no âmbito da CGU;

III - avaliar, periodicamente, a observância das políticas relativas à Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos;

IV - propor o planejamento orçamentário das Unidades Organizacionais da CGU e suas alterações;

V - propor o Modelo Mensuração e Gestão de Custos para o exercício subsequente;

VI - instituir e extinguir, a seu critério, grupos de trabalho, permanentes ou temporários, para discussão de temas específicos relativos à Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos, no contexto da CGU, orientando sua operação e funcionamento;

VII - manifestar-se previamente sobre matérias relacionadas à Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos submetidas ao CGI;

VIII - requerer às unidades integrantes da estrutura organizacional da CGU ou mesmo a outras organizações públicas ou privadas quaisquer informações necessárias para a realização dos seus trabalhos;

IX - avaliar e aprovar tecnicamente metodologias e métodos aplicados à Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos na CGU, bem como suas alterações e aprimoramentos;

X - informar periodicamente ao CGI as atividades realizadas pelo CGOFC;

XI - propor normatização e orientação quanto aos procedimentos necessários ao regular funcionamento interno dos projetos e atividades administrativas do processo orçamentário, financeiro e de gestão de custos;

XII - acompanhar o planejamento, a execução e o monitoramento dos projetos e atividades relacionadas aos Sistemas de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Custos no âmbito da CGU; e

XIII - exercer outras atividades definidas pelo CGI.

Art. 5º As atividades do CGOFC devem ser conduzidas a partir das seguintes diretrizes:

I - buscar o alinhamento das ações de Gestão de Orçamentária, Financeira e de Custos com o planejamento estratégico da CGU;

II - considerar as peculiaridades das unidades integrantes da estrutura da CGU;

III - estimular a formação de cultura de gestão orçamentária, financeira e de custos nas unidades da CGU;

IV - padronizar conceitos e disseminar melhores práticas de gestão orçamentária, financeira e de custos nas unidades da CGU; e,

V - observar as normas pertinentes ao tema, sobretudo, aquelas estabelecidas pelos Órgãos Centrais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento, Administração Financeira e de Custos da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO IV

DA UNIDADE ORGANIZACIONAL EXECUTIVA

Art. 6º A DGI, por meio da CGCOF/DGI, funcionará como unidade organizacional executiva responsável pelas ações, projetos e atividades relacionados à gestão de orçamento, finanças e de custos no âmbito deste Ministério.

Art. 7º Caberá à DGI:

I - auxiliar o CGOFC na execução de suas competências;

II - planejar, orientar e acompanhar a elaboração, a execução e o monitoramento das ações, projetos e atividades relacionados à gestão orçamentária, financeira e de custos;

III - coordenar as atividades administrativas do processo orçamentário, financeiro e de gestão de custos, estabelecendo janelas e prazos, agendando ou sugerindo encontros, reuniões e discussões entre os dirigentes ou intermediando contatos com as unidades internas ou com outros órgãos, bem como efetuando os lançamentos das informações captadas nos sistemas estruturantes;

IV - solicitar às unidades envolvidas nas atividades administrativas do processo orçamentário e de gestão de custos as informações qualitativas e quantitativas sobre bens, atividades, produtos e serviços sob sua responsabilidade, podendo propor a emissão de normas e procedimentos internos necessários à regular gestão orçamentária e de custos;

V - auxiliar e orientar quanto à melhor forma de mensurar os custos e as metas orçamentárias, considerando sua representatividade na definição do custo total ou da meta total da ação orçamentária, bem como solicitar às unidades envolvidas que promovam ratificações, retificações ou informações complementares para fins de adequação das propostas às exigências dos normativos aplicáveis;

VI - coordenar o planejamento, a execução e o monitoramento Sistema de Planejamento e de Orçamento e do Sistema de Custos no âmbito deste Ministério;

VII - propor ao CGOFC a revisão de metas, objetivos, iniciativas e indicadores orçamentários e/ou de custos;

VIII - elaborar relatórios gerenciais, de forma a subsidiar a implementação de ações referentes a gestão orçamentária, financeira e de custos;

IX - apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física;

X - promover a disseminação das informações orçamentárias, financeiras e de custos nas unidades organizacionais; e,

XI - exercer outras atividades definidas pelo CGOFC.

§1º São consideradas atividades administrativas do processo orçamentário aquelas definidas por normativos do Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento da Administração Pública Federal, representado pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério da Economia - SOF/ME, que também estabelece os prazos e procedimentos para fins de captação e cadastro das informações.

§2º São consideradas como ações, atividades e projetos relacionados à gestão de custos aquelas definidas por normativos do Órgão Central do Sistema de Custos da Administração Pública Federal, representado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia - STN/ME, que também estabelece os prazos e procedimentos para fins de captação e cadastro das informações, sendo exemplo de tais atividades a implantação de sistema de custos no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Federal.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 2.770, de 11 de outubro de 2018.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

PORTARIA Nº 873, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a estrutura de governança para Gestão de Pessoas da Controladoria-Geral da União.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das competências previstas no art. 28 do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e conforme disposto no art. 14 da Portaria CGU nº 665, de 7 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a estrutura de governança para ações estratégicas de Gestão de Pessoas da Controladoria-Geral da União - CGU.

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS COMPLEMENTARES DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA

Art. 2º Compete complementarmente ao Comitê de Governança Interna - CGI, instituído pela Portaria CGU nº 665, de 2019:

I - promover e acompanhar a execução da Política de Gestão de Pessoas da CGU;

II - incentivar, promover e monitorar a implementação de diretrizes e de melhores práticas organizacionais de governança de Gestão de Pessoas;

III - orientar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança de Gestão de Pessoas;

IV - aprovar, monitorar e avaliar matérias de Gestão de Pessoas no âmbito do Planejamento Estratégico da CGU;

V - estabelecer diretrizes, objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos de Gestão de Pessoas;

VI - incentivar e promover ações em Gestão de Pessoas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no Órgão para melhoria do desempenho individual e institucional;

VII - estabelecer diretrizes e realizar as priorizações para as ações estratégicas em Gestão de Pessoas, de acordo com a missão e os objetivos estratégicos da CGU;

VIII - aprovar o planejamento e acompanhar a execução das ações estratégicas em Gestão de Pessoas, bem como decidir sobre seu cancelamento ou suspensão;

IX - realizar o monitoramento e a avaliação das ações estratégicas em Gestão de Pessoas da CGU; e

X - exercer outras atividades estratégicas em Gestão de Pessoas.

CAPÍTULO II

DO COMITÊ GERENCIAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Art. 3º O Comitê Gerencial de Gestão de Pessoas - CGGP, vinculado ao CGI, será composto por um representante titular e seu respectivo suplente das seguintes unidades organizacionais:

I - Gabinete do Ministro - GM;

II - Secretaria-Executiva - SE;

III - Consultoria Jurídica - CONJUR;

IV - Secretaria Federal de Controle Interno - SFC;

V - Ouvidoria-Geral da União - OGU;

VI - Corregedoria-Geral da União - CRG;

VII - Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção - STPC;

VIII - Secretaria de Combate à Corrupção - SCC;

IX - Controladorias Regionais da União nos Estados - CGU-R; e

X - Diretoria de Gestão Interna - DGI.

§ 1º Os representantes, titular e suplente, de que trata o caput deste artigo serão indicados pelos dirigentes das respectivas unidades.

§ 2º O CGGP será presidido pelo Diretor de Gestão Interna, que será o representante titular da DGI.

§ 3º As funções de secretaria-executiva do CGGP serão exercidas pela DGI, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP.

Art. 4º Ao CGGP compete:

I - auxiliar o CGI na execução de suas competências em Gestão de Pessoas;

II - propor ao CGI:

a) a aprovação de propostas de ações estratégicas em Gestão de Pessoas alinhadas à missão e aos objetivos estratégicos da CGU;

b) a revisão da priorização das ações estratégicas em Gestão de Pessoas, observados os critérios de alinhamento estratégico e urgência;

c) a alteração substancial de escopo, de prazo e de custos das ações estratégicas em Gestão de Pessoas;

d) a definição dos cronogramas de implantação das ações estratégicas em Gestão de Pessoas;

e) o cancelamento ou suspensão das ações estratégicas em Gestão de Pessoas;

f) a edição e a revisão de atos normativos relacionados à Gestão de Pessoas;

g) diretrizes para elaboração do Plano Anual de Capacitação e aplicação de recursos destinados à capacitação;

h) ações para valorização do quadro de servidores da CGU por meio da capacitação, do desenvolvimento e da aprendizagem organizacional; e

i) ações estratégicas que promovam um ambiente de trabalho adequado ao desempenho das atividades;

III - acompanhar o desenvolvimento e a implementação das ações estratégicas em Gestão de Pessoas, de acordo com a priorização definida pelo CGI;

IV - promover as articulações necessárias para o adequado desenvolvimento das ações estratégicas em Gestão de Pessoas;

V - propiciar canais de participação dos servidores da CGU nas ações estratégicas em Gestão de Pessoas; e

VI - exercer outras atividades em Gestão de Pessoas definidas pelo CGI.

Art. 5º As diretrizes do CGGP são:

I - buscar o alinhamento das ações de Gestão de Pessoas com o planejamento estratégico da CGU;

II - considerar as peculiaridades das unidades integrantes da estrutura da CGU;

III - estimular a formação de cultura de gestão participativa nas unidades da CGU;

IV - padronizar conceitos e disseminar melhores práticas de Gestão de Pessoas nas unidades da CGU; e

V - observar as normas estabelecidas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

CAPÍTULO III

DA UNIDADE ORGANIZACIONAL EXECUTIVA

Art. 6º A DGI, por meio da COGEP, funcionará como unidade organizacional executiva responsável pelas ações, projetos e atividades relacionados à Gestão de Pessoas no âmbito da CGU.

Art. 7º Caberá à DGI, por meio da COGEP:

I - elaborar, coordenar, supervisionar e avaliar políticas de Gestão de Pessoas;

II - planejar, coordenar, orientar, desenvolver e acompanhar programas, planos, projetos, iniciativas e atividades relacionados à Gestão de Pessoas, no que tange a:

a) capacitação, desenvolvimento e desempenho profissional;

b) administração de pessoal;

c) promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores; e

d) outros assuntos correlatos;

III - exercer outras atividades definidas pelo CGGP.

Art. 8º Fica revogada a Portaria CGU nº 3.004, de 7 de novembro de 2018.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA 4, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel

Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 14 horas e 37 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Raimundo Carreiro) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), bem como da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Raimundo Carreiro, em licença médica, e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 3, referente à sessão ordinária realizada em 6 de fevereiro de 2019 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Da Presidência:

Proposta de separar do anteprojeto que visa à elaboração do novo Regimento Interno do TCU e submeter, em processo autônomo, à relatoria do Ministro Benjamin Zymler, o projeto de alteração da sistemática dos pedidos de vista de processos em julgamento no Tribunal, com destaque para o estabelecimento de vista coletiva entre os Ministros e o Representante do Ministério Público e de prazo rígido de devolução à pauta. Aprovada.

O Ministro Bruno Dantas, ao ponderar que não pode ser atribuída à coletividade a postergação ou a antecipação do pedido de vista, registrou que, na implementação da medida, a área de tecnologia do TCU deve considerar a previsão de dispositivo que indique, ultrapassado o prazo máximo de vista previsto no RITCU, a liberação do processo pelos Ministros que se encontrem aptos a proferir voto.

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Pesar pelo falecimento da artista Bibi Ferreira. A Presidência, em nome dos demais membros do Tribunal, se associou à homenagem.

Do Ministro Aroldo Cedraz:

Reabertura do prazo de quinze dias para a apresentação de emendas e sugestões à proposta de projeto de normativo que visa a alterar a IN - TCU 48/2004, que dispõe sobre a sistemática de acompanhamento do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Aprovada.

Do Ministro Vital do Rêgo:

Pesar pelo falecimento do jornalista Ricardo Boechat. A Presidência, em nome dos demais membros do Tribunal, se associou à homenagem.

Homenagem ao Ministro emérito do TCU José Jorge de Vasconcelos Lima por ocasião de sua aposentadoria. Os demais membros do Tribunal e a Procuradora-Geral se associaram à manifestação.

Proposta de autorizar a Segecex a incluir no escopo do trabalho a ser realizado na Agência Nacional de Mineração, conforme deliberação proferida na sessão plenária de 6/2/2019, ação de controle com objetivos relacionados à reparação dos danos causados pelos responsáveis por incidentes graves decorrentes da atividade de mineração e aos planos de fechamento de minas. Aprovada.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 229 a 260.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-001.805/2015-0 e TC- 009.758/2009-3, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-006.603/2018-1, TC-007.999/2015-1, TC-009.882/2002-7, TC-023.010/2015-0, TC-023.147/2017-2, TC-026.095/2006-8, TC-026.411/2016-4, TC-027.105/2016-4, TC-036.425/2012-5, TC-042.874/2018-1, TC-043.092/2018-7 e TC-043.371/2018-3, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-024.774/2014-6, cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro, a pedido do revisor (art.119), Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-001.276/2019-0, TC-001.883/2015-1, TC-001.926/2019-5, TC-012.143/2012-0, TC-012.735/2007-4, TC-016.851/2003-9, TC-017.019/2017-6, TC-021.330/2017-4, TC-025.919/2017-2, TC-033.882/2015-0 e TC-042.958/2018-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-020.632/2004-7, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-011.388/2002-0, TC-013.063/2012-0, TC-016.174/2016-0, TC-024.929/2010-7, TC-026.217/2015-5, TC-026.251/2006-4, TC-027.354/2018-0, TC-027.696/2014-6, TC-028.596/2016-1, TC-030.174/2018-0, TC-033.123/2010-1, TC-034.401/2018-0 e TC-034.528/2018-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-007.113/2013-7, TC-008.994/2015-3, TC-022.573/2005-1 e TC-033.612/2016-1, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-020.255/2018-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-021.269/2018-1, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-000.452/2018-1, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas, após a produção de sustentação oral. Já votou a relatora (v. Anexo IV desta Ata).

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-000.452/2018-1, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Maurício Zockun produziu sustentação oral em nome de Gol Linhas Aéreas S.A., admitida no processo na condição de amicus curiae. Na fase de votação, o processo foi objeto de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas.

ATOS NORMATIVOS APROVADOS (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

TC-001.316/2019-2 - Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues - Acórdão 261.

RESOLUÇÃO-TCU Nº 307, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 - "Altera a Resolução-TCU nº 233, de 4 de agosto de 2010, que dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e demais serviços eletrônicos ofertados por meio de solução denominada TCU-eletrônico (e-TCU)."

TC-001.893/2019-0 - Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues - Acórdão 262.

DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 174, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 - "Aprova, para o exercício de 2019, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros no produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), como previsto no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal."

TC-035.497/2018-1 - Relator Ministro Bruno Dantas - Acórdão 272.

RESOLUÇÃO-TCU Nº 308, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 - "Dispõe sobre o sistema de planejamento e gestão do Tribunal de Contas da União."

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-001.316/2019-2 - Acórdão 261

TC-001.893/2019-0 - Acórdão 262

TC-012.447/2016-1 - Acórdão 263

O relator teceu homenagem ao Ministro emérito José Jorge de Vasconcelos Lima por ocasião de sua aposentadoria. O Ministro Vital do Rêgo apresentou manifestação por escrito (v. Anexo I desta Ata). Os demais membros do Tribunal e a Procuradora-Geral se associaram à manifestação.

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-001.277/2019-7 - Acórdão 264

TC-033.168/2014-8 - Acórdão 265

TC-042.073/2018-9 - Acórdão 266

MINISTRA ANA ARRAES

TC-007.458/2015-0 - Acórdão 267

TC-040.239/2018-7 - Acórdão 268

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-000.373/2019-2 - Acórdão 269

TC-008.472/2008-3 - Acórdão 270

TC-014.858/2017-7 - Acórdão 271

TC-035.497/2018-1 - Acórdão 272

TC-041.387/2012-0 - Acórdão 273

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-005.052/2018-1 - Acórdão 274

TC-011.305/2018-5 - Acórdão 275

TC-042.118/2018-2 - Acórdão 276

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-010.379/2015-0 - Acórdão 277

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-021.696/2013-6 - Acórdão 278

TC-036.143/2016-2 - Acórdão 279

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 229 a 260, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 261 a 279, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 3/2019 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 229/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação à responsável Maria de Nazaré da Silva Coelho (CPF 104.301.802-68), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 3.134/2012-TCU -Plenário, reformado pelo 343/2015-TCU-Plenário, e com fundamento no § 2º do art. 3º da Resolução TCU 178/2005, tornar insubsistente a pena de multa aplicada ao Sr. Antonio Moyses da Silva Netto pelo item 9.4 do Acórdão 3.134/2012-TCU-Plenário, em razão de seu falecimento em 6/4/2018, quando estavam suspensos os efeitos do Acórdão condenatório em razão de recurso de reconsideração que foi julgado após o seu falecimento em 18/4/2018, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 4/3/2015
Valor recolhido: R$ 5.000,00 Data do recolhimento: 24/3/2015

1. Processo TC-009.773/2001-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2000)

1.1. Apensos: 007.597/2000-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 015.867/2001-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 001.799/2000-6 (REPRESENTAÇÃO); 011.150/2000-6 (REPRESENTAÇÃO); 017.092/2000-8 (REPRESENTAÇÃO); 000.665/1998-3 (ACOMPANHAMENTO)

1.2. Responsáveis: Ademir Junes dos Santos (033.136.972-91); Alison Jose Coutinho (155.757.306-97); Alzira Bigossi Caetano (267.345.591-49); Ana Emília Gazel Jorge (063.387.122-20); Antonio Moyses da Silva Netto (063.947.103-00); Aresque Machado de Almeida (020.164.604-82); Ari Arcanjo de Souza (160.024.901-91); Braz Gontijo da Silva (020.189.771-72); Carlos Horminio Rebelo e Silva (096.819.060-04); Claudio Roberto Faria (114.534.191-87); Deocleciano Guedes Ferreira (079.028.163-53); Dionizio Moraes Pessamilio (334.086.027-00); Edlene Ferreira Lima (133.922.204-34); Erismar Moreira da Silva (049.914.433-34); Francisco Pondofe Cavalcanti (025.622.194-49); Francisco das Chagas Cardoso (175.251.793-87); Gilson Lima Camarco (099.775.111-87); Guilson Vitorino Cardoso (360.715.871-15); Hamilton Nobre Casara (114.170.722-53); Idelcleide Rodrigues Lima Cordeiro (260.302.682-87); Jader Pinto de Campos Figueiredo (473.244.497-00); Jorge Linhares Ferreira Jorge (161.457.637-87); Jose Ernesto Souto Bezerra (082.723.794-49); Jose Guilherme da Motta (002.297.685-04); Jose de Anchieta dos Santos (090.880.594-20); José Ernesto Silva (007.719.294-04); Leozildo Tabajara da Silva Benjamim (036.404.002-59); Luiz Durval Machado Tavares (261.472.547-15); Marcus Antonio Oliveira Santin (183.153.301-44); Maria da Graca Reis Ribeiro (147.114.863-72); Maria de Nazaré da Silva Coelho (104.301.802-68); Marilia Marreco Cerqueira (185.249.821-87); Murilo Agostinho Pinheiro (038.041.943-20); Natalina da Rocha Vieira (321.869.161-34); Nilto Melquiades da Silva (147.066.369-49); Paulo Guilherme Santos Castelo Branco (106.000.432-15); Reginaldo Anaissi Costa (050.149.562-20); Rodney Ritter Morgado (290.079.410-20); Rogerio Baksys Pinto (216.943.383-04); Romeu Aldigueri de Arruda Coelho (427.215.123-15); Ronaldo Ferreira Braga (075.198.183-49); Rosangela Marilda Clemente Povoa (244.174.751-72); Salviano Antonio Guimaraes Borges (004.869.811-34); Selma Bara Melgaco (194.304.696-49); Tereza Cristina Maia Fernandes (243.616.234-49); Thais Maria Costa Salmito (073.831.003-44)

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Maranhão (Sec-MA).

1.7. Representação legal: Ricardo Augusto Figueiredo Moyses (7319/OAB-MA), representando Antonio Moyses da Silva Netto; Marcelo Romeu de Moraes Dantas (14931/OAB-PA), representando Maria de Nazaré da Silva Coelho; Alexandre Souza Farias (9052/OAB-MA), representando Maria da Graca Reis Ribeiro.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 230/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável Nildo João Fiorenza, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do subitem 9.5 do Acórdão 1.851/2014-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 6.500,00 Data de origem da multa: 16/7/2014
Valor recolhido: R$ 8.289,07 Data do recolhimento: parcelado.

1. Processo TC-005.866/2010-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 011.473/2009-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Antonio Carlos de Sousa (153.083.241-15); Bradisel Comercio e Servicos de Auto Pecas Ltda (00.728.162/0001-40); Cleber dos Santos Lacerda (433.010.450-49); Edvaldo Joaquim da Silva (259.145.371-34); Enoque Severino da Paz (308.220.251-91); Fernando de Oliveira Paredes (590.682.057-49); Helenívio Seixas Dourado (386.542.701-44); Helio Gondim dos Santos (235.146.714-00); Juraci Pereira da Silva (222.594.731-72); Manoel Sampaio (152.862.821-72); Mineirao Auto Pecas e Servicos Ltda (37.170.032/0001-45); Nara Veiculos Ltda (37.120.466/0001-30); Nildo João Fiorenza (205.848.731-15); Nilton Gomes da Rocha (227.133.791-72); Premier Veículos Ltda (02.203.159/0001-39); Reinaldo José Siqueira (481.057.086-04)

1.3. Órgão/Entidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.7. Representação legal: Jailson Ferreira Braz (214.454/OAB-RJ) e outros, representando Nildo João Fiorenza e Reinaldo José Siqueira; Saulo Vitor da Silva Munhoz (51.033/OAB-DF) e outros, representando Nara Veiculos Ltda; Geraldino Santos Nunes Júnior (9897/OAB-DF), representando Juraci Pereira da Silva, Reinaldo José Siqueira e Nildo João Fiorenza; Marco Antonio Gil Rosa de Andrade (10.953/OAB-DF), representando Mineirao Auto Pecas e Servicos Ltda; Ataualpa Sousa das Chagas (14484/OAB-DF), representando Antonio José de Oliveira Cerqueira e Fernando de Oliveira Paredes; Ana Cristina da Silva Souza (18979/OAB-DF), representando Bradisel Comercio e Servicos de Auto Pecas Ltda; Cristiano Lourenço do Nascimento, representando Cleber dos Santos Lacerda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 231/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 15, inciso I, "o", 264 e 265 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente consulta, por ter sido formulada por autoridade não especificada nos incisos I a VII do art. 264 do RI/TCU, bem como determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação ao interessado, de acordo com o parecer da SecexEduc:

1. Processo TC-000.298/2019-0 (CONSULTA)
1.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Lagoa Seca - PB (08.997.611/0001-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 232/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação ao responsável Edinaldo da Silva, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do subitem 9.1 do Acórdão 2.890/2014-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 2.500,00 Data de origem da multa: 29/10/2014
Valor recolhido: R$ 3.014,10 Data do recolhimento: parcelado.

1. Processo TC-011.717/2011-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 003.011/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.013/2016-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.009/2016-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.010/2016-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.014/2016-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 003.012/2016-6 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Arildo Antonio de Campos (498.793.169-91); C. R. Martinez & Cia Ltda (04.375.328/0001-43); Cássio Murilo Trovo Hidalgo (453.839.959-00); Edinaldo da Silva (663.188.829-87); Gilberto Marciaki (349.349.529-34); Jamilson Bispo de Oliveira (762.109.879-15); Luiz dos Santos (016.560.109-41); Nelson Oliveira Belini (370.295.099-00); Raul Henrique Ribas Macedo (456.462.109-25); Raulino Vilvert da Silva (046.270.799-74)
1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador) ()
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iporã - PR; Superintendência Estadual da Funasa No Paraná
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Paraná (Sec-PR).
1.8. Representação legal: Vicente Souza Moura Filho e outros, representando Cássio Murilo Trovo Hidalgo; Gisela Alves dos Santos Trovo (25201/OAB-PR), representando Jamilson Bispo de Oliveira, Luiz dos Santos, Nelson Oliveira Belini, Raulino Vilvert da Silva, Gilberto Marciaki, Edinaldo da Silva e Cássio Murilo Trovo Hidalgo; Lourival Raimundo dos Santos (13538/OAB-PR) e outros, representando C. R. Martinez & Cia Ltda.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 233/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de expediente apresentado Edelvino Razzolini Filho (peça 103), em que requer a reconsideração do posicionamento do Tribunal manifestado no Acórdão 2078/2018-Plenário (Peça 85), por meio do qual este Tribunal, determinou a audiência do responsável;
Considerando que, ressalvada a hipótese de embargos de declaração, não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda determinar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização (art. 279 do RI/TCU);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em receber a peça 103 como elementos complementares de defesa no processo a ser instaurado, sem prejuízo das devidas citações e audiências, nos termos do art. 279, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU; dar ciência desta deliberação e da instrução de peça 113 a Edelvino Razzolini Filho, conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.867/2017-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Edelvino Razzolini Filho (319.147.649-00); Ricardo Marcelo Fonseca (729.663.519-34)
1.2. Recorrente: Edelvino Razzolini Filho (319.147.649-00)
1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria do TCU no Estado do Paraná (Sec-PR).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 234/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em deferir o ingresso e o pedido de vista eletrônica dos autos solicitado por Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec) e autorizar a prorrogação do prazo fixado pelo acórdão 1659/2017-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 2187/2017-TCU-Plenário até o dia 15/02/2019, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.577/2016-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 026.048/2017-5 (SOLICITAÇÃO); 032.088/2017-5 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Interessados: Congresso Nacional (vinculador) (); Transnordestina Logistica S.a (02.281.836/0001-37); Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a. (42.150.664/0003-49)
1.3. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.7. Representação legal: Silvia Regina Schmitt (38717/OAB-DF) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a. e Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a.; Juliana de Abreu Teixeira (13463/OAB-CE) e outros, representando Transnordestina Logistica S.a.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 235/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Excelentíssimo Deputado João Henrique Holanda Caldas (peça 237) em face do Acórdão 2.866/2018 - Plenário (peça 187).
Considerando que os embargos de declaração podem ser opostos pelas partes ou pelo MP/TCU (artigo 287, §1º, do RITCU) e que são partes, no processo, o responsável e o interessado (artigo 144, *caput*, do RITCU).
Considerando que o interessado (parte) é aquele que tenha reconhecida, pelo relator ou pelo Tribunal, razão legítima para intervir no processo (artigo 144, §2º, do RITCU), a qual deverá ser demonstrada de forma clara e objetiva, em se tratando de recurso, como preliminar (artigos 146, §§1º e 6º, e 282, do RITCU).
Considerando que, conquanto o embargante exerça relevantes funções na Câmara dos Deputados (e na Comissão Externa do Fundef) e, conforme expõe, o presente processo efetivamente trate de questão de âmbito nacional, não demonstrou razão legítima para intervir como parte, faltando-lhe legitimidade para a oposição dos presentes embargos de declaração.
Considerando que cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição na decisão recorrida (artigo 34, *caput*, da Lei 8.443/1992) e que há obscuridade na decisão quando esta não é clara, inteligível, compreensível.
Considerando que, ainda que fossem conhecidos os embargos, não há a alegada obscuridade, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados, e, por conseguinte, com o mérito da decisão, o que não é matéria impugnável mediante aclaratórios.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 34, da Lei Orgânica/TCU, 143, inciso IV, alínea "b", 144, 146, 282 e 287, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer dos presentes embargos de declaração, por falta de legitimidade, e dar ciência da presente deliberação ao recorrente.

1. Processo TC-020.079/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 023.259/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Recorrente: Joao Henrique Holanda Caldas (011.176.901-99).
1.3. Órgão: Ministério da Educação.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2019 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 236/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de consulta formulada pela então Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - hoje, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) -, Senhora Míriam Belchior, acerca da viabilidade jurídica de celebração de convênio entre a pasta (concedente) e a Geap - Fundação de Seguridade Social -, na condição de convenente, cujo objeto era a prestação de serviços de assistência à saúde suplementar pela referida entidade aos servidores do Ministério.
Considerando que, em 2013, com o advento das alterações estatutárias que resultaram na divisão da Geap em duas entidades (Fundação Geap Previdência e Geap Autogestão em Saúde), a Geap Augestão em Saúde ficou autorizada a celebrar convênios com órgãos e entidades da Administração Pública, em atenção às disposições contidas no art. 230, § 3º, inciso I, da Lei 8.112/1990 - regulamentado pelo art. 1º, inciso I, do Decreto 4.978/2004 - e na Resolução Normativa ANS 137/2006;
considerando que o Poder Executivo, por meio do Decreto s/n de 7/10/2003, regulamentou a forma de patrocínio da União e de suas autarquias e fundações à recém instituída Geap Autogestão em Saúde, bem como autorizou o MP a celebrar convênio em nome da União para prestação de serviços de assistência à saúde por parte da referida entidade, o que se materializou por intermédio do Convênio de Adesão 1/2013;
considerando que este Tribunal, mediante os Acórdãos 2.855/2016 e 2.491/2018, ambos do plenário, modificou seu posicionamento anterior a respeito da matéria, tendo revogado a medida cautelar que suspendia a eficácia do Convênio de Adesão 1/2013 (TC 003.038/2015-7) e passado a considerar legal e legítima a atuação da Geap Autogestão em Saúde, em virtude das alterações estatutárias e normativas que viabilizaram a sua condição de entidade fechada de autogestão patrocinada pela União;
considerando que, nas razões de decidir do Acórdão 2.491/2018-Plenário, assentou-se o entendimento de que a evolução jurisprudencial retratada no parágrafo anterior não conflitou com o alcance da decisão monocrática de natureza liminar concedida no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5086/DF, rel. Min. Luiz Fux;
considerando que o sobrestamento do presente feito (peça 5) se justificou em função da pendência de pronunciamento de mérito nos vários mandados de segurança impetrados contra o Acórdão 458/2004-TCU-Plenário, cujos entendimentos, em suma, vedavam novos convênios entre a antiga Geap e órgãos e entidades da Administração Pública; e
considerando, por fim, que, ante o avanço fático e jurisprudencial evidenciado nos parágrafos anteriores, esvaziou-se a motivação central que sustentava o referido sobrestamento, de modo que o desfecho meritório daqueles diversos *writs*, ainda que tenha se mostrado favorável à orientação anterior do TCU sobre a matéria (Acórdão 458/2004-TCU-Plenário), não mais serve de fundamento à manutenção do status processual determinado pela decisão inserta à peça 5;
os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU), em:
a) levantar o sobrestamento do processo;
b) conhecer da presente consulta, com amparo nos arts. 1º, inciso XXV, e 264, inciso VI, do RITCU, e, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto;
c) apensar, com fundamento no art. 36 da Resolução TCU 259/2014, em caráter definitivo, os presentes autos ao TC 031.342/2013-2; e
d) dar ciência desta deliberação ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1. Processo TC-045.842/2012-4 (CONSULTA)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 237/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com pedido de prorrogação por 60 (sessenta) dias do prazo para encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União, dos relatórios de gestão e das peças complementares previstas no *caput* do art. 1º e no art. 13, incisos I, II e III, da Instrução Normativa TCU 63/2010, relativas ao Processo de Contas Extraordinárias da Eletrobrás Distribuição Rondônia S/A (Ceron), referente ao exercício de 2018.
Considerando que o art. 7º da aludida instrução normativa definiu que os prazos estabelecidos em seu art. 6º, e nas decisões normativas, podem ser prorrogados pelo Plenário do Tribunal, em caráter excepcional, a partir de solicitação fundamentada formulada por quaisquer das autoridades arroladas nos incisos I a IV do art. 7º, dentre as quais se inclui ministro de estado;
considerando que em 30/08/2018 ocorreu a homologação e assinatura do contrato que trata da transferência de controle acionário da empresa, conforme disposto no Edital do Leilão 02/2018 BNDES e que, nos termos do art. 6º, §3º, incisos I e II, da IN 63/2010, o prazo para apresentação das peças previstas no art. 13, incisos I, II e III expirou em 13/11/2018;
considerando que a prorrogação de 60 (dias) teria como termo final o dia 12/01/2019, data já transcorrida;
considerando que o pedido se fundamentou no fato de que a desestatização da unidade, ocorrida em agosto de 2018, e as complexas operações resultantes, coincidiram com a fase de elaboração da prestação de contas, o que tem dificultado o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido;
considerando que anexo ao pedido consta cópia do documento CTA-PR-003/2019, que expõe de forma fundamentada as razões que justificam o pedido de prorrogação;
considerando que, por conta do processo de desestatização, as decisões necessárias para continuidade da operacionalização da empresa para o exercício seguinte foram suspensas temporariamente e que o fechamento contábil de 2018, as contratações de materiais e serviços, planejamento estratégico, balanços mensais, inventários, exame e parecer de auditor independente, e outras necessárias ao funcionamento da Ceron foram adotadas nos últimos dois meses do ano passado, praticamente o mesmo período estabelecido para elaboração da prestação de contas extraordinária;
considerando que, ao examinar a solicitação, a então Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia manifestou-se favoravelmente;
os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts.169, incisos III e V, do Regimento Interno do TCU; 59, inciso VI, da Resolução TCU 259/2014; 7º, caput e inciso II, da IN TCU 63/2010; 12 da Resolução 234/2010; e 7º da DN 172/2018, em conhecer da solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia, para conceder a prorrogação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, ficando a Eletrobrás Distribuição Rondônia S/A (Ceron) autorizada a apresentar, excepcionalmente, até o dia 13/03/2019, as peças sob sua responsabilidade que comporão a prestação de contas extraordinária para o exercício de 2018, estabelecidas no art. 13, incisos I, II e III da IN

63/2010; em enviar cópia deste Acórdão à Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), para ciência e adoção dos devidos ajustes no sistema e-Contas, à Eletrobrás Distribuição Rondônia (Ceron), ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), à Controladoria Geral da União no Estado de Rondônia (CGU/RO), ao Ministério de Minas e Energia, e à Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex); e em arquivar o processo.

1. Processo TC-001.027/2019-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Interessadas: Eletrobrás Distribuição Rondônia (CNPJ 05.914.650/0001-66) e Energisa S/A (CNPJ 00.864.214/0001-06).
1.3. Unidade: Eletrobrás Distribuição Rondônia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Rondônia (Sec/RO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 3/2019 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 238/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º e 5º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, bem como art. 7º, § 3º da IN 55/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.218/2019-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Alice de Holanda Pacifico (068.349.062-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 239/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 8.2 do Acórdão 2.144/2018-TCU-Plenário, de forma que onde se lê "Luciano Lazzarini (192.127-E/OAB-SP)", leia-se "Luciano Lazzarini (336.669/OAB-SP)", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.028/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Humberto Carlos Parro (121.065.008-82); Instituto Nacional de Saude No Trabalho (59.988.352/0001-40); Joao Vaccari Neto (007.005.398-75); Remígio Todeschini (764.403.628-87); Vicente Paulo da Silva (129.953.984-04)
1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (Sec-SP).
1.6. Representação legal: José Eymard Loguércio (103.250/OAB-SP) e outros, representando Central Unica dos Trabalhadores-cut, Remígio Todeschini e Instituto Nacional de Saude No Trabalho; Luciano Lazzarini (192.127-E/OAB-SP), representando Humberto Carlos Parro.
1.7. Determinar à unidade instrutora que proceda à retificação nos sistemas deste Tribunal da informação ora retificada.

ACÓRDÃO Nº 240/2019 - TCU - Plenário

Considerando que a penalidade de multa possui natureza personalíssima, de forma que as consequências jurídicas sancionatórias de eventual aplicação por parte do Tribunal não são transferidas aos sucessores do falecido;

Considerando que o conjunto de indícios não são juridicamente sustentáveis, tendo em vista a documentação constante dos autos e as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis em sede de oitiva;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em declarar extinta a punibilidade de José Carlos Dorsa Vieira Pontes, em razão do seu falecimento em 11/3/2018; acolher as manifestações apresentadas pelas empresas Cardiopira Comércio e Importação de Materiais Hospitalares Ltda. e Boston Scientific do Brasil Ltda., com extensão à empresa TBR Comércio de Materiais Hospitalares e Laboratoriais Ltda., que se quedou inerte frente à oitiva realizada, e em arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.215/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Boston Scientific do Brasil Ltda (01.513.946/0001-14); Cardiopira Comércio e Importação de Materiais Hospitalares Ltda (06.325.378/0001-41); José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Tbr Comercio de Materiais Hospitalares e Laboratoriais Ltda - ME (06.888.194/0001-90)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).
1.6. Representação legal: Rafael Ferreira Larcher (33.994/OAB-DF) e outros, representando Boston Scientific do Brasil Ltda; Bruno Ernesto Silva Vargas (12.198/OAB-MS) e outros, representando Cardiopira Comércio e Importação de Materiais Hospitalares Ltda; Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (7498/OAB-MS), representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 241/2019 - TCU - Plenário

Considerando que a competência do Tribunal de Contas da União nos processos de controle externo, em especial as denúncias e representações, destina-se a assegurar primordialmente a observância do interesse público e não de interesse meramente privado (e.g., Acórdãos 3.273/2013, do Plenário, 4.402/2016, da 1ª Câmara, e 7.329/2014, 2.082/2014, 5.826/2012 e 8.203/2011, da 2ª Câmara);

Considerando que a tutela de interesses ou direitos subjetivos deve ser resolvida perante a própria administração contratante, por meio de recurso administrativo, ou perante o Poder Judiciário, mediante a devida ação judicial (e.g., Acórdãos 4.402/2016 e 1.166/2015, ambos da 1ª Câmara);

Considerando, ainda, que a percuciente análise da unidade instrutora conclui pela insubsistência da irregularidade apontada, assim como pela ausência de ofensa ao interesse público, uma vez que não houve restrição à competição e nem imposição excessivamente onerosa por parte da Administração;

Considerando, por fim, que foi publicado no D.O.U. de 8/1/2019 (peça 9) o resultado do julgamento das propostas da licitação em epígrafe, sagrando-se vencedora a empresa Texas Construções e Saneamento LTDA EPP com proposta de valor global da ordem de R$ 7.155.565,70, valor aproximadamente 23% inferior àquele estimado pela Administração no item 5 do Projeto Básico de peça 10: R$ 9.235.102,86;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, e em dar ciência desta deliberação, juntamente com a instrução inicial (peça 11), à representante e ao Instituto Evandro Chagas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.174/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Instituto Evandro Chagas
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Pará (Sec-PA).
1.5. Representação legal: Pollyanna Fernanda Mota de Queiroz Benevides, OAB/PA 16.107 e outros, representando Infinity Engenharia Ltda. - EPP (17.630.678/0001-50)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 242/2019 - TCU - Plenário

Considerando que a Lei 10.520/2002, em seu art. 6º, exara que o edital pode fixar outro prazo, que não 60 dias, para validade das propostas de preços;

Considerando que a Lei 13.303/2016 determina (art. 34) que "o valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação...", e não o contrário, qual seja, determinação da publicidade do orçamento;

Considerando que a demonstração da regularidade fiscal dos licitantes foi exigida;

Considerando que não houve apresentação de elementos comprobatórios das demais irregularidades noticiadas;

Considerando que as alegações e documentos juntados aos autos não demonstram a configuração de infração a norma legal, tampouco malversação de recursos públicos ou dano ao erário, aptos a clamar pela atuação do TCU;

Considerando, finalmente, que a ausência do *fumus boni iuris* conduz à impossibilidade de adoção de medida cautelar;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir, por consequência, a medida cautelar pleiteada; e em dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada e ao representante, junto com a instrução (peça 5), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.748/2019-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia (Sec-BA).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 243/2019 - TCU - Plenário

Considerando que não cabe ao TCU atuar como instância revisora de decisões administrativas adotadas por órgãos e entidades que lhe são jurisdicionados, salvo se, de forma reflexa, esses litígios atingirem o patrimônio público ou causarem prejuízo ao erário;

Considerando que não há no edital, nem em seus anexos, qualquer disposição no sentido de que todos os serventes alocados na prestação dos serviços devam cumprir jornada de trabalho de oito horas diárias;

Considerando que carece de elementos comprobatórios e fáticos suficientes da utilização de software de remessa automática de propostas (robôs) pela empresa Liderança no Pregão Eletrônico 047/7073-2018;

Considerando que, quanto à economicidade, o certame resultou na redução significativa do valor contratado em relação ao estimado (20%), inclusive em relação ao valor negociado com o Representante;

Considerando que, concretamente, não restou demonstrado qualquer restrição à competitividade requerida para o certame licitatório, bem como potencial lesão ao interesse público ou ao Erário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes; indeferir, por consequência, o pedido de medida cautelar, e em dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal - GILOG/RE - Logística Recife e ao Representante, acompanhada de cópia da instrução (peça 30), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.871/2019-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Pernambuco (Sec-PE).
1.5. Representação legal: Alexandre Dimitri Moreira De Medeiros (OAB-PE/20305)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 244/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 1.6.1, 1.6.2 e 1.6.3 e prejudicada a determinação contida no subitem 1.6.4, todos do Acórdão 1.759/2017-TCU-Plenário, bem como em dar ciência deste acórdão ao DNIT, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.350/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.5. Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa (854.786.794-53), representando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 245/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 11, §2º, da Instrução Normativa-TCU 76/2016, em conhecer da presente solicitação, para, no mérito, prorrogar, por mais 180 dias, a contar de 6/8/2018, o prazo para remessa ao Tribunal de Contas da União do processo de tomada de contas especial de que trata o item 1.7.2 do Acórdão 194/2018-TCU-Segunda Câmara, Processo SEI 00480-00002177/2018-12, e em dar ciência deste acórdão ao Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal e aos titulares da Controladoria-Geral do Distrito Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.090/2018-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Polícia Civil do Distrito Federal
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 2/2019 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 246/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens adotada em relação ao patrimônio do Consórcio TE-AG (formado pelas empresas Techint e Andrade Gutierrez), decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0057282.10-2, cujo objeto era a implantação da unidade de coqueamento retardado (UCR) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.147/2017-9.

Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;

Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;

Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer a determinação constante do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação ao responsável.

1. Processo TC-009.171/2017-7 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Consórcio Techint - Andrade Gutierrez (TE-AG) (11.663.724/0001-31).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 247/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens adotada em relação ao patrimônio da empresa Techint Engenharia e Construção S/A, decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0057282.10-2, cujo objeto era a implantação da unidade de coqueamento retardado (UCR) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.147/2017-9.

Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;

Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;

Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer a determinação constante do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação à responsável.

1. Processo TC-009.174/2017-6 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Techint Engenharia e Construção S.A. (61.575.775/0001-80).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 248/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens incidente sobre o patrimônio do Consórcio SPE (formado pelas empresas Skanska, Promon e Engevix), decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0056801.10-2, cujo objeto era a implantação da Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.161/2017-1.

Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;

Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;

Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer as determinações constantes do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação ao responsável.

1. Processo TC-009.177/2017-5 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Consórcio Skanska-Promon-Engevix (SPE) (11.476.212/0001-66).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que:
1.6.1. classifique a resposta à oitiva e os seus anexos (peça 223 do TC 009.834/2010-9) como sigilosos, com base no art. 11, inciso III, da Resolução TCU 294/2018; e
1.6.2. dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 249/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens adotada em relação ao patrimônio da empresa Engevix Engenharia e Projetos S/A, decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0056801.10-2, cujo objeto era a implantação da Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.161/2017-1.

Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;

Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;

Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer as determinações constantes do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação à responsável.

1. Processo TC-009.180/2017-6 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Engevix Engenharia e Projetos S.A. (00.103.582/0001-31).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que:
1.6.1. classifique a resposta à oitiva e os seus anexos (peças 9, 12, 19 e 28/30 destes autos e 248, 251 e 258 do TC 009.834/2010-9) como sigilosos, com base no art. 11, inciso III, da Resolução TCU 294/2018; e
1.6.2. dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 250/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens adotada em relação ao patrimônio da empresa Promon Engenharia S/A, decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0056801.10-2, cujo objeto era a implantação da Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.161/2017-1.

Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;

Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;

Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer as determinações constantes do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação à responsável.

1. Processo TC-009.181/2017-2 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Promon Engenharia Ltda. (61.095.923/0001-69).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que:
1.6.1. classifique a resposta à oitiva e seus anexos (peças 8 e 22 destes autos e peça 240 do TC 009.834/2010-9) como sigilosos, com base no art. 11, inciso III, da Resolução TCU 294/2018; e
1.6.2. dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 251/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens adotada em relação ao patrimônio da empresa Skanska Brasil Ltda., decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0056801.10-2, cujo objeto era a implantação da Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.161/2017-1.

Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;

Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;

Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer as determinações constantes do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação à responsável.

1. Processo TC-009.194/2017-7 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Skanska Brasil Ltda. (02.154.943/0001-02).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que:
1.6.1. classifique a resposta à oitiva (peça 9 destes autos e peça 245 do TC 009.834/2010-9) como sigilosa, com base no art. 11, inciso III, da Resolução TCU 294/2018; e
1.6.2. dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 252/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens adotada em relação ao patrimônio da empresa Construtora Queiroz Galvão S/A, decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0060702.10-2, cujo objeto era a implantação da Unidade de Hidrotratamento de Destilados (UHDT) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.167/2017-0.
Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;
Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;
Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:
a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer as determinações constantes do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação à responsável.

1. Processo TC-009.199/2017-9 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que:
1.6.1. classifique as peças 22, 30 e 37 como sigilosas, com base no art. 11, inciso I, da Resolução TCU 294/2018;
1.6.2. classifique a peça 243 do TC 009.834/2010-9 como sigilosa, com base no art. 11, inciso III, da Resolução TCU 294/2018; e
1.6.3. dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 253/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de acompanhamento das medidas processuais associadas à indisponibilidade de bens adotada em relação ao patrimônio do Consórcio QGGI (formado pelas empresas Queiroz Galvão S.A., Iesa Óleo e Gás S.A. e Galvão Engenharia S.A), decretada pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, em virtude de prejuízos no Contrato 0800.0060702.10-2, cujo objeto era a implantação da unidade de hidrotratamento de destilados médios (UHDT) das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com a finalidade de garantir o eventual ressarcimento dos danos em apuração no TC 009.167/2017-0.
Considerando que os prazos das medidas cautelares objeto das análises das oitivas realizadas pela unidade técnica encontram-se expirados, nos termos do item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;
Considerando que nos Acórdãos 2.469/2018 e 2.474/2018, ambos do Plenário do TCU, este Tribunal ponderou sobre algumas circunstâncias que inviabilizariam a renovação sucessiva da medida cautelar de indisponibilidade de bens;
Considerando que o Plenário do TCU manteve essa mesma posição nos Acórdãos 2.909, 2.910, 2.911 e 2.915, prolatados na sessão de 12/12/2018, em processos de indisponibilidade de bens relativos aos débitos em apuração nas obras de implantação das Tubovias na Refinaria Abreu e Lima, todos da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:
a) apensar os presentes autos ao TC 009.834/2010-9;
b) fazer as determinações constantes do item 1.6; e
c) dar ciência desta deliberação ao responsável.

1. Processo TC-009.202/2017-0 (INDISPONIBILIDADE DE BENS)
1.1. Responsável: Consórcio Queiroz Galvão-Iesa-Galvão (12.493.046/0001-79).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.5. Representação legal: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.6. Determinar à SeinfraPetróleo que:
1.6.1. classifique a resposta à oitiva e os anexos (peças 242 e 268 do TC 009.834/2010-9) como sigilosos, com base no art. 11, inciso III, da Resolução TCU 294/2018; e
1.6.2. dê ciência desta deliberação aos órgãos e entidades competentes que a medida cautelar decretada pelo item 9.1 do Acórdão 632/2017-TCU-Plenário não produz mais efeitos.

ACÓRDÃO Nº 254/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, *caput*, e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:
a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada;
b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;
c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante e à Fundação Universidade de Brasília; e
d) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-000.214/2019-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal:
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 255/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU com o objetivo examinar os critérios utilizados pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público Federal (MPF) na celebração de acordos de leniência, bem como avaliar seus reflexos em relação à economicidade e aos processos de reparação de danos ao erário.
Considerando que o objeto desta representação passa pela análise das diversas competências atribuídas constitucional e legalmente a órgãos públicos federais envolvidos na celebração de acordos de leniência;
Considerando que, o atual quadro normativo vigente, ao envolver diversos órgãos públicos na celebração de tais acordos, possibilita a atuação integrada desses órgãos com vistas a fortalecer a atividade governamental na completa elucidação dos ilícitos praticados, bem como na recomposição dos prejuízos causados ao erário;
Considerando que eventuais ações redundantes, desde que executadas de forma integrada e cooperativa entre os órgãos por elas responsáveis, tendem a não resultar na alegada insegurança jurídica a dificultar a celebração de acordo de leniência;
Considerando que as sugestões de inclusão de cláusulas no acordo de leniência com vistas a resguardar as competências desta Corte de Contas em razão de sua celebração, poderia extrapolar o objeto da representação delimitado na peça inaugural;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 84 da Lei 8.443/1992, c/c os arts.143, inciso III, 235, e 237, inciso I e parágrafo único do Regimento Interno/TCU, e o art 6º, inciso XVIII, alínea "c", da Lei Complementar 75/93, em:
a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
b) dar ciência desta deliberação ao representante, ao Ministério Público Federal, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e à Advocacia-Geral da União; e
c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-028.723/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Ministério Público Federal.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 256/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de representação apresentada pela empresa Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S/A, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará (Seinfra-CE), relacionadas à condução da Concorrência Pública 20180001/SEINFRA/CCC que tem por objeto prover a contratação de empresa para execução das obras de construção da Linha Leste do Metrô de Fortaleza, financiadas com recursos do BNDES e do Orçamento Geral da União, intermediado pela Caixa Econômica Federal.
Considerando que a alegação de distribuição por dependência pressupõe a possibilidade de decisões conflitantes;
Considerando que a presente decisão, com a revogação da medida cautelar que, até então, vigorava no bojo do TC-023.784/2018-0, está em consonância com a última deliberação exarada nos citados autos; e
Considerando, por fim, que este relator também é responsável pela condução de processo conexo ao tema tratado nos presentes autos, sendo aquele processo inclusive mais antigo que os demais.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:
a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;
b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S/A, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;
c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante e à Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará; e
d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-037.261/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Consorcio FTS (31.023.023/0001-45).
1.2. Órgão: Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.,
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).
1.6. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e Aline Saldanha de Lima Ferreira (OAB/CE 12.575) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 3/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 257/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU 259/2014, e considerando cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.1.4, 9.1.1.5, 9.1.3.1, 9.1.3.2, 9.1.3.4, 9.1.3.5, 9.1.3.6, 9.1.4.1, 9.1.4.2, 9.1.4.4, 9.1.4.5, 9.1.6.1, 9.1.6.2 e 9.1.6.6; parcialmente cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1.1.3 e 9.1.3.3; e não cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1.4.3, 9.1.6.3, 9.1.6.4 e 9.1.6.5, todas do Acórdão 1.521/2015 - Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-024.643/2014-9 (Relatório de Auditoria), sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica e das peças 1, 4, 5 e 6, aos Municípios de Caetés/PE, Lagoa do Ouro/PE, Jurema/PE e Buíque/PE, aos respectivos Conselhos de Alimentação Escolar, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª Região, para as providências que entenderem cabíveis, de acordo com o parecer emitido pela Sec-PE:

1. Processo TC-022.494/2015-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Buíque/PE; Prefeitura Municipal de Caetés/PE; Prefeitura Municipal de Jurema/PE; Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Pernambuco (Sec-PE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 258/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Rodrigo Timóteo Oliveira Santos, ante o recolhimento da multa que lhe foi aplicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.847/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 021.491/2018-6 (Cobrança Executiva); 006.722/2012-1 (Representação); 032.655/2016-9 (Cobrança Executiva).
1.2. Interessados: Roberto Kluge, Wilson Carvalho de Almeida e Moacyr Pasin, Conselheiros integrantes do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina - Creci/SC.
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina/11ª Região - Creci/SC.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Santa Catarina (Sec-SC).
1.7. Representação legal: Murilo Gouvêa dos Reis (7258/OAB-SC) e outros, representando Marcelo Faria Brognoli; Marcelo Beal Cordova (14264/OAB-SC) e outros, representando Gilmar dos Santos; Jaime Roque Perottoni Júnior (10336/OAB-SC) e outros, representando Mauro Roberto Paula e Megam Negocios Empresariais e Imobiliarios Ltda.; Paulo Ernani da Cunha Tatim (9788/OAB-SC) e outros, representando Alexandre Zoldan da Veiga, Elite Serviços Contábeis Ltda., MCA Assessoria Contabil Eireli e Paulo Tolentino dos Santos.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
Quitação relativa ao subitem 9.2.4 do Acórdão 249/2015, proferido pelo Plenário, em Sessão de 11/2/2015, Ata 5/2015.
Data de origem da multa: 11/2/2015 Valor original da multa: R$ 6.000,00

Datas dos recolhimentos:	Valores recolhidos:
20/09/2016	R$ 200,00
14/10/2016	R$ 200,00
28/11/2016	R$ 200,00
23/12/2016	R$ 200,00
19/01/2017	R$ 200,00
17/02/2017	R$ 200,00
20/03/2017	R$ 200,00
20/04/2017	R$ 200,00
22/05/2017	R$ 200,00
19/06/2017	R$ 200,00
21/07/2017	R$ 200,00
22/08/2017	R$ 200,00
18/09/2017	R$ 200,00
30/10/2017	R$ 200,00
21/11/2017	R$ 200,00
19/12/2017	R$ 200,00
19/01/2018	R$ 200,00
19/02/2018	R$ 200,00
14/03/2018	R$ 200,00
17/04/2018	R$ 200,00
21/05/2018	R$ 200,00
20/06/2018	R$ 200,00
23/07/2018	R$ 200,00
20/08/2018	R$ 200,00
20/09/2018	R$ 200,00
10/10/2018	R$ 210,00
08/11/2018	R$ 210,00
10/12/2018	R$ 210,00
03/01/2019	R$ 579,04
03/01/2019	

RELAÇÃO Nº 4/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 259/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a" e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

(i) dar quitação ao Sr. Evandro Narciso de Lima (CPF 321.404.282-34), diante do integral recolhimento da multa imputada pelo Acórdão 1.762/2011 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Extraordinária Reservada de 29/6/2011 (Ata nº 23/2011), tendo o valor da multa sido reduzido, contudo, de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para R$ 3.000,00 (três mil reais) por meio do Acórdão nº 2.615/2013 proferido pelo Plenário, na Sessão Ordinária de 25/9/2013 (Ata nº 37/2013), sob as seguintes condições:

Valor original da multa: R$ 3.000,00 / Data de origem da multa: 25/9/2013

Valor recolhido - R$	Data do recolhimento
3.891,00	14/07/2017

(ii) dar quitação ao Sr. Augusto Manoel de Siqueira Cavalcanti Carvalho (CPF 011.391.502-00), diante do integral recolhimento da multa imputada pelo Acórdão 1.762/2011 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Extraordinária Reservada do dia 29/6/2011 (Ata nº 23/2011), sob as seguintes condições:

Valor original da multa: R$ 5.000,00 / Data de origem da multa: 29/6/2011

Valores recolhidos - R$	Datas dos recolhimentos
174,35	20/03/2015
200,00	20/04/2015
200,00	20/05/2015
200,00	20/06/2015
200,00	21/07/2015
200,00	24/08/2015
200,00	21/09//2015
200,00	06/11/2015
200,00	02/12/2015
200,00	05/01/2016
200,00	21/01/2016
200,00	22/02/2016
200,00	21/03/2016
200,00	20/04/2016
200,00	23/05/2016
200,00	20/06/2016
200,00	20/07/2016
200,00	18/08/2016
400,00	04/11/2016
200,00	21/11/2016
200,00	22/12/2016
200,00	26/01/2017
200,00	20/02/2017
200,00	20/03/2017
200,00	24/04/2017
200,00	22/05/2017
200,00	04/07/2017
200,00	21/07/2017
200,00	21/08/2017
200,00	20/09/2017
200,00	16/11/2017
200,00	21/12/2017
200,00	15/02/2017
207,28	22/05/2018

(iii) dar quitação ao Sr. Hamilton Cesar Pacheco Bandeira (CPF 240.663.382-91), diante do integral recolhimento da multa imputada pelo Acórdão 1.762/2011 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Extraordinária Reservada do dia 29/6/2011 (Ata nº 23/2011), sob as seguintes condições:

Valor original da multa: R$ 5.000,00 / Data de origem da multa: 29/6/2011

Valores recolhidos - R$	Datas dos recolhimentos
174,35	20/03/2015
200,00	20/04/2015
200,00	20/05/2015
200,00	22/06/2015
200,00	21/07/2015
200,00	24/08/2015
200,00	21/09//2015
200,00	06/11/2015
200,00	02/12/2015
200,00	08/01/2016
200,00	21/01/2016
200,00	22/02/2016
200,00	21/03/2016
200,00	20/04/2016
200,00	23/05/2016
200,00	20/06/2016
200,00	20/07/2016
200,00	18/08/2016
400,00	04/11/2016
200,00	21/11/2016
200,00	22/12/2016
200,00	26/01/2017
200,00	20/02/2017
200,00	20/03/2017
200,00	24/04/2017
200,00	22/05/2017
200,00	26/06/2017
200,00	21/07/2017
200,00	21/08/2017
200,00	20/09/2017
200,00	16/11/2017
200,00	21/12/2017
200,00	15/02/2017
207,74	22/05/2018

(iv) prolatar as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-006.582/2009-4 (DENÚNCIA)
1.1. Apensos: TC-017.749/2016-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-005.595/2017-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-005.594/2017-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-004.942/2009-1 (DENÚNCIA); TC-005.596/2017-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-011.653/2009-9 (REPRESENTAÇÃO) e TC-027.039/2012-9 (DENÚNCIA).
1.2. Responsáveis: Ana Lucia Lima do Nascimento (CPF 140.009.112-87); Audizia Donizete Gomes Lobo de Almeida (CPF 240.710.212-68); Augusto Manoel de Siqueira Cavalcanti Carvalho (CPF 011.391.502-00); Caixa Econômica Federal (CPF 00.360.305/0001-04); Carlos Alberto Bonin (CPF 487.423.760-68); Carlos Alberto Valente Viana (CPF 000.160.037-05); Chrysologo Rocha de Oliveira Junior (CPF 054.071.332-53); Cristiane de Oliveira Batista (CPF 869.054.572-72); Daleth da Cruz Lima (CPF 266.253.888-07); Eliany Mendonça da Silva (CPF 034.499.202-00); Evandro Narciso de Lima (CPF 321.404.282-34); Guilherme Lancini Bello (CPF 010.615.511-30); Hamilton Cesar Pacheco Bandeira (CPF 240.663.382-91); Jucely Lima Albuquerque (CPF 618.168.502-25); Manoel Cardoso Netto (CPF 594.450.252-53); Marcia Maria de Miranda Santos Souza (CPF 160.030.712-49); Marcio Avila de Lima (CPF 377.257.774-15); Maria Luiza de Andrade Picanço Meleiro (CPF 256.749.432-49); Maria das Dores Nepomuceno Batanhe (CPF 174.228.172-91); Maruem de Castro Hatem (CPF 089.631.438-30); Noemia de Sousa Jacob (CPF 263.131.972-91); Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (CPF 174.201.562-04); Reginaldo de Matos Pantoja (CPF 273.331.082-87); Roney de Oliveira Granemann (CPF 358.554.289-15); Sergio Augusto Mineiro (CPF 046.939.768-30); Sidney Ricardo de Oliveira Leite (CPF 240.678.572-68) e Solange Cristina da Costa Rocha (CPF 601.107.162-72).
1.3. Entidades: Caixa Econômica Federal e Município de Maués - AM.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Amazonas (Sec/AM).
1.7. Representação legal:
1.7.1. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos (OAB/DF 23.409), entre outros, representando a Caixa Econômica Federal;
1.7.2. Helen Susane Machado de Miranda (OAB/AM 7.627), entre outros, representando Sidney Ricardo de Oliveira Leite;
1.7.3. Marcello Faria de Oliveira e outros, representando Guilherme Lancini Bello;
1.7.4. Fernanda Moreira de Faria, representando Chrysologo Rocha de Oliveira Junior.
1.8. Determinar à Sec-AM que adote as seguintes medidas:
1.8.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada da cópia do parecer da unidade técnica, aos Srs. Evandro Narciso de Lima, Augusto Manoel de Siqueira Cavalcanti Carvalho e Hamilton Cesar Pacheco Bandeira, para ciência; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 260/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Antônio de Jesus da Rocha Freitas Junior, como Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto Nacional do Seguro Social, e, assim, conceder ao INSS a prorrogação do prazo para o atendimento aos itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 1.198/2018-TCU-Plenário, fixando o dia 28/2/2019 como prazo final para o envio das informações requeridas, em sintonia com a proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-020.302/2017-7 (AUDITORIA)

1.1. Responsável: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (CNPJ 29.979.036/0001-40).

1.2. Responsáveis: Jorge Antônio Deher Rachid (Secretário da Receita Federal do Brasil); Francisco Paulo Soares Lopes e Leonardo de Melo Gadelha (ex-presidentes do Instituto Nacional do Seguro Social) e André Leandro Magalhães (presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev).

1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Fazenda (extinto - vinculador); Ministério do Desenvolvimento Social (extinto); Ministério do Trabalho (extinto); Secretaria da Receita Federal do Brasil.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social (SecexPrevidência).

1.7. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), entre outros, representando a Caixa Econômica Federal.

1.8. Determinar à SecexPrevidência que envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada da cópia do parecer da unidade técnica, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para ciência e eventuais providências.

ACÓRDÃO Nº 261/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.316/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Administrativo.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação-STI e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão-Seplan.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo que trata de proposta de alteração da Resolução-TCU 233, de 4/8/2010, que dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e dos demais serviços eletrônicos realizados por meio da solução denominada TCU-eletrônico (e-TCU),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o projeto de resolução em anexo.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0261-04/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 262/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.893/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que a Secretaria de Macroavaliação Governamental apresenta anteprojeto de decisão normativa com os percentuais individuais de participação dos estados, do distrito federal e dos municípios brasileiros no produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o exercício de 2019;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o anteprojeto de decisão normativa e anexos;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação e da decisão normativa aprovada, com seus anexos, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ao Ministro de Estado da Economia, ao Presidente do Banco do Brasil S.A., ao Diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e ao Diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

9.3 determinar à Secretaria Geral de Controle Externo que oriente as secretarias do TCU nos estados para encaminharem à Secretaria de Macroavaliação Governamental, com a urgência que a matéria requer, eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais individuais de participação na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aprovados para o exercício de 2019, haja vista o disposto no art. 292-A do Regimento Interno do Tribunal;

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0262-04/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 263/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.447/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: José Jorge de Vasconcelos Lima (064.175.904-53).

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de aposentadoria de ministro do Tribunal de Contas da União,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 71, III, da Constituição Federal, 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e, ante as razões expostas pelo Relator, em considerar legal e determinar o registro do ato de aposentadoria do ministro José Jorge de Vasconcelos Lima.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0263-04/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 264/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.277/2019-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (CNPJ 33.467.002/0001-44).

4. Entidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (SEC-RJ).
8. Representação legal:

8.1. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon, (OAB/DF 22.885), Tamiris Bessoni Miranda (59183/OAB-DF) e outros, representando Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação autuada a partir de expediente remetido pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, com pedido de adoção de medida cautelar, em face de cobranças pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ), de taxa de ocupação de referente ao imóvel em que se constitui a sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RIO);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 243 do Regimento Interno em:

9.1. conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.1.1. indeferir o pedido de medida cautelar, uma vez que está vigente deliberação de mérito deste Tribunal sobre a matéria;

9.2. reiterar a determinação à Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro (SPU-RJ), constante da alínea b e subalíneas, do Acórdão 873/2015-TCU-Plenário, para que:

9.2.1. nos termos do art. 1º da Lei 3.479/1958, abstenha-se de cobrar a taxa de ocupação referente ao imóvel-sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RIO);

9.2.2. adote as providências necessárias ao cancelamento das inscrições do MAM-RIO porventura lançadas no Cadin e na dívida ativa da União referentes à taxa de ocupação acima mencionada;

9.2.3. alertar o responsável sobre as consequências do descumprimento de deliberação deste Tribunal, nos termos do art. 58, inciso VII e § 1º da Lei 8.443/1992;

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação:

9.3.1. ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RIO);

9.3.2. à Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro (SPU-RJ);

9.4. arquivar o processo, nos termos do parágrafo único do art. 237 c/c o inciso I do art. 250, do RI/TCU.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0264-04/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 265/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 033.168/2014-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Francisca Regina Magalhaes Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Freda Azevedo Dias (CPF 782.175.556-72); e Luiz Gonzaga da Silva Nascimento (CPF 881.803.108-25).

4. Entidade: Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Cultural - Indesc (CNPJ 07.393.987/0001-09).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de São Paulo (SEC-SP).
8. Representação legal:

8.1. Karina Ferreira dos Anjos e outros, representando Luiz Gonzaga da Silva Nascimento.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação autuada a partir de determinação contida no Acórdão 7193/2014-TCU-2ª Câmara (Peça 1), proferido nos autos do TC 007.701/2012-8, Relatório de Auditoria realizada em organizações privadas do Estado de São Paulo, no período de março a julho/2012, tendo por objetivo verificar a regularidade na execução de catorze convênios e um termo de parceria destinados à qualificação de profissionais para atendimento ao público da Copa do Mundo de 2014, entre outros objetos, firmados entre os Ministérios do Turismo, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Secretaria de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial e as seguintes entidades: Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Cultural (Indesc); Instituto Quero-Quero; Associação de Preservação do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Difusão da Cultura e Educação (Apreced); e Instituto de Cidadania Raízes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 243 do Regimento Interno em:

9.1. conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Ministério do Turismo, com fundamento no art. 8º, §1º, da Lei 8.443/92, que adote, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da ciência da notificação do presente Acórdão, providências com vistas à instauração e conclusão da Tomada de Contas Especial referente ao Termo de Parceria 753804/2010, conforme teor do Despacho do Gabinete do Ministro do Turismo, Gastão Dias Vieira, datado de 31/12/2012, pois a ausência de instauração de Tomada de Contas Especial está em desacordo com o art. 8º, caput, da Lei 8.443/92, c/c o art. 4º da IN TCU 71/2012;

9.3. rejeitar as razões de justificativa de Luiz Gonzaga da Silva Nascimento;

9.4. aplicar ao Sr. Luiz Gonzaga da Silva Nascimento a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;

9.5. autorizar, antecipadamente, caso requerido pelo responsável, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.7. determinar à SEC-SP que monitore o cumprimento do disposto no subitem item 9.2. do presente Acórdão;

9.8. desentranhar as peças referentes às defesas apresentadas pelas Sras. Francisca Regina Magalhaes Cavalcante e Freda Azevedo Dias e determinar a juntada ao TC 029.496/2011-0 para análise de mérito em relação às condutas das responsáveis;

9.9. encaminhar cópia integral destes autos aos Ministérios do Turismo, visando a subsidiar o cumprimento das determinações acima constantes deste Acórdão;

9.10. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria Regional da República no Estado de São Paulo, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0265-04/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 266/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 042.073/2018-9.
2. Grupo: I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar).
3. Representante: Portal Turismo e Serviços Eireli EPP (04.595.044/0001-62).
4. Unidade jurisdicionada: Defensoria Pública da União.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Schubert Curvelo (OAB/RS 62.733) e Rodrigo Führ de Oliveira (OAB/RS 102.081).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada por licitante, com pedido de concessão de medida cautelar, noticiando possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 83/2018, promovido pela Defensoria Pública da União, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação, por adimplir os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, tendo em vista a inexistência de elementos necessários para a sua adoção;

9.3. dar ciência à Defensoria Pública da União, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes acerca da inabilitação, no Pregão Eletrônico 83/2018, da licitante Portal Turismo e Serviços EIRELI, em desconformidade com a legislação em vigor e o entendimento deste Tribunal (Acórdãos 3.243/2012, 3.439/2012, 2.242/2013, 3.645/2013, 504/2015 e 1.764/2017), no sentido de que a suspensão do direito de licitar prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante que aplicou a penalidade;

9.4. informar à Defensoria Pública da União e ao representante que o conteúdo integral da deliberação proferida, incluindo o Relatório e o Voto, poderá ser consultado no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos>; e

9.5. determinar o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0266-04/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 267/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.458/2015-0
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Agapito Coelho da Luz (CPF 309.052.903-30).
4. Unidade: município de Capitão Gervásio Oliveira/PI.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: José Amâncio de Assunção Neto (OAB/PI 5.292) representando Agapito Coelho da Luz; Everardo Oliveira Nunes de Barros (OAB/PI 2.789) e outros representando Antônio Coelho; Vicente Reis Rêgo Júnior (OAB/PI 10.766) e outros representando a Prefeitura Municipal de Capitão Gervásio Oliveira/PI.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração contra o acórdão 2.553/2017-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Agapito Coelho de Luz e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0267-04/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 268/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 040.239/2018-7
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Acompanhamento.
3. Responsáveis: não há.
4. Unidades: Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Representação legal: Ailton de Aquino Santos (CPF) e outros representando o Banco Central do Brasil.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de acompanhamento das receitas e despesas primárias, do resultado primário e do contingenciamento quanto ao cumprimento das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, ambas concernentes ao ano de 2018, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Emenda Constitucional 95/2016 no tocante ao 5º bimestre de 2018.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em:

9.1. classificar a peça 42 com o grau de sigilo "reservado", nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), c/c o art. 4º, parágrafo único, art. 8º, § 3º, inciso I, art. 9º, inciso VIII, e § 2º, inciso I, da Resolução-TCU 294, de 2018, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas aos autos;

9.2. encaminhar cópia da presente instrução, bem como das informações prestadas pelo BCB, SOF/MP e STN/MF acerca da inconsistência nos registros contábeis do BCB (peças 9, 5, 15, respectivamente), os quais resultaram em superestimava da receita de R$ 527 milhões, à Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional, a fim de subsidiar a fiscalização no âmbito do TC 002.566/2015-0;

9.3. dar ciência ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida comissão, em atendimento ao disposto no art. 59, §1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000, de que:

9.3.1. o Resultado Primário apurado do Setor Público Consolidado não financeiro do Governo Central (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS) e das Empresas Estatais Federais (Programa de Dispêndios Globais - PDG), dadas as previsões vigentes de receitas e despesas primárias avaliadas no 5º bimestre de 2018, encontra-se compatível com a meta estabelecida no art. 2º da Lei 13.473/2017 (LDO 2018), modificada pela Lei 13.480/2017;

9.3.2. a projeção do Resultado Primário de 2018 das empresas estatais federais até outubro de 2018, com base no demonstrativo da Necessidade de Financiamento Líquido, mostra déficit expressivo nas seguintes empresas estatais: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Telebras e Casa da Moeda do Brasil, respectivamente, de R$ 297,8 milhões, R$ 283,4 milhões, R$ 149,6 milhões e R$ 100,2 milhões;

9.3.3. o contingenciamento no valor de R$ 2,4 bilhões se fez necessário para fins de cumprimento do art. 9º da LC 101/2000, a partir das análises da evolução das receitas e das despesas primárias avaliadas no 5º bimestre de 2018;

9.3.4. os critérios e cálculos estabelecidos pelo art. 9º da LC 101/2000 e pelo art. 56, *caput*, §§ 1º e 2º, da Lei 13.473/2018 (LDO 2018) para a definição dos limites de empenho e movimentação financeira, a apuração da base contingenciável e das estimativas dos valores a serem contingenciados encontram-se atendidos, a partir das análises das receitas e das despesas primárias avaliadas no 5º bimestre de 2018;

9.4. autorizar o encaminhamento de cópia deste acórdão ao Ministério da Economia e à Controladoria-Geral da União, para ciência, e ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídios à referida comissão, em atendimento ao disposto no art. 59, §1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0268-04/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 269/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.373/2019-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto VII - Representação:
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (Sec-RJ).
8. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação acerca de ato praticado na condução do Pregão Eletrônico 28/2018, realizado pela Finep, para a contratação de empresa especializada na administração, emissão e

fornecimento de cartões eletrônicos com tecnologia de chip ou superior, e realização de recargas mensais para o benefício de auxílio alimentação nas modalidades refeição e alimentação;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RITCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Trivale Administração Ltda. (00.604.122/0001-97), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para a sua adoção;

9.3. quanto ao mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.4. dar ciência à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, acerca das seguintes falhas ocorridas na condução do Pregão Eletrônico 28/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. a interpretação dada ao art. 7º da Lei 10.520/2002 afronta a jurisprudência do TCU, a qual é no sentido de que as sanções previstas nesse dispositivo se limitam ao ente federado sancionador (Acórdãos 2.242/2013, 2.081/2014 e 2.530/2015, todos do Plenário deste Tribunal, entre outros);

9.4.2. a interpretação dada ao art. 38, inciso II, da Lei 13.303/2016 está equivocada, uma vez que o impedimento de participar de licitações em razão desse dispositivo se refere tão somente a sanções aplicadas pela própria entidade, e não a sanções aplicadas por outra empresa pública ou sociedade de economia mista;

9.5. comunicar à Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS) sobre a incompatibilidade entre a fundamentação aplicada na condenação da empresa Trivale (art. 7º da Lei 10.520/2002) e seu registro no Sistema CEIS (art. 87, III, da Lei 8.666/1993), para correção;

9.6. comunicar a presente decisão à representante e à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep; e

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do RITCU.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0269-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 270/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.472/2008-3

1.1. Apensos: 005.283/2014-0; 009.232/2014-1; 019.078/2014-5; 006.109/2017-9; 017.096/2014-6; 027.972/2010-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Relatório de Auditoria)

3. Recorrentes: Marco Tulio Vieira Carneiro (375.043.127-20); Tais Maria da Fonseca Diniz (013.434.366-21); Otto Rocha Silva (625.709.277-91); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04); Jorge Fernandes de Abreu (548.951.467-15); Rogério Hungerbuhler Lopes (335.230.457-20); Salomão Doumit Bou Haya (352.428.687-91); Dewton Silva Carvalho (580.942.106-72); Paulo Cézar Farah Muniz (528.388.467-87); Luís Alberto Spagnolo Junior (027.830.956-96); Sandro Derenzi Belodi (071.888.678-01); Heleno Lira (151.074.184-49)

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e outros, representando Marco Tulio Vieira Carneiro, Otto Rocha Silva, Sérgio dos Santos Arantes, Jorge Fernandes de Abreu, Rogério Hungerbuhler Lopes, Salomão Doumit Bou Haya, Dewton Silva Carvalho, Luís Alberto Spagnolo Junior, Heleno Lira e Tais Maria da Fonseca Diniz;

8.2. Claudismar Zupiroli (12.250/OAB-DF) e outros, representando Marco Tulio Vieira Carneiro, Tais Maria da Fonseca Diniz, Otto Rocha Silva, Sérgio dos Santos Arantes, Jorge Fernandes de Abreu, Rogério Hungerbuhler Lopes, Salomão Doumit Bou Haya, Dewton Silva Carvalho, Paulo Cézar Farah Muniz, Luís Alberto Spagnolo Junior, Sandro Derenzi Belodi e Heleno Lira

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Dewton Silva Carvalho, Sérgio dos Santos Arantes, Marco Tulio Vieira Carneiro, Otto Rocha Silva, Rogério Hungerbuhler Lopes, Heleno Lira, Salomão Doumit Bou Haya, Paulo Cézar Farah Muniz, Tais Maria da Fonseca Diniz, Sandro Derenzi Belodi, Jorge Fernandes de Abreu e Luiz Alberto Spagnolo Junior contra o Acórdão 1.445/2018-TCU-Plenário, por meio do qual os responsáveis foram multados, com fundamento no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, e os dois últimos foram inabilitados para exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública por cinco anos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.445/2018-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0270-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 271/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.858/2017-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Relatório de Auditoria).

3. Embargante: Ricardo Castilho (068.986.738-74).

4. Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (Sec-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Eugênio Carlos Barboza (OAB/SP 59.899) e outros, representando Ricardo Castilho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Ricardo Castilho em face do Acórdão 2.556/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal não conheceu dos embargos de declaração por ele opostos conta o Acórdão 1.290/2018-TCU-Plenário, por serem intempestivos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer e, no mérito, dar parcial provimento aos presentes embargos de declaração, apenas para esclarecer ao embargante que o pedido de suspensão de prazo por ele apresentado à peça 572 foi indeferido, conforme despacho do relator à peça 602, mantendo-se, no mais, inalterado o Acórdão 2.556/2018-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0271-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 272/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.497/2018-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo

3. Interessada: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan/TCU).

4. Órgão: Tribunal de Contas da União

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de proposta de alteração da Resolução-TCU 269/2015, que dispõe sobre o sistema de planejamento e gestão do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 79 do Regimento Interno, em:

9.1. aprovar a proposta de alteração da Resolução-TCU 269/2015 na forma proposta nestes autos;

9.2. arquivar o processo.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0272-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 273/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.387/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Embargantes: Márcio Pereira da Silva (768.878.121-34); Maria Pereira Braga da Silva (302.891.491-34); e Maurício Pereira da Silva (536.976.771-87).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: Bruno Rodrigues (OAB/DF 2.042/A) e outros, representando Márcio Pereira da Silva, Maria Pereira Braga da Silva e Maurício Pereira da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Maria Pereira Braga da Silva, Maurício Pereira da Silva e Márcio Pereira da Silva em face do Acórdão 2.703/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento a recursos de reconsideração interpostos pelos responsáveis contra o Acórdão 1.299/2017-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes;

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0273-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 274/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.052/2018-1.

1.1. Apenso: 002.625/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3.1. Responsáveis: Conceição Correa Medeiros (014.008.192-53); Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá (10.725.924/0001-09); Daciel Cunha Alves (789.180.572-53); Edilson dos Reis Lima (996.647.712-87); Edson Barros Barbosa (860.045.812-91).

4. Órgão: Secretária de Estado da Educação do Governo do Estado do Amapá.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex/AP).

8. Representação legal: Cícero Bordalo Junior (OAB/AP 152) e Luciana Uchôa Esteves (OAB/AP 1.145).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por este Tribunal em atendimento ao disposto no subitem 9.2 Acórdão 213/2018-TCU-Plenário, em desfavor da Srª. Conceição Corrêa Medeiros, então Secretária de Estado da Educação do Amapá, da Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá (Agrocoop), do Sr. Edilson dos Reis Lima, presidente da Agrocoop, e dos Srs. Daciel Cunha Alves e Edson Barros Barbosa, diretores da mencionada cooperativa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Conceição Correa Medeiros (014.008.192-53), então Secretária de Estado da Educação do Amapá, da Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá - Agrocoop (10.725.924/0001-09), dos Srs. Edilson dos Reis Lima (996.647.712-87), presidente da Agrocoop, Daciel Cunha Alves (789.180.572-53), Edson Barros Barbosa (860.045.812-91), diretores da mencionada cooperativa, com fundamento no do art. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar solidariamente os responsáveis mencionados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data	Valor (R$)
21/1/2016	879.698,83
9/3/2016	1.172.874,94

9.3. aplicar individualmente à Sra. Conceição Correa Medeiros (014.008.192-53), aos Srs. Edilson dos Reis Lima (996.647.712-87), Daciel Cunha Alves (789.180.572-53), Edson Barros Barbosa (860.045.812-91), e à Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá - Agrocoop (10.725.924/0001-09) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores respectivos de R$ 100.000,00, R$ 300.000,00, R$ 300.000,00, R$ 300.000,00 e R$ 300.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214,
inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU;

9.6. considerar grave as infrações cometidas pelos responsáveis Sra. Conceição Correa Medeiros (014.008.192-53) e Srs. Edilson dos Reis Lima (996.647.712-87), Daciel Cunha Alves (789.180.572-53) e Edson Barros Barbosa (860.045.812-91);

9.7. declarar os responsáveis mencionados no subitem anterior inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, pelo período de cinco anos;

9.8. solicitar à Advocacia-Geral da União (AGU) a adoção de providências com vista ao arresto de bens dos responsáveis mencionados no subitem 9.1 e condenados em débito nos termos do subitem 9.2, a teor do disposto no art. 61 da Lei 8.443/1992;

9.9. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Educação, Governo do Estado do Amapá, Ministério Público Federal no Amapá, Departamento da Polícia Federal no Amapá e à Controladoria Geral da União no Amapá.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0274-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 275/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.305/2018-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Relatório de Acompanhamento).

3. Embargante: Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro-GIFRJ.

4. Órgãos: Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro; Ministério da Defesa (vinculador); Ministério da Defesa/comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos pelo Interventor Federal na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, Exmo Sr. General de Exército Walter Souza Braga Neto, em face do Acórdão 2.358/2018-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas analisou a primeira etapa do acompanhamento realizado nas ações decorrentes da Intervenção;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, e prestar os seguintes esclarecimentos ao embargante:

9.1.1. a gestão dos recursos federais geridos no período da Intervenção, bem como os respectivos atos do interventor federal estão sob a jurisdição do Tribunal de Contas da União e serão avaliados por esta Corte de Contas;

9.1.2. a gestão dos bens e recursos próprios do Estado do Rio de Janeiro, geridos pelos escalões inferiores subordinados à pasta da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, estão sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro razão pela qual não serão avaliados pelo TCU;

9.1.3. o relatório de gestão a ser encaminhado para o TCU, nos Termos da Portaria-TCU 369, de 17 de dezembro de 2018, deve contemplar a execução orçamentária e financeira dos recursos federais (exclusivamente) geridos pelo GIFRJ, bem como deve consignar, em seção própria, as ações administrativas (gestão administrativa) adotadas pelo Interventor no período da Intervenção e os principais resultados alcançados.

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0275-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 276/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.118/2018-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.

3. Interessado: Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

4. Consulente: Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Consulta formulada pelo Interventor Federal na Área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, General do Exército Walter Souza Braga Netto, versada nos seguintes termos: "*A luz do que estabelece o artigo 37, XXI da CRFB, bem como o artigo 3º da Lei Federal 8.666/93 combinado com o caput do artigo 37 da CRFB, de que maneira o gestor público federal, ao conduzir procedimento licitatório, deve interpretar a restrição estabelecida no artigo 190 do Decreto 3.665/2000, tomado em confronto e em conjunto com os artigos 190 e 191 do Decreto 6.579/2009, bem como com a Portaria 620/MD/2006, em face de propostas de fabricantes nacionais cujo preço final é superior ao preço de produto importado, ofertado por licitante considerado apto a participar do certame licitatório?*";

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 264 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da consulta, com fulcro nos artigos 264, inciso VI, §§ 1º e 2º, e 265 do Regimento Interno do TCU;

9.2. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que:

9.2.1. o limite de 25%, relativo à soma das margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços para produtos manufaturados e para serviços nacionais, estabelecido no § 8° do art. 3° da Lei 8.666/1993, é aplicável às aquisições pela Administração Pública de produtos controlados; e

9.2.2. assim, quando os produtos controlados nacionais tratados pelo Decreto 3.665/2000, pela Portaria Normativa 620/MD/2006, de 4/5/2006, ou pela Portaria 18/DLOG/EB/MD, de 19/12/2006, tiverem seus preços 25% maior do que seu similar estrangeiro, considerados todos os custos de importação, não deverão ser adquiridos pela Administração Pública. Nesse caso, deve ser adquirido o similar estrangeiro, desde que atendidos os critérios técnicos mínimos de admissibilidade.

9.3. arquivar este processo.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0276-04/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 277/2019 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-010.379/2015-0.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: VII - Monitoramento.

3. Responsável: Kleber Rodrigues de Sousa (806.436.471-04).

4. Entidade: Município de Ponte Alta do Tocantins/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria do TCU no Estado do Tocantins - SEC-TO.

8. Representação legal: Leandro Manzano Sorroche, OAB/TO 4.792; Sinthia Ferreira Caponi, OAB/TO 6.536; Bruno Andrino Chirico, OAB/TO 6.175; Suelen Ivana Sevalho Fortes, OAB/TO 6.296; Leonardo de Matos Borges, OAB/TO 5.656-A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento de determinação constante do subitem 9.5 do Acórdão 696/2015 - Plenário, proferido em Tomada de Contas Especial (TC 007.834/2013-6), oriunda de conversão de processo de Denúncia (TC 038.458/2012-8), referente a possíveis irregularidades na execução do Convênio 656.421/2009, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Ponte Alta do Tocantins/TO, para a construção de uma escola de educação infantil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aplicar ao Sr. Kleber Rodrigues de Sousa a multa prevista no art. 268, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. alertar o representante legal do Município de Ponte Alta do Tocantins/TO sobre a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 268, VIII, do RI/TCU no caso de reincidência no descumprimento de decisão do Tribunal de Contas da União;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, para ciência e adoção das providências que entenderem pertinentes.

10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0277-04/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 278/2019 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC 021.696/2013-6.
1.1. Apenso: TC 032.653/2010-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Daniel de Castro Henriques (CPF 054.835.096-50), Jorge Luiz da Cruz Júnior (CPF 053.984.336-95), Márcia Genésia de Sant'Anna (145.458.371-15), Maria Emília Nascimento Santos (CPF 557.970.595-68), Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves (CPF 113.497.781-68) e HCW Empreendimentos Ltda. (CNPJ 08.228.323/0001-49).
4. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal:
8.1. Júlio Augusto Moura de Paiva, entre outros, representando Maria Emília Nascimento Santos;
8.2. Paulo Roberto Moglia Thompson Flores (11848/OAB-DF), entre outros, representando Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves;
8.3. Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF), entre outros, representando Márcia Genésia de Sant'Anna.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do item 9.2 do Acórdão 4.592/2013-TCU-2ª Câmara em desfavor das Sras. Márcia Genésia de Sant'Anna, Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves e Maria Emília Nascimento Santos e da HWC Empreendimentos Ltda. - Grupo Open, diante da eventual prática de ato antieconômico a partir da suspensão da execução do termo de parceria firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e o Centro Cultural Internacional Intercult - BSB, como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), para apoiar a formulação e a implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira) sob o valor de R$ 1.455.826,56;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel a HWC Empreendimentos Ltda. - Grupo Open, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;
9.2. acolher as alegações de defesa da Sra. Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, para excluir a sua responsabilidade no presente feito;
9.3. acolher parcialmente as alegações de defesa da Sra. Márcia Genésia de Sant'Anna e da Sra. Maria Emília Nascimento Santos, sem prejuízo de estender os elementos objetivos evidenciados nas respectivas alegações de defesa em favor da HWC Empreendimentos Ltda. - Grupo Open (revel), diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;
9.4. julgar regulares, com ressalvas, as contas de Márcia Genésia de Sant'Anna e de Maria Emília Nascimento Santos, afastando, por conseguinte, a responsabilidade da HWC Empreendimentos Ltda. - Grupo Open na presente TCE, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, 18, e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhes quitação;
9.5. determinar que, nos termos do art. 16, II, da Lei nº 8.443, de 1992, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan atente para a necessária observância dos princípios administrativos do planejamento e da eficiência, abstendo-se de promover a contratação de serviço remanescente em parâmetros superiores aos anteriormente contratados;
9.6. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:
9.6.1. dê ciência desta deliberação aos responsáveis, para ciência, e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para ciência e observância do item 9.5 deste Acórdão; e
9.6.2. arquive o presente processo, ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.5 deste Acórdão.
10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0278-04/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 279/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.143/2016-2.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Indisponibilidade de Bens.
3. Responsável: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/RJ 20.283), entre outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento da cautelar para a indisponibilidade dos bens do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo a partir da prolação do Acórdão 2.319/2017-TCU-Plenário no âmbito do TC 011.856/2017-3, em sintonia com o Acórdão 1.083/2017 proferido pelo Plenário do TCU no âmbito do TC 023.266/2015-5, diante dos indícios de dano ao erário no bojo do Contrato 0800.0035013.07.2 (CT 101) celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o Consórcio Conpar (formado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. - CNO, Construtora OAS S.A. - OAS e UTC Engenharia S.A. - UTC) para a execução das obras inerentes à UHDTI (U-2313), à UGH (U-22311) e à UDEA (U-32323), além da unidade integrante da carteira de gasolina, na Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o presente pedido de cautelar de indisponibilidade dos bens de José Sérgio Gabrielli de Azevedo, diante do decurso de prazo da cautelar patrimonial constritiva decretada pelo item 9.4 do Acórdão 1.083/2017-TCU-Plenário;
9.2. determinar que a SeinfraOperações adote as seguintes medidas:
9.2.1. promova o apensamento definitivo do presente processo ao TC 036.342/2016-5 (já apensado o processo originário: TC 023.266/2015-5);
9.2.2. atente para a necessidade de atribuir a devida celeridade sobre a conclusão de mérito do TC 036.342/2016-5, sem prejuízo, contudo, de, no bojo dos demais processos semelhantes autuados perante o TCU sob a minha relatoria, promover a efetiva responsabilização de todos os demais agentes políticos e administrativos faltosos, além das demais pessoas físicas e jurídicas não colaboradoras com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal ou das pessoas indevidamente beneficiárias dos indigitados desvios de recursos federais, aí eventualmente incluídos os partidos políticos;
9.2.3. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, informando-lhe que a possível tentativa de eventual ocultação ou dilapidação patrimonial pode evidenciar a nefasta prática de fraude contra credores ou de fraude à execução, podendo ser anulada ou tornada ineficaz pelo poder público, com a subsequente reprimenda estatal; e
9.2.4. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal junto à Operação Lava-Jato no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava-Jato no Paraná, ao juízo federal na 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e eventuais providências.
10. Ata n° 4/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/2/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0279-04/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

A Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado no próximo dia 20 de fevereiro, logo após o encerramento da sessão ordinária, e, às 15 horas e 56 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário, em substituição

Aprovada em 20 de fevereiro de 2019.

(Assinado Eletronicamente)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

ATA Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2019

(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 16 horas e 35 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente, em férias, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA
O Tribunal Pleno homologou a Ata 1, referente à sessão extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2019 (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 216 a 225.

PROCESSO EXCLUÍDO DE PAUTA

Foi excluído de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o processo TC-039.412/2018-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário deliberou sobre os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-012.122/2018-1 - Acórdão 226

TC-021.264/2018-0 - Acórdão 227

TC-023.421/2018-5 - Acórdão 228

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 216, 217, 218, 220, 221, 222, 225, 226 e 228.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 216, 217, 218, 220, 221, 222, 225, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nº 226 e 228, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 2/2019 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 216/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei 8.443/92 e nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, retirar a chancela de sigilo oposta aos autos, exceto no que se refere à identificação do denunciante, adotar a medida consignada no item 1.8, dar ciência desta deliberação à representante e arquivar os autos, de acordo com o parecer da Secex/PE.

1. Processo TC-009.260/2017-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.7. Representação legal: Bruno Puerto Carlin (194949/OAB-SP) e outros, representando Stericycle Gestão Ambiental Ltda.
1.8. Dar ciência ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC-UFPE), em conformidade com arts. 3º e 7º da Resolução TCU 265/2014, que a justificativa de preço apresentada no Processo Administrativo 23076.008711/2015-39 (Inexigibilidade de Licitação 05/2015) foi inadequada em vista dos valores desatualizados dos comprovantes fiscais juntados, o que contraria o disposto no art. 26, Inciso III, da Lei 8.666/1993 e o entendimento do TCU emitido por meio do Acórdão 1565/2015-TCU-Plenário.

RELAÇÃO Nº 3/2019 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 217/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno, em não conhecer da presente denúncia, ante a inexistência dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, retirar-lhe a chancela de sigilo, bem como determinar o seu arquivamento, devendo-se dar ciência desta deliberação e aos interessados.

1. Processo TC-042.289/2018-1 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.7. Representação legal: Antônio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278), representando Petróleo Brasileiro S/A.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 218/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, nos termos dos artigos 10, §1º, e 11 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 157 do Regimento Interno/TCU c/c o art. 47 da Resolução TCU 259/2014, em sobrestar o julgamento do processo adiante relacionado até a apreciação conclusiva do processo TC-010.173/2015-3, o qual trata de representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, tendo por finalidade verificar a regularidade dos empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais instituições financeiras federais, mediante emissão direta de títulos públicos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.165/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Secretaria do Tesouro Nacional
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 2/2019 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 220/2019 - TCU - Plenário

Vista esta denúncia acerca de possível irregularidade caracterizada pela assinatura, em 1º/9/2008, do Convênio 2/2008, firmado entre o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), como concedente, e a Geap - Fundação de Seguridade Social, como convenente, para prestação de serviços de assistência à saúde suplementar aos servidores do ministério, com vigência prevista até 31/8/2013.

Considerando que, mediante despacho datado de 22/11/2011 (peça 47), foi determinado o sobrestamento deste processo até que o Supremo Tribunal Federal - STF se posicionasse quanto ao mérito dos mandados de segurança nos quais eram questionadas deliberações deste Tribunal a respeito da regularidade da contratação da Geap por instituições federais (MS 25.855, 25.866, 25.891, 25.901, 25.919, 25.922, 25.928, 25.934 e 25.942);

considerando que o STF indeferiu os pedidos formulados naqueles Mandados de Segurança (peça 79);

considerando ainda que o convênio objeto dos presentes autos foi rescindido e foi firmado com a Geap Autogestão em Saúde o Convênio de Adesão 01/2013 (peças 66, 67 e 78), o que está de acordo com o novo entendimento firmado por este Tribunal nos Acórdãos 2.855/2015 e 2.491/2018, ambos do Plenário;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 53 da Lei 8.443/92, 234 e 235 do Regimento Interno e 36 da Resolução TCU 259/2014, em levantar o sobrestamento desta denúncia; em conhecê-la e considerá-la prejudicada por perda de objeto; em dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 80 ao denunciante e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; em retirar a chancela de sigilo aposta, mantendo-a em relação ao autor; e em apensá-la definitivamente ao TC 031.342/2013-2.

1. Processo TC-004.869/2011-7 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.7. Representação legal: Marco Aurélio Pinheiro Gonsalves (OAB/DF 17.151) e outros, representando Geap - Fundação de Seguridade Social.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 221/2019 - TCU - Plenário

Vistos estes autos que tratam de denúncia acerca de possíveis irregularidades relacionadas à contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (Contrato 56/2018), por inexigibilidade de licitação, no valor de R$ 1.432.000,00, com vigência de 13/4/2018 a 13/10/2019, para a "prestação de serviço de consultoria e assessoria técnica especializada visando a concepção, desenvolvimento e implementação de modelo conceitual de mensuração de margem de contribuição de produtos e serviços, unidades organizacionais, clientes, regiões geográficas e canais de atendimento e de distribuição dos Correios, com solução tecnológica que operacionalize o modelo conceitual desenvolvido".

Considerando que o denunciante apontou as seguintes supostas irregularidades:

a) a contratação da Fipecafi seria, de fato, a compra de software de prateleira (MyABCM), o que configuraria compra casada;

b) os pareceres que embasaram a contratação não teriam abordado a legalidade da contratação casada (software de prateleira MyABCM e o serviço de consultoria);

c) não teria havido, antes da contratação, teste de usabilidade do software para produtos e serviços dos Correios, com pareceres das áreas responsáveis que atestassem a viabilidade do uso do software;

d) a fundação contratada não teria apresentado comprovação de execução de serviço similar em empresa de logística do porte dos Correios e não haveria descrição sobre qual licença do software MyABCM seria entregue (express, corporate, enterprise ou partners);

e) não teria sido juntada ao processo a ata do conselho de administração que deveria ter aprovado a contratação, conforme previsto no art. 55 do Estatuto dos Correios;

considerando que foram promovidas oitivas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras;

considerando que o exame realizado pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog nas respostas encaminhadas evidenciou:

- que é improcedente o questionamento do denunciante sobre suposta ausência de avaliação de legalidade na adoção de inexigibilidade para a contratação da Fipecafi, porque os pareceres encaminhados demonstram que foram apresentadas justificativas técnicas e jurídicas adequadas à contratação promovida;

- que o Termo de Solicitação de Contratação 4/2018 traz detalhada justificativa para a contratação de consultoria e assessoria técnica para desenvolver e implementar modelo de análise de negócio que visa aprimorar a gestão dos Correios;

- que a contratação estava alinhada ao Plano Estratégico dos Correios;

- que o parecer do Departamento Jurídico - NJ/GCOR-DEJUR-SEGER/SEI-1065518/2018, suportado nas justificativas técnicas apresentadas pela área responsável, certificou a inviabilidade de competição e a singularidade dos serviços, em consonância com a Lei 13.303/2016;

- que a documentação encaminhada mostra cuidadosa justificativa da administração dos Correios para a contratação;

- que é improcedente a alegação do denunciante de que a contratação da Fipecafi por inexigibilidade para realização de consultoria com entrega de solução tecnológica seria uma forma oblíqua de adquirir o software de prateleira MyABCM, sem o devido procedimento licitatório, porque pelas justificativas e documentos apresentados constata-se que a contratação principal é o serviço intelectual de elaboração de modelo de análise de margens de produtos e serviços dos Correios, sendo a solução tecnológica apenas um meio de viabilizar a implementação das soluções que serão definidas pelos consultores;

- que consta na proposta apresentada pela Fipecafi, como informou o gestor, que a solução tecnológica, MyABCM, será disponibilizada por um parceiro da fundação com registro e licença de caráter perpétuo, na versão *corporate*, sem custo adicional aos Correios;

- que é improcedente a afirmação do denunciante de que deveria haver teste de usabilidade do software previamente à contratação, porque, como já assinalado anteriormente, a ferramenta tecnológica é um meio para implementar as soluções definidas, cuja responsabilidade pela adequada usabilidade será da consultoria contratada;

- que é improcedente a contestação de que a Fipecafi não teria apresentado comprovação de execução de serviço similar em empresa de logística do porte dos Correios, pois, como informou os Correios, busca-se conhecimento na área contábil, de notória especialização da Fipecafi;

considerando que no tocante à suposta ausência de juntada ao procedimento da ata do Conselho de Administração, aprovando a contratação da consultoria, exigência do art. 55 do Estatuto dos Correios, há proposta da Selog para realização de nova oitiva dos Correios para que se pronuncie sobre tal fato;

considerando, todavia, que os documentos e justificativas apresentados pela ECT demonstram que, conforme art. 55, inciso I, alínea "a" do Estatuto Social dos Correios, compete ao Conselho de Administração aprovar "os atos, acordos, contratos e convênios a serem firmados pela ECT, conforme critérios estabelecidos no regimento interno do conselho";

considerando, ademais, que o citado regimento interno, em seu subitem 5.1.3., não elenca a contratação debatida nestes autos como de competência do Conselho de Administração, uma vez que a contratação principal é o serviço intelectual de elaboração de modelo de análise de margens de produtos e serviços dos Correios, que, pode ou não, por via reflexa, ensejar a revisão de estruturas organizacionais ou de negócio da Empresa, essa sim, contratação típica a suscitar a avaliação do citado conselho, consoante subitem 5.1.3, inciso II;

considerando, que todas as supostas irregularidades apontadas pelo denunciante são improcedentes;

considerando, finalmente, que o denunciante, em 28/1/2019, apresentou documento à peça 28 ratificando o pedido de cautelar para suspensão do Contrato 56/2018 e apresentando dois acontecimentos - treinamento de integrantes de Gerências dos Correios e aprovação do novo modelo organizacional pelo Conselho de Administração dos Correios - fatos que, não alteram a formação do juízo da relatora sobre a matéria;

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com ajustes, e com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 234, e na forma dos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 236, §1º, todos do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente denúncia e considerá-la improcedente; em retirar a chancela de sigilo aposta, mantendo-a em relação ao autor; em dar ciência desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica à peça 25, ao denunciante, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi; e em arquivar os autos.

1. Processo TC-037.048/2018-0 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Interessada: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi (CNPJ 46.359.865/0001-40).

1.4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 222/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia acerca de possíveis impropriedades no processo de reestruturação administrativa que estaria em curso na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Considerando que o autor noticia "que a nova estrutura administrativa seria feita em detrimento de proposta anterior elaborada por consultorias contratadas pela ECT com esse objetivo", sem, contudo, apresentar documentação suficiente que comprove as alegações;

considerando que não compete a este Tribunal opinar na definição da estrutura organizacional de empresas sob sua jurisdição;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 236, § 1º, do Regimento Interno, 103, §1º, e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher todos os requisitos de admissibilidade; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 3, ao denunciante; em retirar a chancela de sigilo aposta, mantendo-a em relação ao autor; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-040.218/2018-0 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 3/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 225/2019 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de denúncia sobre possível irregularidade na pensão militar instituída por Célio Araújo de Barros, em face da utilização de certidão de nascimento fraudada (Peça nº 1);

Considerando que o denunciante alegou, em síntese, que Célio Araújo de Barros teria pertencido ao quadro de taifeiros da Força Aérea Brasileira e, em conluio com a sua companheira (Alexandrina Pereira de Oliveira), teria registrado Fayda Alessandra Araújo de Oliveira, como filha em comum (conforme a certidão de nascimento à Peça nº 1, p. 16), com o objetivo de obter vantagens indevidas na pensão militar da Aeronáutica, salientando que o verdadeiro nome da beneficiária seria Fayda Pereira de Oliveira (conforme a certidão de nascimento à Peça nº 1, p. 17), como filha de Aniceta Aparecida Pereira de Oliveira (irmã de Alexandrina Pereira de Oliveira);

Considerando que a documentação apresentada pelo denunciante assinalou, ainda, a informação de que a aludida fraude já seria investigada pelo Ministério Público Militar no bojo do Procedimento Investigatório Criminal 0000054-55.2016.2102, com vistas a apurar o envolvimento das aludidas beneficiárias na "*falsificação de registro para recebimento de pensão da Aeronáutica*" (Peça nº 2);

Considerando que, no intuito de sanear os autos, a unidade técnica realizou diligência junto ao Comando da Aeronáutica para que encaminhasse a cópia do processo administrativo ensejador da pensão militar instituída por Célio Araújo de Barros, além de se pronunciar sobre a possível sindicância instaurada para apurar as irregularidades na concessão do questionado benefício, tendo em vista o procedimento investigatório criminal em curso no Ministério Público Militar (Peça nº 6);

Considerando que o Centro de Controle Interno da Aeronáutica acostou a sua resposta às Peças 18 e 19, anexando a cópia da Sindicância n° 06/SIJ/GAP-DF/2017, além da cópia da sua solução com a respectiva publicação em Boletim Interno Reservado do Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF), quando teriam sido demandadas as providências administrativas perante a Diretoria de Administração de Pessoal (DIRAP) e a Subdiretoria de Inativos e Pensionistas;

Considerando que a aludida resposta do Cenciar assinalou, também, a informação de que teria sido determinada a expedição de ofício ao juízo da 2ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Sobradinho, solicitando que o Comando da Aeronáutica seja informado sobre o julgamento do mérito da Ação Judicial n° 2015.06.1.001522-7, por envolver o documento público garantidor da habilitação de Fayda Alessandra Araújo à referida pensão;

Considerando que, ao serem lavrados por oficiais de registro, os registros civis teriam fé pública e gozariam de presunção de veracidade até que a sua nulidade seja declarada em ação judicial específica, nos termos do Código Civil e da Lei nº 8.935, de 1994;

Considerando, dessa forma, que, que, embora subsistam os indícios de irregularidade anunciados pelo ora denunciante, a administração da Aeronáutica não poderia adotar a eventual medida tendente à suspensão do pagamento do benefício em favor de Fayda Alessandra Araújo, enquanto o Poder Judiciário não promover a declaração de nulidade da indigitada certidão de registro de nascimento;

Considerando, pelo exposto, que, no presente momento, a apreciação de mérito desta denúncia restaria prejudicada, cabendo o envio de determinação ao Comando da Aeronáutica para que informe o TCU sobre o deslinde das ilegalidades na aludida esfera judicial, sem prejuízo de determinar que o Comando da Aeronáutica promova a efetiva notificação das aludida beneficiária sobre a detecção da aludida ilegalidade, suprimindo, assim, a eventual chancela de boa-fé em favor da aludida interessada, de sorte a viabilizar a pronta devolução dos valores indevidamente por ela auferidos a partir da referida notificação.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente denúncia, para no mérito, considerá-la prejudicada e prolatar as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-033.862/2016-8 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada.
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica - Ministério da Defesa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao Controle Interno do Comando da Aeronáutica que:
1.7.1.1. informe o TCU sobre o deslinde das suscitadas ilegalidades na aludida esfera judicial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da subsequente decisão judicial, sem prejuízo de, nos termos do art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, promover a instauração da correspondente tomada de contas especial com vistas a promover a reparação do dano ao erário provocado pela indigitada fraude;
1.7.1.2. promova a efetiva notificação das aludida beneficiária (Fayda Alessandra Araújo) sobre a detecção da aludida ilegalidade nos proventos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, suprimindo, assim, a eventual chancela de boa-fé em favor da referida interessada, de sorte a viabilizar a pronta devolução dos valores indevidamente por ela auferidos a partir da referida notificação;
1.7.2. à Sefip que envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao denunciante, para ciência, e ao Comando da Aeronáutica, para ciência e efetivo cumprimento da determinação prolatada pelo item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 226/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.122/2018-1.
2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
4. Unidades Jurisdicionadas: Comando do Exército e Departamento Naiconal de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação) e Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Solicitação de Fiscalização 47/2011, de autoria do Deputado Federal Rubens Bueno, encaminhada pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados por meio do Ofício 29/2018/CFFC-P, datado de 18/04/2018, mediante o qual se requer que este Tribunal realize fiscalização para apurar irregularidades nas obras decorrentes de acordos, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres entre o Comando do Exército, por meio do Departamento de Engenharia do Exército - DEC e do Instituto Militar de Engenharia - IME, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, nos exercícios de 2002 a 2009.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária do Plenário, de caráter reservado, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, I, **b**, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. este Tribunal realizou auditoria de conformidade no IME (TC 022.244/2010-7 - sigiloso) para apurar denúncia de irregularidades (exercícios de 2003 a 2010), na gestão de recursos e nos instrumentos firmados por aquela entidade, em especial no tocante ao Convênio DNIT/IME-2004NC010252, sendo que houve uma ampliação no escopo desta fiscalização que passou a abranger também o DEC e o DNIT;

9.2.2. a equipe de auditoria que realizou a fiscalização mencionada no subitem 9.2.1 **supra** autuou dois processos de Representação:

9.2.2.1. o TC 031.304/2010-9 (sigiloso), para apuração de irregularidades na remuneração de duas entidades (Fundação Trompowsky e a Fundação Bio-Rio) pela execução de estudos e levantamentos florestais, arqueológicos e de educação patrimonial que teriam sido efetivamente executados pela Universidade Federal do Pará (UFPA), contratada pelo DNIT, que, posteriormente, por meio Acórdão 1.058/2016 - Plenário, foi convertido em tomada de contas especial (TC 013.550/2016-0 - Relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, ainda sem decisão de mérito);

9.2.2.2. o TC 000.676/2011-0, acerca de irregularidades na contratação da Fundação Ricardo Franco que subcontratou integralmente a implementação dos serviços ajustados. (Relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, processo arquivado por meio do Acórdão 9.624/2017 - 1ª Câmara);

9.2.3. por meio do Acórdão 640/2015 - Plenário, proferido no âmbito do TC 022.244/2010-7 e modificado em sede de Embargos de declaração pelo Acórdão 1.182/2015 - Plenário, foi determinada a instauração de várias Tomadas de Contas Especiais específicas para cada convênio (TC 008.442/2015-0, TC 008.450/2015-3, TC 008.457/2015-8, TC 011.164/2015-8, TC 008.453/2015-2, TC 008.449/2015-5 e TC 008.431/2015-9), todos de Relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, e excetuando o último processo, os demais já foram julgados por esta Corte de Contas;

9.2.4. ainda com relação a indícios de irregularidade associados a procedimentos adotados no âmbito das três unidades jurisdicionadas (DNIT, IME e DEC), no período de 2002 a 2010, foram autuados nesta Corte de Contas os seguintes processos de interesse que ainda não possuem decisão de mérito:

9.2.4.1. TC 005.782/2015-5 - tomada de contas especial instaurada pelo IME para apurar a conformidade de procedimentos licitatórios e dos estágios de despesas realizadas pelo órgão no período de 2002 a 2006 (Relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho);

9.2.4.2. TC 021.193/2016-9 - tomada de contas especial instaurada pelo DNIT para apurar irregularidades relacionadas ao Plano de Trabalho nº 30.001.06.01.51-01-DEC (Relatoria do Ministro Augusto Nardes);

9.2.4.3. TC 012.715/2018-2 - tomada de contas especial instaurada pelo DNIT para apurar irregularidades relacionadas ao Plano de Trabalho nº 30.001.07.01.76.01-DEC (Relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa);

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e ao Deputado Federal Rubens Bueno, bem como cópia de todas as deliberações referentes aos processos mencionados nos subitens deste Acórdão, inclusive aquelas proferidas em caráter sigiloso, de forma que, nos termos dos arts. 25, § 2º, e 26 da Lei 12.527/2011, o acesso a essas informações "cria a obrigação para aquele que as obteve de resguardar o sigilo", incumbindo à autoridade pública responsável, em particular, adotar as providências necessárias à observância das medidas e procedimentos de segurança pertinentes;

9.4. considerar a presente Solicitação do Congresso Nacional parcialmente atendida, nos termos do art. 18 da Resolução TCU 215/2008;

9.5. encaminhar os presentes autos à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) e determinar àquela unidade técnica que adote as medidas necessárias para fins de cumprimento do art. 18, parágrafo único, da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 2/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/2/2019 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0226-02/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 228/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.421/2018-5.
1.1 Apenso: TC-023.420/2018-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Entidade: Comando Logístico do Exército - Colog.
4. Interessada: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
8. Representação legal: Erivelton Araújo Graciliano, Christian Montalvão e Silva, Elizabeth de Castro Bezerra, Cesar Carlos Soares de Almeida e Robson Aldeia Loureiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representações formuladas pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, em decorrência do acompanhamento seletivo e concomitante dos editais de licitação e extratos de contratos de órgãos e entidades jurisdicionadas, por meio do Sistema de Análise de Licitações, Contratos e Editais (Alice), conforme o art. 242, I, **b**, do Regimento Interno/TCU, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas nos Pregões Eletrônicos - PE 4 e 5/2018, do Comando Logístico do Exército - Colog.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário Extraordinária de Caráter Reservado, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer das Representações objeto do processo principal e do apenso, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-las procedentes;

9.2 determinar ao Comando Logístico do Exército - Colog, que adote providências quanto aos itens abaixo, informando ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência da Deliberação, os resultados obtidos:

9.2.1 promova a renegociação dos preços dos veículos Marruá AM11 E AM 21, obtidos no Pregão 5/2018 junto à empresa Agrale Sociedade Anônima, tendo em vista as significativas diferenças observadas entre os praticados no referido certame e nas contratações diretas promovidas pela Marinha do Brasil em 2014 e 2016;

9.2.2 caso não consiga obter preços mais vantajosos na negociação, adquira somente veículos indispensáveis à execução das atividades do Exército, de maneira a não prejudicar sua missão precípua, exclusivamente durante o prazo necessário para a realização de nova contratação com valores de referência mais alinhados ao mercado, inclusive os praticados por outros comandos integrantes das Forças Armadas;

9.3 retirar a chancela de sigilo aposta aos autos, exceto no tocante às peças 77, 78 e 79 do processo principal, ante as informações oriundas do TC-020.474/2017-2, referentes à Auditoria Operacional no Projeto Guarani, classificando as mencionadas peças com o grau de sigilo "reservado", nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), c/c o art. 4º, parágrafo único, art. 8º, § 3º, inciso I, art. 9º, inciso VIII, e § 2º, inciso I, da Resolução/TCU 294/2018, pelo prazo de 5 (cinco) anos, permitindo o acesso à correspondente informação aos: Ministros e Ministros-Substitutos do TCU; membros do MP/TCU; chefe de gabinete do Ministro Relator; Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União; demais servidores devidamente designados;

9.4 informar ao Comando Logístico do Exército que o conteúdo desta Deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordãos;

9.5 determinar à Selog que acompanhe o cumprimento das providências indicadas no subitem 9.2 retro, representando este Tribunal, novamente, caso entenda necessário.

10. Ata n° 2/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/2/2019 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0228-02/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 219, adotado no processo TC-010.690/2016-6, constante da Relação nº 4 do Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 223, adotado no processo TC-030.010/2010-1, constante da Relação nº 3 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 224, adotado no processo TC-039.504/2018-2, constante da Relação nº 3 da Ministra Ana Arraes; e

Acórdão nº 227, adotado no processo TC-021.264/2018-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Os acórdãos de nº 219, 223, 224 e 227 constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

A Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 20 de fevereiro, a ser realizada após o encerramento da sessão ordinária, e, às 16 horas e 37 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 20 de fevereiro de 2019.

(Assinado Eletronicamente)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Plenário, de 27/02/2019, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

008.528/2016-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Carlos César Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Anna Susan Horwarth; Carlos César Pereira; Isaías Mecabo; João Roberto Porto; Rudibert Horwarth e Wilson Silvano
Representação legal: não há

033.288/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Câmara Municipal de Marechal Mallet
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

000.321/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Afluir Negócios e Tecnologias em Informática Eirelli-EPP,
Interessados: Core Consultoria e Serviços Ltda.; Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: Leonardo Estevam Maciel Campos Marinho (OAB/DF 23119) e outros, representando Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda.; Augusto Rolim da Silva Neto (OAB/DF 16.854) e outros, representando Core Consultoria e Serviços Ltda.

010.915/2015-0
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: George Hilton dos Santos Cecílio; Leonardo Carneiro Monteiro Picciani; Marcelo Pedroso; Ricardo Leyser Goncalves
Órgãos/Entidades/Unidades: Autoridade Pública Olímpica; Ministério do Esporte
Representação legal: João Paulo Gonçalves da Silva (OAB/DF 19442) e outros, representando George Hilton dos Santos Cecílio; Fabio Franklin Amaral (OAB/DF 51.324), representando George Hilton dos Santos Cecílio e Ricardo Leyser Goncalves; Dara de Souza e Silva, representando Autoridade Pública Olímpica

012.688/2018-5
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades
Responsável: Clodoaldo Armando Gazzetta
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal:

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

000.646/2019-9
Natureza: Representação
Representante: Vip Service Club Locadora e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: Gilnara Pinto Pereira e outros, representando Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ramay Sousa Rocha (OAB/DF 39751) e outros, representando Vip Service Club Locadora e Serviços Ltda.

000.649/2019-8
Natureza: Representação
Representante: Dell Computadores do Brasil Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal - Seção Judiciária/ES - TRF-2
Representação legal: José Vicente Cêra Junior, Daniel Escudeiro e outros

000.858/2019-6
Natureza: Representação
Representante: Construtora de Obras Progresso Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado da Paraíba - DNIT/MT
Representação legal: não há

011.388/2002-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Simplificada)
Recorrente: Jose Henrique Rego dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão
Responsáveis: Alexsandro de Oliveira Passos Dias; Center Kennedy-car Peças e Serviços Ltda.; Fernanda Cristina Ferreira Borgneth; Jose Henrique Rego dos Santos; José Ribamar Carvalho; Lourival da Cunha Souza; Maria de Jesus Mesquita Pinheiro; Maria do Socorro Rocha Reis; Márcia Regina Aragão Bringel; Neivaldo Mendes Gonçalves; Orcemir Jose da Paz Furtado; Rosimar Ribeiro da Mota; Silvio Conceição Pinheiro
Representação legal: Taylor Froes Santos Junior (OAB/MA 6396), representando Márcia Regina Aragão Bringel; José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912), representando Neivaldo Mendes Gonçalves, Orcemir Jose da Paz Furtado e Lourival da Cunha Souza; Mário de Andrade Macieira (OAB/MA 4217), representando Jose Henrique Rego dos Santos e Orcemir Jose da Paz Furtado

013.063/2012-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Vera Lúcia Toscano Teixeira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Solânea/PB
Responsáveis: Antônio Sebastião de Melo; CF Medicamentos e Materiais Medico-Hospitalares Ltda.; Cirulabor Ltda.; Comercial Itambé Ltda.; Claudia Izabel da Silva Maia; Denise Maria Pinto Silva Spinelli; Fausto Alves de Sousa Neto - ME; Flávio Alves Santos; Francisco de Assis de Melo; Genival Lavine Viana Lopes de Azevedo; José Ricardo Neto; Leize Regina Ribeiro de Araújo Medeiros; Margarida Ferreira de Lima; Maria de Fátima Pontes Lima Diniz; Padrão Distribuidora de Produtos e Equipamentos Hospitalares Padre Callou Ltda.; Roberto Henrique de Medeiros; Vera Lúcia Toscano Teixeira de Carvalho; e Wilson Lourenço de Brito
Representação legal: Manoel Alves de Oliveira, representando Francisco de Assis de Melo; John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB/PB 1663) e outros, representando Vera Lúcia Toscano Teixeira de Carvalho; Paulo Roberto Tavares da Silva (OAB/PE 149-A) e outros, representando Comercial Itambé Ltda.; Fabricio Beltrao de Britto (OAB/PB 16253-B) e outros, representando Margarida Ferreira de Lima; Marcos Antônio Souto Maior Filho (OAB/PB 13338-B) e outros, representando Fausto Alves de Sousa Neto - ME; Fábio Santos Ramos (OAB/PE 22166), representando Cirulabor Ltda - Epp; e Fábio Alexandre Queiroz Tenório da Silva (OAB/PE 21379) e outros, representando Padrão Distribuidora de Produtos e Equipamentos Hospitalares Padre Callou Ltda

016.129/2016-4
Natureza: Representação
Representante: IHM- Engenharia e Sistema de Automação Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: IHM- Engenharia e Sistema de Automação Ltda.: Arthur Carvalho Pacheco de Sá; Petrobras Distribuidora S.A.: Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.465) e Marco Aurélio Ferreira Martins (OAB/SP 194.793)

026.217/2015-5
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Município de Riachão do Dantas/SE
Representação legal: não há

026.251/2006-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Ari Ramos Saldiba; Aurora Construcoes Incorporacoes e Servicos Ltda; Elma Engenharia e Construcoes Ltda; Evandro Vitorio; Francisco Carlos Carlinhos Nascimento; Luciana Borges Moura Cabral; Marco Antônio Stangherlin; Shaddai Comercio e Servicos Ltda; Valéria da Silva Nicola
Interessados: Fernando Lima Gama Júnior; Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Paranatinga/MT e Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Mato Grosso
Representação legal: Hélio Udson Oliveira Ramos (OAB/MT 6.699); Kleber Tocantins Matos (OAB/MT 4.982) e José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior (OAB/MT 5.959)

027.696/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra/PB
Responsável: Isac Rodrigo Alves
Representação legal: Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827)

033.123/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Responsáveis: Elias Fernandes Neto, Antônio Eduardo Gonçalves Segundo, Douglas Augusto Pinto Júnior, José Tupinambá Cavalcante de Almeida, Eudoro Walter de Santana e José Augusto Tostes Guerra

Representação legal: Fernando Antônio Macambira Viana (OAB/CE 10.743) representando o Sr. Antônio Eduardo Gonçalves Segundo; Francisco Hermínio Neto (OAB/CE 23.066), representando o Sr. José Tupinambá Cavalcante de Almeida; e André Luiz de Souza Costa (OAB/CE 10.550) e outros) representando o Sr. Eudoro Walter de Santana

034.401/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público do Trabalho
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A
Representação legal: não há

034.528/2018-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

034.866/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Mesotec Informática Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

039.263/2018-5
Natureza: Representação
Representante: Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Mayrluce Alves de Sousa (OAB/DF 16.672-E) e outros, representando Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda.

042.065/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Portal Turismo e Servicos Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Representação legal: Alexandre Schubert Curvelo (OAB/RS 62733) e outros, representando Portal Turismo e Servicos Eireli

Ministra ANA ARRAES

014.872/2014-5
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Evaldo Oliveira da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipixuna do Pará/PA
Representação legal: Raimundo José da Silva Quaresma (não advogado) e outro, representando Evaldo Oliveira da Cunha

030.155/2017-7
Natureza: Monitoramento
Interessados: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Órgãos/Entidades/Unidades: Entes do Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

040.671/2018-6
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Ministério da Educação
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

007.054/2017-3
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Cacildo de Medeiros Brito Cavalcante; Carlos Augusto Barros Estima; Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior
Interessados: Congresso Nacional
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco; Governo do Estado de Pernambuco; Superintendência Regional do Dnit no Estado de Pernambuco
Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Superintendência Regional do Dnit no Estado de Pernambuco; Pericles Tadeu Costa Bezerra, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

015.888/2018-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

032.974/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Apostole Lazaro Chryssafidis; Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional; Camila Silva Lourenço Lam Seng; Hc Comunicação & Marketing Ltda. - ME; Hellem Maria de Lima e Silva; Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisa em Inovação, Tecnologia e Competitividade; Jordana Karen de Morais Mercado
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

001.906/2019-4
Natureza: Representação
Representante: JW Construção Serviços de Locação LTDA - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Baixa Grande/BA
Representação legal: não há

032.857/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Controladoria Regional da União no Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Responsável: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

033.240/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Car Zap Comércio e Serviços Automotivos Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

033.346/2018-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Tocantins/TO
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

001.319/2019-1
Natureza: Representação
Representante: Douglas Rezende - Sociedade Individual de Advocacia
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

009.785/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Genésio Mendes Soares, R. L. Gomes Representações, S. G. Gráfica, Marcos Antônio Carvalho de Sousa, Sandra de Sousa Soares , R. J. Mendes Filho, Raimundo José Mendes Filho, Dias e Silva Ltda., Edson Carlos Santos Dias, F. M. Almeida, Fernando Mendes Almeida (CPF Fernando Mendes Almeida), S. da A. R. Mendes, Soraya da Ascenção Ribeiro Mendes, Norbral Com. Rep. e Serviços Ltda., Maria Ines Silva Ramos, J. de Oliveira Comércio e Representações Ltda., Irene Pinheiro Lima, F. O. Sousa Comércio e Representações, Franciano Oliveira Sousa, Copacabana Construtora Ltda., Maria Luzia da Silva, Alexandrina da Silva Mendes, Tracom Tavares Rep. e Comércio Ltda., José Maria Tavares da Costa, J. E. X. Travassos, José Evaldo Xavier Travassos, P. R. Evangelista Distribuidora, Pedro Rodrigues Evangelista, M. Lima dos Santos, Maria Lima dos Santos, L. G. Comércio e Rep. Ltda., Antonio Maria de Souza, Geocont Emp. e Construções Ltda. e Karen Zuila Pereira Silva
Requerente: R. L. Gomes Representações
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pinheiro/MA
Representação legal: Carlos Alberto de Araújo (OAB/CE 3061) e Adriano Geofrey de Gois Araújo (OAB/CE 14714), representando J. E. X. Travassos; José Antonio Figueiredo Ferreira Júnior (OAB/MA 7718) e Thaiane Filomena da Silva Costa Figueiredo (OAB/MA 8118-A), representando S. da A. R. Mendes; José Cavalcante de Alencar Júnior (OAB-MA 5980), representando F. O. Souza Comércio e Representações

350.275/1996-3
Natureza: Auditoria
Interessado: Francisco de Assis Castro Gomes;
Responsáveis: Ricardo Laender Perez; Francisco de Assis Castro Gomes; César Rodrigues Viana; Marconi Bimba Carvalho de Aquino; Domingos França Soares; José de Ribamar Launé Campelo; Yamacom Nordeste S.A.; Casa Feitosa Indústria e Comércio de Máquinas de Costura Ltda.; Normalhas Com. e Ind. de Confecções Ltda.; Paviplan-Pavimentação, Planejamento e Construções Ltda.; Indecon Ind. de Estrutura de Concreto Ltda.; Integral Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: Humberto de Souza Leite; Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6756); Sérgio Gurgel (OAB/CE 2799); Manoel Leandro de Norões Milfont (OAB/CE 3176); Edson Menezes da Nobrega Filho (OAB/CE 15937); Augusto Aristóteles Matões Brandão (OAB/MA 7306-A); Angelo Gomes Matos Neto (OAB/MA 7508); Renata Bessa da Silva Castro (OAB/MA 6241); João Ricardo da Silva Gomes de Oliveira (OAB/MA 5656); Mauro Júnior Rios (OAB/CE 5.714); José Pinto Quezado Neto (OAB/CE 5.993); José Gurgel Carlos da Silva (OAB/CE 7.115); Solange Maria Quezado Santos Gurgel (OAB/CE 16.033); Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB/CE 16.669); Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (OAB/CE 18.971); Mariana Gomes Pedrosa Bezerra Gurgel (OAB/CE 19.348); Alessandro Coutinho Passos Lobo (OAB/MA 5.166); Luiz Viana da Fonseca Filho (OAB/MA 7.227); Walter Costa Porto (OAB/DF 6.09); Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406); Antonio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

019.229/2009-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros; Rita de Cássia Massaro; Idelmar de Paiva Neto; Maria Lúcia Carnelosso; Maria da Graça Silva Gonçalves; e João Batista Cardoso
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Marcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5795), representando Maria da Graça Silva Gonçalves e Fernando Passos Cupertino de Barros

022.645/2017-9
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Porto Nacional/TO
Representação legal: não há

035.995/2015-7
Natureza: Representação
Representante: Orcalp Projetos, Construções e Serviços Ltda. ME
Responsáveis: Francisca Neuza da Cunha Ribeiro; Odair José Mendes de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cruz/CE
Representação legal: Antonia Cristina Vieira Neta (OAB/CE 29944) e outros, representando Odair José Mendes de Vasconcelos; Claudia Adrienne Sampaio de Oliveira (OAB/CE 10219), representando Prefeitura Municipal de Cruz/CE; Antonio Braga Neto (OAB/CE 17713) e outros, representando Esquadra Construções Eireli e Odair José Mendes de Vasconcelos

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministra ANA ARRAES

015.944/2011-5
Auditoria com o objetivo de verificar a conformidade das obras de modernização e adequação da Refinaria Duque de Caxias/RJ, no que diz respeito ao contrato para construção da Unidade de Tratamento de Águas Contaminadas, com análise de solicitações de cópias dos autos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Consórcio Haztec/Serveng/Mana (atual Consórcio Haztec-Serveng e José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Representação legal: Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645); Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108); Marcelo Gondim dos Santos (OAB/RJ 88.800) representando a Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. e Edgard de Assumpção Filho (OAB/SP 76.149)
Interessados em sustentação oral:
- Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e Igor Fellipe Araújo de Souza (OAB/DF 41.605), em favor do CONSÓRCIO HAZTEC/SERVENG/MANA

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

003.393/2015-1
Tomada de contas especial instaurada em razão de possíveis irregularidades na aquisição de imunobiológicos e de instrumentos para o Instituto Butantan. Análise das alegações de defesa.
Responsáveis: Carmen Lúcia Miranda Silvera; Diego de Angelo Polizio; Expedito José de Albuquerque Luna; Francisco Makoto Ohashi; Fundação Butantan; Isaías Raw; Marlene Aparecida Mazzo; Rosa Castalia Franca Ribeiro Soares; Rubens Zapata Moreno
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Andrea Guatelli (OAB/SP 143.797), André Vinicius Righetto (OAB/SP 305.115) e outros

010.094/2013-0
Recurso de revisão interposto contra decisão que, ao apreciar convênio destinado à revisão do plano diretor do município de Altamira/PA, julgou suas contas irregulares, condenou-a em débito e aplicou-lhe multa.
Recorrente: Odileida Maria de Sousa Sampaio
Responsável: Odileida Maria de Sousa Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Altamira/PA
Representação legal: Caio Fábio Rufino Barros (OAB/PA 26.413), representando Odileida Maria de Sousa Sampaio; Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), representando a Caixa Econômica Federal

031.927/2014-9
Recurso de reconsideração interposto contra o acórdão que julgou irregulares as contas da recorrente, condenando-a ao pagamento de débito e multa, em processo de tomada de contas especial instaurada em razão de indícios de superfaturamento nas as obras de construção do trecho rodoviário Manaus - Divisa AM/RO, na BR319.
Recorrente: Construtora Gautama Ltda.
Responsáveis: Construtora Gautama Ltda.; Edson Moreira Cavalcante; Laghi Engenharia Ltda.; Raimundo Agnelo Souza Rodrigues; Roosevelt Campos da Rocha; Wellington Lins de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Estado do Amazonas e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Sheila Maria Leão Magalhães e outros, representando Laghi Engenharia Ltda.; Saulo Moyses Rezende da Costa (OAB/AM 7300), representando Wellington Lins de Albuquerque; Luis Paulo Cavalcante (OAB/AM 5746) e outros, representando Edson Moreira Cavalcante; Luiz Cláudio Araújo Ribeiro (OAB/DF 45.286), representando Construtora Gautama Ltda.

033.263/2008-1
Recurso de reconsideração interposto conta acórdão que julgou as contas dos recorrentes irregulares, e condenou-lhes ao pagamento de débito e de multa, em razão de prejuízos causados ao erário em decorrência de operações com contratos futuros de dólar, realizadas entre o Banco Central do Brasil (Bacen) e o Banco Fonte Cindam S.A.
Recorrentes: Cláudio Ness Mauch, Demósthenes Madureira de Pinho Neto, Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, Luiz Antônio Andrade Gonçalves, Roberto José Steinfeld (falecido) e Banco Fonte Cindam S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: Bruni Di Marino (OAB/RJ 93.384), Ana Luisa Fernandes Pereira de Oliveira (OAB/DF 26.088) e Bruno Calfat (OAB/DF 36.459), representando Fonte Cindam S.A., Fernando Cesar Oliveira de Carvalho, Luiz Antônio Andrade Gonçalves e espólio de Roberto José Steinfeld; Frederico Bernardes Vasconcelos (OAB/DF 11.709), representando o Banco Central do Brasil, Cláudio Ness Mauch, Demósthenes Madureira de Pinho Neto e Francisco Lafaiete de Pádua Lopes

033.918/2017-1
Acompanhamento instaurado para apuração de suposto dano nas obras de construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos (NCPFI), localizado em Santa Cruz, zona oeste do município do Rio de Janeiro/RJ.
Responsáveis: Artur Roberto Couto; Fiotec - Fundação para o Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico em Saúde; Mauricio Zuma Medeiros; Nisia Veronica Trindade Lima; Paulo Ernani Gadelha Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: Eduardo Marcelo de Lima Sales (OAB/RJ 64.141), representando Fundação Oswaldo Cruz

Ministro AUGUSTO NARDES

005.465/2017-6
Monitoramento de deliberações em processo de representação decorrente de fiscalização com o objetivo de averiguar o uso dos recursos públicos repassados ao município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Macau/RN
Responsáveis: Einstein Albert Siqueira Barbosa; e Tulio Bezerra Lemos,
Representação legal: Einstein Albert Barbosa (OAB/RN 3.408)

009.892/2013-3
Tomada de contas especial instaurada em virtude de irregularidades na concessão indevida de benefícios previdenciários a intermediários de segurados.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Responsáveis: Andrea Tamie Yamacuti Fatarelli; José Luiz Franco; Luciane Rodrigues Granado; Maristela de Souza Torres; Regis Augusto Jurado Cabrera; e Sérgio de Oliveira
Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Alexandre Martinez Ignatius (OAB/SP 155.628), representando José Luiz Franco

028.634/2017-9
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que considerou legais os atos de aposentadoria dos recorrentes e determinou a exclusão de seus proventos da vantagem do Bônus de Eficiência e Produtividade.
Recorrentes: Edson Sergio Salvador, Dorivaldo Salles de Oliveira, Elizabete Maria Menezes Braga Villela e Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Interessados: Dorivaldo Salles de Oliveira; Edson Sergio Salvador; Eli Guedes da Silva; Elizabete Maria Menezes Braga Villela e Elizabeth Vigliar
Representação legal: Amanda Maria Domingues Silva (OAB/DF 16.431/E) e outros, representando Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil; Alessandra Damian Cavalcanti (OAB/DF 17.717) e outros, representando Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Elizabete Maria Menezes Braga Villela

Ministro AROLDO CEDRAZ

016.537/2007-6
Tomada de contas especial instaurada em decorrência de irregularidades verificadas na aplicação de recursos repassados no âmbito do convênio firmado para montagem e implementação de instrumentos técnico-legais para suporte técnico-administrativo de prefeituras municipais do Estado do Piauí.
Interessado: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa
Responsáveis: Dalvino Troccoli Franca, Deusicléa Barboza de Castro, Eudes Costa de Holanda, Francisco Pessoa Furtado, Israel Beserra de Farias, Itazil Fonseca Benício dos Santos, Lauro Sérgio de Figueiredo, Luciano de Petribú Faria, Oscar Cabral de Melo, Paulo Ramiro Perez Toscano, Pedro Thadeu de Miranda Argollo Pereira, Raymundo Cesar Bandeira de Alencar, Raymundo José Santos Garrido, Rui Melo de Carvalho, Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa, Instituto Terra Social, Mestra Ltda. e TL Construtora Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa e Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/RS 51.040 e OAB/DF 24.518), Cristian Klock Deudegant (OAB/DF 24.734), José Inácio Macedo Júnior (OAB/DF 12.920), Liander Michelon (OAB/DF 20.201), Raul Canal (OAB/DF 10.308) e outros, representando Paulo Ramiro Perez Toscano; Manoel de Santana Neto (OAB/DF 13.708), representando Itazil Fonseca Benício dos Santos; Matheus Machado Mendes de Figueiredo (OAB/DF 6.597/E), Sergio Leverdi Campos e Silva (OAB/DF 12.069) e Thais Machado Mendes de Figueiredo (OAB/DF 17.445), representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Antônio Lázaro Martins Neto (OAB/DF 25.354) e João Paulo Gonçalves da Silva (OAB/DF 19.442), representando Raymundo José Santos Garrido; Maria de Lourdes Nunes (OAB/DF 4.872), representando Deusicléa Barboza de Castro; Augusto Cesar José de Sousa (OAB/DF 2.995), representando Oscar Cabral de Melo; Clovis Alexandre de Arraes Alencar (OAB/CE 10.559), Oberdan Amâncio Campos (OAB/CE 15.586) e Paulo André Lima Aguiar (OAB/CE 10.630), representando Eudes Costa Holanda Junior; Alessandro Alexandre Maia (OAB/CE 17.068), Larnecs Alexandre Maia (OAB/CE 13.042) e Maria Eroneide Alexandre Maia (OAB/CE 12.833), representando Francisco Pessoa Furtado; Iuri Mattos de Carvalho (OAB/BA 16.741), Roberto Silva Soledade (OAB/BA 16.627) e Tarcísio Menezes Oliveira (OAB/BA 15.857), representando Pedro Thadeu de Miranda Argollo Pereira; Celso Negrão da Fonseca Júnior (OAB/BA 22.177), Dalton Marcel Matos de Souza (OAB/BA 19.685), Fabiana Bastos de Oliveira (OAB/BA 24.572) e Fabricio Bastos de Oliveira (OAB/BA 19.062), representando TL Construtora Ltda.; Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB/CE 5.496), Expedito Dantas da Costa Júnior (OAB/CE 13.511), Vinícius Vilardo de Mello Cruz (OAB/CE 21.419) e outros, representando a Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa; e Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB/CE 5.496), Expedito Dantas da Costa Júnior (OAB/CE 13.511), Vinícius Vilardo de Mello Cruz (OAB/CE 21.419) e outros, representando o Instituto Terra Social

036.820/2018-0
Representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de supostas irregularidades no pregão eletrônico para registro de preços para locação de conjunto de equipamentos de controle de acesso, com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, manutenção e treinamento.
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
Representação legal: Leonei Martins Freitas (OAB/PR 33.415), representando Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.; Andrei Braga Mendes (OAB/DF 21.545); Elias Nunes Valadão (OAB/DF 56.388), representando Rapidonet Sistemas e Automação Eireli

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

005.859/2011-5
Recurso de reconsideração interposto contra o acórdão que julgou as contas do recorrente irregulares, imputando-lhe débito e multa em razão superfaturamento nos contratos para a execução de obras voltadas à reconstrução da Ponte Capivari-Cachoeira.
Recorrentes: David José de Castro Gouvêa e Construtora A. Gaspar S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná
Responsáveis: Construtora A Gaspar S/A; David José de Castro Gouvêa
Representação legal: Mauricio Brito Passos Silva (OAB/BA 20770) e outros, representando Construtora A Gaspar S/A; Gabriele Seffrin (OAB/PR 59.284) e outros, representando David José de Castro Gouvêa

009.208/2011-9
Tomada de contas especial instaurada em cumprimento a acórdão que conheceu solicitação do Congresso Nacional dirigida à apuração de irregularidades no uso de recursos federais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caxias/MA
Responsáveis: A. F. Rocha - Comércio ; A. P. B. da Silva Distribuidora e Comércio; Antônio Apolônio de Alencar; Associação dos Pequenos Produtores de Doces, Compotas, Sucos e Congêneres de Caxias-MA; Alexandre Henrique Pereira da Silva; Arnaldo Benvindo Macedo Lima; Babylândia Distribuidora Ltda.; C. E. Barros e Silva - Comércio; Distribuidora São José Ltda.; F. Agnelo Moreira Vieira Chaves; Francisco das Chagas Rocha Comércio; Francisco das Chagas Silva Neto; Francisco Elder Cavalcante de Sousa - ME; Geraldo Alves da Silva; Humberto Ivar Araujo Coutinho; J. Gildo Pedrosa Mercearia; J. P. R. de Oliveira; J. V. Lopes Bica Júnior; José Sebastião de Moura Alimentos; Josélia Alves Oliveira; L. L. Bastos Comercial; Laticínios Santa Helena Ltda.; Lindalva Moraes Araújo Comércio - ME; M. C. de Sousa Coelho; M. C. Rocha Comércio - ME; M. Ribeiro Pereira Comércio; Marko Comércio e Serviços Ltda.; Norte Sul Comércio Atacadista Ltda.; Neuzelina Compasso da Silva; Organização Cearense de Distribuição Ltda.; Othon Luiz Machado Maranhão; P. D. de Oliveira & Cia Ltda.; Qualimax Distribuidora e Comércio Ltda.; R. Lemos da Silva; Raimundo Laerte Paiva Bezerra; Remax Distribuidora Ltda.; Renê Ribeiro da Cruz; S. P. Comercial e Distribuidora; Terra Comercial de Alimentos Ltda.; W. J. Lobo e Silva Júnior
Representação Legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760); Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606); Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 51.623); André Jansen do Nascimento (OAB/DF 51.119); Carla Mayrink Santos Moraes (OAB/DF 27.789); Cristiana Muraro Tarsia (OAB/DF 48.254); Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669); Ielton Carvalho Piancó (OAB/DF 47.965); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Jorge Arturo Mendoza Reque Junior (OAB/MA 6573); Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546); Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803); João Henrique Soares de Holanda (OAB/DF 36.556); Ludimila Reis Alves (OAB/DF 51.113); Mariana Ribeiro de Melo Pereira (OAB/DF 52.393); Melanie Costa Peixoto (OAB/DF 14.585); Thiago Lélis de Freitas (OAB/DF 48.856); Victor Matheus Scholze de Oliveira (OAB/DF 39.503); Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796); Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (OAB/DF 27.635); Sheila Mildes Lopes (OAB/DF 23.917); Ézio José Raulino Amaral (OAB/PI 3.443); Antônio Cláudio Portella Serra e Silva (OAB/PI 3.683); Bruno de Melo Castro (OAB/PI 4.200); Samantha de Matos Costa (OAB/PI 8.142); Paloma Tajra Portela de Melo (OAB/PI 8.539); Camilla Veloso Pereira (OAB/PI 7.929); Edcarlos José da Costa (OAB/PI 4.780); Antonio Tito Pinheiro Castelo Branco (OAB/PI 178-B); José Odon Maia Alencar Filho (OAB/PI 2.746); Lourenço Barbosa Castello Branco Neto (OAB/PI 2.746); David Pinheiro de Oliveira Neto (OAB/PI 6.508); Cayo Santos de Sant'Anna (OAB/PI 7199-B); Antônio Cícero Vasconcelos dos Santos (OAB/PI 4.411); Rodrigo Martins Evangelista (OAB/PI 6.624); Ronnielio José de Sousa (OAB/PI 7.543); Jânio de Brito Fontenelle (OAB/PI 2.902); Daniel Neiva do Rêgo Monteiro e Silva (OAB/PI 5.005); Felipe Monteiro e Silva (OAB/PI 8.346); Max Vinicius Fontenelle Rocha (OAB/PI 8.032); James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6.679)

016.174/2016-0
Solicitação do Congresso Nacional que requer ato de fiscalização e auditoria no contrato de venda da participação de 67,19% na Petrobras Argentina (Pesa), detida pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) por meio da Petrobras Participaciones S.L. (PPSL), para a Pampa Energia.
Interessado: Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Cíntia Maria Frutuoso Rafael Figueiredo (OAB/RJ 123.805) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

023.578/2018-1
Solicitação do Congresso Nacional encaminhando o "Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS", com recomendação para que o TCU proceda à avaliação dos impactos dos benefícios fiscais concedidos para os setores a que pertencem as empresas investigadas, em especial ao setor de proteína animal.

Interessado: Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Eunício Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há.

026.975/2018-1
Auditoria (FOC) com objetivo de avaliar políticas de inclusão social e produtiva do governo Federal, em especial às voltadas para inclusão no mercado de trabalho por meio de ações do Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social. (SEC-TO)
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Tocantins
Responsáveis: Patricia Rodrigues do Amaral; Tiago da Silva Costa; Wande Mary Almeida de Oliveira Santos
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

026.993/2018-0
Auditoria (FOC) com objetivos de avaliar as políticas públicas de inclusão social e produtiva do governo Federal, em especial às voltadas para inclusão no mercado de trabalho por meio de ações do Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social. (SEC-MT)
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

027.023/2018-4
Auditoria (FOC) com objetivo de avaliar políticas de inclusão social e produtiva do governo Federal, em especial às voltadas para inclusão no mercado de trabalho por meio de ações do Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social. (SEC-PI)
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Trabalho
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

027.133/2018-4
Auditoria (FOC) com objetivo de avaliar políticas de inclusão social e produtiva do governo Federal, em especial às voltadas para inclusão no mercado de trabalho por meio de ações do Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social. (SEC-RJ)
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

027.171/2018-3
Auditoria (FOC) com objetivo de avaliar políticas de inclusão social e produtiva do governo Federal, em especial às voltadas para inclusão no mercado de trabalho por meio de ações do Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social. (SEC-SP)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo de São Paulo - (Sine Estadual), Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo (Sine Municipal), Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município de Diadema/SP, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos, Prefeituras Municipais de Campo Limpo Paulista e de Franco da Rocha (Progredir), Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Diretoria Regional do Senai em São Paulo, Diretoria Regional do Senac em São Paulo
Representação legal: não há

027.354/2018-0
Solicitação do Congresso Nacional que requer ato de fiscalização e controle com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades em contrato da Casa da moeda.
Interessado: então Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Federal Roberto de Lucena
Órgãos/Entidades/Unidades: Casa da Moeda do Brasil, Ministério da Economia (atualmente engloba o ex-Ministério da Fazenda)
Representação legal: não há

028.596/2016-1
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que aplicou multa aos recorrentes em processo de auditoria que teve por objeto avaliar a contratação das obras de construção do bloco sul do prédio do Instituto de Ciências Básicas de Saúde da referida Instituição Federal de Ensino Superior.
Recorrentes: Luis Roberto da Silva Macedo, Marcelo Utz Asconavieta, José João Maria de Azevedo e Marcos José da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

030.174/2018-0
Consulta sobre a possibilidade de a Administração Pública aceitar apólice de seguro que exclui danos decorrentes de atos de corrupção.
Consulente: Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

020.613/2013-0
Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes e outros responsáveis, e os condenou em débito, solidariamente, em razão de pagamentos previdenciários fraudulentos, a título de auxílio-doença.
Recorrentes: Clayton Fernando de Lira, José Raimundo e Salete da Silva de Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social/Gerência Executiva em Curitiba/PR
Representação legal: César Augusto Kato (OAB/PR 22.910) e outros representando Maria Ivorema Viadroski; Luiz Alberto Glaser Junior (OAB/PR 12.222) representando Ana Delzira dos Santos Schereiber; e Paulo Afonso Zaina (OAB/PR 19.829) representando Cacilda Bernardino

024.565/2016-4
Tomada de contas especial em razão da ausência de comprovação da aplicação regular dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, durante o exercício de 2008.
Órgão/Entidade/Unidade: município de Laranjal do Jari/AP
Responsável: Euricélia Melo Cardoso
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

004.097/2013-0
Pedido de reexame, em sede de monitoramento, interposto contra decisão que aplicou a multa ao recorrente em função de descumprimento de acórdão.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Recorrentes: Alessandro Luciani Bonzano Comper; Giovanni Correa Queiroz; Silvani Alves Pereira
Representação legal: Altamiro Thadeu Frontino Sobreiro (OAB/ES 15.786) e outros, representando Alessandro Luciani Bonzano Comper; Bruno Silva Campos (OAB/DF 17.509) e outros, representando Giovanni Correa Queiroz; Reilos Monteiro (OAB/DF 22.612) e outros, representando Gleide Santos Costa

009.891/2013-7
Recurso de reconsideração interpostos em face de acórdão que, em sede de tomada de contas especial, julgou irregulares as contas dos recorrentes, imputando-lhes débito e multas individuais, devido a prejuízos decorrentes de irregularidades na execução do contrato cujo objeto foi a revisão geral do sistema elétrico, mecânico e pneumático da locomotiva 6002.
Recorrentes: José Lúcio Marcelino de Jesus, ex-Superintendente, Clodomir Batista de Albuquerque, ex-Gerente de Manutenção, e HidramecServiços de Engenharia Ltda., empresa contratada
Representação legal: Rubens Ricardo da Fonseca Diniz e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos e Superintendência Regional da CBTU de Maceió

013.150/2011-1
Recurso de revisão interposto contra o acórdão que apreciou tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da não consecução dos objetivos pactuados em convênio firmado para o reaparelhamento de unidades de saúde no estado e a operacionalização do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Rondônia
Responsáveis: Aparício Carvalho de Moraes; Claudia Marcia de Figueredo Carvalho; Gabriel Figueiredo de Carvalho; Governo do Estado de Rondônia; Sérgio Siqueira de Carvalho
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Raina Costa de Figueiredo (OAB/RO 6.704) e outros, representando Gabriel Figueiredo de Carvalho e Claudia Marcia de Figueredo Carvalho; Blucy Rech Borges (OAB/RO 4.682) e outros, representando Aparício Carvalho de Moraes

025.205/2014-5
Revisão de ofício de acórdão que considerou legais atos de aposentadorias.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Interessadas: Maria Umbelina de Melo Santos e Melânia Oliveira Ferreira
Representação legal: não há

032.685/2016-5
Monitoramento de acórdão que julgou auditoria operacional relativa à aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais.
Órgãos/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro, Hospital Federal de Bonsucesso, Hospital Federal dos Servidores do Estado, Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad e Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

002.564/2011-4
Pedido de reexame contra decisão que aplicou multa aos recorrentes por ato de gestão ilegítimo e antieconômico, em processo de representação sobre a suposta aquisição de ações de empresa privada por valor superior ao que seria devido.
Recorrentes: Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto; Valter Luiz Cardeal de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A
Representação legal: Alessandro da Silva Portinho e outros, representando Furnas Centrais Elétricas S.A.; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto e Valter Luiz Cardeal de Souza

009.845/2010-0
Pedido de reexame contra decisão que rejeitou as razões de justificativa do recorrente e aplicou-lhe multa em razão de ter aprovado projeto básico considerado deficiente utilizado na licitação das obras de terraplenagem da Refinaria Premium I, da Petrobras, localizada no Maranhão.
Recorrente: Danilo Souza Baptista
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114) e outros

010.803/2016-5
Pedidos de reexame contra decisão que apreciou relatório de auditoria realizada com vistas a avaliar a atuação do Ministério da Educação (MEC) no acompanhamento do Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como metas do referido acordo no período de 2009 a 2014.
Recorrentes: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional
Representação legal: Leticia de Oliveira Lourenco (OAB/MG 104.144), Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359) e outros

019.735/2017-0
Embargos de declaração em face de deliberação que expediu recomendação e determinações no âmbito de auditoria que verificou a conformidade dos contratos de patrocínio firmados com entidades esportivas, nos exercícios de 2012/2016.
Embargante: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Herbert Milhomens de Vasconcelos (OAB/DF 29.585) e outros

025.075/2017-9
Auditoria com vistas a avaliar a efetividade das atuações do BNDES e BNDESPar, assim entendida como a mensuração do retorno ou impacto de suas operações para a sociedade brasileira.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Representação legal: Marcelo de Siqueira Freitas (OAB/DF 15.659) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

026.016/2013-3
Recurso de revisão contra o acórdão que, em processo de tomadas de contas especial, rejeitou as alegações de defesa do recorrente e as de outros responsáveis, em razão da omissão em prestar contas de recursos captados com base na Lei Rouanet, condenando-os em débito solidário e multa.
Recorrente: Francisco do Bomfim Salgueiro Feyer
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
Representação legal: Tatiane Alves da Silva (OAB/DF 26.438)

034.491/2017-1
Auditoria realizada no âmbito da FOC Transferências Voluntárias, em contrato de repasse celebrado dentro da Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Anápolis, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades

Responsáveis: Antônio Roberto Otoni Gomide; Caixa Econômica Federal; Clodoveu Reis Pereira; Compacta Construtora Ltda.; e R.S. Engenharia Ltda.

Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e Murilo Muraro Fracari (OAB/DF 22.934), representando Caixa Econômica Federal

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.230/2018-9

Representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades referentes ao edital e à forma de condução de pregão eletrônico, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na execução dos serviços, de natureza continuada e por demanda, de manutenção predial, recuperação de pisos, revestimentos e outros serviços de adequação física de instalações com fornecimento de mão de obra, peças e serviços, nos edifícios sob a guarda ou uso do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC.

Representante: Aeronet Tecnologia e Representações Ltda.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Representação legal: não há

024.195/2014-6

Auditoria (FOC) para avaliar se as práticas de governança e de gestão de aquisições públicas adotadas estão de acordo com a legislação aplicável e aderentes às boas práticas.

Órgão/Entidade/Unidade: Eletrobrás Distribuição Rondônia

Interessado: Tribunal de Contas da União

Representação legal: Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1.404)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

013.125/2018-4

Auditoria nas obras de Seccionamento da Linha de Transmissão Campina Grande III/Natal III, na Subestação Extremoz II, localizadas no Rio Grande do Norte.

Interessado: Tribunal de Contas da União

Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Representação legal: Estefania Torres Gomes da Silva e Fernando Rosendo de Araujo Filho

022.268/2016-2

Monitoramento decorrente de auditoria realizada no âmbito da FOC de Transferências Voluntárias - FOCTVs.

Interessado: Tribunal de Contas da União

Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás e Município de Itauçu/GO

Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

008.705/2015-1

Tomada de contas especial instaurada diante de irregularidades na execução do contrato para a construção das obras de arte especiais, consistentes das pontes sobre os rios Tacutu e Arraia.

Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima

Responsáveis: Carlos Eduardo Levischi, Francisco Augusto Pereira Desideri, Marly Figueiredo Brilhante, Rogério Gonzales Alves e Construtora Queiroz Galvão S.A.

Representação legal: Alana Abilio Diniz Vila Nova (OAB/DF 35.470) e outros, representando a Construtora Queiroz Galvão S.A.; Felipe Gregorio de Velloso Vianna, e outros, representando Francisco Augusto Pereira Desideri; Gardênia de Fátima Figueiredo Pereira (OAB/AM 5.939), representando Marly Figueiredo Brilhante

009.342/2017-6

Embargos de declaração em face do acórdão que considerou improcedente denúncia em face de nomeação de empregada pública para o exercício de função de confiança no âmbito da Seção Judiciária da Justiça Federal em Porto Velho/RO.

Embargante: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal de Rondônia e Acre

Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Representação legal: Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5.176) e outros

018.777/2016-3

Auditoria destinada a avaliar a implantação, com recursos federais, do corredor de transporte por BRT (bus rapid transit) e o sistema inteligente de transporte (SIT) na região sul do Município de Palmas - TO (BRT Sul).

Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades e Município de Palmas/TO

Responsáveis: André Luís Camargo Castro; Antônio Luiz Cardozo Brito; Caroline Colombo dos Santos; Enéas Ribeiro Neto; Eraldo Luís Lopes Carvalho; Frederico Coli Mendes; João Marciano Junior; Joaquim José de Oliveira Junior; Juliano Afonso Rodovalho; Maria Lucylla Rassi Sant Anna; Robson Freitas Correa; Rosana Ramos Rabello; Shirlene da Silva Martins; Tiisa - Infraestrutura e Investimentos S.A.; Valeria Ernestina de Oliveira e Viviene Gomide Dumont Vargas

Representação legal: Públio Borges Alves (OAB/TO 2.365) entre outros, representando o Município de Palmas/TO; Eduardo Lamonato Faggion (OAB/SP 26.2991) entre outros, representando a Tiisa - Infraestrutura e Investimentos S.A.; e Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) entre outros, representando a Caixa Econômica Federal

019.370/2013-0

Monitoramento das determinações expedidas em processo de auditoria para verificar a regularidade da folha de pagamento.

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Acre

Responsável: João Thaumaturgo Neto

Representação legal: não há

025.204/2017-3

Embargos de declaração opostos em face de decisão que determinou, entre outros, anulação do pregão eletrônico destinado à contratação de serviços em acervo bibliográfico e arquivístico, no âmbito do processo de representação.

Embargantes: OTC. DOC Organização Tecnologia e Custódia de Documentos Eireli e Ministério da Cultura

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura

Representação legal: Patricia Alvares de Azevedo Oliveira e outros, representando Ministério da Cultura; Henrique Gustavo Ribeiro Jácome (OAB/DF 17.354) e outros, representando OTC. DOC Organização Tecnologia e Custódia de Documentos Eireli

027.631/2017-6

Tomada de contas especial instaurada diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais despendidos no âmbito do convênio destinado à execução do Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Provita, tendo a vigência do ajuste se estendido entre 11/8/2001 e 31/7/2018, com prazo final de prestação de contas fixado em 30/9/2018.

Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Santa Catarina

Responsáveis: Dejair Vicente Pinto; e Ronaldo José Benedet

Representação legal: Pierre Augusto Fernandes Vanderlinde (OAB/SC 24.881) entre outros, representando Ronaldo José Benedet

034.868/2017-8

Indisponibilidade de bens decretada diante dos indícios de dano ao erário no bojo do contrato para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar).

Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

Responsável: Consórcio Interpar

Representação legal: José Roberto Manesco (OAB/SP nº 61.471) e outros representando o Consórcio Interpar

034.874/2017-8

Indisponibilidade de bens decretada diante dos indícios de dano ao erário no bojo do contrato para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar).

Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

Responsável: Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.

Representação legal: Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412) e outros, representando a empresa Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.

034.894/2017-9

Indisponibilidade de bens decretada diante dos indícios de dano ao erário no bojo do contrato para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar).

Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras

Responsável: Pedro José Barusco Filho

Representação legal: Antônio Augusto Lopes Figueiredo Basto (OAB/PR 16.950) e outros, representando Pedro José Barusco Filho

036.694/2018-5

Representação acerca de fraude nas licitações referentes às obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar).

Representantes: Tribunal de Contas da União

Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S/A

Responsável: Construtora Queiroz Galvão S/A

Representação legal: José Roberto Manesco (OAB/SP 61.471), entre outros, representando a Construtora Queiroz Galvão S/A

Em 25 de fevereiro de 2019
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

RESOLUÇÃO TCU Nº 308, de 13 de fevereiro de 2019

Dispõe sobre o sistema de planejamento e gestão do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências, e tendo em vista o disposto nos artigos 16, inciso II, do Regimento Interno,

considerando a importância do sistema de planejamento e gestão como instrumento de alinhamento e orientação institucional, bem assim de fomento e promoção de inovação e de busca permanente por melhores serviços e resultados;

considerando a importância do contínuo aperfeiçoamento do sistema de planejamento e gestão do Tribunal, em especial em decorrência do aprendizado organizacional;

considerando a necessidade de se estabelecer mecanismos que favoreçam a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações essenciais ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico, nas políticas institucionais e nos planos táticos e operacionais;

considerando a necessidade de estabelecer regras que permitam maior alinhamento entre o sistema de planejamento e gestão, as políticas institucionais e a sistemática de aferição dos resultados institucionais; e

considerando a necessidade de otimização da alocação de recursos para o alcance de melhores resultados institucionais, de garantir o cumprimento da missão institucional e a entrega de valor aos cidadãos; e

considerando os estudos constantes do processo nº TC 035.497/2018-1, resolve:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 1º. O sistema de planejamento e gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) observa o disposto nesta Resolução.

Art. 2º. O sistema de planejamento e gestão consiste no conjunto de princípios e práticas gerenciais, em especial planos institucionais, estabelecidos com o propósito de orientar, direcionar e comunicar o modelo de atuação e os resultados almejados pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 3º. O sistema de planejamento e gestão orienta-se por critérios de governança e princípios de eficiência, responsabilidade, transparência, comunicação, flexibilidade, accountability, gestão de riscos e cultura orientada a resultados.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS INSTITUCIONAIS

Art. 4º. Compõem o sistema de planejamento e gestão do TCU:

I - no nível estratégico, o Plano Estratégico;

II - no nível tático, o Plano de Gestão; e

III - no nível operacional, os planos ou ações operacionais das unidades do Tribunal.

Art. 5º. O Plano Estratégico do Tribunal (PET), aprovado pelo Plenário, possui periodicidade de seis anos, e tem por finalidade estabelecer as principais diretrizes de controle externo e de gestão para o período de sua vigência, além de direcionar as ações das unidades que compõem a Corte de Contas na busca por resultados mais efetivos para a sociedade.

§ 1º O PET define, entre outros elementos, o conjunto de estratégias (objetivos e indicadores) que norteiam a atuação do TCU para cumprimento da missão institucional e alcance da visão de futuro almejada, orienta a elaboração dos demais planos institucionais e a identificação de oportunidades de inovação a serem conduzidas.

§ 2º Os objetivos estratégicos temáticos de controle externo e seus respectivos indicadores de desempenho constituem o plano de controle externo previsto no Regimento Interno do Tribunal.

§ 3º As estratégias de controle externo constantes do Plano Estratégico serão elaboradas com base em método definido em portaria do Presidente.

Art. 6º. O Plano de Gestão, com periodicidade de dois anos, é instrumento de alinhamento institucional e tem a função de orientar e direcionar os demais planos ou ações operacionais, principalmente no desdobramento dos objetivos do Plano Estratégico.

Parágrafo único. O Plano de Gestão é composto pelas diretrizes da gestão, ações estruturantes e por indicadores e metas institucionais e indicadores setoriais, quando for o caso.

Art. 7º. Os demais planos das unidades ou as ações operacionais do Tribunal correspondem ao desdobramento operacional do Plano de Gestão e, se for o caso, podem estabelecer e comunicar prioridades setoriais.

Art. 8º. A periodicidade e a revisão dos planos e ações operacionais não explicitados nesta resolução serão definidas por meio de portaria do Presidente.

CAPÍTULO III

DAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Art. 9º. São instâncias de governança do sistema de planejamento e gestão, nos termos indicados nesta Resolução:

I - Plenário;
II - Presidente; e
III - Comissão de Coordenação Geral (CCG).
Art. 10. Compete à CCG, com o apoio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), no que se refere ao sistema de planejamento e gestão do Tribunal:
I - acompanhar a aplicação das políticas de gestão da estratégia e de governança corporativa no Tribunal;
II - propor ao Presidente o estabelecimento de diretrizes para a melhoria contínua do Tribunal, em consonância com o Plano Estratégico; e
III - avaliar, periodicamente, a implementação do PET e respectivo desdobramento, submetendo questões relevantes às instâncias superiores de governança do sistema de planejamento e gestão.
Art. 11. Incumbe à Seplan fomentar, coordenar e aprimorar o sistema de planejamento e gestão, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua da gestão e do desempenho institucional.
Parágrafo único. Compete à Seplan, entre outras, as seguintes atribuições relativas ao sistema de planejamento e gestão:
I - estabelecer e zelar pelo modelo conceitual, bem como pelo processo de planejamento e gestão no âmbito da Secretaria do TCU;
II - coordenar, avaliar, direcionar e monitorar procedimentos e ferramentas adotados pelas unidades da Secretaria do TCU para a formulação, o acompanhamento e a revisão dos planos institucionais;
III - garantir o alinhamento e a integração dos planos institucionais;
IV - prestar consultoria, no âmbito do TCU, em métodos, técnicas e ferramentas de gestão e melhoria de desempenho das unidades;
V - promover a gestão do conhecimento sobre o assunto;
VI - prestar apoio técnico ao processo de formulação, acompanhamento e revisão dos planos institucionais; e
VII - estabelecer calendário único do processo de planejamento e gestão no âmbito da Secretaria do TCU.
CAPÍTULO IV
DA APROVAÇÃO DOS PLANOS E DAS AÇÕES
Art. 12. A aprovação dos planos institucionais e das ações operacionais será realizada nas seguintes instâncias de governança do sistema de planejamento e gestão:
I - Plano Estratégico: pelo Plenário, por iniciativa do Presidente, por meio de comunicação, até a última sessão do mês de março do ano em que entrar em vigor;
II - Plano de Gestão: pelo Presidente, mediante portaria, até o quinto dia útil do mês de abril do ano em que entrar em vigor; e
III - Planos ou Ações operacionais: pelo Secretário-Geral da unidade básica correspondente, até o último dia útil do mês de aprovação do Plano de Gestão, após análise prévia pela Seplan, a partir de registro em solução de tecnologia da informação específica.
§ 1º Os Planos ou Ações operacionais de unidades vinculadas diretamente à Presidência serão aprovadas pelos respectivos secretários e seguem os demais dispositivos do inciso III do art. 12.
§º 2º Os planos temáticos serão aprovados pela CCG, até o dia 15 de maio.
§ 3º Os prazos previstos neste artigo poderão ser excepcionalizados por portaria do Presidente, caso haja superveniência de fato que justifique a necessidade.
§ 4º A fim de conferir transparência ao processo de planejamento, todos os planos aprovados e eventuais alterações devem estar disponíveis para consulta no Portal TCU.
CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO, REVISÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
Art. 13. A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan) promoverá o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos planos e das ações operacionais.
§ 1º O acompanhamento será permanente e deverá verificar a execução das iniciativas previstas e o cumprimento das metas estabelecidas.
§ 2º A aferição dos resultados, realizada com base em informações fornecidas pelas unidades da Secretaria do Tribunal, será procedida ao final do ciclo especificado em portaria do Presidente.
Art. 14. Os planos e ações serão revistos periodicamente, conforme estabelecido em portaria do Presidente, com o propósito de identificar e antecipar estratégias e necessidades institucionais, ou de promover alinhamento em função da superveniência de fato ou cenário que justifiquem a necessidade de ajuste.
Parágrafo único. A revisão dos planos e das ações seguirá o mesmo rito previsto para sua aprovação, inclusive quanto às instâncias envolvidas e meios utilizados.
CAPÍTULO VI
DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO
Art. 15. As fiscalizações necessárias ao cumprimento do plano e estratégias de controle externo podem ser propostas a qualquer tempo pelo Presidente, por relator, pela Secretaria-Geral de Controle Externo ou por unidade técnica.
Art. 16. A proposta de fiscalização será elaborada com base em critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade.
Art. 17. A proposta de fiscalização será formulada por procedimento específico, estabelecido em ato normativo próprio, não podendo ocorrer no âmbito de processo já existente, exceto quando se referir a proposta do Presidente ou de relator aprovada pelo Plenário, a proposta resultante de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), a proposta contida em relatório de levantamento, ou a realização de inspeção.
§ 1º Toda proposta de fiscalização, exceto a formulada pelo Presidente ou relator diretamente ao Plenário e a de inspeção, receberá parecer prévio da Segecex quanto à conveniência da realização, bem assim quanto ao alinhamento com o Plano Estratégico do TCU.
§ 2º O relator, na ausência do parecer da Segecex de que trata o parágrafo anterior ou de motivos suficientes para dispensa, encaminhará o processo à unidade básica para pronunciamento.
§ 3º A proposta de fiscalização será dirigida ao relator, a quem compete aprová-la, rejeitá-la, ou submetê-la ao Plenário para deliberação.
§ 4º O relator deliberará por despacho singular acerca de proposição de acompanhamento, auditoria ou monitoramento enquadrado em um dos objetivos estratégicos vigentes, e acerca de proposição de levantamento ou de inspeção.
§ 5º O relator submeterá ao Plenário para deliberação:
I - as proposições de auditoria, acompanhamento e monitoramento não enquadradas no Plano Estratégico do TCU vigente;
II - as proposições de fiscalização com parecer prévio da Segecex contrário à conveniência de sua realização, ou que indique necessidade de alterações nas medidas previstas no Plano Estratégico do Tribunal;
III - as proposições de fiscalização em unidades do Poder Legislativo, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, da Presidência da República, do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como do Ministério Público da União e da Advocacia-Geral da União; e
IV - a proposição de fiscalização para atendimento de SCN.
Art. 18. As propostas de ação de controle apresentadas ao Plenário do Tribunal, mediante comunicação ou processo, serão submetidas à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) para que aquela Unidade Básica informe:
a) o esforço e o custo estimado para realização da ação proposta; e
b) o impacto da inclusão da ação no plano em curso, com a indicação de eventuais substituições de trabalhos previamente definidos, o correspondente aumento no estoque de processos de controle externo ou outros impactos identificados.
§ 1º A proposta de fiscalização formulada diretamente por relator, antes de ser submetida ao Plenário mediante comunicação ou processo de controle externo, poderá ser encaminhada à Segecex para a obtenção das informações que que tratam as alíneas a e b do art. 18.
§2º As informações que se referem o caput serão apresentadas pelo Presidente do TCU ao Plenário, que deliberará sobre:
a) o momento de execução da nova ação de controle; e
b) qual ação de controle prevista será cancelada.
Art. 19. Uma vez iniciada, a fiscalização não poderá ser cancelada.
Parágrafo único. Constatada a perda de objeto ou a inoportunidade de prosseguimento, o relatório deverá explicitar os motivos e propor o devido encerramento da ação de fiscalização.
Art. 20. Os procedimentos relativos às ações de controle que suportam as estratégias obedecerão a ato normativo específico, observado o contido nesta Resolução.
CAPÍTULO VII
DA TRANSIÇÃO DA GESTÃO
Art. 21. A transição da gestão é o processo que objetiva assegurar a continuidade administrativa e contribuir para a promoção da boa governança no âmbito do TCU.
Art. 22. O processo de transição tem início sessenta dias antes da eleição do próximo Presidente do TCU e se encerra com a entrada em exercício deste.
Parágrafo único. O processo de transição de gestão ocorrerá sempre que houver previsão de mudança de Presidente.
Art. 23. O processo de transição de gestão será coordenado pelo Vice-Presidente.
Parágrafo único. O Vice-Presidente poderá solicitar espaço físico e equipamentos necessários aos trabalhos da equipe de transição.
Art. 24. O Vice-Presidente deverá indicar formalmente equipe de transição com respectivo coordenador, que terá acesso aos dados e informações referentes à gestão em curso.
Parágrafo único. A participação de servidores na equipe de transição poderá ser realizada com prejuízo do exercício de suas respectivas atribuições.
Art. 25. A CCG será responsável pela interlocução com o coordenador da equipe de transição indicada pelo Vice-Presidente.
Art. 26. O coordenador da equipe de transição poderá requisitar, por meio da CCG, informações às unidades da Secretaria do Tribunal, as quais deverão fornecê-las em tempo hábil e com a necessária precisão.
Parágrafo único. Cabe à Seplan fornecer o apoio técnico necessário ao bom andamento dos trabalhos da equipe de transição.
CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕS FINAIS
Art. 27. Fica o Presidente autorizado a expedir os atos normativos que deverão regulamentar esta Resolução, bem como a dirimir os casos omissos.
Parágrafo único. Incumbe à Segecex a regulamentação dos procedimentos operacionais inerentes à seleção, proposição, aprovação e cancelamento de fiscalizações.
Art. 28. Ficam revogadas a Resolução-TCU nº 269, de 25 de março de 2015; a Resolução-TCU nº 275, de 30 de dezembro de 2015; e o art. 11 da Resolução-TCU nº 285, de 30 de dezembro de 2016.
Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 13 de fevereiro de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA N° 43, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Aplica a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, à empresa Usibank - Soluções Ambientais e Unidade de Tratamento de Resíduos Térmicos Ltda. ME

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do art. 147 da Resolução n° 20, de 1971,
Considerando que a Usibank - Soluções Ambientais e Unidade de Tratamento de Resíduos Térmicos Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o n° 01.795.072/0001-35, estabelecida em local incerto e não sabido, apresentou documentação falsa no Pregão Eletrônico n° 48/2017, conforme relatado no Processo n° 124.620/2017), resolve:
Art. 1° Aplicar à empresa a sanção administrativa de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com fulcro no art. 7° da Lei n° 10.520/2002 e, por analogia, no inciso III do art. 2° da Instrução Normativa n° 01/2017 da Presidência da República.
Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 560, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Aprova o Regulamento para a realização dos eventos: ENBRA - Encontro Brasileiro de Administração, FIA - Fórum Internacional de Administração, FOGESP - Fórum CFA de Gestão Pública, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 8 de março de 2013;
CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Administração promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do País, consoante o disposto no art. 7º, alínea "i" da Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965;
CONSIDERANDO a necessidade de normatização dos procedimentos referentes à realização dos eventos ENBRA - Encontro Brasileiro de Administração, FIA - Fórum Internacional de Administração e FOGESP - Fórum CFA de Gestão Pública;
CONSIDERANDO, finalmente, a decisão do Plenário em sua 7ª reunião, realizada em 13 de fevereiro de 2019, na Sede do CFA, resolve:
Art. 1º Aprovar o Regulamento para a realização do ENBRA - Encontro Brasileiro de Administração, do FIA - Fórum Internacional de Administração e do FOGESP - Fórum CFA de Gestão Pública.
Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução Normativa 322, de 20 de dezembro de 2005.

Mauro Kreuz
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ENBRA, FIA E FOGESP

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente Regulamento estabelece normas para a realização dos eventos ENBRA - Encontro Brasileiro de Administração, FIA - Fórum Internacional de Administração e FOGESP - Fórum CFA de Gestão Pública.

Art. 2º Os eventos mencionados no artigo anterior visam difundir a Ciência da Administração, entre os Profissionais de Administração, clarificando a identidade do profissional em nível Nacional e Internacional.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 3º Compete ao Conselho Federal de Administração a organização e realização do ENBRA, FIA e FOGESP.

Parágrafo único. A organização e a realização dos eventos supramencionados poderão ser delegadas aos Conselhos Regionais de Administração, a critério do CFA.

Art. 4º A delegação da competência de organização e realização dos eventos será feita através de Convênio, atendendo aos seguintes critérios:

I.Os Conselhos Regionais de Administração interessados na realização do ENBRA, FIA e/ou FOGESP deverão encaminhar seus respectivos Anteprojetos para serem avaliados pela Câmara de Relações Internacionais e Eventos - CRIE e aprovados pelo Plenário do CFA;

Os Anteprojetos deverão estar devidamente estruturados em conformidade com o Edital de Convocação que será expedido pelo CFA;

Serão analisados somente os anteprojetos dos Conselhos Regionais que estiverem em dia com as informações e obrigações perante o CFA, como: quotas-partes, balancetes, prestações de contas do PRODER, prestações de contas de outros eventos, parcelamento de débitos porventura existente, etc., e que não tiverem pendências relacionadas à recomendação de relatórios de auditoria.

Parágrafo único. A proposição poderá ser efetuada em conjunto, por mais de um CRA, sendo que um dos proponentes assumirá a responsabilidade perante o CFA.

Art. 5º Quando da delegação da competência, mencionada no art. 3º, parágrafo único, a coordenação do evento se dará da seguinte forma:

II.III.I.O CFA e o CRA indicarão nomes, podendo ser Conselheiros e/ou colaboradores, para comporem uma Comissão Especial, instituída por Portaria, que ficará responsável pela organização do evento;

O Coordenador Geral da Comissão Especial deverá ser, necessariamente, indicado pelo CFA, ficando sob responsabilidade do CRA a escolha do Coordenador local;

A comissão Especial deverá contar com a participação de, no mínimo, 01 (um) representante da Câmara de Relações Internacionais e Eventos - CRIE.

CAPÍTULO III

Do Período de Realização

Art. 6º O ENBRA, com periodicidade bienal, deverá ser agendado de acordo com as peculiaridades do estado anfitrião, tais como estação do ano, temporada de férias, feriados, calendário de eventos, etc. da cidade sede, preferencialmente para o segundo semestre dos anos pares.

Art. 7º O FIA, com periodicidade bienal, deverá ser agendado de acordo com as peculiaridades, tais como estação do ano, clima e indicadores econômicos do país anfitrião, preferencialmente para o segundo semestre dos anos ímpares.

Art. 8º O FOGESP, com periodicidade bienal, deverá ser agendado de acordo com as peculiaridades do estado anfitrião, tais como estação do ano, temporada de férias, feriados, calendário de eventos, etc. da cidade sede, preferencialmente para o primeiro semestre dos anos pares.

CAPÍTULO IV

Das Condições Financeiras

Art. 9º O valor total, correspondente ao apoio financeiro do CFA, a ser repassado ao CRA que organizar e realizar o ENBRA, FIA e /ou FOGESP, quando delegada competência para tal, será definido e liberado mediante decisão do Plenário do CFA, após análise do orçamento do anteprojeto e estudos comparativos a serem realizados pela CRIE, e verificada a dotação orçamentária do exercício.

Art. 10 A liberação dos recursos mencionados no artigo anterior será realizada conforme cronograma de desembolso do evento, que deverá estar contido, obrigatoriamente, no Anteprojeto (Conforme Anexo I) a ser apresentado pelo proponente para ser aprovado pelo Plenário do CFA.

CAPÍTULO V

Do Contrato de Parceria e Cooperação Financeira

Art. 11 O (s) CRA (s) proponente (s) do Anteprojeto aprovado deverá (ão) formalizar Convênio de Cooperação Institucional e Financeira (Anexo II) para a realização do evento e, ainda, atender às exigências deste Regulamento e do Edital de Convocação expedido pelo CFA.

CAPÍTULO VI

Da Prestação de Contas

Art. 12 O CRA responsável pela realização do evento deverá, obrigatoriamente, apresenta prestação de contas ao CFA com planilha demonstrativa das despesas do evento, detalhando com documentos, contratos, notas fiscais ou comprovantes equivalentes que sustentem a quitação das despesas, acompanhadas do relatório das atividades desenvolvidas, conforme estabelecido nos anexos III (Prestação de Contas) e IV (Relatório do Evento), no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de encerramento do evento.

Parágrafo único. A prestação de contas será encaminhada para análise da Câmara de Administração e Finanças do CFA, que deverá emitir parecer a ser enviado para a Câmara de Relações Internacionais e Eventos - CRIE.

Art. 13 O não cumprimento do disposto no artigo anterior e a não aprovação da prestação de contas pela Câmara de Administração e Finanças constitui impedimento para a escolha em futuras edições do ENBRA, FIA e/ou FOGESP até a regularização da pendência.

ANEXO I

AO REGULAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ENBRA, FIA E FOGESP
ROTEIRO DO PROJETO
(Modelo Obrigatório)

Campo 1 - Neste campo deverá conter o nome do evento (ENBRA, FIA OU FOGESP).

1. NOME DO EVENTO

Campo 2 - Todas as lacunas deste campo são de preenchimento obrigatório.

2. CRA PROPONENTE	
NOME DA ENTIDADE:	
CNPJ:	
END. (Av, Rua, Alameda, etc.):	Nº
BAIRRO:	COMPLEMENTO:
MUNICÍPIO:	CEP:
TELEFONE (S):	E-MAIL:

Campo 3 - Todas as lacunas deste campo são de preenchimento obrigatório. Dados do Presidente do CRA.

3. REPRESENTANTE LEGAL	
NOME:	
CPF:	RG
REGISTRO PROFISSIONAL:	TELEFONE:
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	
BAIRRO:	COMPLEMENTO
MUNICÍPIO:	CEP:

Campo 4 - Neste campo deverá ser indicada a pessoa responsável pelo evento e prestação de contas do contrato; será também o interlocutor com a Câmara de Relações Internacionais e Eventos - CRIE.

4. RESPONSÁVEL	
NOME:	
CPF:	RG
TELEFONE:	SETOR:

Campo 5 - Informar neste campo o objetivo, fazendo uma descrição das atividades previstas para a realização do evento.

5. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO
TEMA:
OBJETIVOS GERAIS:
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
SÍNTESE DO PROJETO:
JUSTIFICATIVA:
APOIADORES:
PÚBLICO ALVO:
DATA DO EVENTO:
HORA INÍCIO E FIM:
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES (estimativa):
PROGRAMAÇÃO / ESTRUTURAÇÃO (previsão para todos os dias do evento):
INFRAESTRUTURA (definir equipamentos de som, recursos visuais, etc.):

Campo 6 - Neste campo deverá ser indicado o nome do Local onde se propõe o desenvolvimento da atividade.

6. LOCAL DE EXECUCAÇÃO DO EVENTO
NOME DO LOCAL:
CAPACIDADE DE LOTAÇÃO:
QUANTIDADE E CAPACIDADE DE SALAS:
ENDEREÇO:

Campo 7 - Neste campo Especificar o Plano de Trabalho, relacionando metas e objetivos. Lembra-se que a essência da diferença entre meta e objetivo está em que o objetivo é um alvo qualitativo, enquanto a meta é um alvo quantitativo. Em outras palavras, a meta é a quantificação de um objetivo.

7. METAS, OBJETIVOS, PLANO DE TRABALHO
OBJETIVOS:
METAS:
PLANO DE TRABALHO (obrigatório o detalhamento de todas as etapas, assim como do plano de aplicação dos recursos financeiros, cronograma de desembolso e previsão de início e fim da execução das etapas ou fases programadas).

Campo 8 - Deve-se estimar o valor a ser arrecadado por patrocínio.

8. PATROCÍNIO	
Fonte	Valor estimado (R$)

Campo 9 - Deve-se estimar o valor a ser arrecado com a realização do evento (ex: inscrições, etc.)

9. RECEITA PREVISTA	
Fonte	Valor Estimado (R$)

Campo 10 - Deve-se estimar e detalhar todas as despesas com o evento.

10. DESPESAS	
Fonte	Valor estimado (R$)

Campo 11 - Deve-se totalizar receitas e despesas.

11. PREVISÃO TOTAL	
PATROCINADORES	R$
RECEITAS	R$
DESPESAS	R$

Data de encaminhamento do Projeto: ____ / _____ / _____

_____
Presidente do CRA
CRA Nº XXXXXXXX

ANEXO II

AO REGULAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ENBRA, FIA E FOGESP
Termo de Convênio de Cooperação Institucional e Financeira
(Modelo)
TERMO DE CONVÊNIO XX/XXXX - CRIE/CFA

Termo de Convênio de Cooperação Institucional e Financeira, Entre o CFA - Conselho Federal de Administração e o CRA (REGIONAL ESCOLHIDO), para a realização do (NOME DO EVENTO).

Convenente: CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, Autarquia Federal criada pela Lei nº 4769, de 9 de setembro de 1965, com sede em Brasília/DF, localizada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco ''L'' Ed. Conselho Federal de Administração - CEP: 70070-932 - Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o número 34.061.135/0001-89, representado, neste ato, nos termos de seu regimento, por seu Presidente (NOME COMPLETO), brasileiro, portador da Carteira de Identidade Profissional Nº (NÚMERO DA CARTEIRA PROFISSIONAL), CRA - (LOCALIDADE DO REGISTRO) e do CPF (NÚMERO DO CPF),, residente e domiciliado em (ENDEREÇO COMPLETO) , doravante denominado '' CONVENENTE''

Conveniado: (REGIONAL ESCOLHIDO), Autarquia Federal criada pela Lei nº 4769, de 9 de setembro de 1965, com sede em (ENDEREÇO COMPLETO) inscrito no CNPJ sob o nº (NÚMERO DO CNPJ), representado neste ato, nos termos de seu Regimento, por seu Presidente, Adm (NOME COMPLETO), brasileiro, portador da Carteira de Identidade Profissional Nº (NÚMERO DA CARTEIRA PROFISSIONAL), CRA - (LOCALIDADE DO REGISTRO) e do CPF (NÚMERO DO CPF), residente e domiciliado em (ENDEREÇO COMPLETO), doravante denominado '' CONVENIADO''.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto estabelecer cooperação financeira e institucional entre os partícipes para aplicação de recursos destinados à realização conjunta do (NOME DO EVENTO), a ser realizado em (CIDADE DE REALIZAÇÃO), no período de (DATA DO EVENTO), conforme anteprojeto apresentado pelo (REGIONAL ESCOLHIDO).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. Para formação de fundo de realização do (NOME DO EVENTO), o valor de cooperação financeira será de R$ (VALOR APROVADO) a ser repassado pelo CONVENENTE, respeitando o Cronograma de Desembolso, por meio de depósito em conta corrente vinculada ao evento, a ser aberta e informada pelo CONVENIADO.

2.2 O CONVENIADO, por sua vez, em até 10 (dez) dias após a assinatura do presente instrumento, transferirá (VALOR APROVADO) para a mesma conta corrente, totalizando assim um fundo de R$ (VALOR TOTAL APROVADO) para a realização do (NOME DO EVENTO).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA GESTÃO DO FUNDO

3.1 O CONVENIADO será o gestor do fundo a que se refere a Cláusula Segunda do presente instrumento, comprometendo-se a:

3.1.1 Utilizar os recursos financeiros do fundo constituído exclusivamente para fazer frente às despesas contraídas para a realização do evento objeto deste Convênio e em consonância com o anteprojeto apresentado;

3.1.2 Prestar contas ao CONVENENTE dos gastos envolvendo o fundo constituído com os recursos financeiros repassados, detalhando com documentos, contratos e relatórios o valor consumido ou a consumir, ao final de cada etapa constante no plano de trabalho;

3.1.3 Apresentar, após término do projeto ou aplicação dos recursos do fundo, relatório de atividades desenvolvidas, em até 60 (sessenta) dias após a conclusão do evento, com respectivas notas fiscais ou comprovantes equivalentes que sustentem a quitação das mesmas, assim como os extratos de movimentação financeira do evento;

3.1.4 Assegurar efetiva destinação dos recursos do fundo constituído às finalidades do projeto do (NOME DO EVENTO).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES

4.1 São condições para o estabelecimento do presente acordo entre os partícipes:

4.2 Estar em situação regular junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, Receita Estadual e PGFN;

4.3 Estar quite, o CONVENIADO, com o repasse de cotas-parte e com as prestações de contas dos exercícios anteriores ou de qualquer outro convênio assinado com o CONVENENTE;

4.4 Estar o CONVENIADO com suas contas, dos exercícios anteriores, aprovadas pelo CFA;

4.5 Não haver disputa jurídica envolvendo o CONVENIADO e o CONVENENTE em qualquer esfera judicial.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

5.1 São obrigações do CONVENENTE:

5.1.1 Participar da Coordenação Geral do Evento;

5.1.2 Designar membros para composição da Comissão Especial responsável pela organização do (NOME DO EVENTO);

5.1.3 Divulgar o (NOME DO EVENTO) em seus diversos meios de comunicação: sítio eletrônico; Redes sociais; Rádio ADM; Boletim Informativo; Clipping Eletrônico.

6.CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

6.1 São obrigações do CONVENIADO:

6.1.1 Realizar e organizar o (NOME DO EVENTO);

6.1.2 Cumprir o Plano de Trabalho a seguir:

(PLANO DE TRABALHO)

6.1.3 Divulgar o evento nos seus meios de comunicação;

6.1.4 Inserir a Logomarca do CFA no material de divulgação do evento (sítio eletrônico, folder, banner, pastas, tela de projeção e outros), conceder desconto nas inscrições aos Administradores registrados e adimplentes no Sistema CFA/CRAs e gratuidade aos representantes do Sistema CFA/CRAs, além de outras, conforme o caso;

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO RETORNO DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA

7.1 Em caso de sobra de caixa do fundo constituído para a realização (NOME DO EVENTO), o CONVENIADO deverá devolver ao CONVENENTE a quantia correspondente ao percentual de sua participação. A devolução será feita por ocasião da Prestação de Contas do evento.

7.2 Em caso de superávit na realização do (NOME DO EVENTO), o CONVENIADO ficará com a quantia total desse resultado, para a aplicação em atividades pós-evento ou destinação a quaisquer outros serviços previstos em seu Plano de Trabalho.

7.3 Em caso de déficit, ou seja, caso as despesas totais do (NOME DO EVENTO) ultrapassem o valor total do fundo constituído, o CONVENENTE ficará isento de quaisquer responsabilidades, cabendo exclusivamente ao CONVENIADO assumir tal déficit e explicar na Prestação de Contas as razões que levaram a esse gasto não previsto.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESTITUIÇÃO DO VALOR

8.1 O CONVENIADO se obriga a devolver ao CONVENENTE o valor descrito na Cláusula Segunda, devidamente corrigido, em caso de cancelamento, bem como assume inteira responsabilidade perante aos fornecedores, patrocinadores, e quaisquer interessados, caso tenha dado causa a não realização do evento.

8.2 A devolução de que trata o caput deve ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados da ciência do cancelamento do evento.

9. CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Ao CONVENENTE assegura-se o direito de rescindir o presente convênio a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito, na hipótese de inadimplemento do CONVENIADO com qualquer das obrigações ou condições aqui pactuadas.

9.2 Caso não seja efetuada a Prestação de Contas em até 60 (sessenta) dias após o encerramento do evento, o CONVENIADO ficará impedido de realizar outros eventos apoiados pelo CONVENENTE enquanto não apresentar o relatório da referida Prestação de Contas;

9.3 Quaisquer propostas de alteração ao presente Convênio deverão ser encaminhadas pelo CONVENENTE ou CONVENIADO à Comissão Especial do (NOME DO EVENTO) que deliberará e encaminhará parecer para decisão final do Plenário do CFA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 Fica eleito o foro de Brasília/DF, com competência exclusiva da Justiça Federal, para dirimir quaisquer dúvidas e questões acerca do presente convênio.

E, por estarem justos e conveniados, os partícipes assinam o presente documento, na presença de duas testemunhas.

Brasília, ... de.....de .....

Adm.
Presidente do CFA

Adm.
Presidente do CRA

Testemunhas:

1.
(Nome e qualificação)

2.
(Nome e qualificação)

ANEXO III

AO REGULAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ENBRA, FIA E FOGESP

PRESTAÇÃO DE CONTAS

	RECEITAS			DESPESAS	
DATA	DISCRIMINAÇÃO	VALOR	DATA	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
	PATROCÍNIOS			LOCAÇÃO	
	EXPOSITORES			ALIMENTAÇÃO	
	INSCRIÇÕES Nº de inscrições x valor unitário			HONORÁRIOS	
	OUTROS			HOSPEDAGEM	
	Juros de aplicação financeira				
	PARTICIPAÇÃO DO CFA % sobre o total de receitas			TRANSPORTE	
				PROMOÇÃO DO EVENTO	
				MATERIAIS DIVULGAÇÃO	
				SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TERCEIROS	
				DIVERSOS	
TOTAL DE RECEITAS		R$	TOTAL DE DESPESAS		R$

QUADRO RESUMO			
ITEM			VALOR (R$)
1	RECEITAS	(+)	
2	DESPESAS	(-)	
3	SUPERAVIT	(=)	
4	DEFICIT	(=)	
5	PARCELA A SER DEVOLVIDA AO CFA % DO ITEM 3		

ANEXO IV

AO REGULAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ENBRA, FIA E FOGESP
RELATÓRIO DO EVENTO

O Relatório deverá apresentar os seguintes itens:
a) Apresentação do evento / Título do projeto / Tema central / Data Local ;
b) Realização;
c) Organização;
d) Patrocínio;
e) Apoio;
f) Programação;
g) Participantes;
h) Objetivos;
i) Metas;
j) Desenvolvimento Administrativo (planejamento, cronograma);
k) Pré-secretaria e Secretaria Executiva durante o evento (remessa de recibos, convites, controle de inscrições e cortesias, entrega de certificados);
l) Instalação física (local, equipamentos, serviços utilizados, sinalização e decoração)
m) Organização durante o evento (equipes de trabalho);
n) Tabulação dos Questionários de Avaliação do Evento;
o) Divulgação do evento - materiais de divulgação - Home Page (página do evento na internet) - Anúncios (jornais, revistas) - Certificados;
p) Registro fotográfico;
q) Palestrantes.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 561, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Altera a Resolução Normativa CFA nº 547, de 31 de outubro de 2018, que dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Administração, dos diplomados em Cursos de Formação de Oficiais da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Aeronáutica, equivalentes ao bacharelado em Administração.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934, de 22 de dezembro de 1967;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Normativa CFA nº 547, de 31 de outubro de 2018, que dispõe sobre dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Administração, dos diplomados em Cursos de Formação de Oficiais da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Aeronáutica, equivalentes ao bacharelado em Administração;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do CFA em sua 7ª reunião, realizada em 13 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Os incisos I e III do art. 2º da Resolução Normativa CFA nº 547, de 31 de outubro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - bacharelado em Ciências Navais - habilitação Administração e bacharelado em Ciências Náuticas, oferecidos pela Escola Naval da Marinha do Brasil.

[...]

III - bacharelado em Ciências Aeronáuticas, bacharelado em Ciências da Logística e Bacharelado em Ciências Militares, oferecidos pela Academia da Força Aérea (AFA), da Aeronáutica."

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO KREUZ
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFC n.º 1.557/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 14/12/2018, Seção 1, Páginas 131 e 132, nos §§ 1º e 3º do Art. 12, onde se lê: "Art. 6º"; leia-se: "Art. 7º".

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 17, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo Ético Cofen nº 031/2018
Processo Ético Coren-RS nº 014/2016
Parecer de Relator nº 047/2019
Conselheiro Relator: Dr. Gilvan Brolini
Denunciante: Coren-RS "de ofício"
Denunciada/Recorrente: Viviani Feix Peruzzo, Coren-RS nº 26.319-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 031/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial. Reformar a decisão do Coren-RS. Multa.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 031/2018, originário do COREN-RS, Processo Ético Coren-RS nº 014/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 510ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 21 de fevereiro de 2019, por 05 (cinco) votos a favor e 04 (quatro) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento parcial, reformar a Decisão Coren-RS nº 219/2017, e aplicar a penalidade de multa de 03 (três) anuidades da categoria profissional à Enfermeira Dra. Viviani Feix Peruzzo, Coren-RS nº 26.319-ENF, por infração aos artigos 48, 51, 52 e 56 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GILVAN BROLINI
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 16, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo Administrativo Cofen nº 874/2018
Processo Administrativo Coren-BA nº 1084/2015
Parecer de Relator nº 040/2019
Conselheiro Relator: Dr. Wilton José Patrício
Denunciante/Recorrente: Jane Mary Santiago de Sousa, Coren-BA nº 348.366-TE
Denunciada: Simone Daebs Lima da Costa, Coren-BA nº 332.166-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 874/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-BA. Não admissibilidade.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 874/2018, originário do COREN-BA, Processo Administrativo Coren-BA nº 1084/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 510ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 21 de fevereiro de 2019, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-BA nº 187/2017, e não admitir a denúncia contra a Enfermeira Dra. Simone Daebs Lima da Costa, Coren-BA nº 332.166-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

WILTON JOSÉ PATRÍCIO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 18, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo Administrativo Cofen nº 900/2018
Processo Administrativo Coren-DF s/nº
Parecer de Relator nº 037/2019
Conselheira Relatora: Dra. Heloísa Helena Oliveira da Silva
Denunciante/Recorrente: Patrícia de Castro
Denunciadas: Katyane Saraiva Rêgo, Coren-DF nº 194.352-ENF, e Rosane Leite Trojan, Coren-DF nº 66.128-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 900/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-DF. Não admissibilidade.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 900/2018, originário do COREN-DF, Processo Administrativo Coren-DF s/nº.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 510ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 21 de fevereiro de 2019, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-DF nº 235/2017, e não admitir a denúncia contra as Enfermeiras Dra. Katyane Saraiva Rêgo, Coren-DF nº 194.352-ENF, e Dra. Rosane Leite Trojan, Coren-DF nº 66.128-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

HELOÍSA HELENA OLIVEIRA DA SILVA
Conselheira Relatora

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 42.246, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 003009/2018. Nº Originário:81/2015. Recorrente: OLINO FERREIRA. Recorrido: CRF-RS. Relator: ELENA LUCIA SALES DE SOUSA. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: À unanimidade de votos, o plenário conheceu o recurso e, no mérito, negou provimento, mantendo a penalidade de advertência sem publicidade e multa de dois (2) salários mínimos regionais, com fundamento no artigo 7º, inciso III do anexo III da Resolução/CFF nº 596/14.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1256, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Proíbe a inscrição e o registro de egressos de cursos de medicina veterinária ofertados na modalidade a distância e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas na alínea "f" do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968;

considerando que o exercício profissional é condicionado às qualificações profissionais estabelecidas em lei e que a formação profissional tem, dentre seus objetivos, permitir a qualificação para o trabalho (inciso XIII, artigo 5º, e artigo 205 da CRFB/1988);

considerando que a CRFB/1988 define a educação como direito social (artigo 6º) voltado ao exercício da cidadania;

considerando que a educação superior tem, dentre suas finalidades, a formação qualificada de profissionais aptos à participação no desenvolvimento social e colaboração em sua formação contínua;

considerando que a educação superior e a consequente formação profissional têm como premissas fundamentais os programas e projetos pedagógicos dos cursos, a grade curricular, a carga horária e demais componentes curriculares;

considerando que a validade dos diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, tem íntima e lógica relação com a formação acadêmica;

considerando que as Diretrizes Gerais dos Cursos Superiores são premissas para a fixação dos currículos dos respectivos cursos e programas, nos termos do inciso II, artigo 53, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394, de 20 de dezembro de 1996);

considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária, (Resolução CNE/CES nº 1, de 18/2/2003) de observância obrigatória na organização curricular das Instituições de Ensino Superior (IES), têm dentre seus objetivos dotar o profissional de "conhecimentos para desenvolver ações e resultados voltados à área de Ciências Agrárias no que se refere à Produção Animal, Produção de Alimentos, Saúde Animal e Proteção Ambiental" e "assegurar a formação de profissional nas áreas específicas de sanidade e produção animal, saúde pública, biotecnologia e preservação ambiental";

considerando que as DCN dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária têm dentre seus objetivos assegurar a formação de profissional com competências e habilidades específicas para interpretar sinais clínicos, exames laboratoriais e alterações morfofuncionais; identificar e classificar os fatores etiológicos, compreender e elucidar a patogenia, bem como, prevenir, controlar e erradicar as doenças que acometem os animais; instituir diagnóstico, prognóstico, tratamento e medidas profiláticas, individuais e populacionais; elaborar, executar e gerenciar projetos agropecuários, ambientais e afins à profissão; desenvolver, programar, orientar e aplicar as modernas técnicas de criação, manejo, nutrição, alimentação, melhoramento genético; produção e reprodução animal; planejar, executar, gerenciar e avaliar programas de saúde animal, saúde pública e de tecnologia de produtos de origem animal; executar a inspeção sanitária e tecnológica de produtos de origem animal; planejar, elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos nas áreas de biotecnologia da reprodução e de produtos biológicos; planejar, organizar e gerenciar unidades agroindustriais; realizar perícias, elaborar e interpretar laudos técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária; planejar, elaborar, executar, gerenciar, participar de projetos agropecuários e do agronegócio;

considerando que o projeto pedagógico do curso de graduação de cada IES define o perfil profissional do egresso, cujos limites de atuação encontram-se definidos na Lei nº 5517/1968;

considerando o discutido e deliberado por ocasião da 321ª Sessão Plenária Ordinária do CFMV, realizada nos dias 21 e 22/2/2019, resolve:

Art. 1º Não admitir a inscrição e o registro no Sistema CFMV/CRMVs, de egressos dos cursos de medicina veterinária ofertados na modalidade a distância (EaD).

Art. 2º Os diretores, gestores ou docentes médicos veterinários que contribuírem para a oferta ou ministração de disciplinas ou unidades curriculares vinculadas ao exercício profissional, nos termos do parágrafo único, artigo 1º, da Resolução CFMV nº 595, de 11/12/1992, estão sujeitos à respectiva responsabilização ético-disciplinar.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 41, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com a Tesoureira, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973; CONSIDERANDO a Resolução Cofen n. 340/2008. CONSIDERANDO o Processo Administrativo n. 175/2017; CONSIDERANDO a deliberação na 427ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada nos dias 27 e 28 de outubro de 2017, decidem:

Art. 1º Aprovar o Orçamento do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul - Coren-MS para o exercício 2018, no valor de R$ 7.051.550,50 (sete milhões, cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) com contingenciamento de R$ 500.000,00 (quinhentos mil).

Art. 2º Esta decisão entrará em vigor após a homologação do Conselho Federal de Enfermagem e publicação em Imprensa Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Dê ciência, publique-se e cumpra-se. Campo Grande, 27 de outubro de 2017.

JUDITH WILLEMANN FLÔR
Presidente do Conselho

DAYSE APARECIDA CLEMENTE
Tesoureira

DECISÃO Nº 105, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com o Secretário, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Cofen n. 0288/2016 de 29 de novembro de 2016; CONSIDERANDO que "O Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem", nos termos do art. 2º da Lei n. 5.509/73. CONSIDERANDO que "os Conselhos Regionais de Enfermagem possuem personalidade jurídica própria e gozam de autonomia administrativa e financeira, observada a subordinação ao Conselho Federal de Enfermagem.", estabelecida no art. 3º da Lei n. 5.905/73 (art. 76, primeira parte do Regimento Interno do Cofen). CONSIDERANDO que, em se tratando de autarquia pública, é função precípua do controle e acompanhamento dos gastos, como fruto da reformulação de métodos e técnicos de administração que assegure a excelência da gestão de recursos disponíveis e o primado da sua integridade. CONSIDERANDO a deliberação na 441ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada nos dias 20 e 21 de dezembro de 2018, decidem:

Art. 1º Aprovar a Reformulação Orçamentária nº 08/2018, do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul, apresentada pela Contadora Sra. Sandra Rebeca Mayumi Oguihara, CRC-MS n. 014351/O, cujo valor do remanejamento não altera o valor global do orçamento.

Art. 2º Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE
Presidente do Conselho

RODRIGO ALEXANDRE TEIXEIRA
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 2.849, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os registros das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.850, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.851, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os registros dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.852, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.853, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar a suspensão de registro do profissional, em razão de aposentadoria, aprovado na Reunião Plenária acima referida, cujo nome faz parte integrante desta, encontrando-se arquivado neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.854, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar o cancelamento de registro dos profissionais em razão de falecimento, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontram-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.855, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar as transferências dos Médicos Veterinários e Zootecnistas recebidas em outros CRMV's, aprovadas na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.856, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 498ª Reunião Plenária, de 23.1.2019, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos por regularização, as defesas dos autos de infração e os recursos dos autos de multa, autos cancelados, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

